

PORTVGALIA



# PORTUGALIA

NOVA SÉRIE, VOLUME XXXIX



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
2018



# O FINAL DO CICLO GRÁFICO PALEOLÍTICO DO VALE DO CÔA: A ARTE MÓVEL DO FARISEU (MUXAGATA, VILA NOVA FOZ CÔA)

**André Tomás Santos**

Fundação Côa Parque; UNIARQ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
a.t.santos@sapo.pt

**Thierry Aubry**

Fundação Côa Parque; UNIARQ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
thaubry@sapo.pt

**António Fernando Barbosa**

Fundação Côa Parque  
afqbarbosa@sapo.pt

**Marcos García-Díez**

Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Isabel I  
diez.garcia.marcos@gmail.com

**Jorge Davide Sampaio**

Fundação Côa Parque  
jdmsampaio1974@gmail.com

## ABSTRACT

We present in this work the integral study of the portable art of Fariseu (Côa Valley). Eighty-five engraved pieces and four painted ones form the studied collection. The chronological attribution to the Late Dryas/ beginning of the Pre-boreal is perfectly assured by the stratigraphic origin of the pieces. The technical and stylistic attributes of the figures are similar to some of the rock art of the Côa valley, making the collection an important chronological referent to a vast number of engraved and painted panels of the region. Those technical and stylistic attributes are also similar to others from Southwest Europe that are dated from the end of the Late glacial period, which denotes the affiliation of this rock art facies in a graphic tradition of a broader geographic range.

**Keywords:** Portable art – Fariseu - Late Glacial – Azilian - Côa Valley

## RESUMO

Neste trabalho apresenta-se o estudo integral da arte móvel identificada no Fariseu (Vale do Côa). Trata-se de um conjunto de oitenta e cinco peças gravadas e quatro pintadas. Dada a proveniência estratigráfica segura da coleção, a adscrição da maior parte das peças ao Dryas recente/ inícios do Pré-boreal está perfeitamente assegurada. As características técnicas e estilísticas dos grafismos nela presentes são comparáveis a alguma da arte rupestre do Vale do Côa, o que faz da série do Fariseu um importante referente para a datação de um vasto número de painéis gravados e pintados desta região. Essas características são igualmente semelhantes às de grafismos de diversas estações do Sudoeste europeu, datados dos finais do Tardiglacial, o que denota a filiação deste facies rupestre numa tradição gráfica de âmbito geográfico mais vasto.

**Palavras-chave:** Arte Móvel – Fariseu – Tardiglacial – Azilense - Vale do Côa

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar das figuras zoomórficas de Mazouco (Freixo de Espada à Cinta) serem das primeiras gravuras ao ar livre atribuídas estilisticamente ao Paleolítico Superior (JORGE *et alii* 1981), foi necessário esperar pelo início dos anos 1990, e pela descoberta da arte do Vale do Côa veio mudar radicalmente o nosso conhecimento do povoamento humano do Nordeste de Portugal durante o Paleolítico Superior, a nossa concepção de arte rupestre paleolítica ao ar livre, assim como sobre a complementaridade entre ocupações humanas e simbolismo gráfico. Os dados sobre a arte e o seu contexto arqueológico, acumulados desde 1996 no Vale do Côa (v.g. ZILHÃO, coord. 1997; AUBRY, ed. 2009; SANTOS 2017) e, desde data mais recente, no Baixo Sabor (FIGUEIREDO *et alii* 2014; GASPAR *et alii* 2016) contradizem a ideia, até há pouco tempo vigente, da ausência de uma ocupação permanente das regiões do interior Peninsular. De facto, os dados do Côa revelam que nas proximidades das concentrações de rochas gravadas ao ar livre, existem outros sítios, geralmente com ocupações múltiplas, atribuíveis às várias fases do Paleolítico Superior. Ao contrário do que se pensava, a interpretação da função dos sítios e a identificação das fontes da matéria-prima neles identificada indiciam a permanência de um grupo humano com um território de exploração de âmbito regional, localizado entre o baixo Sabor e o médio Côa (AUBRY *et alii* 2002; AUBRY, MANGADO E SAMPAIO 2009).

De facto, a identificação da origem dos sílices e silcretos — que não existem regionalmente, mas que foram sistematicamente utilizados em todos os sítios escavados — permite estabelecer conexões entre este grupo e outras regiões da Península Ibérica. Assim, a elevada concentração de arte rupestre no Vale do Côa foi interpretada como resultante do facto desta zona ser um importante ecótono entre a Meseta e as montanhas ocidentais e da eventual função deste sector do vale como lugar de agregação, no meio de uma vasta rede social que se estendia entre a Estremadura e a depressão do Douro (AUBRY *et alii* 2012; 2016).

Considerando a raridade dos vestígios de arte móvel paleolítica em Portugal (SANTOS, SANCHES & TEIXEIRA 2015), a descoberta de plaquetas e seixos de xisto gravados em vários sítios do Vale do Côa (GARCÍA & AUBRY 2002; AUBRY 2009) e no sítio da Foz do Medal, no Vale do Sabor (FIGUEIREDO *et alii* 2014) reveste-se de particular importância.

As peças do Fariseu, porque encontradas em contexto estratigráfico e crono-cultural devidamente definido e datado, constituem-se como elementos privilegiados no estabelecimento das cronologias e definição de fases gráficas rupestres, contribuindo igualmente para a interpretação do valor social e simbólico dos grafismos identificados em suportes móveis e parietais da região, particularmente dos que se encontram associados a contextos de ocupação humana pré-histórica. É sobre estas peças que aqui nos debruçaremos. Refira-se que este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projecto PALÆCOA (PTDC/EPH-ARQ/0326/2014), cofinanciados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER, no âmbito do Projecto 9471 (Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação).

## 2. O SÍTIO DO FARISEU

O sítio do Fariseu localiza-se na margem esquerda do Rio Côa, a cerca de 5 quilómetros da sua confluência com o Douro, a meia distância entre os conjuntos de gravuras da Foz da Ribeira de Piscos, a montante, e de Vale de Figueira a jusante (Fig. 1). A zona intervencionada localizava-se no limite da planície aluvial, no centro da margem convexa de um vasto meandro, a jusante da linha de água que atravessa o sítio. Os depósitos que preservam os níveis do Paleolítico Superior ocupam uma reentrância na base de uma vertente com cerca de 30/40° de inclinação (Fig. 2). Dois dos

painéis gravados, descobertos por Manuel Almeida e João Félix em prospeção realizada durante a campanha de levantamentos da Canada do Inferno, são conhecidos desde 1995 (ano em que a albufeira do Pocinho baixou a sua cota de enchimento), aparecendo referidos na lista dos sítios que constam no processo de classificação da arte do Vale do Côa (BAPTISTA & GOMES 1997: 214).

As circunstâncias da reexposição em 1999, devido a novo abaixamento da cota de enchimento da barragem do Pocinho, de uma das rochas descobertas anteriormente, justificou a realização, no mesmo ano, da primeira sondagem. Face à expectativa de precisar a cronologia do painel gravado da rocha 1, optou-se por dar continuidade aos trabalhos de escavação em 2005 e 2007, tendo os resultados daí advindos sido já apresentados em pormenor (AUBRY & SAMPAIO 2006; 2009; AUBRY, LUÍS & SAMPAIO 2006). Os dados recolhidos e as datas obtidas por termoluminescência e luminescência (MERCIER *et alii* 2006; 2009) revelaram a preservação de sedimentos aluviais e de depósitos de vertente, desde pelo menos há 23.000 anos (AUBRY *et alii* 2010), numa área que pode ser avaliada em mais de 400m<sup>2</sup> (Fig. 2). No sítio do Fariseu, foi pela primeira vez possível estabelecer objectivamente uma relação estratigráfica direta entre depósitos que contêm vestígios do Paleolítico Superior e gravuras com características morfoestilísticas da fase gráfica mais antiga do Vale do Côa, neste caso existentes na rocha 1 do sítio (AUBRY, SANTOS & LUÍS 2014).

Os restos de fauna descobertos na sondagem realizada na área montante do sítio (Fig. 2), em contexto datado de há cerca de 12.000 calBP, apresentam um estado de preservação que autoriza uma determinação das espécies representadas, permitindo identificar alguns dos mamíferos, aves e peixes explorados durante o fim do Tardiglaciário (GABRIEL & BÉAREZ 2009). A conservação de colagénio em alguns dos ossos permitiu a aplicação do método radiocarbono por AMS em amostras recolhidas neste nível, já datado pela luminescência (AUBRY 2009). As espécies representadas são as seguintes: o Javali, o Veado, a Camurça, o Coelho e o Esquilo, restos de micromamíferos, malacofauna e aves indetermináveis, o Sável e o Escalo ou Ruivaca para os peixes. Um carvão vegetal recolhido na camada 9 da sondagem central (Fig. 2), forneceu uma data de cerca de 23.000 calBP, o que atesta uma ocupação do sítio durante o Solutrense superior, também denunciada por uma lasca de afeiçãoamento com tratamento térmico (AUBRY & SAMPAIO 2009: 82-83). Já a camada 10, subjacente à anterior, datará, provavelmente, de uma fase do Gravettense ainda por caracterizar (AUBRY, SANTOS & LUÍS 2014).

O estudo dos depósitos em contacto com a rocha 1 (SELLAMI 2009) e a detecção das condições geomorfológicas favoráveis à preservação dos depósitos do Plistoceno superior detectadas no fundo do Vale do Côa, bem como no planalto granítico, fundamentaram uma proposta interpretativa da evolução dos processos de deposição de vertente e aluvial no sítio do Fariseu, assim como a sua relação com a sequência de gravação dos grafismos da rocha 1 (AUBRY, SANTOS & LUÍS 2014).

Finalmente, como já se referiu, os trabalhos de escavação confirmaram a existência de vestígios de arte móvel associados a outros elementos contemporâneos das ocupações do fim do Tardiglaciário, nas 3 áreas intervencionadas (montante, central e jusante, Fig. 2, A, B e C). A distribuição espacial e a densidade dos vestígios já permitiram avaliar os limites e o potencial do sítio (AUBRY & SAMPAIO 2009: 61-83) que constitui, desde já, uma referência para o estudo a arte móvel do fim do Plistoceno no Ocidente peninsular.

Parte do conjunto de arte móvel do Fariseu, assim como uma primeira abordagem tecnológica dos traços foram já publicados (GARCÍA & AUBRY 2002; AUBRY 2009; AUBRY & SAMPAIO 2012). Todavia, o estudo pormenorizado e sistemático da totalidade das peças exumadas continuava por fazer, o que com este artigo se pretende colmatar. Nele apresentaremos o estudo integral dos grafismos sobre suportes móveis recolhidos durante as 3 campanhas de escavações (1999, 2005 e

2007), bem como uma discussão do seu lugar e importância no contexto mais vasto da arte móvel e rupestre atribuível ao fim do Tardiglaciar, quer da região, quer do Sudoeste Europeu.

### 3. MÉTODOS E CRITÉRIOS DESCRITIVOS

Durante a escavação, os clastos das camadas 4 à 8 foram sistematicamente lavados e examinados com o objectivo de detectar a existência de traços de origem antrópica. Quando detectados *in situ*, os que apresentavam estes vestígios foram localizados em 3 dimensões com uma estação total. No inventário, as coordenadas sublinhadas correspondem às das peças cujos vestígios gráficos foram identificados já em gabinete. Estas coordenadas correspondem ao centro do quadrado e do pacote sedimentar onde foram recolhidas.

Todas as peças gravadas foram fotografadas e decalcadas diretamente sobre película de polivinilo transparente. Utilizou-se foco luminoso que permitisse uma distribuição rasante da luz num plano perpendicular aos traços que se iam decalcando. Todas as peças foram desenhadas com um auxílio de uma lupa convencional e de uma outra binocular sempre que tal se justificasse. A par do decalque, foi desenhada uma secção das peças à escala natural.

As peças pintadas foram apenas fotografadas, tendo as imagens resultantes sido posteriormente tratadas com o programa informático ImageJ, via o plug-in d-strecth, criado por Jon Harman.

Durante a descrição das peças foram tidos em conta diversos critérios, Na senda de outros autores (LEROI-GOURHAN & BRÉZILLON 1972: 323; TOSELLO 2003: 14-15), para além de apresentarmos as medidas absolutas de comprimento, largura e espessura, classificámos as peças como placas, plaquetas, blocos e seixos. As primeiras correspondem a suportes que dispõem de uma dimensão superior a 20 cm e espessura superior a 4 cm, sendo a peça definida como plaqueta se as dimensões forem inferiores a estes valores; um bloco corresponde a uma peça em que a espessura atinge a metade da segunda dimensão mais grande; um seixo corresponde a um suporte cuja superfície se encontra boleada pelo transporte em meio aquático de tal forma que as suas secções se tornaram circulares ou elípticas. Algumas destas definições clássicas levantam problemas, desde logo porque foram definidas para serem utilizadas sobretudo em suportes calcários. Assim, por exemplo, peças que de acordo com as definições acima referidas não deveriam ser consideradas como bloco, foram por nós consideradas como tal. Assim, na descrição das (raras) peças que se encontram nesta situação, este facto será referido. Outro problema desta classificação prende-se com a distinção entre placas e plaquetas. Na verdade, sendo as dimensões o único critério distintivo, o que hoje nos aparece como plaqueta poderia no passado ter correspondido a uma placa.

Por outro lado, na série que aqui apresentamos ocorrem placas e plaquetas polidas pela água num número limitado de faces, pelo que serão adjetivadas como roladas. Esta ação hídrica deu-se num momento anterior ao aprovisionamento destes suportes pétreos pelos grupos humanos, devendo-se eliminar a hipótese destas peças corresponderem a fragmentos de um suporte rupestre, entretanto fraturado.

Alguns dos problemas referidos acima prendem-se com um outro descritor que tivemos em conta e que se prende com a integralidade das peças. Se por vezes é fácil atestar se uma peça está fracturada após a gravação – caso dos seixos ou das situações em que os traços são interrompidos pelas fracturas ou lascamentos – a natureza da maior parte dos suportes – pequenas lajes de xisto – dificulta de sobremaneira esta inferência; estas situações exigiram uma análise profunda das arestas e a comparação entre todos os elementos do conjunto estudado. Procurou-se ainda a identificação de remontagens no conjunto estudado, algo que se revelou infrutífero.

Ainda relativamente ao suporte é também identificada a natureza geológica do mesmo. No caso presente todas as peças gravadas correspondem a xistos, mais precisamente da formação da Desejosa (RIBEIRO 2001, 14-16). As prospeções revelaram que as variedades petrográficas dos filitos representados no material arqueológico existem localmente. Já as peças pintadas são seixos de quartzito e de granito, ambos disponíveis nos depósitos fluviais do Côa.

As superfícies historiadas são também caracterizadas, discriminando-se a cor, a microtopografia e as características morfológicas das mesmas, assim como a existência de atributos naturais — como veios ou lascamentos — que poderão ter condicionado as composições nelas presentes. Procurou-se também a identificação de sinais de manipulação das peças em fases prévias ou subsequentes à gravação das mesmas — vestígios de fogo, de talhe, de percussão, etc. Para uma rigorosa identificação de sinais de fogo criou-se um referencial experimental composto pelos vários tipos de xisto identificados no sítio (Fig. 3). Estes foram gravados numa parte da superfície, colocados subsequentemente em contacto com o fogo, tendo-se gravado em seguida na parte remanescente da mesma superfície (agora já queimada).

Relativamente à descrição das figurações propriamente ditas, procurou-se na medida do possível individualizar unidades gráficas – conjuntos de traços que denotam um certo tipo de organização interna. Como esta organização só é perfeitamente evidente quando os conjuntos configuram motivos zoomórficos apenas foram inventariadas as unidades gráficas figurativas (animais e antropomorfos). No seguimento da proposta de Tosello (2003, 47), a cada uma destas unidades é atribuído um número composto por duas partes: uma primeira que identifica a placa e uma outra que identifica o motivo. Estes dois números serão precedidos de um acrónimo que identifica o sítio (no nosso caso, Fr) seguido de “m”, de forma a distinguir as figuras executadas sobre suporte móvel das que foram executadas neste mesmo sítio sobre suporte parietal. Assim, Fr\_m01-02 identificará a unidade gráfica 2 da peça 1 do sítio do Fariseu. Na descrição das unidades gráficas figurativas adoptou-se a terminologia baseada na nomenclatura anatómica veterinária e humana (SANTOS 2017: vol. II, 5-8). Relativamente à perspectiva, foi adoptada a terminologia de Leroi-Gourhan (1984: 134-135): a figura encontra-se em perfil absoluto quando representada ao longo de um eixo paralelo à longitude do animal, em perfil biangular recto quando a representação alterna vistas do mesmo sujeito observáveis a partir de pontos separados entre si cerca de 90°, em perfil biangular oblíquo quando a diferença entre os pontos de vista se encontra próxima dos 45°; considera-se que a figura se encontra representada em perfil uniangular quando é executada a partir de um único ponto de vista, situado algo atrás ou à frente do sujeito representado. As técnicas de gravação identificadas foram a picotagem (muito raramente e nunca em unidades gráficas figurativas) e a incisão. Dentro desta técnica distinguimos entre figuras definidas por contorno simples e figuras definidas por contorno múltiplo, podendo estas encontrar-se preenchidas interiormente por uma série de traços incisos justapostos entre si. A este preenchimento chamamos estriado, podendo este ser total ou parcial. Quando na descrição nos referimos a figura estriada estamos a caracterizar uma forma contornada por incisão múltipla e preenchida interiormente.

As unidades gráficas não figurativas serão inventariadas em bloco, após a sua classificação segundo a tabela proposta pelos Sauvet e por Włodarczyk para os signos (1977), complementada por outras chaves não consideradas por aqueles autores (SANTOS 2017: vol. I, 105-106). A adopção de uma tabela criada para o estudo dos signos para estudar este repertório não implica que consideremos todas as unidades que as compõem como signos em sentido estrito. Contudo, como já foi discutido por um de nós, a distinção entre “traços indeterminados” e “signos” é altamente subjetiva, sendo preferível não proceder a esta distinção mas procurar identificar “formas apriorísticas” mesmo onde se observa uma grande densidade de sobreposições de traços (SANTOS 2017:

vol. I, 101-106). Este método tem pelo menos a vantagem de permitir quantificar, mediante valores mínimos, a densidade de gravações não figurativas existentes numa composição. Por exemplo, os valores das peças 9 (1 ugnf), 16 (63 ugnf) e 12 (108 ugnf) traduzem, de facto, a diferença que existe entre as três peças ao nível da quantidade de repertório não figurativo nas peças. Já o número de unidades figurativas numa peça não pode ser diretamente comparado com o das não figurativas, uma vez que este estará, pela sua natureza, sempre inflacionado. Já o número de chaves dá-nos uma ideia da diversidade morfológica do repertório aí presente. Razões de espaço, o elevado estado de fragmentação das peças que aumenta ainda mais a subjetividade do processo de identificação deste tipo de grafismos, bem como o atraso no estudo dos suportes parietais coevos do vale do Côa não nos permitem desenvolver um estudo semelhante ao que procederemos com as unidades figurativas.

Um outro aspecto que devemos ter em conta refere-se à orientação das peças. Como bem referiu Tosello (2003, 17), trata-se de algo de crucial importância para a interpretação das peças, designadamente para a própria identificação dos animais. No nosso caso, foi precisamente a orientação das figuras animais que ditou a das peças; quando duas figuras numa peça usufruem de orientações diferentes foi valorizada a da mais antiga; nos casos mais difíceis experimentámos várias orientações e acabámos por optar pela que nos pareceu mais plausível; obviamente que esta última opção acarreta um grau de subjetividade que, no momento atual da investigação, é inescapável.

#### **4. DESCRIÇÃO DAS PEÇAS**

##### **Peça 1 (Fig. 4.1)**

Esta peça foi alvo de uma primeira descrição em 2002 (GARCÍA & AUBRY 2002: 165-168), descrição essa que agora se precisa. Trata-se da primeira peça referida na tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 383), não dispondo aí de número de inventário; surge ainda publicada como peça 1 em BAPTISTA 2009: 66. Seixo de xisto de cor cinzenta. Apresenta contorno suboval e secção subtrapezoidal. As superfícies historiadas primam pela planitude, interrompida por alguns relevos que terão condicionado a composição do reverso. Ambas as superfícies apresentam marcas de picotagem ocorridas após a incisão das figuras.

Proveniência: Quadrado L-19.B; U.E. 4; U.A. a. X: 86012,5; Y: 152610,5; Z: 123,7.

Dimensões: 160 mm x 120 x 14 mm.

Anverso: A composição do anverso organiza-se a partir de uma série de três animais dispostos em coluna, ao centro da peça. O primeiro (Fr\_m01-1) corresponde a possível bovino estriado orientado para a direita. Apresenta corpo de tendência sub-rectangular; a cabeça se bem que tendencialmente desta forma apresenta distinção entre ganacha e queixo; os dois cornos são rectos e gravados em perfil biangular recto; os quatro membros encontram-se representados em perfil biangular oblíquo.

Abaixo encontra-se outra figura, também totalmente estriada e orientada para a direita (Fr\_m01-2); o corpo é de configuração oval e a cabeça, separada por pescoço curto e espesso, é de forma elíptica; os cornos são longos e apresentam ligeira curvatura, dispendo-se em perfil biangular oblíquo tal como as duas patas dianteiras; as posteriores confundem-se; dadas algumas características da figura, pensamos poder identificá-la como capríneo.

Logo abaixo encontra-se o terceiro animal (Fr\_m01-3) também estriado e de características esquemáticas; apresenta um corpo de configuração subtrapezoidal; a cabeça é também de tendência subtrapezoidal com os vértices bastante marcados; o pescoço é curto; os cornos apresentam

ligeira curvatura e uma perspectiva biangular recta; apenas um membro anterior foi gravado; os posteriores parecem tenuemente separados e, neste caso, em perfil biangular oblíquo; apresenta ainda cauda curta e caída sobre a nádega; pese este último aspecto e dado o paralelismo com o zoomorfo superior do painel A da rocha 1 da Faia (ROGERIO *et alii* 2010: 423-424), designadamente ao nível da configuração poligonal da cabeça e da disposição dos cornos, interpretamos esta figura como bovino.

À direita destes animais foram gravados outros dois. O que se encontra no topo (Fr\_m01-4) é muito semelhante ao anteriormente descrito, orientando-se também para a direita. As diferenças essenciais prendem-se com a existência possível de dois membros anteriores dispostos em perfil biangular oblíquo; a cauda é também curta se bem que desta feita atirada para trás; os cornos aparecem representados em perfil biangular oblíquo.

Abaixo desta figura identifica-se outra figura estriada (Fr\_m01-05) com o corpo em forma de feixe e as patas de configuração linear; a extrema simplicidade da figura não nos permite sequer orientar o animal.

No sector esquerdo da superfície identifica-se dois possíveis animais. Em cima observa-se o que poderá corresponder a uma representação de membro posterior e ventre de animal orientado para a direita (Fr\_m01-6); em baixo descortina-se possível cavalo com a mesma orientação (Fr\_m01-7), cujo corpo se encontra reduzido ao bordo dorsal; a cabeça é definida por dois bordos paralelos, as orelhas são lineares e dispostas em perfil biangular recto e os dois membros anteriores em perfil biangular oblíquo.

Do repertório não figurativo destacamos a existência de uma unidade gráfica da chave XIa abaixo de Fr\_m01-06 e uma da IXab junto do limite esquerdo da peça; uma unidade da chave XIb encontra-se sob Fr\_m01-04. Observa-se ainda alguns picotados dispersos sobre a peça.

Reverso: Nesta face a composição aparenta ter sido condicionada por um ressalto natural que atravessa transversalmente a superfície, dividindo-a em dois planos que foram tratados de forma diferenciada pelos gravadores. No primeiro destes, que ocupa cerca de um terço da peça, reconhece-se apenas dois motivos perfeitamente individualizados. O primeiro (Fr\_m01-08) corresponde a quadrúpede estriado orientado para a direita, de corpo tendencialmente subtrapezoidal; a cabeça apresenta forma subtriangular, sendo encimada pelas orelhas dispostas em perfil biangular oblíquo; as patas apresentam-se em perfil absoluto, sendo que a posterior se representou atirada para trás, distinguindo-se tenuemente do ventre; a cauda é definida por dois curtos traços horizontais e paralelos entre si; dada a curvatura geral do bordo dorsal, a forma das orelhas e proporção da cabeça, interpretamos a figura como cavalo.

A segunda unidade deste plano corresponde a figuração feminina acéfala (Fr\_m01-09); apresenta a nádega pronunciada e o triângulo púbico representado; o corpo encontra-se preenchido por sulcos em forma de s paralelos entre si, ambos os braços estão levantados, não se encontrando o direito preenchido interiormente.

No sector direito da peça três dos quatro motivos identificados encontram-se muito concentrados e pouco individualizados entre si. A figura maior ocupa uma posição central e corresponde a um bovino estriado orientado para a direita (Fr\_m01-10); o corpo é maciço e de tendência rectangular se bem que o garrote se encontre bastante pronunciado; a cabeça apresenta tendência oval; os cornos representam-se em perspectiva biangular recta; apenas dispõe de uma pata por par.

Sobrepondo este animal foi gravado, em cima, outro de dimensões mais reduzidas, também estriado e orientado para a direita (Fr\_m01-11): o corpo apresenta garupa pronunciada e bordo ventral convexo; a cabeça destaca-se claramente do corpo sendo definida por contorno subtriangular.

gular; as duas hastes, curvadas para o exterior, apresentam-se em perspectiva biangular oblíqua; as duas patas traseiras, de forma linear, resolvem-se em perspectiva biangular oblíqua; a cauda é representada por quatro traços subverticais paralelos entre si; este aspecto a par da configuração geral do corpo, da relação proporcional entre este e a cabeça e do sentido da curvatura das armações levam-nos a pensar estarmos perante um vareto.

Abaixo da figura central, e sobrepondo-a parcialmente, foi gravado quadrúpede estriado acéfalo, orientado para a direita (Fr\_m01-12); o corpo é tendencialmente rectangular; o membro anterior é sugerido por traço tenuemente destacado do corpo; as posteriores encontram-se representadas em perfil biangular oblíquo, distinguindo-se entre si por traço paralelo a cada uma delas; a cauda é definida pelo prolongamento de alguns dos traços que definem e arrancam da garupa. Sendo morfologia do corpo da figura incontestavelmente a de um cervídeo ou de um capríneo, a ausência de armações impele-nos a interpretá-la como cerva.

O quarto animal gravado corresponde a um auroque posicionado obliquamente e orientado para a esquerda (Fr\_m01-13), encontrando-se enquadrado pelo ressalto que atravessa a peça e pela pata traseira de Fr\_m01-10; o corpo apresenta bordo dorsal fortemente marcado pelo garrote e pela profunda inflexão do dorso; a cabeça é de configuração genericamente triangular; os cornos representam-se em perfil biangular recto; apresenta apenas um membro por par separados entre si por bordo ventral recto; destaque-se a figuração clara da barbela, a longa cauda atirada para trás e a representação da pelagem dorsal por intermédio de uma série de curtos traços paralelos entre si.

O repertório não figurativo deste lado da peça não é tão objetivamente classificável como o do anverso. A nossa proposta é a seguinte: uma unidade da chave XI atravessa praticamente toda a peça no seu sentido longitudinal, associando-se a Fr\_m01-09 e Fr\_m01-10; em torno de Fr\_m01-08 observa-se seis unidades da mesma chave; à volta de Fr\_m01-11 observa-se outras duas, assim como abaixo do ventre de Fr\_m01-13. A maior concentração de grafismos deste tipo dá-se no lado esquerdo da peça, sendo plausível a identificação de uma unidade da chave VIIa, uma da IXab, uma da IXb, quinze da XIa, quatro da XIb e três da XIc. Observa-se ainda diversos picotados dispersos sobre a peça.

## **Peça 2 (Fig. 4.2)**

Esta peça foi alvo de uma primeira descrição em 2002 (GARCÍA & AUBRY 2002: 171-173). Trata-se da segunda peça referida na tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 383), não dispondo aí de número de inventário. Corresponde a seixo de forma e secção sub-rectangulares; apresenta uma cor cinzenta; a superfície do anverso é mais regular que a do reverso.

Proveniência: Quadrado L-19.B; U.E. 4; U.A. e. X: 86012; Y: 152611; Z: 123.5.

Dimensões: 160 mm x 115 mm x 25 mm.

Anverso: Observa-se um veado inciso definido por contorno simples, orientado para a direita (Fr\_m02-1); apresenta uma cabeça estriada, de forma genericamente triangular, com bordo ventral direito, focinho apontado e ligeiro ressalto na passagem do chanfro para a frente; as hastes apresentam-se em perfil biangular oblíquo; o corpo é alongado e de bordos sub-retilíneos; apenas se representaram os dois membros posteriores, definidos por bordos paralelos e representados em perfil biangular recto.

Nesta face alguns traços mais parecem configurar uma pata traseira com o jarrete representado, o ventre e a pata dianteira de um outro quadrúpede inciso, definido por contorno simples e múltiplo, orientado para a esquerda (Fr\_m02-2).

Ao veado parecem associar-se uma unidade gráfica da chave IXaa, três da XIa e duas da XIc;

abaixo dele e para a esquerda da sua pata observa-se uma da Xlb e outra da Xlc; enquadradas pelas patas de Fr\_02-01 e Fr\_m02-01 observa-se ainda três unidades da chave Xla.

Reverso: Apenas se identifica um conjunto de traços incisos que aparentam configurar uma unidade gráfica da chave Xla curva e uma da Xlb.

### **Peça 3 (Fig. 4.3)**

Trata-se da peça inventariada com o número 1 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 383). Placa rolada de cor cinzento-azulada. A peça apresenta contorno sub-retangular e secção poligonal. O anverso apresenta superfície irregular e polida pela água, destacando-se nele a presença de um grande lascamento que não condicionou, no entanto, o programa gráfico; a superfície do reverso é irregular e rugosa.

Proveniência: Quadrado D-81; U.E. 4; topo. X: 86025,3; Y: 152586,7; Z: 126.

Dimensões: 205 mm x 160 x 55 mm.

Anverso: a figura que mais se destaca corresponde a cervia estriada orientada para a esquerda (Fr\_m03-01). Apresenta cabeça subtriangular encimada por longas orelhas foliformes dispostas em perfil biangular oblíquo; o pescoço apresenta bordos convexos e o corpo é possante, caracterizando-se por dorso e peito rectos, garupa e nádega algo convexas e bordo ventral com ventre recto e cilhadouro convexo; ambos os pares de patas se dispõem em perfil biangular oblíquo, caracterizando-se os membros por coxas e antebraços estriados e de forma triangular e canelas definidas perimetralmente por contorno simples; a cauda é subtriangular.

No interior do corpo do animal anteriormente descrito observa-se pequeno quadrúpede estriado orientado para a esquerda (Fr\_m03-02); encontra-se reduzido à cabeça subtriangular e a um corpo minúsculo definido por bordo dorsal reto, nádega convexa e bordo traqueal côncavo; a cabeça é encimada por um par de traços dispostos em perfil biangular oblíquo. As semelhanças entre esta cabeça e as de Fr\_m03-01 e Fr\_m03-03 autorizam-nos a interpretar esta figura como cervídeo. A sua dimensão reduzida, a par da sua localização no interior de Fr\_m03-01, forma de associação que apenas se volta a verificar entre Fr\_m66-01 e Fr\_m66-02, permite-nos precisar a identificação da figura como um cervato.

As patas dianteiras de Fr\_m03-01 sobrepõem cervia estriada orientada para a esquerda (Fr\_m03-03); esta apresenta cabeça subtriangular encimada por duas longas orelhas foliformes dispostas em perfil biangular oblíquo; o pescoço é curto e definido por bordo cervical recto e traqueal côncavo; o corpo é de forma sub-rectangular com bordos dorsal e ventral, nádega e peito rectos; o animal dispõe de apenas uma pata por par, sendo a dianteira definida por bordo cranial recto e caudal algo modelado e a traseira por bordo cranial curvo e caudal recto; a cauda é definida por dois bordos rectos, paralelos entre si.

O animal anteriormente descrito sobrepõe capríneo parcialmente estriado orientado para a esquerda e inclinado a cerca de 125° no sentido horário relativamente aos restantes (Fr\_m03-04); a cabeça apresenta bordo dorsal e focinho convexos e bordo ventral recto; os cornos são curvos e dispostos em perfil biangular oblíquo; o pescoço é curto sendo definido por bordo cervical recto e traqueal côncavo; o bordo dorsal do tronco é reto e o ventral convexo, assim como o peito e a nádega; as patas são definidas por bordos simples, tendo sido gravadas uma à frente e duas atrás, dispostas em perfil biangular oblíquo.

As restantes incisões configuram unidades gráficas não figurativas: uma da chave Ia, duas da IIIa, uma da IXaa, duas da IXba, uma da IXbb, uma da X, quinze da Xla, seis da Xlb e uma da Xlc. Refira-se ainda a existência de uma série de picotados isolados sobre as peças.

Reverso: apenas se observa uma série de impactos picotados.

#### **Peça 4 (Fig. 4.4)**

Trata-se da peça número 2 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 383) e da publicação de Baptista (2009: 104). Corresponde a plaqueta rolada de cor cinzento-azulada. Apresenta atualmente configuração e secção sub-rectangulares. Encontra-se fracturada em todos os seus lados com exceção do topo. Contudo, a avaliar pela centralidade da figura é provável que a peça já dispusesse desta forma quando o gravador a escolheu como suporte. Apenas uma das faces se encontra historiada; esta apresenta uma superfície regular e polida pela água. Apresenta marcas de picotagem ocorridas após a incisão da figura.

Proveniência: Quadrado H-105; U.E. 4; U.A. 9. X: 86012,8; Y: 152608,8; Z: 124,407.

Dimensões: 93 mm x 60 mm x 23 mm.

Para além de três unidades gráficas da chave Xla, apenas foi gravada uma figura definida por contorno oblongo estrangulado ao nível do seu terço superior (Fr\_m04-1); o interior é preenchido por traços verticais; em volta da excrescência distal provocada pelo referido estrangulamento irradiam vários traços; esta figura poderá corresponder a um antropomorfo visto de frente. Refira-se que picotados posteriores afectam particularmente a zona da suposta cabeça da figura.

#### **Peça 5 (Fig. 4.5)**

Trata-se da peça número 3 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 383). Corresponde a fragmento de seixo de cor castanho-alaranjada; apresenta-se fracturado na base e nos bordos laterais e proximal; atualmente apresenta configuração poligonal e secção semi-elíptica; a superfície remanescente é algo irregular mas lisa; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado G-81; U.E. 4; U.A. 4. X: 86027,508; Y: 152588,361; Z: 123,661.

Dimensões: 55 mm x 110 mm x 11 mm.

Observa-se apenas um grupo de picotados de tamanho diminuto quer em diâmetro quer em profundidade.

#### **Peça 6 (Fig. 5.6)**

Trata-se da peça número 4 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 383) e da placa n.º 6 de Baptista (2009: 66, desdobrável). Corresponde a placa cuja variação cromática se estende do cinzento ao vermelho (superfícies); apresenta uma configuração subtrapezoidal e secção sub-rectangular. Uma das faces encontra-se bastante alterada, pouco lhe restando da superfície original; esta, como ocorre na superfície da face oposta, é regular mas algo rugosa. Os dois lados apresentam-se gravados. Apresenta evidências de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado H-106; U.E. 4; U.A. 9. X: 86012,3; Y: 152609,5; Z: 123,5.

Dimensões: 250 mm x 77 mm x 28 mm.

Anverso: Observa-se vários traços incisivos que conformam maioritariamente unidades gráficas não figurativas: uma da chave X, dezassete da Xla, cinco da Xlb e sete da Xlc. Contudo junto ao bordo direito da peça um conjunto de sulcos (Fr\_m06-01) parece definir uma cabeça de veado a bramar; esta orienta-se para a esquerda, dispondo-se obliquamente; apresenta uma configuração triangular; a zona do bordo ventral da cabeça/ goela/ bordo traqueal é definida por vários sulcos curtos e paralelos entre si; o estoque parece sair de uma zona lascada; tecnicamente a figura foi conseguida pela utilização da incisão simples a par do contorno múltiplo. Ao animal parece ainda associar-se uma unidade da chave Xla

Reverso: Apenas se identifica uma unidade gráfica não figurativa da chave Xla e outra da Xlc.

### **Peça 7 (Fig. 4.7)**

Trata-se da peça número 5 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 383). Corresponde a plaqueta rolada de cor acinzentada com tonalidades de vermelho; apresenta fracturas antigas em todos os bordos; atualmente dispõe de forma subtrapezoidal e secção sub-rectangular; as superfícies são regulares e lisas; encontra-se queimada no anverso.

Proveniência: Quadrado H-105; U.E. 4; U.A.5. X: 860,13; Y: 152608,5; Z: 125.

Dimensões: 17 mm x 90 mm x 26 mm.

Anverso: observa-se uma unidade da chave XIa incisa e outra da XIc.

Reverso: Observa-se apenas um conjunto disperso de pequenos picotados, conformando dois conjuntos unidades gráficas não figurativas da chave XIIIc.

### **Peça 8 (Fig. 5.8)**

Trata-se da peça número 6 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 383). Corresponde a placa de cor cinzenta; pelo menos as fracturas dos cantos inferior direito e superior esquerdo ocorreram após a gravação; atualmente apresenta uma forma de polígono irregular e uma secção sub-rectangular; as duas faces historiadas apresentam uma superfície algo rugosa e irregular. No reverso observa-se vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado F-80; U.E. 4; U.A. 5. X: 86026,724; Y: 152587,501; Z: 124,047.

Dimensões: 250 mm x 65 mm x 27 mm.

Anverso: As unidades gráficas figurativas desenvolvem-se a partir do bordo esquerdo da peça; dispõem-se em coluna e orientam-se todas para a direita. A figura que se encontra mais perto da extremidade distal corresponde a um quadrúpede indeterminado (Fr\_m08-01), de feição muito esquemática cuja cabeça, de configuração semi-elíptica, corresponde a um simples prolongamento do bordo dorsal do tronco; este, pese a existência de um pequeno ressalto na zona da garupa, é tendencialmente recto; aparenta possuir duas patas por par, representadas em perfil biangular oblíquo; tecnicamente a cabeça e bordo dorsal do tronco são definidos por incisões simples, sendo utilizado o contorno múltiplo para as patas e o ventre.

A figura abaixo (Fr\_m08-02) é sobreposta pela primeira; trata-se da representação estriada dos quartos dianteiros de um veado, em posição de brama; observa-se o bordo cervical côncavo, a cabeça de forma genericamente elíptica, as hastes representadas em perspectiva biangular oblíqua, o bordo traqueal côncavo, o peito anguloso e um membro anterior de forma genericamente recta, tendência interrompida apenas por tênue representação do cotovelo.

Em frente do bordo ventral da cabeça do animal anterior observa-se possível cabeça de fêmea de cabra-montês incisa, definida por contorno simples e duplo na zona da frente (Fr\_m08-08); apresenta cabeça triangular, bordo traqueal côncavo e um pequeno corno curto e curvo.

Mais abaixo observa-se cervas estriada (Fr\_m08-03) com uma cabeça de perfil triangular bem destacada do corpo por curto pescoço; apresenta ainda duas orelhas em perspectiva biangular oblíqua; um traço que arranca da goela do animal e se vai desenvolvendo paralelamente à pata de Fr\_m08-02 pode definir o bordo traqueal, peito e membro anterior do animal que agora tratamos.

Abaixo foi gravada uma cerva estriada (Fr\_m08-04) que sobrepõe o veado referido anteriormente; apresenta dorso recto, pescoço longo e afilado e uma cabeça de contorno triangular que parece disposta em perspectiva biangular oblíqua; as duas orelhas ladeiam a nuca, dispendo-se em perfil biangular recto; o membro anterior, projetado para a frente, apresenta antebraço triangular e canela retilínea.

A cerva sobrepõe auroque definido por contorno múltiplo e representado em perfil absoluto (Fr\_m08-05); reconhece-se o garrote algo convexo, a cabeça de tendência triangular, a cernelha e o bordo cervical convexos, o bordo traqueal e o peito.

Este sobrepõe uma cerva estriada com um corpo maciço e pescoço longo e delgado (Fr\_08-06); a cabeça é de forma tendencialmente triangular e as orelhas aparecem em perfil biangular oblíquo, sendo a direita fugazmente representada; o peito é reto e excessivamente alongado; a pata dianteira é definida apenas por dois bordos rectos, paralelos entre si.

A cerva anterior sobrepõe outra com características semelhantes (Fr\_m08-07); refiram-se apenas as diferenças que consistem numa cabeça de forma tendencialmente elíptica e nas orelhas representadas de forma mais clara; as duas patas dianteiras são lineares, dispondo-se em perfil biangular oblíquo.

Uma série de traços incisivos completam o repertório desta face. A nossa classificação é a seguinte: em cima, não se associando a qualquer animal, observa-se uma unidade da chave da chave Xlb e uma da Xld; a Fr\_m08-01 associam-se duas unidades da chave Xla; a este animal e a Fr\_08-02 associa-se uma da chave Xlc; exclusivamente a Fr\_m08-02 associa-se uma da chave IIIc; a Fr\_m08-02, Fr\_m08-03 e Fr\_m08-08 associa-se uma da chave X; a Fr\_m08-02 e Fr\_m08-04 associa-se uma da chave Xla; a Fr\_m08-03 associa-se uma da chave Xla; a Fr\_m08-04 associa-se uma da chave Xla e duas da Xlb; a Fr\_m08-04 e Fr\_m08-05 associa-se uma da Xlb; entre Fr\_08-04 e Fr\_m08-05 observa-se uma da chave Xla e uma da Xld; a Fr\_m08-05 associa-se uma da chave IXa; a Fr\_m08-05 e Fr\_m08-06 associa-se uma da Xlb; a Fr\_m08-06 associa-se uma da chave Xla; a Fr\_m08-06 e Fr\_m08-07 associa-se uma da chave Xlb; exclusivamente a Fr\_m08-07 associam-se três da Xla.

Reverso: Observa-se possível cerva incisa, disposta diagonalmente relativamente ao eixo maior da peça, definida por contorno simples (Fr\_m08-09). Apresenta cabeça estriada com bordos retos e focinho convexo; as orelhas são lineares e dispostas em perfil biangular oblíquo; o pescoço é longo e afilado; o tronco é de forma sub-rectangular, com bordo dorsal reto e ventral algo convexo; a nádega é também convexa, prolongando-se por um membro posterior linear.

A este animal associam-se uma unidade figurativa da chave IXa, onze da Xla, duas da Xlb, duas da Xlc e duas da XIIIa, todas incisivas.

### **Peça 9 (Fig. 5.9)**

Trata-se da peça número 7 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de cor castanha com algumas tonalidades de vermelho; apresenta fracturas antigas em todos os bordos; atualmente apresenta forma subtrapezoidal e secção sub-rectangular; a superfície do anverso é irregular mas lisa; a do reverso é irregular e rugosa, apresentando vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado H-106; U.E. 4; U.A. 9. X: 86012,4; Y: 152609,4; Z: 123,83.

Dimensões: 71 mm x 110 mm x 18 mm.

Anverso: observa-se um conjunto de picotados finos, organizando-se parte destes numa forma que pode ser identificada como uma unidade gráfica não figurativa da chave XIIIc.

Reverso: Observa-se apenas diversos picotados isolados mais largos e profundos que os da face oposta.

### **Peça 10 (Fig. 5.10)**

Trata-se da peça número 8 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de cor cinzenta fracturada nos bordos terminais e na extremidade direita; apresenta atualmente forma poligonal e secção subtrapezoidal; as superfícies são irregulares e lisas; apresenta vestígios de contacto com o fogo no bordo da extremidade distal.

Proveniência: Quadrado E-81; U.E. 4; U.A. 10. X: 86026,146; Y: 152587,268; Z: 124,456.

Dimensões: 190 mm x 45 mm x 20 mm.

À esquerda observa-se alguns picotados soltos; à direita encontra-se um conjunto de traços incisivos que conformam atualmente uma unidade gráfica não figurativa da chave VIIa, uma da IXb; cinco da XIa, duas da XIIb e uma da XIIc.

### **Peça 11 (Fig. 5.11)**

Trata-se da peça número 9 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de xisto de cor cinzento-acastanhada; apresenta fracturas nos bordos e na extremidade distal; atualmente dispõe de forma e secção subtrapezoidais; as superfícies são irregulares e rugosas.

Proveniência: Quadrado H-81; U.E. 4. X: 86028; Y: 152589,2; Z: 123,3.

Dimensões: 80 mm x 180 mm x 8 mm.

Observa-se um conjunto de sulcos incisivos junto da extremidade proximal; no seu conjunto parecem formar um padrão geométrico de disposição horizontal formado por vários traços rectos e curvos dispostos na horizontal; uma análise mais atenta revela-nos que no sector esquerdo este “padrão” é formado pela justaposição e sobreposição de várias linhas que partindo da base da peça dobram abruptamente para a esquerda, como ocorre, por exemplo, na zona da nádega dos animais estriados; se a isto juntarmos o facto de poder-se aí ver também uma cauda foliforme, podemos considerar estarmos perante os restos de um cervídeo estriado orientado para a esquerda (Fr\_011-1).

Para a direita observa-se uma sequência de linhas curvas e rectas que se vão justapondo na diagonal de forma mais ou menos ritmada e de difícil classificação; acima verifica-se a existência uma unidade gráfica da chave XIIb e de uma da XIIc.

### **Peça 12 (Fig. 6.12)**

Trata-se da peça número 10 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a placa cuja variação cromática se estende do cinzento ao castanho-alaranjado (superfícies); apresenta uma configuração poligonal e secção subtrapezoidal. Apenas uma das faces contem gravuras, que se concentram no pouco que resta da superfície original que seria regular e rugosa.

Proveniência: Quadrado G-106; U.E. 4; U.A. 5. X: 86011,5; Y: 152608,8; Z: 124,41.

Dimensões: 312 mm x 140 mm x 36 mm.

Só se observa repertório não figurativo. Isolámos três unidades da chave IXa, duas da IXab, três da IXb, uma da X, trinta e uma da XIa, vinte e nove da XIIb, dezoito da XIIc e vinte e uma da XIIc.

### **Peça 13 (Fig. 5.13)**

Trata-se da peça número 11 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384).

Corresponde a plaqueta com uma variação cromática entre o cinzento escuro e o vermelho; encontra-se fracturada em todos os seus bordos excepto o inferior; mesmo a face oposta pode já não corresponder à original; atualmente apresenta uma forma poligonal e uma secção que varia entre a subtrapezoidal e a poligonal. A superfície é regular e rugosa. Apresenta evidências de ter estado em contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado E-80; U.E. 4; U.A. 4. X: 86026,005; Y: 152586,773; Z: 124,861.

Dimensões: 180 mm x 80 mm x 8 mm.

Apenas se identifica grafismos não figurativos incisos: duas unidades gráficas da chave Xla, duas da Xlb e duas da Xld.

#### **Peça 14 (Fig. 5.14)**

Trata-se da peça número 12 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta rolada de cor cinzento-escuro; os bordos laterais encontram-se fracturados; um lascamento no bordo inferior incidiu sobre o focinho de um animal gravado no reverso; as superfícies são irregulares (a do anverso é mesmo atravessado por veios de quartzo) mas polidas pela água; atualmente apresenta forma sub-rectangular e secção subtrapezoidal.

Proveniência: Quadrado H-105; U.E. 4; U.A. 9. X: 86013,164; Y: 152608,939; Z: 123,576.

Dimensões: 100 mm x 50 mm x 15 mm.

Anverso: Observa-se um possível animal estriado orientado para a direita (Fr\_m14-01); o corpo apresenta bordo dorsal curvo, que se prolonga por possível membro posterior; o bordo ventral é reto, dispondo-se diagonalmente entre o membro pélvico e o torácico; a cabeça não tem um limite bem definido: o bordo dorsal corresponde a uns traços de tendência horizontal ligeiramente recurvados na zona da nuca; bordo ventral consiste num simples prolongamento do ventre, não dispondo o animal de bordo traqueal ou peito; a zona do focinho mantém-se aberta.

Reverso: Foram gravados dois animais estriados, ambos orientados para a direita. Na base da estratigrafia observa-se um cervídeo (Fr\_m14-02); apresenta dorso reto e bordo cervical algo encurvado; o pescoço é equilibrado desenvolvendo-se até uma cabeça de forma genericamente triangular e à qual falta o focinho devido à fracturação do suporte a que aludimos anteriormente; as hastes apresentam-se em perfil biangular oblíquo, observando-se no da esquerda as pontas da coroa e uma possível ponta intermédia.

Sobre esta figura foi gravado um quadrúpede (Fr\_m14-03) cujo bordo dorsal do tronco é direito, prolongando-se pela cabeça ou pescoço; a ser cabeça possui bordo ventral também direito que inflecte em ângulo recto para o que poderá ser a pata dianteira ou peito; a ser pescoço, esta inflexão dar-se-á para o peito; esta figura utiliza em parte os traços da anterior; este aspecto e os vestígios de sobreposição mais evidentes na zona do chanfro do primeiro motivo confirmam a nossa sequência estratigráfica, pese o facto do tipo de incisão mais fina e menos profunda da segunda figura poder causar a impressão contrária; quanto à espécie do animal, podemos admitir, com muitas ressalvas, que nos encontramos perante um outro cervídeo reduzido ao corpo e parte do pescoço.

#### **Peça 15 (Fig. 6.15)**

Trata-se da peça número 14 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a placa rolada de cor cinzento-escuro; apresenta uma forma poligonal que provavelmente se deve aos retoques detectados em parte do bordo esquerdo; as superfícies são irregula-

res — particularmente a do reverso — mas lisas; a do reverso sofreu vários lascamentos não se detectando aí qualquer gravura; a secção é subtrapezoidal.

Proveniência: Quadrado G-81; U.E. 4; U.A. 3. X: 86027,123; Y: 152588,109; Z: 123,829.

Dimensões: 226 mm x 157 mm x 19 mm.

Apenas se identifica repertório não figurativo inciso, que se pode classificar da seguinte forma: uma unidade da chave IIIc, uma da chave VIIa, uma da IXba, uma da IXbb, catorze da XIa, onze da XIIb e onze da XIIc.

### **Peça 16 (Fig. 6.16)**

Trata-se da peça número 15 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de cor cinzenta e tonalidades de vermelho, com forma e secção subtrapezoidais; pelo menos o bordo esquerdo e o proximal estão fracturados; o reverso pode não ser, a avaliar pelo vértice entre este e o bordo direito, o original; a superfície historiada é algo irregular, mas lisa; Aparecem ainda vários picotados efectuados após a gravação das incisões. Observa-se vestígios de contacto com o fogo no bordo esquerdo.

Proveniência: Quadrado F-81; U.E. 4; U.A. 2. X: 86026,218; Y: 152587,296; Z: 124,394.

Dimensões: 155 mm x 47 mm x 20 mm.

Atualmente apenas se observa um conjunto denso de incisões, sobre o qual foram picotados os impactos acima referidos. Dado o estado atual da peça é difícil precisar se o repertório aqui identificado corresponde efetivamente a unidades não figurativas ou a restos de animais. A forte presença de unidades da chave XIIc parece-nos, no entanto, verificável. Sob todas as reservas advindas do estado de fragmentação a peça, discriminamos as seguintes unidades não figurativas: duas da chave IIIc, três da IXa, uma da IXaa, três da IXb, uma da IXba, três da X, doze da XIa, dezoito da XIIb, dezanove da XIIc e uma da XII d.

### **Peça 17 (Fig. 6.17)**

Trata-se da peça número 16 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de cor cinzenta com algumas tonalidades de vermelho no reverso; encontra-se fracturada nos bordos e na extremidade proximal; o reverso sofreu importante processo de lascamento que conduziu à interrupção de incisões; atualmente apresenta forma subtrapezoidal e secção sub-rectangular; as superfícies são irregulares e rugosas.

Proveniência: Quadrado H-105; U.E. 4; U.A. 2. X: 86012,528; Y:152609,057; Z: 124,162.

Dimensões: 60 mm x 115 mm x 10 mm.

Anverso: observa-se um conjunto de picotados que formam uma unidade gráfica da chave XIIc.

Reverso: observa-se uma série de traços incisos que poderão conformar uma unidade gráfica não figurativa da chave XII d, sobre a qual se encontram três impactos picotados.

### **Peça 18 (Fig. 6.18)**

Trata-se da peça número 17 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de cor castanha fracturada em todos os bordos; possivelmente a superfície do reverso já não corresponde à original; atualmente apresenta forma subtrapezoidal com a extremidade direita arredondada e secção poligonal; a superfície historiada é regular e polida pela água; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado K-106; U.E. 4; U.A. 4. X: 86010,968; Y: 152609,185; Z: 124,664.

Dimensões: 124 mm x 54 mm x 22 mm.

Junto do bordo direito observa-se um conjunto de traços que, com muitas reservas, interpretamos como um membro posterior de quadrúpede inciso orientado para a direita (Fr\_m18-01); os bordos são côncavos e divergentes entre si; Para a esquerda desta figura, apenas se observa alguns picotados e uma unidade gráfica incisa da chave XIa.

### **Peça 19 (Fig. 6.19)**

Trata-se da peça número 18 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a seixo de cor cinzento-acastanhada; encontra-se fracturado no canto superior esquerdo, nos bordos esquerdo e inferior e no reverso; atualmente apresenta forma poligonal e secção subtrapezoidal; a superfície é algo irregular mas lisa; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado H-81; U.E. 4. X: 86028,2; Y: 152589,3; Z: 123,5.

Dimensões: 190 mm x 114 mm x 23 mm.

Junto ao canto inferior esquerdo observa-se uma unidade gráfica não figurativa da chave XIc, incisa; sensivelmente ao centro surge uma composição incisa que parece conformada pela justaposição de uma unidade da chave X, uma da XIa, três da XIc e uma da XIIIa.

### **Peça 20 (Fig. 7.20)**

Trata-se da peça número 19 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de cor cinzento-escura; todos os bordos estão fracturados; atualmente apresenta forma e secção subtrapezoidais; os grafismos ocorrem no que resta da superfície original do anverso, que é irregular e lisa; encontra-se ligeiramente queimada no reverso.

Proveniência: Quadrado E-80; U.E. 4; U.A. 4. X: 86026,019; Y: 152586,75; Z: 124,796.

Dimensões: 98 mm x 83 mm x 15 mm.

Apenas se observa grafismos incisos. Junto da extremidade proximal da peça observa-se restos de uma unidade gráfica que, no seu estado atual de conservação, classificamos formalmente como não figurativa da chave IIIa; mais acima observa-se uma da XIb e uma da XIa associada a uma da XIc.

### **Peça 21 (Fig. 7.21)**

Trata-se da peça número 20 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a placa de cor cinzenta; apresenta-se fracturada em todas as faces com exceção do topo; atualmente dispõe de forma poligonal e secção subtrapezoidal; a superfície historiada remanescente é regular e lisa; foi picotada em momento posterior à incisão das gravuras.

Proveniência: Quadrado E-80; U.E. 4; U.A. 9. X: 86026,21; Y: 152586,841; Z: 124,64.

Dimensões: 277 mm x 99 mm x 16 mm.

Apenas se identificam traços incisos que configuram unidades gráficas não figurativas. Isolaram-se uma da chave Ib, uma da IIIc, duas da VIIa, uma da IXab, duas da IXba, uma da IXbb, duas da X, dez da XIa, doze da XIb, quinze da XIc, duas da XIc e uma da XIIIb.

### **Peça 22 (Fig. 7.22)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta com uma variação cromática entre o cinzento escuro e o avermelhado (face esquerda); encontra-se fracturada em todos os bordos à exceção do esquerdo; a superfície historiada é regular mas rugosa; atualmente apresenta forma e secção subtrapezoidais.

Proveniência: Quadrado E-80; U.E. 4; U.A. 4. X: 86025,618; Y: 152586,337; Z: 125,01.

Dimensões: 110 mm x 65 mm x 18 mm.

A superfície historiada é dominada pela cabeça de um veado estriado orientada para a esquerda (Fr\_m22-01); o seu bordo dorsal apresenta fronte convexa e bem separada do chanfro, de perfil irregular; o focinho é convexo e o bordo ventral apresenta ganacha convexa e queixo reto; apenas se observa com clareza uma haste, restringida ao tronco; o bordo dorsal do pescoço é reto e o traqueal algo convexo na extremidade cranial.

Mais acima observa-se uma figura oblonga cuja forma — muito semelhante à cabeça descrita anteriormente — nos impele a interpretá-la como uma segunda cabeça. Encontra-se também orientada para a esquerda e é definida igualmente por incisão simples e múltipla (Fr\_m22-02).

Se rodarmos a peça 180°, observamos um outro animal, também estriado, orientado para a esquerda e algo inclinado para cima (Fr\_m22-03); está reduzido ao corpo — de forma oval e ao par de patas traseiras, dispostas em perfil biangular oblíquo, definidas por contorno simples e algo modeladas.

Os restantes grafismos são não figurativos, tendo sido isolados um da chave IXbb, dois da Xla, dois da Xlb e dois da Xlc.

### **Peça 23 (Fig. 7.23)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de cor cinzento-avermelhada; os bordos esquerdo e inferior encontram-se fracturados; o anverso apresenta uma superfície regular mas rugosa; o reverso pode já não corresponder ao original, caracterizando-se pela sua irregularidade; atualmente apresenta forma genericamente poligonal e secção irregular. Apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado E-81; U.E. 4; U.A. 4. X: 86025,901; Y: 152586,845; Z: 124,765.

Dimensões: 180 mm x 100 mm x 35 mm.

Junto do bordo esquerdo da peça parecem observar-se duas cabeças e respetivos pescoços de varetos justapostos, orientados em sentidos opostos (Fr\_m23-01 e Fr\_m23-02). A da esquerda é algo menor que a da direita, se bem que formalmente são muito parecidas, apresentando ambas cabeças de formato triangular; as duas hastes aparecem representadas de forma mais clara em Fr\_m23-01, aí se encontrando em perfil biangular oblíquo; na figura da direita apenas se observa com clareza uma haste, se bem que a direita da figura anterior pode bem representar a esquerda desta; as figuras estão de tal forma justapostas que chegam a confundir-se, podendo a cabeça de Fr\_m23-01 ser interpretada como orelha da segunda figura. Quer a maior harmonia de uma composição com dois animais, quer os claros paralelos com composição semelhante na gruta do Escoural (fig. 47 de Lejeune, 1995), impelem-nos a defender a hipótese interpretativa aqui apresentada.

Para além destes animais, isolaram-se ainda três unidades gráficas não figurativa da chave Xla, três da Xlb, duas da Xlc e uma da Xld.

### **Peça 24 (Fig. 7.24)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta rolada de cor cinzenta, com bordo direito e a extremidade inferior fracturados; o reverso já não corresponde ao original; atualmente apresenta forma subtriangular com a extremidade superior arredondada e secção subtrapezoidal; a superfície historiada é regular e polida pela água.

Proveniência: Quadrado G-106; U.E. 4; U.A. 6. X: 86011,547; Y: 152609,293; Z: 124,239.

Dimensões: 145 mm x 65 mm x 15 mm.

Apenas se observa quatro unidades não figurativas da chave Xlc, incisas.

### **Peça 25 (Fig. 7.25)**

Peça inédita. Corresponde a pequena lasca de cor castanho-acinzentada proveniente da superfície historiada de placa ou plaqueta; como é óbvio, está fracturada em todos os bordos e no reverso; a superfície remanescente é regular e lisa; atualmente apresenta forma subtriangular e secção subtrapezoidal.

Proveniência: Quadrado E-81; U.E. 4; U.A. 3. X: 86026,6; Y: 152587,4; Z: 125.

Dimensões: 21 mm x 35 mm x 3 mm.

Apresenta um conjunto estriado que parece corresponder ao par de membros anteriores de um quadrúpede estriado orientado para a esquerda (Fr\_m25-01); o antebraço da pata esquerda é de forma triangular e a canela sub-rectangular; da pata direita só resta a canela, que é definida por contorno simples, apresentando a figuração do cotovelo. Junto à extremidade distal da pata esquerda observa-se ainda possível unidade gráfica não figurativa da chave Xla e outra da Xlc.

### **Peça 26 (Fig. 7.26)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta rolada de cor cinzento-azulada, fraturada no bordo esquerdo e na base; apresenta forma triangular e secção sub-rectangular; a superfície historiada é irregular mas lisa; é atravessada por vários veios de quartzito.

Proveniência: Quadrado H-106; U.E. 4; U.A. 4. X: 86012,3; Y: 152609,5; Z: 124,272.

Dimensões: 71 mm x 71 mm x 11 mm.

Observa-se apenas uma pequena forma oblonga conseguida por picotagem, para além de alguns picotados dispersos.

### **Peça 27 (Fig. 7.27)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta castanho-acinzentada; encontra-se fracturada nos bordos lateral esquerdo, proximal e, eventualmente, em parte do reverso; atualmente apresenta forma poligonal e secção subtrapezoidal; a superfície do anverso apresenta dois planos distintos, concentrando-se os grafismos no mais elevado, que é liso; apresenta evidências de exposição ao fogo.

Proveniência: Quadrado I-107; U.E. 4; U.A. 7. X: 86012,445; Y: 152610,82; Z: 123,533.

Dimensões: 61 mm x 84 mm x 14 mm.

Observa-se apenas uma unidade gráfica não figurativa da chave Xla e outra da Xlc, ambas incisas.

### **Peça 28 (Fig. 7.28)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de cor cinzento-acastanhada; todos os bordos estão fracturados e mesmo o reverso já não nos parece o original; atualmente apresenta forma e secção trapezoidais; a superfície historiada é genericamente regular e lisa, nela se destacando uma pequena depressão que, contudo, não condicionou a gravação; apresenta ténues vestígios de rubefacção

Proveniência: Quadrado E-81; U.E. 4c; U.A. 1. X: 86025,614; Y: 152587,485; Z: 124,642.

Dimensões: 124 mm x 30 mm x 9 mm.

Infelizmente esta peça encontra-se em estado muito fragmentário. Parece observar-se vestígios da armação de um veado (Fr\_m28-01), reduzidas à coroa de uma haste e a ponta de uma outra, e duas unidades gráficas não figurativas da chave Xlb. Junto do canto inferior esquerdo observa-se uma forma estriada de difícil classificação.

### **Peça 29 (Fig. 7.29)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de xisto de cor cinzenta aparentemente fracturada em todos os bordos; atualmente apresenta forma subtrapezoidal e secção sub-rectangular; as superfícies são regulares mas rugosas.

Proveniência: Quadrado H-105; U.E. 4; U.A. base. X: 86012,8; Y: 152608,9; Z: 123,695.

Dimensões: 91 mm x 71 mm x 11 mm.

Apenas se isolaram duas unidades não figurativas da chave Xlc, encontrando-se uma delas associada a uma da Xla; são todas incisas.

### **Peça 30 (Fig. 8.30)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Placa de cor cinzento-escuro com algumas tonalidades de laranja e vermelho; apenas o bordo superior está intacto; atualmente apresenta forma poligonal e secção subtrapezoidal; o reverso pode já não ser o original; a superfície historiada é regular e rugosa; o reverso prima pela irregularidade; apresenta vestígios de rubefacção.

Proveniência: Quadrado H-107; U.E. 4; U.A. 1. X: 86011,886; Y: 152609,5; Z: 124,042.

Dimensões: 245 mm x 86 mm x 15 mm.

Observa-se o corpo e membro anterior de animal estriado orientado para direita (Fr\_m30-01), interrompido pelas fracturas dos bordos laterais da peça; acima do conjunto de traços que definem claramente o corpo do animal observa-se sulco que corre paralelo a este e a ele se liga por alguns traços transversais; este conjunto poderá ainda fazer parte do animal constituindo uma banda tal como a que por vezes aparece sobre o dorso destes animais (v. g. Fr\_m01-13; Fr\_m42-01, ou na arte parietal, em JE16-17 do Vale de José Esteves (SANTOS 2017: vol. II, 281, 283). Na zona inguinal encontra-se representada a bainha do animal; o bordo caudal do membro anterior apresenta uma curvatura que poderá indiciar a prévia existência de uma segunda pata; neste caso, elas encontrar-se-iam gravadas de acordo com uma perspectiva biangular; esta figuração poderá corresponder a veado.

Sobreposta a esta figura e orientada a 90° no sentido anti-horário foi gravada possível cerva (Fr\_m30-02) cujo corpo se reduz a uma linha incisa; a cabeça é estriada, longa e esguia, apresen-

tando o seu bordo ventral suave curvatura; a passagem da frente para o chanfro aparece tenuemente representada, o focinho tem uma terminação apontada; as orelhas são longas e esguias encontrando-se gravadas em perspectiva biangular oblíqua.

As restantes unidades gráficas são não figurativas incisas. Foram isoladas uma unidade da chave VIIa, uma da IXaa, uma da IXbb, catorze da XIa, quatro da XIb, cinco da XIc, uma da XId e uma da XIIIb.

A sequência estratigráfica e a orientação dos animais permite-nos levantar a hipótese de que a cerva foi gravada após a fractura da peça, facto que terá conduzido à reorientação desta última.

### **Peça 31 (Fig. 8.31)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de xisto de cor cinzento-acastanhada; encontra-se fracturada em todos os bordos e, muito possivelmente no reverso; atualmente apresenta forma e secção subpoligonais; a superfície historiada é regular e algo rugosa.

Proveniência: Quadrado H-106; U.E. 4; U.A. 8. X: 86012,624; Y: 152609,367; Z: 123,715.

Dimensões: 32 mm x 127 mm x 12 mm.

O motivo mais perceptível encontra-se junto do topo; apresenta forma globular aberta à esquerda e é atravessado por sulco longitudinal sub-rectilíneo; a figura é preenchida interiormente por vários sulcos perpendiculares a este eixo; a banda inferior é ainda atravessada por um esbatido sulco paralelo ao eixo; tecnicamente o limite e o eixo central são conseguidos por uma incisão repetida que origina sulcos profundos e relativamente largos; os sulcos perpendiculares e o paralelo da banda inferior correspondem a incisões mais ténues; em cima à esquerda observa-se o que pode corresponder aos restos de uma figura do mesmo tipo; dela observa-se o limite inferior, um sulco paralelo no interior bem como vários perpendiculares; tecnicamente observa-se o mesmo que na anterior relativamente quer ao limite e eixo quer aos traços perpendiculares. Estas duas figuras são por nós inventariadas como duas unidades gráficas não figurativas da chave IIIa, se bem que a sua identificação como cabeças de animais não pode ser colocada de lado.

Mais abaixo encontra-se o que parecem ser vestígios de um animal inciso, reduzido à sua metade ventral, orientado para a esquerda e inclinado para baixo (Fr\_m31-01); é definido por contorno simples e múltiplo; a pata traseira é definida por dois bordos retos e o ventre é convexo; aparenta dispor de duas patas dianteiras estriadas, dispostas em perfil biangular oblíquo.

Isolaram-se ainda uma unidade da chave VIIa, uma da IXa, quatro da XIa, três da XIb, uma da XIc e uma da XId, todas incisas.

### **Peça 32 (Fig. 8.32)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a placa rolada de cor cinzento-acastanhada com algumas tonalidades vermelhas na zona fracturada do bordo esquerdo; encontra-se também quebrada nos bordos superior e inferior; atualmente apresenta forma tendencialmente poligonal e secção subtrapezoidal; as superfícies são um pouco irregulares mas lisas; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado E-81; U.E. 4; U.A. 4.

Dimensões: 265 mm x 120 mm x 30 mm. X: 86025,46; Y: 152587,054; Z: 124,958.

Interrompida pela fractura do bordo esquerdo observa-se uma cabeça estriada de macho de cabra-montês orientada para a direita (Fr\_m32-01); o bordo cervical é convexo e o traqueal direito;

a cabeça apresenta uma forma genericamente triangular com um focinho arredondado; os cornos apresentam-se em perspectiva biangular oblíqua, sendo notória no direito a característica curvatura em S; alguns traços abaixo poderão, com muitas reservas, ser interpretados como as patas dianteiras do animal representadas em perspectiva biangular oblíqua.

Ocupando sensivelmente o centro do sector superior da peça observa-se outro animal — muito provavelmente um capríneo — definido por incisão (variantes do contorno múltiplo e simples) orientado para a esquerda (Fr\_m32-02); apresenta uma longa e esguia cabeça um pouco encurvada na zona do focinho; os cornos (?) são definidos perimetralmente, encontrando-se representados em perfil biangular oblíquo e atirados para trás.

Para a esquerda deste último parece reconhecer-se outro animal (possível cervo), reduzido ao pescoço e à cabeça (Fr\_m32-03); o animal encontra-se estriado, inclinado para cima e orientado para a direita; o pescoço é longo e os seus bordos são direitos; a cabeça apresenta nuca convexa, orelha triangular, fronte convexa, chanfro reto e bordo ventral reto; o focinho é interrompido pelo bordo superior da peça.

Os restantes grafismos são não figurativos, tendo-se isolado doze da chave Xla, quatro da Xlb e dois da Xllb.

### **Peça 33 (Fig. 8.33)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de cor cinzento-escura; atualmente apresenta forma poligonal e secção subtrapezoidal; encontra-se fracturada no bordo superior e no canto inferior direito; as superfícies são regulares mas rugosas.

Proveniência: Quadrado E-81; U.E. 4; U.A. 2. X: 86025,087; Y: 152586,895; Z: 125,381.

Dimensões: 190 mm x 85 mm x 30 mm.

No sector superior direito observa-se uma cervo estriado orientado para a esquerda (Fr\_m33-01); tem um corpo excessivamente possante por comparação com a cabeça; esta caracteriza-se pela pormenorização anatómica; as orelhas, bem delineadas, encontram-se em perfil biangular oblíquo, tal como as patas traseiras; as dianteiras aparecem em perfil biangular recto; as patas apresentam as características coxas e antebraços de forma triangular e as canelas de forma retilínea; a cauda corresponde a um simples prolongamento do bordo da garupa que aqui curva e recurva suavemente.

Abaixo do animal observa-se ainda duas unidades gráficas não figurativas da chave Xlb.

### **Peça 34 (Fig. 8.34)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta cuja variação cromática varia entre o cinzento (em particular no reverso) e o avermelhado (em particular no anverso); parece fracturada em todos os bordos e mesmo o reverso pode já não corresponder ao original; apresenta forma e secção subtrapezoidais; a superfície historiada é irregular e lisa; refira-se a existência de alguns lascamentos naturais numa fase prévia à gravação. Apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado H-105; U.E. 4; U.A. 9. X: 86012,9; Y: 152609; Z: 124,407.

Dimensões: 160 mm x 42 mm x 7 mm.

Observa-se um conjunto estriado onde se reconhece, interrompido pela fractura do topo, um par de membros posteriores de um quadrúpede orientado para a direita (Fr\_m34-01); trata-se do que resta de uma figura estriada; as patas apresentam clara separação entre canela e coxa,

encontrando-se representadas em perfil biangular oblíquo; o ventre é convexo. À volta das patas observa-se vários traços incisivos que parecem configurar uma unidade não figurativa da chave Xla e quatro da Xlc.

### **Peça 35 (Fig. 8.35)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a placa de cor cinzenta com algumas manchas avermelhadas no bordo direito; está fracturada nas extremidades distal e proximal e no bordo direito; a superfície historiada é irregular e lisa; apresenta atualmente forma subtrapezoidal e secção sub-rectangular.

Proveniência: Quadrado E-80; U.E. 4; U.A. 1. X: 86025,738; Y: 152586,412; Z: 125,326.

Dimensões: 90 mm x 280 mm x 17 mm.

Observa-se, junto da extremidade distal da peça, a metade caudal de um animal estriado orientado para a direita e disposto na diagonal (Fr\_m35-01); as patas foram gravadas segundo uma perspectiva biangular oblíqua; o bordo ventral do corpo é sub-retilíneo; na globalidade o animal parece ter sido dotado de um corpo *grosso modo* rectangular. Observa-se ainda grafismos não figurativos, tendo-se isolado cinco unidades da chave Xla, duas da Xlb e três da Xlc.

### **Peça 36 (Fig. 8.36)**

Trata-se da peça com o mesmo número da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a placa cuja variação cromática se estende desde o cinzento-claro (superfície historiada) até ao cinzento-azulado (núcleo da peça), passando por algumas manchas avermelhadas; apresenta-se fracturada no bordo esquerdo, verificando-se aí uma série de lascamentos. Embora tecnicamente se deva considerar uma placa, o volume irregular da peça aproxima-a de um bloco; a forma é subtriangular e transversalmente apresenta secções que vão do triangular (sectores terminais da peça) ao sub-rectangular (centro); a superfície gravada é lisa, pautando-se por uma suave irregularidade.

Proveniência: Quadrado H-105; U.E. 4; U.A. 8. X: 86012,844; Y: 152608,693; Z: 123,749.

Dimensões: 194 mm x 150 mm x 77 mm.

Apenas se identifica repertório não figurativo incisivo, tendo-se isolado uma unidade da chave IXba, onze da Xla, dez da Xlb e oito da Xlc.

### **Peça 37 (Fig. 9.37)**

Trata-se da peça 38 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a placa de cor cinzenta com nuances vermelhas; encontra-se fracturada em todos os seus bordos; atualmente apresenta uma forma poligonal e secção *grosso modo* subtrapezoidal; quer o anverso, quer o reverso encontram-se muito lascados; apenas no primeiro resta alguma área da superfície original que seria algo irregular mas lisa, aqui se concentrando as gravuras identificadas; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado G-81; U.E. 4; U.A. 1. X: 86027,4; Y: 152588,87; Z: 124,04.

Dimensões: 320 mm x 130 mm x 70 mm.

Ocupando cerca de 2/3 do comprimento da área gravada, identifica-se uma cerva estriada orientada para a direita e interrompida pelas fracturas inferior e esquerda (Fr\_m37-01); deste animal observa-se a cabeça de forma triangular, as orelhas foliformes em perfil biangular oblíquo,

um pescoço longo e adelgado, e parte do dorso de aparente tendência rectilínea. Para a direita deste animal observa-se um conjunto de traços que poderão corresponder aos restos da traseira de um quadrúpede (Fr\_m37-02). Finalmente, no sector direito, interrompida pelas fracturas inferior e direita observa-se a traseira de um quadrúpede estriado orientado para a direita (Fr\_m37-03); apresenta uma garupa discreta e ventre aparentemente direito; o que resta das patas traseiras aparece em perspectiva biangular. Os paralelos mais fortes que encontramos para estes quartos traseiros correspondem a cervídeos (v.g. CI33-01 da Canada do Inferno [SANTOS 2017: vol. II, 254-255 ou VC01-01 de Vale de Cabrões [SANTOS 2017: vol. II, 287]).

Uma série unidades gráficas não figurativas completam o repertório, tendo-se isolado cinco da chave Xla, três da Xlb e duas da Xlc.

### **Peça 38 (Fig. 8.38)**

Trata-se da peça 39 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta de cor cinzenta com tonalidades de castanho; encontra-se fracturada em todos os seus lados, devendo o reverso já não corresponder ao original; atualmente dispõe de forma e secção subtrapezoidais; a superfície original remanescente é regular e algo rugosa; observa-se alguns picotados soltos que, contudo, não afectaram as gravuras; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado F-81; U.E. 4; U.A. 1. X: 86026,9; Y: 152588,87; Z: 124,72.

Dimensões: 190 mm x 70 mm x 15 mm.

Observa-se veado inciso retrospectivo com o corpo orientado para a direita (Fr\_m38-01); encontra-se definido por contorno simples, sendo estriado nas zonas do pescoço, cabeça e hastes; a figura está bastante incompleta devido às fracturas laterais e de topo; da cabeça apenas se observa o arranque da ganacha; das armações resta uma virada para trás onde se pode ainda observar uma ponta; o pescoço é longo e encurvado; da pata dianteira só se observa o arranque; as traseiras separadas daquela por bordo ventral convexo, apresentam coxas triangulares e canelas lineares, encontrando-se em perfil biangular oblíquo; o dorso é direito e a garupa tenuemente curva; alguns traços paralelos ao dorso podem representar a pelagem; realce-se a existência de dois deles que, dotados de uma forma meândrica, se vão entrecruzando.

Em baixo observa-se uma forma definida por incisão (variante do contorno múltiplo) de tendência oval disposta na horizontal e aberta à esquerda, tendo sido por nós interpretada como uma cabeça (Fr\_m38-02).

O restante repertório é de natureza não figurativa, sendo composto por duas unidades da chave Xla e uma da Xlc.

### **Peça 39 (Fig. 9.39)**

Trata-se da peça 40 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a placa com uma variação cromática que se estende do cinzento-azulado ao vermelho; encontra-se fracturada em todos os seus lados com excepção do bordo direito nos seus dois terços inferiores; mesmo o reverso pode já não corresponder ao original; apresenta atualmente forma e secção subtrapezoidais; a superfície historiada é irregular e algo áspera; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado H-106; U.E. 4; U.A. base. X: 86012,356; Y: 152610,823; Z: 124,469.

Dimensões: 65 mm x 207 mm x 4 mm.

Apenas se isolou uma unidade gráfica não figurativa da chave IXbb, uma da X, uma da Xla, uma da Xlb, uma da Xlc e uma da XIIIb, todas incisas.

#### **Peça 40 (Fig. 9.40)**

Trata-se da peça 42 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta cuja variação cromática vai do cinzento ao vermelho (superfície historiada); encontra-se fracturada em todos os seus lados, podendo o reverso já não corresponder ao original; a superfície historiada é irregular e rugosa; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado H-105; U.E. 4; U.A. 2. X: 86012,865; Y: 152608,952; Z: 124,054.

Dimensões: 140 mm x 55 mm x 25 mm.

Observa-se o que parece corresponder ao corpo de um animal estriado virado para a direita (Fr\_m40-01); o dorso é direito e o garrote anguloso; o bordo ventral é rectilíneo.

Mais abaixo observa-se uma unidade gráfica não figurativa da chave Xla e cerca da base da peça uma daquela chave e duas da Xlb, sendo todas incisas.

#### **Peça 41 (Fig. 9.41)**

Trata-se da peça 43 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a placa cuja cor varia entre o castanho-avermelhado e o cinzento; o volume é bastante irregular, dispondo a peça de várias faces, sendo que duas (anverso e bordo direito) apresentam grafias; parte da superfície do anverso (o terço superior) poderá ter desaparecido, assim como o bordo proximal e reverso originais; atualmente apresenta forma subtriangular e secção poligonal ao centro da peça.

Proveniência: Quadrado J-104; U.E. 4; U.A. topo. X: 86014,9; Y: 152609,4; Z: 123,7.

Dimensões: 232 mm x 142 mm x 50 mm.

Anverso: Observa-se sensivelmente a meio uma composição que pode ser descrita como uma associação entre uma unidade gráfica não figurativa da chave Xla picotada, duas da Xlb incisas e uma da Xlc, também incisa.

Bordo direito: observa-se dois picotados soltos, um já interrompido pela fractura do reverso; um traço profundamente inciso mas sem qualquer patina poderá ser já decorrente dos trabalhos de escavação.

#### **Peça 42 (Fig. 9.42)**

Trata-se da peça 44 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384), e que foi publicada com a mesma numeração por Baptista (2009: 21). Corresponde a seixo de cor cinzenta, fracturado na base, no sector superior direito e em parte do reverso; atualmente apresenta forma poligonal e secção subtrapezoidal com o topo arredondado; as superfícies remanescentes são regulares e lisas.

Proveniência: Quadrado E-80; U.E. 4; U.A. 3. X: 86026,8; Y: 152586,5; Z: 124,94.

Dimensões: 120 mm x 990 mm x 15 mm.

Observa-se apenas um animal orientado para a direita (Fr\_m42-01) cuja cabeça desapareceu devido a fractura do suporte; o animal apresenta bordo dorsal rectilíneo e garupa angulosa; esta zona do animal é debruada por uma banda preenchida com traços verticais que poderão representar a pelagem; as patas, dispostas em perfil biangular oblíquo, apresentam coxas e antebraços

triangulares e canelas lineares; o bordo ventral é pronunciado, podendo um traço interior denunciar a distinção cromática da pelagem nesta zona do animal; a cauda é curta e caída sobre a nádega; a cauda e as patas, curtas relativamente à dimensão do corpo, podem indiciar estarmos perante um capríneo.

#### **Peça 43 (Fig. 9.43)**

Trata-se da peça 45 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a placa rolada de cor cinzento-clara; o bordo direito encontra-se fracturado; atualmente apresenta forma poligonal e secção subtrapezoidal; as superfícies são irregulares mas boleadas pela água; observa-se vários picotados efectuados após as incisões.

Proveniência: Quadrado H-105; U.E. 4; U.A. 1. X: 86010,359; Y: 152608,939; Z: 124,25.

Dimensões: 205 mm x 135 mm x 43 mm

Individualizam-se três unidades gráficas não figurativas incisas da chave Xlc.

#### **Peça 44 (Fig. 9.44)**

Trata-se da peça 47 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a plaqueta rolada de cor cinzento-azulada; todos os bordos, assim como o reverso, parecem fracturados; contudo, refira-se que o canto entre os bordos lateral esquerdo e superior se encontra boleado pelo que as fracturas deverão ser muito antigas; atualmente a plaqueta apresenta forma e secção subtrapezoidais; a superfície historiada corresponde ao sector direito do anverso (o sector esquerdo lascou), sendo irregular mas lisa.

Proveniência: Quadrado E-81; U.E. 4; U.A. 4. X: 86026,1; Y: 152587,3; Z: 125,15.

Dimensões: 98 mm x 51 mm x 16 mm.

Apenas se isolou quatro unidades gráficas não figurativas incisas: uma da chave Xla, uma da Xlb e duas da Xlc.

#### **Peça 45 (Fig. 9.45)**

Trata-se da peça 48 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a placa de cor castanho-acinzentada com algumas manchas de vermelho; encontra-se fracturada nos bordos laterais; atualmente apresenta forma poligonal e secção subtrapezoidal; a superfície historiada é algo irregular, mas lisa.

Proveniência: Quadrado G-106; U.E. 4; U.A. 7. X: 86011,376; Y: 152609,409; Z: 124,274.

Dimensões: 160 mm x 520 mm x 40 mm.

Apenas se identificou repertório não figurativo, tendo-se isolado uma unidade da chave VIIa, uma da IXb, duas da IXbb, duas da X, dezanove da Xla, quinze da Xlb e quinze da Xlc. Refira-se também a ocorrência de vários picotados soltos.

#### **Peça 46 (Fig. 10.46)**

Trata-se da peça 49 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 384). Corresponde a placa de grandes dimensões, aparentemente fracturada nos bordos laterais e distal; apresenta uma variação cromática que se estende do cinzento ao vermelho; atualmente apresenta forma e secção sub-rectangulares; a superfície historiada é regular e rugosa, observando-se alguns lascamentos; apresenta vestígios de ter estado em contacto com o fogo.

Dimensões: 140 mm x 530 mm x 55 mm.

Proveniência: Quadrado G-81; U.E. 4; U.A. 5. X: 86027,017; Y: 152588,372; Z: 123,576.

No topo observa-se o que poderá corresponder a um quadrúpede orientado para a esquerda (Fr\_m46-01) e interrompido pelos bordos esquerdo e superior; apresenta bordo dorsal do tronco acentuadamente côncavo com garupa muito angulosa; a nádega é suavemente convexa prolongando-se pelo bordo caudal de um dos membros posteriores; estes encontram-se representados em perfil biangular oblíquo; o ventre é côncavo e o cilhadouro convexo; a leitura dos membros torácicos é bastante difícil: estamos perante duas patas lineares ou apenas está representada uma com volume? Infelizmente esta resposta está condicionada pela fractura da peça nesta zona; pela mesma razão não temos a cabeça do animal que poderia ajudar a identificar a espécie representada; refira-se apenas que a cauda longa e atirada para trás e a angulosidade da garupa podem indiciar-nos estarmos na presença de um bovino; tecnicamente a figura é definida pela incisão, na sua variante do contorno simples.

Os restantes grafismos são de natureza não figurativa, tendo-se identificado duas unidades gráficas da chave VIIa, duas da IXa, uma da X, seis da XIa, quatro da XIIb, três da XIIc e uma da XIIId.

#### **Peça 47 (Fig. 10.47)**

Trata-se da peça 50 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a placa cinzento-acastanhada; encontra-se fracturada nos bordos laterais; o reverso pode não corresponder ao original; do anverso só resta a parte que corresponde *grosso modo* ao sector central da peça; atualmente apresenta forma sub-rectangular e secção poligonal; a superfície conservada é regular e lisa, pese embora a existência de alguns lascamentos; apresenta vestígios de contacto com o fogo num dos bordos laterais.

Proveniência: Quadrado G-81; U.E. 4; U.A. Base. X: 86027,326; Y: 152588,59; Z: 123,411.

Dimensões: 260 mm x 100 mm x 25 mm.

A única unidade gráfica possivelmente figurativa corresponde a cabeça incisa, definida por contorno simples e orientada para a direita (Fr\_m47-01). O bordo dorsal apresenta fronte e chanfro convexos, separados entre si por ténue estrangulamento, o focinho é apontado e o bordo ventral apresenta ganacha convexa e queixo côncavo. Os claros paralelos formais com algumas figuras mais completas do Vale do Côa, designadamente os do topo e da base de painel da rocha 1 do Tudão (Fig. 15) levam-nos a interpretar esta figura como cabeça de um cavalo.

O restante repertório é de natureza não figurativa, tendo-se isolado uma unidade da chave IXc, sete da XIa, oito da XIIb, três da XIIc e oito da XIIId.

#### **Peça 48 (Fig. 10.48)**

Trata-se da peça 51 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a placa de cor cinzenta com largas manchas avermelhadas; encontra-se fracturada no canto inferior esquerdo; atualmente apresenta configuração poligonal (seria subtrapezoidal se não estivesse fracturada) e secção subtrapezoidal; a superfície historiada é regular e rugosa.

Proveniência: Quadrado I-106/107; U.E. 6; limpeza de corte.

Dimensões: 520 mm x 210 mm x 50 mm. X: 86012,7; Y: 152610,6; Z: 123,7.

A única figura zoomórfica identificada corresponde a um quadrúpede inciso orientado para a direita e ligeiramente inclinado para baixo (Fr\_m48-01); apresenta cabeça de configuração subtrapezoidal com bordo dorsal convexo, focinho recto bordo ventral com queixo recto e queixada con-

vexa; o bordo cervical é reto, o garrote anguloso, o dorso convexo e a garupa convexa; na nuca encontra-se um traço, encurvado na extremidade distal, que pode corresponder a um corno; a cauda prolonga o bordo dorsal, encurvando após a confluência com a coxa; os dois membros posteriores encontram-se representados em perfil biangular oblíquo, apresentando as coxas uma forma *grosso modo* triangular; a canela direita é definida pelo prolongamento dos bordos da coxa e a esquerda pelo prolongamento do bordo caudal da coxa; o bordo ventral é convexo; as patas dianteiras estão também representadas segundo um perfil biangular oblíquo, nelas observando-se os antebraços de forma subtriangular e as pernas correspondentes a traços simples; o bordo traqueal do pescoço é convexo; pescoço e cabeça parecem corresponder a um veado; contudo, a cauda é demasiado longa para essa espécie.

O restante repertório é não figurativo, igualmente inciso. Isolaram-se uma unidade da chave IIIc, três da chave VIIa, uma da IXab, uma da IXbb, trinta e uma da XIa, treze da XIIb, onze da XIc, oito da XId e uma da XIIIb.

#### **Peça 49 (Fig. 10.49)**

Trata-se da peça 52 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta de cor castanho-acinzentada; encontra-se fragmentada em todos os seus bordos e, muito possivelmente, no reverso; atualmente a peça apresenta forma e secção poligonais (embora a superfície historiada apresente configuração subtriangular); a superfície historiada é regular e lisa; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado G-81; U.E. 4; U.A. base. X: 86027,7; Y: 152588,6; Z: 123,403.

Dimensões: 81 mm x 124 mm x 19 mm.

Observa-se um conjunto estriado que ocupa toda a superfície historiada, sendo que a maior parte dos sulcos se dispõem paralelamente ao eixo maior da peça, agrupados aparentemente de forma ritmada. Interpretamos estes traços como o interior de um corpo estriado, razão pela qual inventariámos esta unidade como quadrúpede (Fr\_m49-01).

#### **Peça 50 (Fig. 10.50)**

Trata-se da peça 54 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a placa de cor cinzento-acastanhada; encontra-se fracturada nos bordos laterais e no canto superior esquerdo; atualmente apresenta forma poligonal e secção subtrapezoidal; as superfícies caracterizam-se pela sua rugosidade; a do reverso é bastante irregular, a do anverso é mais regular, pese a existência de alguns lascamentos no sector inferior; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado E-81; U.E. 4; U.A. 7. X: 86027,351; Y: 152588,223; Z: 123,461.

Dimensões: 260 mm x 75 mm x 25 mm.

Anverso: A unidade gráfica mais perceptível corresponde à metade cranial de um capríneo estriado orientado para a direita e interrompido pela fractura do bordo esquerdo (Fr\_m50-01); apresenta cabeça de tendência campanular com o focinho arredondado; apenas se representou um corno curvo em perfil absoluto, atirado para trás; o pescoço é longo e de bordos retos; o corpo é definido igualmente por bordos retos; apenas uma pata, definida pelos seus bordos, está representada.

Mais abaixo, em relação de sobreposição parcial com a figura anterior, observa-se possíveis quartos traseiros de quadrúpede inciso, orientado para a esquerda e definido por contorno simples

(Fr\_m50-02). Como a figura anterior, encontra-se interrompido pelo bordo esquerdo da peça. O animal apresenta bordos ventral e dorsal retos, sendo a nádega e coxa definida por fissura da peça; as patas traseiras são lineares, dispendo-se em perfil biangular oblíquo.

Acima de Fr\_m50-01 observa-se outro capríneo inciso, definido por contorno simples e múltiplo, orientado para a direita (Fr\_m50-03). A cabeça é de forma subtriangular com bordos dorsal e ventral convexos e focinho apontado; os dois cornos aparecem representados em perfil biangular oblíquo; o corpo é de forma muito esquemática, caracterizando-se pela curvatura do bordo dorsal e pela retidão da nádega; do bordo ventral apenas se observa a zona do cilhadouro, curva; a pata dianteira é de forma triangular e a traseira linear; a zona do bordo traqueal/ peito é definida por fissura da peça.

Mais acima parece ainda observar-se cabeça muito esquemática de um outro capríneo inciso, orientado para a esquerda (Fr\_m50-04). A cabeça apresenta bordo dorsal recto, ventral côncavo e ponta do focinho convexa; o bordo traqueal é recto e o corno definido perimetralmente e atirado para trás.

Observa-se ainda uma série de incisões que foram inventariadas como unidades gráficas não figurativas: duas da chave VIIa, duas da IXa, uma da IXaa, uma da IXab, duas da IXb, treze da XIa, quatro da XIIb, seis da Xlc, duas da Xld e uma da XIIIb.

Reverso: Assinale-se apenas a ocorrências de duas unidades gráficas não figurativas da chave XIa, uma da XIIb e duas da XIIIb, todas incisivas.

#### **Peça 51 (Fig. 10.51)**

Trata-se da peça 55 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta cuja variação cromática se estende do cinzento às tonalidades avermelhadas; encontra-se fracturada em todos os bordos; pelo menos parte do reverso encontra-se também fracturado; atualmente apresenta forma e secção subtrapezoidais; a superfície historiada é bastante irregular e áspera ao toque; a cor avermelhada denota contacto da peça com o fogo.

Dimensões: 164 mm x 46 mm x 29 mm.

Proveniência: Quadrado E-81; U.E. 4; U.A. 3. X: 86025,803; Y: 152586,892; Z: 124,84.

Dois longos traços incisivos interrompidos nos bordos superior e esquerdo podem corresponder aos quartos traseiros de um quadrúpede orientado à esquerda (Fr\_m51-1); o traço que eventualmente se poderá identificar com o dorso é rectilíneo encurvando ligeiramente na zona da garupa; o animal disporia de uma nádega direita. Sobre ela observa-se um conjunto de traços incisivos que poderá corresponder à representação da cauda.

#### **Peça 52 (Fig. 11.52)**

Trata-se da peça 56 B da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a placa rolada de cor cinzenta com o bordo direito, base e, pelo menos, parte do reverso fracturados; atualmente apresenta forma subtrapezoidal e secção poligonal; a superfície historiada é irregular mas polida pela água; destaque-se um “degrau” que atravessa a peça longitudinalmente dando origem a dois planos distintos; contudo, este aspecto não condicionou a gravação dos motivos como se depreende pela observação da cervia superior cujo pescoço atravessa o referido “degrau”; apresenta vestígios de contacto com o fogo no reverso.

Proveniência: Quadrado I-105; U.E. 4; U.A. base. X: 86013,929; Y: 152609,194; Z: 123,205.

Dimensões: 290 mm x 110 mm x 30 mm.

Junto ao bordo superior observa-se o que resta de um quadrúpede estriado, muito possivelmente orientado para a esquerda (Fr\_m52-01); dele restam os dois membros anteriores, parte dos posteriores e o bordo ventral do corpo; as patas estão representadas em perfil biangular oblíquo; a anterior esquerda apresenta antebraço triangular e canela linear.

Sobreposta por esta figura encontra-se uma cerva estriada, orientada para a esquerda (Fr\_m52-02); a cabeça apresenta bordo dorsal reto, bordo ventral convexo e focinho apontado; as orelhas, pontiagudas, encontram-se representadas em perspectiva biangular oblíqua; o pescoço é longo e esguio; o bordo dorsal do corpo é recto e a nádega encurvada; a cauda encontra-se reduzida a um traço horizontal; as patas dianteiras, de forma triangular, encontram-se representadas em perspectiva biangular recta; apenas se encontra gravada uma das patas traseiras; o bordo ventral é convexo.

Mais abaixo encontra-se outra cerva estriada (Fr\_m52-03), também orientada para a esquerda e numa posição oblíqua; a cabeça apresenta bordo dorsal com uma suave curvatura, bordo ventral mais pronunciado e focinho quase recto (não delimitado); o pescoço é sumariamente representado; o bordo dorsal apresenta uma suave convexidade; o bordo ventral não se encontra representado, pese a existência de algum preenchimento interno do corpo; os membros são semelhantes aos da figura anterior; o par dianteiro está representado em perspectiva biangular recta e o traseiro em biangular oblíqua.

Isolaram-se ainda uma unidade gráfica não figurativa da chave VIIa, uma da IXa, três da IXba, vinte e três da XIa, dez da XIIa, doze da XIII e uma da XIIIb.

#### **Peça 53 (Fig. 11.53)**

Trata-se da peça 57 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta de cor cinzento-azulada; aparenta estar fragmentada nos bordos laterais e na extremidade distal; o reverso pode já não corresponder à superfície original; atualmente apresenta forma sub-rectangular e secção subtrapezoidal; a superfície é irregular e áspera.

Proveniência: Quadrado I-105; U.E. 5. X: 86013,351; Y: 152609,475; Z: 123,184.

Dimensões: 96 mm x 40 mm x 7 mm.

Observa-se dois conjuntos de traços incisos; um destes conjuntos poderá corresponder a um prótomo muito esquemático de cervídeo, orientada para a esquerda (Fr\_m53-01); a ser assim estamos perante uma longa cabeça com bordo dorsal côncavo, focinho recto e bordo ventral com ganacha reta e queixo anguloso e saliente.

Relativamente ao segundo conjunto referido, este corresponde a unidade gráfica não figurativa incisa da chave VIII. Observa-se ainda outras duas unidades da chave XIa, uma delas associada a Fr\_m53-01.

#### **Peça 54 (Fig. 11.54)**

Trata-se da peça 58 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a seixo de cor cinzenta com algumas tonalidades de vermelho; a extremidade distal e o bordo direito encontram-se fragmentados; atualmente apresenta forma poligonal e secção trapezoidal; a superfície do anverso é regular e lisa, sendo a do reverso regular e rugosa; observa-se ainda alguns picotados em ambas as faces historiadas efectuados após a gravação.

Proveniência: Quadrado H-81; U.E. 4; U.A. 2. X: 86028,4; Y: 152589,4; Z: 123,31.

Dimensões: 120 mm x 75 mm x 28 mm.

Anverso: Observa-se parte do corpo e membros posteriores de um animal estriado orientado para a direita e inclinado para baixo (Fr\_m54-01); os bordos dorsal e ventral do corpo são tendencialmente retos, pese embora a garupa se destaque no primeiro; a nádega é algo convexa; as patas traseiras são rectas e apresentam-se em perfil biangular oblíquo. Os paralelos com várias figuras do Côa mais completas, designadamente da rocha 23 da Quinta da Barca (SANTOS 2015: 77, fig. 4) autorizam a que interpretemos esta figura como um cervídeo.

Identificaram-se ainda uma unidade gráfica não figurativa da chave VIIa, duas da IXa (as três associadas ao animal), quatro da XIa e uma da XIIb.

Reverso: Apenas se observa unidades gráficas não figurativas incisas: uma da chave VIIa, uma da IXab, quatro da XIa, três da XIIb e duas da XIc.

### **Peça 55 (Fig. 11.55)**

Trata-se da peça 59 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta de cor cinzento-azulada com algumas manchas de tonalidade vermelha no anverso; todos os bordos estão fracturados; atualmente apresenta forma sub-rectangular e secção subtrapezoidal; o anverso encontra-se fortemente lascado, confinando-se os grafismos ao que resta da superfície original, que seria regular mas áspera ao toque.

Proveniência: Quadrado E-80; U.E. 4; U.A. 5. X: 86027,033; Y: 152586,276; Z: 124,301.

Dimensões: 45 mm x 108 mm x 15 mm.

Infelizmente, dado o mau estado de conservação do anverso não é possível verificar se estamos perante uma ou duas unidades gráficas incisas; optámos por considerar a existência de duas não figurativas da chave XIc.

### **Peça 56 (Fig. 11.56)**

Trata-se da peça 61 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta de cor cinzento-escuro com algumas tonalidades ferruginosas; todos os seus bordos e, eventualmente o reverso estão fracturados; atualmente apresenta uma forma poligonal alongada e uma secção subtrapezoidal; a superfície historiada é irregular e rugosa.

Proveniência: Quadrado G-81; U.E. 4; U.A. 7. X: 86027,7; Y: 152588,6; Z: 123,488.

Dimensões: 30 mm x 188 mm x 10 mm.

Identificou-se uma unidade gráfica não figurativa da chave XIa, uma da XIIb e uma da XIc, todas incisas.

### **Peça 57 (Fig. 11.57)**

Trata-se da peça 62 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a bloco com uma variação cromática que vai do cinzento (bordos) às tonalidades vermelhas (anverso); destaque-se ainda as concreções ferruginosas existentes no anverso; a peça parece ter-se fragmentado nos bordos e na extremidade proximal entre a gravação do anverso e as picotagens dos bordos laterais; atualmente a peça apresenta forma subtrapezoidal e secção sub-rectangular; o anverso dispõe de uma superfície regular e lisa, correspondente à diáclase do afloramento de onde provém o suporte; os bordos, correspondentes ao plano da xistosidade, são irregulares e ásperos.

Proveniência: Quadrado H-81; U.E. 4; U.A. 2. X: 86027,445; Y: 152588,894; Z: 123,178.

Dimensões: 85 mm x 25 mm x 73 mm.

Anverso: Observa-se um par de unidades gráficas não figurativas incisas da chave IXaa.

Bordo lateral esquerdo: observa-se alguns picotados soltos.

Bordo lateral direito: observa-se alguns picotados soltos, se bem que em menor quantidade que no bordo anteriormente referido.

### **Peça 58 (Fig. 11.58)**

Trata-se da peça 63 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a seixo de cor cinzenta com a base fracturada; atualmente apresenta forma e secção sub-trapezoidais; as superfícies são regulares e lisas.

Proveniência: Quadrado I-107; U.E. 4; U.A. base. X: 86012,3; Y: 152611; Z: 123,62.

Dimensões: 90 mm x 44 mm x 10 mm.

Observa-se o que parece corresponder à figuração muito esquemática da metade cranial de um cervídeo estriado, orientado para a direita (Fr\_m58-01). Apresenta um pescoço pronunciado e uma cabeça reduzida a alguns traços ligeiramente curvos, perpendiculares aos que configuram o pescoço; o peito está praticamente ausente; não se representaram as patas.

As restantes incisões parecem formar unidades gráficas não figurativas: uma da chave VIIa, dez da XIa, três da XIIb e duas da XIc.

### **Peça 59 (Fig. 11.59)**

Trata-se da peça 65C da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta de cor cinzento-acastanhada; está fracturada em todos os seus bordos e mesmo o reverso pode não corresponder ao original; atualmente apresenta forma sub-rectangular e secção poligonal; a superfície historiada é regular e bastante lisa; observa-se algumas picotagens efectuadas após a incisão dos motivos.

Proveniência: junto da rocha 1; U.E. 5 a 8; crivo.

Dimensões: 88 mm x 38 mm x 18 mm.

A figura que mais se realça corresponde a cerva estriada orientada para a esquerda (Fr\_m59-01); Encontra-se reduzida à cabeça e pescoço; da primeira observa-se os bordos ventral e dorsal, ambos retos; o pescoço apresenta o bordo cervical reto e o traqueal convexo; as orelhas, algo esquemáticas, dispõem-se em perfil biangular oblíquo.

As restantes incisões da peça foram classificadas como unidades gráficas não figurativas: uma da chave IXaa, uma da IXb, três da XIa, duas da XIIb e três da XIc.

### **Peça 60 (Fig. 11.60)**

Trata-se da peça 66 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta de cor cinzento-acastanhada com algumas manchas avermelhadas; apresenta-se fracturada no sector superior do bordo esquerdo e na base, não correspondendo muito provavelmente o reverso ao original; a superfície historiada é irregular e rugosa; atualmente a peça apresenta forma poligonal e secção sub-rectangular; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado H-81; U.E. 4; U.A. 2. X: 86028,4; Y: 152589,2; Z: 123,116.

Dimensões; 70 mm x 170 mm x 13 mm.

Na superfície detecta-se possível metade cranial de veado inciso orientado para a esquerda e gravado em posição de brama (Fr\_m60-01); o estoque é definido pelo prolongamento do bordo dorsal do corpo, que é de tendência côncava; da haste observa-se ainda o tronco; a cabeça é de forma triangular; o bordo ventral da cabeça é reto e o peito ligeiramente convexo; o focinho é aberto, nele se encontrando três pequenos traços.

Para além desta figura, observa-se vários traços simples incisos que interpretámos como unidades não figurativas: uma da chave VIIa, duas da XIa e duas da XIIb.

#### **Peça 61 (Fig. 11.61)**

Trata-se da peça 55b da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta de xisto de cor cinzenta com algumas manchas avermelhadas; eventualmente poderá estar fracturada na extremidade distal; a superfície é irregular e algo rugosa; atualmente apresenta forma e secção sub-rectangulares; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado I-107; U.E. 4; U.A. base. X: 86012,645; Y: 152610,663; Z: 123,247.

Dimensões: 25 mm x 130 mm x 4 mm.

Isolaram-se as seguintes unidades gráficas não figurativas, todas incisas: duas da IXa, uma da XIa, cinco da XIIb e uma da XIIc.

#### **Peça 62 (Fig. 12.62)**

Peça inédita. Corresponde a plaqueta de cor cinzento-escura; quer os bordos quer o reverso estão fracturados; atualmente apresenta forma poligonal e secção subtrapezoidal; a superfície historiada é regular e lisa; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado I-107; U.E. 4. X: 86020,8; Y: 152597,1; Z: 123,48.

Dimensões: 81 mm x 40 mm x 6 mm.

Isolaram-se as seguintes unidades gráficas não figurativas, todas incisas: quatro da chave XIa, duas da XIIb e duas da XIIc.

#### **Peça 63 (Fig. 12.63)**

Plaqueta inédita de cor cinzenta; aparenta estar fracturada nos bordos laterais e superior, assim como no reverso; a superfície historiada está muito lascada; o que resta da original é regular e lisa; atualmente apresenta forma sub-rectangular e secção subtrapezoidal.

Proveniência: Quadrado G/H-92/93; U.E. 4. X: 86020,84; Y: 152598,096; Z: 123,1.

Dimensões: 150 mm x 60 mm x 5 mm.

Apenas se observa uma composição incisa que se caracteriza pela associação de uma unidade gráfica não figurativa da chave XIId com duas da XIIc.

#### **Peça 64 (Fig. 12.64)**

Plaqueta rolada inédita de cor cinzento-escura; está fracturada na base, no lado direito e, eventualmente, no reverso; atualmente apresenta forma subtriangular e secção subtrapezoidal; a superfície é irregular mas lisa.

Proveniência: Quadrado H-106; U.E. 4; U.A. 7. X: 86012,2; Y: 152609,8; Z: 123,66.

Dimensões: 63 mm x 29 mm x 11 mm.

Apenas se isolou uma unidade gráfica não figurativa da chave Xlb e três da Xlc, pese embora uma destas possa corresponder à zona da garupa de um animal estriado orientado para a esquerda. Todas as unidades são incisas. Sobre as incisões observa-se ainda uma série de picotados isolados.

### **Peça 65 (Fig. 12.65)**

Peça inédita. Trata-se de fragmento de seixo, de cor cinzenta, fracturado no bordo direito e na base; o reverso apresenta ainda lascamentos junto dos bordos laterais; as superfícies são regulares e lisas; atualmente apresenta forma e secção subtriangulares.

Proveniência: Quadrado H-79; U.E. 3. X: 86029,8; Y: 152587,5; Z: 123,79.

Dimensões: 165 mm x 40 mm x 15 mm.

Anverso: o grafismo mais evidente do anverso corresponde a possível dorso e garupa de um quadrúpede inciso orientado para a direita (Fr\_m65-01); o dorso é tendencialmente recto e a garupa convexa; ao nível técnico a primeira corresponde a uma incisão simples e a segunda a uma dupla; este facto poderá, no entanto, dever-se a fractura da ponta do utensílio de gravação.

Verifica-se também a existência de vários traços incisos que parecem configurar unidades gráficas não figurativas incisas: cinco da chave Xla, duas da Xlb e uma da Xld.

Reverso: apenas se isolaram três unidades gráficas não figurativas da chave Xla, quatro da Xlb, uma da Xlc e uma da Xld, todas incisas.

### **Peça 66 (Fig. 13.66)**

Trata-se da peça 81 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a seixo de cor cinzenta com fractura no bordo esquerdo, fractura essa que atinge parte do reverso; apresenta forma oval e atualmente secção poligonal; as superfícies são lisas mas primam por alguma irregularidade, nomeadamente devido à existência de pequenos veios de quartzo ou de lascamentos que conformam degraus.

Proveniência: Quadrado H-79; U.E. 4; U.A. 3. X: 86030,144; Y: 152587,945; Z: 124,04.

Dimensões: 260 mm x 185 mm x 270 mm.

Anverso: A figura que mais se destaca corresponde a uma cerva estriada orientada para a direita (Fr\_m66-01); a cabeça encontra-se levantada, apresentando bordo dorsal convexo e ventral com ganacha convexa e queixo côncavo; o focinho também é arredondado; as orelhas – foliformes – encontram-se em perspectiva biangular oblíqua e atiradas para trás; o pescoço é comprido mas proporcional, destacando-se o peito antes da sua chegada aos membros anteriores, reduzidos aos antebraços e representados em perspectiva biangular oblíqua; o bordo ventral do tronco apresenta alguma convexidade; os membros posteriores, reduzidos às coxas, foram igualmente representados em perspectiva biangular oblíqua; o dorso é direito, descendo suavemente até à nádega de contorno retilíneo; a figura denota movimento, representando uma fêmea em atitude de alerta ou a alimentar-se em ramagens altas.

Esta figura sobrepõe figuração de cervato, também estriado (Fr\_m66-02); este orienta-se também para a direita, dispondo-se, no entanto, em posição invertida; a cabeça, praticamente sobreposta pelo pescoço e orelhas da figura anterior, é de forma triangular com o focinho arredondado; as orelhas são também foliformes e representadas em perfil biangular oblíqua; o pescoço, sobreposto diretamente sobre o da anterior, é comprido e esguio com uma passagem suave para o dorso; este é direito; a nádega é arredondada; a cauda, de forma oblonga, encontra-se atirada

para trás; ambos os membros são bastante realistas observando-se coxas e antebraços, joelhos nos anteriores e jarretes nos posteriores; encontram-se representados em perspectiva biangular oblíqua; as canelas são lineares; o bordo ventral é convexo; o peito é convexo.

Acima desta composição observa-se um auroque orientado para a esquerda (Fr\_m66-03); a cabeça é estriada, apresentando os bordos dorsal e ventral rectos e focinho convexo; a nuca é alteada; os cornos representam-se em perspectiva biangular recta; o bordo dorsal apresenta cernelha reta, garrote subtil e dorso côncavo; o peito é recto, sendo indistinto do bordo traqueal; as patas dianteiras encontram-se representadas em perspectiva biangular recta, dispondo de antebraços triangulares e canelas lineares; o antebraço da pata esquerda é em parte definido por fissura da rocha; o bordo ventral dispõe de ventre côncavo e cilhadouro convexo; as patas traseiras, um pouco mais longas que as dianteiras mas igualmente simples, encontram-se representadas em perfil biangular oblíquo; o corpo, excessivamente longo e possante, é atravessado ao longo do seu eixo maior por sulco subparalelo ao bordo ventral, que arranca a partir da goela.

Identificou-se ainda uma unidade gráfica não figurativa da chave IXb, duas da IXc, cinco da XIa, duas da XIIb, uma da XIIc e uma da XIIIb, todas incisadas.

Reverso: Nesta face a única representação animal reconhecível corresponde a uma cervinha incisa orientada para a direita (Fr\_m66-04); apresenta uma cabeça de tendência triangular com bordo ventral recto e dorsal com frente convexa e chanfro recto, sendo o focinho apontado; apenas foi representada uma orelha, foliforme e projetada para a frente; o pescoço é conformado por dois bordos retos; o dorso é côncavo e a garupa angulosa; a nádega é direita; as patas traseiras encontram-se representadas em perspectiva biangular oblíqua, sendo as coxas definidas por triângulos invertidos e as pernas lineares; do bordo ventral do tronco apenas se gravou o arranque do ventre, de forma convexa; as patas dianteiras estão representadas em perfil biangular oblíquo; o antebraço direito encontra-se representado por traço curvo; o joelho da esquerda é tenuemente salientado; ao contrário dos membros posteriores, as canelas destes são representadas mediante a incisão de vários traços paralelos entre si.

Esta figura é praticamente sobreposta por e sobrepõe uma concentração densa de traços incisos; entre estes e os restantes que se distribuem pela superfície da peça, isolámos uma unidade gráfica não figurativa da chave Ia, uma da IIc, três da VIIa, três da IXa, duas da IXaa, uma da IXab, três da IXb, catorze da XIa, dezasseis da XIIb e doze da XIIc. Para além destes grafismos, foi ainda inventariada uma unidade picotada da chave XIIc

### **Peça 67 (Fig. 12.67)**

Trata-se da peça 80 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a seixo de cor cinzenta; encontra-se fracturada na base, no bordo esquerdo junto do seu canto inferior e, possivelmente, no reverso; atualmente apresenta forma de segmento de círculo e secção subtrapezoidal com o vértice superior direito fortemente arredondado; a superfície é regular e lisa, sendo atravessada por alguns veios de quartzo que seguem a xistosidade (que neste caso é ligeiramente transversal relativamente ao eixo da peça); o eixo da composição segue precisamente esta xistosidade; refira-se também que o boleamento entre a face superior e o bordo direito permitiu que a composição se prolongasse para este último; alguns picotados foram feitos após a gravação; já os traços largos que se observam no desenho apresentam uma patina fraca e parecem produzidas por arrastamento.

Proveniência: Quadrado G-78; U.E. 4. X: 86029,8; Y: 152586,1; Z: 124,5.

Dimensões: 125 mm x 86 mm x 31 mm.

O centro da peça é ocupado por uma composição conseguida a partir de uma forma estriada longilínea e de bordos biconvexos; o topo é rematado por vários sulcos cuja disposição confere ao conjunto um ar “arboriforme”; apresenta junto à base e de cada um dos lados uma “barbela” transversal e orientada para baixo (pelo menos a do lado esquerdo – que está inteira – é pontiaguda); um pouco mais acima observa-se outras duas barbelas de maiores dimensões e orientadas para cima. Esta composição foi classificada como unidade gráfica não figurativa da chave VIII. À sua esquerda observa-se ainda uma da chave XIa e outra da XIc.

### **Peça 68 (Fig. 12.68)**

Trata-se da peça 78 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta de cor cinzenta, fracturada em todos os bordos e no reverso; atualmente apresenta forma e secção subtrapezoidais; a superfície remanescente é algo irregular mas lisa.

Proveniência: Quadrado G-78; U.E. 4; U.A. 3. X: 86027,8; Y: 152586,3; Z: 122,4.

Dimensões: 142 mm x 33 mm x 14 mm.

A figura que mais se destaca corresponde a um quadrúpede estriado (Fr\_m68-01) interrompido pela fractura da base; orienta-se para a esquerda; a cabeça apresenta bordo ventral tendencialmente convexo, com saliência angulosa na zona do olhal; os cornos (ou orelhas?) são rectos e representados em perspectiva biangular; entre a nuca e o bordo dorsal do corpo não se observa qualquer distinção, sendo ambos definidos por sulco reto que arredonda ligeiramente na zona da garupa; o bordo traqueal é reto e o peito convexo; os dois membros anteriores parecem estar figurados (se bem que reduzidos aos antebraços); a ser assim encontram-se em perfil biangular oblíquo; o bordo ventral do corpo é recto e localizado de forma a proporcionar ao animal um corpo longo e esguio, característica que contribui para a dificuldade da identificação da espécie. À direita deste animal observa-se uma forma estriada no interior, interrompida pelas fracturas da direita, topo e base (Fr\_m68-2). Interpretamos esta forma como bordo traqueal, peito e flanco de animal estriado orientado para a esquerda.

Refira-se ainda a existência de duas unidades gráficas não figurativas da chave XIa e uma da XIb, todas incisadas.

### **Peça 69 (Fig. 12.69)**

Trata-se da peça 84 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta de cor cinzento-clara; encontra-se fracturada em todos os bordos e, eventualmente no reverso; atualmente apresenta forma poligonal e secção subtrapezoidal; a superfície historiada é algo irregular mas lisa; observam-se também alguns picotados sobre incisões prévias.

Proveniência: Quadrado F-79; U.E. 4; U.A. 1. X: 86027,8; Y: 152586,3; Z: 122,4.

Dimensões: 106 mm x 50 mm x 36 mm.

O único animal identificado corresponde a prótomo de possível cabra-montês macho definido por incisão simples e orientado para a direita (Fr\_m69-01). A cabeça apresenta fronte reta, chanfro, ponta do focinho e bordo ventral convexos; o bordo traqueal do animal é de forma côncava e o peito convexo; este parece prolongar-se pelo bordo cranial do membro torácico; os cornos dispõem-se em perspectiva biangular oblíqua. Posteriormente, a peça foi picotada em vários pontos, afectando particularmente as incisões dos dois grupos de traços referidos atrás.

Na peça isolámos ainda duas unidades gráficas não figurativas da chave VIIa, uma da IXb, uma da IXba, oito da XIa, cinco da XIb, quatro da XIc e uma da XI d, todas incisadas.

### **Peça 70 (Fig. 12.70)**

Trata-se da peça 82 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta rolada de cor cinzenta fracturada nos bordos superior, direito, inferior e, possivelmente, no reverso; atualmente apresenta forma poligonal e secção subtrapezoidal; a superfície historiada é algo irregular mas lisa, observando-se vários nódulos de quartzo.

Proveniência: Quadrado G-78; U.E. 4; U.A. 2. X: 86029,68; Y: 152586,49; Z: 123,59.

Dimensões: 147 mm x 63 mm x 13 mm.

O único animal identificado corresponde a um veado orientado para a esquerda, do qual só restam as duas hastes estriadas (Fr\_m70-01); de uma delas conserva-se ainda a coroa e a ponta intermédia; da segunda só se observa três pontas da coroa e, muito provavelmente, a terminação da ponta intermédia.

Sobrepondo-se a esta figura surgem restos de outro motivo estriado (Fr\_m70-02); pouco se pode dele dizer para além da descrição do seu limite dorsal que é em arco de círculo, podendo corresponder à zona da garupa de um animal orientado para a direita.

Para além destas duas unidades figurativas isolaram-se ainda uma unidade gráfica não figurativa da chave VIIa, sete da XIa e três da XIIb.

### **Peça 71 (Fig. 12.71)**

Trata-se da peça 69 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a fragmento de seixo de cor cinzenta, fracturado nas extremidades distal e proximal, no bordo esquerdo e no reverso; a superfície historiada é irregular e lisa; atualmente apresenta forma e secção subtrapezoidais.

Proveniência: Quadrado H-107; U.E. 4; base. X: 86011,9; Y: 152610,1; Z: 123,91.

Dimensões: 170 mm x 43 mm x 45 mm.

Apenas se identificou repertório não figurativo: uma unidade gráfica da chave XIa, uma da XIIb e quatro da XIIc, todas incisadas.

### **Peça 72 (Fig. 12.72)**

Trata-se da peça 68 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta de cor cinzenta e castanha no bordo inferior; está fracturada no bordo direito; a superfície historiada é regular e rugosa; atualmente apresenta forma subtrapezoidal e secção sub-rectangular.

Proveniência: Quadrado E-79; U.E. 4; perfil norte. X: 86027,149; Y: 152585,515; Z: 125,11.

Dimensões: 63 mm x 77 mm x 11 mm.

Apenas se identificou repertório não figurativo, exclusivamente inciso: uma unidade da chave VIIa, três da chave XIa, uma da XIIb e uma da XIIc.

### **Peça 73 (Fig. 12.73)**

Trata-se da peça 83 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta de cor castanha e avermelhada (no reverso); aparenta estar fracturada em todos os bordos, devendo o reverso já não corresponder ao original; a superfície historiada é regular e lisa; atualmente apresenta forma poligonal e secção subtrapezoidal; apresenta vestígios de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado H-79; U.E. 3; U.A. X: 86029,4; Y: 152587,4; Z: 123,8.

Dimensões: 76 mm x 38 mm x 10 mm.

Observa-se uma unidade gráfica não figurativa da chave Xla incisa e um conjunto de picotados soltos.

#### **Peça 74 (Fig. 12.74)**

Plaqueta inédita de cor cinzenta em que a extremidade distal pode estar fracturada; a superfície historiada é irregular mas lisa; atualmente apresenta forma subtrapezoidal e secção sub-retangular.

Proveniência: Quadrado G-78; U.E. 4; base. X: 86029,466; 152585,991; Z: 124,07.

Dimensões: 40 mm x 92 mm x 6 mm.

Observa-se possível prótomo estriado de cerva, orientada para a direita (Fr\_m74-01); o pescoço é longo e definido por bordos algo côncavos; as duas orelhas estão representadas segundo um perfil biangular oblíquo; a cabeça encontra-se levantada e não delimitada, correspondendo apenas a alguns traços sub-horizontais, dispostos de forma subparalela entre si.

#### **Peça 75 (Fig. 12.75)**

Trata-se da peça 65A da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a plaqueta de cor cinzento-acastanhada fracturada nos bordos laterais e no proximal; a superfície é irregular e rugosa; atualmente apresenta forma e secção subtrapezoidais.

Proveniência: Quadrado I-106/107; U.E. 5 a 8.

Dimensões: 72 mm x 46 mm x 10 mm.

Observa-se uma série de traços incisos, na sua maioria subparalelos entre si, podendo corresponder a parte do corpo de um animal estriado (Fr\_m75-01).

#### **Peça 76 (Fig. 13.76)**

Trata-se da peça 75 da tabela 7.1.3.1 publicada por um de nós (AUBRY 2009: 385). Corresponde a placa rolada de cor cinzenta; parece estar fracturada em todos os bordos; a superfície historiada, encontra-se lascada em cerca de um terço, sendo irregular e lisa; atualmente apresenta forma sub-retangular e secção subtrapezoidal; refira-se a existência de um pequeno veio de quartzo que atravessa a placa ao longo de um eixo diagonal entre o primeiro quarto do seu topo e o último da sua base; este veio parece não só ter condicionado a composição presente na peça como também a conservação da mesma.

Proveniência: Quadrado G-92; U.E. 4; U.A. 1. X: 86020,6; Y: 152597,2; Z: 123,59.

Dimensões: 206 mm x 106 mm x 35 mm.

A peça está profusamente gravada e dado o seu elevado estado de fragmentação é muito difícil proceder uma individualização de unidades gráficas tão rigorosa quanto desejável. A nossa proposta, altamente discutível, é a seguinte: no sector inferior esquerdo observa-se o que poderá corresponder ao dorso, garupa e nádega de um animal estriado orientado para a esquerda (Fr\_m76-01). A forma da nádega terá sido condicionada pela presença do veio referido acima.

Sobreposta pela figura anterior observa-se o que poderá corresponder às patas dianteiras e bordo traqueal de um animal inciso definido por contorno simples e múltiplo, orientado para a esquerda (Fr\_m76-02); a pata direita apresenta forma linear e a esquerda é definida por dois bordos

rectos, sendo estriada interiormente; os membros dispõem-se em perfil biangular oblíquo; da figura observa-se ainda o bordo cervical convexo e o dorso algo côncavo, localizado já para a direita do veio; a cabeça terá desaparecido devido ao lascamento do suporte; a figura encontra-se estriada na zona do pescoço e do dorso.

As restantes incisões foram inventariadas como unidades gráficas não figurativas: uma da chave VIIa, duas da IXa, uma da IXb, uma da IXba, quinze da Xla, nove da Xlb, nove da Xlc, cinco da Xld e uma da XIIIb.

### **Peça 77 (Fig. 12.77)**

Plaqueta inédita de castanho-acinzentada com manchas vermelhas esparsas; encontra-se fracturada em todos os bordos; atualmente apresenta forma subtrapezoidal e secção poligonal; as superfícies gravadas são irregulares e ásperas; apresenta evidências de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado G-78/79; U.E. 4; U.A. 3. X: 86029,3; Y: 152586,5; Z: 123,7.

Dimensões: 129 mm x 81 mm x 29 mm.

Anverso: Apenas se observa uma série de incisões que parecem conformar as seguintes unidades gráficas não figurativas: três da chave VIIa, duas da IXa, uma da IXab, uma da IXb, dezoito da Xla, vinte da Xlb, nove da Xlc e três da Xld.

Reverso: Isolaram-se as seguintes unidades não figurativas: cinco da Xla, três da Xlb e duas da Xld.

### **Peça 78 (Fig. 12.78)**

Fragmento de plaqueta rolada de cor castanho-acinzentada; encontra-se fracturada em todos os bordos; atualmente apresenta forma e secção subtrapezoidais; a superfície gravada é regular e lisa; apresenta evidências de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado E-81/H-81; U.E. 4. X: 86026,4; Y: 152586,9; Z: 125.

Dimensões: 135 mm x 33 mm x 16 mm.

No lado direito da peça, uma grande concentração de traços incisos parece conformar a garupa de um quadrúpede estriado orientado para a direita (Fr\_m78-01). A ele associam-se quatro unidades gráficas incisivas da chave Xlb.

Para a esquerda uma série de outros traços incisos parecem conformar uma unidade da chave IIIc e uma da Xlb. Identificou-se ainda um impacto picotado.

### **Peça 79 (Fig. 13.79)**

Fragmento de plaqueta inédita de cor castanho-acinzentada; encontra-se fracturada em todos os bordos, excetuando parte do superior; atualmente apresenta forma subtrapezoidal e secção sub-retangular; a superfície gravada é irregular e áspera; apresenta evidências de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado J-106; U.E. 4; U.A. 4. X: 86013,7; Y: 152610,8; Z: 124,04.

Dimensões: 81 mm x 44 mm x 8 mm.

A única unidade gráfica figurativa que se destaca corresponde a um quadrúpede estriado orientado para a direita (Fr\_m79-01). O troço da cauda comprido e a garupa pouco angulosa permitem a sua identificação com um cavalo; as patas são lineares e dispostas em perfil biangular oblíquo.

Observa-se ainda uma série de unidades gráficas não figurativas incisais: três da chave Xla, quatro da Xlb, uma da Xlc e uma da Xlllb.

#### **Peça 80 (Fig. 13.80)**

Fragmento de plaqueta inédita de cor castanha; encontra-se fracturada em todos os bordos; atualmente apresenta forma e secção subtrapezoidais; a superfície gravada é irregular e áspera; apresenta evidências de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado E-81; U.E. 4; U.A. 3. X: 86025,997; Y: 125586,884; Z: 124,947.

Dimensões: 85 mm x 56 mm x 8 mm.

O estado fragmentário da peça não permite descartar com segurança a hipótese de estarmos perante vestígios de uma unidade gráfica figurativa. Contudo, inclinamo-nos por considerar as incisões aqui presentes como pertencentes a unidades gráficas não figurativas: uma da chave IXaa, quatro da Xla, três da Xlb, uma da Xlc e uma da Xld.

#### **Peça 81 (Fig. 13.81)**

Seixo de cor castanho-alaranjada; apresenta forma subtriangular e secção irregular. A superfície gravada é regular e lisa; ; apresenta evidências de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado F-80; U.E. 4; U.A. 5. X: 86027,5; Y: 152587,2; Z: 124,33.

Dimensões: 88 mm x 48 mm x 12 mm.

Apenas se observa um conjunto de incisões que aparentam conformar cinco unidades gráficas não figurativas da chave Xla e uma da Xlc.

#### **Peça 82 (Fig. 13.82)**

Seixo de cor cinzenta; apresenta forma subtrapezoidal e secção irregular; a superfície gravada é irregular e lisa; apresenta evidências de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado F-80; U.E. 4; U.A. 5. X: 86027,5; Y: 152586,7; Z: 124,35.

Dimensões: 130 mm x 49 mm x 13 mm.

Apenas se observam incisões muito ténues. Isolaram-se uma unidade da chave IXab, oito da Xla, duas da Xlc e duas da Xld.

#### **Peça 83 (Fig. 13.83)**

Fragmento de plaqueta de cor cinzenta; apresenta-se fraturada em todos os seus bordos; atualmente dispõe de forma poligonal e secção subtrapezoidal. A superfície historiada é algo irregular e rugosa.

Proveniência: Quadrado F-80; U.E. 4; U.A. 5; X: 86026,538; Y: 152587,017; Z: 124,283.

Dimensões: 86 mm x 46 mm x 8 mm.

Apenas se identificou uma unidade gráfica não figurativa da chave IXab, cinco da Xla, uma da Xlb e duas da Xlc, todas incisais.

#### **Peça 84 (Fig. 13.84)**

Esta peça encontra-se atualmente dividida em sete fragmentos; as suas dimensões e o facto

de todos os seus bordos se encontrarem fraturados levam-nos a considerar encontrar-nos perante uma placa, pese embora ao comprimento atual da peça ainda faltarem 15 mm para ser considerada como tal. Apresenta cor castanho-acinzentada e forma e secção irregulares; as superfícies gravadas são irregulares e ásperas; esteve em contacto com o fogo antes da gravação.

Proveniência: Quadrado E-81; U.E. 4. X: 86025,8; Y: 152587,2; Z: 124,8.

Dimensões: 185 mm x 94 mm x 35 mm.

Anverso: Observa-se uma série de incisões que conformam apenas unidades gráficas não figurativas: uma unidade da chave IIIc, três da IXab, duas da X, sete da XIa, quatro da XIb e uma da XIc.

Reverso: Isolaram-se duas unidades gráficas da chave XIa e duas da XIc, todas incisadas.

### **Peça 85 (Figs. 14.A e 14.B)**

Corresponde a seixo de quartzito de cor castanho-alaranjada, de contorno periforme e secção elíptica; as superfícies historiadas são regulares e lisas. A presença de vestígios de pigmento mineral nesta peça foi reconhecida no momento do seu aparecimento. A identificação da figura antropomórfica existente no anverso deve-se, no entanto, a Rodrigo de Balbín e Primitiva Bueno que a observaram, pela primeira vez, após publicação de uma fotografia (AUBRY & SAMPAIO 2003) e no decurso dos trabalhos fotográficos que realizaram sobre esta e outras peças do conjunto do Fariseu.

Proveniência: Quadrado G-79; U.E. 4; U.A. 1. X: 86028,64; Y: 152587,194; Z: 123,598.

Dimensões: 95 mm x 142 mm x 32 mm.

Anverso (Fig. 14.A): esta superfície da peça é marcada pela presença de uma figura antropomórfica (Fr\_m85-01). Esta unidades é conformada pela remoção através de raspagem (?) de óxido de ferro de cor vermelho previamente aplicado no centro da peça.

A figura humana apresenta-se em vista frontal, dispendo de longas pernas, tronco de contorno subelíptico e cabeça sub-retangular encimada por forma subtriangular. Os braços são pouco definidos e estendidos paralelamente ao corpo. Em volta dos braços e da cabeça da figura observa-se um raiado, que, contudo, é mais evidente na figura não tratada digitalmente. A técnica adoptada na execução de figura dota-a de uma aparência “estriada”, algo particularmente evidente na fotografia tratada digitalmente.

Reverso (Fig. 14.B): observa-se o que pode ser caracterizado como uma unidade gráfica não figurativa da chave XIc pintada com pigmento da mesma cor que o utilizado na face descrita anteriormente. Neste caso, a unidade gráfica parece ter sido conseguida pela justaposição de traços realizados com um bloco de pigmento mineral de cor vermelha, em forma de lápis, não diluído em água (AUBRY & SAMPAIO 2012 204).

### **Peça 86 (Fig. 14.C)**

Seixo de granito, inédito, detectado durante a observação com lupa binocular dos seixos, efectuada no âmbito deste trabalho. Trata-se de peça de forma suboval com secção subelíptica. Corresponde a granito de duas micas e grão médio, de cor clara; as suas superfícies são regulares e lisas. Dispõe de vestígios de pintura a vermelho nas duas faces, embora só se identifiquem unidades gráficas numa delas.

Proveniência: Quadrado H-106; U.E. 4; U.A. 9. X: 86012,6; Y: 152609,8; Z: 123,83.

Dimensões: 235 mm x 245 mm x 75 mm.

Os vestígios de pigmento são muito ténues, só se apreciando com alguma nitidez o que se encontra na face historiada da peça após tratamento digital das fotos da mesma. Como no caso do anverso da peça descrita anteriormente, os grafismos aqui presentes foram conseguidos pela remoção de partes de uma camada de pintura que se estendia por toda a face da peça.

A figura que mais se destaca corresponde a antropomorfo de corpo linear e membros em arco de círculo, localizado na metade esquerda da superfície, estendendo-se desde o bordo proximal até sensivelmente dois terços da altura da peça (Fr\_m86-01); a cabeça parece encimada por arco de círculo de dimensão menor que os membros.

A figura anterior encontra-se algo descentrada porque partilha o espaço disponível com uma outra, neste caso localizada no quadrante superior direito da peça (Fr\_m86-02). Esta corresponde a quadrúpede (cervídeo?) orientado para a direita e inclinada para cima; apresenta grosso corpo de formato oval, duas patas dianteiras dispostas em perfil biangular reto e, pelo menos, uma pata traseira; peito e bordo traqueal confundem-se, apresentando configuração reta; da cabeça só se observa com alguma clareza o bordo ventral reto; o focinho parece apontado e o bordo dorsal reto: a cabeça parece ainda ser encimada por duas orelhas ou hastes dispostas em perfil biangular reto.

### **Peça 87**

Seixo, inédito, de quartzo leitoso, de cor branca; apresenta forma subtriangular e secção subtrapezoidal; as superfícies são regulares e lisas, apenas interrompidas por lascamento na face onde se observa vestígios de pigmento.

Proveniência: Quadrado I-106; U.E. 4; U.A. 9. X: 86012,6; Y: 152610,2; Z: 123,66.

Dimensões: 65 mm x 65 mm x 25 mm.

Observa-se no bordo da peça com o lascamento a presença de ténues vestígios de pigmento vermelho de difícil valorização.

### **Peça 88**

Seixo, inédito, de quartzito, de formato subparalelepípedo e cor castanho-alaranjada.; apresenta faces regulares e lisas, assim como sinais de contacto com o fogo.

Proveniência: Quadrado H-105; U.E. 8. X: 86013,2; Y: 152608,9; Z: 123,2.

Dimensões: 32 mm x 32 mm x 46 mm.

Observa-se vestígios de pigmento vermelho de difícil valorização.

### **Peça 89**

Seixo, inédito, de quartzo leitoso, de cor branca; apresenta forma e secção subtrapezoidais; as faces são irregulares mas lisas.

Proveniência: Quadrado I-105; U.E. 8. X: 86013,6; Y: 152609,4; Z: 122,95.

Dimensões: 44 mm x 37 mm x 25 mm.

No canto superior direito observa-se vestígios ténues de pigmento vermelho.

## 5. CONTEXTO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS PEÇAS

A maior parte das peças estudadas são provenientes da camada 4. As exceções são as peças 65 e 73 (exumadas na camada 3), a peça 53 (exumada na camada 5), a peça 48 (exumada na camada 6), as peças 81 e 82 (exumadas na camada 8) e as peças 59 e 75 (provenientes de uma das camadas entre a 5 e a 8).

A camada 4 foi interpretada como um depósito de vertente constituído por placas, plaquetas e blocos, decorrentes da fragmentação por crioclastia dos filitos da Formação da Desejosa, numa matriz aluvial de siltes ou areias finas (SELLAMI 2009; AUBRY *et alii* 2010). O estudo da orientação dos clastos revela a sua distribuição preferencial ao longo do eixo de maior inclinação da vertente (Este/Oeste), resultante de um transporte de amplitude da ordem do decâmetro ao metro, desde os afloramentos rochosos que formam a vertente subjacente à parte escavada do sítio. A ausência de remontagens quer entre as placas e plaquetas com arte móvel, quer entre os vestígios de quartzito talhados, confirmam esta interpretação geológica e revelam uma deslocação dos clastos por gravidade e processos ligados ao frio, durante a sua formação (AUBRY & SAMPAIO 2006).

Relativamente à distribuição das peças da camada 4 (e das que foram registadas como provindo das camadas 5 a 8 dos quadrados I-105 a I-107) pelo sítio, verifica-se que esta se dá de forma *grosso modo* uniforme: trinta e sete das peças provêm do sector montante e trinta e cinco do sector jusante, provindo ainda três do sector central (Fig. 17). O número reduzido de achados neste último sector deve-se apenas ao facto de aqui só se terem escavado 4m<sup>2</sup> de camada 4, frente aos cerca de 20m<sup>2</sup> quer do sector montante, quer do sector jusante.

Todavia, apesar de alguns dos vestígios não terem sido posicionados durante a escavação e terem sido localizados *a posteriori* no centro dos quadrados, esta distribuição revela a existência de vários eixos de orientação este/oeste que denunciam a existência de uma deslocação destes materiais ao longo de canais em lupa (Fig. 17).

As peças da camada 3, descobertas numa unidade estratigráfica aluvial atribuída ao início do Holocénico, são: um fragmento de seixo com vestígios de um possível zoomorfo reduzido à garupa e ao dorso (peça 65) e uma plaqueta onde se gravaram apenas unidades gráficas não figurativas (peça 73). É difícil, portanto, valorizá-las.

A peça 53, da camada 5, trata-se de plaqueta fragmentada onde se observa possível cabeça de cervídeo definida por contorno simples. A peça 48, da camada 6, corresponde a placa onde se observa um quadrúpede com algumas características que o apartam dos restantes, designadamente ao nível da ausência de estriado interno ou do carácter geometrante do corpo; outras características aproximam-no, contudo, da maioria das figurações da coleção, designadamente no que toca à perspectiva utilizada na representação das patas ou à ausência de detalhes internos na cabeça. As peças que provêm de um contexto indefinido entre as camadas 5 e 8 correspondem a fragmento de plaqueta estriada com possível prótomo e pescoço estriado de cerva (peça 59) e fragmento de plaqueta com vestígios de possível animal estriado. O repertório figurativo destas peças não se afasta grandemente do presente nas peças exumadas na camada 4. Este aspecto aliado ao facto de todas estas peças terem sido recolhidas numa zona da escavação onde a topografia do afloramento e a organização das camadas não facilitava a distinção entre a base da camada 4 e as restantes (quadrados I-105 e 106/107) não nos permite valorizar uma putativa maior antiguidade destas peças relativamente à maioria da coleção.

Já as peças 88 e 89 — provenientes ambas da camada 8, que resulta de um processo sedimentar semelhante à U.E. 4 mas com mais marcas micromorfológicas de gelo/degelo no solo (SELLAMI 2009) — têm uma origem estratigráfica mais segura. Infelizmente, nestas peças, ambas

correspondentes a seixos, apenas se identificaram vestígios ténues de pigmento vermelho. Elas atestam, no entanto, o uso de pigmentos vermelhos durante uma fase inicial ou média do Magdalenense no Vale do Côa (entre 20.000 e 14.700 calBP).

## 6. OS SUPORTES

Da camada 3 provêm apenas duas peças fragmentadas: um seixo (peça 65) e uma plaqueta (peça 73), sendo que nesta última se identificaram vestígios de contacto com o fogo após a gravação. Ambas as peças correspondem a xistos da formação da Desejosa.

Da camada 8 provêm dois seixos, ambos pintados. Um deles (peça 81) é de quartzito e apresenta vestígios de contacto com o fogo, sendo o remanescente (peça 82) de quartzo leitoso branco. Neste último observa-se um levantamento intencional.

Das restantes oitenta e cinco peças, 65% estão seguramente fragmentadas após a gravação, facto que poderá provocar uma inflação do número original de plaquetas. Estas, são em número de quarenta e seis (54,1%), nove delas roladas. As placas são em número de vinte e duas (25,9%), seis delas roladas, os seixos são quinze (17,6%) e os blocos dois (2,4%). Os dois blocos identificados são fragmentos, mas dada a sua forma, duvidamos que, mesmo aquando da gravação, pudessem ser classificados como placas ou plaquetas. Relativamente aos seixos, oito dos quinze estão inteiros, existindo ainda um fragmento cujas fracturas poderão ser anteriores à gravação.

Destas oitenta e cinco peças, oitenta e três correspondem a xistos, uma a um seixo de quartzito e uma a um seixo de granito. Todas as peças de xisto são gravadas, enquanto as duas restantes são exclusivamente pintadas. A relação que se verifica entre xistos e gravura e entre suportes não xistosos e pintura é evidente e confirmada igualmente pelas peças da camada 8 já referidas. Esta dupla relação dever-se-á, por um lado, ao facto de ser mais difícil aplicar a incisão a quartzitos e granitos, e por outro ao facto da pintura vermelha ser pouco contrastante no caso dos xistos (AUBRY & LUÍS 2012: 85, Ab. 8). Assim, quando se pretendeu, por alguma razão, utilizar a cor vermelha em xistos, ter-se-á optado por outra solução que não a pintura, solução essa de que falaremos mais à frente.

Cinquenta e três das oitenta e cinco peças (62,4%) encontram-se historiadas em superfícies lisas, trinta delas devido à ação da água. As restantes superfícies são rugosas. Quarenta e sete das peças (55,3%) apresentam uma microtopografia irregular, aspecto que condicionou o programa gráfico em pelo menos duas delas (peças 1 e 76). Estes valores são resultantes do facto da quase totalidade dos suportes se encontrar gravado nos seus planos de xistosidade, contrariamente ao que se verifica na arte parietal que se encontra exclusivamente representada nos planos de fractura das rochas. De facto, apenas num caso — o bloco 57 — encontramos gravuras no plano de fractura, podendo-se, neste caso, levantar-se a hipótese de nos encontrarmos perante restos de um suporte parietal que, depois de partido, terá sido picotado nos seus bordos. Esta preferência pelos planos da xistosidade dever-se-á ao facto destas comunidades escolherem sobretudo formatos pétreos alongados. Ora, formatos deste tipo, com dimensões que permitam a sua portabilidade e onde os lados de maior área sejam os planos de fractura, são raríssimos, senão mesmo inexistentes.

Entre as peças historiadas que nos temos vindo a referir o fogo agiu sobre um número considerável delas — trinta e nove das oitenta e cinco (43,6%), sendo que em dezassete casos (20% do total e 48,9% das queimadas) esta ação se deu antes da gravação. A repartição destas situações pelas áreas escavadas denota um número superior de peças queimadas no sector montante (vinte e cinco peças queimadas [53,2%]), dez delas antes da gravação (40%, das queimadas, 21,3% do

total), frente a treze no sector jusante (34,2% do total), sete delas antes da gravação (53,8% das queimadas, 18,4% do total) e uma no central. O facto de haver mais peças queimadas (e frequência mais elevada) no sector montante que no jusante é compatível com outros vestígios de fogo aí presentes, designadamente a presença das manchas carbonosas na camada 4. Contudo, se tivermos em conta apenas as peças que foram gravadas após o contacto com o fogo, o número de peças de um lado e de outro aproxima-se, o mesmo se verificando com as respectivas frequências. Ou seja, a proximidade do fogo explica a presença mais significativa de peças queimadas nas suas imediações, mas não justifica uma presença mais significativa de peças gravadas depois de queimadas. De facto, independentemente da presença próxima de fogo, as frequências de peças gravadas depois de queimadas são semelhantes.

A considerável presença de suportes queimados antes da gravação será fruto do acaso ou terão estes suportes sido escolhidos por alguma razão particular? Continuemos a análise. Vinte e uma das peças queimadas (53,8%) apresentam unidades gráficas figurativas, aumentando a frequência de peças com unidades gráficas figurativas se apenas tivermos em conta as peças gravadas depois de queimadas (64,7%). O confronto destes dois valores com a frequência de peças com unidades figurativas — 54,1% (quarenta e seis das oitenta e cinco peças) — mostra-nos que se o número de peças queimadas com unidades figurativas é expectável, o número de peças com unidades figurativas que foram gravadas depois de terem sido queimadas é bastante superior ao esperado. Esta observação pode ser evidência de uma relação entre peças gravadas depois do contacto com o fogo e a presença de unidades gráficas figurativas. Não queremos com isto advogar que as peças foram deliberadamente queimadas antes de serem gravadas, mas sim que muitos suportes foram escolhidos porque tinham características, designadamente cromáticas, que lhe foram dadas pelo contacto com o fogo. De facto, a experimentação mostrou que os traços gravados sobre peças previamente queimadas se veem muito melhor (Fig. 3). Por outro lado, a gravação sobre suportes rubefatos não andarão longe, do ponto de vista técnico e, em certa medida, do resultado, da forma como foram conformadas as unidades gráficas das peças pintadas. A escolha de suportes rubefatos pode ter sido assim a forma alternativa à pintura de se utilizar a cor vermelha em xistos. Em abono desta hipótese será de referir que no sítio coevo de Pont d'Ambon foram igualmente identificados alguns ossos queimados antes da gravação, tendo tal facto sido explicado como resultado de uma estratégia para melhorar a legibilidade das gravuras aí presentes (PAILLET & MAN-ESTIER 2014: 153).

Dezassete peças (20 %) são historiadas em duas das suas faces e uma em três. Esta última (57), corresponde a bloco onde se encontram apenas duas unidades gráficas não figurativas da chave IXaa na superfície de diáclase e picotados dispersos nos bordos laterais. Relativamente às dezassete primeiras, cinco delas apenas dispõem de repertório não figurativo (peças 7, 9, 17, 41, 77 e 84). Das restantes onze, sete (peças 2, 3, 6, 50, 54,85 e 86) apenas dispõem de unidades gráficas figurativas num dos lados. Apenas quatro peças possuem unidades gráficas figurativas em dois dos seus lados.

No conjunto que agora tratamos encontra-se a única situação que identificámos como resultante de uma regravação de uma peça previamente fraturada. Trata-se da placa 30, onde foi gravada cerva (Fr\_m30-02) paralela ao eixo maior atual da peça. Esta figura sobrepõe o corpo de Fr\_m30-01, que se orienta perpendicularmente relativamente àquela. O facto de se encontrar reduzida ao corpo e ao antebraço permite-nos saber que a peça está fraturada e que provavelmente o eixo maior seria o que agora nos aparece como menor. A orientação da figura mais recente adequa-se assim à nova configuração da peça. Recorde-se que este fenómeno foi identificado em outras coleções de arte móvel, designadamente no Périgord (TOSELLO 2003: 15). Ele demonstra

que, pelo menos no caso de algumas peças, a sua relevância não acaba com a sua fracturação. A história complexa destas peças é também evidenciada pelo estudo morfotécnico de que falaremos em seguida.

## 7. ANÁLISE TÉCNICA E FORMAL

Do ponto de vista da técnica, a coleção estudada é constituída na sua grande maioria por peças exclusivamente gravadas, em número de oitenta e quatro. Duas delas (peças 65 e 73) provêm da camada 3.

As restantes peças gravadas devem ser *grosso modo* contemporânea entre si e de duas das peças pintadas. A incisão é a técnica mais recorrente, apenas não se tendo identificado em três peças (5, 9 e 26). Nas peças 5 e 26 apenas se observa picotagens isoladas. Tratando-se ambas as peças de fragmentos, podemos aventar a hipótese de que originalmente teriam outros tipos de grafismos, tal como ocorre nas restantes dezassete peças onde aparece este tipo de vestígios. Estes impactos, porquanto só aparecem duas vezes não associados a outro tipo de grafismos (correspondendo ambos os casos a fragmentos de peças), devem relacionar-se de forma íntima com as evidências gráficas. O seu significado escapa-nos, podendo não fazer parte do programa gráfico propriamente dito, mas sim resultar das atividades específicas que envolviam a manipulação destes objetos. Mais que dotados de um significado intrínseco, seriam resultado de “ações instrumentais” desenvolvidas no(s) contexto(s) de uso destas peças (LAYTON 2001: 311-312).

Contudo, a técnica da picotagem não se restringe ao tipo de vestígios referido acima, tendo sido utilizada também para a configuração de unidades gráficas não figurativas. Na placa 41 a picotagem está identificada, a par da incisão múltipla, na configuração de uma unidade da chave XIa. Mas é na configuração das unidades da chave XIIc que a picotagem é crucial, ocorrendo unidades desta chave nas peças 7, 9, 17 e 66. Dada a dimensão dos impactos que conformam estas unidades e a regularidade das suas formas, é possível inferir-se o uso da percussão indireta na sua configuração.

A incisão é, no entanto, e como referido já, a técnica de gravação predominante, sendo as oitenta e oito unidades gráficas figurativas gravadas da camada 4 exclusivamente executadas com esta técnica. A maior parte destas unidades apresenta o interior estriado, total (70,5%) ou parcialmente (14,8%). Apenas treze unidades gráficas figurativas (14,8%) não apresentam o interior estriado. Estas correspondem sempre a figuras muito incompletas (Fr\_m02-02, Fr\_m08-08, Fr\_m18-01, Fr\_m22-02, Fr\_m32-02, Fr\_m47-01; Fr\_m53-01; Fr\_m69-01) ou escassamente definidas (Fr\_m08-01; Fr\_m08-05, Fr\_m46-01; Fr\_m50-02, Fr\_m50-03). No caso das figuras estriadas é difícil, em muitos casos, distinguir se estamos perante figuras definidas por contorno simples ou múltiplo, uma vez que limites e preenchimento das figuras são efetuados com a mesma técnica. Num par de casos, contudo, o limite aparece definido por uma densidade relativamente maior de traços (Fr\_m08-02 e Fr\_m14-02). No caso das figuras não estriadas, nove são definidas, pelo menos parcialmente, por contorno duplo ou múltiplo (Fr\_m02-02, Fr\_m08-01, Fr\_m08-05, Fr\_m08-08, Fr\_m22-02, Fr\_m32-02, Fr\_m50-02, Fr\_m50-03, Fr\_m69-01), sendo as restantes quatro por contorno simples (Fr\_m18-01, Fr\_m46-01, Fr\_m47-01, Fr\_53-01).

Os estudos experimentais demonstraram que é muito difícil, dado o polimorfismo das secções identificadas nos traços das peças analisadas, identificar a matéria-prima lítica do utensílio de gravação utilizado na execução das unidades gráficas do Fariseu (AUBRY & SAMPAIO 2012: 195-199), tendo-se apenas confirmado o uso do quartzo na peça 32 e do sílex na peça 42 (*idem*: 199). Na base do polimorfismo dos traços estará o grau de dureza e irregularidade das superfícies

cies dos suportes (*idem*: 199). Estes aspectos estarão também por trás de uma diferença que se verifica entre animais definidos por contornos mais contínuos (v.g. peça 1) e outros mais descontínuos (v.g. peça 22). Contudo, ocorrem casos onde animais diferenciados, quanto à continuidade dos contornos e à secção dos traços que os definem, ocorrem na mesma superfície (v.g. anverso da peça 8), o que denota genealogias mais complexas em algumas peças. De facto, Fr\_m08-01, Fr\_m08-02, Fr\_m08-04, Fr\_m08-05 e Fr\_m08-08 são definidas por sulcos de secção quadrangular enquanto Fr\_m08-03, Fr\_m08-06 e Fr\_m08-07 o são por sulcos de secção média em V (AUBRY & SAMPAIO 2012: 190). Recorde-se que as sobreposições e as diferentes orientações dos motivos da peça 30 já denunciavam uma utilização da peça em pelo menos dois momentos distintos, separados entre si pela fratura do suporte.

Paralelamente à relativa uniformidade técnica do repertório figurativo observa-se igualmente uma acentuada uniformidade morfológica. Se já nos referimos ao preenchimento total ou parcial dos corpos em 85,3% das unidades gráficas, será de destacarmos outros aspectos que são dominantes no conjunto estudado, independentemente do tema animal representado.

Um destes prende-se com a forma dos corpos, sempre redutível a uma figura geométrica, seja ela de configuração oval (três casos), semioval (sete casos) ou trapezoidal (trinta e dois casos). Num caso o corpo restringe-se a um traço, em dois é fusiforme e em dois pode ser descrito como definido por bordos dorsal e ventral em forma de S, paralelos entre si. Em trinta e nove situações não se pode caracterizar o corpo, seja porque a unidade se resume ao prótomo (seis casos), seja porque o animal foi gravado de forma muito incompleta (dois casos), seja porque a fracturação do suporte afetou a zona do corpo dos animais representados (trinta e um casos).

Foi possível estudar a cabeça de cinquenta e duas unidades gráficas, todas caracterizadas pelo seu geometrismo e pela prática ausência de detalhes anatómicos (97,7% dos casos). De facto, apenas em Fr\_m60-01 se pode levantar a hipótese de aí se encontrar representação de narina e boca e em Fr\_m69-01 de eventual narina. Sempre que temos hastes ou orelhas representadas, estas surgem maioritariamente em perfil biangular oblíquo (27 — 63,6%), a que se segue o perfil absoluto (9 — 20,5%) e finalmente o biangular reto (7 — 15,9%).

Foi possível analisar os membros de cinquenta e três unidades gráficas. Em vinte e sete delas (50,9%) observa-se uma distinção entre antebraços/coxas e canelas (em catorze casos a canela é linear, em nove é definida pela continuidade dos bordos das coxas/ antebraços e em quatro casos é impossível distinguir entre as duas modalidades anteriores, porquanto a zona da canela desapareceu); nas restantes vinte e cinco unidades, treze apresentam os seus membros definidos por dois bordos, sendo em treze representados por um traço simples. No caso do perfil das patas, a perspectiva biangular oblíqua está presente em pelo menos trinta e dois casos dos cinquenta e dois casos possíveis de averiguar (61,5%), dois deles em paralelo com a perspectiva biangular reta, que no total foi identificada cinco vezes (9,4%); a utilização exclusiva do perfil absoluto foi atestada em apenas quinze casos (28,3%). Refira-se que em dois casos não é possível perceber se os membros estão em perfil biangular oblíquo ou recto, ou seja, 71,7% das unidades gráficas que foram gravadas com patas, tendo estas chegado até nós, apresentam-nas em perspectiva “distorcida”.

Em conclusão, as características formais e morfosomáticas das figuras animais documentadas na arte móvel do Fariseu respondem a um morfótipo geral em que se verifica uma adequação gráfica a um esquema de configuração básico que tende a repetir-se e a formalizar-se. Assim, podemos dizer que o “retrato-tipo” das figuras animais gravadas da coleção de arte móvel do Fariseu corresponde a um quadrúpede inciso, de corpo geométrico e preenchido interiormente, com cabeça sem detalhes internos, e que dispõe, pelo menos, de um par de patas em perfil biangular. Estas patas tenderão a ser representadas em perfil biangular oblíquo e de forma a distinguir-se

antebraços e coxas de canelas, sobretudo mediante a representação destas últimas por um traço linear. As orelhas e hastes dos animais tendem também a ser representados em perfil biangular, recto no caso dos cornos dos auroques e oblíquo no caso dos restantes, tendência que se afirma no caso das orelhas das cervas.

Apenas mais duas unidades figurativas gravadas foram reconhecidas no Fariseu: dois antropomorfos. Estes são ambos incisos e preenchidos interiormente por incisões. Tal como no caso dos animais, as suas cabeças não dispõem de detalhes internos. Frente a estas semelhanças, um encontra-se visto de perfil (Fr\_m01-09) e outro de frente (Fr\_m04-01). Este último, como veremos no momento próprio, apresenta paralelos evidentes com figuras datadas, diretamente ou por comparação, de momentos coevos da camada 4 do Fariseu. Já no primeiro caso parece ser mais forte a influência de uma tradição com raízes no fim do Magdalenense, patente não só no Vale do Côa (v.g. Pi24-08 [SANTOS 2017: vol. II, 127]) mas sobretudo em algumas figuras femininas do Paleolítico Superior europeu que, pelas suas semelhanças morfológicas, são denominadas de tipo Lalinde-Gönnersdorf, e que ocorrem em contextos datados desde o Magdalenense tardio ao Azilense (v.g. BOSINSKI, D'ERRICO & SCHILLER 2001).

Para além das peças gravadas a que nos temos vindo a referir, foram exumadas cinco com vestígios de pigmento vermelho de origem mineral (ocre). De duas destas peças (85 e 86) pode-se dizer que foram efetivamente pintadas (seixos 85 e 86), porquanto ainda se distinguem nelas unidades gráficas figurativas e não figurativas. Nos restantes três seixos (87, 88 e 89) apenas se observam resíduos, sendo difícil avaliar se estes vestígios denunciam um contacto com pigmento no sedimento, a existência de pinturas entretanto desaparecidas, ou se resultam de algum ato accidental decorrente de atividade, pictórica ou não, que tenha envolvido a manipulação de ocre. Um estudo morfofotécnico é assim possível, apenas no caso das duas peças seguramente pintadas, ambas exumadas na camada 4 do sítio, a 85 no sector montante e a 86, no jusante.

Identificaram-se unidades gráficas figurativas em ambas as peças — um antropomorfo na peça 85 e um antropomorfo e um possível veado na peça 86. Comum às duas peças é a forma como estas figuras se construíram: estas não foram propriamente pintadas, mas definidas pela remoção (ou ausência devida a justaposição de um elemento que não se preservou ?) de pigmento previamente aplicado. São, portanto, figuras em negativo. Em contraste, uma das três unidades gráficas não figurativas identificadas — uma unidade da chave Xlc existente no reverso da peça 85 — encontra-se pintada de “forma tradicional”, mediante a justaposição de traços verticais paralelos entre si de forma a conformar um feixe.

Apenas a peça 85 apresenta um estado de conservação que permitiu estudar a forma como se aplicou o pigmento nestas peças. Este estudo foi efetuado mediante a comparação dos vestígios com um referencial experimental, tendo permitido perceber que a forma mais plausível de aplicação do pigmento terá sido, como se referiu acima, mediante a justaposição de traços pintados, em forma de lápis, não diluído em água (AUBRY & SAMPAIO 2012: 204). O facto das unidades gráficas presentes na peça 86 terem sido definidas da mesma forma que as da peça 85 autoriza-nos a pensar que a mesma técnica terá sido aí utilizada.

Tanto as unidades gráficas figurativas pintadas, como as não figurativas, correspondem a temas e chave existentes nas peças exclusivamente gravadas. No caso do repertório não figurativo, a chave XI é, a mais representada nas peças gravadas, sendo a subchave Xla a terceira mais representada, depois das subchaves Xla e Xlb.

Relativamente ao repertório figurativo, o veado é também no conjunto das peças gravadas a espécie mais representada. Em dezanove das trinta e nove ocasiões em que aparece gravado é-o sob a sua forma feminina, duas na forma de cervato, três na forma de vareto, e cinco na forma

de cervídeo indeterminado. Do ponto de vista estilístico, o veado, embora pintado, não se aparta dos seus congéneres gravados. Destaque-se a este nível o preenchimento interior do corpo, a sua forma oval ou a representação das patas em perfil biangular oblíquo. A cabeça é mais difícil de caracterizar, porquanto está mais perdida, mas não parece afastar-se da forma das gravadas.

As figuras humanas pintadas da nossa coleção levantam problemas mais interessantes. De facto, pese embora surjam nas duas peças pintadas, apenas foram representados duas vezes por meio de gravura, o que pode sugerir uma preferência deste tema pela técnica da pintura. Um contraste parece verificar-se também ao nível das formas. Contudo, este contraste deve ser matizado porque mesmo entre si, nem as duas figuras pintadas nem as duas gravadas se assemelham particularmente entre si. As duas figuras pintadas e Fr\_m04-01 aproximam-se por se encontrarem gravadas segundo uma vista frontal. Fr\_m04-01 e Fr\_m85-01 partilham o facto de serem raiadas.

Já a forma de Fr\_m86-01 é mais perturbadora, porque a sua forma linear com ambos os membros, igualmente lineares e em forma de arco de círculo evoca as figuras antropomórficas de braços e pernas em arco (BÉCARES 1983: 146, tipo Af 2.1.) de que não faltam exemplos nos suportes rupestres do Vale do Côa e nas imediações, tradicionalmente datados de entre o Neolítico e o Calcolítico (FIGUEIREDO & BAPTISTA 2013: 309, 311, 313). Este achado não é suficiente para colocarmos em causa a atribuição cronológica da maior parte dos sítios com arte esquemática pintada onde este tipo de figuras se identifica, mas obriga-nos a visitar algumas estações do Vale do Côa onde outras evidências existem que nos permitem pensar que a cronologia tradicional a eles adscrita possa ser recuada.

De momento, será de reter a alta uniformidade técnica e morfológica dos grafismos estudados, uniformidade essa que é em grande medida justificada pela contemporaneidade relativa da coleção, tal como manifestado pelo estudo do conteúdo da unidade estratigráfica da qual provêm.

## 8. ANÁLISE TEMÁTICA

O repertório figurativo da arte móvel do Fariseu é composto por noventa e duas unidades gráficas figurativas. Na camada 3 apenas se encontra o quadrúpede indeterminado Fr\_m65-01. Como é óbvio, apenas nos deteremos sobre as restantes unidades gráficas figurativas, todas provenientes da camada 4, que se distribuem por quarenta e oito superfícies de quarenta e quatro peças, tendo-se identificados as seguintes espécies: cervídeos — 39 unidades (19 cervas, 10 veados, 5 cervídeos indeterminados, 3 varetos e 2 cervatos); cabras-monteses — 10 unidades; auroques — 8 unidades; antropomorfos — 4 unidades; cavalos — 4 unidades.

Em 26 unidades não foi possível identificar a espécie. Contudo, o carácter indeterminado destas figuras deve-se a diversas situações que importa distinguir. Assim, duas das unidades encontram-se completas, correspondendo sensivelmente à mesma forma (Fr\_m01-06 e Fr\_m14-01), devendo o seu carácter indeterminado à nossa ignorância do que aí se encontra representado. Forma muito semelhante aparece também na arte parietal do Côa (designadamente JE16-04 do Vale de José Esteves [SANTOS 2017: vol. II, 281-282]), pelo que estas duas figuras serão categorizadas como “Indeterminadas A”. Pese o facto de não se encontrar estriada no interior, Fr\_m08-01 parece obedecer também ao mesmo formato geral dos motivos que temos vindo a tratar, pelo que será categorizada igualmente como “Indeterminada A”. Fr\_m68-01, encontra-se sensivelmente na mesma situação. Embora esta forma seja única na coleção estudada, não é inédita na arte parietal do Côa (Pi19-01 [SANTOS 2017: vol. II, 119, 121]), pelo que será categorizada como “Indeterminada B”. Três unidades gráficas (Fr\_m01-05, Fr\_m2-02 e Fr\_m38-02) correspondem a figuras restrin- gidas, desde a origem, a elementos anatómicos que não permitem a sua identificação, pelo que

será legítimo supor que a ambiguidade é inerente a elas. Serão categorizadas como “ambíguas”. Fr\_m22-03, Fr\_m37-02, Fr\_m50-02 e Fr\_m51-01 só podem ser cervídeos ou capríneos. Restam-nos, portanto, quinze unidades cujo elevado grau de fragmentação não permite descartar qualquer hipótese de identificação. Estas unidades foram categorizadas como “quadrúpedes”.

As distinções que fizemos acima são importantes porquanto nos permitem aferir da justeza das generalizações que possamos fazer a partir da contabilidade das unidades que identificamos com clareza. Por exemplo, é justa a afirmação que o veado, sob as suas diversas formas, é a espécie mais representada na coleção, uma vez que mesmo que somemos às cabras-monteses (segunda espécie mais representada) o número de indeterminados e de unidades cuja distinção entre cervídeos e capríneos é incerta, ficamos com um valor inferior (29) ao de veados (39). Podemos também estar seguros de que os antropomorfos são muito poucos, pois todos os indeterminados correspondem indubitavelmente a quadrúpedes. Existe por outro lado uma grande probabilidade de que auroques, e em particular cavalos, possam estar muito menos representados que cabras-monteses, uma vez que se o número destas é seguramente 10 e pode subir aos 29, o de auroques é de 8 mas nunca passará dos 19, e o de cavalos é de 4 e nunca passará dos 13. Já as diferenças entre cavalos, auroques e antropomorfos não deve ser valorizada, porquanto as diferenças atuais podem facilmente ser alteradas. Da mesma forma, não podemos valorizar a diferença entre o número de cervas e de veados, mas destacar o seu relativo equilíbrio, se aos veados adultos juntarmos os varetos.

A maior parte das peças (26) dispõe apenas (pelo menos, atualmente) de uma unidade gráfica figurativa: antropomorfo (peça 4, 85), veado (peça 6, 60), cervídeo indeterminado (peças 11, 53, 54), quadrúpede (peças 18, 25, 31, 34, 35, 40, 49, 75, 78), cerva (peças 33, 48, 59, 74), cabra-montês (peças 42, 69), cavalo (47, 79), auroque (46), cervídeo ou capríneo (peça 51). O número de “quadrúpedes” revela de sobremaneira o facto da maior parte destas peças se encontrar muito fragmentada. Será, no entanto, de reter que as peças 33, 48, 74 e 85 estão completas e que à 42 deve faltar muito pouco. Ou seja, a presença isolada de cervas (33, 48 e 74), antropomorfos (85) e cabras-monteses (42) está atestada. A presença de cervas isoladas está atestada também nos reversos das peças 8 e 66. Na peça 14 observa-se uma unidade categorizada como “Indeterminada A”, mas esta peça encontra-se fraturada, pelo que deve ser valorizada com cautela.

Apenas na peça 23 encontramos uma superfície seguramente monotemática com duas unidades gráficas (dois varetos). Numa das faces da plaqueta rolada 14 encontramos um veado e um cervídeo indeterminado (que pode, portanto, ser igualmente veado). O veado entra em duas composições binária com uma figura “ambígua”, uma delas reduzida a pata traseira e ventre (plaqueta rolada 2) e outra reduzida à cabeça (plaqueta 38). A última composição binária onde o veado está atestado é a do anverso do seixo 86, onde este tema partilha a superfície com um antropomorfo, sendo ambos pintados. O veado volta a estar presente numa composição, a par de pelo menos uma outra figura, desta feita demasiado fragmentada para ser identificada (plaqueta rolada 70). Na placa 30 observa-se uma cerva associada a quadrúpede. No fragmento de plaqueta 68 um “indeterminado B” associa-se a um “quadrúpede”. A derradeira superfície onde se observa duas unidades gráficas é a 76, encontrando-se ambas demasiado fragmentadas para serem identificadas.

Olhemos agora para as superfícies onde foram identificadas três unidades gráficas. Na peça 22 identificámos dois prótomos de veado (um deles identificado devido à semelhança formal da cabeça com a do veado seguro) e um cervídeo ou capríneo. Na peça 32 duas cabras-monteses associam-se a uma cerva. Na peça 37, uma cerva associa-se a um cervídeo indeterminado e a um capríneo ou cervídeo. Na peça 52 observam-se duas cervas associadas a um quadrúpede indeterminado. No anverso da peça 66 observa-se uma cerva associada a um cervato, encontrando-se o

par associado a um auroque.

Nas peças 3 e 50 foram isoladas quatro unidades figurativas. Na primeira observa-se uma cabra-montês, duas cervas e um cervato (associado por sobreposição a uma das cervas). Na peça 50 observamos três cabras-monteses e um cervídeo ou capríneo.

No reverso da peça 1 encontramos seis unidades gráficas (dois auroques, um cavalo, um antropomorfo, um vareto e uma cerva), e no seu reverso sete unidades (três auroques, uma cabra-montês, um cavalo, uma “indeterminada A” e uma ambígua).

O anverso da placa 8 é a superfície com mais unidades figurativas, em número de oito (um auroque, uma cabra-montês, veado, quatro cervas e uma indeterminada A).

O veado é, de longe a espécie mais representada, com trinta e nove exemplares seguros (42,9% das unidades figurativas), distribuídos por vinte e seis peças (59,1% da coleção). Para se ter uma ideia da importância desta espécie, refira-se que a segunda mais representada (a cabra-montês) aparece apenas dez vezes seguramente (11% das unidades figurativas), distribuindo-se por sete peças (15,9% da coleção). O auroque que, ainda assim, é representado oito vezes (8,8%), distribui-se apenas por quatro peças (9,1% da coleção), tantas como as que contêm figuras antropomórficas. A importância do veado reflete-se ainda pela sua representação em diversos estádios do seu desenvolvimento e sob formas que permitem a identificação do sexo das figuras. Outro aspecto que demonstra de sobremaneira a importância desta espécie é o lugar que cada um dos seus temas (cervas, veados, varetos e cervatos) ocupa na caracterização das peças da coleção.

Este aspecto é particularmente evidente quando procedemos a uma análise de correspondências simples sobre o conjunto de peças da estação com unidades figurativas. Da análise foram excluídas as peças que apenas continham quadrúpedes não identificados (peças 18, 25, 31, 34, 35, 40, 49, 75, 76 e 78). Por outro lado, como as unidades correspondentes a cervídeos indeterminados e sem distinção possível entre capríneo ou cervídeo foram tratadas como variáveis suplementares, fomos obrigados também a retirar as que apenas dispunham destes temas (peças 11, 51, 53 e 54). A peça 68 foi também excluída, visto “Indeterminado B” ser um *unicum* na coleção.

Os resultados encontram-se expressos na figura 18, à esquerda. Neste gráfico, onde se representam as duas primeiras dimensões (36,1% da inércia) observa-se a distribuição das diferentes composições das peças gravadas pelo interior de um triângulo cujos vértices são o veado, o vareto e o conjunto cerva/ cervato/ cabra. Note-se que a distribuição dos pontos ao longo da dimensão 1 evidencia bem a oposição entre cerva/ cervato/ cabra e veado, enquanto a 2 releva sobretudo da oposição entre vareto e veado. Na dimensão 3 (14,59% da inércia) observa-se uma oposição entre vareto e figura antropomórfica e na dimensão 4 (13,65% da inércia) a distinção ainda assim clara entre cabra-montês e o par cerva/cervato. Note-se como os temas “cervídeo indeterminado” e “cervídeo/capríneo” (que foram tratados como variáveis suplementares) ocupam sempre posições intermédias entre os temas aos quais pertencerão.

A classificação hierárquica ascendente dos temas (Fig. 18, à direita) sugere a existência de cinco classes, que *grosso modo* se distribuem por dois ramos; o primeiro é composto pela classe dos antropomorfos e pela dos veados e figuras ambíguas; o segundo ramos é composto pela classe dos varetos, pela das cabras-monteses e pela dos cavalos, cervas/ cervatos e auroques/ cavalos.

O estudo global das unidades figurativas dos dispositivos gráficos da arte móvel do Fariseu parece assim girar em torno do ciclo de vida do veado, dependendo a identidade dos temas que a ele se associam do sexo e estádio de desenvolvimento do cervídeo representado. Refira-se que sempre que dois veados aparecem na mesma superfície sob a forma de dois avatares diferentes,

parece respeitar-se a etologia do animal. Assim, os cervatos aparecem sempre associados a cervas, os varetos nunca se misturam com os veados, embora possam aparecer junto de cervas, e no único exemplo claro de associação de veado com cervas saliente-se o facto do primeiro se encontrar em posição de brama.

Se a subalternidade de auroques e cavalos parece evidente, estas análises demonstram também a importância da cabra-montês e dos antropomorfos, algo que não poderá deixar de ser tido em conta.

Olhemos agora para o repertório não figurativo. Foram individualizadas 1234 unidades gráficas não figurativas, maioritariamente incisas (excluem-se deste inventário os picotados soltos, já tratados atrás), distribuídas por oitenta e cinco superfícies de setenta e cinco peças. A maior parte destas unidades são da chave XI (85,7%), a que se seguem as da chave IX (7,5%), chave VII (2,4%), chave XIII (1,3%), chave X (1,2%), chave III (1,1%), chave XII (0,4%), chave I (0,2%) e chave VIII (0,2%). O elevado número de unidades da chave XI deve-se, em grande parte ao peso das unidades da chave XIa (traços simples). É por isso que, adoptando a metodologia por nós seguida, a chave XI será sempre a mais representada. Uma parte importante destas unidades poderá igualmente ser resultado das “ações instrumentais” a que nos referimos atrás. Mas uma grande parte refletirá também o peso que têm as composições lineares na arte móvel coeva do Sudoeste europeu (v.g. GARCÍA-DÍEZ 2013: 507, 509).

## **9. A ARTE MÓVEL DO FARISEU NO CONTEXTO GRÁFICO RUPESTRE DO VALE DO CÔA**

A coleção de arte móvel do Fariseu, devido ao seu contexto estratigráfico bem datado, é um importante referencial para a atribuição cronológica de uma grande parte da arte parietal do Vale do Côa. As semelhanças técnicas e morfológicas entre as unidades gráficas figurativas da arte móvel do Fariseu e uma parte considerável das que se encontram nas superfícies rochosas da região foi cabalmente demonstrada pelas análises de correspondências múltiplas e subsequentes classificações hierárquicas ascendentes efetuadas sobre amostragens que integravam motivos decalcados da arte parietal (quer de gruta, quer de ar livre) e móvel da Meseta norte (SANTOS 2017: vol. I, 129-164). Para cada tema foram efetuadas distintas análises, tendo-se apenas recorrido a unidades gráficas não acéfalas ou reduzidas apenas à cabeça e/ ou bordo dorsal do corpo. Foram assim analisados 170 cavalos, 143 auroques, 128 cabras-monteses, 91 veados e 65 cervas.

Estas análises vieram confirmar a homogeneidade gráfica detetável entre as figuras da arte móvel do Fariseu e uma série de unidades gráficas não só do Côa, mas de outros sítios da Meseta de que falaremos adiante. Esta homogeneidade foi já identificada e valorizada por outros investigadores (v.g. BUENO, BALBÍN & ALCOLEA 2007; BUENO 2016) que, com base nela, têm vindo a defender a existência na bacia do Douro de uma arte estilisticamente integrável no que Roussot definiu como “estilo V” (ROUSSOT 1990), mas que outros autores preferem designar como arte finipaleolítica, pós-magdalense, azilense figurativa ou epipaleolítica (v.g. BELTRÁN 1987; 1989; 1990; LORBLANCHET 1989; GUY 1993; 1997; D’ERRICO 1994: 254-275).

A coleção de arte móvel do Fariseu veio corrigir algumas inferências apressadas e permitir quer o avanço da atribuição cronológica de algumas unidades gráficas, quer o recuo da de outras quantas. Assim, a “correção” mais visível prende-se com a cronologia das figuras estriadas. De facto, uma série de unidades gráficas figurativas do Vale do Côa, designadamente cervas, devido ao preenchimento interno dos seus corpos foram comparadas com as cervas estriadas da Cantábria (JORDÁ 1964; ALMAGRO 1976; 1981) e, conseqüentemente, datadas do Solutrense final/Magdalense antigo (v.g. BAPTISTA 2009: 170). O recurso à comparação entre figuras preenchi-

das interiormente por incisões do Ocidente peninsular e as figuras cântabras é identificável na bibliografia desde os anos 60, quando Farinha dos Santos utiliza o mesmo termo de comparação para as figuras estriadas do Escoural (SANTOS 1967: 21-27). O valor do estriado interno das figuras como elemento de datação começou por ser colocado em causa a partir do momento que se observou que os animais do Escoural em causa evidenciavam maiores vínculos formais com algumas figuras da região mediterrânica que com os da região cantábrica, o que evidentemente fragilizava a comparação tradicionalmente aceite (GARCÍA-DIEZ *et alii* 2000: 10). Ora, o aparecimento deste tipo de figuras na arte móvel do Fariseu, descoberto em contexto datado do fim do Tardiglacial, veio demonstrar que o preenchimento interior dos corpos por incisões não é suficiente *per se* para datar uma figura, sendo de descartar por completo a sua utilização como “marcador cronológico” dos finais do Solutrense/ Magdalenense antigo. Por outro lado, o preenchimento estriado das figuras da Cantábria é aí utilizado forma de criar volumes e sombras (JORDÁ 1964: 12), enquanto que no caso do Côa (e nomeadamente da arte móvel do Fariseu), este é plano, podendo ter sido utilizado para representar a massa corporal do animal sem fazer referência à sua profundidade volumétrica. As figuras cântabras apresentam contornos perfeitamente naturalistas em que abundam as curvas e detalhes internos vários, como bocas, narinas ou olhos. Em contraste, a maior parte das do Côa apresentam corpos geométricos, faltando-lhes, na maioria das vezes, qualquer evidência de detalhes internos. Como veremos seguidamente, todas estas características das figuras do Côa encontram correlato nos grafismos móveis pós-Gl-1d do Sudoeste europeu.

A coleção de arte móvel do Fariseu vem, por outro lado, reforçar algumas hipóteses já avançadas por outros autores quanto à cronologia de algumas das pinturas do Vale do Côa. De facto, há já alguns anos que se tem vindo a sugerir uma cronologia coeva da arte móvel do Fariseu para pinturas do Vale do Côa como os bovídeos da rocha 1 da Faia ou o grande antropomorfo da rocha 3 do mesmo sítio (BUENO, BALBÍN & ALCOLEA 2007: 567-568), usualmente datados do Neolítico (v.g. FIGUEIREDO & BAPTISTA 2013: 313). Se é verdade que a datação dos bovídeos referidos teve já como fundamento as suas semelhanças com zoomorfos da arte móvel do Fariseu (BUENO, BALBÍN & ALCOLEA 2007: 567), os fundamentos para a datação do antropomorfo da rocha 3 correspondiam a paralelos existentes fora do Côa. Ora, hoje, graças ao tratamento informático de fotografias do seixo 85 do Fariseu, sabemos que no seu anverso se encontra antropomorfo muito semelhante. Por outro lado, a estes antropomorfos devem ainda juntar-se os da rocha 5 da Faia (LUÍS 2009: 137, fig. 6B). Já o seixo 86 vem permitir levantar a hipótese de algumas estações com antropomorfos lineares pintados aos quais se associam quadrúpedes de corpo possante poderem igualmente datar deste período. Um bom exemplo desta situação seria o maciço rochoso onde se encontram as rochas 3 e 7 de Vale de Figueira. Aqui, a par de painéis pintados com antropomorfos e zoomorfos do tipo que temos vindo a falar (FIGUEIREDO & BAPTISTA 2013: 309), localiza-se também um painel com cervas estriadas um outro profusamente gravado com “unhadas do diabo” (LEMOS 1994: 45), um tipo de grafismo que tem vindo a ser identificado em contextos associado a grafismos finipaleolíticos e epipaleolíticos de Trás-os-Montes (v.g. SANCHES & TEIXEIRA 2014). Já num contexto meseteno, as datações AMS C14 de alguns motivos da Galería das Pinturas de Ojo Guareña certificam a presença de figurações humanas coevas dos últimos grupos de caçadores-recoletores europeus, assim como a associação dessas figuras a animais fortemente estilizados num mesmo espaço parietal (CORCHÓN *et alii* 1996). Já na Catalunha, uma placa de Molí del Salt reincide sobre esta ideia (GARCÍA-DIEZ 2004; GARCÍA-DIEZ & VAQUERO 2006).

A coleção do Fariseu revela de sobremaneira o erro que é relacionar de forma absoluta uma técnica a determinadas cronologias. Mesmo se em nenhuma das peças de arte móvel do Fariseu se identifica qualquer unidade figurativa picotada, tal dever-se-á às dimensões do suporte, uma vez

que as análises multivariantes efetuadas por um de nós integraram na mesma classe as figuras estriadas de que temos vindo a falar e grafismos picotados usualmente dados como mais recentes. Entre as rochas com animais picotados integrados nestas classes refiram-se as rochas 23 da Quinta da Barca, 6, 32, 33, 34 e 36 da Canada do Inferno ou 1 de Vale de Cabrões (SANTOS 2017: vol. II, 46-55, 218, 254-257, 258-259, 287), devendo-se ainda integrar nesta lista, pese embora os grafismos destas últimas não tenham integrado essas análises, as rochas 18 da Quinta da Barca, o painel esquerdo da rocha 3 da Canada do Inferno ou a rocha 5 desse sítio (SANTOS 2017: vol. II, 39-40, 212-213, 215-216).

A coleção de arte móvel do Fariseu não só contribui de sobremaneira para a contextualização da arte rupestre do Côa, como também para uma correta valorização da intensidade gráfica verificada no Vale em cada uma das fases da sua sequência rupestre. De facto, depois do confronto *in situ* ou por intermédio de fotografias do arquivo de Mário Reis (a quem agradecemos a disponibilidade), podemos, com alguma segurança, defender a hipótese de que entre as 530 rochas do vale do Côa às quais se atribui uma cronologia do Paleolítico superior (REIS 2014: 33), pouco mais de 2/3 contém grafismos que deverão datar de um momento posterior ao GI-1d. Esta fase está atestada em pelo menos 40 das 48 estações da região, não se encontrando na Quinta da Moreirola, Vale de Videiro e Canada das Corraliças nem cabalmente identificada em Ribeira de Molha Pão, Cachão, Ribeira da Cumieira, Ninho de Águia e Olgas da Ervamoira.

Pese a importância desta fase, apenas quarenta e cinco rochas com grafismos deste período foram integralmente decalcadas, encontrando-se outra atualmente em estudo (Tudão 1). Dispostos ainda de decalques muito parciais de quatro outras rochas. A comparação da arte móvel com a arte parietal coeva no que toca às suas características temáticas deve assim ser feita com toda a precaução. Ainda assim salta à vista que do ponto de vista temático, é com o repertório da fase terminal da arte rupestre do Vale do Côa que a arte móvel do Fariseu apresenta maiores similitudes (Tab. 1).

Temas	fase 1	fase 2/3	fase 4	Far_m
auroques	128	203	15	8
Cavalos	92	205	40	4
Cabras	94	154	50	10
Veados	33	91	33	10
Varetos	4	10	6	3
Cervas	15	32	45	19
cervatos	0	0	1	2
antropomorfos	0	24	5	4
Peixe	1	2	17	0

**Tab. 1:** Distribuição de temas por fases e pela série móvel do Fariseu.

Tal é claramente demonstrável por uma análise de regressão linear de séries com os temas mais habituais: arte móvel/ fase 1:  $r=0,22$ ,  $p=0,57$ ,  $y=0,03(X)+5,62$ ; arte móvel/ fases 2-3:  $r=0,21$ ,  $p=0,60$ ,  $y=0,01(X)+5,6$ ; arte móvel/fase 4:  $r=0,67$ ,  $p=0,04$ ,  $y=0,21(X)+1,74$ . Se não tivermos em conta as distinções entre os diversos avatares de veados, a relação entre a amostragem da fase 4 e a arte móvel do Fariseu ainda é mais forte:  $r=0,87$ ,  $p=0,03$ ,  $y=0,43(X)+(-4,92)$ . Inversamente, a relação entre o repertório móvel e os conjuntos gráficos das fases anteriores mantêm-se ou torna-se ainda mais tênue: arte móvel/ fase 1:  $r=-0,13$ ,  $p=0,80$ ,  $y=-0,03(X)+8,11$ ; arte móvel/ fases 2-3:  $r=-0,26$ ,  $p=0,71$ ,  $y=-0,04(X)+5,66$ .

A diferença entre os resultados das regressões lineares que envolvem as séries com cervídeos diferenciados e não diferenciados sugere que estes são manipulados de forma diferente na arte parietal. A classificação hierárquica ascendente dos temas com base na análise de correspondências simples das composições estudadas da fase pós-GI-1d do vale do Côa aponta para isso mesmo (Fig. 19). Nesta análise retirámos quadrúpedes indeterminados e antropomorfos. Estes últimos foram removidos da análise devido à conjugação da sua raridade com o facto das composições onde aparecem serem maioritariamente monotemáticas. Mesmo a sua análise como categoria suplementar foi colocada de lado, uma vez que no único caso onde aparece a par de outro tema (Pn17), este corresponde a outra categoria suplementar (cervídeo indeterminado). Para além de cervídeo indeterminado, foram ainda tratados como variáveis suplementares capríneos/ cervídeos e outros (al.), grupo que aglutina ave, camurça, canídeo, indeterminados A e B.

Confrontemos o dendrograma resultante desta última análise com o resultante da análise do repertório figurativo das peças do Fariseu. A classe dos antropomorfos, identificada nesta última, verifica-se igualmente na arte parietal, uma vez que se o tema tivesse sido analisado como variável na análise a que agora procedemos, apareceria como um fortíssimo *outlier*, razão pela qual o retirámos. A classe dos veados verificada na arte móvel (aí a par de indeterminado B) verifica-se igualmente na arte parietal. Vareto, que aparece integrado em classe própria na arte móvel, surge no caso da arte parietal na mesma classe de cerva e cervato. Este par, na arte móvel encontra-se na mesma classe do par auroque/ "indeterminado A" e de cavalo. Na arte parietal auroque aparece em classe própria, surgindo cabra na mesma classe de cavalo e peixe. Note-se que na arte móvel, cavalo era já o tema que mais se aproximava de cabra.

Pese embora algumas diferenças, o facto de ainda assim se detetarem algumas semelhanças entre as duas séries, a par da fragilidade da amostra da arte parietal, impede-nos de aferir com o rigor desejável a similitude entre as séries parietal e móvel ao nível da associação entre temas. Registe-se, no entanto, que nas duas séries parece ocorrer um grande paralelismo entre os temas representados, apenas não se tendo identificado o peixe na arte móvel, pese a sua expressão significativa na arte parietal.

Relativamente ao repertório não figurativo, a comparação com as séries parietais vem colocar de manifesto o peso das composições lineares na série móvel do Fariseu. De facto, frente aos 85,7% de unidades da chave XI neste série, apenas encontramos 76,8% deste tipo de grafismos no conjunto do repertório não figurativo da fase mais antiga e 67,4% no das fases compreendidas entre o Solutrense final e o Magdalenense. O peso da chave XI na série móvel é, inclusivamente, mais significativo que no conjunto dos suportes parietais coevos já estudados, onde esta chave corresponde igualmente a 67,4% do repertório não figurativo.

## 10. A ARTE MÓVEL DO FARISEU NO CONTEXTO DO SUDOESTE EUROPEU

Não é só nas rochas do vale do Côa que se identificam grafismos semelhantes aos que se

encontram gravados na arte móvel do Fariseu. Desde logo, outros autores têm vindo a chamar a atenção para a sua presença na bacia do Douro (v.g. BUENO, BALBÍN & ALCOLEA 2007). As análises factoriais a que um de nós procedeu sobre os grafismos desta mesma região veio confirmar estatisticamente as inferências daqueles autores. Assim, entre os sítios onde ocorrem esses motivos em suportes parietais, refira-se Siega Verde (ALCOLEA & BALBÍN 2006), Cierro de San Isidro (LEP 1999: 59-125), Ojo Guareña (CORCHÓN *et alii* 1996) e mesmo La Griega (CORCHÓN *et alii* 1997; BUENO, BALBÍN & ALCOLEA 2007: 565). Suportes móveis com grafismos caracterizados por este estilo foram exumados no abrigo da Peña de Estebanvela (GARCÍA-DIEZ 2013). Mais recentemente foi dada a conhecer a estação de Pedra de Asma 7, no vale do Sabor, com zoomorfos cujas formas remetem para as unidades que temos vindo a tratar (FIGUEIREDO 2014: 20-22).

Dois dos sítios atrás referidos são merecedores de algum destaque, desde logo por deles procederem algumas datas de radiocarbono. Um destes é a Peña de Estebanvela, que possui uma coleção de 43 peças, recolhidas em contextos do Magdalenense final, gravadas maioritariamente com repertório não figurativo, mas onde ainda assim se identificaram dois seixos gravados com equinos, um proveniente da camada 1 e outro da 2 (GARCÍA-DIEZ 2013). Importa, portanto, reter os resultados das análises de radiocarbono efetuadas sobre amostras recolhidas nas duas camadas em questão. Assim, da camada 1 provêm as datas Beta-290779 — 10.640±60 BP, Beta-155114 — 11.060±50 BP, Beta-155113 — 11.070±50 BP e Beta-287754 — 11.330±50 BP (JORDÁ & CACHO 2013: 78, 81-83) e da camada 2 as datas Beta-155116 — 11.400±120 BP, Beta-228872 — 11.530±70 BP e Beta — 11.700±70 BP (*idem*: 78, 81).

O outro sítio mesetenho que destacamos é a gruta de Ojo Guareña de onde provêm cinco datações diretas das suas pinturas zoomorfas e antropomorfas: GifA-95283 — 11.470±110 BP, GifA-96134 — 11.540±100 BP, GifA-95229 — 11.130±100 BP, GifA-95363 — 10.980±160 BP e GifA-96136 — 10.950±100 BP (CORCHÓN *et alii*: 1996).

Na Península Ibérica podem ainda encontrar-se outras estações com este tipo de motivos em suportes parietais, maioritariamente localizados ao ar livre. Na bacia do Tejo refira-se as estações de Fratel e Cachão do Algarve, designadamente os motivos que integram a subfase antiga do período naturalista definido por Mário Varela Gomes (GOMES 2007: 87, 91-102). No Guadiana devemos referir a rocha 30 da Moinhola (BAPTISTA & SANTOS 2013: 147-149), ou algumas figuras estriadas, como a cerva 13 do painel 12 da estação CVII de Molino Manzániz (COLLADO 2006: 224-225) ou a 14 da estação CDVII do mesmo sítio (*idem*: 228-229), pese embora tenham sido originalmente datadas do Solutrense/ Magdalenense antigo (*idem*: 279-280).

A grande concentração de estações ao ar livre com este tipo de figurações encontra-se, contudo, no Nordeste peninsular, contando-se entre estas o Abric d'en Melià (MARTÍNEZ, GUILLEM & VILLAVERDE 2003), a Cova del Bovalar, o Cingle del Barranc de l'Espigolar Bovalar e outras quatro estações inéditas de Castellón (MARTÍNEZ & GUILLEM, 2005; MARTÍNEZ, GUILLEM & VILLAVERDE 2008; MARTÍNEZ, GUILLEM & CUEVA 2008), ou ainda o Barranco Hondo (UTRILLA & VILLAVERDE 2004), este sítio não só com veados paralelizáveis com os das fases terminais do vale do Côa, como também com figuras antropomórficas cujas semelhanças formais com os antropomorfos pintados da Faia e com o “feiticeiro” de Ojo Guareña foram já colocadas em relevo (BUENO, BALBÍN & ALCOLEA 2007: 570-572, fig. 15). Refira-se que os antropomorfos de Barranco Hondo encontram-se estriados interiormente, como o “feiticeiro” de Ojo Guareña, mas também como Fr\_m85-01, ou ainda como o antropomorfo da rocha 11 do Vale Escuro, que aparece associado a cervas azilenses e que aqui publicamos pela primeira vez (Fig. 16). Até agora apenas referimos paralelos gravados, mas mesmo pintados poderão existir alguns exemplos, tais como o veado pintado do abrigo de Castillo do Parque de Monfragüe, que se situa na base da estratigrafia de um painel essencialmen-

te historiado com antropomorfos esquemáticos (COLLADO 2006: 371).

Em gruta também podemos referir uma série de paralelos localizados fora da Meseta norte. Alguns dos mais impressionantes encontram-se na gruta do Escoural, destacando-se a este nível os números 5, 6, 37, 39, 42, 47 ou 71 do inventário de Lejeune (LEJEUNE 1995). Como no caso das gravuras estriadas do Côa, estas figuras começaram por ser comparadas com as da Cantábria, tendo sido datadas do Solutrense final/ Magdalenense inferior (v.g. SANTOS 1967: 21-27). A adscrição cronológica destas figuras mantém-se indiscutível até 2006, quando Collado propõe para o conjunto 47 uma cronologia epipaleolítica (COLLADO 2006: 379). Hoje, a cronologia tardia destas figurações parece-nos evidente, mesmo se por vezes se possa detetar algumas incertezas quanto à integração cultural de algumas figuras que num mesmo texto, e a poucas páginas de distância, tanto são datadas do Solutrense final/ Magdalenense inicial como do Magdalenense final (BAPTISTA 2012: 313, 328).

Na Galiza, devemos referir Cova Eirós (LOMBERA & FÁBREGAS, eds. 2013), cuja série mais recente do dispositivo parietal é comparável com as figuras que aqui tratamos, tal como foi aliás já apontado (FÁBREGAS *et alii* 2015: 176). Recentemente foram dadas a conhecer duas datações que indicam o Pré-boreal como *terminus ante quem* para estas gravuras (STEELMAN *et alii* 2017).

Na região cantábrica devemos referir não só o caso de La Clotilde, na Cantábria (FERNÁNDEZ 2010 e bibliografia anterior aí referida), já evocado por outros autores (BUENO, BALBÍN & ALCOLEA 2007, 571), como também os exemplos asturianos do “painel dos desenhos negros” de Pindal (ALCALDE, BREUIL & SIERRA 1911: 63) e o dispositivo parietal de Los Pedroses (BALBÍN *et alii* 2000: 387-389, fig. 5; RIOS & CASTRO 2007: 170-171). No caso do Pindal, será de referir que este painel se encontra associado a outro apenas constituído por signos (v.g. os n.ºs 66 e 67 do inventário de González-Pumariega, 2011), encontrando-se ambos no lado esquerdo da gruta, apartados do dispositivo parietal magdalenense que se encontra no lado direito. Aqui encontram-se os únicos zoomorfos negros da cavidade, tendo-se obtido duas datações de um deles — o veado 64 do inventário de González-Pumariega (2011, 198), cujos paralelismos com o veado da rocha 1 de Vale de Cabrões (SANTOS 2017: vol. II, 287) são evidentes. Os resultados das análises radiocarbónicas falam por si (FORTEA 2002: 21), devendo destacar-se a sua similitude: GifA-95539 — 10.240±90 BP; GifA-98199 — 10.040±100 BP.

No caso de Los Pedroses retemos como paralelos mais evidentes as icónicas cervas acéfalas cujos corpos sub-retangulares preenchidos interiormente encimados por longo pescoço não só evocam Fr\_m01-12, como sobretudo outras figuras do vale do Côa, designadamente nas rochas 41 da Canada do Inferno, 23 da Quinta da Barca (SANTOS 2015: 77, figs. 4 e 5) ou 16 do Vale de José Esteves (BAPTISTA 2009: 119). Por outro lado, na mesma cavidade identifica-se grafismo que embora interpretado como antropomorfo (BALBÍN *et alii* 2000: 389, fig. 5), apresenta claros paralelos com cavalo da rocha 34 da Canada do Inferno (BAPTISTA & GOMES 1997: 296) e que a classificação hierárquica ascendente das figuras deste tema integra na classe terminal do mesmo.

Para norte dos Pirenéus devemos destacar como paralelos para as figuras que estamos a tratar as existentes na gruta de Gouy (MARTIN 2007 e bibliografia anterior aí citada), da qual provém a data radiocarbónica efetuada sobre osso GifA-92346 — 12.050±130 BP (FOSSE 1997: 242).

Mas paralelos para os grafismos que agora estudamos encontram-se também na arte móvel. Se já atrás referimos exemplos da coleção do abrigo da Peña de Estebanvela, será de lembrar ainda outros exemplos ibéricos, designadamente da Catalunha. Referimo-nos evidentemente às peças de Molí del Salt (GARCÍA & VAQUERO 2006) e Sant Gregori. Do primeiro sítio destacamos as figuras das peças 1 (em particular a cabeça de auroque estriada ou os corpos tendencialmente retangulares das figuras C ou G) e os animais das peças 3 e 4 (corpos geometrizados, por vezes

preenchidos interiormente, ausência de detalhes anatómicos, etc.). As duas últimas provêm do nível A de onde provêm as datas Beta-179599 — 10.840±50 BP Beta-179598 — 10.990±50 BP. A primeira provêm provavelmente do nível B, mas as incertezas não nos permitem valorizar as datações da camada, que são respetivamente GifA-101037 — 11.940+100 BP e GifA-101038 — 12.510+100 BP.

Das quatro peças de Sant Gregori (FULLOLA *et alii* 2015: 162), duas dispõem de grafismos zoomórficos semelhantes aos que aqui tratamos. A primeira destas peças, publicada por Vilaseca (1934), provêm do seu nível 2, apresentando cerva incisa, com corpo retangular, sem detalhes anatómicos secundários e com os dois membros anteriores dispostos em perfil biangular. A segunda peça, publicada em 1990 (FULLOLA *et alii* 1990) provêm de contexto incerto, nela se reconhecendo três animais estriados, identificados como auroque, cavalo e cerva. Pese o facto de apenas a primeira peça provir de contexto estratigráfico seguro, a adscrição cronológica de ambas ao Epimagdalense parece certa, uma vez que o estudo das indústrias líticas descobertas por Vilaseca, assim como as novas escavações no sítio, apontam para a homogeneidade do depósito arqueológico que deverá ser adscrito a este tecnocomplexo (FULLOLA *et alii* 2015: 163).

Mais a sul, no País Valenciano, cabe destacar o metatarso de veado gravado com cerva estriada, proveniente de Les Cendres, infelizmente de contexto estratigráfico inseguro entre o Magdalense final e o Neolítico antigo (VILLAVARDE 1985).

Ainda no arco mediterrânico existem outras estações que dispõem de arte móvel do Magdalense tardio que merecem referência, pese embora os grafismos figurativos que ocorrem nas suas peças apresentem diferenças significativas relativamente às peças que agora tratamos. Se aqui as recordamos, tal deve-se ao facto das datações disponíveis para alguns dos seus contextos, sendo algo mais antigas que as acima referidas, poderem ser entendidas como *terminus post quem* para o tipo de grafismos da região que apresenta similitudes mais vincadas com os representados na arte móvel do Fariseu. Entre estas estações com arte móvel mais antiga conta-se a Cova Matutano, de Castellón (OLÀRIA 1999: 343-360; 2008). Nesta estação encontramos algumas peças cujos grafismos figurativos nelas presentes evocam vagamente algumas figuras do Fariseu, designadamente no que toca à forma geometrizada dos seus corpos (v.g. OLÀRIA 1999: 347-348, 349, fig. 4). Estas peças são todas provenientes dos níveis superficiais e 1 da cavidade. Serão coevas ou pouco posteriores às datas da camada 1: UGRA-241 — 11.590±150 BP, UGRA-243 — 11.410±610 BP, ambas efetuadas sobre amostras recolhidas no nível 2 (OLÀRIA 1999: 363; 2008: 16). Nos níveis mais profundos encontramos não só o icónico cervato que se destaca pelo naturalismo, sobretudo da cabeça, onde inclusivamente se reconhece olho e narina (*idem*: 350, fig. 5), como também outras figuras que apresentam corpos não tão geométricos como os dos níveis mais superficiais. Do nível 3, onde se encontram seis das restantes onze peças encontradas em estratigrafia, provêm as datas I-11.326 — 12.390±190 BP e UGRA-244 — 12.520±350 BP (OLÀRIA 1999, 363; 2008: 16).

No Tossal de la Roca (Alicante) encontramos igualmente algumas peças com arte móvel figurativa (CACHO & RIPOLL 1990; APARICIO 1990). Infelizmente desconhece-se a sua proveniência estratigráfica. As similitudes entre o cervato de Cova Matutano e alguns dos grafismos animais presentes na coleção de Tossal de la Roca são, no entanto, muito evidentes. Dada a similitude entre as peças de Tossal de la Roca e o cervato de Cova Matutano, aquelas deverão ser provenientes do seu nível III, cujas datas (CACHO *et alii* 2001: 80) são coevas das do nível 4 de Cova Matutano.

O derradeiro sítio do arco mediterrânico com arte móvel que queremos evocar corresponde ao Parpalló, no País Valenciano (VILLAVARDE 1994). Contudo, trazemos este sítio à liça, mais para relevar a ausência de paralelos claros que a sua presença. De facto, se é verdade que encontramos

algumas figuras que apresentam algumas características que evocam as da arte móvel do Fariseu, estas são pontuais e, não poucas vezes, muito mais antigas. Assim, é verdade que encontramos esporadicamente corpos preenchidos com membros em perfil biangular e sem detalhes internos (v.g. peças 16113a ou 18841 do inventário de Villaverde). Estas peças foram datadas do Solutrense inferior e médio e do Magdalenense antigo. Aquelas características podem, portanto, aparecer pontualmente, em diversas etapas da sequência gráfica paleolítica da região. Em nenhum daqueles casos, os corpos apresentam, no entanto, configuração geométrica. Este pode, no entanto ocorrer, como na peça 17365, datada do Solutrense superior. Trata-se, mais uma vez, de uma ocorrência esporádica, num contexto em que os corpos das figuras são maioritariamente definidas mediante contornos curvilíneos. Pensamos, de facto, que a existir no Parpalló o fácies gráfico que estamos a tratar, ele é residual. Valentín Villaverde ter-se-á aliás apercebido deste aparente paradoxo que é o gradual abandono do Parpalló ocorrer a par do aparecimento dos sítios a que nos temos vindo a referir (VILLAVERDE 1994: 391). Também Ripoll & Cacho, embora admitindo algumas semelhanças entre as peças de Tossal de la Roca e algumas de Parpalló, acabam por considerar aquelas como pertencendo a uma cronologia *“légèrément postérieure (ou plus avancée) à celle établie pour l’ensemble mobilier du Parpalló”* (RIPOLL & CACHO 1990: 291).

Na Cantábria, a arte móvel dos finais do Magdalenense/ inícios do Azilense caracteriza-se sobretudo pelo seu repertório não figurativo, não deixando, no entanto, de existirem algumas peças com unidades figurativas (CORCHÓN 2004: 462-463). Entre os exemplos com unidades figurativas que aquela autora refere, e que consideramos serem bons paralelos para as peças do Fariseu, refira-se o disco de ocre de Chora (SAN JUAN 1983), a peça 8 do nível C de Lumentxa (BARANDIARÁN 1972: 144), assim como algumas peças do nível D de Urtiaga, designadamente as peças 22, 23 ou 27 do catálogo de I. Barandiarán (1972 224-227). Deste contexto provém a data CSIC-64 — 10.282±190 BP (ARRIBAS 1990: 58). Refira-se ainda o percutor com zoomorfo altamente geometrizado, proveniente de contexto azilense de Arenaza I, no País Basco (PELLÁNIZ 1982: 185). De dois níveis azilenses desta cavidade provém as datas CSIC-173 — 9.600±180 e CSIC e CSIC-174 — 10.300±180 BP (PELLÁNIZ & ALTUNA 1975)

Para norte dos Pirenéus também se encontra um número apreciável de estações onde se exumaram peças com grafismos semelhantes aos que aqui tratamos. Entre estas, comece-se por citar La Borie-del-Rey (Lot-et-Garonne), de onde provém fragmento de osso, exumado em camada datada do Dryas recente, com bovino inciso, preenchido interiormente, com corpo alongado e cornos e patas dispostos em perspectiva biangular recta (ROUSSOT 1990: 199-200).

No abrigo Morin (Gironde) foram exumados outros dois fragmentos de osso com gravuras, um destes com um auroque e outro com um cavalo, tendo ambos saído da camada A1, que contém uma mistura de indústrias do Magdalenense superior, Azilense e Laboriense (PAILLET & MAN-ESTIER 2014: 140-143). O primeiro é muito semelhante ao descrito anteriormente de la Borie-del-Rey (*idem*: 143, fig. 12). O segundo é definido por uma série de pequenos traços cruzados, conformando um animal com cabeça sub-retangular, com ganacha e olhal pronunciados, representação exagerada do olho, crineira convexa, dorso reto e bordo traqueal côncavo (*idem*: 143, fig. 12).

De Rochereil provem uma peça fragmentada onde se observa a metade dorsal do corpo de cavalo inciso, preenchido interiormente (PAILLET & MAN-ESTIER 2014: 150, 152, fig. 21). Refira-se a existência de uma banda definidora do corpo, assim como o seu alongamento. A peça encontra-se atualmente em coleção privada, desconhecendo-se a sua origem estratigráfica. As características morfológicas da figura permitem data-la, no entanto, do Laboriense, que está representado igualmente no sítio (*idem*: 150).

É, no entanto, no abrigo de Pont-d’Ambon (Dordonha) que encontramos a maior coleção de

peças com este tipo de figurações. De facto, às quatro peças descobertas por Célérier nos anos 80 (ROUSSOT 1990: 199-200; CÉLÉRIER 1998: 258-259), devem agora juntar-se outras vinte recentemente publicadas (PAILLET & MAN-ESTIER 2014: 143-150). Todas as peças provêm da camada 2 do sítio (*idem*: 137), que Célérier atribuiu ao Azilense terminal com afinidades laborienses (CÉLÉRIER 1998: 253), e de onde provêm as datações Gif-3740 — 9.640±120 BP (*idem*: 237) e GifA-99102 — 10.730±100 (CÉLÉRIER, TISNÉRAT & VALLADAS 1999: 164).

No abrigo de Murat, no Lot (LORBLANCHET 1989: 95-112) foi exumada uma série caracterizada pelo geometrismo dos corpos dos seus animais e pela ausência de detalhes anatómicos nos mesmos. Esta série parece ser posterior à arte figurativa claramente magdalenense também aí exumada (LORBLANCHET 1985: 93-94), sendo possível observar-se a passagem de uma tendência à outra na camada 4 do sítio (LORBLANCHET 1989: 95-112; 1996). Seria importante conhecermos, por isso, o contexto preciso das amostras datadas. Infelizmente só nos podemos pronunciar relativamente a duas, ambas recolhidas na base da camada — GifA-92345 — 12.620±130 BP (LORBLANCHET 1996: 283) e Poz-27953 — 12.550±90 BP (COSTAMAGNO 2016: 37). As duas restantes correspondem às datas Poz-27957 — 12.430±80 e Poz-27958 — 12.330±80 BP (FAT CHEUNG *et alii* 2014: 32).

Valerá igualmente a pena olharmos para a Península italiana. Aí, são referidos, de há muito, paralelos para as figuras do tipo das que nos temos vindo a debruçar, tais como algumas peças de Romanelli, do Cavallo ou ainda bloco gravado da gruta de Levanzo (ACANFORA 1967; VIGLIARDI 1972; D'ERRICO 1994: 265). As peças do primeiro sítio provêm das camadas B, C e D. Da camada B provêm a data R-2153 — 11930±520 BP, da camada C as datas GrN-2154 — 9.790±80 BP e GrN2153 — 10.390±80 BP, conhecendo-se ainda a data GrN-2055 — 10.640±100 BP da camada D (MUSSI 2002: 296); o carácter aberrante da primeira data é notório, como aliás foi já apontado (PALMA DI CESNOLA 2001: 219, nota 150). É também na península italiana que encontramos os melhores paralelos para as pinturas da arte móvel do Fariseu, designadamente do abrigo Dalmeri (DALMERI *et alii* 2011). Deste importante sítio italiano provêm as datas KIA-20345 — 11.340±45 BP, Rome-657 — 11.250±100 BP e KIA-20341 — 11.450±50 BP (*idem*: 70).

A maior parte destes sítios (e outros de que falaremos em seguida) é utilizado de há vários anos a esta parte para defender a continuidade da tradição figurativa paleolítica por períodos pós-magdalenenses (v.g. BELTRÁN 1987; 1989; 1990; LORBLANCHET 1989; ROUSSOT 1990; BUENO, BALBÍN & ALCOLEA 2007). Pese embora essa continuidade, os particularismos deste conjunto de grafismos foram também destacados (GUY 1993; 1997; D'ERRICO 1994: 254-259), justificando-se assim a criação de um estilo V (ROUSSOT 1990; BUENO, BALBÍN & ALCOLEA 2007), conceito que denota a existência de um grupo diferenciado de figurações que, no entanto, se relacionam de sobremaneira com uma tradição mais antiga. Evidentemente que se não se aceita a existência dos quatro estilos anteriores, não se pode admitir a existência de um quinto (LORBLANCHET 1989: 122). Ainda assim, uma denominação genérica de critério estilístico (seja ela “estilo V” ou outra qualquer) parece-nos mais aceitável que uma fundamentada na nomenclatura aplicada aos tecnocomplexos da indústria lítica. De facto, como pensamos que ficou patente ao longo desta nossa exposição, grafismos deste tipo aparecem em contextos do Magdalenense final, do Epigravettense, do Laboriense, do Azilense, etc. Por outro lado, descobertas recentes têm vindo a confirmar algo para o qual Lorblanchet já tinha chamado a atenção: a diversidade estilística da arte figurativa azilense (LORBLANCHET 1989: 122). De facto, a par dos grafismos mais esquemáticos coevos deste tecnocomplexo, surgem outros que se destacam pelo seu naturalismo, como seja o caso do cavalo gravado sobre córtex de sílex de Pincevent (BAFFIER 1996) ou os presentes nas peças recentemente publicadas do sítio bretão de Rocher de l'Impératrice (NAUDINOT *et alii* 2017), onde foi

identificado um pacote com bipontas de dorso curvo, características do Azilense antigo, de onde provêm as datas Beta-415532 — 12.460±50 BP, Beta-415533 — 12.380±50 BP e Beta-415531 — 12.060±40 BP. Em resumo, grafismos semelhantes aos da série móvel do Fariseu aparecem em contextos onde ocorrem diversos tecnocomplexos, da mesma forma que em contextos onde está identificado o mesmo tecnocomplexo aparecem grafismos de tendência naturalista ou mais geométrica. Mas poderão grafismos diferentes (isto é de tendência geometrizar e de tendência naturalista) aparecer no mesmo intervalo temporal?

Olhemos para a figura 20 onde se discriminam as datas provenientes de contextos associados à arte figurativa atribuída às fases finais do Magdalenense e ao Azilense/ Laboriense. Não foram retidas as datas de Pégourié, uma vez que nem o seixo gravado com o quadrúpede inciso apareceu em contexto estratigráfico (SÉRONIE-VIVIEN 1986: 417) nem a homogeneidade das camadas do sítio é segura (VALDEYRON & DETRAIN 2009: 498-501). Outra peça que é recorrentemente recordada no contexto destes debates é o seixo gravado com cabeça de cavalo subnaturalista (com olho, narina e boca) proveniente do abrigo Dufaure (BREUIL & DUBALEN 1901: 259-260), no País Basco francês (v.g. LORBLANCHET 1989: 112-115; GUY 1993: 334). Esta peça foi recolhida nas escavações de Breuil e Dubalen, na base do *foyer supérieur*, em zona associada a ossos de veado, bovino, rena, cavalo, javali e numerosos caracóis (BREUIL & DUBALEN 1901: 256). Embora nesta camada tenham aparecido indubitáveis materiais azilenses (como um arpão de fuste achatado e um seixo pintado), também é verdade que Breuil e Dubalen referem que a camada se pode dividir em dois níveis separados por “*de blocaux de base de foyer dans la cella et quelques lentilles de limon jaune à hélix au milieu de l’abri*”, encontrando-se o arpão e o seixo pintado no nível superior e as gravuras no inferior (BREUIL & DUBALEN 1901: 254). Deste modo, a adscrição do contexto estratigráfico da peça ao Azilense é bastante insegura. Ainda mais insegura é a convicção de que o *foyer supérieur* de Breuil e Dubalen, localizado no fundo do abrigo é coevo do estrato 3 das escavações de Straus efetuadas no exterior do mesmo (STRAUS 1987: 65). De facto, não só as datas provenientes do estrato 3 de Straus são bastante mais recentes que o Azilense regional, como a existência de material claramente azilense nessa camada é muito pouco clara (DACHARY *et alii* 2014: 492). As datações dessa camada (STRAUS & ÉVIN 1989: 149) não podem, consequentemente, ser retidas pela nossa análise.

Para além dos sítios referidos até aqui, incluímos na tabela: o abrigo de Cabônes (Jura), de onde provém uma peça com um capríneo que podemos considerar de tendência naturalista exumado em contexto magdalenense, mas onde abundam já as pontas azilenses (D’ERRICO & DAVID 1993); o sítio de Étioilles, atribuído igualmente ao Magdalenense final e onde foi exumado seixo gravado com diversos animais de tendência naturalista e um teriantropo (TABORIN 2001; FRITZ & TOSELLO 2011); o sítio de Las Monedas, com datações algo mais recentes (MOURE *et alii* 1996: 312-315) que o Magdalenense superior a que são usualmente atribuídas as suas figurações, que se caracterizam pelo seu naturalismo (v.g. RIPOLL 1972: 66; LEROI-GOURHAN, DELLUC & DELLUC 1995: 540-541); a gruta de Le Portel, cujas datações (IGLER *et alii* 1994) são igualmente mais recentes do que o expectável para as características estilísticas das suas figurações (BELTRÁN, ROBERT & VÉZIAN 1966; VIALOU 1986: 260, 281). As datas de Ekaïn, sobre cavalos de claro “estilo IV”, devido aos resultados muito díspares entre amostras da mesma figura ou até entre diferentes análises da mesma amostra (GONZÁLEZ 2007: 257) não foram retidas.

A leitura do quadro elucidava-nos quanto a alguns aspectos: a “tendência naturalista” deixa praticamente de se verificar a partir de cerca de 13.600 calBP. Apenas os intervalos de três datas provenientes de contextos com animais deste tipo são posteriores a esta data (Cabônes Ly-3079, Le Portel AA-9766 e Las Monedas GifA-95284). Em todos estes sítios existem datas mais antigas,

sendo que no caso de Las Monedas uma delas (a mais antiga das três do sítio) resulta da análise de amostra do animal que forneceu a amostra posterior a 13.600 calBP. Se recuarmos até aos 14.000 calBP, encontramos pouco mais datas: uma destas provém de Rocher de l'Impératrice, sendo a mais recente de um conjunto de três, outra provem de Las Monedas e a terceira de Pin-cevent.

Inversamente, a maioria dos intervalos das datas de contextos dos animais de tendência “geometrante” são posteriores a cerca de 14.000 calBP. A data de Gouy, pese o seu intervalo ainda assim ser posterior aos referidos 14.000 calBP, é mesmo ligeiramente anterior a algumas das que referimos anteriormente. Não devemos, no entanto, esquecer, que nesta gruta existem também algumas figurações de “tendência naturalista”, designadamente os animais que conformam o grupo I do seu registo inferior (MARTIN 2007: 147, 188).

O outro sítio onde dispomos de grafismos de tendência geometrante e que contem datas mais antigas que 14.000 é o de Murat. Serão contudo estas datas contemporâneas deste fácies? Na camada 4 do sítio, Lorblanchet reconheceu quatro níveis (LORBLANCHET 1985: 70, fig. 6, 72). O confronto da figura 7 e da 6 do trabalho atrás citado permite-nos perceber que, entre as peças publicadas, a da tendência geométrica que se encontra a cota mais baixa — A1\_62 (LORBLANCHET 1985: 78, fig. 10) — provem do topo do nível IVd ou mesmo já da base do IVb. Relativamente às da tendência naturalista já publicadas, é a A 1549 (LORBLANCHET 1996: 284) que se encontra a uma cota mais alta, provindo igualmente da camada 4, mas de zona junto da parede do abrigo, onde não é possível distinguir os interfaces dos diferentes níveis deste pacote sedimentar (LORBLANCHET 1985: 71, fig. 7). Dado que as restantes peças do fácies naturalista (pelo menos as publicadas) foram todas recolhidas nas escavações de Lemozi, a contemporaneidade absoluta dos dois fácies parece dever colocar-se de lado. Ora, o osso de rena datado a que já aludimos acima (COSTAMAGNO *et alii* 2016: 51), assim como a data publicada por Lorblanchet nos anos 90 a que já nos referimos também provém da base da camada 4, sendo portanto seguramente anteriores às peças do fácies geométrico. Note-se que estas datas são virtualmente iguais ou até mais recentes que duas outras provenientes das camadas V e VI (Poz-27955 e 27959), datadas do Magdalenense (LANGLAIS *et alii* 2012: 141), algo que vem ao encontro da interpretação de Kervazo que nos diz que do ponto de vista da Geologia foi possível distinguir na camada 4 um nível inferior “*encore affiliée aux dépôts sous-jacents*”, datados do Magdalenense, e um superior “*associé aux sédiments sus-jacent*” plenamente azilenses (in LORBLANCHET 1996: 283). A ocorrência de materiais na base da camada 4 (como seria o caso da peça A 1549?), coevos dos níveis magdalenenses não pode por isso surpreender. Não sabendo nós a proveniência das restantes duas amostras datadas do sítio, e sendo estas estatisticamente semelhantes às anteriormente referidas, será de não descartarmos a hipótese de se reportarem ao nível IVd, sendo portanto igualmente anteriores ao fácies geométrico. As quatro datas da camada 4 do sítio devem ser, conseqüentemente, lidas como indicadoras de um *terminus post quem* para as figurações de tendência geométrica. Por outro lado, as datações conhecidas para a camada 2 (FAT CHEUNG *et alii* 2014: 32) devem ser entendidas como indicativas de um *terminus ante quem* para a gravação dessas peças. A ser assim, a gravação das peças ter-se-á dado algures na primeira metade do décimo quarto milénio calBP.

A leitura da figura 20 permite-nos perceber que, independentemente dos diferentes contextos industriais identificados em diversos sítios do sudoeste europeu, a transição entre uma tradição magdalenense de representar os animais e uma mais geométrica dá-se a partir do primeiro quartel do décimo quarto milénio calBP. Este fácies geométrico prolongar-se-á até à transição Dryas recente/ Pré-boreal, como denunciam as datas de Fariseu, Urtiaga, Arenaza I ou Pont d'Ambon.

Pelo menos no caso da Meseta norte, estes grafismos apresentam características morfológicas

suficientemente distintas dos do Magdalenense para uma análise de correspondências múltiplas associada a uma classificação hierárquica os integrar em classes diferentes. Contudo, uma certa diversidade interna parece detetar-se, sobretudo, se ampliarmos a análise à escala do sudoeste da Europa. Assim, por exemplo, os preenchimentos internos das figuras parecem ser mais comuns em contextos mais tardios — do Azilense recente em Portugal ou do Laboriense em França. As figuras não preenchidas interiormente e, ainda assim, mais naturalistas parecem ser mais habituais durante o período interestadial. No Fariseu não temos arte móvel deste período. No entanto, ela parece estar presente no Côa, destacando-se a este nível cavalo gravado da Ribeira da Cabreira (cfr. foto de M. Reis, consultável em <http://www.arte-coa.pt/Ficheiros/Imagem/3253/3253.pt.jpg>), cujos paralelos com o da peça 22 da Peña de Estebanvela são evidentes. Por outro lado, com base nas características tipo-tecnológicas das indústrias líticas associadas, pelo menos parte da arte móvel do sítio da Cardina (Salto do Boi) poderá remontar a este período (AUBRY et alii 2015). Trata-se de uma hipótese que os trabalhos atualmente a decorrer no sítio irão certamente contribuir para confirmar ou infirmar.

Quando nos anos 80 do século passado se demonstrou que a arte figurativa não se extinguiu com o Magdalenense foi dado grande destaque sobretudo ao que isso revelava ao nível da continuidade. Depois procurou-se perceber o que apartava este bloco gráfico dos anteriores, destacando-se a este nível os trabalhos de Guy, nos anos noventa (GUY 1993; 1997). Hoje admite-se, dentro de uma certa unidade de base, a existência de uma diversidade que poderá, pelo menos em parte, ter uma conotação cronológica (v.g. GARCÍA & VAQUERO 2006; PAILLET & MAN-ESTIER 2014). A ruptura que se observa algures no primeiro quartel do décimo quarto milénio ao nível gráfico é, no entanto, evidente, apontando os dados atuais para um início mais precoce do processo em França, estendendo-se este rapidamente ao restante sudoeste europeu, sobretudo a partir do início do Dryas recente.

## 11. BALANÇO

O estudo sistemático da arte móvel do sítio do Fariseu revelou a sua ligação direta à Unidade Estratigráfica 4 da sequência arqueostratigráfica do sítio. O estudo geológico indica que esta camada (bem como as unidades 2, 7 e 8) é resultante de processos de vertente, constituindo-se como uma acumulação preferencial de clastos no ponto de ruptura da vertente, situado no limite da planície aluvial. As plaquetas de xisto gravadas descobertas na U.E. 3 podem resultar de uma remobilização de vestígios inicialmente associados com o topo da camada 4, ocorrida durante a acumulação dos depósitos aluviais que a constituem; algumas das peças não atribuídas à U.E. 4 provêm, por outro lado, de uma área da escavação onde as unidades 4 a 8 são menos espessas e apresentam uma morfologia em bisel no sentido da vertente (G/H-106/107, sondagem jusante), o que não facilita a clara distinção das diferentes unidades, podendo, conseqüentemente, a origem das peças em questão ter sido mal identificada durante a escavação. Finalmente, a interpretação dos seixos com vestígios de pigmento mineral provenientes das U.E. 6 e 8 como vestígios de “arte móvel” pode ser questionada. Todavia, qualquer que seja a interpretação, os grafismos que não foram encontrados na U.E. 4 são não figurativos ou não apresentam nenhuma característica temática ou morfoestilística significativamente distintas do resto da coleção.

A análise morfotécnica e temática dos grafismos figurativos da U.E.4 revela uma grande homogeneidade dos grafismos zoomórficos, que se caracterizam pela utilização preferencial da incisão para a sua construção, pelo geometrismo das suas formas, pelo regular preenchimento interno dos seus corpos e pela ausência de detalhes anatómicos. Esta solução encontra paralelos em figuras realizadas sobre suportes móveis e parietais datadas diretamente do Allerød e do Dryas recente,

em sítios da Península Ibérica e do Sul da França.

Entre os seixo pintados, as figuras que mais se destacam são os antropomorfos (peças 85 e 86). No caso do seixo de granito (peça 86) a figura humana, associada a um possível cervídeo, apresenta uma forma que evoca as figuras antropomórficas esquemáticas de braços em asa que ocorrem frequentemente na arte esquemática, sendo usualmente datados do Neolítico ou do Calcolítico. O contexto estratigráfico destas duas peças constitui argumento sólido para a defesa de uma origem mais recuada do que até aqui se supunha para algumas destas formas, sobretudo se associadas a animais de corpos bojudos como o da peça 86, ou como os que aparecem na Península italiana também associados a figuras antropomórficas semelhantes e em contextos *grosso modo* contemporâneos (v.g. Riparo Dalmeri — DALMERI *et alii* 2011). Admitimos assim a possibilidade do recuo da cronologia de algumas estações, designadamente no Vale do Côa, que são genericamente atribuídas à Pré-história recente apenas com base na presença de antropomorfos pintados do tipo que temos vindo a falar, sendo o maciço rochoso onde se localizam as rochas 3 e 7 de Vale de Figueira um claro exemplo desta situação.

A homogeneidade estilística da arte móvel da U.E. 4 do Fariseu tem um correlato na homogeneidade tipotecnológica da indústria lítica recolhida nesse pacote sedimentar, tal como demonstrado pelo seu estudo aprofundado (GAMEIRO 2009; 2012), que a atribuiu ao fácies Carneira, datado do Dryas recente na Estremadura Portuguesa (ZILHÃO 1995; 1997). Quer o material lítico da U.E. 4 de Fariseu, quer a série proveniente da U.E. 3 do sítio de Quinta Barca Sul apresentam fortes analogias com as indústrias líticas do Azilense recente do Norte de Espanha e do Sul da França (AUBRY *et alii* 2017). As datações por TL/OSL e 14C obtidas para a U.E. 4 do Fariseu e TL para a U.E. 3 da sondagem 3 da Quinta da Barca Sul (VALLADAS *et alii* 2001), apesar de apresentarem um grande desvio padrão inerente ao método da luminescência, ou um intervalo importante devido ao estado de preservação do colagénio dos ossos datados no Fariseu, não contradizem esta atribuição cronológica.

Apesar das limitações relacionadas com os processos sedimentares de vertente dos quais resulta a U.E. 4, que impedem uma abordagem fina da organização espacial horizontal dos vestígios deste sítio, a arte móvel do Fariseu é homogénea do ponto de vista cronocultural, constituindo-se como a maior coleção datada de finais do Plistoceno da Península Ibérica e uma das mais importantes do Sudoeste Europeu.

A comparação da coleção com a arte parietal da região demonstrou que um conjunto importante de rochas do Vale do Côa terão sido gravadas nesta época. Em ambas as séries foi possível reconhecer a centralidade do veado que aparece em frequências muito superiores a qualquer outra espécie. Quer a centralidade do veado, quer a presença dominante de apenas uma espécie contrasta com as séries parietais mais antigas, onde o veado é sempre a quarta espécie mais representada e o repertório é mais repartido entre duas espécies — o auroque e o cavalo — a que se segue de perto uma terceira — a cabra-montês (SANTOS 2017). A par das diferenças que se observam ao nível da localização e intervisibilidade entre os painéis e das que se observam na organização espacial dos habitats (LUÍS, AUBRY & SANTOS 2015), estas importantes diferenças temáticas denunciam importantes modificações ao nível da ideologia das comunidades. Importa tentar perceber quando se dão estas rupturas na região: se apenas no Dryas recente ou se, como em sítios do Sudoeste europeu referidos neste texto, se verificam ainda no interestádio anterior. Importa também perceber melhor o que motivou estas rupturas, algo que só se conseguirá continuando a investir em trabalhos de campo e numa aposta em trabalhos multidisciplinares onde os estudos paleoambientais e os programas de datação não sejam descurados.

A comparação da arte móvel do Fariseu com a dos conjuntos rupestres do vale do Côa evi-

dência uma coeva intensidade de execução gráfica muito forte. Esta atividade gráfica tem vindo, nos últimos anos, a ser documentada em diversos contextos móveis e rupestres da geografia peninsular. Esta atividade pode resultar de uma maior intensidade de ocupação do território, sendo a arte o exemplo dos vínculos da geografia social destas comunidades de caçadores-recolectores do fim do Pleistoceno. Trata-se de uma arte já diferente do estilo IV clássico de Leroi-Gourhan, que até há bem pouco tempo marcava o fim da tradição gráfica dos caçadores-recolectores europeus (GARCÍA-DIEZ & CACHO 2015).

A arte móvel do Fariseu vincula-se a uma tradição gráfica de raiz paleolítica que se desenvolve entre 12.000 e 9.500/9.000 anos BP (cerca de 14.000-10.500 calBP). Esta tradição encontra-se documentada desde a fachada atlântica até à península italiana, caracterizando-se pela simplicidade e concentração formal das figuras, pela presença de desproporções anatómicas e pela sua escassa definição. Esta corrente gráfica filia-se no que se conhece de períodos anteriores, quando o naturalismo era uma constante. No entanto, em momentos avançados do Magdalenense introduz-se nesse substrato gráfico elementos de desproporção e rigidez anatómica.

O reconhecimento da atividade gráfica dos últimos grupos humanos de tradição caçadora-recolectora obriga a que nos questionemos sobre as cronologias que atribuímos tradicionalmente a alguns conjuntos rupestres. Este reconhecimento permite-nos, por outro lado, precisar com mais exatidão o final do ciclo gráfico das comunidades de caçadores-recolectores do Sudoeste europeu.

A continuação da escavação neste sítio era, por isso muito pertinente. Contudo, ela exige um forte investimento financeiro e tem como problema logístico maior o facto de requerer o abaixamento temporário do nível da Barragem do Pocinho. Porém, no sítio da Cardina I (Salto do Boi) estão identificados, desde 1996, não só indícios tipológicos de uma ocupação contemporânea da U.E. 4 do Fariseu mas também de fases pleistocénicas anteriores (ZILHÃO 1995; 1997; AUBRY *et alii* 2015) e também da Pré-história recente (AUBRY *et alii* 2016). Este sítio, dada a sequência arqueostratigráfica nele identificada, a boa conservação de alguns dos seus níveis de ocupação, a presença de diversos tipos de vestígios como estruturas, espólio lítico diversificado, ossos e peças de arte móvel é, portanto o sítio-chave para precisar o nosso conhecimento sobre as comunidades humanas que frequentaram a região desde o Paleolítico médio até ao Holoceno, designadamente no que a continuidades e rupturas diz respeito. É, conseqüentemente, para ele, que se têm dirigido e continuarão a dirigir os nossos esforços nos tempos mais próximos.

## BIBLIOGRAFIA

- ACANFORA, Ornella (1967), Figurazioni inedite della Grotta Romanelli. Presentazione preliminare, *Paletnologia italiana*, 18, Roma, Museo Nazionale preistorico etografico “Luigi Pigorini”, pp. 7-67.
- ALCALDE DEL RIO, Hermilio; BREUIL, Henri & SIERRA, Lorenzo (1911), *Les cavernes de la région cantabrique (Espagne)*, Monaco, Imprimerie Vve A. Chêne (Peintures et gravures des cavernes paléolithiques, 3).
- ALCOLEA GONZÁLEZ, José Javier & BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (2006), *Arte paleolítico al aire libre. El yacimiento rupestre de Siega Verde*, Salamanca, Junta de Castilla y León (Arqueología de Castilla y León, 16).
- ALMAGRO BASCH, Martín (1976), Los omoplatos decorados de la cueva de “El Castillo”. Puente Viesgo (Santander), *Trabajos de Prehistoria*, 33, Madrid, CSIC, pp. 9-112.
- (1981), Los grabados de trazo múltiple en el arte cuaternario español, In *Altamira Symposium. Actas del Symposium Internacional sobre Arte Prehistórico celebrado en conmemoración del pri-*

*mer centenario del descubrimiento de las pinturas de Altamira (1879-1979)*, Madrid, Ministerio de Cultura, pp. 27-70.

APARICIO PÉREZ, José (1990), Chronologie de l'art mobilier paléolithique dans l'Espagne méditerranéenne, In CLOTTE, Jean (Dir. de), *L'art des objets au Paléolithique. Colloque international. Foix—Le Mas-d'Azil. 16-21 novembre 1987, 1: L'art mobilier et son contexte*, Paris, Ministère de la Culture, de la Communication, des Grands Travaux et du Bicentenaire, pp. 101-119.

APELLÁNIZ, Juan-Maria (1982), *El arte prehistórico del País Vasco y sus vecinos*, Bilbao, Desclée de Brouwer.

APELLÁNIZ, Juan-Maria & ALTUNA, Jesús (1975), Excavaciones en la cueva de Arenaza (San Pedro de Galdames). Primera campaña 1972. Neolítico y Mesolítico final, *Noticiario Arqueológico Hispánico (Prehistoria)*, 4, Madrid, Ministerio de Cultura, pp. 123-156.

ARRIBAS PASTOR, José Luis (1990), El Magdalenense superior/ final en el País Vasco, *Munibe*, 42, San Sebastian, Sociedad de Ciencias Aranzadi, pp. 55-63.

AUBRY, Thierry (2009), Actualisation des données sur les vestiges d'art paléolithique sur support mobilier de la Vallée du Côa, In AUBRY, Thierry (Ed. de), *200 séculos de história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*, Lisboa, IGESPAR, I. P. (Trabalhos de Arqueologia, 52), pp. 382-395.

—, Ed. de (2009), *200 séculos de história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*, Lisboa, IGESPAR, I. P. (Trabalhos de Arqueologia, 52).

AUBRY, Thierry & LUÍS, Luís (2012), Umwelt und sozialer Kontext der paläolithischen Freilandkunst im Côa-Tal (Portugal), In Dally, Ortwin, Moraw, Susanne & Ziemssen, Hauke (eds.), *Bild — Raum — Handlung. Perspektiven der Archäologie*, Berlin/ Boston, Walter de Gruyter, pp. 69-103.

AUBRY, Thierry & SAMPAIO, Jorge Davide (2006), Fariseu: cronologia e interpretação funcional do sítio, In SANTOS, André Tomás & SAMPAIO, Jorge Davide (Ed. de), *Pré-história — gestos temporais*, Vila Nova de Foz Côa, ACDR Freixo de Numão (Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, 1), pp. 7-30.

— (2009), Escavações e sondagens, In AUBRY, Thierry (Ed. de), *200 séculos de história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*, Lisboa, IGESPAR, I. P. (Trabalhos de Arqueologia, 52), pp. 36-83.

— (2012), Novos dados para a abordagem técnica da arte rupestre e móvel do vale do Côa, In SANCHES, Maria de Jesus (Coord. de), *1ª Mesa Redonda "Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história: paradigmas e metodologias de registo"*, Lisboa, DGPC (Trabalhos de Arqueologia, 54), pp. 185-206.

AUBRY, Thierry; BARBOSA, António Fernando; GAMEIRO, Cristina; LUÍS, Luís; MATIAS, Henrique; SANTOS, André Tomás & SILVESTRE, Marcelo (2015), De regresso à Cardina, 13 anos depois: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos de 2014 no Vale do Côa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 18, Lisboa, DGPC, pp. 5-26.

AUBRY, Thierry; BARBOSA, António Fernando; GAMEIRO, Cristina; LUÍS, Luís; MATIAS, Henrique; SANTOS, André Tomás & SILVESTRE, Marcelo (2016), E depois de Paleolítico, o que fizeram ali? Notícia sobre as ocupações holocénicas do sítio da Cardina (Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa), *Côavisão*, 18, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 63-82.

AUBRY, Thierry; BARBOSA, António Fernando; LUÍS, Luís; SANTOS, André Tomás & SILVESTRE, Marcelo (2016), Quartz use in the absence of flint: Middle and Upper Palaeolithic raw material

- economy in the Côa Valley (North-eastern Portugal), *Quaternary International*, 424, Amsterdam, Elsevier & INQUA, pp. 113-129.
- AUBRY, Thierry; DIMUCCIO, Luca Antonio; BERGADÀ, Maria Mercè; SAMPAIO, Jorge Davide & SELAMI, Farid (2010), Palaeolithic engravings and sedimentary environments in the Côa River Valley (Portugal): implications for the detection, interpretation and dating of open-air rock art, *Journal of Archaeological Science*, 37, Amsterdam, Elsevier, pp. 3306-3319.
- AUBRY, Thierry; GAMEIRO, Cristina; SANTOS, André Tomás; LUÍS, Luís (2017), Existe Azilense em Portugal? Novos dados sobre o Tardiglaciário no Vale do Côa, In ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (Ed. de), *Arqueologia em Portugal 2017: Estado da Questão*. Lisboa, AAP, pp. 403-418.
- AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís & SAMPAIO, Jorge Davide (2006), Primeira datação absoluta para a arte paleolítica ao ar livre. Os dados do Fariseu (Vila Nova de Foz Côa), *Al-madan*, IIª série, 14, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 48-52.
- AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís; MANGADO LLACH, Xavier & MATIAS, Henrique (2012), We will be known by the tracks we leave behind: Exotic lithic raw materials, mobility and social networking among the Côa Valley foragers (Portugal), *Journal of Anthropological Archaeology*, 31 (4), Amsterdam, Elsevier, pp. 528-550.
- AUBRY, Thierry; MANGADO LLACH, Xavier & SAMPAIO, Jorge Davide (2009), Estudo do aprovisionamento em matérias-primas, In AUBRY, Thierry (Ed. de), *200 séculos de história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*, Lisboa, IGESPAR, I. P. (Trabalhos de Arqueologia, 52), pp. 131-169.
- AUBRY, Thierry; MANGADO LLACH, Xavier; SAMPAIO, Jorge Davide & SELAMI, Farid (2002), Open-air rock-art, territories and modes of exploitation during the upper Palaeolithic in the Côa Valley (Portugal), *Antiquity*, 76, Durham, Durham University, pp. 62-76.
- AUBRY, Thierry; SANTOS, André Tomás & LUÍS, Luís (2014), Stratigraphies du panneau 1 de Fariseu: analyse structurelle d'un système graphique paléolithique à l'air libre de la vallée du Côa (Portugal), In PAILLET, Patrick (Dir. de), *Les arts de la Préhistoire: micro-analyses, mises en contextes et conservation. Actes du colloque "Micro-analyses et datations de l'art préhistorique dans son contexte archéologique"*, MADAPCA — Paris, 16-18 novembre 2011, Les Eyzies, SAMRA (Paleo, numéro spécial), pp. 259-270.
- BAFFIER, Dominique (1996), Le cheval gravé, In GAUCHER, Gilles (Dir. de), *Fouilles de Pincevet II: le site et ses occupations récents: l'environnement tardi et post-glaciaire et les témoins postérieurs au Magdalénien*, Paris, Société Préhistorique Française (Mémoires de la Société Préhistorique Française, 23), pp. 82-85.
- BALBÍN BERHRMANN, Rodrigo; ALCOLEA GONZÁLEZ, José Javier; MOURE ROMANILLO, Alfonso & GONZÁLEZ PEREDA, Miguel Ángel (2000), Le Massif de Ardines (Ribadesella, Les Asturies). Nouveaux travaux de prospection archéologique et de documentation artistique, *L'Anthropologie*, 104, Amsterdam, Elsevier, pp. 383-414.
- BAPTISTA, António Martinho (2009), *O paradigma perdido: O Vale do Côa e a arte paleolítica de ar livre em Portugal*, Porto; Vila Nova de Foz Côa, Edições Afrontamento; Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- (2012), El arte Paleolítico en Portugal, In RIPOLL LÓPEZ, Sergio (Ed. de), *Arte sin artistas. Una mirada al Paleolítico*, Madrid, Museo Arqueológico Regional, pp. 305-337.
- BAPTISTA, António Martinho & GOMES, Mário Varela (1997), Arte rupestre, In ZILHÃO, João (Ed. de), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa*, Lisboa, Ministério da Cultura, pp. 211-406.

- BAPTISTA, António Martinho & SANTOS, André Tomás (2013), *A arte rupestre do Guadiana português na área de influência do Alqueva*, s.l., EDIA & DRCALEN (Memórias d’Odiana, nova série, 1).
- BARANDIARÁN, Ignacio (1972), *Arte mueble del Paleolítico cantábrico*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza (Monografías arqueológicas, 14).
- BÉCARES PÉREZ, Julian (1983), Hacia nuevas técnicas de trabajo en el estudio de la pintura rupestre esquemática, *Zephyrus*, 36, Salamanca, Universidad de Salamanca, pp. 137-148.
- BELTRÁN, Antonio (1987), Arte rupestre prehistórico: Crisis de los sistemas tradicionales, In *Arte rupestre en España*, Madrid, Zugarto Ediciones, S. A., pp. 16-18.
- (1989), Perduración en el arte prehistórico del “estilo paleolítico” durante el Mesolítico y los posibles enlaces el “levantino”, In *Colóquio Internacional de Arte Pré-histórica — Nos 25 anos da Gruta do Escoural, Montemor-o-Novo*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (Almanson, 7), pp. 125-166.
- (1990), Réflexions sur l’art mobilier du Magdalénien final et Azilien, et le supposé hiatus entre l’art paléolithique, l’art mésolithique et l’art pariétal du Levant espagnol, In CLOTTE, Jean (Dir. de), *L’art des objets au Paléolithique. Colloque international. Foix—Le Mas d’Azil. 16-21 novembre 1987, 1: L’art mobilier et son contexte*, Paris, Ministère de la Culture, de la Communication, des Grands Travaux et du Bicentenaire, pp. 101-103.
- BELTRÁN, Antonio; ROBERT, Romain & VÉZIAN, Jean (1966), *La cueva de Le Portel*, Zaragoza, Seminario de Prehistoria y Protohistoria. Facultad de Filosofía y Letras (Anejos de Caesaraugusta, 1).
- BOSINSKI, Gerhard; D’ERRICO, Francesco & SCHILLER, Petra (2001), *Die Gravierten Frauendargestellungen von Gönnersdorf*, Stuttgart, Franz Steiner Verlag GMBH (Der Magdalénien-Fundplatz Gönnersdorf, Band 8).
- BREUIL, Henri & DUBALEN, P (1901), Fouilles d’un abri à Sordes en 1900, *Revue de l’École d’Anthropologie*, 8, Paris, École d’Anthropologie, pp. 251-268.
- BRONK RAMSEY, Christopher (2009), Bayesian analysis of radiocarbon dates, *Radiocarbon*, 51 (1), Tucson, University of Arizona, pp. 337-360.
- (2017), OxCAL 4.3 Manual, URL: [https://c14.arch.ox.ac.uk/oxcalhelp/hlp\\_contents.html](https://c14.arch.ox.ac.uk/oxcalhelp/hlp_contents.html).
- BUENO RAMÍREZ, Primitiva; BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo & ALCOLEA GONZÁLEZ, José Javier (2007), Style V dans le bassin du Douro. Tradition et changement dans les graphies des chasseurs du Paléolithique Supérieur européen, *L’Anthropologie*, 111, Amsterdam, Elsevier, pp. 549-589.
- CACHO QUESADA, Carmen; JORDÁ PARDO, Jesús Francisco; TORRE SÁINZ, Ignacio de la & YRAVEDRA SAINZ DE LOS TERREROS, José (2001), El Tossal de la Roca (Alicante). Nuevos datos sobre el Magdaleniense mediterráneo de la Península Ibérica, *Trabajos de Prehistoria*, 58 (1), Madrid, CSIC, pp. 71-93.
- CÉLÉRIER, Guy (1998), L’abri sous roche de Pont d’Ambon à Bourdeilles (Dordogne, France). Perspective synthétique, *Paleo*, 10, Les Eyzies, SAMRA, pp. 233-264.
- CÉLÉRIER, Guy; TISNÉRAT-LABORDE, Nadine & VALLADAS, Hélène (1999), Données nouvelles sur l’âge des vestiges de chien à Pont d’Ambon, Bourdeilles (Dordogne), *Paleo*, 11, Les Eyzies, SAMRA, pp. 163-165.
- COLLADO GIRALDO, Hipólito (2006), *Arte rupestre en la cuenca del Guadiana: el conjunto de grabados del Molino Manzániz (Alconchel—Cheles)*, Beja, EDIA (Memórias d’Odiana—Estudos arqueológicos do Alqueva, 4).

- CORCHÓN RODRÍGUEZ, María Soledad (1997), *La cueva de La Griega de Pedraza (Segovia)*, Valladolid, Junta de Castilla y León (Arqueología en Castilla y León, 3).
- CORCHÓN RODRÍGUEZ, María Soledad (2004), El arte mueble paleolítico en la cornisa cantábrica y su prolongación en el Epipaleolítico, In FANO MARTÍNEZ, Miguel Ángel (Coord. de), *Las sociedades del Paleolítico en la región cantábrica*, Bilbao, Bizkaiko Foru Alundia — Diputación Foral de Bizkaia (Kobie (Serie Anejos), 8), pp. 425-474.
- CORCHÓN RODRÍGUEZ, María Soledad; VALLADAS, Hélène; BÉCARES PÉREZ, Julián; ARNOLD, Maurice; TISNÉRAT-LABORDE, Nadine & CACHIER, Hélène (1996), Datación de las pinturas y revisión del arte paleolítico de cueva Palomera (Ojo Guareña, Burgos, España), *Zephyrus*, 49, Salamanca, Universidad de Salamanca, pp. 37-60.
- COSTAMAGNO, Sandrine; BARSHAY-SZMIDT, Carolyn; KUNTZ, Delphine; LAROULANDIE, Veronique; PÉTILLON, Jean-Marc; BOUDADI-MALIGNÉ, Myriam, . . . CHEVALLIER, Aude (2016), Reexamining the timing of reindeer disappearance in southwestern France in the larger context of late glacial faunal turnover, *Quaternary International*, 414, Amsterdam, Elsevier & INQUA, pp. 34-61.
- D'ERRICO, Francesco (1994), *L'art gravé azilien. De la technique à la signification*, Paris, Éditions du CNRS (Gallia préhistoire, XXXe supplément).
- D'ERRICO, Francesco & DAVID, Serge (1993), Analyse technologique de l'art mobilier. Le cas de l'abri des Cabônes à Ranchot (Jura), *Gallia préhistoire*, 35, Paris, CNRS, pp. 139-176.
- DACHARY, Morgane; PLASSARD, Frédéric; MERLET, Jean-Claude; BONNET-JACQUEMENT, Peggy & CHAUVIÈRE, François-Xavier (2014), L'Azilien des Pyrénées occidentales. Vers une révision de l'attribution chrono-culturelle des séries archéologiques, In JAUBERT, Jacques (Ed. de), *Transitions, ruptures et continuité en Préhistoire*, 2, Paris, Société Préhistorique Française (XXVIIe Congrès Préhistorique de France — Bordeaux-Les Eyzies, 31 mai-5 juin 2010, Paléolithique et Mésolithique), pp. 487-503.
- DALMERI, Gianpaolo; NERI, Stefano; BASSETTI, Michele; CUSINATO, Anna; KOMPATSCHER, Klaus & HROZNY KOMPATSCHER, Nandi Maria (2011), Riparo Dalmeri: le pietre dipinte dell'area rituale, *Preistoria Alpina*, 45, Trento, Museo delle Scienze, pp. 67-117.
- FÁBREGAS VALCARCE, Ramón; LOMBERA HERMIDA, Arturo; VIÑAS I VALLVERDU, Ramón; RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, Xosé Pedro & FIGUEIREDO, Sofia Catarina Soares de (2015), Throwing light on the hidden corners. New data on Palaeolithic art from NW Iberia, In BUENO RAMÍREZ, Primitiva & BAHN, Paul G (Ed. de), *Prehistoric art as Prehistoric Culture*, Oxford, Archaeopress Archaeology, pp. 171-180.
- FAT CHEUNG, Célia; CHEVALLIER, Aude; BONNET-JACQUEMENT, Peggy; LANGLAIS, Mathieu; FERRIÉ, Jean-Georges; COSTAMAGNO, Sandrine, . . . BALLISTA, Sophie (2014), Comparaison des séquences aziliennes entre Dordogne et Pyrénées: état des travaux en cours, In LANGLAIS, Mathieu, NAUDINOT, Nadine & PERESANI, Marco (Dir. de), *Les groupes culturels de la transition Pléistocène-Holocène entre Atlantique et Adriatique*, Paris, Société Préhistorique Française (Séances de la Société Préhistorique Française, 3), pp. 17-44.
- FERNÁNDEZ ACEBO, Virgilio (2010), La Clotilde o La Lora, In MALPELO GARCÍA, Belén & CASTANEDO TAPIS, Ignacio (Ed. de), *Las cuevas con arte paleolítico en Cantabria*, Santander, Asociación Cántabra para la Defensa del Patrimonio Subterráneo (A.C.D.P.S.), pp. 133-140.
- FIGUEIREDO, Sofia Catarina Soares de (2014), O concelho de Mogadouro e a revelação de 20 000 anos de arte rupestre, In *I Encontro de Arqueologia de Mogadouro*. Mogadouro, Abril de 2013. Actas, Mogadouro, Município de Mogadouro, pp. 9-31.

- FIGUEIREDO, Sofia Catarina Soares de & BAPTISTA, António Martinho (2013), A arte esquemática pintada em Portugal, In MARTÍNEZ GARCÍA, Julian & HERNÁNDEZ PÉREZ, Mauro (eds.), *Actas del II Congreso de Arte Rupestre Esquemático en la Península Ibérica*, Comarca de los Vélez. Almería, Ayuntamiento de Vélez-Blanco, pp. 301-315.
- FIGUEIREDO, Sofia Catarina Soares de; NOBRE, Luís; XAVIER, Pedro; GASPAR, Rita & CARRONDO, Joana (2016), First approach to the chronological sequence of the engraved plaques of the Foz do Medal alluvial terrace in *Trás-os-Montes, Portugal*, *ARPI. Arqueología y Prehistoria del Interior peninsular*, 4 (extra. Homenaje a Rodrigo de Balbín Behrmann), Madrid, Universidad de Alcalá de Henares, pp. 64-77.
- FORTEA PÉREZ, Javier (2002), Trente-neuf dates C14-SMA pour l'art pariétal paléolithique des Asturies, *Préhistoire, Art et Sociétés*, 57, Tarascon, Société Préhistorique de Ariège-Pyrénées, pp. 7-28.
- FOSSE, Gérard (1997), Le Paléolithique récent et final du bassin de la basse-Seine (Yvelines-Eure-Seine-Maritime), In FAGNART, Jean-Pierre & THÉVENIN, André (Ed. de), *Le Tardiglaciaire en Europe du Nord-Ouest*, Paris, Éditions du CTHS, pp. 233-244.
- FRITZ, Carole & TOSELLO, Gilles (2011), Exceptional evidence for Palaeolithic art in the Paris Basin: the engraved pebble from Étioilles (Essone), *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 108 (1), Paris, Société Préhistorique Française, pp. 27-46.
- FULLOLA I PERICOT, Josep Maria; DOMINGO SANZ, Inés; ROMÁN MONROIG, Dídac; GARCÍA ARGÜELLES, María Pilar; GARCÍA DíEZ, Marcos & NADAL, Jorge (2015), Small seeds for big debates: Past and Present contributions to Palaeoart studies from North-eastern Iberia, In BUENO RAMÍREZ, Primitiva & BAHN, Paul G. (Ed. de), *Prehistoric art as Prehistoric Culture*, Oxford, Archaeopress Archaeology, pp. 157-169.
- FULLOLA I PERICOT, Josep Maria; VIÑAS I VALLVERDU, Ramón & GARCÍA ARGÜELLES, María Pilar (1990), La nouvelle plaquette gravée de Sant Gregori (Catalogne, Espagne), In CLOTTESS, Jean (Dir. de), *L'art des objets au Paléolithique. Colloque international. Foix—Le Mas-d'Azil. 16-21 novembre 1987, 1: L'art mobilier et son contexte*, Paris, Ministère de la Culture, de la Communication, des Grands Travaux et du Bicentenaire, pp. 279-286.
- GABRIEL, Sónia Marques & BÉAREZ, Philippe (2009), Caçadores-pescadores do vale do Côa: os restos de fauna do sítio do Fariseu, In AUBRY, Thierry (Ed. de), *200 séculos de história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*, Lisboa, IGESPAR, I. P. (Trabalhos de Arqueologia, 52), pp. 331-339.
- GAMEIRO, Cristina (2009), Utensílios e suportes microlíticos do Magdalenense final no Vale do Côa: o exemplo da U.E. 4 do Fariseu, In AUBRY, Thierry (Ed. DE), *200 séculos de história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*, Lisboa, IGESPAR, I. P. (Trabalhos de Arqueologia, 52), pp. 256-268.
- (2012), *La variabilité régionale des industries lithiques de la fin du Paléolithique supérieur au Portugal*, Paris, Université Paris I — Panthéon-Sorbonne (Tese de Doutoramento, policopiada).
- GARCIA-DIEZ, Marcos (2004), El grafisme moble del Molí del Salt i la figuració moble durant el Tardiglaciari en el vessant mediterrani de la Península Ibèrica, In VAQUERO, Manuel (Ed. De), *Els darrers caçadors-recol.lectors de la Conca de Barberà: el jaciment del Molí del Salt (Vimbodí). Excavacions 1999-2003*, Montblanc, Museu-Arxiu de Montblanc I Comarca (Publicaciones del Museu, 5), pp. 211-263.
- (2013), La expresión gráfica de La Peña de Estebanvela (Segovia) en el contexto de los últimos grupos cazadores-recolectores europeos, In CACHO QUESADA, Carmen (Coord. de), *Ocupa-*

- ciones magdalenenses en el interior de la Península Ibérica. La Peña de Estebanvela (Ayllón, Segovia)*, [s.l.], Junta de Castilla y León/ CSIC, pp. 471-514.
- GARCÍA-DIEZ, Marcos & AUBRY, Thierry (2002), Grafismo mueble en el Valle de Côa (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): La estación arqueológica de Fariseu, *Zephyrus*, 55, Salamanca, Universidad de Salamanca, pp. 157-182.
- GARCIA-DIEZ, Marcos & Cacho, Carmen (2015), Beyond Leroi-Gourhan's style IV: portable art at La Peña de Estebanvela rock-shelter (Segovia, Spain), *Journal of Anthropology and Archaeology*, 3 (1), Madison, American Research Institute for Policy Development, pp. 23-36.
- GARCÍA-DIEZ, Marcos & VAQUERO, Manuel (2006), La variabilité graphique du Molí del Salt (Vimodó, Catalogne, Espagne) et l'art mobilier de la fin du Paléolithique supérieur à l'est de la Péninsule Ibérique, *L'Anthropologie*, 110, Amsterdam, Elsevier, pp. 453-481.
- GARCÍA-DIEZ, M.; BAPTISTA, António Martinho; ALMEIDA, Manuel; BARBOSA, Fernando; FELIX, João (2000), Observaciones en torno a las grafías de estilo paleolítico de la gruta de Escoural y su conservación (Santiago de Escoural, Montemor-o-Novo, Évora), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3 (2), Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 5-14.
- GASPAR, Rita; FERREIRA, João; CARRONDO, Joana; SILVA, Maria João & GARCÍA-VADILLO, Francisco Javier (2016), Open-air Gravettian lithic assemblages from Northeastern Portugal: The Foz do Medal site, *Quaternary International*, 406, Amsterdam, Elsevier & INQUA, pp. 44-64.
- GOMES, Mário Varela (2002), Arte rupestre em Portugal — perspectiva sobre o último século, In *Arqueologia 2000. Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal*, Lisboa, AAP (*Arqueologia & História*, 54), pp. 139-194.
- (2007), Os períodos iniciais da arte do Vale do Tejo (Paleolítico e Epipaleolítico), *Cuadernos de Arte Rupestre*, 4, Murcia, Gobierno de la Región de Murcia, pp. 81-116.
- GONZÁLEZ SAINZ, César (2007), Dating Magdalenian art in Northern Spain: the current situation, In PETTITT, Paul, BAHN, Paul G & RIPOLL LÓPEZ, Sergio (Ed. de), *The Palaeolithic cave art in Creswell Crags in European context*, Oxford, Oxford University Press, pp. 247-262.
- GONZÁLEZ-PUMARIEGA SOLÍS, María (2011), *La cueva de El Pindal. 1911-2011. Estudio de su arte rupestre cien años después de Les cavernes de la région cantabrique*, Pola de Siero, Ménsula Ediciones (Ménsula Patrimonio, 4).
- GUY, Emmanuel (1993), Enquête stylistique sur l'expression figurative épipaléolithique en France: de la forme au concept, *Paléo*, 5, Les Eyzies-de-Tayac, SAMRA, pp. 333-373.
- (1997), Enquête stylistique sur cinq composants de la figuration épipaléolithique en France, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 94 (3), Paris, Société Préhistorique Française, pp. 309-314.
- HUSSON, François; JOSSE, Julie; LE, Sebastien & MAZET, Jeremy. (2015), FactoMineR: Multivariate Exploratory data analysis and data mining with R. R package version 1.31.3, URL: <http://factominer.free.fr>.
- IGLER, W.; DAUVOIS, Michel; HYMAN, M; MENU, Michel; ROWE, Marvin W.; VÉZIAN, Jean & WALTER, Philippe (1994), Datation radiocarbone de deux figures pariétales de la grotte de Portel (commune de Loubens, Ariège), *Préhistoire Ariégeoise*, 49, Tarascon, Société Préhistorique de Ariège-Pyrénées, pp. 231-236.
- JORDÁ CERDÁ, Francisco (1964), Sobre técnicas, temas y etapas del Arte Paleolítico de la Región Cantábrica, *Zephyrus*, 15, Salamanca, Universidad de Salamanca, pp. 5-25.
- JORDÁ PARDO, Jesús Francisco & CACHO QUESADA, Carmen (2013), Radiocarbono y cronoes-

tigrafía del registro arqueológico pleistoceno de La Peña de Estebanvella (Ayllón, Segovia, España), In CACHO QUESADA, Carmen (Coord. de), *Ocupaciones magdalenenses en el interior de la Península Ibérica. La Peña de Estebanvella (Ayllón, Segovia)*, [s.l.], Junta de Castilla y León/CSIC, pp. 75-92.

- JORGE, Susana Oliveira; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; JORGE, Vítor Oliveira; SANCHES, Maria de Jesus & SOEIRO, Maria Teresa (1981), Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada à Cinta), *Arqueologia*, 3, Porto, GEAP, pp. 3-12.
- LANGLAIS, Mathieu; COSTAMAGNO, Sandrine; LAROULANDIE, Veronique; PÉTILLON, Jean-Marc; DISCAMPS, Emmanuel; MALLYE, Jean-Baptiste, . . . KUNTZ, Delphine (2012), The evolution of Magdalenian societies in South-west France between 18,000 and 14,000 calBP: Changing environments, changing tool kits, *Quaternary International*, Amsterdam, Elsevier & INQUA, pp. 138-149.
- LAYTON, Robert (2001), Ethnographic study and symbolic analysis, In WHITLEY, David S (Ed. de), *Handbook of rock art research*, Walnut Creek, California, AltaMira Press, pp. 311-331.
- LEJEUNE, Marylise (1995), L'art pariétal de la grotte d'Escoural, In ARAÚJO, Ana Cristina & LEJEUNE, Marylise (Ed. de), *Gruta do Escoural: Necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica*, Lisboa, IPPAR (Trabalhos de Arqueologia, 8), pp. 121-241.
- LE MOS, Francisco Sande (1994), Dossier Côa I: o relatório de impacte patrimonial, *Forum*, 15-16, Braga, Universidade do Minho, pp. 141-156.
- LEP (1999), Inventario descriptivo de los distintos núcleos artísticos, In RIPOLL LÓPEZ, Sergio & MUNICIO GONZÁLEZ, Luciano José (Dir. de), *Domingo García. Arte rupestre paleolítico al aire libre en la meseta castellana*, Valladolid, Junta de Castilla y León (Arqueología en Castilla y León, 8), pp. 59-196.
- LE QUELLEC, Jean-Loïc; HARMAN, Jon; DEFRASNE, Claudia & DUQUESNOY, Frédérique (2013), DStrecht® et l'amélioration des images numériques: applications à l'archéologie des images rupestres, *Les Cahiers de l'AARS*, 16, Saint-Lizier, Association des Amis de l'Art Rupestre Saharien, pp. 177-198.
- LEROI-GOURHAN, André (1984), *Arte y grafismo en la Europa prehistórica*, Madrid, Editorial Istmo (Artes, técnicas, humanidades, 4).
- LEROI-GOURHAN, André & BRÉZILLON, Michel (1972), *Fouilles de Pincevent. Essai d'analyse ethnographique d'un habitat magdalénien*, Paris, Éditions du CNRS (Supplément à Gallia Préhistoire, 7).
- LEROI-GOURHAN, André; DELLUC, Brigitte & DELLUC, Gilles (1995), *Préhistoire de l'art occidental*. Nouvelle édition revue et augmentée, Paris, Citadelles & Mazenod (L'Art et les Grands Civilisations, 1).
- LOMBERA HERMIDA, Arturo & FÁBREGAS VALCARCE, Ramón, eds. (2013), *Cova Eirós. Primeras evidencias de arte rupestre Paleolítico en el Noroeste Peninsular*, Santiago de Compostela, Andavira Editora SL.
- LORBLANCHET, Michel (1985), Premiers résultats de nouvelles recherches à l'abri Murat, *Préhistoire Quercinoise*, 2, Cabrerets, Association des "Amis du Musée A. Lemozi", pp. 58-94.
- (1989), De l'art naturaliste des chasseurs de rennes à l'art géométrique du Mésolithique dans le Sud de la France, In *Colóquio Internacional de Arte Pré-histórica — Nos 25 anos da Gruta do Escoural*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (Almanson, 7), pp. 95-124.
- (1996), Du Magdalénien à l'Azilien en Quercy, In *La vie préhistorique*, Dijon, Éditions Faton, pp. 282-285.

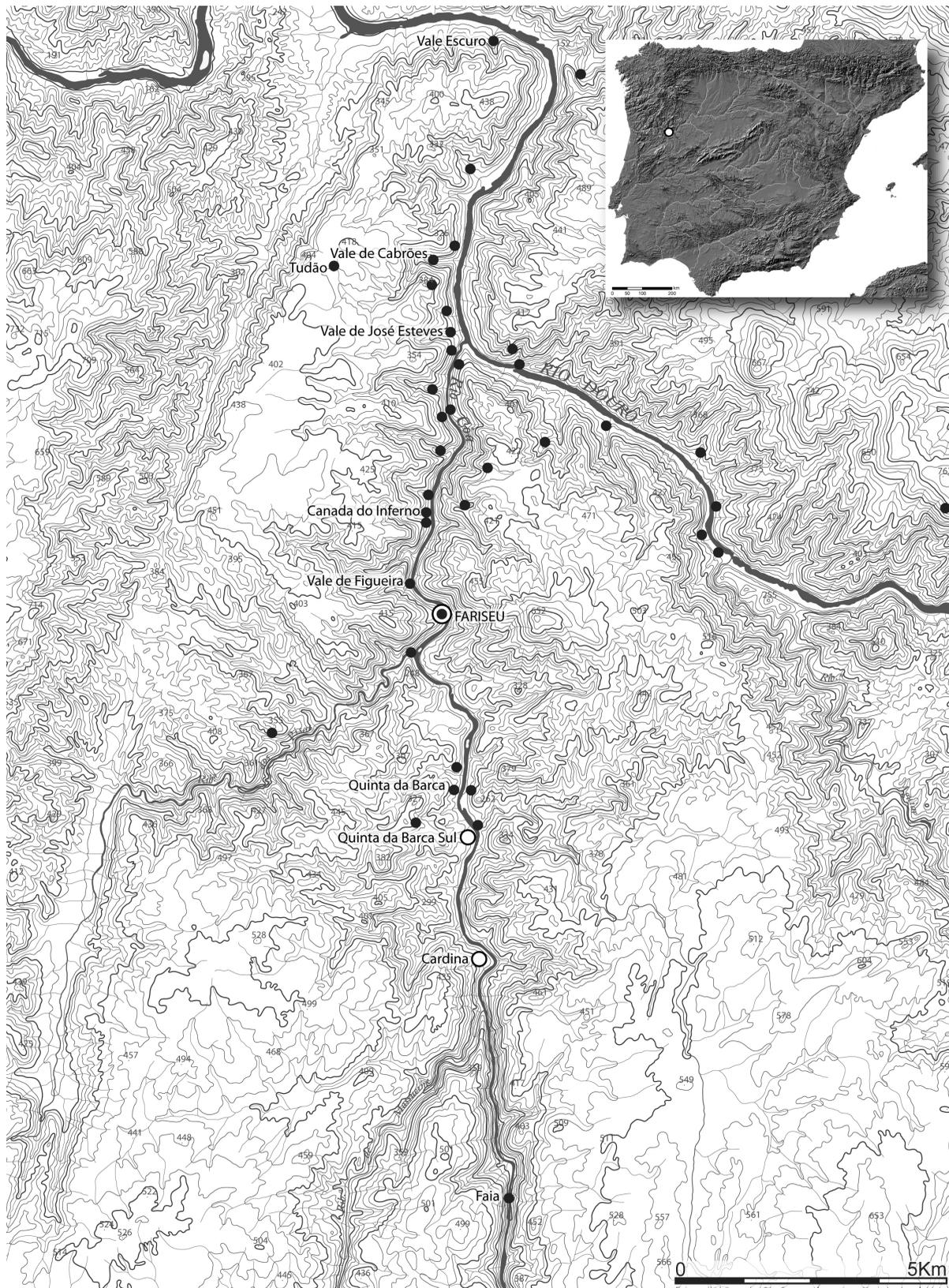
- LUÍS, Luís (2009), Rock art as land art. A diachronic view of the Côa valley (NE Portugal). Post-palaeolithic rock art, In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo, BUENO RAMÍREZ, Primitiva, GONZÁLEZ ANTÓN, Rafael & ARCO AGUILAR, Carmen del (Ed. de), *Grabados rupestres de la fachada atlántica europea y africana / Rock Carvings of the European and African Atlantic Façade*, Oxford, Archaeopress (BAR international Series, 2043), pp. 129-147.
- LUÍS, Luís; AUBRY, Thierry; SANTOS, André Tomás (2015), Directing the eye. The Côa valley Pleistocene rock art in its social context, In COLLADO GIRALDO, Hipólito & GARCÍA ARRANZ, José Julio (Eds. de), *Symbols in the landscape: rock art and its context. Proceedings of the XIX International Rock Art Conference IFRAO 2015* (Cáceres, Spain, 31 August — 4 September 2015), Tomar, Instituto Terra e Memória (Arkeos, 37), pp. 1341-1348.
- MARTIN, Yves (2007), The engravings of Gouy, In PETTITT, Paul, BAHN, Paul G & RIPOLL LÓPEZ, Sergio (eds.), *Palaeolithic cave art at Creswell Crags in european context*, Oxford, Oxford University Press, pp. 140-193.
- MARTÍNEZ VALLE, Rafael & GUILLEM CATALAYUD, Pere Miquel (2005), Arte rupestre de l'Alt Maestrat: las cuencas de la Valltorta y de la Rambla Carbonera, In HERNÁNDEZ PÉREZ, Mauro & SOLER DÍAZ, Jorge A (Ed. de), *Actas del Congreso de arte rupestre en la España mediterránea. Alicante, 25-28 de Octubre de 2004*, Alicante, Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert, pp. 71-88.
- MARTÍNEZ VALLE, Rafael; GUILLEM CALATAYUD, Pere Miquel & VILLAVARDE BONILLA, Valentin (2003), Las figuras de estilo paleolítico del Abric d'en Melià (Castelló): Reflexiones en torno a la caracterización final del arte paleolítico de la España Mediterránea, In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo & BUENO RAMÍREZ, Primitiva (Ed. de), *Primer symposium internacional de arte prehistórico de Ribadesella. El Arte prehistórico desde los inicios del siglo XXI*, Ribadesella, Asociación Cultural Amigos de Ribadesella, pp. 279-290.
- MARTÍNEZ VALLE, Rafael; GUILLEM CATALAYUD, Pere Miquel & CUEVA CALABIA, Rafel (2008), Arte rupestre y poblamiento prehistórico en el territorio de Valltorta-Gassulla, In HERNÁNDEZ PÉREZ, Mauro, SOLER DÍAZ, Jorge A & LÓPEZ PADILLA, Juan Antonio (eds.), *IV Congreso del Neolítico Peninsular*, Alicante, Museo Arqueológico de Alicante, pp. 31-40.
- MARTÍNEZ VALLE, Rafael; GUILLEM CATALAYUD, Pere Miquel & VILLAVARDE BONILLA, Valentin (2008), Grabados rupestres de estilo paleolítico en el norte de Castellón, In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (Ed. de), *Arte prehistórico al aire libre en el Sur de Europa*, Junta de Castilla y León/Consejería de Cultura y Turismo (Documentos PAHIS, 9), pp. 225-236.
- MERCIER, Norbert; VALLADAS, Hélène; AUBRY, Thierry; ZILHÃO, João; JORON, Jean-Louis; REYSS, Jean-Louis & SELLAMI, Farid (2006), Fariseu: first confirmed open-air Palaeolithic parietal art site in the Côa Valley (Portugal), *Antiquity*, 80 (310), Durham, Durham University, project gallery.
- MERCIER, Norbert; VALLADAS, Hélène; FROGET, Laurence; JORON, Jean-Louis; REYSS, Jean-Louis & AUBRY, Thierry (2009), Application des méthodes de la luminescence à la datation d'occupations paléolithiques de la Vallée du Côa, In AUBRY, Thierry (Ed. de), *200 séculos de história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*, Lisboa, IGESPAR, I. P. (Trabalhos de Arqueologia, 52), pp. 343-347.
- MOURE ROMANILLO, Alfonso; GONZÁLEZ SAINZ, César; BERNALDO DE QUIRÓS, Federico & CABREIRA VALDÉS, Victoria (1996), Dataciones absolutas de pigmentos en cuevas cantábricas: Altamira, El Castillo, Chimeneas y Las Monedas, In MOURE ROMANILLO, Alfonso (ed.), *"El Hombre fósil" 80 años después. Homenaje a Hugo Obermaier*, Santander, Servicio de publicaciones, Universidad de Cantabria, pp. 295-324.

- MUSSI, Margherita (2002), *Earliest Italy: An overview of the Italian Paleolithic and Mesolithic*, New York; Boston; Dordrecht; London; Moscow, Kluwer Academic Press.
- NAUDINOT, Nadine; BOURDIER, Camille; LAFORGE, Marine; PARIS, Céline; BELLOT-GURLET, Ludovic; BEYRIES, Sylvie, . . . LE GOFFIC, Michel (2017), Divergence in the evolution of Paleolithic symbolic and technological systems: The shining bull and engraved tablets of Rocher de l'Impératrice, *Plos One*, 12 (3), Public Library of Science, doi:10.1371/journal.pone.0173037.
- OLÀRIA, Carme (1999), *Cova Matutano (Vilafamés, Plana Alta, Castellón): un modelo ocupacional del Magdalenense superior-final en la vertiente mediterránea peninsular*, Castelló, Servei d'Investigacions Arqueològiques i Prehistòriques (Monografies de Prehistòria i Arqueologia Castellonenques, 5).
- (2008), *Grafismo mobiliar magdalenense de Cova Matutano (Vilafamés, Castellón) en el contexto del Mediterráneo peninsular*, Castelló, Servei d'Investigacions Arqueològiques i Prehistòriques (Monografies de Prehistòria i Arqueologia Castellonenques, 7).
- PALMA DI CESNOLA, Arturo (2001), *Le Paléolithique supérieur en Italie*, Grenoble, Éditions Jérôme Millon (Série "Préhistoire d'Europe", 9).
- R CORE TEAM (2016), *R: A language and environment for statistical computing*, Vienna, Austria, R Foundation for statistical Computing.
- RASMUNSSSEN, Sune O.; BIGLER, Matthias; BLOCKLEY, Simon P; BLUNIER, Thomas; BUCHART, Susanne L.; CLAUSEN, Henrik B., . . . WINSTRUP, Mai (2014), A stratigraphic framework for abrupt climatic changes during the Last Glacial period based on three synchronized Greenland ice-core records: refining and extending the INTIMATE event stratigraphy, *Quaternary Science Reviews*, 106, Amsterdam, Elsevier, pp. 14-28.
- REIS, Mário (2012), "Mil rochas e tal...!": Inventário dos sítios da arte rupestre do Vale do Côa, *Portvgalia*, Nova Série, 33, Porto, FLUP, pp. 5-72.
- (2014), "Mil rochas e tal...!": Inventário dos sítios da arte rupestre do Vale do Côa (conclusão), *Portvgalia*, 35, Porto, FLUP, pp. 17-59.
- RIBEIRO, Maria Luísa (2001), *Notícia explicativa. Carta geológica simplificada do Parque Arqueológico do Vale do Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- RÍOS GONZÁLEZ, Sergio & CASTRO VALDÉS, César García (2007), Estaciones del Oriente de Asturias con arte rupestre, In RÍOS GONZÁLEZ, Sergio & CASTRO VALDÉS, César García, RASILLA VIVES, Marco de la & FORTEA PÉREZ, Javier (Ed. de), *Arte rupestre prehistórico del Oriente de Asturias*, Oviedo, Ediciones Nobel, pp. 45-201.
- RIPOLL LÓPEZ, Sergio & CACHO QUESADA, Carmen (1990), Art mobilier du Paléolithique méditerranéen espagnol: quelques nouvelles découvertes, In CLOTTES, Jean (Dir. de), *L'art des objets au Paléolithique. Colloque international. Foix—Le Mas-d'Azil. 16-21 novembre 1987, 1: L'art mobilier et son contexte*, Paris, Ministère de la Culture, de la Communication, des Grands Travaux et du Bicentenaire, pp. 287-293.
- RIPOLL PERELLÓ, Eduardo (1972), *La cueva de las Monedas en Puente Viesgo (Santander)*, Barcelona, Diputación Provincial de Barcelona — Instituto de Prehistoria y Arqueología; Wenner Green Foundation for Anthropological Research.
- ROGERIO-CANDELERIA, Miguel Ángel; FIGUEIREDO, Sofia Catarina Soares de; GUIMARÃES, Pedro & BAPTISTA, António Martinho (2010), Análisis de imagen de pinturas rupestres del yacimiento de Faia (Parque Arqueológico de Vila Nova de Foz Côa, Guarda, Portugal), In SÁIZ CARRASCO, María Esperanza, LÓPEZ ROMERO, Raúl, DÍAZ-TENDERO, María Ascensión Cano and CALVO

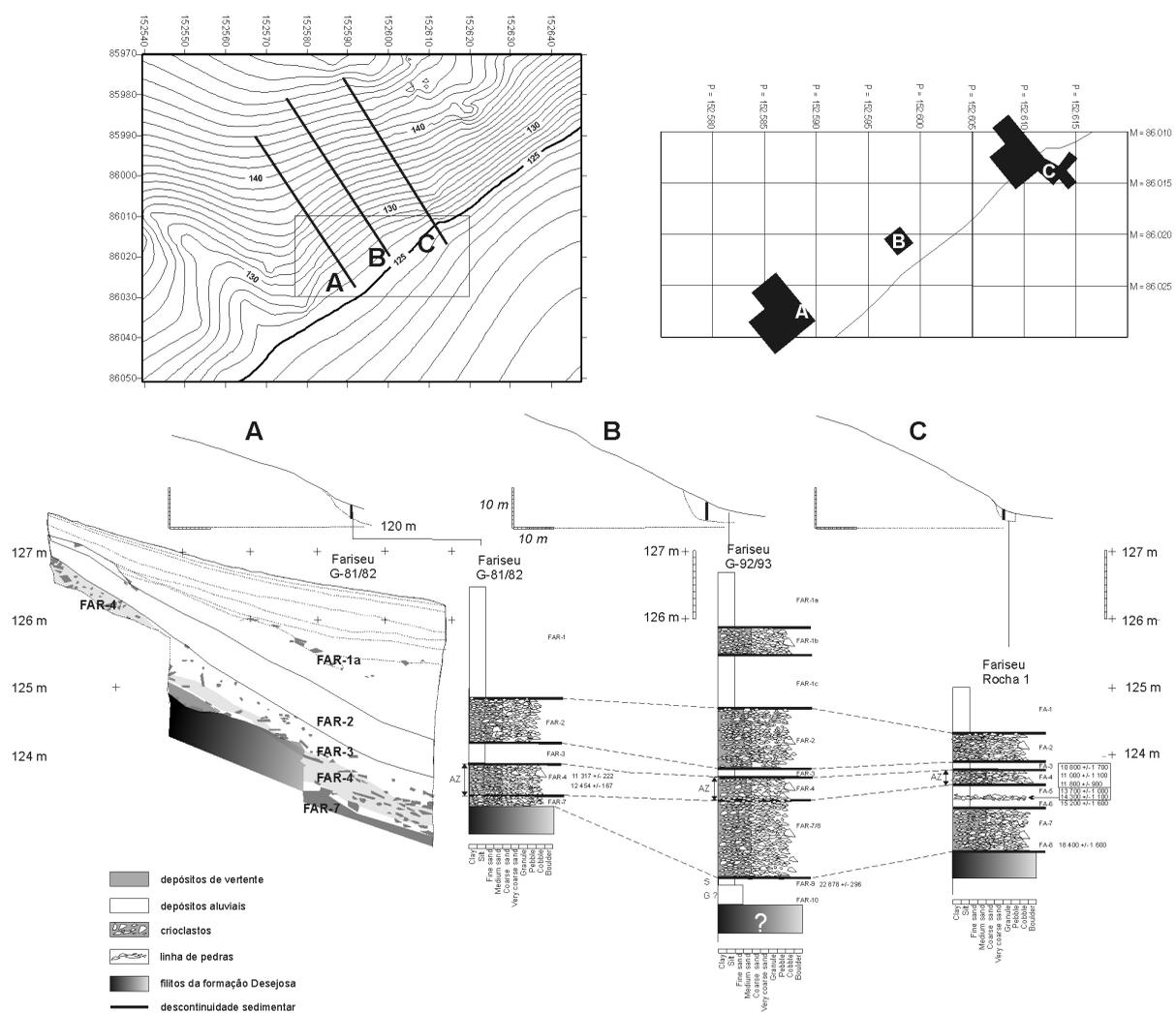
- GARCÍA, Juan Carlos (eds.), *VIII Congreso Ibérico de Arqueometria (Teruel, 19-21 Octubre 2009)*, Teruel, Seminario de Arqueología Turolense, pp. 419-428.
- ROUSSOT, Alain (1990), Art mobilier et pariétal du Périgord et de la Gironde: comparaisons stylistiques, In CLOTTE, Jean (Dir. de), *L'art des objets au Paléolithique. Colloque international. Foix—Le Mas d'Azil. 16-21 novembre 1987, 1: L'art mobilier et son contexte*, Paris, Ministère de la Culture, de la Communication, des Grands Travaux et du Bicentenaire, pp. 188-202.
- SAN JUAN, Cristina (1983), Un grabado inédito sobre un disco de ocre de la Cueva de La Chora (Cantabria), *Ars Praehistorica*, 2, Sabadell, Editorial AUSA, pp. 177-180.
- SANCHES, Maria de Jesus & TEIXEIRA, Joana Castro (2014), O abrigo do Passadeiro, Palaçoulo (Miranda do Douro). Um caso de estudo de gravuras rupestres dos inícios do Holocénico no Nordeste de Portugal, *Portvgalia*, 35, Porto, FLUP, pp. 61-75.
- SANTOS, André Tomás (2015), A arte paleolítica do Vale do Côa: breve síntese, In LEE, Sangmog, BAPTISTA, António Martinho & FERNANDES, António Pedro Batarda (Ed. de), *Arte Rupestre do Vale do Côa*, Ulsan, Ulsan Petroglyph Museum, pp. 68-89.
- (2017), *A arte paleolítica ao ar livre da bacia do Douro à margem direita do Tejo: uma visão de conjunto*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de Doutoramento, polícopiada).
- SANTOS, André Tomás; SANCHES, Maria de Jesus & TEIXEIRA, Joana Castro (2015), The Upper Palaeolithic rock art of Portugal in its Iberian context, In BUENO RAMÍREZ, Primitiva & BAHN, Paul G (Ed. de), *Prehistoric art as Prehistoric Culture*, Oxford, Archaeopress Archaeology, pp. 123-133.
- SANTOS, Manuel Farinha dos (1967), Novas gravuras rupestres descobertas na Gruta do Escoural, *Revista de Guimarães*, 77, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, pp. 18-34.
- SAUVET, Georges; SAUVET, Suzanne & WLODARCZYK, André (1977), Essai de sémiologie préhistorique (Pour une théorie des premiers signes graphiques de l'homme), *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 74 (2), Paris, Société Préhistorique Française, pp. 545-558.
- SELLAMI, Farid (2009), Les données de la séquence stratigraphique du site de Fariseu: processus de déposition et d'érosion des dépôts en limite de la plaine alluviale de la Vallée du Côa, In AUBRY, Thierry (Ed. de), *200 séculos de história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*, Lisboa, IGESPAR, I. P. (Trabalhos de Arqueologia, 52), pp. 103-108.
- SÉRONIE-VIVIEN, Marie-Roger (1986), Utilization de la gravure et de la peinture à l'azilien: l'apport du gisement de Pégourié (Caniac-du-Causse, Lot), *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 83 (11-12), Paris, Société Préhistorique Française, pp. 416-422.
- STEELMAN, Karen L; LOMBERA HERMIDA, Arturo; VIÑAS I VALLVERDU, Ramón; RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, Xosé Pedro; CARRERA RAMÍREZ, Fernando; RUBIO MORA, Albert & FÁBREGAS VALCARCE, Ramón (2017), Cova Eirós: an integrated approach to dating the earliest known cave art in NW Iberia, *Radiocarbon*, 59 (1), Tucson, University of Arizona, pp. 151-164.
- STRAUS, Lawrence Guy (1987), Terminal paleolithic and early mesolithic research at Abri Dufaure, Southwest France, *Munibe*, 39, San Sebastian, Sociedad de Ciencias Aranzadi, pp. 61-65.
- STRAUS, Lawrence Guy & ÉVIN, Jacques (1989), Datations par le radiocarbone des couches Azilienne et Magdalénienne de l'Abri Dufaure (Sordes-l'Abbaye, Les Landes), *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 86 (5), Paris, Société Préhistorique Française, pp. 146-155.
- TABORIN, Yvette (2001), De l'art magdalénien figuratif à Étioilles (Essone, Bassin parisien), *Bulletin*

- de la *Société Préhistorique Française*, 98 (1), Paris, Société Préhistorique Française, pp. 125-128.
- TOSELLO, Gilles (2003), *Pierres gravées du Périgord Magdalénien: art, symboles, territoires*, Paris, CNRS (Supplément à Gallia Préhistoire, 36).
- UTRILLA, Pilar & VILLAVARDE BONILLA, Valentin (2004), *Los grabados levantinos del Barranco Hondo (Castellote, Teruel)*, [s.l.], Gobierno de Aragón.
- VALDEYRON, Nicolas & DETRAIN, Luc (2009), La fin du Tardiglaciaire en Agenais, Périgord et Quercy: État de la question, perspectives, In *Els Pirineus i les àrees circumdants durant el Tardiglacial. Mutacions i filiacions tecnoculturals, evolució paleoambiental (16000-10000 BP)*. XIV Col·loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà. 10-12 de novembre de 2006, Puigcerdà, Institut d'Estudis Certans, pp. 493-517.
- VALLADAS, Héliène; MERCIER, Norbert; FROGET, Laurence; JORON, Jean-Louis; REYSS, Jean-Louis & AUBRY, Thierry (2001), TL dating of upper Palaeolithic sites in the Coa Valley (Portugal), *Quaternary Science Reviews*, 20 (5-9), Amsterdam, Elsevier, pp. 939-943.
- VIALOU, Denis (1986), *L'art des grottes en Ariège magdalénienne*, Paris, CNRS (Supplément à Gallia Préhistoire, 26).
- VIGLIARDI, Alda (1972), Le incisioni su pietra romanelliane della Grotta del Cavallo (Uluzzo, Lecce), *Rivista di Scienze Preistoriche*, 27 (1), Firenze, Instituto Italiano di Preistoria e Protostoria, pp. 57-115.
- VILASECA ANGUERA, Salvador (1934), L'estació-taller de sílex de Sant Gregori, *Memoria de la Academia de Ciencias y Arte de Barcelona*, 23 (21), Barcelona, Academia de Ciencias y Arte de Barcelona, pp. 415-439.
- VILLAVARDE BONILLA, Valentin (1985), Hueso con grabados paleolíticos de la cova de Les Cendres (Teulada, Alicante), *Lucentum*, 4, Alicante, Universidad de Alicante, pp. 7-14.
- (1994), *Arte paleolítico de la Cova del Parpalló. Estudio de la colección de plaquetas y cantos con grabados y pinturas*, Valencia, Servei d'Investigació Prehistòrica.
- ZILHÃO, João, Coord. de (1997), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*, Lisboa, Ministério da Cultura.
- (1997), *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri.
- ZILHÃO, João; AUBRY, Thierry; CARVALHO, António Manuel Faustino de; ZAMBUJO, Gertrudes & ALMEIDA, Francisco (1995), O sítio arqueológico paleolítico do Salto do Boi (Cardina, Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), Porto, SPAE, pp. 471-485.

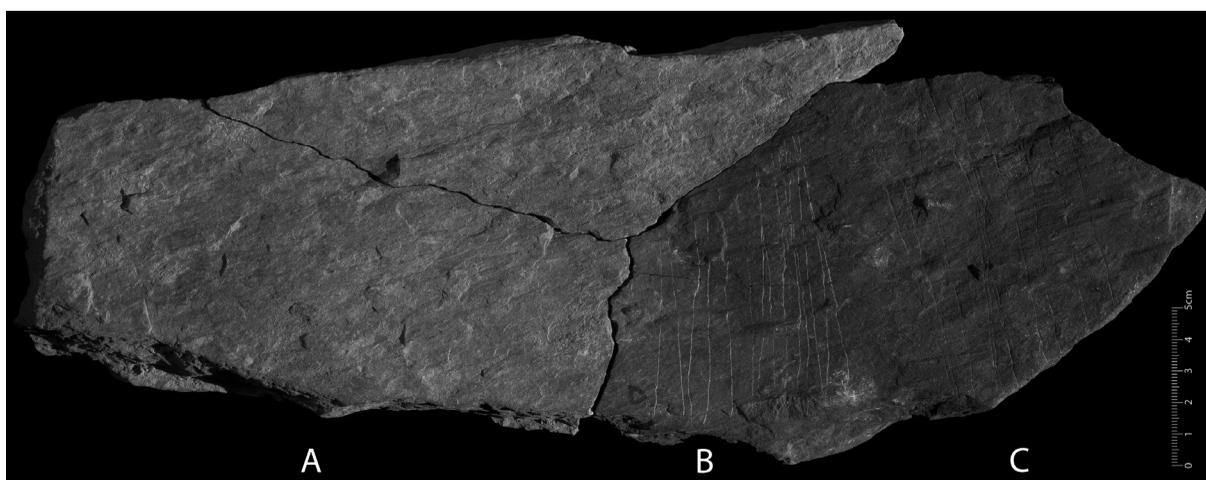




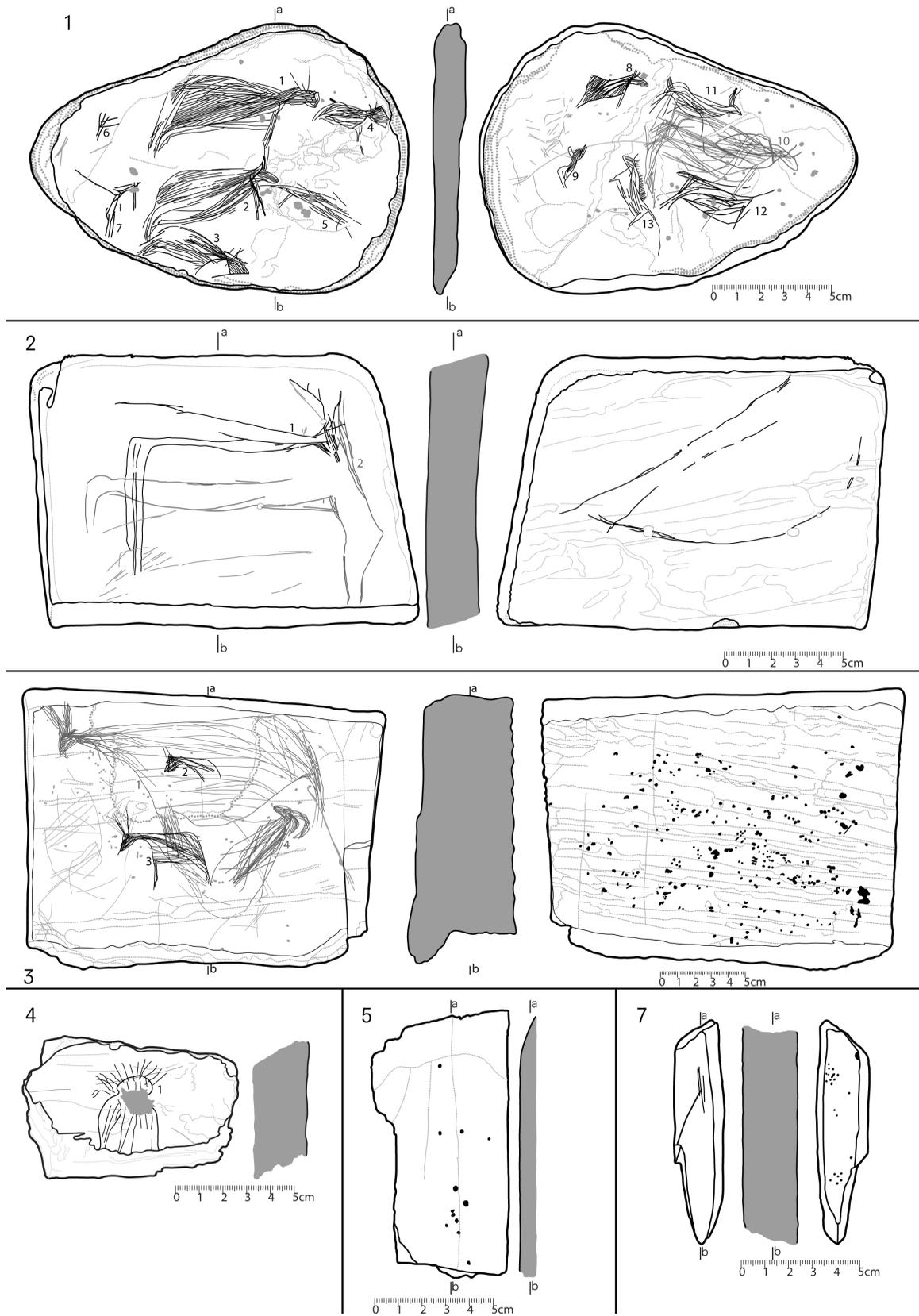
**Fig. 1:** Localização do sítio do Fariseu no contexto do Azilense do Vale do Côa e na Península Ibérica. Os círculos preenchidos a branco assinalam os sítios de ocupação e os restantes os sítios com arte rupestre.



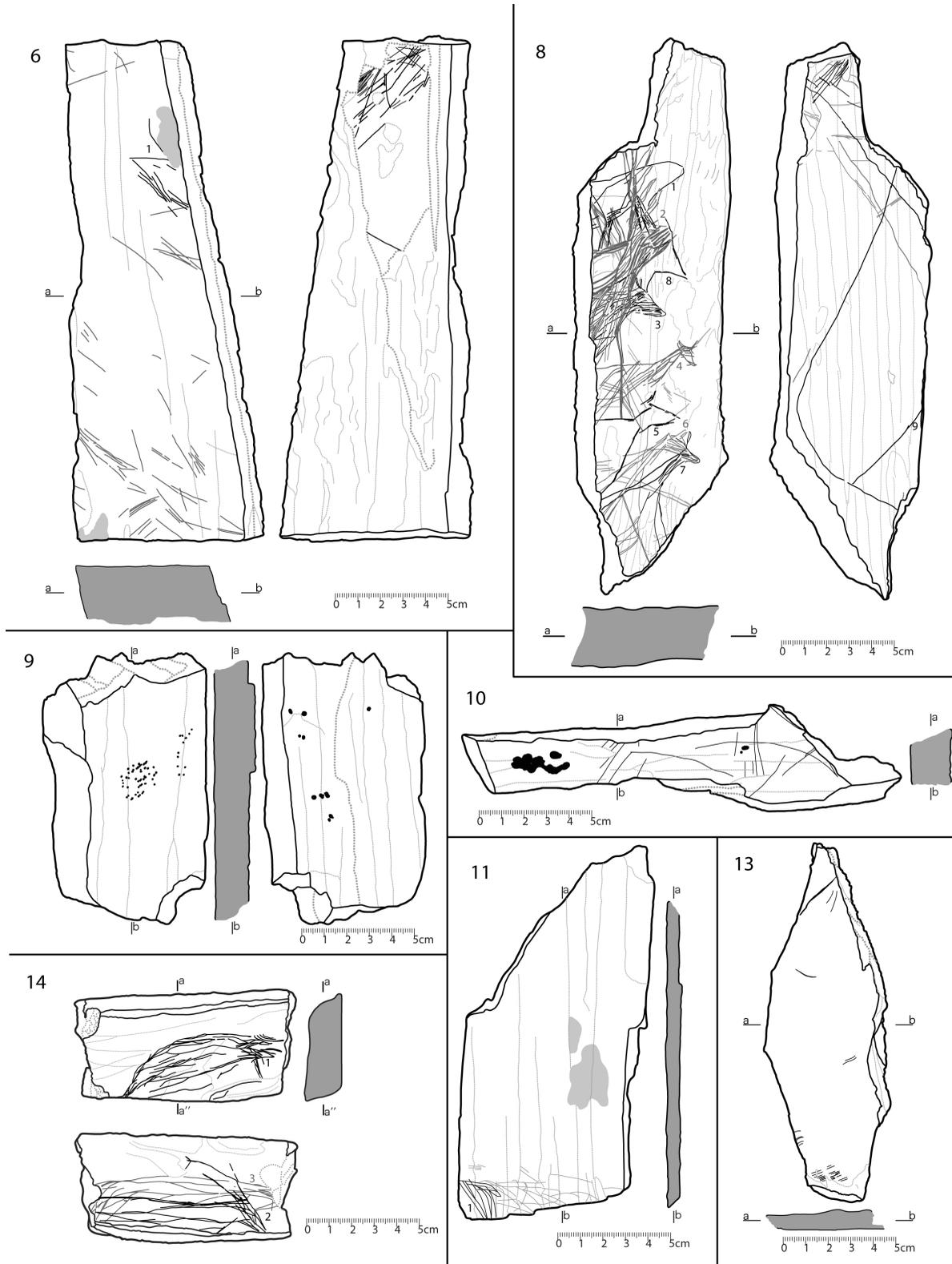
**Fig. 2:** Localização das sondagens, em planta e em corte, na vertente do Fariseu. Abaixo observa-se a relação entre a estratigrafia identificada nas três sondagens efetuadas.



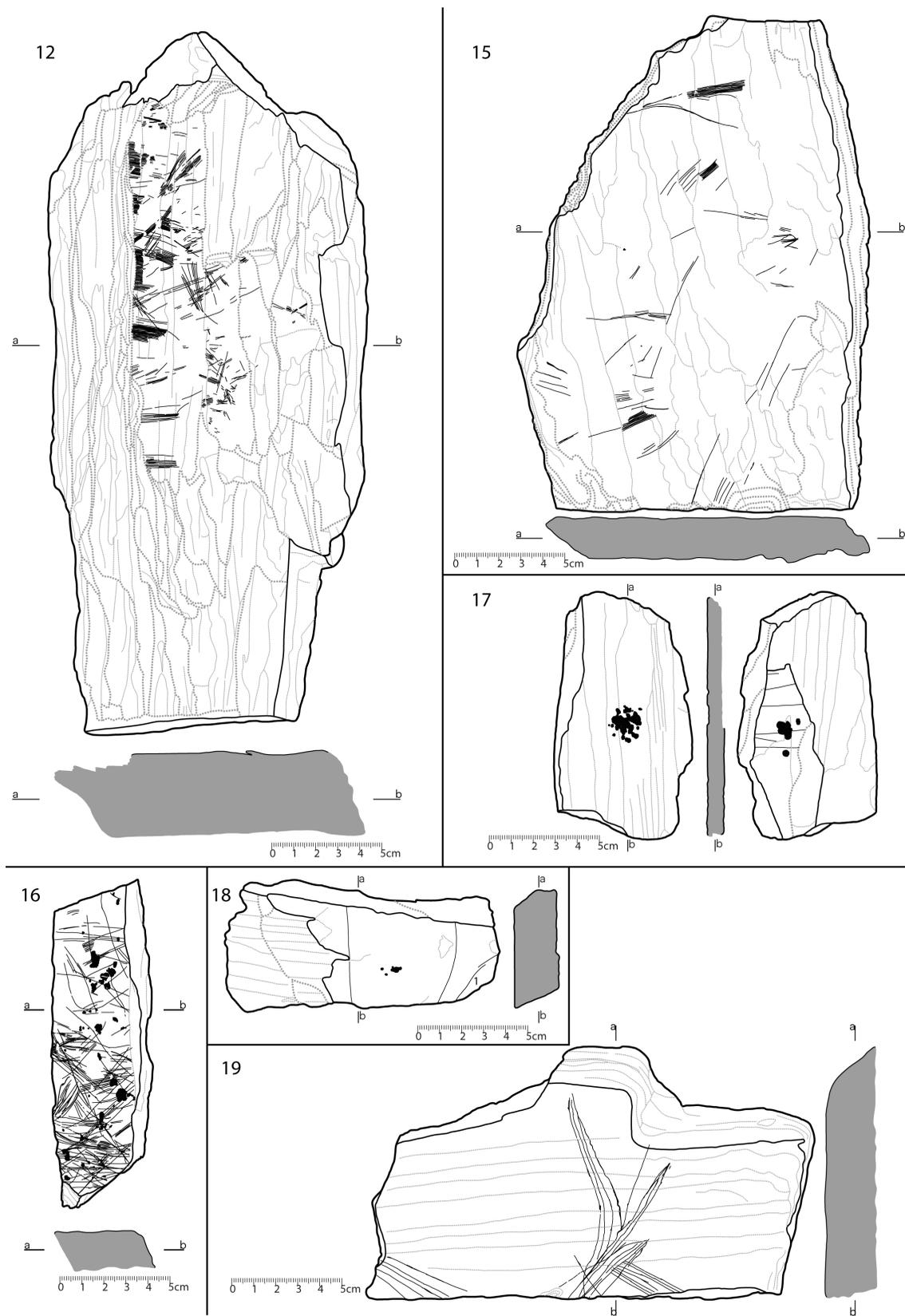
**Fig. 3:** Placa utilizada como referente experimental. A — zona não queimada; B — zona queimada em fase prévia à gravação; C — zona queimada posteriormente à gravação.



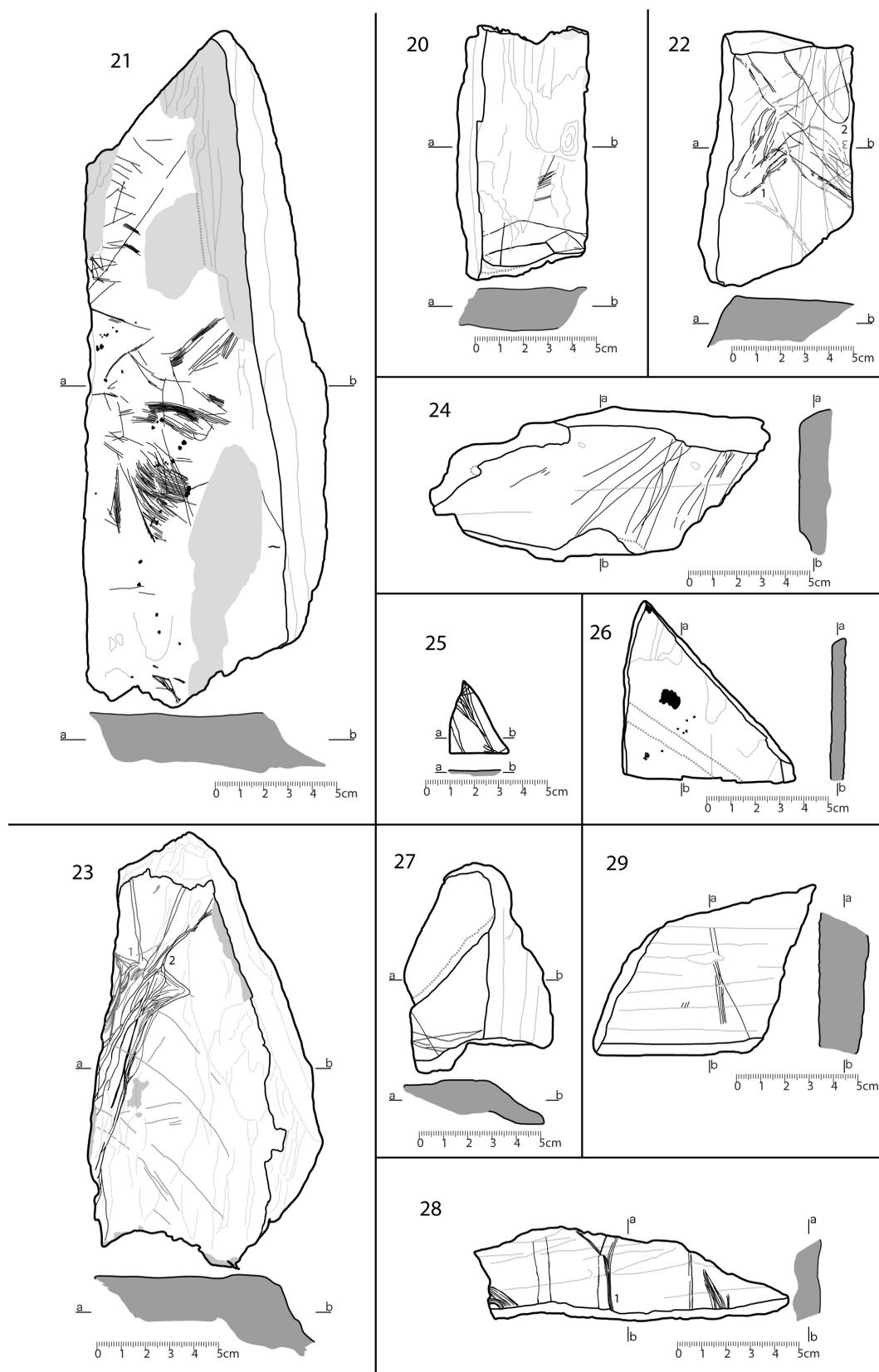
**Fig. 4:** Peças 1 a 5 e 7 do Fariseu.



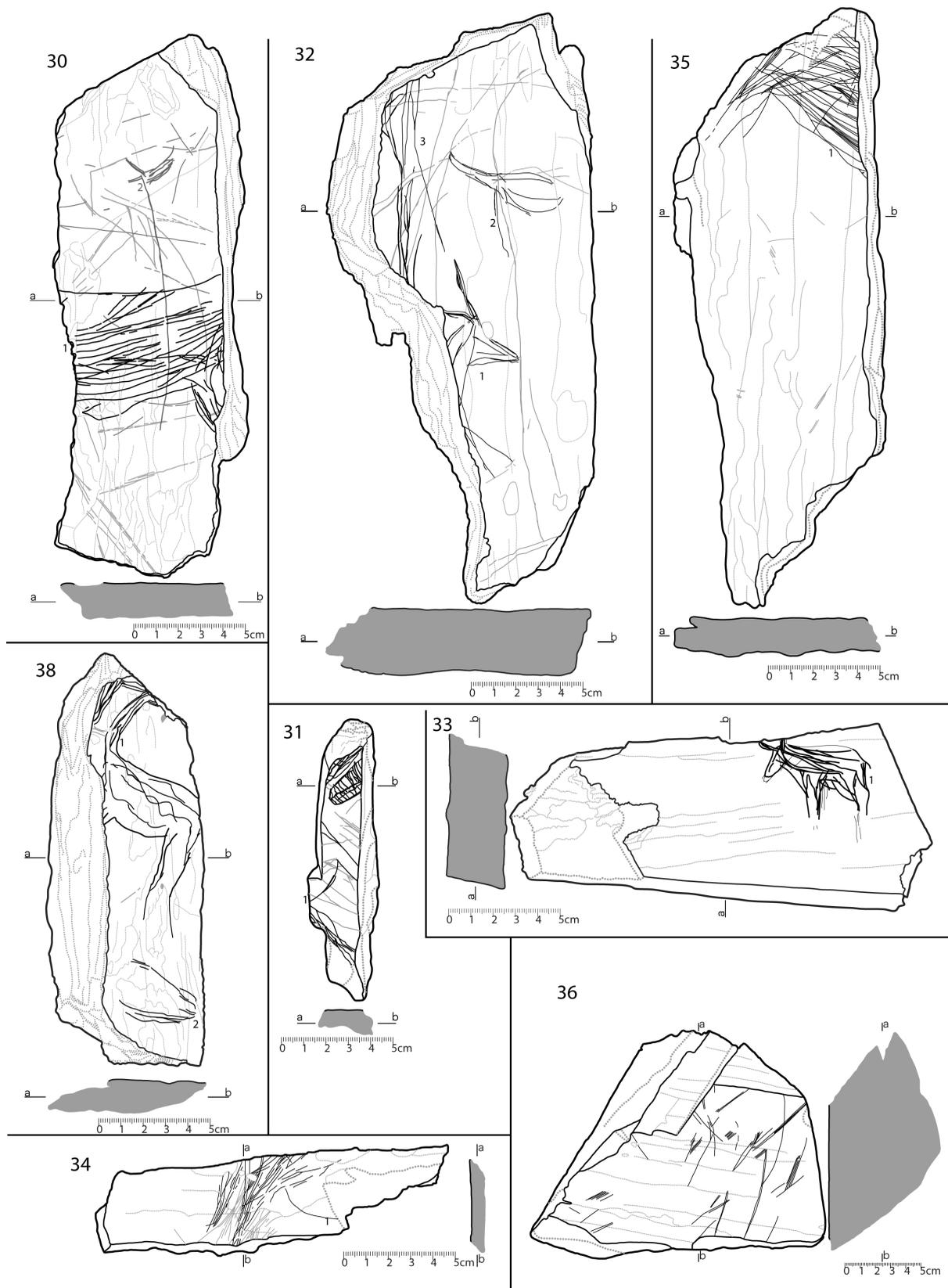
**Fig. 5:** Peças 6, 8 a 11, 13 e 14 do Fariseu.



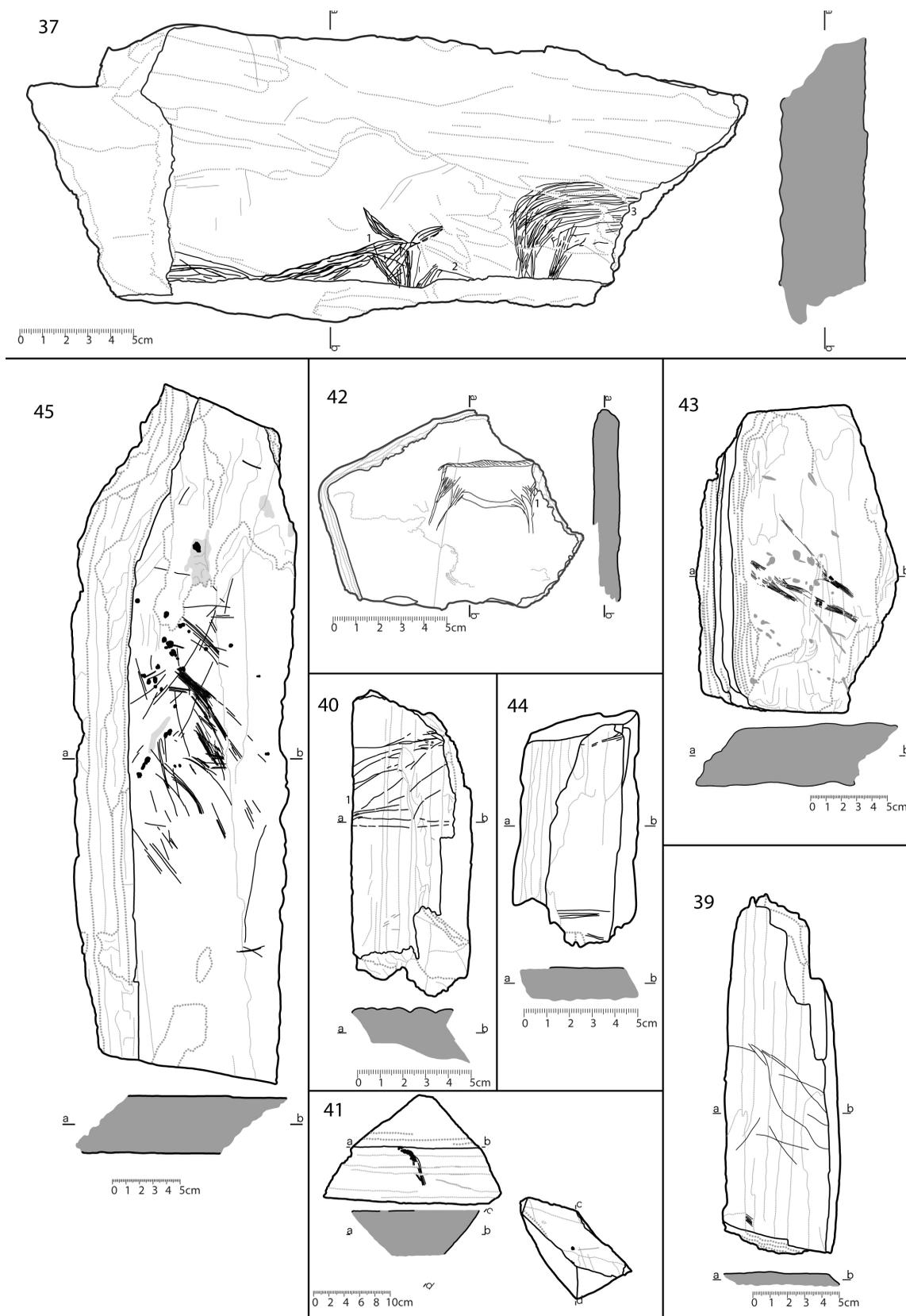
**Fig. 6:** Peças 12 e 15 a 19 do Fariseu.



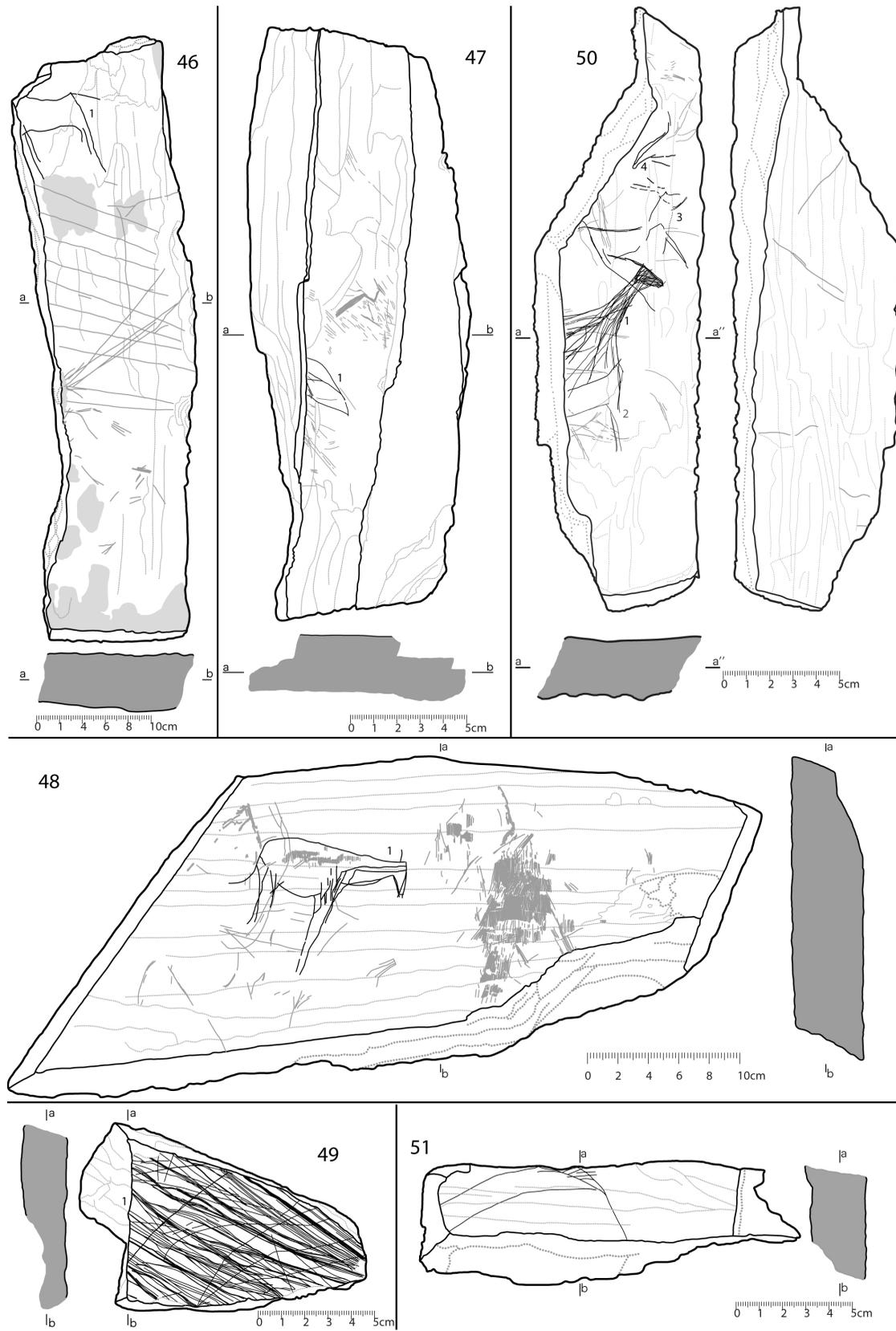
**Fig. 7:** Peças 20 a 29 do Fariseu.



**Fig. 8:** Peças 30 a 36 e 38 do Fariseu.



**Fig. 9:** Peças 37 e 39 a 45 do Fariseu.



**Fig. 10:** Peças 46 a 51 do Fariseu.

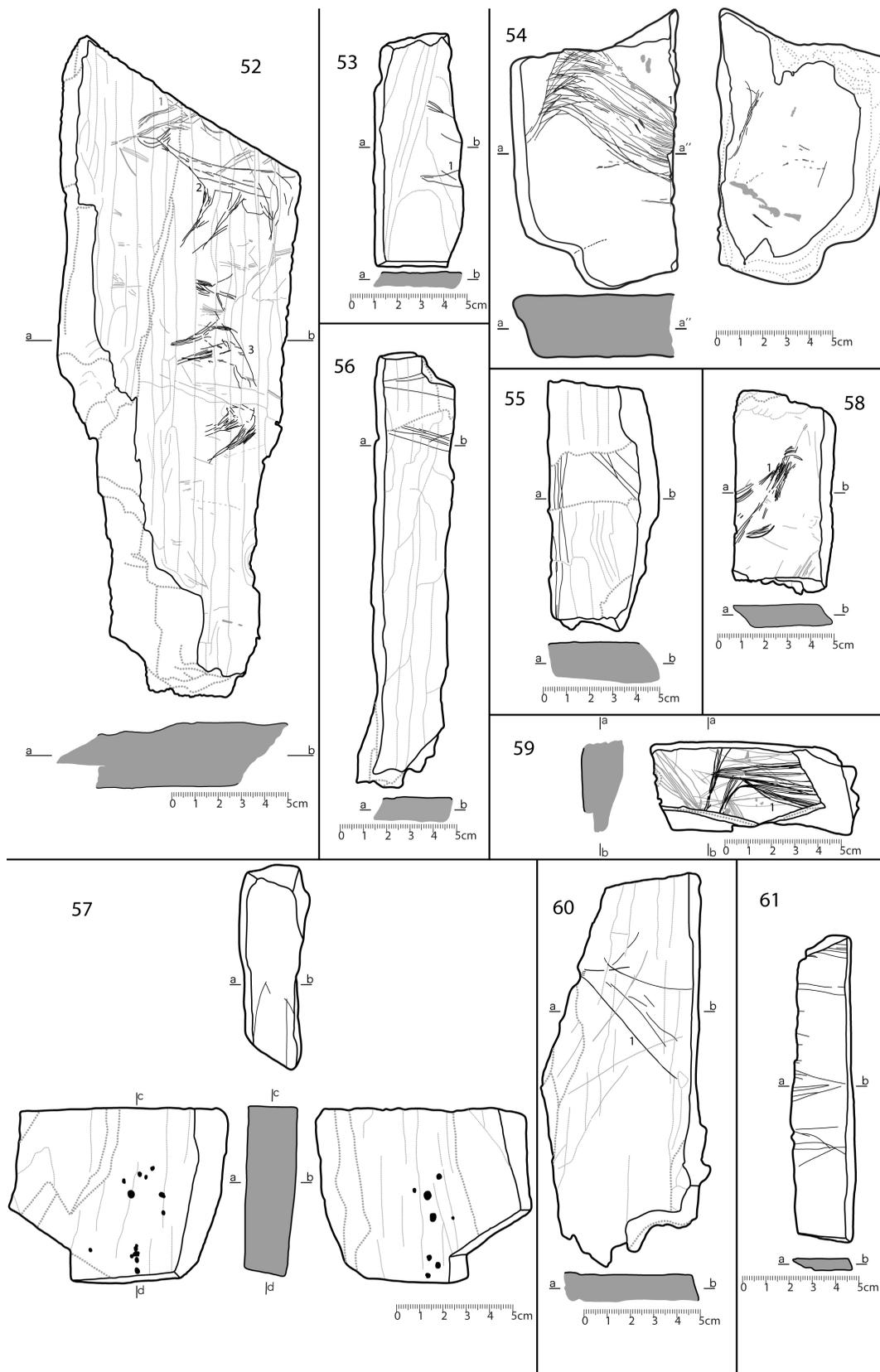
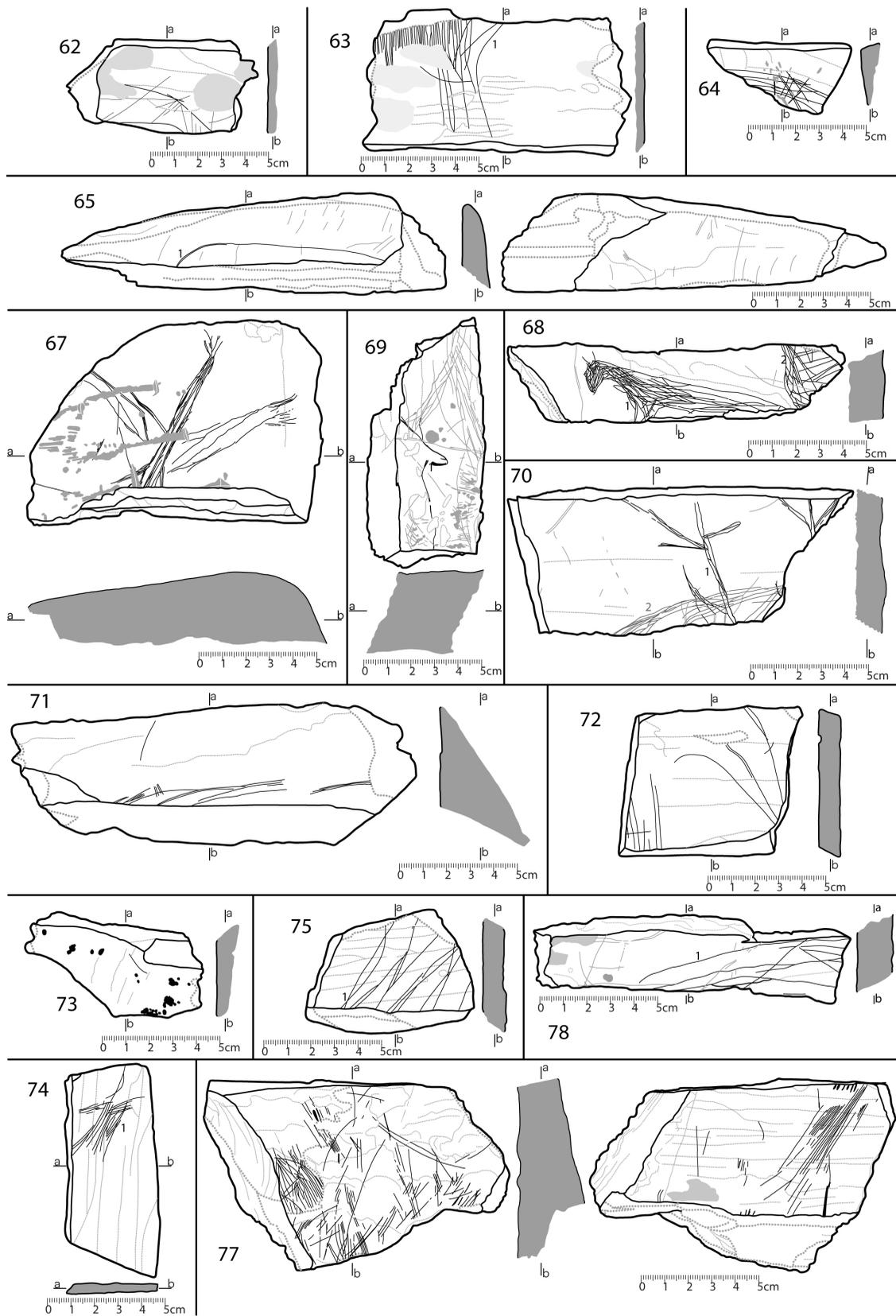
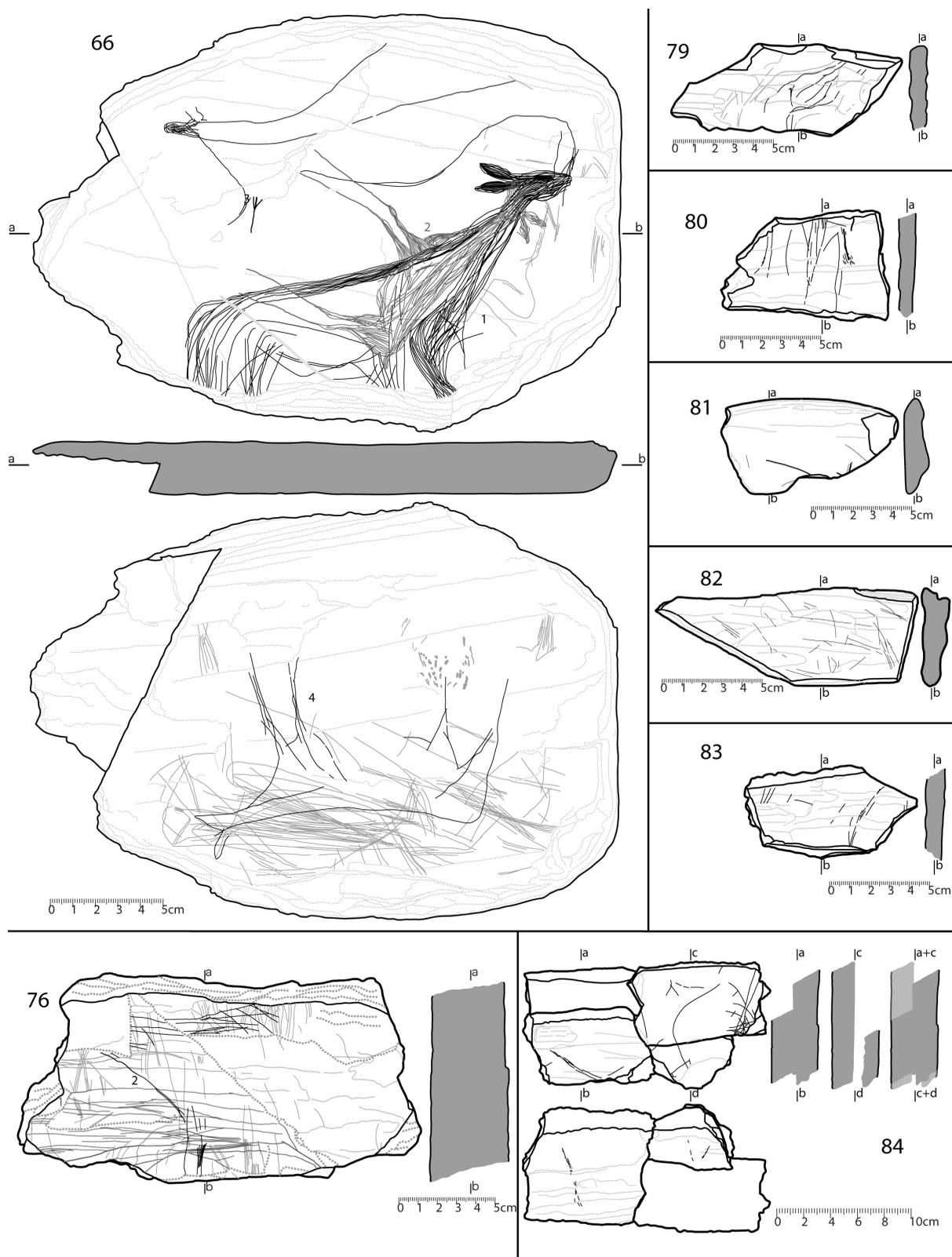


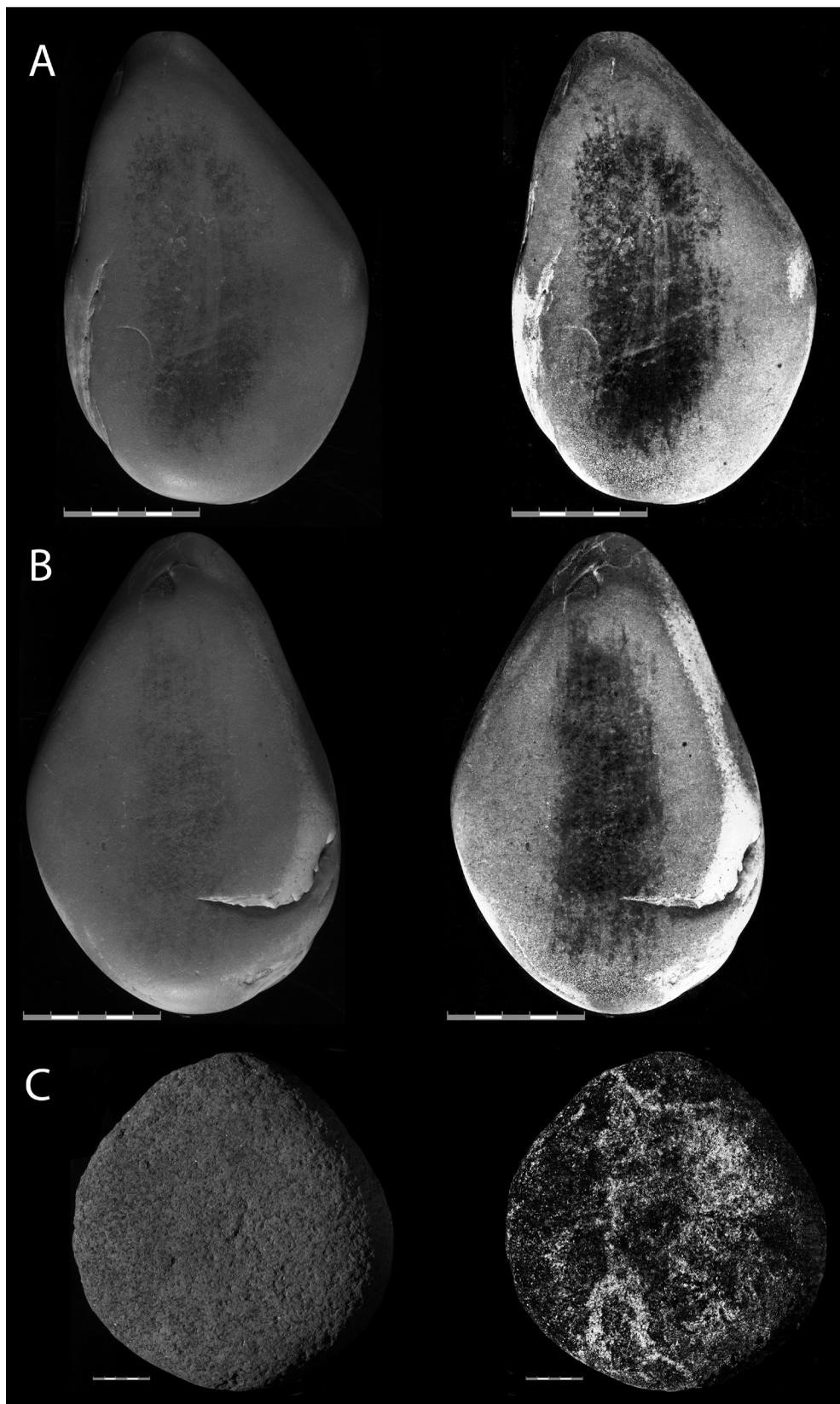
Fig. 11: Peças 52 a 61 do Fariseu.



**Fig. 12:** Peças 62 a 65, 67 a 75 e 77 a 78 do Fariseu.



**Fig. 13:** Peças 66, 76 e 79 a 84 do Fariseu.



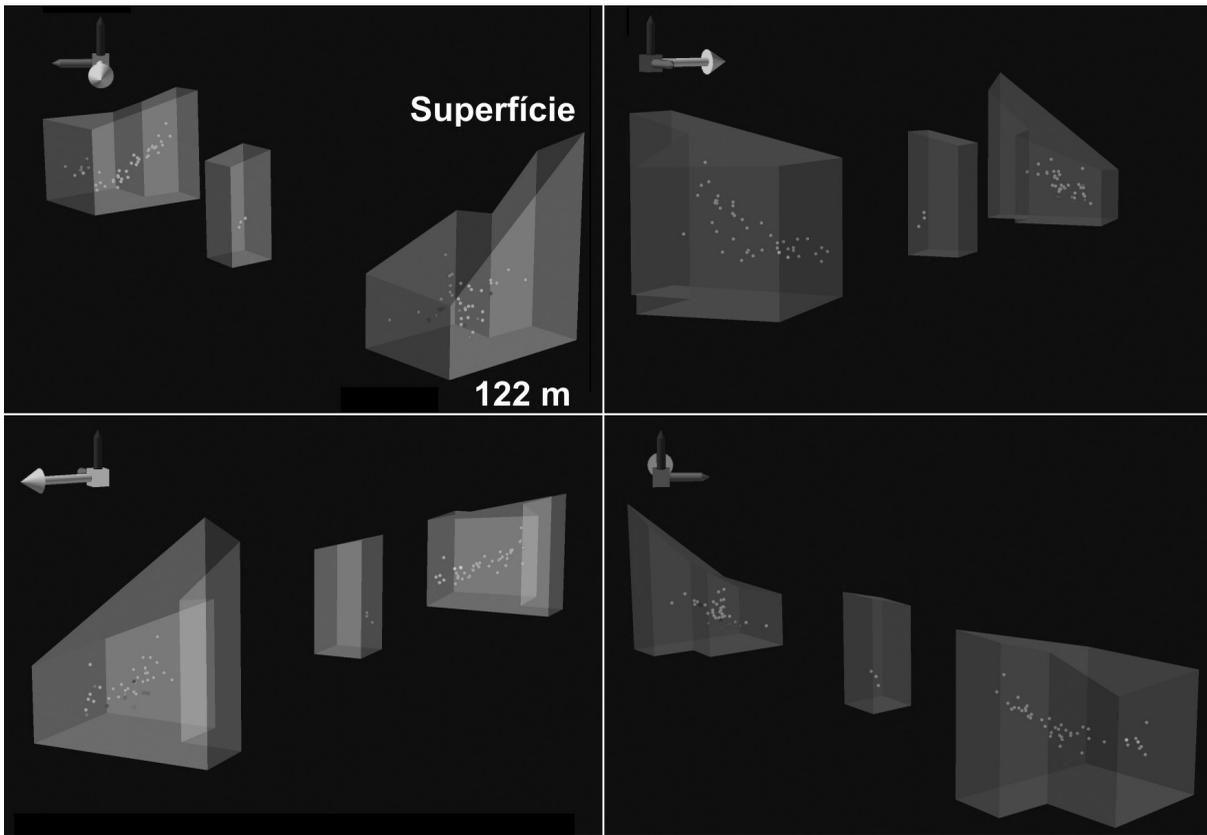
**Fig. 14:** Peças 85 (A e B) e 86 (C) do Fariseu. As imagens da direita correspondem às da esquerda tratadas com o programa D-Strech.



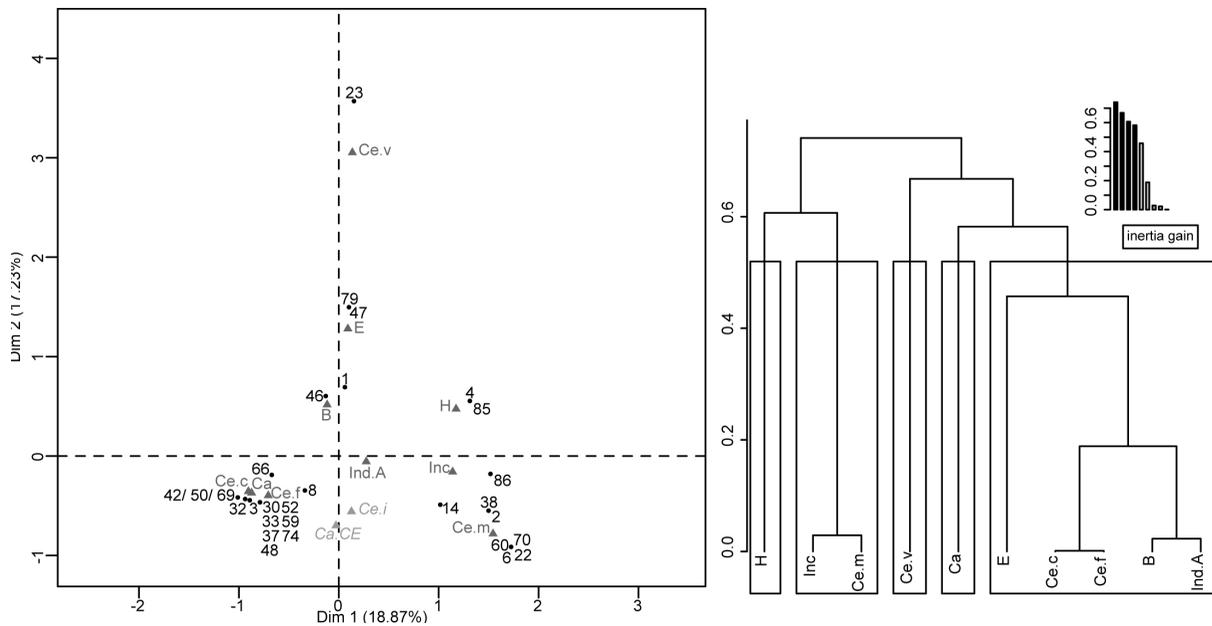
**Fig. 15:** Detalhe da rocha 1 do Tudão.



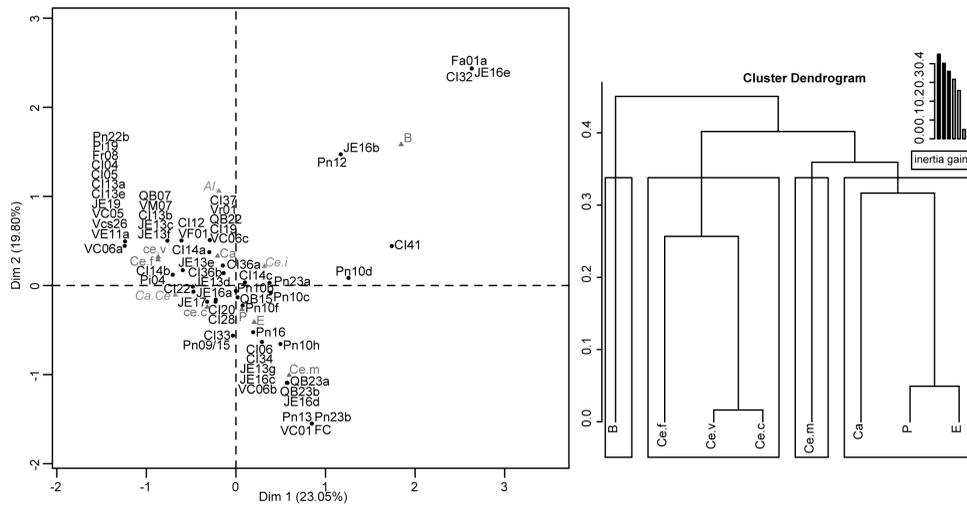
**Fig. 16:** Antropomorfo da rocha 11 de Vale Escuro.



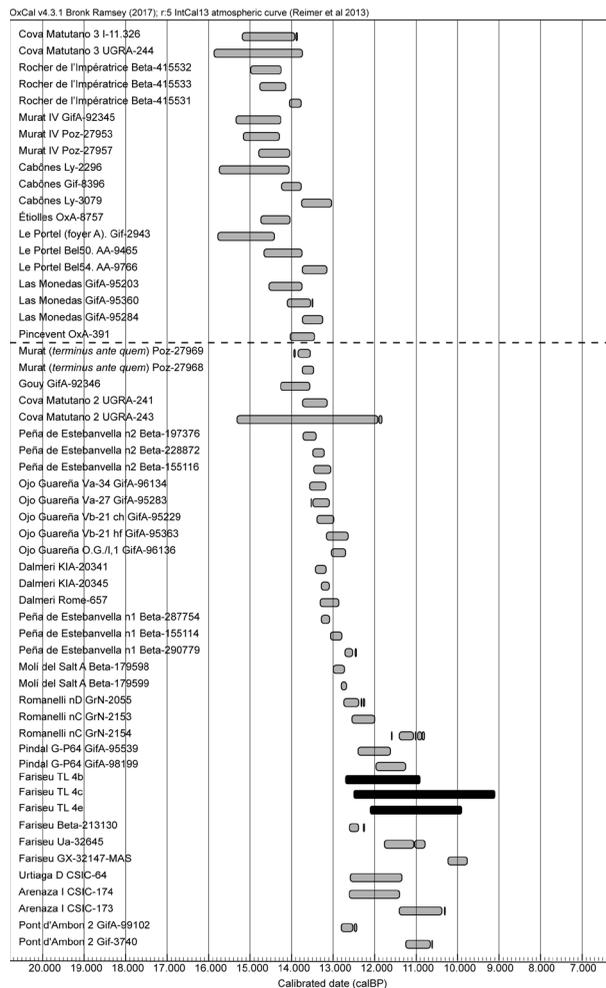
**Fig. 17:** Distribuição das peças pelas sondagens efetuadas.



**Fig. 18:** À esquerda observa-se gráfico com a distribuição das peças pelas duas primeiras dimensões da análise de correspondências simples efetuada sobre as associações temáticas identificadas; à direita observa-se dendrograma da classificação hierárquica ascendente efetuada sobre as variáveis da análise precedente.



**Fig. 19:** Gráficos equivalentes aos anteriores, efetuados sobre as rochas coevas do Côa já estudadas



**Fig. 20:** Datas absolutas provenientes de contextos com grafismos figurativos dos finais do Magdalenense aos períodos terminais do Plistoceno. A partir de gráfico criado no OxCal, ver. 4.3 (BRONK RAMSEY 2009; 2017), tendo-se utilizado a curva de calibração IntCal 13 (REIMER et alii 2013). Os intervalos preenchidos a negro correspondem a datações de termoluminiscência tendo sido precisados manualmente. Acima da linha tracejada encontram-se os contextos com o fácies naturalista da arte figurativa, encontrando-se abaixo os que dispõem do fácies geométrico.

## **CAMPANIFORME NO NORTE DE PORTUGAL. PERSPECTIVAS INTERPRETATIVAS INSTIGADAS PELA LEITURA DE DADOS RECENTES**

**Maria de Jesus Sanches**

FLUP / CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»  
msanches@letras.up.pt

**Maria Helena Barbosa**

FCT / CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»  
mariahelena.lo.barbosa@gmail.com

### **ABSTRACT**

This paper focuses on the contexts with bell-beaker ceramics of the North of Portugal / Douro basin and compares them with neighboring regions, particularly with Galicia, covering the end the whole Northwest of the Iberian Peninsula. After presenting a brief historiography of the studies in this region, it critically approaches the set of archaeological sites, emphasizing those with absolute dates and well preserved stratigraphies. Among them, it stands out the Crasto de Palheiros monumental enclosure because its bell-beaker ceramics have never been completely published and it is the archaeological site in northern Portugal that has yielded the largest number of sherds and vessels. Also, the quality of information obtained in the excavation allows to relate the campaniform contexts with the biography of the site. The paper also outlines the synthesis of this region, in relation to neighboring Galicia. In the discussion, it concludes the long duration of use of bell-beaker ceramics (from 2800/2700 to 1900/1800 BC) and, insofar as it also develops formal and decorative stylistics, raises interpretative hypotheses concerning the plurality of social functions that, in this long chronology, classical bell-beaker ceramics and local styles would have played in each local or regional context.

**Keywords:** Northwest of Iberian Peninsula; Crasto de Palheiros bell-beaker; local and regional ceramic stylistics.

### **RESUMO**

Este texto incide nos contextos com campaniforme do norte de Portugal/ bacia do Douro e compara-os com regiões vizinhas, particularmente com a Galiza, pelo que, em suma, versa sobre todo o noroeste da Península Ibérica. Após expor uma curta historiografia dos estudos nesta região, aborda criticamente o conjunto de sítios, dando ênfase aos que tem datas absolutas e estratigrafias bem conservadas. De entre estes destacou o Recinto Monumental Crasto de Palheiros quer devido ao facto de o conjunto das suas cerâmicas nunca ter sido publicado na sua totalidade, quer porque é esta a estação do norte de Portugal que revela tanto o maior número de fragmentos como de recipientes, como ainda pela qualidade de informação obtida na escavação a qual permite relacionar os contextos campaniformes com a biografia do sítio arqueológico. Traça ainda o quadro de síntese sobre esta região, em conexão com a vizinha Galiza. Na discussão conclui pela longa duração de uso de cerâmicas campaniformes (c. de 2800/2700 a 1900/1800 AC) e, na medida em que desenvolve também a estilística formal e decorativa dos recipientes, levanta hipóteses interpretativas relativas à pluralidade de funções sociais que, nesta longa cronologia, a cerâmica campaniforme clássica e os estilos locais teriam cumprido em cada contexto local ou regional.

**Palavras-chave:** Noroeste da Península Ibérica; Crasto de Palheiros; Campaniforme; Estilísticas locais e regionais.

## 1. PREÂMBULO: ALGUMAS QUESTÕES PRÉVIAS E OBJECTIVOS DESTE TEXTO

### 1.1.

Se em finais da década de 1970 eram escassos os sítios do norte de Portugal com cerâmica campaniforme, hoje conhecem-se ali cerca de meia centena. Norte de Portugal e Galiza, que formam o noroeste peninsular, deixaram de ter um papel marginal e, à medida que se desenvolvem mais projectos de investigação, aumenta também a dispersão de sítios arqueológicos com cerâmicas campaniformes. Mesmo assim, e a despeito da publicação de um assinalável conjunto de sítios, já em 1986 por Susana Jorge (Jorge, S.O., 1986:1b) e de outros trabalhos particulares ou de síntese posteriores (Barbosa, S. 1999; Bettencourt, A., 2011), continua o norte de Portugal/bacia do Douro a estar à margem da maioria das sínteses peninsulares no que ao campaniforme marítimo, geométrico ou de tipo Ciempozuelos diz respeito, situação que pretendemos reverter em nome da justeza dos registos e do estudo das comunidades da Pré-história recente desta região.

Na historiografia arqueológica o norte de Portugal/bacia do Douro (bem como todo o noroeste peninsular) foi longamente assumido (até meados dos anos de 1980) como um espaço de contactos entre centros culturais autónomos, bem definidos e dinâmicos durante a Pré-história Recente, tratando-se, portanto, de uma região que carecia de identidade cultural própria. Harrison, no seu influente trabalho na década de 1970, considera que a importância da região (norte de Portugal e Galiza) reside na sua posição estratégica entre a Bretanha e o estuário do Tejo (Harrison, R., 1977:52), duas regiões muito distintas e bem marcadas do ponto de vista cultural, nomeadamente naquilo que se refere à manifestação do fenómeno campaniforme. Porém, o incremento de trabalhos arqueológicos nas décadas que se seguiram (1980 e 1990) permitiram construir uma outra narrativa de tendência processualista, na qual se reconhece uma identidade cultural muito particular nesta região (Jorge, S.O., 1986), seguindo percursos internos originais sem deixar de destacar o seu peculiar dinamismo em diversos campos de análise.

Os estudos sobre o campaniforme regional beneficiaram do desenvolvimento generalizado que se verificou na investigação, com a realização de escavações arqueológicas segundo metodologias actualizadas a par de datações absolutas e de do estudo abrangente dos materiais arqueológicos dos sítios intervencionados. As descobertas, porém, continuam a ser escassas, o que pode ser explicado por diferentes factores, como veremos. Todavia, problemáticas relativas à transformação dos estilos cerâmicos “domésticos” e sua relação com os processos de formação e consolidação das lideranças e, a outra escala, das identidades locais e regionais no 3º mil. e 2º mil. AC – que se manifesta na elevada standardização de artefactos, em particular nas estilísticas cerâmicas e sua ampla reprodução ou mesmo circulação – têm sido amplamente abordadas nas últimas décadas (Jorge, S.O., 1986; Sanches, M.J., 1997; Valera, A.C., 2007; Rebuge, J., 2004; Bettencourt, A., 2011; Guerra Doce, E. & Lettow-Vorbeck, C.L., 2016; Bueno-Ramírez, P. et alii 2017).

Tendo em conta a diversidade de combinações de materiais arqueológicos onde se juntam (ou não se juntam de todo), os diferentes elementos do designado “pacote campaniforme”, registando-se afinal uma frequente “desassociação” entre as cerâmicas, apesar de tudo mais frequentes, e as armas metálicas / adornos, tem-se verificado um gradual abandono dos discursos interpretativos mais clássicos e discretos, mormente aqueles que, baseados nas propostas interpretativas de Clarke (Clarke, D., 1976) assumiam cerâmicas campaniformes e outros objectos raros como itens de prestígio, de fabrico especializado, e destinados a consolidar lideranças regionais através de “referentes” simbólicos extra-regionais. A ênfase tende a assentar hoje: (i) nos diferentes papéis que as cerâmicas, campaniformes ou outras, (e as armas) desempenharam, a par de outros

materiais de excepção, nas estratégias e performances sociais entre indivíduos e entre comunidades (Jorge, S.O., 1986; Guerra Doce, E. & Lettow-Vorbeck, C.L., 2016; Sanches, M.J., 1997); (ii) sendo aqui de destacar que cada vez mais se procura discernir em que grau os artefactos e, por extensão, as cerâmicas campaniformes, se articulam ou são constitutivas de contextos materiais/acções públicas e cerimonializadas, onde o lugar de realização faria corpo com os artefactos em si, como seria o caso dos diferentes espaços dentro dos povoados ou recintos, os espaços (dentro ou fora) dos monumentos megalíticos, por ex. (Bettencourt, A., 2011; Sanches, M.J., Barbosa, M.H. & Vieira, A., 2017; Valera, A.C., 2017; Sanches, M.J. & Barbosa, M.H., 2018, no prelo); (iii) na contextualização cronológica e cultural de escala local e regional – onde as coisas acontecem de forma imediatamente apreensível pelos grupos humanos e onde estratégias de resposta rápida seriam apreensíveis, e só posteriormente na extra-regional (particularmente no contexto peninsular) (Bettencourt, A., 2011; Sanches, M.J., Barbosa, M.H. & Vieira, A., 2017; Valera, A.C., 2017). Enquadrados em novas abordagens teóricas (apesar de tudo bastante diferentes entre si), alguns desses estudos contemplam análises arqueométricas que, associadas aos restantes dados, permitem repensar, nomeadamente, os múltiplos processos de circulação e adopção de novas estilísticas cerâmicas, a sua integração nas tradições locais, os processos de manufactura e obtenção de matérias-primas e, naturalmente, a sua manipulação no seio de diferentes contextos e práticas sociais (Prieto-Martínez, M. P. *et alii* 2015).

A grande transformação que se operou nos discursos interpretativos prende-se também com vários factores, a que não são estranhas as motivações ou enquadramentos políticos (estes mais ou menos conscientes), com defensores de europeísmos ou movimentos de pessoas e bens a longa distância, por um lado, e autoctonismos, por outro; com a visibilidade, ineludível no registo arqueológico, de hierarquias sociais despoletadas na segunda metade do 3º mil. AC em amplas regiões europeias e peninsulares (como se de uma onda se tratasse), para uns, e a multiplicidade de situações regionais, assimétricas e singulares, para outros.

Ainda que análises ao genoma de esqueletos prossigam, e bem, na senda da identificação e explicação da origem e movimentação de grupos (migrações de escala diversa) em toda a Europa pré-histórica pós paleolítica, incluindo o norte de África (Szécsényi-Nagy, A. *et alii*, 2017; Olalde, I. *et alii*, 2018), e em particular aqueles associados a contextos campaniformes, a maioria dos estudos de arqueologia, ao debruçar-se sobre o tema, discute e enfatiza o papel activo que as comunidades autóctones tiveram na adopção da cerâmica campaniforme. Admitindo o protagonismo que as relações e trocas de média e longa distância tiveram neste processo (nas quais se aceita a circulação de produtores de cerâmica, como mulheres, através de complexos sistemas de trocas matrimoniais), a ideia de que os recipientes campaniformes terão sido produzidos localmente, integrados nas tradições estilísticas e tecnológicas locais, começa a ganhar força, ideia confirmada pelos estudos realizados em vários locais da Península Ibérica, de que damos o exemplo da Galiza (Prieto-Martínez, M.P. *et alii*, 2015) e de dois sítios arqueológicos do território que estamos a analisar: Pastoria e Fraga da Pena (Jorge, S.O., 1986; Valera, A.C., 2007). O que estes estudos mostraram é que num dominante número de casos as pastas cerâmicas e a tecnologia de fabrico são essencialmente locais ou regionais (Dias, M.I. *et alii*; Garrido Pena, R., 2006; Prieto-Martínez, M.P. *et alii*, 2015; Salanova, L. *et alii.*, 2015), embora a “abrangência” regional, isto é, a dimensão geográfica do que é considerado “região”, e o modo como esta é definida, varie muito com os autores. Por isso, muitas vezes se enfatiza a distância quilométrica às fontes de matéria-prima (Prieto

-Martínez, M.P. *et alii*, 2015)<sup>1</sup>. A variabilidade estilística, particularmente ao nível das decorações, parece ser mais estável, uma vez que estamos perante cerâmicas extremamente estandardizadas. Ainda assim reconheceram-se algumas inovações de grande originalidade.

Embora estejamos a escrever este texto num momento em que se acaba de publicar um alargado estudo de genoma (em 400 esqueletos, dos quais 226 associados ao complexo campaniforme do centro e oeste da Europa), e cujos resultados, como bem fazem notar os autores, não contraria a multiplicidade de modos de “difusão cultural” a par da movimentação e instalação de grupos ou pessoas (Olalde, I. *et alii*, 2018)<sup>2</sup>, os mesmos fazem questão de assinalar, frisamos, que não há proximidade genética entre os grupos calcolíticos peninsulares e os do centro da Europa; pelo contrário, e sem descurar “viajantes” ou deslocação/migração de grupos muito limitados, os conjuntos calcolíticos peninsulares seriam predominantemente homogéneos, terão tido origem na população do Neolítico da Península Ibérica, tal como estudos anteriores indicavam também (Szécsényi-Nagy, A. *et alii*, 2017:80).

Apesar de uma ausência generalizada de datações absolutas de contextos e muito poucas datações por estratigrafia, é possível identificar diferentes propostas interpretativas relativamente à temporalidade da expressão material do campaniforme no norte de Portugal, que se posicionam essencialmente entre aquelas que defendem uma cronologia longa e as que propõem uma cronologia curta: (i) Susana Jorge considera não ser possível estabelecer uma diacronia interna do campaniforme baseada na sua evolução estilística, mas admite que este seja um fenómeno de curta duração adentro do 3º mil. AC (Jorge, S.O., 2002a); (ii) Domingos Cruz e António Valera propõem uma cronologia entre a segunda metade do 3º mil. AC e o início do 2º mil. AC (Cruz, D., 1997; 2001; Valera, A.C., 2007), mas o último autor, em trabalho recente (Valera, A.C., 2017: 224) admite que se desconhece a antiguidade do campaniforme na Beira Alta dada a ausência de datações daqueles nos monumentos megalíticos e de estudos de associações de materiais, deixando assim a hipótese aberta para uma cronologia mais antiga, cujo limite apontaria para os meados do 3º mil. AC; (iii) Ana Bettencourt defende a utilização das cerâmicas campaniformes desde o início/ segundo quartel, ao terceiro quartel do 3º mil. AC, altura em que deixariam de ser usadas, aparecendo a partir daí em contextos funerários ou deposicionais, somente metais e outras formas cerâmicas diferentes daquelas (Bettencourt, A., 2011); (iv) tal como fora proposto para a Galiza (Prieto-Martínez, M.P., 2013) e para a Estremadura / Alentejo (Cardoso, J.L., 2014), as autoras deste texto têm vindo a propor a utilização da cerâmica campaniforme na bacia do Baixo Douro entre o segundo quartel do 3º mil. AC e o início do 2º mil. AC, assumindo-o então como uma manifestação arqueográfica longa no tempo, plurifacetada na sua interpretação, que terá perdurado cerca de oito séculos (Sanches, M.J., & Barbosa, M.H., 2018, no prelo). Deste modo, e como diversos autores têm defendido, não falaremos de contextos campaniformes, mas de contextos com campaniforme.

## 1.2

Na realidade, as datas absolutas, estratigrafias / modos de estratificação e associações contextuais, sendo sobretudo matéria de interpretação em arqueologia, ganham no caso do campaniforme um teor muito peculiar pela ausência generalizada de contextos bem conservados e/ou bem datados, tanto na bacia do Douro/ norte de Portugal, como na Galiza. Nessa medida temos vindo a analisar e publicar a documentação disponível para a bacia do Douro (Sanches, M.J., & Barbosa, M.H., & Vieira, A., 2017; Sanches, M.J., & Barbosa, M.H., 2018, no prelo), dando destaque às si-

<sup>1</sup> Dois exemplos: Pilar Prieto-Martínez (Prieto-Martínez, M.P. *et alii* 2015: 119) considera as distâncias até aprox. 90 minutos a pé (ou até c. de 4 Km) como locais, e aquelas a c. 50 Km como regionais; Inácio e colaboradores (Inácio, N. *et alii* 2017: 294) assume que uma busca de argilas, como a que foi comprovada na Calle dos Trabalhadores-Sevilha, a 12 Km, já é considerada distante.

tuações/ sítios desta região que oferecem documentação contextual mais extensa: Mamoia de Chã de Carvalhal 1 (Serra da Aboboreira-Baião), Pastoria (Chaves), Crasto de Palheiros (Murça) e Fraga da Pena (Fornos de Algodres). Na senda destes estudos, pretendemos aqui (i) enquadrar a nossa visão de síntese no contexto do noroeste peninsular (que constará sobretudo na Discussão), onde novos trabalhos de campo e recentes datações absolutas criaram um quadro diverso daquele anteriormente conhecido, e (ii) apresentar, de modo mais desenvolvido, os contextos campaniformes do Crasto de Palheiros, advindos principalmente dos resultados das mais recentes campanhas de escavação e do estudo pormenorizado das cerâmicas, tanto campaniformes como não campaniformes que, em conjunto, se associam nas mesmas camadas estratigráficas.

## **2. CERÂMICA CAMPANIFORME NA BIOGRAFIA CRASTO DE PALHEIROS: TOPOGRAFIAS, ARQUITECTURAS, ESPAÇOS, CRONOLOGIAS, FRAGMENTOS CERÂMICOS E RECIPIENTES**

### 2.1

Na medida em que são as escavações desenvolvidas no Crasto de Palheiros que, pela dimensão da área escavada e quantidade de cerâmicas campaniformes recolhidas, permitem repensar a cronologia, o contexto e as diversas interpretações do campaniforme no norte de Portugal, torna-se necessário esclarecer de modo pormenorizado o contexto, quer à escala do sítio no seu enquadramento geográfico, quer à escala, mais baixa, dos contextos espaciais e estratigráficos.

Implantado numa crista quartzítica, a uma altitude absoluta de 593m, o Crasto de Palheiros ocupa o ponto mais elevado de uma dobra geológica - a Fragada do Crasto - que se integra no conjunto constituído pelas serras da Garraia e Santa Comba, que coroam o seu horizonte a norte e nordeste (Fig.1). Insere-se na zona oeste da bacia depressionária de Mirandela, na zona de confluência entre dois ecossistemas, o atlântico, ainda com grande expressão na Serra da Padrela - Trás-os-Montes ocidental, e o mediterrânico - Trás-os-Montes oriental que, progressivamente, vai anunciando os espaços do interior peninsular (Meseta Norte). Esta localização geográfica, na sua relação litoral-interior, e a relação com a bacia hidrográfica do rio Douro, tem o seu peso relativo na explicação de variados fenómenos regionais durante a Pré-história recente, como veremos adiante.

O Crasto de Palheiros terá desempenhado, desde o início do 3º mil. AC, um papel determinante no processo de estruturação do território e consolidação identitária, advindo regionalmente do neolítico antigo regional (5º e 4º mil. AC) (Sanches, M.J., 2002; 2003; Teixeira, J., 2017), o que se intui tanto pelo evidente protagonismo geomorfológico que assume na paisagem envolvente e possantes arquitecturas, como pelos vestígios materiais (arquitecturas, artefactos, e ecofactos) identificados nas escavações.

Diversas publicações têm descrito o Crasto de Palheiros (Sanches, M.J. (ed.), 2008; Sanches, M.J., 2016), e outros trabalhos têm-se dedicado ao estudo de materiais pré-históricos, sendo de destacar aqui os que dizem respeito às cerâmicas campaniformes e sua relação com outros materiais e espaços ocupados (Barbosa, S., 1999; Amorim, I., 1999; Sanches, M.J., (ed.), 2008; Barbosa, M.H., 2015; Sanches, M.J., 2016; Sanches, M.J., Barbosa, M.H. & Vieira, A., 2017).

### 2.2.

Uma descrição topográfica e arquitectónica do sítio, se entendida de modo abreviado, evidencia em primeiro lugar a colina encimada por uma crista escarpada que, na sua parte superior, topograficamente mais destacada, entre as cotas de 577 e 582 m, integra potentes taludes pétreos concêntricos que desenham aproximadamente dois arcos de círculo, adossando-se, a sul, à escarpa vertical que tem cerca de 40 metros de altura. Desenham assim o que foi denominado de Recinto Superior e Recinto Inferior que, no seu conjunto, cobrem uma área de cerca de 2,5 ha

(Fig.2). As escavações de emergência<sup>3</sup> mostraram que a ocupação pré-histórica não se restringe à área delimitada pelos taludes, antes se estende pela colina abaixo do seu lado norte, embora desconhecamos ainda quais serão os seus limites espaciais exactos. Também a mesma ocupação se estende para a colina contígua, a nascente, onde se encontram ainda vestígios cerâmicos, líticos e mesmo um seixinho com pintura esquemática antropomórfica. No seu conjunto, as ocupações do Crasto parecem estender-se por uma área superior a 3,5 ha.

Mesmo que só consideremos a crista central, i.e., os recintos, o aspecto mais marcante do sítio é a clara hierarquia de espaços, originada tanto pela topografia como pelas mega arquitecturas (Fig.3). Porém, estas últimas não são de construção simultânea embora, como veremos adiante, seja possível interpretar a parte mais soerguida – o Recinto Superior – como sendo de fundação mais antiga, a despeito de outras áreas da colina poderem ter sido ocupadas ao mesmo tempo com estruturas percíveis, estas não visíveis sem escavação, ou mesmo destruídas em momento posterior<sup>4</sup>. Os taludes que constituem/ criam o Recinto Inferior também exibem troços que, tendo sido escavados, mostram não terem sido de fundação nem reformulações contemporâneas entre si. Contudo, o Recinto Superior, quer pelas datas absolutas, quer pelas estratigrafias e mesmo pela estilística cerâmica, cremos ter sido de fundação primeva, como defendemos noutra lugar (Sanches, M.J. 2016), e tal como argumentaremos aqui.

É no Recinto Superior, constituído por diversas plataformas e rodeado por um potente e inclinado talude, adaptado precisamente ao desnível já criado pelos afloramentos, que se exumaram cerâmicas campaniformes de estilo marítimo (clássico) e geométrico. Estas não se encontraram em mais área alguma escavada do sítio apesar de, em termos comparativos, a área do Recinto Superior ser exígua se comparada com as restantes.

### 2.3.

O contexto espacial de recolha de cerâmicas campaniformes situa-se, dentro do Recinto Superior, em duas plataformas: uma no extremo sul da área leste – Plataforma Superior Leste (PSL), e outra no extremo nordeste da área norte – Plataforma Superior Norte (PSL) (Fig. 4). Na parte mais elevada do Recinto Superior a rocha já aflora, e, na sua parte média somente se conservou uma unidade habitacional da Idade do Ferro já assente sobre o substrato, o que faz supor fenómenos de erosão posteriores à ocupação calcolítica naquela área. Outras plataformas deste Recinto Superior mostram uma potente sedimentação sustida pelo talude (e/ou pela muralha da Idade do Ferro), sendo susceptíveis de conterem estratos com cerâmicas campaniformes.

Deve então frisar-se que, além da ocupação calcolítica, que transcorrerá por todo o 3º mil. AC (Crasto I), o Crasto é também um povoado da Idade do Ferro (entre c. de 550/500 AC e 80/130 AD) (Crasto III) e tem ocupações, localizadas, atribuíveis, pela cronologia absoluta, a um período que cronologicamente se inscreverá na Idade do Bronze Final (800-900 AC) (Crasto II). Assim, este sítio tem uma estratificação muito complexa pois nela se cruzam: (i) além das movimentações de sedimentos, pedras e outros materiais calcolíticos decorrentes da ocupação predominantemente “construtiva”, no Calcolítico, e que cobrirá cerca de um milénio – transcorrendo, pelo menos do segundo quartel do 3º mil. AC ao período em que o sítio parece ter sido abandonado, depois de condenado intencionalmente, no final do 3º mil. AC (Sanches, M.J. & Pinto, D., 2008); (ii) fenómenos decorrentes de um período de abandono superior a um milénio, (entre Crasto I e Crasto II), com as consequentes invasões de vegetação, erosão, etc.; e, bem assim, (iii) o recomeço da nova

<sup>3</sup> Realizadas pela Dryas sob direção de Susana Nunes, aquando da abertura das infra-estruturas para o Centro Interpretativo.

<sup>4</sup> Tal aconteceu, por ex., na área ocupada pelo Talude Inferior Norte, estrutura que cobriu estruturas ocupacionais mais antigas, algumas datadas dos meados do 3º mil. AC, mas muitas outras, não datadas, podem corresponder a ocupações mais antigas, coetâneas da construção do Recinto Superior. (Sanches, M.J., 2008: 176 e 178).

e prolongada ocupação de Crasto III. Este último povoado, com as suas construções, reformuladas continuamente, acrescidas do posterior abandono do local, em conjunto com o uso agrícola, milenar, do monte, com a decapitação de solos por erosão, serão os responsáveis principais da mistura de materiais antigos, calcolíticos, e dos mais recentes, em alargadas áreas. Neste quadro geral, que tem expressão clara, embora diversa, em toda a área escavada, repetimos, deve ser compreendido o contexto de recolha de muitas das cerâmicas campaniformes no Recinto Superior, isto é, na Plataforma Superior Leste (PSL) e na Plataforma Superior Norte (PSN).

### 2.3.1

Na Plataforma Superior Leste (doravante PSL ou área norte do Recinto Superior) a estratigrafia foi organizada genericamente em: camada 3, muito vestigial e localizada, prévia às construções arquitectónicas e mal caracterizada do ponto de vista artefactual; camada 2, a mais antiga dentro do recinto; camada 1, sobreposta à c. 2, tendo já alguns revolvimentos e estando muito decapitada pela erosão na área não condenada intencionalmente em fase posterior; na área condenada através de espessa carapaça pétreia (bem conservada no extremo sul) e que selou algumas estruturas e deposições, esta camada 1 é espessa<sup>5</sup>; sobrepõe-se-lhe a camada 0, vegetal, e, nalgumas áreas menos decapitadas, a c. 0/1. Tanto na c. 0 como na c. 0/1 se misturam materiais calcolíticos com materiais da Idade do Ferro, mostrando que também aqui a estratigrafia terá sofrido revolvimentos, erosão e redeposição. Camadas 3 e 2 relacionam-se assim com a construção primeva das arquitecturas duráveis (Talude e embasamento de troço de muralha), estando a c. 3 por baixo do Talude, e tendo-se formado a c. 2 já com o uso do espaço interno do recinto a que este dá origem (Sanches, M.J (ed.) 2008: Figs. II.5 e II.6).

Todavia, esta imagem sintética, destinada a uma compreensão imediatista, não revela a complexidade estratigráfica, a qual traduz também, nos seus pormenores, construções, derrubes intencionais, condenação de estruturas e deposições. Para o que agora nos interessa aqui, convém fazer notar que as cerâmicas campaniformes (toda a variabilidade de campaniforme, incluindo imitações locais) se exumaram nas camadas 0 e 1 (que integra a unidade estratigráfica (UE) [20] na zona sul), portanto nos estratos revolvidos superiores e na camada 1, onde se articula com várias estruturas habitacionais (como buracos de poste, uma lareira, pisos de argila) e com vestígios de consumo de animais (ovelha/cabra, que é dominante, porco e javali), cereais e leguminosas, cerâmicas variadas, percutores, seixos e moinhos, o que sugere tratar-se de uma zona de consumo, apesar de o espaço ser bastante exíguo. Todavia, pelo facto de também terem sido recolhidas na parte superior de UE [20], num momento prévio ao encerramento intencional por carapaça pétreia/empedrado, e de se relacionarem com uma estrutura pétreia sublosângica UE [20.2] ao lado da qual foi depositado um vasinho inteiro e uma laje com covinhas, e ainda com uma área de combustão (a mesma que forneceu a data de C14), assumimos que se encontram em contexto bem preservado e datado. Uma parte de gume de machado de cobre relaciona-se também com este último contexto - parte média de UE [20]<sup>6</sup>, e duas contas verdes com a camada 1.

As cerâmicas campaniformes não correspondem assim a qualquer momento fundacional; pelo contrário, o Recinto Superior já havia sido criado e prosseguia nas suas funções de uso comunitário quando se assiste à sua inclusão nos contextos das práticas sociais daquele. Participam também, cremos, no processo de clausura intencional, embora não tenhamos encontrado aqui qualquer fragmento nas estruturas de encerramento/empedrado, ao contrário do que irá acontecer na área norte deste recinto.

<sup>5</sup> Por facilidade denominamo-la aqui de camada 1 pois encontra-se na continuidade espacial desta, embora nos registos de campo a complexa estratigrafia desta ocupação/deposição/encerramento tenha sido registada através de vários Lx. ou UEs, como [18], [19], [20].

<sup>6</sup> Portanto, da camada 1, pois [20] = cam. 1.

No que às restantes cerâmicas diz respeito, convém acentuar que nas camadas correspondentes à criação do Recinto Superior nesta área e, bem assim ao seu uso mais antigo, apesar do pouco material exumado (em termos relativos) ocorrem somente morfologias e estilísticas conservadoras, de tradição neolítica. Pelo contrário, é na camada 1 (entenda-se, com a UE [20]) e nos sedimentos do empedrado terminal que as formas mais tradicionais coexistem com formas evoluídas, concretamente as formas de tipo [8]; convivem aquelas também com o campaniforme clássico, numa área útil, com estruturas aparentemente domésticas, de 88 m<sup>2</sup>, mas, repetimos, nenhum fragmento foi exumado no empedrado em si. Desconhecemos se este pormenor terá de facto importância real na medida em que foi escavada somente uma porção deste empedrado (8 m<sup>2</sup>), tendo ficado a restante parte (6 m<sup>2</sup>) “em reserva arqueológica” para posterior escavação.

A decoração acompanha esta tendência verificada nas formas. Todavia, os 60 fragmentos campaniformes identificados<sup>7</sup> provêm na sua totalidade dos contextos de ocupação menos antigos desta área (embora sejam os que mais espólio forneceram). Importa referir ainda que as organizações decorativas I1a e V3, incisa e impressa penteada, respectivamente, e consideradas mais evoluídas no plano regional, apenas estão presentes na camada 1 (com UE [20]). Provêm destes contextos alguns fragmentos conectados estilisticamente com o complexo de Palmela / Ciempozuelos, concretamente três fragmentos incisos (UE [20]) e um fragmento de tipo pseudo exciso (camada 1). Como atrás dissemos, é do topo da UE [20] que provém uma data de C14, com o seguinte resultado: CSIC 1280 – 2860-2495 AC (cal 2021), sendo esta que, para nós, dataria o contexto com cerâmicas campaniformes. Refere-se, portanto, ao momento que antecede a condenação da plataforma e não à fundação do Recinto em si, embora o intervalo das datas de C14 não nos permita por ora defender que a fundação do Recinto Superior se situe em data mais antiga que o 3º mil. AC. Admitimos assim que a ocupação com campaniforme se situará no segundo quartel do 3º mil. AC; na hipótese, aceitável, de ter transcorrido pouco tempo entre o início da monumentalização e a presença campaniforme, então o início daquela poderá situar-se ainda no segundo quartel do 3º mil. AC. Por sua vez, as datas absolutas do Recinto Inferior (zona leste) situam o início da sua criação e uso primevo precisamente nesta cronologia, o que nos permite colocar a hipótese de que a ocupação com campaniforme coincidirá com a ampliação das mega construções no Crasto, isto é, com o início da criação do Recinto Inferior.

Em apoio desta hipótese, verifica-se que as cerâmicas do Recinto Superior têm paralelismos notórios com as da ocupação relacionada com o campaniforme da área leste do Recinto Inferior. Exceptuam-se as campaniformes clássicas (complexo marítimo), ausentes neste recinto. Este facto denotaria, além da maior antiguidade na criação do Recinto Superior, uma segregação relativamente ao uso das cerâmicas campaniformes “clássicas” e práticas sociais que as envolveriam (Fig. 2). Os dados da área norte apontarão no mesmo sentido, como veremos adiante.

Os 60 fragmentos campaniformes permitiram identificar 23 recipientes, com nove reconstituições gráficas, integráveis estilisticamente no complexo marítimo: duas caçoilas campaniformes, de perfil sinuoso (tipo [9]) (v. geométrica); quatro vasos de perfil sinuoso e colo alto (tipo [10], variante B), (dois na v. geométrica e dois na v. linear); três vasos de perfil sinuoso com carena pouco acentuada (tipo [11], v. geométrica); formas acampanuladas, ligeiramente fechadas e com simulação de carena, muito similares às taças Acebuchal (tipo [8]). Esta forma surge por vezes associada à OD (organização decorativa) [V3] que replica, na sua versão de impressão penteada, as bandas campaniformes (Sanches, M.J. (ed.), 2008: Fig. II.23). Porém, é mais recorrente a sua associação

<sup>7</sup> Sempre que, no decorrer deste texto, não for especificado se se trata das formas inspiradas em Palmela/ Ciempozuelos, decorações deste tipo e imitações locais, entendemos por cerâmica campaniforme aquela que apresenta formas e/ou decorações do complexo marítimo (clássico e geométrico).

a uma organização decorativa muito particular, já nomeada atrás e que foi identificada também no abrigo do Buraco da Pala. Consiste numa decoração incisa, extremamente padronizada - OD [11a], corporizada em faixas verticais de reticulados alternadas com espaços vazios que se juntam por vezes em estrela no fundo do recipiente (Fig. 13.2), imitando formalmente o grupo de Ciempozuelos/ Palmela. Esta surge associada também a pequenas taças globulares ou em calote [3B] e [4A] (Fig. 12 e 13.1). Este grupo (com OD [11a]) tem tratamento de superfícies tão ou mais cuidado que o campaniforme “clássico”, embora sejam recipientes de cozedura oxidante, castanho escuros, por contraposição aos campaniformes, castanho avermelhados. Presente somente em 15 recipientes da camada 1, e associada às formas com que se relaciona, configura uma panóplia formal equiparável ao grupo campaniforme clássico pois inclui “malgas” e taças hemisféricas ([3B], [4A]) e vasinhos de pequena dimensão (Fig. 12, 13.1 e 13.2). Por essa razão, e atendendo à elevada qualidade das pastas e à sua própria raridade (pois surge, igualmente, em reduzidíssimas percentagens), integramos estes recipientes na cerâmica de excepção do Crasto; pelas razões apontadas, apelidamos este conjunto de “campaniforme inciso” do Crasto de Palheiros. Porém, enquanto este conjunto se encontra em todas as áreas escavadas (ambos os recintos, ainda que em baixas %), a cerâmica campaniforme “clássica”, por seu lado, está confinada ao Recinto Superior. Apesar disso, este “campaniforme inciso” tem a sua máxima expressão nesta área do Recinto Superior e, bem assim, na área de consumo 3 do Recinto Inferior, onde participa também do encerramento deste último (Sanches, M.J., 2016: Fig.8).

Contrariando a tendência da maioria dos recipientes decorados com que se associam contextualmente – e que concentram a sua decoração na parte superior do mesmo, sob o bordo – os recipientes campaniformes apresentam-se profusamente decorados, em toda a extensão da sua superfície exterior. Importa referir que as cerâmicas impressas penteadas, predominantes no contexto regional (bacias de Chaves/ Corgo e Tua/ Mirandela), apresentam uma evolução interna no sentido de um gradual barroquismo. Se numa fase inicial (finais do IV<sup>o</sup>/ inícios do 3<sup>o</sup> mil. AC) a decoração se concentra sobretudo na faixa abaixo do bordo dos recipientes, a partir do segundo quartel/ metade do 3<sup>o</sup> mil. AC há uma tendência para que estas se disponham ao longo de todo o corpo do vaso. Há, assim, à escala regional da área interior do norte de Portugal, uma tendência clara de associação da cerâmica campaniforme clássica a decorações complexas penteadas.

### 2.3.2

A Plataforma Superior Norte (ou área norte) apresenta nesta zona, tal como na leste, uma área útil bastante reduzida, entre os afloramentos e o talude que a delimita (Fig. 4). Aliás, em ambas terá sido usado o talude para “criar” espaço através da delimitação e horizontalização da vertente rochosa e muito inclinada (inclinação igual ou superior a de 45°) (Fig. 3 a 6). Convém referir que a campanha de escavações ali realizada em 2017, embora tenha tido propósitos relacionados com a estabilização da plataforma, nos fez reconsiderar algumas interpretações prévias, de que a mais importante se refere ao Empedrado terminal, que termina no topo do Talude. Este não terá tido contorno subcircular, como supúnhamos e publicámos (Sanches, M.J., Barbosa, M.H. &Vieira, A., 2017). Na realidade, desconhecemos o seu perímetro dada a afectação que sofreu, em grau variável consoante as zonas, por destruições posteriores (já nomeadas atrás) e ainda porque embora tenha sido aberta uma alargada área da plataforma (perto de 80 m<sup>2</sup>), somente se escavou entre 15 a 30 cm na maioria dela; o solo geológico atingiu-se em 16 m<sup>2</sup>. De qualquer modo, mantém-se a proposta interpretativa inicial que resumimos de seguida (Fig. 3 a 6 e particularmente corte das Figs. 7 e 8): (i) a ocupação inicia-se com a construção do potente Talude que delimita a plataforma, conferindo-lhe o aspecto com que se nos apresenta ainda na actualidade; (ii) não encontrámos ali qualquer vestígio de muralha delimitadora, embora não seja de afastar a ideia de que, podendo ter

sido construída em materiais perecíveis, ou constando mesmo de uma paliçada, não tenha sido destruída, até pela condenação intencional do *terminus* da ocupação calcolítica; (iii) a “ocupação” primeva no interior do Recinto materializa-se logo em estruturas pétreas delimitadoras UE [33] e UE [34] e numa camada de ocupação (espessa) que cobre uma pequena área, e que sintetizamos em UE [41]. Esta desenvolve-se em torno de uma estrutura pétrea sucessivamente condenada [EP2], e exhibe estruturas e áreas de combustão de ambos os lados daquela (Fig. 6). Também esta plataforma foi sendo reestruturada/ restaurada arquitectonicamente nos seus contornos (pois abaixo está o acidentado Talude); por fim, condenada intencionalmente. Deste modo, do ponto de vista estratigráfico, não é possível discernir nesta estrutura (o Empedrado), momentos discretos de fundação – reformulação – encerramento; estes são indicados por UE [33] e UE [34], embora no topo dessa estrutura, já zona de condenação/ encerramento claros, a terra argilosa insira cascalho fino (não representado no corte), em vez de pedras de média e grande dimensão. O Empedrado inclui ainda algumas deposições (sobretudo de cerâmica - vasos quase inteiros, mas partidos) no seu interior, e áreas com combustões localizadas e muito discretas. Embora nalgumas áreas se tenham preservado estruturas da Idade do Ferro, sobretudo porque se encaixaram no Empedrado, elas não coincidem com o corte que aqui publicamos. A UE [4] representa aqui, digamos, os estratos da superfície com diferentes graus de revolvimento.

Tal complexidade estratigráfica obrigou ao agrupamento das cerâmicas (e outros materiais) em grupos estratigráficos, que atenderam tanto à estratificação registada como aos revolvimentos. Podem ser observados na imagem da Fig. 9 que publicamos aqui para contextualizar a recolha de cerâmicas campaniformes. Assim, o Grupo Estratigráfico (GE) 5, onde se recolheram dois fragmentos campaniformes, corresponde à ocupação calcolítica preservada que envolve estratigraficamente a Estrutura Pétrea 2, de configuração subcircular, constituída por pedras fincadas no solo, e onde se recolheu, já no seu extremo superior, um fragmento campaniforme. Obteve-se uma data de C14, proveniente do topo superior de uma lareira coeva desta estrutura: Ua - 22284: 2850-2469 AC (27), datando assim o contexto onde surgem, em uso e não em deposição, cerâmicas campaniformes. O GE 4 refere-se ao empedrado calcolítico, incluindo fundação, uso e encerramento, como explicámos acima. Encontram-se assim abundantes materiais arqueológicos no GE 4 – entre os quais 25 fragmentos campaniformes (Quadro 1). Aliás este elevado número (que representa c. de 25% do total das cerâmicas campaniformes) como que “replica” a representatividade das cerâmicas deste grupo relativamente aos restantes, já que o GE 4 regista c. de 21 % da cerâmica desta plataforma<sup>8</sup>. O GE 3/4 diz respeito a contextos muito revolvidos, onde materiais calcolíticos convivem com materiais da Idade do Ferro. Deste grupo provêm quatro fragmentos campaniformes (e este grupo representa, no conjunto de cerâmicas deste sítio, 6%). O GE 2 refere-se sobretudo a contextos da Idade do Ferro (com c. de 7% das cerâmicas), permanecendo, contudo, alguns materiais calcolíticos, nomeadamente 21 fragmentos campaniformes (que representa, então, 21%). O GE 1 corresponde ao topo do empedrado, constituído por sedimentos extremamente revolvidos e antigas camadas vegetais, e o GE 0, por sua vez, refere-se à camada vegetal actual, tendo-se recolhido nestes grupos 28 e 20 fragmentos, respectivamente. Porém, destes 20 fragmentos, 13 provêm já da camada vegetal do Talude, para onde terão “escorregado” do seu lugar de origem: a plataforma. No GE 0 e GE 1 estão 27% e 15%, respectivamente, dos materiais cerâmicos da área norte (e 20% e 28% dos campaniformes, respectivamente). É assim de supor que a maioria dos fragmentos campaniformes estivesse no Empedrado, nos seus momentos de encerramento (pois podem ter sido vários) e que, por revolvimentos posteriores, e mesmo “decapitação” desse Empe-

<sup>8</sup> As % indicadas aqui referem-se à representatividade relativa do total de cerâmicas de cada grupo (GE) no conjunto dos fragmentos recolhidos nesta plataforma. Constam na Dissertação de Mestrado de Andrea Perez Iglesias (em redacção), a quem agradecemos.

drado, tenham vindo a depositar-se nas camadas revolvidas dos grupos estratigráficos 3, 2, 1 e 0 (e ainda sobre o Talude). Concorre para esta interpretação o facto de no GE 2 (com estruturas da Idade do Ferro) somente se registar c. de 7% da cerâmica desta área norte (PSN), exibindo, contudo, c. de 21% dos fragmentos campaniformes. Na realidade, as estruturas da Idade do Ferro “encaixaram-se” no Empedrado, revolvendo-o em variadas áreas de modo que a maioria da cerâmica deste grupo se inscreve nas formas e decorações calcolíticas e não nas da Idade do Ferro. Mesmo assim, pelo facto de aparecerem também dois fragmentos na camada de ocupação [41] - GE 5 - o campaniforme deverá ter participado de outros usos que não somente os da condenação. O seu uso na condenação, embora possa ter interpretações diversas, parece-nos assim provado, embora a sua presença tanto se possa dever à deposição de fragmentos socialmente reconhecíveis como tal, com significado/ valor simbólico comunitário, ou decorrentes do uso de terras “de empréstimo” onde jaziam como “lixo”. A este “lixo” poderia ter sido, ou não, atribuído valor social.

Dos 101 fragmentos campaniformes recolhidos é possível identificar um número mínimo de 28 recipientes. O estado de conservação das cerâmicas é genericamente mau, o que dificulta bastante a correlação entre fragmentos do mesmo recipiente e impossibilita mesmo, em muitos casos, a identificação da organização decorativa. Trata-se de um conjunto em que 75% dos fragmentos têm uma dimensão igual ou inferior a 3cm de diâmetro e apenas 5% são fragmentos médios, com mais de 5cm de diâmetro. Somente 9% apresentam as suas arestas angulosas, sendo que os restantes têm arestas erodidas (52%) ou muito erodidas (39%). Quanto ao estado de conservação das superfícies a tendência mantém-se, com 65% dos fragmentos a apresentar superfícies corroídas.

**QUADRO 1**

Estado de conservação das cerâmicas campaniformes da PSN - números absolutos									
Grupos estratigráficos	Tamanho			Arestas			Superfícies		Total
	T1	T2	T3	A1	A2	A3	C1	C2	
<b>0</b>	13	7	0	9	10	1	15	5	20
<b>1</b>	19	9	0	12	13	3	17	11	28
<b>2</b>	19	2	0	9	10	2	15	6	21
<b>¾</b>	1	0	0	1	0	0	1	0	1
<b>3/5</b>	2	1	0	0	2	1	0	3	3
<b>EP2</b>	1	0	0	1	0	0	1	0	1
<b>4</b>	20	3	2	6	17	2	15	10	25
<b>5</b>	1	1	0	1	1	0	1	1	2
<b>TOT</b>	76	23	2	39	53	9	65	36	101
<b>AL</b>									
<b>%</b>	75.3	22.8%	1.9%	38.6%	52.2%	8.9%	64.4%	35.6%	100%

**Legenda:** T1: <3cm; T2: 3cm-5cm; T3: 5cm-8cm | A1: arestas muito erodidas; A2: arestas erodidas; A3: arestas angulosas | C1: superfícies corroídas; C2: superfícies não corroídas

**Quadro 1:** Estado de conservação dos fragmentos campaniformes da Plataforma Superior Norte

Merece que destaquemos aqui o estado de conservação do campaniforme no GE 4 em comparação com o restante conjunto cerâmico desse grupo pois se refere a uma estrutura construída (e reconstruída ainda que em momentos sucessivos). Ora, também aqui c. de 80% dos fragmentos campaniformes têm uma dimensão igual ou inferior a 3 cm, e somente 8% são médios, com 5 cm

a 8 cm; e no que respeita à conservação das arestas, unicamente 8% as tem bem conservadas, estando 90% corroídas ou semi corroídas. As superfícies estão predominantemente mal conservadas (60%). Estes valores, se comparados com os da restante cerâmica<sup>9</sup> deste GE 4, mostram as mesmas tendências gerais na conservação das arestas e no estado de conservação das superfícies. Todavia, a cerâmica campaniforme exhibe valores claramente mais elevados nas categorias de fragmentos de tamanho muito pequeno (80% no campaniforme para 38% no total do grupo), portanto uma maior fragmentação. De igual modo não se registam fragmentos de grandes dimensões, ao contrário do conjunto deste grupo onde, embora em baixas % (em torno a 2%), dizem respeito a deposições comprovadas de partes substantivas de vasos de média e grande dimensão.

Na realidade, os valores apontados acima para a fragmentação necessitam de ser lidos com algumas nuances. Com efeito, o tamanho reduzido dos recipientes campaniformes provocará predominantemente fragmentos mais pequenos do que aqueles registados numa colecção onde existem, além de recipientes de pequena e média dimensão, outros também grandes. Não podemos assim afirmar que os recipientes campaniformes foram sujeitos a uma fragmentação mais substantiva que os restantes, nem que, por serem pequenos, não tenham sido objecto de deposição intencional.

Verifica-se também um elevado grau de dispersão dos fragmentos pertencentes ao mesmo recipiente, que podem distar entre 6 m a 10 m. Porém, a dispersão dos fragmentos não se verifica unicamente a um nível horizontal, entre quadrados, mas também verticalmente. Os recipientes cujo contexto se encontra apenas num GE estão representados, na maior parte dos casos, por um único fragmento. De facto, contabilizou-se um elevado número de fragmentos “órfãos” (cerca de 38, que representam aproximadamente 38%). Estas características não são exclusivas das cerâmicas campaniformes, podendo ser explicadas por causas que se prendem, antes de mais, e como já referimos atrás, com os revolvimentos da Idade do Ferro, e, nos casos de contextos calcolíticos preservados desta PSN, com o próprio processo construtivo do Crasto na Pré-história, como seria o caso do Empedrado [GE 4]. Estudos realizados sobre a construção arquitectónica da Plataforma Inferior/ Recinto Inferior, apontam para um constante revolvimento e transporte de terras e materiais arqueológicos entre diferentes áreas do Crasto nas consecutivas acções de reconstrução das suas estruturas. Se esse dinamismo construtivo se verificou também na Plataforma Superior (hipótese que está a ser investigada no contexto de uma Dissertação de Mestrado<sup>10</sup>), estamos certos de que os sedimentos e materiais arqueológicos deste recinto não foram transportados para outras áreas do Recinto Inferior, uma vez que somente aqui se encontram fragmentos campaniformes. Admite-se igualmente que, a par da sua utilização como elemento construtivo (particularmente nos contextos de encerramento da plataforma), os fragmentos campaniformes possam ter sido integrados em performances de deposição e / ou fragmentação intencional *in situ* (em cujas acções a manipulação tanto poderia incidir nos próprios fragmentos, como nos recipientes ou parte deles), tal como se verificou com outras cerâmicas em diferentes áreas do Crasto de Palheiros, e tal como se verificou também no Empedrado da área leste do Recinto Inferior.

### 2.3.3

No que respeita à estilística decorativa da cerâmica campaniforme há um maior barroquismo e maior diversidade estilística no conjunto da área norte, além de que aqui surgem ainda decorações com incrustação a pasta branca, bastante difícil de controlar durante o processo de fabrico,

<sup>9</sup> O conjunto cerâmico do GE 4 conta com c. de 2500 fragmentos cerâmicos.

<sup>10</sup> Dissertação de Mestrado de Andrea Perez Iglesias (em redacção), a ser defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

mas que conferiria aos recipientes uma visibilidade muito peculiar (Fig. 13 e 15). Há realmente um grande investimento no fabrico e decoração destas cerâmicas, que exigiriam um particular “conhecimento do modo de as fazer”. A cerâmica do complexo Marítimo distribui-se da seguinte forma: Herringbone: sete recipientes; Marítimo de bandas: 3 recipientes; Marítimo linear: um recipiente; Geométrico: 17 recipientes. Destaca-se a Organização Decorativa (OD) [XXV8] (Fig. 13.3 e 15.4), pertencente à variante geométrica, exclusiva desta área do Crasto e inédita no plano regional. Observe-se que esta decoração, muito rara, é desconhecida no norte de Portugal / Galiza e também na Estremadura portuguesa, sendo, apesar de tudo, conhecida em locais bastante distantes do Crasto, como é o caso da região de Madrid/nascente do Tejo - “cabana” 3 da extenso (20 ha) Recinto de fossos de Camino de las Yeseras (Lettow-Vorbeck, C.L. *et alii*. 2013, Fig. 8) e, particularmente, Baixo Guadalquivir - Calle Trabajadores, que é uma das áreas do inusitadamente grande (450 ha), e também, recinto de fossos de Valencina de la Concepción (Sevilla) (Inácio, N. *et alii*, 2017: 292-293; Scarre, C.; Wheatle, D., 2017). Surge em ambos os sítios associada a deposições de ossos humanos e, em Calle de los Trabajadores, complementarmente, ao encerramento intencional de uma estrutura que presumimos tenha tido outras funções que não “funerárias”. Temos de aceitar também a possibilidade de existirem recipientes campaniformes lisos, tal como acontece na área leste, porém, o estado fragmentário do conjunto cerâmico não o permite confirmar.

Dos 28 recipientes campaniformes (clássicos) identificados foi possível reconstituir a forma de poucos deles. Estão assim presentes uma taça aberta de ombro – tipo [9], associada à variante geométrica, e formas campaniformes tradicionais, de perfil em S - tipo [10], que se associa ao complexo marítimo na sua variante linear e Herringbone. Encontra-se também aqui o tipo [8]. Reconstituiu-se ainda uma taça aberta e alta, associada à variante geométrica que, por não ser “de ombro”, se integrou provisoriamente no tipo 12 (Fig. 12).

A área norte, em termos decorativos, é bastante distinta tanto da área leste como das restantes áreas do Crasto, devido sobretudo à exiguidade de cerâmicas impressas penteadas (tanto organizações simples como complexas) que, por sua vez, dominam naquelas áreas (e onde representam c. de 70% das cerâmicas decoradas). Outros estilos e organizações mais tradicionais do fundo neolítico dominam aqui (incisas e impressas), mas nem por isso estamos perante decorações e organizações decorativas repetitivas, antes muito variadas. Merecem destaque também as organizações decorativas metopadas (com técnica incisa e/ou impressa) e, de igual modo, a elevadíssima % de cerâmica decorada, no que segue a tendência observada em toda a estação. Refira-se ainda que foi também exumado um fragmento, bastante corroído, com um motivo solar e que as cerâmicas do “campaniforme inciso” são vestigiais aqui e somente surgem nos níveis de revolvimento superior. De fazer notar ainda que no interior da [EP2], e fazendo parte da sua condenação, se exumou somente um vaso quase inteiro, acampanulado, de tendência subcilíndrica (similar ao tipo [6] do Buraco da Pala, nível I), decorado precisamente segundo a técnica de impressão penteada, organizada em métopas, isto é, uma OD [I2c1] considerada muito evolucionada no contexto regional<sup>11</sup>, como temos vindo a repetir (Sanches, M.J. (ed.), 2008:182). O fragmento de campaniforme desta estrutura da área norte [EP2] encontrava-se já nos sedimentos do topo da sua condenação. Porém, se é verdade que os fragmentos campaniformes se relacionam estratigraficamente, na grande maioria, com contextos da Idade do Ferro, é a relação com os restantes materiais calcolíticos que deve ser privilegiada do ponto de vista interpretativo. Importa então marcar aqui duas ideias: (i) na parte inferior do grupo estratigráfico 5 só ocorrem cerâmicas mais

11 Recipiente 8378 da PSN. A comparação com a estratigrafia calcolítica do Buraco da Pala (níveis I e II) torna-se pertinente dada a proximidade espacial das duas estações e a similitude nas formas e decorações. Também é de destacar a semelhança desta estilística com a da região de Chaves - V<sup>a</sup> P<sup>a</sup> de Aguiar.

conservadoras, morfológica e estilisticamente pertencentes ao fundo neolítico regional, com ausência, também, de cerâmicas penteadas e/ou campaniformes (impresso ou inciso), à semelhança do que fora registado nos níveis mais antigos da área leste deste recinto; (ii) no topo deste grupo estratigráfico e no GE 4 (Empedrado), surgem campaniformes e decorações mais complexas, entre as quais se encontram as penteadas que, embora permanecendo raras, exibem organizações decorativas consideradas regionalmente já evolucionadas (como o vaso da [EP2]). Assim, os dois “momentos” temporais e construtivos da área leste também se vislumbram aqui, e concorrem para a mesma hipótese colocada atrás: a de que a ocupação com campaniforme se relacionará com a ampliação das construções, nomeadamente a criação de alguns troços do grande talude inferior (na área leste, por ex.) que, após terminado no seu perímetro, originará o Recinto Inferior tal como se nos apresenta na actualidade.

**QUADRO 2**

Sítio arqueológico	Tipo de sítio	Laboratório	Datação BP	Cal. 2 $\sigma$ a.C.	Contexto
Buraco da Pala	Abrigo	ICEN-310	4120 $\pm$ 80	2881-2488	Nível I
		ICEN-311	4120 $\pm$ 50	2875-2501	Nível I
		GrN-19101	3955 $\pm$ 25	2558-2346	Nível I
Craсто de Palheiros	Recinto monumental	CSIC-1216	3729 $\pm$ 39	2279-1985	Recinto superior / PSL - Lx.9
		CSIC-1280	4087 $\pm$ 34	2860-2490	Recinto superior / PSL - Lx. 20.4
		Ua-22284	4035 $\pm$ 45	2849-2466	Recinto superior / PSN - Lx. 40.1 (GE 5A)
		CSIC-1617	4046 $\pm$ 29	2830-2470	Recinto inferior / PIL - Lx. 41.2
		Ua-18528	4060 $\pm$ 50	2860-2470	Recinto inferior / PIL - Lx. 112
		Ua-22212	4065 $\pm$ 45	2869-2475	Recinto Inferior / PIL - Lx. 109.2
Fraga da Pena	Recinto monumental	Sac-1543	3710 $\pm$ 60	2282-1922	Setor 1, UE [3]
		ITN-Lum 41	4010 ( $\pm$ 200)	4210-3810	Setor 1, UE [3]
		ITN-Lum 42	3999 ( $\pm$ 200)	4199-3799	Setor 1, UE [3]
		ITN-Lum 43	4007 ( $\pm$ 200)	4207-3807	Setor 1, UE [3]
		ITN-Lum 44	3989 ( $\pm$ 200)	4189-3789	Setor 1, UE [3]
Forca	Recinto de fossos	Beta-258088	3980 $\pm$ 50	2828-2308	UE [662]

**Quadro 2:** Datações de contextos com campaniforme disponíveis para o norte de Portugal / bacia do Douro. As datas de C14 foram calibradas pelo programa CALIB 7.04, conforme curva atmosférica IntCal13 (Reimer et al. 2013).

### QUADRO 3

Sítio arqueológico	Tipo de sítio	Laboratório	Datação BP	Cal. 2 $\sigma$ a.C.	Contexto
A Chan de Coiro	Povoado	CSIC?	3830 $\pm$ 80	2479-2036	presumível fundo de cabana
A Gândara	Povoado	CSIC-1265	4095 $\pm$ 42	2868-2495	depósito no interior de fosso
A Lagoa	Povoado	CSIC-900	3030 $\pm$ 50	1411-1127	PA 45.01
		CSIC-901	3140 $\pm$ 70	1605-1220	PA 45.01
		CSIC-899	3900 $\pm$ 70	2571-2150	PA 45.04
		CSIC-1000	3800 $\pm$ 30	2338-2139	PA 45.04
		Beta-74272	3820 $\pm$ 60	2466-2059	PA 44.04
Cartas de Vilar 4	Povoado	CSIC-1383	4027 $\pm$ 28	2619-2474	depósito no interior de uma fossa
O Fuxiño	Povoado	CSIC-2087	3370 $\pm$ 25	1740-1615	fossa circular com carvões
		CSIC-2089	3325 $\pm$ 26	1683-1529	fossa circular com carvões
		CSIC-2090	3292 $\pm$ 27	1626-1505	fossa circular com carvões
Setepias	Povoado	Ua-21849	3670 $\pm$ 45	2197-1928	área 3, interior de vala da E-2
		Ua-21850	2985 $\pm$ 50	1388-1051	área 4, interior de vala da E-9
Zarra de Xoa-cín	Povoado	Ua-21692	3925 $\pm$ 45	2568-2286	interior de estrutura pétreia
		CSIC-1857	4232 $\pm$ 33	2911-2697	possível estrutura de combustão
Montenegro	Povoado	CSIC-1986	3813 $\pm$ 52	2461-2064	UE [362]
	Povoado-cerimonial	Ua-23589	4120 $\pm$ 40	2871-2577	interior de cabana dentro do recinto circular do povoado
		Ua-23591	4125 $\pm$ 40	2872-2579	depósitos que colmatavam vala de uma cabana oval, similar à anterior
A Devesa de Abaixo	Cerimonial	Beta-278856	4200 $\pm$ 40	2899-2638	depósito da estrutura funerária ADA-07
Guidoiro Areoso	Cerimonial	GrN-16108	4020 $\pm$ 40	2833-2465	concheiro de um paleosolo da sondagem II (estrutura funerária ?)
Monte de Os Remedios	Cerimonial	UA-33140	4240 $\pm$ 40	2919-2679	sedimento de vala perimetral da cabana circular
		UA-33143	4150 $\pm$ 40	2879-2589	sedimento e carvões de lareira da cabana circular
Saídos das Rozas	Cerimonial	CSIC-1131	4219 $\pm$ 32	2905-2680	depósito do interior de uma fossa
Devesa do Rei	Cerimonial	Ua-21686	3555 $\pm$ 45	2022-1763	resíduos do interior de um recipiente
A Forxa	Funerário - cista	Ua-21691	3370 $\pm$ 45	1765-1530	resíduos do interior de um recipiente
Agro de No-gueira	Funerário - cista	Beta-231718	3930 $\pm$ 40	2565-2293	ossos humanos procedentes de pequena cista da necrópole

A Madorra da Granxa	Funerário - dólmen	CSIC-1375	3329±27	1684-1530	lareira entre as pedras da cobertura interna do túmulo
		CSIC-1377	3246±28	1610-1448	lareira entre as pedras da cobertura interna do túmulo
Dombate - Fase III	Funerário - dólmen	CSIC-892	4230±70	3011-2584	encerramento do monumento com laje vertical na entrada do corredor
		CSIC-948	4200±30	2893-2678	exterior do túmulo
Dombate - Fase IV	Funerário - dólmen	CSIC-962	4020±30	2619-2471	exterior do túmulo; utilização do monumento em época campaniforme
		CSIC-1066	4090±60	2872-2489	exterior do túmulo
		UtC-3201	3950±60	2619-2213	interior da câmara
Cameixa	Funerário - fossa	UtCNr-7276	3778±40	2339-2041	sedimento do interior de recipiente
Fraga do Zorro	Funerário - fossa	CSIC-1201	3438±43	1880-1644	sedimento do nível interior da fossa A5
A Romea	Funerário - túmulo	Ua-20003	4265±50	3019-2679	parte inferior da segunda tumulação, próximo do acesso à câmara
Campiños 6	Funerário - túmulo	GrN-14328	4300±60	3096-2698	bloqueio da entrada
Coto dos Mouros	Funerário - túmulo	CAMS-83116	3830±60	2469-2064	pintura em ortóstatos
Cotogrande 5	Funerário - túmulo	GrN-19565	4065±50	2862-2473	base do túmulo; ligado ao desmantelamento da câmara
Forno 5 dos Mouros	Funerário - túmulo	Ua-21689	3565±40	2025-1773	derrube dos limites da couraça sobre a zona do corredor - UE [030]
Illade 3	Funerário - túmulo	GrN-19213	3855±60	2473-2142	fossa sobre túmulo que cobre uma sepultura antiga; fossa com estela
Illade 5	Funerário - túmulo	Beta-51901	4000±120	2877-2206	fossa secundária
Mourela 7	Funerário - túmulo	CSIC-977	3820±35	2456-2142	solo da câmara
Reboredo 1	Funerário - túmulo	GrN-19214	3820±70	2469-2043	lareira junto à câmara

**Quadro 3:** Datações de radiocarbono disponíveis para contextos campaniformes da Galiza, calibradas pelo programa CALIB 7.04, conforme curva atmosférica IntCal13 (Reimer et al. 2013) (baseado em Prieto-Martínez, M.P., 2011:359-361, com adaptações).

#### 2.3.4

Em síntese, no Recinto Superior verificamos que, dentro do conjunto das cerâmicas decoradas, o campaniforme clássico representa 5,2% na área leste. Já na área norte é de 3.6%. São percentagens muito baixas, o que, aliado ao contexto de proveniência, à qualidade das pastas, ao acabamento e à exuberância na decoração nos permite, com toda a propriedade, interpretá-las como cerâmicas de excepção.

Se somarmos o conjunto do campaniforme inciso, representado aqui pelos vasos de tipo [8], aos campaniformes ditos “clássicos”, perfazem c. de 10% do total das cerâmicas. Neste somatório os campaniformes correspondem a 5,4 % e os recipientes de tipo [8] correspondem a 4,6%, o que mostra, apesar de tudo, a elevada representatividade deste campaniforme inciso. Relativamente às suas dimensões verificamos que os vasos de tipo [8], por serem muito pequenos (variam, em litragem, entre 0,47 e 1,164 litros), parecem ser copos de beber. Já a variação dos campaniformes é um pouco maior: entre 0,94l e 5,75 l, mas também aqui dominam os de reduzida dimensão. São, aparentemente, recipientes destinados ao consumo, colectivo ou individual, pois nem uns nem outros apresentam vestígios de ir ao lume, tal como na área leste.

Além do campaniforme inciso [11a], distribuem-se ainda e igualmente por todas as áreas do Crasto (ambos os recintos) os estilos que traduzem versões locais campaniformes, mormente as bandas penteadas aditivas [V5] (ver sua ilustração em Fig.20- 1,2,4,5,6,7), bem como as métopas desenhadas a pente, já que ambas se encontram frequentemente associadas a recipientes cuidados. Tal facto diferencia verdadeiramente os contextos espaciais de uso da cerâmica campaniforme impressa, dita “clássica”, no Crasto.

Ainda no que respeita às sequências estilísticas, importa salientar, porém, que ao contrário daquilo que se verifica no Recinto Superior, nos contextos pré-históricos (preservados) do Recinto Inferior não é viável nem aceitável estabelecer do ponto de vista estratigráfico “momentos estilísticos”, ou seja, não é possível identificar sequências construtivas ou estratigráficas com base na caracterização da morfologia e da decoração da cerâmica, o que poderia isolar “momentos” mais conservadores. Em todos os contextos do Recinto Inferior leste há um convívio muito equilibrado em termos percentuais entre estilísticas tradicionais e estilísticas evolucionadas (Amorim, I., 1999 e Barbosa, M.H., 2015). Se, pelo contrário, podemos fazê-lo no Recinto Superior, tal facto suporta também, a nosso ver duas explicações, não excludentes, mas, outrossim, complementares. Por um lado, o Recinto Superior seria realmente mais antigo que o Inferior (facto a que as datas absolutas também parecem dar suporte), manifestando-se ali uma estilística cerâmica mais conservadora, porque mais antiga. Por outro, decorrente em parte da anterior, teria havido uma maior estabilidade arquitectónica e menos dinamismo construtivo e reformulativo desta área. Pelas características naturais e arquitectónicas do Recinto Superior e pelas particularidades ao nível da estilística cerâmica, acreditamos que este seria um espaço reservado a práticas sociais especiais, sazonais ou calendarizadas, sendo de admitir por isso uma lógica construtiva diferenciada nesta área, possivelmente mais conservadora. Mas essa diferenciação, fazemos notar, não se verifica em quaisquer outros aspectos das materialidades exumadas (moinhos, percutores, adornos, instrumentos de cobre ou mesmo macrorrestos), nem mesmo nas práticas de deposição, que abrangem tanto o Recinto Superior como o Inferior.

Com efeito, o leque cronológico do Recinto Inferior na sua zona leste - 2700 a 2500 AC (média cumulativa a 2 $\sigma$ ) - corresponde sumariamente ao intervalo que inscreve a cronologia absoluta campaniforme do Recinto superior (Fig. 10 e Quadro 2). Nesta base, e com a devida cautela, motivada pelas margens de erro das datas de C14, podemos colocar como hipótese muito viável, a fundação da mega construção que é o Crasto calcolítico ainda no primeiro quartel do 3º mil. AC, tal como referimos anteriormente.

Não descartando as propostas anteriores devemos adiantar que, como uma de nós (MJS) já fez notar em anteriores publicações, o Crasto não seria um local de habitação permanente, ou seja, “um povoado” na sua acepção mais clássica, admitindo, contudo, que dada a necessidade de contínua manutenção e restauro de arquitecturas, aí pudesse permanecer, de modo contínuo, um pequeno grupo de pessoas durante todo o ano. Seria antes um local de agregação regional. Ad-

mite-se assim, e de igual modo, que os seus diferentes espaços, não tivessem sido de “ocupação contínua”, não interrompida, ao longo de cerca de um milénio, mas antes que as diferentes áreas poderiam ter tido elas próprias “uma biografia” ocupacional, inscrita na dinâmica de povoamento regional (onde pontuam povoados, abrigos com pintura e/ou destinados a funções comunitárias calendarizadas, percursos, campos cultivados) e nas diferentes funções, papéis e performances que o Crasto ia desempenhando nesse processo histórico de longa duração. Esta interpretação (a não ocupação de forma continuada de todas as áreas) tem sido, aliás, defendida para outros recintos peninsulares e europeus, pelo que não constitui uma situação isolada, relativa a estes grandes locais agregadores de populações à escala regional.

### **3. DISCUSSÃO. CONTEXTOS COM CAMPANIFORME NO NORTE DE PORTUGAL/BACIA DO DOURO**

#### 3.1.

Relativamente ao norte de Portugal/ baixa bacia do Douro, a análise do Quadro 4 e mapa da Fig. 16 permite desenvolver algumas ideias que importa reter. Trata-se de uma região com uma grande diversidade geomorfológica e climática, mas pode ser sintetizada em duas “geografias”: uma litoral, atlântica, e outra interior, continental.

Contabilizaram-se 55 sítios com cerâmicas campaniformes, que podem globalmente ser divididos em duas grandes categorias: sítios funerários – dólmenes, mamoa e *cairns* (34 casos), e sítios não funerários – povoados, recintos monumentais, recintos de fossos, abrigos / grutas e outros sítios de difícil caracterização (21 casos). A opção de circunscrevermos o nosso estudo unicamente a estas duas categorias assenta em grande medida na importância que os contextos funerários tiveram no quadro das relações sociais e simbólicas desde o 5º e 4º mil. AC, devendo por isso ser enfatizados. Por outro lado, há uma variabilidade tipológica muito grande entre os contextos não funerários. Optámos assim por não os subdividir em sítios domésticos e sítios cerimoniais por reconhecermos que muitos deles desempenharam múltiplos papéis e tiveram variadas funções em simultâneo, pelo que seria muito redutor categorizá-los dessa forma. Os próprios sítios funerários terão sido, também, palco de acções de cariz ritual que não se relacionariam somente com a deposição de cadáveres ou de parte deles, mas também de artefactos. Além do mais, tendo em conta a multiplicidade de práticas sociais conectadas com cada um dos sítios, algumas das quais até decorrentes da sua própria longevidade e biografia, esta é uma forma de organização que permitiria a sua mais imediata comparação com outros sítios e materiais publicados por outros autores.

Feita a análise do Quadro 4, destacamos o que se segue.

Se é verdade que existe uma maior concentração de sítios arqueológicos com campaniforme no litoral, à semelhança do que se verifica noutras regiões peninsulares (como na Galiza, onde se contabilizam hoje mais de cem sítios arqueológicos com cerâmicas campaniformes), tal facto deve-se a um maior investimento em obras públicas que levam a uma também maior intervenção da designada Arqueologia de salvaguarda. Contudo, à medida que aumentam as escavações em área em sítios do interior, verificamos que a presença de cerâmica campaniforme nestes sítios regista frequências muito semelhantes às da área litoral (o que se verifica também na Galiza interior), levando-nos a acreditar que a dispersão do campaniforme tende a ser regular, ou então que não vislumbramos ainda tendências claras na dispersão geográfica. Assim, por ex., a prospecção sistemática, sondagens e escavações realizadas na província de Orense (e noutras províncias) relacionada com a instalação do gasoduto Coruña-Vigo, revelaram uma inusitadamente elevada den-

sidade de sítios com campaniforme, merecendo destaque até vários daqueles que se relacionam com arte rupestre gravada (arte atlântica e esquemática) (por ex. Fraga das Ferraduras, Amoeiro) (Seoane-Veiga, Y., Prieto-Martínez, M.P. & Dal Zovo, C., 2013). Porém, no território a oriente do rio Tua, mesmo tendo sido ali feitas diversas escavações arqueológicas em *open area*, e mesmo prospecção sistemática na área inundada pelo albufeira do rio Sabor (ex. Pido, Vale da Bouça, ou mesmo Crestelos)<sup>12</sup>, não se identificou cerâmica campaniforme. Estilísticas tradicionais, ou então híbridas / imitações de Ciempozuelos/ Palmela, estão presentes na Lorga de Dine, a par de alguns artefactos metálicos (Sanches, M.J. 2018, no prelo). Outras estações revelaram igualmente artefactos que noutras paragens se associam ao campaniforme “mais tardio”, como um punhal, uma ponta de Palmela, um machado plano e um anel em osso nas grutas do vale do Angueira, Miranda do Douro, embora aqui se façam acompanhar de cerâmica impressa penteada simples, característica do período regionalmente “mais arcaico” (Sanches, M.J., 1992).

**QUADRO 4**

Sítio arqueológico	Concelho	Tipologia	Estilo campaniforme	Ref. bibliográfica
Mamoa 1 da Portela Do Pau	Melgaço	Dólmen sem corredor	Marítimo: linear; geométrico	Jorge et <i>alli.</i> , 1997
Mamoa 3 da Portela do Pau	Melgaço	<i>Tumulus</i> sem estruturas megalíticas	Geométrico	Jorge et <i>alli.</i> , 1997
Dólmen da Barrosa	Caminha	Dólmen de corredor	Geométrico (?)	Jorge, 1986; Cruz, 1992
Mamoa de Aspra	Caminha	Mamoa/ <i>tumulus</i>	Marítimo: de bandas; geométrico	Cruz, 1991
Chã de Arcas 1	Arcos de Valdevez	Mamoa/ <i>tumulus</i>	Marítimo: linear	Jorge, 1986; Cruz, 1992
Dólmen da Pedreira/S. Romão do Neiva 1	Viana do Castelo	Dólmen de corredor	Marítimo	Bettencourt, 2009
Mamoa de Eireira	Viana do Castelo	Dólmen de corredor	Marítimo: de bandas	Cruz, 1992; Bettencourt, 2011
Mamoa de Chafé	Viana do Castelo	Dólmen sem corredor	Marítimo: de bandas	Jorge, 1986; Cruz, 1992; Silva, 2003
Mamoa do Carreiro da Quinta	Vila Verde	Dólmen sem corredor	Geométrico	Sampaio et <i>alli.</i> , 2013
Alto da Maronda	Vila Verde	Mamoa/ <i>tumulus</i>	Marítimo: geométrico	Bettencourt, 2011
Antela da Portelagem	Esposende	Dólmen de corredor	Geométrico	Bettencourt, 2009; Bettencourt, 2010
Bouça do Rapido 3	Esposende	Dólmen de corredor	Marítimo	Bettencourt, 2009
Lugar de Vargo	Fafe	Funerário ???	Geométrico	Bettencourt, 1991/92
Mamoa de Guihabreu	Vila do Conde	Mamoa/ <i>tumulus</i>	Marítimo: linear	Jorge, 1986; Cruz, 1992

<sup>12</sup> Informação de Rita Gaspar (a quem agradecemos), no decurso dos trabalhos de campo e de estudo dos materiais.

Mamoa 2 do Leandro	Maia	Dólmen de corredor	Marítimo: de bandas (C/ZM)	Valera & Antunes, 2008; Bettencourt 2010; Harrison, 1977
Mamoa 5 do Leandro	Maia	Dólmen de corredor	Marítimo: linear	Bettencourt, 2010; Bettencourt, 2011
Chã do Carvalhal 1	Marco de Canaveses	Mamoa/ <i>tumulus</i> com câmara de tipo cista	Marítimo: geométrico; inciso; Palmela; não decorado	Jorge, 1986; Cruz, 1992
Dólmen 1 de Chã Parada	Baião	Dólmen de corredor	Marítimo: linear; geométrico	Jorge, 1986; Cruz, 1992
Mamoa de Vale de Juros	Baião	Dólmen sem corredor	Geométrico	Cruz, 1992; Carneiro <i>et alli.</i> , 1987
Mamoa de Outeiro de Ante 2	Baião	Dólmen sem corredor	Geométrico	Jorge, 1986; Cruz, 1992
Monte Maninho/ Mamoa de Chã do Carvalhal 3	Baião	Dólmen sem corredor	Geométrico	Cruz, 1987
Mamoa 1 de Madorras	Sabrosa	Dólmen de corredor	Marítimo: linear; geométrico [Ciempozuelos/ Palmela (?)]	Jorge, 1986; Cruz, 1992; Gonçalves & Cruz, 1994
Mamoa Estante 2	Alijó	Mamoa/ <i>tumulus</i> (com câmara de tipo cista?)	Marítimo: geométrico (?)	Nunes, 2003
Mamoa 2 de Carvalhelhos	Boticas	Mamoa/ <i>tumulus</i>	Inciso	Jorge, 1986; Cruz, 1992
Mamoa 1 de Carvalho Mau	Castelo de Paiva	Mamoa/ <i>tumulus</i>	Marítimo: geométrico (?)	Silva, 1995
Orca de Seixas	Moimenta da Beira	Dólmen de corredor	Marítimo: de bandas	Cruz, 2001:185
Monumento 1 do Rapadouro	Vila Nova de Paiva	Mamoa/ <i>tumulus</i> com câmara de tipo cista	Geométrico	Cruz, 2001: 183-185,196
Monumento 3 do Rapadouro	Vila Nova de Paiva	Mamoa/ <i>tumulus</i> com câmara de tipo cista	Marítimo: linear	Cruz, 2001:
Castonairas 1 (Orca das Castonairas)	Vila Nova de Paiva	Dólmen de corredor	Marítimo: linear; não decorado	Senna-Martinez & Pedro, 2000; Cruz, 2001:185
Dólmen 1 de Chão de Brinco	Cinfães	Dólmen de corredor	Marítimo	Senna-Martinez & Pedro, 2000
Orca de Pendilhe	Vila Nova de Paiva	Dólmen de corredor	Geométrico	Cruz, 2001:185

Orca do Porto Lamoso ou dos Moinhos de Rua	Vila Nova de Paiva	Dólmen de corredor	Marítimo: de bandas e linear	Cruz, 2001; Gomes & Carvalho, 1993
Orca de Forles	Satão	Dólmen de corredor	Marítimo: de bandas	Cruz, 2001:185,
Penedo do Com	Penalva do Castelo	Dólmen de corredor	Marítimo: de bandas	Gomes & Carvalho, 1993
Castelo de Fraião	Valença	Povoado (?)	Marítimo: linear (?)	Almeida <i>et alli.</i> , 1995
Monte da Penha	Guimarães	Povoado (?)	Geométrico	Sampaio <i>et alli.</i> , 2009; Bettencourt, 2011
Estela	Póvoa do Varzim	Povoado	Não decorado	Bettencourt, 2011
Bouça da Cova da Moura	Maia	Recinto megalítico (?)	Geométrico; inciso	Bettencourt, 2010a; Bettencourt <i>et alli.</i> , 2012
Leandro 3	Maia	Povoado (?)	Geométrico	Bettencourt, 2011
Forca	Maia	Recinto de fossos	Cordado misto (C/ZM)	Bettencourt, 2010a; Bettencourt, 2011
Tapado da Caldeira	Baião	Povoado	Marítimo: linear; geométrico; inciso (Ciempozuelos)	Jorge, 1980; Cruz, 1992
Pedreira	Alijó	Povoado	Marítimo: linear/ de bandas (?)	Inédito. Inf. de Joana C. Teixeira
Regadas	Alijó	Povoado	Marítimo: de bandas	Inédito. Inf. de Joana C. Teixeira
Pastoria	Chaves	Povoado	Marítimo: linear; geométrico; estilos locais; não decorado	Jorge, 1986; Cruz, 1992
Crasto de Palheiros	Murça	Recinto murado	Marítimo: linear e de bandas; geométrico; inciso	Sanches (ed), 2008; Barbosa, 1999
Chã das Lameiras	Moimenta da Beira	Povoado	Marítimo: de bandas; geométrico	Cruz, 2001:388 e Fig. 56 do vol. II
Tambores (ou Castelo Velho III)	Vila Nova de Foz Côa	Povoado (?)/ recinto murado (?)	Marítimo: linear; inciso	Museu do Côa, em linha
Castanheiro do Vento	Vila Nova de Foz Côa	Recinto murado	Marítimo: linear; geométrico	Jorge <i>et alli.</i> , 2002; inf. de João Muralha e Ana Vale
Castelo Velho de Freixo de Numão	Vila Nova de Foz Côa	Recinto murado	Cordado (AOC)	Jorge, 2002
Castelão I	Figueira de Castelo Rodrigo	Povoado (?)/ Recinto(?)	Inciso	Museu do Côa, em linha

Fraga da Pena	Fornos de Algodres	Recinto murado	Marítimo: de bandas; não decorado; estilos locais	Valera, 2007
Buraco da Pala	Mirandela	Outros: abrigo sob rocha	Estilos locais	Sanches, 1997
Lorga de Dine	Vinhais	Outros: gruta	Estilos locais	Sanches, 2017 (no prelo)
Castelo de Aguiar	Vila Pouca de Aguiar	Outros: povoado	Estilos locais	Jorge, 1986
S. Lourenço	Chaves	Outros: povoado	Estilos locais	Jorge, 1986

**Quadro 4:** Sítios arqueológicos com cerâmica campaniforme do norte de Portugal/bacia do Douro.

Em qualquer das áreas a cerâmica campaniforme continua a ser escassa, não só em número de sítios arqueológicos, como também em termos de quantidades de recipientes ou mesmo fragmentos em cada um desses sítios.

Havendo um evidente desequilíbrio na proporção entre as duas categorias de sítios (funerários e não funerários), acreditamos que tal facto se deva sobretudo a um maior número de sítios funerários escavados (pois, afinal, exigem menos “investimento” que os povoados).

Os sítios de natureza funerária subdividem-se em três classes: dólmenes com câmara ortostática, com ou sem corredor (com segundas ou mais reutilizações) (65% dos casos); mamoaas em geral (26%), não sendo ainda possível confirmar com exactidão a sua cronologia<sup>13</sup>; mamoaas com câmara de tipo cista (9%).

A desproporção, claramente visível, entre dólmenes (de várias tipologias) e pequenos *tumuli* revela uma selecção preferencial pelos contextos tumulares tradicionais, mais visíveis, remetendo tal comportamento para a apropriação da ancestralidade identitária milenar das diferentes comunidades em apreço (e que tenderia a ter mais expressão nos monumentos mais visíveis de cada necrópole). Contudo, é necessária alguma reserva ao assumirmos esta suspeita uma vez que são ainda raros os monumentos escavados de pequenas dimensões, à excepção de projectos de investigação em necrópoles com megálitos funerários e *tumuli* diversos, como é o caso da Serra da Aboboreira ou o Alto Paiva.

Em apenas um dos contextos tumulares se identificou conexão evidente entre o monumento e o enterramento (de um ou mais indivíduos) tipicamente campaniforme: a Mamoa de Chã de Carvalho 1. Esta patenteia uma estratigrafia construtiva e de uso coerente com os diferentes elementos “clássicos” campaniformes, designadamente 11 vasos cerâmicos, cinco pontas de Palmela e dois punhais, tendo estes últimos metais sido depositados individualmente e de modo organizado, na mamoa, durante a sua construção (Fig. 21). Há, assim, uma óbvia consonância das tradições construtivas locais com modelos de artefactos de ampla circulação regional e extra-regional, não sendo possível atestar com segurança se o mesmo é válido em Estante 2, no Lugar de Vargo e na Mamoa 2 de Carvalhelhos. À excepção destes sepulcros, os restantes terão sido construídos maioritariamente durante o Neolítico Médio-Final.

Destaca-se também, no conjunto de sítios não funerários, a sua grande diversidade: 36% são povoados abertos, 28% são recintos (murados e de fossos), 9% referem-se a grutas/ abrigos

<sup>13</sup> Pois a maior parte dos dados provém de prospecções e, no noroeste peninsular, tal como na Beira Alta, constroem-se mamoaas de todos os tamanhos durante o 4º mil. AC, sendo estas de dimensões tendencialmente mais reduzidas (com ou sem estruturas ortostáticas no interior) no 3º / inícios do 2º mil. AC).

e 28% correspondem a sítios não caracterizáveis, uma vez que não se procedeu aí a escavações arqueológicas.

O Crasto de Palheiros e a Fraga da Pena sobressaem por apresentarem maior diversidade de estilos decorativos (tal como a Mamoa de Chã de Carvalhal 1). Ainda que, aparentemente, haja maior diversidade de estilos decorativos nos contextos não funerários, é preciso ter em conta que nestes as áreas escavadas são geralmente maiores e que a quantidade de materiais arqueológicos nos contextos funerários do norte de Portugal, tende a ser exígua, o que poderá contribuir para a desproporção verificada. Porém, na Beira Alta já os monumentos exibem mais espólio, e, como bem fez notar Valera (Valera, A.C., 2017), continua a cerâmica campaniforme a ser escassa. Por sua vez, na Galiza, ainda que a cerâmica campaniforme seja mais frequente em contextos de cariz não funerário, a escavação do Dólmen de Dombate e sua área envolvente, revelou 37 recipientes, dos quais 18 associados ao monumento mais tardio, e 19 recolhidos na escavação da área circundante (Bello-Diéguez, J.M., Lestón Gómez, M., Prieto-Martínez, M.P. 2013:25), destacando-se esta estação pela elevada diversidade decorativa. Este facto aponta então no sentido de que têm vindo a ser escavadas zonas muito restritas dos dólmenes, devendo a sua área envolvente ser considerada por ter vindo a revelar, em diversos casos, estruturas relacionadas com a construção e uso funerário, ou somente cerimonializado, dos dólmenes. Com todas estas reservas, e se considerarmos o número de recipientes envolvidos, podemos assumir, a título de hipótese, que a cerâmica campaniforme terá expressão bastante sóbria nos contextos funerários do norte de Portugal, Beira Alta e algumas regiões (do interior) da Galiza.

A análise aos contextos, bem como a associação das cerâmicas campaniformes com outros artefactos, confirma o campaniforme como material de excepção tanto nos monumentos funerários como no resto dos sítios. Nos recintos de Crasto de Palheiros e Fraga da Pena (Fig. 17), por exemplo, amplamente escavados, reconheceram-se contextos cerimoniais evidentes, confinados a áreas específicas, reservadas e bem definidas espacialmente (as suas plataformas topográfica e arquitectonicamente soerguidas). Também se registaram povoados abertos que poderão ter integrado áreas particulares onde práticas sociais de tipo ritual se desenvolveram, como é o caso do “esporão” da Pastoria (Jorge, S.O., 1986: 463; Sanches, M.J. & Barbosa, M.H., 2018, no prelo) (Fig. 18), ou mesmo o da plataforma das Regadas (Teixeira, J., 2018). Assim, a manipulação do campaniforme em sítios multifuncionais parece ter sido apartada das restantes áreas, como acontece noutros sítios plurifuncionais de grande extensão, de que damos somente o exemplo de alguns recintos de fosso da região de Madrid — Camiño de la Yeseras e El Ventorro (Ríos, P., 2013:105-106), de Valencina de la Concepción (Sevilha), Perdigões (Valera, A.C., & Basílio, C., 2017), ou do recinto murado de Leceia (Oeiras) (Cardoso, J.L., 2017). Porém, não defendemos que seriam somente as cerâmicas campaniformes a deterem significado social e identitário, havendo que perscrutar outros materiais/artefactos que, local ou regionalmente, teriam valor social destacado ou destacável em certas ocasiões.

A deposição de recipientes (e/ou fragmentos) parece ter integrado as práticas sociais destas comunidades, tendo-se identificado na Fraga da Pena, no Crasto de Palheiros e Pastoria (de campaniforme e de outras tipologias), e em Castelo Velho (somente de outras tipologias) (Mcfadyen, L., 2016), embora, como é evidente, não defendamos que assistiria o mesmo significado a todos eles. Portanto, a deposição de unidades completas ou parcelares não seria exclusiva dos locais de enterramento, revelando comunidades analógicas que incorporam os sentidos sociais e do território nas suas diversas arenas de negociação comunitária e estas “arenas” seriam muito diversas. Os elevados graus de fragmentação e a quantidade considerável de fragmentos “órfãos” de campaniforme que se registam na generalidade das estações do norte de Portugal indiciam,

embora não assegurem, uma circulação não restrita aos vasos como unidades, mas também aos seus fragmentos, que remeteriam para essa unidade. Porém, este aspecto da investigação, não sendo objecto específico deste texto, deverá vir a ser comprovada, ou argumentada em bases mais concretas, em trabalhos futuros. Na realidade, a não ser em contextos fechados, esta trabalhosa investigação, por não apresentar resultados imediatos, ou por apontar somente tendências, pode conduzir à desmobilização analítica, sobretudo se tal obrigar ao estudo de colecções muito grandes.

No Crasto de Palheiros, se atendermos às diferentes expressões que a cerâmica campaniforme apresenta no registo arqueológico, e não somente no espaço que ocupam, estamos em crer que se podem relacionar com práticas sociais conectadas especificamente com o seu uso e deposição (Sanches, M.J. & Barbosa, M.H., 2017). Admite-se, assim, por um lado, a sua utilização em contextos relacionados com práticas de comensalidade (que têm sempre as suas normas e significados) na área leste e, por outro lado, a sua integração em acções de deposição intencional, ou mesmo como material de construção, na área norte. Porém, tendo em conta o elevado grau de destruição e/ou alteração dos contextos calcolíticos da área norte, temos de admitir outras possibilidades de manipulação da cerâmica campaniforme para além da sua integração nas acções de condenação da plataforma pois os fragmentos, antes de serem “depositados”, por ex., no Empedrado, poderiam ter feito parte da panóplia da “louça de excepção” deste local. Na realidade, embora aqui, e ao contrario da área leste, quase não tenham sido exumados ossos de animais (somente restos vestigiais de ovelha/cabra) (Sanches, M.J., 2016), tal facto pode dever-se aos hábitos de consumo de carne e/ou à manipulação e ingestão ali de outros produtos agricultados ou colectados. O significado social, mas sempre transcendente, do que é consumido em conjunto, decorre de normas ou preceitos comunitários<sup>14</sup>, não tendo necessariamente de ser a carne o elemento definidor da refeição desenvolvida de modo ritualizado. Ainda que o estudo dos macrorrestos ainda esteja em fase de estudo, algumas amostras do nível de ocupação [Grupo Estratigráfico 5, relacionado com as lareiras], evidencia o consumo de cereais (trigo e cevada). Ora, são precisamente os cereais e as leguminosas (fava) que, além da bolota e fazem parte do local de consumo colectivo e de destruição cerimonializada do Abrigo do Buraco da Pala, como defendemos noutra lugar (Sanches, M.J., 2016).

### 3.2.1.

A análise estilística permite-nos identificar, no território considerado, os grupos que se seguem.

**Marítimo (variante internacional e variante linear)** – Este é, globalmente, o estilo predominante, sendo que nos contextos funerários existe em proporção idêntica à do pontilhado geométrico: 19 estações arqueológicas. No total dos sítios não funerários, por sua vez, 10 registaram a presença deste estilo decorativo. Ambas as variantes estão presentes em proporções iguais ou muito idênticas, quer nos sítios funerários, quer nos não funerários (Fig. 14-2;15-2, 3; 17-2; 19).

**Pontilhado geométrico** – Há uma diversidade grande de organizações decorativas dentro deste estilo, sendo por vezes de admitir a sua vinculação aos Complexos Palmela/ Ciempozuelos. Tal como o grupo anterior, encontra-se amplamente distribuído pelo território que estamos a analisar, estando representado em 55% da totalidade dos sítios funerários, uma proporção consideravelmente superior àquela que se verifica nas estações não funerárias, 33% (10 sítios) (Fig. 13- todos os fragmentos; Fig. 14-1, 2, 4, 5; Fig. 15-1, 4; Fig. 18-1, 2, 3, 4).

<sup>14</sup> Basta ler, por ex., alguns Livros de comunidades mais antigas, como o Levítico (Antigo Testamento dos cristãos, pertencendo também, naturalmente, aos Judeus).

**Campaniforme inciso - Palmela / Ciempozuelos** – bastante raro, este estilo foi identificado em três estruturas tumulares e num sítio não funerário (Fig. 13, topo).

**Estilos locais** – São recriações locais de campaniforme, que admitem grande variedade e conciliam formas ou decorações de tradição local com os elementos alógenos, de circulação extra-local. Identificámos três tipos de estilos locais bem definidos: i) recipientes de forma acampanulada (ou não, podem ser taças abertas ou, no caso do recipiente da Pastoria, uma forma de tipo Acebuchal) com decoração impressa penteada, por norma segundo uma organização aditiva, geralmente com pastas de boa qualidade e com superfícies bem cuidadas (Fig. 18-5). Estas decorações distribuem-se por vários sítios do norte de Portugal, porém, aqui consideramos unicamente aquelas associadas ao campaniforme “clássico” (Fig. 21- 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8); ii) recipientes com a decoração incisa de tipo [I1a], uma imitação ou reprodução local do estilo Ciempozuelos/Palmela, presente no Buraco da Pala, Crasto de Palheiros e Salto-Murça<sup>15</sup>; esta decoração convergente para o fundo também está presente segundo outras configurações (Fig. 20-9); iii) recipientes com decoração incisa e impressa em ziguezague horizontal, à semelhança dos estilos Ciempozuelos/Palmela, e presente na Lorga de Dine, Crasto, Pastoria, S. Lourenço e Castelo de Aguiar (Fig. 20.11 e 20.12.); iv) Recipientes com motivos ungulados, impressos, realizados com as unhas do polegar ou do indicador, que se distribuem por todo o corpo do vaso de forma aparentemente aleatória, estando presente unicamente na Fraga da Pena e no Crasto de Palheiros (Fig. 14.3 e Fig. 17.3 a 17.5). No que respeita aos locais funerários, os estilos locais somente se identificaram em Chã de Carvalhal 1, mas aqueles surgem em seis sítios não funerários, numa proporção assinalável.

**AOC e C/ZM** – à semelhança do que acontece na totalidade do território peninsular<sup>16</sup>, também no norte de Portugal/ Beira Alta o estilo cordado é extremamente raro, encontrando-se apenas em duas estações arqueológicas, de natureza não funerária: Castelo Velho de Freixo de Numão, no interior (AOC), e Forca (campaniforme cordado-misto-C/ZM), no litoral.

**Campaniforme liso** – Trata-se de formas acampanuladas sem qualquer tipo de decoração. É difícil reconhecer recipientes campaniformes lisos se estes se encontrarem muito fragmentados (o que é frequente). Ainda assim, identificaram-se campaniformes lisos em dois sítios funerários e em três não funerários (Fig. 18-6).

Para além da grande diversidade observada nos estilos locais, a distinção entre os diferentes grupos neste território, particularmente na área mais interior, nem sempre é clara, uma vez que há nitidamente cruzamento de diferentes estilos decorativos, permitindo ver nesta região traços característicos muito distintivos no que toca à originalidade com que as comunidades locais assimilaram o campaniforme. De facto, a análise do Quadro 4 permite-nos observar que é nos sítios da região interior (Pastoria, Crasto de Palheiros, Fraga da Pena, Buraco da Pala, Lorga de Dine, Castelo de Aguiar, S. Lourenço) e, em muito menor grau no litoral interior (Chã de Carvalhal 1), que a originalidade dos estilos locais mais se evidencia, registando-se uma diversidade grande de formas de reinterpretação ou reprodução do campaniforme clássico, o que se verificou também no território galego (Prieto-Martínez, M.P., 2011). Convém referir, porém, que a generalidade destes sítios integrou projectos de investigação, tendo sido alvo de extensas campanhas de escavação e nos quais se procedeu ao estudo sistemático dos seus conjuntos cerâmicos, o que poderá ter

<sup>15</sup> Trata-se de um sítio inédito (muito próximo do Crasto de Palheiros) de modo que ainda não figura nos quadros. É um castro romano ocupado previamente no Calcolítico, tendo sido recolhidas aí cerâmicas com esta técnica e organização decorativa.

<sup>16</sup> Conhecem-se na Galiza cinco casos de sítios com cerâmica cordada (três casos de AOC e outros dois de C/ZM), associados, pelo menos nos povoados de A Fontenla e Gandaras de Budiño, a outros estilos campaniformes (Suarez-Otero 2011). Também se identificaram em estruturas tumulares - Forno dos Mouros (C / ZM), Monte de Marxos (AOC) - e, no quinto caso - Arca dos Penedos (AOC), num contexto difícil de classificar, uma vez que se trata de uma descoberta casual. Considerados na sua totalidade, contabilizam-se quatro casos de AOC e três de C/ZM no noroeste peninsular.

potenciado a identificação destas características. Na área mais litoral não estão os conjuntos cerâmicos dos povoados tão bem caracterizado, sendo de referir, outrossim, que nas alargadas escavações do Recinto de Fossos da Forca (Maia), o único fragmento campaniforme se associa a cerâmicas do fundo Neolítico/Calcolítico, com particular ênfase para a cerâmica com decoração de triângulos e metopada, de tipo Penha, e nunca a estilísticas que imitem o campaniforme (Bettencourt, A., 2010a). Em todo o caso, a diversidade estilística do interior reflecte a interacção, quer com grupos do litoral, quer com grupos mesetenhos, evidenciada desde o 4º mil. AC tanto nos monumentos megalíticos como noutras materialidades (incluindo a arte rupestre). Importa então acentuar que não consideramos ser esta região mais interior uma área “marginal” à circulação, mais ampla, de pessoas e de artefactos (com realce para aqueles que remetem aparentemente para “estilos”/“formas” supra-regionais). Com efeito, recipientes com decoração oculada no Buraco da Pala (Mirandela), em S. Lourenço (Chaves) e no Crasto de Palheiros, a par dos painéis com uma destacada variedade de figuras oculadas na Serra de Passos- Abrigos 11 e 15- (Mirandela), ou nas estelas do Cabeço da Mina (tudo datável da primeira metade do 3º mil. AC ou mesmo de cronologia anterior) (Sanches, M.J., 2010; 2016b; Sanches, M.J, Morais, R. & Teixeira, J., 2016), evidenciam claras conexões com o interior, e mesmo sul da Península Ibérica. Acima anotamos já também as inusitadas e próximas semelhanças da decoração [XXV8] do Crasto com as de Valencina de la Concepción/ Calle de los Trabajadores, sendo de acrescentar que estas se associam também ali a uma imagética/ iconografia oculada, patente em vários “suportes” (como ídolos em barro e outros materiais mais raros, placas, sendo que uma destas é mesmo de ouro (Inácio, N. et alii, 2017; Garcia Sanjuán, L.; Scarre, C.; Wheatle, D., 2017).

Mas se esta diversidade existe ao nível da produção das cerâmicas, temos de admitir também, como hipótese, inovações relativas à sua manipulação no quadro da linguagem simbólica e social à escala local / regional. A variedade de contextos reflecte essa heterogeneidade de práticas sociais em que o campaniforme se inscreve, seguramente acentuadas pelo surgimento de novas arenas de performance social no 3º mil. AC (abrigos, recintos, áreas restritas no interior de povoados abertos), dando continuidade a processos de construção identitária que remontam ao Neolítico Médio-Final. Tal diversificação, que para nós é indicador claro da complexificação das relações intra e extra comunitárias, aponta para situações alternativas ou complementares de negociação de poderes, de consensos, de lideranças, todos estes exigindo renovação contínua por parte das comunidades em causa. E por poderes entendemos os variados tipos de poderes que emergem (decorrem) entre comunidades que ocupam milenarmente territórios agora submetidos a maior pressão pela intensificação de todas as práticas: agro-pastoris, extractivas e transformadoras. As comensalidades intracomunitárias e mesmo juntando comunidades vizinhas, com as normas sociais que lhe eram inerentes, nomeadamente em termos de restrição / acesso a tais práticas, configurariam e promoveriam distinções sociais nas quais emergiam e se consolidavam grupos, funções/“papéis” e mesmo lideranças. A negociação destes poderes e a procura de manutenção do *status quo* decorreriam por certo da repetição de actos/práticas de grupo, podendo manifestar-se igualmente (i) em situações de destruição de riqueza, como se pensa ter ocorrido, de modo repetido, no Buraco da Pala (I e II), (ii) no trabalho comunitário e continuado, por vezes durante vários séculos, como aquele que se exigiria na edificação, destruição, remodelação e manutenção de grandes recintos murados, de que são exemplo o Crasto de Palheiros, Castanheiro do Vento ou Castelo Velho de Freixo de Numão, ou (iii) no uso de uma panóplia particular de “louça” adequada às circunstâncias em apreço, e onde a estilística parece ter desempenhado um papel particular. Esta estilística e formas também poderia enfatizar/valorizar os, ou as, fabricantes, como grupo de manufactureiros/manufactureiras, ou como afirmação do seu estatuto (qualquer que fosse), mas estamos ainda algo longe de conseguir identificar com segurança tais vias interpretativas

que, apesar das dificuldades, devem ser perseguidas.

Não é possível estabelecer qualquer tipo de relação entre os diferentes estilos decorativos e as várias tipologias de monumentos funerários, pois quer os dólmenes quer as mamoadas em geral, mesmo as de menor dimensão, apresentam uma distribuição de estilos decorativos muito equilibrada, tendência observada igualmente nos contextos não funerários. Parece haver, no entanto, maior homogeneidade estilística nas estruturas tumulares do que nos povoados, como já se referiu (mormente devido ao mais elevado número de estilos locais nestes), mas é precoce afirmá-lo com segurança à luz dos escassos dados de que dispomos. Porém, não seria de estranhar que tal se verificasse no território que é objecto deste estudo, uma vez que essa tendência foi verificada também na Galiza (Prieto-Martínez, M.P., 2011) e Beira Alta (Valera, A.C., 2017). Assim, em termos de tendência, e com todas as reservas, parecem ser os contextos funerários tradicionais (dólmenes e mamoadas) a deterem estilos mais standardizados.

### 3.2.2.

Comparemos a região que estamos a estudar com a Galiza pois ambas formam o noroeste peninsular.

À semelhança daquilo que se verifica no território galego, nos nossos contextos associam-se três tipos de cerâmicas: cerâmica lisa, cerâmica com decoração campaniforme e cerâmica decorada não campaniforme (Prieto-Martínez, M.P., 2011). O incremento dos dados nesta última região permitiu reconhecer uma grande diversidade morfológica, tecnológica e estilística, tendo-se identificado uma evolução interna, temporal e contextual, na assimilação dos modelos campaniformes supra-regionais. Foi possível identificar, por um lado, os tipos europeus, ou Campaniforme Marítimo “clássico” (AOC, C/ZM, Marítimo variante linear, Herringbone e o Geométrico) por outro, os tipos regionais, que combinam características dos estilos europeus com os estilos tradicionais. A associação entre as diferentes tipologias determinou ali tendências estilísticas (identificaram-se quatro grupos), das quais importa reter as ideias que se seguem. A cerâmica dos megálitos é estilisticamente mais homogénea que a dos povoados, pois nos contextos funerários apenas se identificou uma tendência estilística, a 1, aquela em que os tipos europeus são predominantes. Todas as tendências estão presentes nos contextos domésticos. A tendência 1 (grupo constituído exclusivamente pelo campaniforme Marítimo “clássico”) marca presença sobretudo no restrito litoral e nos vales dos grandes rios. Este grupo é predominante, apresentando uma dispersão geográfica ampla e é aparentemente mais antigo – 2800 - 2500 AC (2<sup>o</sup> cal.) (Prieto-Martínez, M.P., 2013, 221-222). As tendências 2 e 3 correspondem a grupos mais recentes (entre 2600-2000 AC), embora continuem a incluir recipientes campaniformes “clássicos”. Por sua vez, as decorações barrocas, estilisticamente mais distantes do campaniforme clássico (tendência 4), são bastante mais raras e desenvolvem-se sobretudo no interior. As poucas datações da região interior sugerem que estas corresponderiam, talvez, a uma etapa um pouco mais tardia do campaniforme (Prieto-Martínez, M.P., 2011).

Prieto Martínez propõe assim uma assimilação do campaniforme a partir da costa, seguindo também os vales dos grandes rios, e realizada de modo relativamente rápido. Em termos interpretativos o campaniforme redundaria numa estratégia de unificação social, marcada antes (Neolítico Final) pela heterogeneidade, a par da visibilidade, mormente nos monumentos megalíticos, de intenções de marcação clara de diferenciações sociais intracomunitárias, através de cerâmicas distintas e muito padronizadas (Prieto-Martínez, M.P., 2013: 234).

Contrariamente àquilo que se verifica na Galiza, no território português não é possível fazer uma leitura diacrónica dos processos de assimilação das estilísticas campaniformes uma vez que as cronologias que se conhecem demonstram um convívio entre os vários estilos decorativos e

morfológicos desde o primeiro momento em que surgem as cerâmicas campaniformes no segundo quartel do 3º mil. AC. As datas C14 sugerem que todos os estilos são *grosso modo* contemporâneos - o AOC, o Z/M, o pontilhado geométrico, o Palmela / Ciempozuelos e os campaniformes locais. As datas de C14 de que dispomos referem-se unicamente a contextos não funerários: Buraco da Pala, Crasto de Palheiros, Forca, Castelo de Aguiar e Fraga da Pena, todos eles, à excepção do sítio da Forca, localizados na região mais interior. Castelo de Aguiar não tem cerâmica campaniforme clássica, mas apenas formas locais (Fig. 10).

### 3.3.

No que concerne à localização temporal, os contextos com campaniforme podem ser enquadrados cronologicamente entre 2800/2700-1900/1800 AC na região em estudo, sendo que nos baseamos fundamentalmente nas datas provenientes do recinto da Forca, na área litoral, do Crasto de Palheiros, na bacia do Tua e da Fraga da Pena, no Alto Mondego (Fig. 10 e quadro 2). O campaniforme cordado (embora misto: C/ZM) está datado pelo C14 no recinto da Forca, mostrando assim coerência temporal com o campaniforme marítimo, o geométrico e até com os estilos incisivos locais no final do 2º quartel/meados do 3º mil. AC. Todos estes estilos se encontram assim em circulação no norte do país na primeira metade do 3º mil. AC, sendo mesmo de admitir, ante as datas do Crasto de Palheiros e Buraco da Pala, que essa presença conjunta se regista já no segundo quartel do 3º mil. AC. O campaniforme cordado de Castelo Velho parece estar numa mesma ambiência do vaso oculado, o que reforça a ideia de poderem remeter ambos, a nosso ver, para cronologias também antigas (Jorge, S.O., 2002b; Jorge, S.O & Rubinos, A., 2002; Sanches, M.J. & Barbosa, M.H., 2018, no prelo), similares às do Crasto, tal como argumentámos atrás.

Atendendo ao papel que a arqueologia tem atribuído à metalurgia do cobre (tanto às ligas como à tipologia dos instrumentos ou armas), devemos referir que desconhecemos as datas exactas da introdução de artefactos de cobre no norte de Portugal, mas estes parecem circular, de forma ainda incipiente, e com modelos pouco estandardizados, em contextos campaniformes e não campaniformes na primeira metade do 3º mil. AC, a par de outros objectos de excepção, como a variscite ou outros recipientes cerâmicos. No abrigo do Buraco da Pala (nível I, datado por C14) e na Lorga de Dine (sem datações) identificaram-se cerâmicas campaniformes de estilos locais (imitações), associadas a objectos metálicos pouco padronizados: machado e alcaraviz (que é, comprovadamente, a extremidade de fole de fundição de redução de cobre) no primeiro, e machado, cinzel e agulha, no segundo (Sanches, M.J., 2018, no prelo). Identificaram-se também no Buraco da Pala I adornos em ouro. Como Ana Bettencourt fez notar (Bettencourt, A., 2011) não temos dados nem datas absolutas que permitam associar com segurança metalurgias complexas e recipientes campaniformes, como se de um “conjunto” unitário se tratasse, entendido como a materialização de processos de complexificação social na primeira metade do 3º mil. AC. Já o mesmo não acontece na segunda metade do 3º mil. AC. Tanto em contextos funerários, de que é exemplo a Mamoa de Chã de Carvalhal 1, Orca de Seixas e possivelmente a de Rapadouro 3, como em povoados. As datas absolutas da Fraga da Pena e os contextos da Pastoria e da Mamoa de Chã de Carvalhal 1 apontam nesse sentido. Neste período o campaniforme associa-se com frequência a artefactos metálicos (cobre e ouro) mais padronizados, cuja tipologia e composição metálica são características de uma fase tardia do Calcolítico / Bronze. Artefactos metálicos foram exumados na Pastoria (faca, punhal, cinzel, punção), em Chã de Carvalhal 1 (dois punhais e cinco pontas de Palmela) e na Orca de Seixas (machado, ponta de Palmela em cobre e braçal de arqueiro em rocha) (Fig. 21). Assim, o eventual “pacote campaniforme”, que inclui cerâmicas e armas padronizadas, será provavelmente um fenómeno da segunda metade do 3º mil. AC na bacia do Douro inferior, embora, frisemos, não haja qualquer cronologia absoluta para esta associação.

Baseando-se no estado actual dos conhecimentos sobre a cronologia do campaniforme da Estremadura e do Alentejo, e apoiando-se também em datas de C14, em estratigrafia e em sequências tipológicas cerâmicas, J.L. Cardoso defende que a cerâmica campaniforme pode ser datada ali pelo menos do segundo quartel do 3º mil. AC (Cardoso, J.L., 2014), e o mesmo é defendido para o povoado de Alcalar (Sines) (Morán, E., 2017). Considerando os dados expostos e tendo em conta que estão atestadas relações estreitas, sobretudo na estilística cerâmica (por ex. Vinha da Soutilha I e II, cuja cronologia não ultrapassa os meados do 3º mil. AC), entre o norte de Portugal e a Estremadura, acreditamos que as mesmas cronologias devem ser consideradas no território que estamos a analisar.

Cronologias semelhantes são propostas por Suarez Otero para a Galiza (Suarez O., 2011) e por Prieto Martinez (Prieto-Martínez, M.P., 2011). É possível que vários dos campaniformes exumados nos dólmenes, simples ou de corredor, datem desse período, tal como foi proposto para o dólmen de Dombate - Coruña, onde o primeiro momento de ocupação, datado por C14, aponta para o intervalo de 2800 a 2500 AC, e o segundo para 2500 a 2200 AC (Bello-Diéguez *et alli* 2013, 29), mas devemos fazer notar que as datas associadas ao campaniforme, embora caiam nessa cronologia, provém da área circundante do dólmen.

Tal como no norte de Portugal, não é possível construir na Meseta, à luz dos dados atuais, uma evolução cronológica baseada no método tipológico-comparativo, pelo que uma maior antiguidade dos estilos pontilhados/ impressos relativamente aos incisos, não está confirmada. Só com base nas estratigrafias e datações absolutas é possível elaborar um eventual faseamento interno (Garrido Pena, R., 1995:132). Tem-se defendido na última década uma cronologia antiga para o estilo Ciempozuelos, bem como uma longa duração do “fenómeno” campaniforme: 2700-1700 AC (Delibes de Castro, G. & Val Recio, J., 2007-2008, 798, nota 1), o mesmo acontecendo com a região do Tejo interior (Bueno-Ramirez, P., Bermejo, R.B., Behrmann, R.B., 2017). De facto, tem sido mais por rotina e por precaução, e não pelo uso da cronologia absoluta, que muitos investigadores propuseram sistematicamente as cronologias das deposições em contextos funerários na segunda metade do 3º mil. AC

Por fim, a análise do quadro das datas absolutas quer do norte de Portugal quer da Galiza (Quadros 2 e 3; Fig. 10 e 11), permitem concluir que o uso das cerâmicas campaniformes se estende, pelo menos, por um milénio (de c. de 2800 a 1500 AC), embora muitos dos contextos galegos, apontados como mais tardios, devessem merecer um escrutínio assertivo, o que não tivemos ainda oportunidade de fazer. Fizemos figurar aquelas propostas por Prieto-Martinez, devendo ser adiantado que esta autora não define o campaniforme somente pela estilística cerâmica, mas pela ambiência social e material em geral, de escala regional, que inclui num período que apelida de “período campaniforme”. Abrange assim uma panóplia de cerâmicas e seus contextos (como vasos tronco-cónicos, com ou sem asa lateral) que, a nosso ver, podem ser de período mais recente.

#### **4. PONTO FINAL. SÍNTESE DAS QUESTÕES DISCUTIDAS AO LONGO DO TEXTO**

Este texto incide nos contextos com campaniforme do norte de Portugal/ bacia do Douro e compara-os com regiões vizinhas, particularmente com a Galiza, pelo que, em suma, versa sobre todo o noroeste da Península Ibérica. Após expor uma curta historiografia dos estudos nesta região, aborda criticamente o conjunto de sítios, dando ênfase aos que tem datas absolutas e estratigrafias bem conservadas. De entre estes destacou o Recinto Monumental Crasto de Palheiros quer devido ao facto de o conjunto das suas cerâmicas nunca ter sido publicado na sua totalidade, quer porque é esta a estação do norte de Portugal que revela tanto o maior número de fragmentos como de recipientes, como ainda pela qualidade de informação obtida na escavação a qual per-

mite relacionar os contextos campaniformes com a biografia do sítio arqueológico. Traça ainda o quadro de síntese sobre esta região, em conexão com a vizinha Galiza. Na discussão conclui pela longa duração de uso de cerâmicas campaniformes no Noroeste peninsular (c. de 2800/2700 a 1600/1500 AC) e, na medida em que desenvolve também a estilística formal e decorativa dos recipientes, levanta hipóteses interpretativas relativas à pluralidade de funções sociais que, nesta longa cronologia, a cerâmica campaniforme clássica e os estilos locais teriam cumprido em cada contexto local ou regional.

Assim, passamos a expor as interpretações/ deduções mais pertinentes.

O norte de Portugal/bacia do Douro conta com mais de meia centena de estações arqueológicas, a maioria das quais já publicadas até à viragem do milénio e na primeira década deste, surpreendendo assim que continue ausente das grandes sínteses peninsulares e europeias. Tendo publicado já um texto em língua inglesa (Sanches, M.J, Barbosa, M.H. & Vieira, A., 2017), e tendo outro no prelo (Sanches, M.J, & Barbosa, M.H., 2018 no prelo) queremos contribuir para reverter esta situação. A revista *Portvgalia* dá-nos a oportunidade de conferir mais desenvolvimento ao tema pela admissão de textos mais extensos e de mais figuras, prestando deste modo um contributo fulcral à arqueologia que não se compadece somente com artigos muito curtos e necessariamente mais sucintos.

Os contextos com campaniforme incluem aqui, tal como na Galiza, uma grande diversidade de sítios: de carácter funerário (sobretudo dólmenes e mamoaas); outros a que se atribui uma pluralidade de funções, desde povoados (ou áreas particulares destes), recintos murados e recintos de fossos, abrigos sob rocha e, na Galiza, possivelmente sítios com gravuras rupestres pré-históricas (Seoane-Veiga, Y., Prieto-Martínez, M.P. & Dal Zovo, C., 2013). Alguns autores da vizinha Galiza, como Prieto-Martínez (Prieto-Martínez, M.P., 2011, 2013), classificam muitos locais como cerimoniais (Quadro 3), denominação que não adoptamos pela dificuldade de identificar/ interpretar com a segurança exigida tais contextos no norte de Portugal. Contudo, fica claro que tais interpretações dos autores da Galiza, que não aplicam aos dólmenes (que são, a nosso ver os “sítios cerimoniais” por excelência), terão como objectivo mostrar que tais sítios serão lugares de uso não quotidiano, não rotineiro, mas antes destinados a práticas comunitárias específicas, de valor social relevante.

Mesmo assim, tanto no norte de Portugal como na Galiza, o número de sítios de natureza funerária parece ser ligeiramente superior aos restantes, embora os documentos arqueológicos apontem quase sempre no sentido de se tratar aí de segundas ou terceiras deposições. Somente num dos casos do norte de Portugal - a Mamoa de Chã de Carvalhal 1 (Serra da Aboboreira-Baião) podemos vislumbrar a perfeita sintonia de construções advindas do neolítico médio-final (dólmenes com mamoa e mamoaas) e a deposição funerária primeva, e única, no monumento, onde pontuam 11 recipientes cerâmicos de tipologia formal e decorativa muito diversa e deposições organizadas de metais.

Se é admissível que os conjuntos funerários campaniformes serão característicos da segunda metade do 3º mil AC (conquanto muitas vezes esta cronologia tenha sido atribuída por “tradição” e por paradigmas instituídos, mais do que por datações absolutas), os dados da escavação do dólmen de Dombate (Coruña) e sua área circundante, apontam não apenas no sentido de que as ocupações com campaniforme em torno dos monumentos megalíticos já se terão iniciado no segundo quartel do 3º mil. AC (tal como acontece noutros sítios não funerários), mas também que, em suma, temos andado a usar metodologias defeituosas na escavação dos dólmenes. As suas áreas envolventes mostram uma actividade assinalável, correlacionada sobretudo, como cremos, com práticas sociais naturalmente cerimonializadas, como se pôde verificar na necrópole de Chã

de Arcas (Vila Pouca de Aguiar)<sup>17</sup>, e Dombate.

Deste modo, se as nossas sistematizações e contabilizações mostram que, quando comparada com outros sítios, há menos quantidade de cerâmica campaniforme relacionada com monumentos funerários, essa conclusão é provisória e deve ser entendida no quadro destes condicionamentos metodológicos. Com efeito, do dólmen de Dombate provêm 18 recipientes e 19 da sua área envolvente.

Em todo o caso, o seu uso em dólmenes e mamoaas, monumentos que desde há mais de um milénio marcam a paisagem e a vida das gentes, impondo os ancestrais como referente (e objecto) da sua vida comunitária, remete para a continuidade de relações identitárias ancestrais. Ainda que essa continuidade material possa agora mascarar situações locais e regionais muito diferentes, que incluirão, cremos, mudanças de natureza diversa. Na realidade, durante a primeira metade do 3º mil. AC verifica-se regionalmente, e à semelhança de outras regiões peninsulares e europeias, uma grande diversificação de espaços e lugares de “negociação” comunitária (entendida na escala da organização política de sociedades predominantemente articuladas por diversos “laços de parentesco”), a par da criação de novos tipos de “lugares”, como os recintos monumentais (murados ou de fossos), como é o caso na nossa região, de Castelo Velho de Freixo de Numão, Castanheiro do Vento (ambos em Vª Nª de Foz Côa), Crasto de Palheiros (Murça), Castro de Santiago (este sem campaniforme) (Valera, A.C., 2007), ou mesmo de abrigos e grutas cuja ocupação se não pode relacionar com a vida rotineira, como Buraco da Pala I e II e Lorga de Dine (Sanches, M.J. 2018, no prelo). Em todos estes<sup>18</sup> e ainda dentro dos povoados a que se atribui funções predominantemente rotineiras, do dia-a-dia (Pastoria - Chaves e Regadas - Alijó), tendem as cerâmicas campaniformes a ocupar espaços discretos, bem demarcados pela topografia e/ou arquitecturas, sejam de carácter durável ou perecível, de forma que é legítimo afirmar que as cerâmicas campaniformes não são, nestes locais, cerâmicas de uso comum, antes conectadas com usos e/ou circunstâncias especiais e específicas, sejam estas as de comensalidade (que tem sempre normas associadas), ou mesmo de deposição intencional (que responderá a rituais comunitariamente significantes). Todavia, o conjunto de todos os contextos com cerâmicas campaniformes em análise não permite que as submetamos a uma explicação unitária, tal como outros autores fizeram notar (Valera, A.C., 2017). Aliás, o longo período de uso destas cerâmicas (de mais de um milénio) desaconselha tal desiderato.

Na sequência da ideia anterior, e se atendermos à variabilidade dos contextos, onde devem ser considerados não somente os espaços, mas outrossim as relações com outros materiais, e mesmo ao número de recipientes em presença, não podemos afirmar linearmente que a cerâmica campaniforme desencadeia necessariamente, e à escala regional, processos similares de diferenciação social, nem sequer que confira uniformização às diferentes cerimonializações comunitárias; nem ainda que, como defende Prieto-Martinez para a Galiza, provocaria como que uniformização/homogeneização de referentes sociais, díspares por natureza no período pré-campaniforme .

O que os contextos, se abordados quanto aos espaços, às arquitecturas e às estilísticas de outras cerâmicas não campaniformes, mostram predominantemente é que a cerâmica campaniforme é adoptada localmente no seguimento de transformações já em curso, embora possa ter potenciado e direccionado essas transformações. Com efeito, nos dólmenes domina em segundas e

<sup>17</sup> Escavações inéditas dirigidas por João Perpétuo (Empresa Arqueohoje) a quem agradecemos a oportunidade da visita ao local. Desconhecemos, contudo, se essas áreas terão campaniforme.

<sup>18</sup> No Castro de Fornos de Algodores não há cerâmica campaniforme, tendo sido referido por constituir uma arena de negociação comunitária do início do 3º mil. AC. Castanheiro do Vento e Castelo Velho têm, como desenvolvemos neste texto, alguma cerâmica campaniforme, embora não a possamos ligar, sem margem para dúvidas, à primeira metade do 3º mil. AC, que é a época de fundação destes recintos.

terceiras deposições, inserindo-se em dinâmicas e tradições locais; no Crasto de Palheiros, embora coincida temporalmente com a ampliação do sítio (a criação do Recinto Inferior), insere-se nas práticas comunitárias que já teriam lugar no Recinto Superior (já construído e usado antes da presença campaniforme), conquanto estas possam ter agora adquirido um carácter mais cerimonializado. Na Pastoria e Regadas também se adapta às circunstâncias locais, quer do ponto de vista da continuidade de ocupação do mesmo espaço, quer mesmo da convivência com outras estilísticas cerâmicas. É provável, mesmo assim, que embora participando ainda de dinâmicas locais e regionais, tenha assumido um carácter decididamente de mais ruptura na Fraga da Pena (recinto monumental) - onde é realmente fundacional - ou na Mamoa de Chã de Carvalhal 1, sítios que, coincidentemente ou não, datam já da segunda metade do 3º/ inícios do 2º mil.AC. Outros contextos não se encontram tão bem datados.

Se até aqui falamos sobretudo de cerâmicas campaniformes clássicas (dos grupos marítimo/geométrico), devemos referir também as formas e estilísticas locais que traduzem tanto transfigurações/imitações de formas clássicas, como decorações do complexo marítimo e do Palmela/Ciempozuelos e que, conjuntamente com as clássicas campaniformes formam, a nosso ver, e com toda a propriedade, o conjunto das cerâmicas campaniformes.

É predominantemente nos locais não funerários que surge uma grande variedade de estilos locais, acompanhando, ou não, os estilos clássicos. Nesses estilos locais incluímos tanto formas como decorações, embora seja nas decorações que, à excepção da Fraga da Pena e Crasto de Palheiros, tais estilos locais mais se expressam, imitando, com técnicas decorativas tradicionais, as organizações decorativas tanto do campaniforme clássico/marítimo, como Palmela/ Ciempozuelos.

Para não repetir o que foi exposto ao longo do texto, diríamos tão só que a importância destas imitações/transfigurações é extremamente importante na região portuguesa mais interior, pois povoados como S. Lourenço (Chaves), Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar), abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) e Gruta calcária de Dine (Lorga de Dine-Vinhais), não exibem campaniformes clássicos, mas antes e somente estas transfigurações locais que marcam, pela quantidade relativa, todos os conjuntos cerâmicos em apreço. Porém, nos restantes (Pastoria, Crasto de Palheiros, Castelo Velho, Castanheiro do Vento e Fraga da Pena) há convivência dos estilos clássicos e destas transfigurações. Não se conhece em pormenor a situação dos povoados/recintos do litoral, mas tão-somente que as cerâmicas campaniformes clássicas tendem a acompanhar conjuntos cerâmicos tradicionais, dominados por cerâmica lisa e, dentro da decorada, pela metopada (de tipo Penha), como acontece no recinto da Forca (Maia) (Bettencourt, A., 2010a).

Ante esta analítica admitimos que, embora não represente uma ruptura, a cerâmica campaniforme foi suficientemente importante ao ponto de marcar regionalmente os conjuntos cerâmicos em uso, mormente se estes eram já dominados por cerâmicas muito decoradas (casos de todos os povoados da região de Chaves/ Vila Pouca de Aguiar, e na bacia do Tua, do Buraco da Pala e Crasto de Palheiros). Por sua vez, a cerâmica decorada da Fraga da Pena é quase toda campaniforme, o que sustem a ideia defendida atrás do carácter extremamente particular, de nível simbólico/cerimonial e socio-político, que as cerâmicas terão tido neste recinto.

No que respeita à estilística em si e à "origem" da cerâmica campaniforme, se as (raras) análises arqueométricas mostram tratar-se predominantemente de fabricos locais, elas mostram também alguma circulação regional (no que são acompanhadas de outras tipologias, como se verificou em Fraga da Pena (Valera, A.C., 2017). A variabilidade das formas e a maior estandardização nas decorações apelam também à circulação dos ou das fabricantes, no quadro das relações matrimoniais, tal como autores tem defendido.

Por fim, a circulação dos diferentes “estilos”, uns tidos como de origem marítima (campaniforme marítimo, com cordado, e Palmela), outros continentais, Ciempozuelos, circulam nesta região desde a primeira metade do 3º mil. AC, embora tenham mais expressão, pela quantidade, os que são tradicionalmente atribuídos a movimentos advindos do litoral, e em particular da Estremadura portuguesa. Porém, no Crasto de Palheiros (e na bacia do Tua) tem grande presença o conjunto de cerâmica fina que denominamos de campaniforme inciso (com vasos, malgas e taças), decorada segundo a organização [I1a], que consideramos imitações de Palmela/ Ciempozuelos. Este conjunto, e outras imitações de Palmela/ Ciempozuelos presentes tanto na bacia do Tua, como na região de Chaves e em Lorga de Dine, mostram que a região interior era percorrida por movimentos variados, uns com origem ou influência do litoral, outros interiores. Devemos ainda acrescentar que uma organização decorativa muito particular, OD [XXV8] tradicionalmente associada à variante geométrica, não existe no Noroeste peninsular a não ser no Crasto de Palheiros. Ora, embora sendo algo rara à escala peninsular, é bastante formalizada, e ocorre em longínquas paragens, como seja na região de Madrid/nascente do Tejo (Camino de las Yeseras), portanto na Meseta interior, e sul peninsular, na embocadura do Guadiana (Valencina de la Concepción), como comentámos no ponto 2. Mostraria assim, a nosso ver, quão diversificadas teriam sido as redes de intercâmbios diversos à escala peninsular, advindos quer do litoral, quer do interior, as quais já eram evidentes na região do Tua e Chaves no final do IVº e início do 3º mil. AC, tanto pela presença de cerâmica seguindo padrões similares aos da Estremadura portuguesa (na Vinha da Soutilha, Chaves, por ex.), como pela oculada; a pintura rupestre da Serra de Passos/ Sta. Comba, com similar imagética e as estelas “oculadas” do Cabeço da Mina (Sanches, M.J. 2010), concorrem no mesmo sentido.

Sem negar as relações do interior de Portugal com a Meseta, na realidade, não discernimos se os estilos locais, que denominamos de Palmela/ Ciempozuelos, serão transfigurações de uma ou outra destas estilísticas. Mesmo o campaniforme cordado de Castelo Velho – Foz Côa, não encontra paralelo próximo, geográfico, no interior peninsular, outrossim, em termos de distância, no litoral português, galego ou asturiano.

Mantêm-se assim em aberto as hipóteses de movimentações de pessoas e artefactos durante o 3º milénio AC, em redes difíceis e talvez impossíveis de vislumbrar no curto prazo, e que não se referem somente à cerâmica campaniforme, como temos vindo a expor. Contudo, a mobilidade de indivíduos desde longínquas paragens, embora pontualmente constatada - como em Camino de las Yesseras, Madrid, cuja relação genética com grupos do Norte de África, poderia explicar a presença ali de objectos de marfim de origem “africana” (Szécsényi-Nagy, A. *et alii*, 2017:80) -, nunca será de descartar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos encarecidamente a João Fortuna Madureira e Rafael Morais a ajuda na elaboração das figuras. Manifestamos também a nossa gratidão aos revisores do texto pelos contributos que deram para o seu melhoramento.

Maria de Jesus Sanches e Maria Helena Barbosa integram o projecto UID/HIS/04059/2013 (FCT), que é também financiado pelo FEDER através do Programa COMPETE 2020 (POCI-01-0145-FEDER-007460).

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, SOEIRO, Teresa, BARROCA, Mário (1995), Estação arqueológica do Castelo de Fraião (Boivão, Valença). *Portvgalia*, Nova Série, vol. 16, Porto, FLUP, pp. 311-322.
- AMORIM, Isabel (1999), *Crasto de Palheiros (Murça), As ocupações da Pré-história e da Proto-história na Plataforma Inferior*. Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ed. policopiada)
- BARBOSA, Helena (2015), *O contributo do material cerâmico do Crasto de Palheiros para o entendimento de processos de uso e construção do Talude e Plataforma Inferior*. Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ed. policopiada)
- BARBOSA, Sandra (1999), *O Crasto de Palheiros - Murça. Contributo para o entendimento do fenómeno campaniforme em contexto doméstico no norte de Portugal*, Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ed. policopiada)
- BELLO-DIÉGUEZ, José Maria, LESTÓN GÓMEZ, Manuel, PRIETO-MARTINEZ, Margarida (2013), The dólmen of Dombate in its bell beaker phase. Ceramic styles and occupation of space, In PRIETO MARTÍNEZ, Margarida, SALANOVA, Laure (Coord. de), *Current researches on Bell Beakers. Proceedings of 15th International Bell Beaker: From Atlantic to Ural: 5th-9th May 2011*, Poio (Pontevedra, Galicia, Spain), Santiago de Compostela (Spain): Copynino, pp. 21-30
- BETTENCOURT *et alli.* (2012), Gravuras rupestres da Bouça da Cova da Moura (Ardegães, Maia, Norte de Portugal) no contexto da Pré-história Recente da bacia do Leça, *Gallaecia*, 31, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 47-62
- BETTENCOURT, Ana (1991-92), Achado de um vaso campaniforme na Serra do Maroiço, Fafe. *Cadernos de Arqueologia*, 2.<sup>a</sup> série, Braga 89, Universidade do Minho. Unidade de Arqueologia (UAUM), pp. 233-236
- BETTENCOURT, Ana (2009), História do Minho. Do Neolítico à Idade do Bronze, In VVAA, *Minho, Traços de Identidade*, Braga, Universidade do Minho, Unidade de Arqueologia (UAUM), pp. 70-118
- BETTENCOURT, Ana (2010a), Comunidades Pré-históricas da bacia do Leça, In VVAA, *O Rio da Memória: Arqueologia no Território do Leça*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, Gabinete Municipal de Arqueologia e História, pp. 33-63
- BETTENCOURT, Ana (2010b), Burials, corpses and offerings in the Bronze Age of NW Iberia as agents of social identity and memory, In BETTENCOURT, Ana, SANCHES, Maria de Jesus, ALVES, Lara Bacelar, FÁBREGAS, Ramon (Eds. de), *Conceptualising space and place on the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe : proceedings of the XV World Congress of the International Union for Prehistoric and Protohistoric Sciences, Lisboa, 2006*, Oxford, Archaeopress, ISBN 978-1-4073-0547-9, pp. 33-45
- BETTENCOURT, Ana (2011), El vaso campaniforme en el norte de Portugal. Contextos, cronologías y significados, In PRIETO MARTÍNEZ, Margarida, SALANOVA, Laure (Coord. de), *Current researches on Bell Beakers. Proceedings of 15th International Bell Beaker: From Atlantic to Ural: 5th-9th May 2011*, Poio (Pontevedra, Galicia, Spain), Santiago de Compostela (Spain): Copynino, pp. 363-374
- BUENO-RAMIREZ, Primitiva, BERMEJO, Rosa Barroso, BEHERMANN, Rodrigo de Balbín (2017), Redefining Ciempozuelos. Bell beaker culture in Toledo?, In GONÇALVES, Vitor (Ed. de), *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibéri-*

- ca, Coleção Estudos e Memórias nº 10, Lisboa, UNIARQ, pp. 252-267
- CARDOSO, João Luis (2014), A presença campaniforme no território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, pp. 295-348.
- CARDOSO, João Luis (2017), O povoamento campaniforme em torno do estuário do Tejo: cronologia, economia e sociedade, In GONÇALVES, Vitor (Ed. de), *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibérica*, Coleção Estudos e Memórias nº 10, Lisboa, UNIARQ, pp. 126-141
- CARNEIRO, A.L, CLETO, J., MOREIRA, M., FARO, S. (1987), Novas mamoaas no concelho de Baião, *Arqueologia*, vol. 15, Porto, GEAP, pp. 158-160
- Castelão. Museu do Côa, online. In: <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Saberes&SubPage=OcupacaoHumana&Siteo=68>(consultado a 15 de Março de 2018)
- CLARKE, David (1976) The Beaker Network - Social and Economic Models, In LANTING J.N., VAN DER WAALS, J.D. (Eds. de), *Glockenbecher Symposion (Oberried 1974)*, pp. 458-477
- CRUZ, Domingos (1987), A escavação arqueológica da Mamoa de “Monte Maninho” (Serra da Aboboreira – Baião), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 27 (1-4) Porto, SPAE, pp. 65-88
- CRUZ, Domingos (1992), A mamoa 1 de Chã de Carvalhal no contexto arqueológico da Serra da Aboboreira, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra [Conimbriga, Anexos 1]
- CRUZ, Domingos (1995) Cronologia dos monumentos com tumulus do Noroeste peninsular e da Beira Alta, *Estudos Pré-históricos*, 3, Viseu, pp. 81-119
- CRUZ, Domingos (2001), *O Alto Paiva: Megalitismo, Diversidade Tumular e Práticas Rituais Durante a Pré-história Recente*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols. Tese de Doutoramento em História: Pré-história e Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. policopiada)
- DELIBES DE CASTRO, Germán, VAL RECIO, Jesús del (2007-2008), La explotación de la sal al término de la edad del cobre en la Meseta Central española. Fuente de riqueza e instrumento de poder de los jefes Ciempozuelos? *Veleia*, 24-25, pp. 791-811
- DIAS, Maria Isabel, PRUDÊNCIO, Maria Isabel, PRATES, Silvério, GOUVEIA, M. Ângela, VALERA, António Carlos (2000), Tecnologias de produção e proveniência de matéria-prima das cerâmicas campaniformes da Fraga da Pena (Fornos de Algodres - Portugal), In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, 4 (Pré-História Recente da Península Ibérica)*, Porto, ADECAP, pp. 253-268
- GARCIA SANJUÁN, Leonardo, SCARRE, Chris, WHEATLE, David (2017), The Mega-Site of Valencina de la Concepción (Seville, Spain): Debating Settlement Form, Monumentality and Aggregation in Southern Iberian Copper Age Societies, *Journal of World Prehistory*, Volume 30, Issue 3, pp. 239–25, DOI 10.1007/s10963-017-9107-6
- GARRIDO-PENA, Rafael (1995), El campaniforme en la Meseta Sur: nuevos datos y propuestas teóricas, *Complutum*, 6, 123-151
- GARRIDO-PENA, Rafael (2006), Transegalitarian societies: an ethnoarchaeological model for the analysis of Copper Age Bell Beaker using groups in Central Iberia, In DÍAZ-DEL-RÍO, Pedro, GARCÍA SANJUÁN, Leonardo (ed.), *Social Inequality in Iberian Late Prehistory*. Bar International Series 1525, Oxford, England, Archaeopress, Publishers of British Archaeological Reports, pp. 81-96
- GOMES, Luis Filipe, CARVALHO, Pedro Sobral (1993), Novos elementos sobre o vaso campaniforme

- na Beira Alta, *Estudos Pré-Históricos*, nº 1, Viseu, CEPBA: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, pp. 29-49
- GUERRA DOCE, Elisa, LETTOW-VORBECK, Corina Liesau (2016) (eds), *Analysis of the Economic Foundations Supporting the Social Supremacy of the Beaker Groups: Proceedings of the XVII UISPP World Congress (1-7 September, Burgos, Spain)*, Vol. 6
- HARRISON, Richard (1977), *The bell beaker cultures of Spain and Portugal*, Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University
- INÁCIO, Nuno, NOCETE, Francisco, PANDO, Ana Pajuelo, ALDANA, Pedro López, BAYONA, Moisés R. (2017), Producción y consumo de cerámica campaniforme en Valencina de la Concepción (Sevilla, España): una propuesta interpretative desde el análisis de los contextos de la calle Trabajadores, In GONÇALVES, Vitor (Ed. de), *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibérica*, Colecção Estudos e Memórias nº 10, Lisboa, UNIARQ, pp. 288-301
- JORGE, Susana Oliveira (1980), A estação arqueológica do Tapado da Caldeira, Baião. *Portvgalia*, Nova série: 1, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 29-50
- JORGE, Susana Oliveira (1986), Povoados da Pré-história Recente (IIIº - inícios do IIº Milénios AC) da Região de Chaves - Vª Pª de Aguiar, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento em Pré-história e Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ed. policopiada)
- JORGE, Susana Oliveira (2002a), Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal, *Estudos Pré-históricos*, 3, pp. 145-164
- JORGE, Susana Oliveira (2002b), Um vaso campaniforme cordado no Norte de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (V. N. de Foz Côa), *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1, pp. 27-50
- JORGE, Susana RUBINOS, António (2002), Absolute chronology of Castelo Velho de Freixo de Numão (northern Portugal): data and problems, *Jornal of Iberian Archaeology*, vol. 4, pp. 83-105
- JORGE, Vítor Oliveira, BAPTISTA, António Martinho, da SILVA, Eduardo Lopes, JORGE, Susana Oliveira (1997), As Mamoas do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço), *Trabalhos de 1992 a 1994*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia [Textos, n.º 2]
- LETTOW-VORBECK, Corina Liesau, RÍOS, Patricia, ALIAGA, R., DAZA Arantxa, BLASCO, Concepción, LLORENTE-RODRIGUEZ, Laura (2013), Hut structures from the bell beaker horizon: housing, communal or funerary use in the Camino de las Yeseras site (Madrid), In PRIETO MARTÍNEZ, Margarida, SALANOVA, Laure (Coord. de), *Current researches on Bell Beakers. Proceedings of 15th International Bell Beaker: From Atlantic to Ural: 5th-9th May 2011, Poio (Pontevedra, Galicia, Spain)*, Santiago de Compostela (Spain): Copynino, pp.139-152
- MCFADYEN, Lesley (2016), Actions in time: after the breakage of pottery and before the construction of walls at the site of Castelo Velho, *Estudos do Quaternario*, 15, APEQ: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, pp. 71-90
- MORÁN, Elena (2017), O campaniforme de Alcalar no contexto do extremo sul, In GONÇALVES, Vitor (Ed. de), *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibérica*, Colecção Estudos e Memórias nº 10, Lisboa, UNIARQ, pp. 28-37
- NUNES, Susana (2003), *Monumentos sob tumulus e meio físico no território entre o Corgo e o Tua (Trás-os-Montes): aproximação à questão*, Porto, FLUP. Dissertação de Mestrado apresentada

à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols (ed. policopiada)

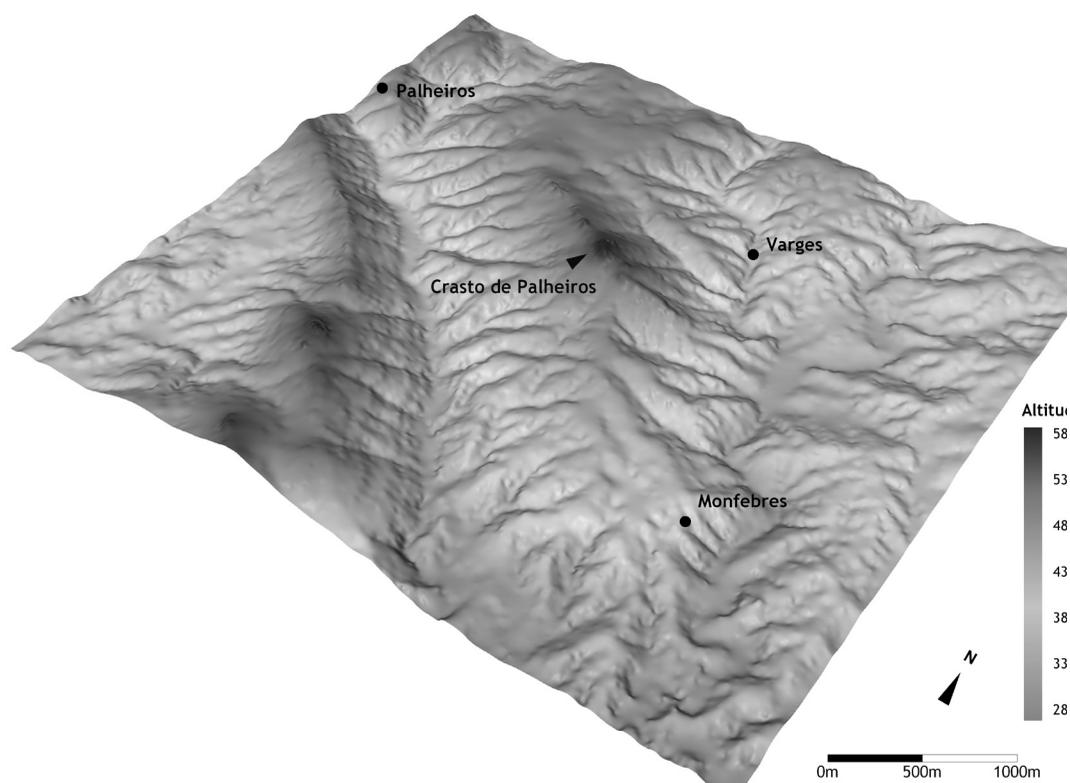
- OLALDE, Iñigo, *et alii* (2018), The Beaker phenomenon and the genomic transformation of north-west Europe, *Nature*, vol. 555, doi:10.1038/nature25738, pp. 190–196
- PRIETO MARTÍNEZ, M. Pilar (2011), La alfarería de las comunidades campaniformes en Galicia: contextos, cronologías y estilo”, In PRIETO MARTÍNEZ, Margarida, SALANOVA, Laure (coords.), *Las Comunidades Campaniformes en Galicia. Cambios sociales en el III y II milenios BC en el NW de la Península Ibérica*, Pontevedra, Diputación de Pontevedra, pp. 345-361
- PRIETO MARTÍNEZ, M. Pilar (2013), *Unity and Circulation: what underlies the homogeneity in Galician bell beaker ceramic style? Proceedings of 15th International Bell Beaker: From Atlantic to Ural: 5th-9th May 2011, (Poio. Pontevedra)*, Santiago de Compostela, Galicia, Spain
- PRIETO MARTÍNEZ, M. Pilar, MARTÍNEZ CORTIZAS, Antonio, LANTES-SUARÉZ, Oscar, GUIMAREY, Beatriz (2015), Bell Beaker pottery from Galicia (NW Spain): an archaeometric characterization and provenance study of some representative sites, *CuPAUAM* 41, pp. 109-125
- REBUGE (2004), Uma proposta para reconceptualizar a materialidade arqueológica: o Campaniforme no Norte de Portugal e regiões contíguas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 44 (1-2), Porto, SPAE- Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 111-186
- RE, P.J, *et alii* (2013) *IntCal13 and MARINE13 radiocarbon age calibration curves 0-50000 years cal BP*, *Radiocarbon*, 55 (4). DOI: 10.2458/azu\_js\_rc.55.16947
- RÍOS, Patricia (2013), New dating of the Bell Beaker Horizon in the region of Madrid, In PRIETO MARTÍNEZ, Margarida, SALANOVA, Laure (Coord. de), *Current researches on Bell Beakers. Proceedings of 15th International Bell Beaker: From Atlantic to Ural: 5th-9th May 2011, Poio (Pontevedra, Galicia, Spain), Santiago de Compostela (Spain): Copynino*, pp. 97-109.
- SALANOVA, Laure, PRIETO-MARTÍNEZ, M. Pilar, CLOP-GARCÍA, Xavier, CONVERTINI, Fabien, LANTES-SUARÉZ, Oscar, MARTÍNEZ-CORTIZAS, Antonio (2016), What are large-scale archaeometric programmes for?: Bell Beaker pottery and societies from the 3rd millennium BC in Western Europe, *Archaeometry*, 58 (5), University of Oxford, pp. 722-735
- SAMPAIO, Hugo Aluai, BETTENCOURT, Ana, ALVES, Maria Isabel (2009), O Monte da Penha, Guimarães, como cenário de acções de incorporação e de comemoração do espaço na Pré-história da bacia do Ave, In BETTENCOURT Ana, ALVES, Lara Bacelar (eds.), *Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interacção com o espaço natural da pré-história à actualidade*, CITCEM, APEQ, pp. 55-76
- SAMPAIO, Hugo Aluai, MACIEL, Tarcísio, BETTENCOURT, Ana, SIMÕES, Pedro (2013), A mamoa do Carreiro da Quinta, Lage, Vila Verde, NO de Portugal: resultados de uma escavação de emergência, *Conímbriga: Revista de Arqueologia*. Vol. 52, Coimbra, Universidade de Coimbra. Instituto de Arqueologia., pp. 37-65
- SANCHES, M. J. (2002), Spaces for social representation, choreographic spaces and paths in the Serra de Passos and surrounding lowlands (Trás-os-Montes, northern Portugal) in late prehistory, *ARKEOS*, 12, CEIPHAR, pp. 65-105.
- SANCHES, M. J. (2003), Sobre a ocupação do Neolítico inicial do Norte de Portugal, In GONÇALVES, Vítor S. (ed.) *Muita Gente, Poucas Antas? Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo*, Actas do IIº Colóquio Internacional sobre Megalitismo, *Trabalhos de Arqueologia*, 25, IPA, pp.155-179
- SANCHES, M.J. (2010), As estelas antropomórficas de Picote-Miranda do Douro (Trás-os-Montes). *IV Jornadas Raianas “Estelas e Estátuas-menires da Pré à Proto-história”*, In VILAÇA, Raquel, (Coord.), C.M. Sabugal, CEAUCP e Instituto de Arqueologia do DHAA da FLUC. Sabugal,

pp.145-174

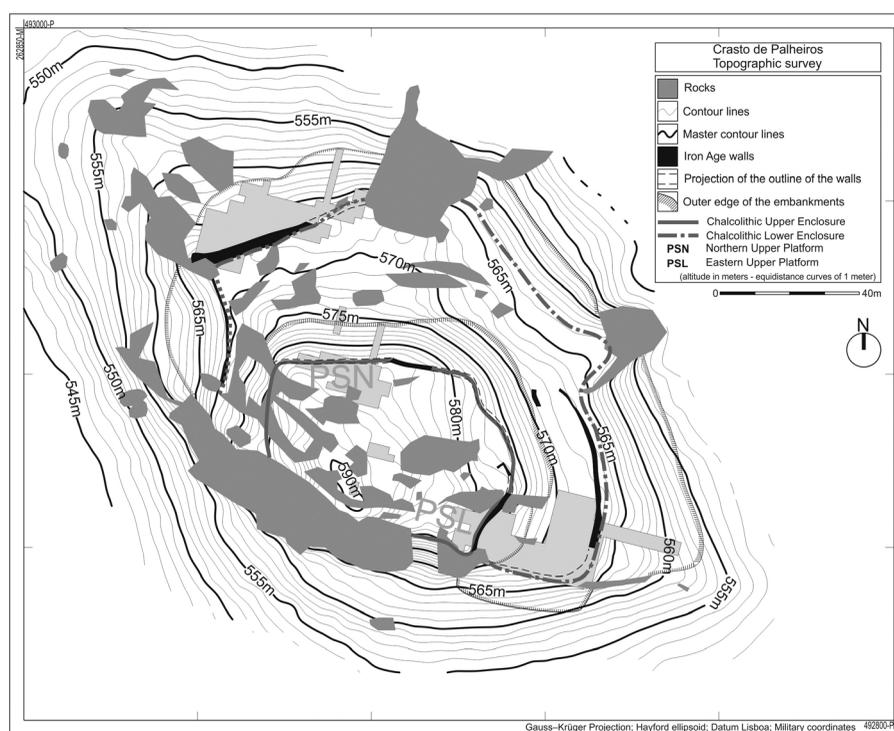
- SANCHES, Maria de Jesus (1992), *Pré-História recente no Planalto Mirandês*, [Monografias Arqueológicas, n.º 3], Porto, GEAP- Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto
- SANCHES, Maria de Jesus (1997), *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 2 vols., [Textos, nº 1], Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1997
- SANCHES, Maria de Jesus (2003), Sobre a ocupação do Neolítico inicial do Norte de Portugal, In GONÇALVES, Vítor S. (ed.) *Muita Gente, Poucas Antas? Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo. Trabalhos de Arqueologia*, 25, IPA, pp. 155-179
- SANCHES, Maria de Jesus (2016), Animal bones, seeds and fruits recovered from Crasto de Palheiros. A contribution to the study of diet and commensality in the recent Pre-History and Iron Age of Northern Portugal”, In VILAÇA, Raquel, SERRA, Miguel, (eds.), *To feed the body, to nourish the soul, to create sociability. Food and commensality in pre and protohistoric societies*, CEPBA, IAFLUC, Palimpsesto, pp. 79-119
- SANCHES, Maria de Jesus (2018) (in press), Os primeiros habitantes do território bragançano: Pré-história e Proto-história [de c. de 30 000 AC à viragem da Era], In SOUSA, Fernando (ed.), *Bragança. Desde as origens à revolução liberal de 1820*, Bragança. CEPESE and Município de Bragança
- SANCHES, Maria de Jesus (ed.) (2008), *O Crasto de Palheiros (Fragada do Crasto), Murça-Portugal*, Murça, Município de Murça
- SANCHES, Maria de Jesus, BARBOSA, Maria Helena (2018, no prelo), “Campaniforme:chronology, pottery and context of a long term phenomenon in the Portuguese Douro Basin”, *Journal of Neolithic Archaeology*, Institute of Pre- and Protohistoric Archaeology, Kiel University, Kiel
- SANCHES, Maria de Jesus, BARBOSA, Maria Helena, VIEIRA, Alexandra (2017), Bell beaker contexts in Northern Portugal, In GONÇALVES, Vítor (Ed. de), *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibérica*, Coleção Estudos e Memórias nº 10, Lisboa, UNIARQ, pp. 226-245
- SANCHES, Maria de Jesus, PINTO, Dulcineia (2008), O Faseamento em I, II e III: algumas palavras, In SANCHES, Maria de Jesus (ed.) (2008), *O Crasto de Palheiros (Fragada do Crasto), Murça-Portugal*, Murça, Município de Murça
- SENNA-MARTINEZ, João Carlos, PEDRO, Ivone (eds.) (2000), *Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu*, Viseu, Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia
- SEOANE-VEIGA, Yolanda, PRIETO-MARTÍNEZ, M. Pilar, DAL ZOVO, Cecilia (2013), Bell beaker findings in rock art contexts, In PRIETO MARTÍNEZ, Margarida, SALANOVA, Laure (Coord. de), *Current researches on Bell Beakers. Proceedings of 15th International Bell Beaker: From Atlantic to Ural: 5th-9th May 2011, Poio (Pontevedra, Galicia, Spain), Santiago de Compostela (Spain): Copynino*, pp. 31-39
- SILVA, Eduardo Lopes (2003), Novos dados sobre o Megalitismo do Norte de Portugal, In *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*, Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia; 25], pp. 269-279
- SUAREZ-OTERO, Jose (2011), Del campaniforme cordado (AOC) en el Noroeste hispánico. Un extraño e inesperado invitado, In PRIETO MARTÍNEZ, Margarida, SALANOVA, Laure (coords.), *Las Comunidades Campaniformes en Galicia. Cambios sociales en el III y II milenios BC en el NW de la Península Ibérica*, Pontevedra, Diputación de Pontevedra, pp. 259-265

- SZÉCSÉNYI-NAGY, Anna, *et alii* (2017), The maternal genetic make-up of the Iberian Peninsula between the Neolithic and the Early Bronze Age, *Scientific Report*, 7, pp. 1-15.
- Tambores. Museu do Côa, online: <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Saberes&SubPage=OcupacaoHumana&Sito=64> (consultado a 15 de Março de 2018)
- TEIXEIRA, Joana Castro (2017), O Tempo longo da Pré-história: Algumas incursões nos modos de povoamento e atuação social, In CARVALHO, Pedro C., GOMES, Luís F.C. & MARQUES, João N. (coord.), *EHEVT-Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua (Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)*, vol.I, Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, EDP S.A., Edições Afrontamento, Lda, Porto, pp.46-168.
- VALERA António C. (2000), O fenómeno campaniforme no interior centro de Portugal: o contexto da Fraga da Pena. Pré-História Recente na Península Ibérica, In JORGE, Vítor Oliveira (coord.), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, UTAD, Vila Real, Portugal, setembro de 1999, Vol. 4, 2000 (Pré-história recente da Península Ibérica), Porto, ADECAP- Associação para o Desenvolvimento e Cooperação em Arqueologia Peninsular, pp. 269-290
- VALERA António C. (2007), *Dinâmicas Locais de Identidade. Estruturação de um espaço de tradição no 3º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda)*, Fornos de Algodres, Município de Fornos de Algodres
- VALERA, António C. (2017), Beakers in Central Portugal: social roles, confluences and strange absences, In GONÇALVES, Vitor (Ed. de), *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibérica*, Coleção Estudos e Memórias nº 10, Lisboa, UNIARQ, pp. 214-229
- VALERA, António C., ANTUNES, Sérgio (2000), A Mamoia 2 do Leandro (Maia, Porto). Intervenção de minimização no âmbito do alargamento da A3. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, vol. 3, Lisboa, NIA, pp. 7-17
- VALERA, António C., BASÍLIO, Catarina (2017), Approaching Bell Beakers at Perdigões enclosures (South Portugal): site, local and regional scales, In GONÇALVES, Vitor (Ed. de), *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibérica*, Coleção Estudos e Memórias nº 10, Lisboa, UNIARQ, pp. 82-97





**Fig. 1:** Modelo digital do terreno da área envolvente do Craсто de Palheiros (com base na CMP, 1:25:000, folhas 89 e 90) (seg. Joana Teixeira).



**Fig. 2:** Levantamento topográfico do Craсто de Palheiros, abrangendo somente a parte superior da crista, com possantes estruturas arquitectónicas. Estão marcados os Recintos Superior e Inferior e o contorno exterior dos taludes. Identificam-se ainda as áreas que são objecto específico deste texto: PSL (Plataforma Superior Leste) e PSN (Plataforma Superior Norte).



**Fig. 3:** Crasto de Palheiros visto de Leste. Destaca-se a imponente escarpa (à esquerda) e os Recintos Superior (no topo) e Inferior, na parte média, ambos definidos por potentes e inclinados taludes. A Plataforma Superior Norte situa-se na área superior direita (à direita das azinheiras), e a Plataforma Superior Leste, já no extremo esquerdo, define-se entre afloramentos e a escarpa sul. Os “caminhos / acessos” marcados sobre os taludes são escadas de circulação para os visitantes. (Foto Rafael Morais)



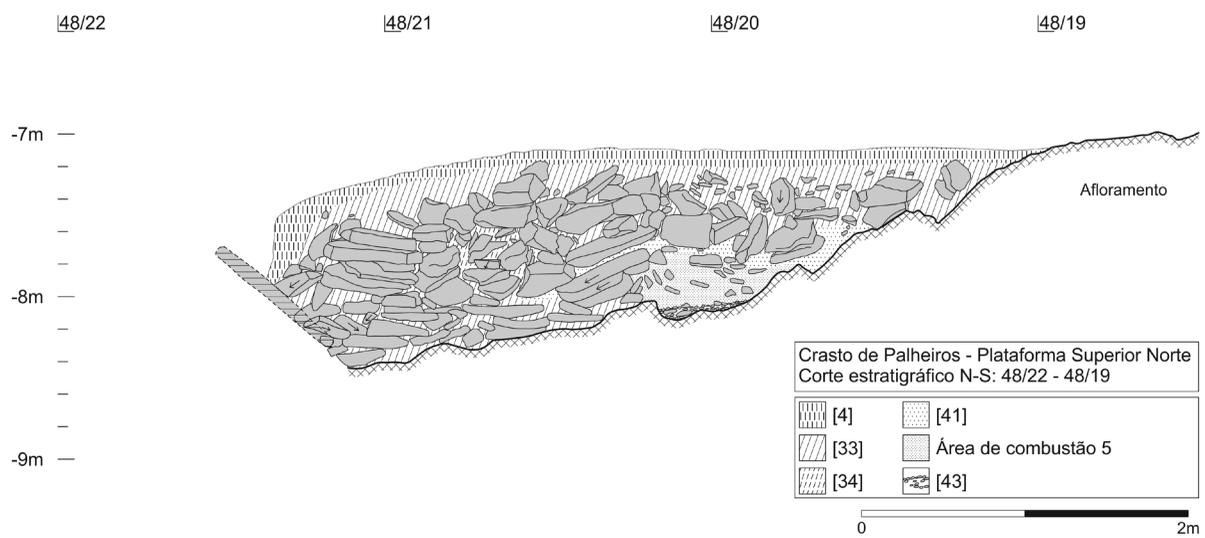
**Fig. 4:** Crasto de Palheiros visto de Noroeste. Destaca-se a majestosa escarpa (à direita) e os Recintos Superior (no topo) e Inferior, na parte média, ambos definidos por potentes e inclinados taludes. Sobressai ainda a componente rochosa, agressiva, de toda a estação. A Plataforma Superior Norte situa-se na área superior, em torno das azinheiras. Existem vestígios arqueológicos (em estratigrafia original) em toda a área captada pela foto



**Fig. 5:** Aspecto do Recinto Superior, visto do Recinto Inferior, num momento (em Julho de 2017) de transporte de pedra, de mão em mão, para restauro arquitectónico da área escavada. De notar o elevado desnível entre ambos os Recintos, a inclinação acentuada do Talude (medida pela posição das pessoas), e a sua marcante componente rochosa. A muralha à esquerda (restaurada) data da Idade do Ferro. Em cima, uma equipa procede ao desenho das estruturas da Plataforma Superior Norte.



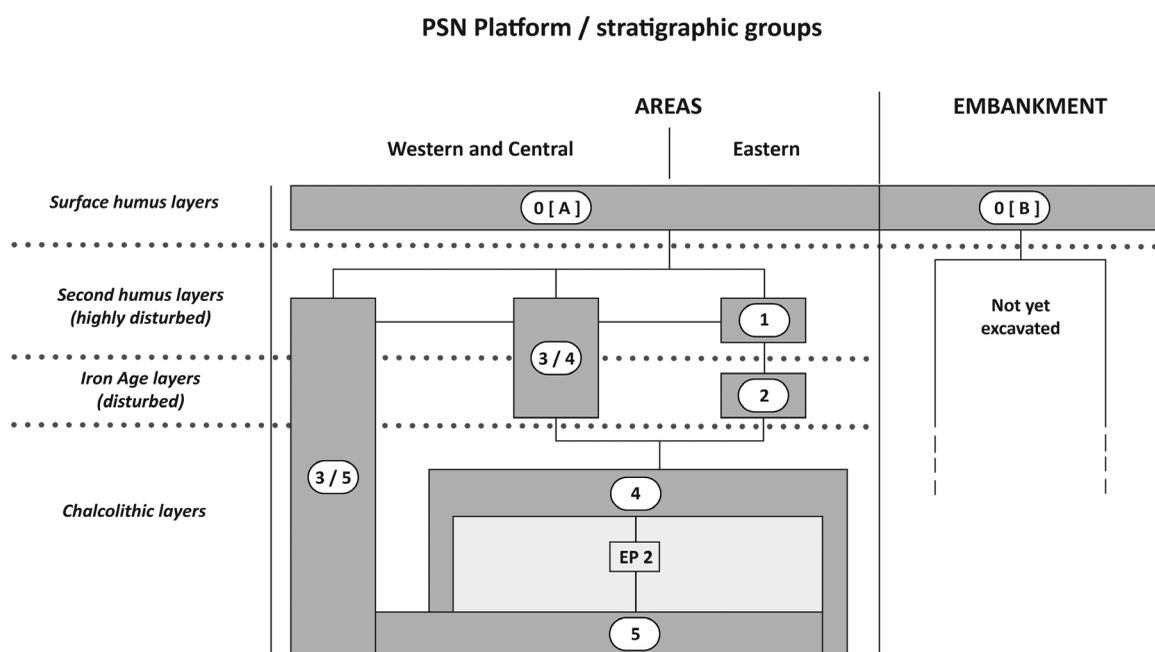
**Fig. 6:** Plataforma da área norte do Recinto Superior num momento da sua escavação em 2004. Em primeiro plano a Estrutura Pétrea 2 (EP2) encostada ao afloramento, ao centro e, de cada um dos lados, estruturas / áreas de combustão, tudo prégio à condenação terminal. Em segundo, o Empedrado circundante e definidor da plataforma, sendo de destacar o exíguo espaço ocupado por estas estruturas “habitacionais”. A data de C14 provém de uma amostra do topo da estrutura / área de combustão situada do lado esquerdo.



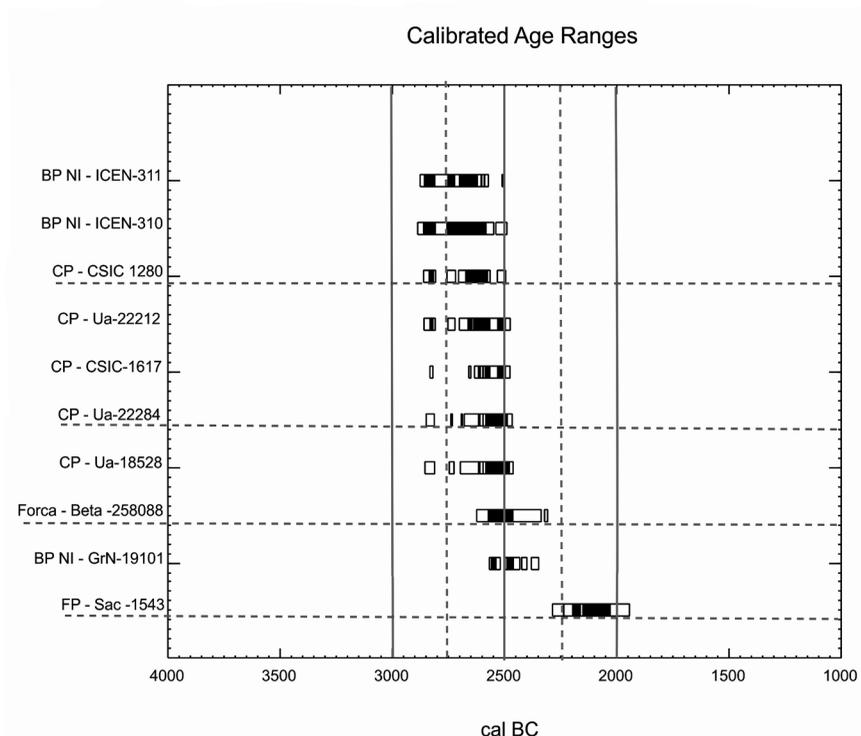
**Fig. 7:** Corte estratigráfico 1. Ver descrição em texto. Faz-se notar a Área de combustão 5 que, na figura 6, se situa do lado direito da Estrutura Pétreia 2.



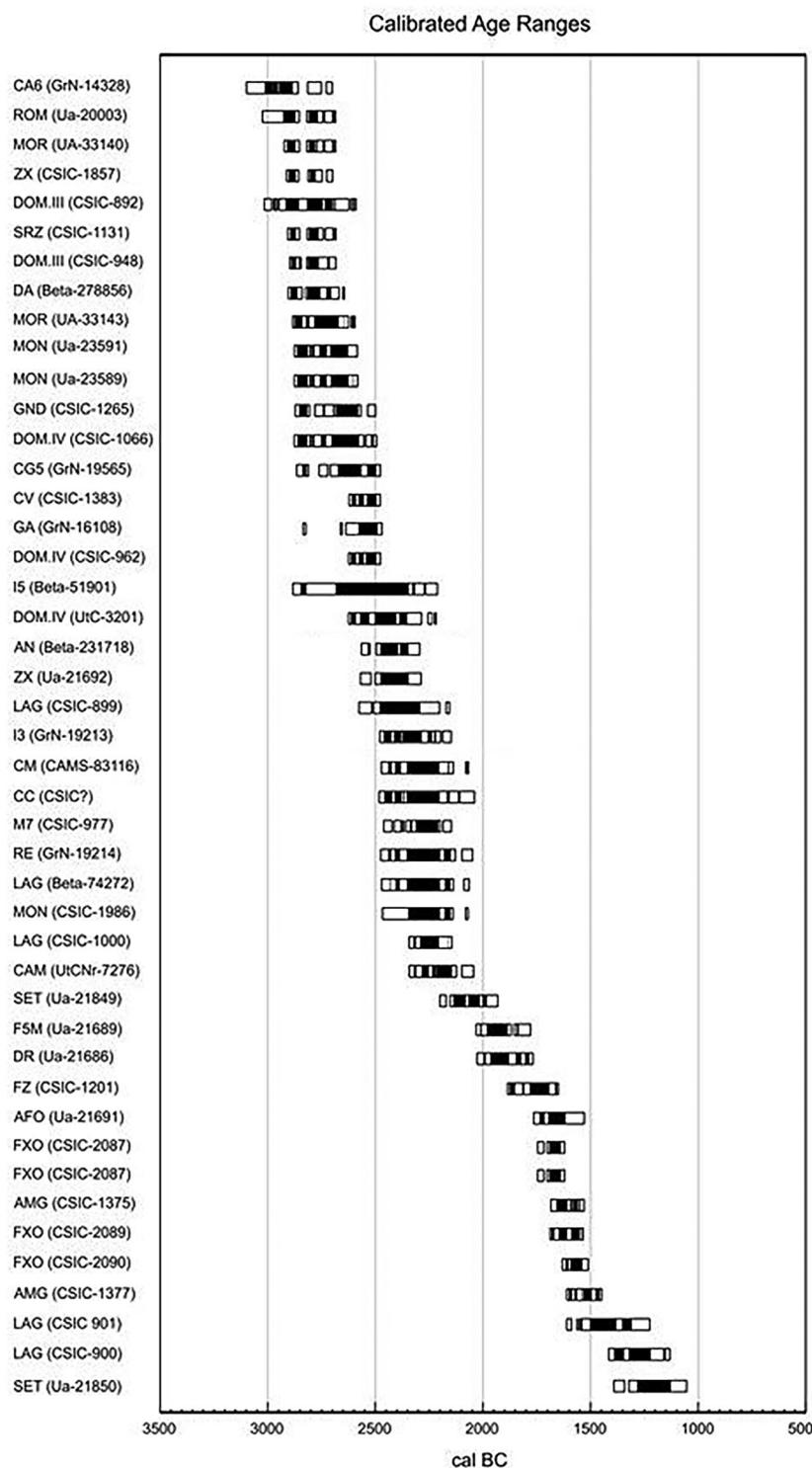
**Fig. 8:** Imagem do mesmo corte anterior, embora a área ainda não esteja aqui totalmente escavada. Faz-se notar, à esquerda, o potente travejamento de pedras que definem e sustentam a plataforma, e ainda os enormes blocos que definem arcos de sustentação da mesma, tendo-se conservado, para a ilustração na foto, somente o mais interior (à direita, sobre o solo geológico / rocha de base).



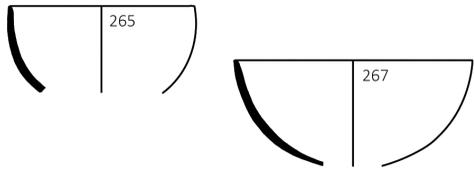
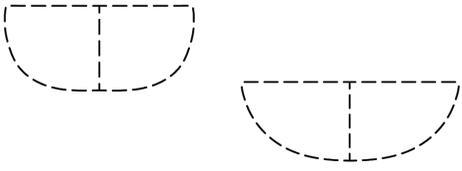
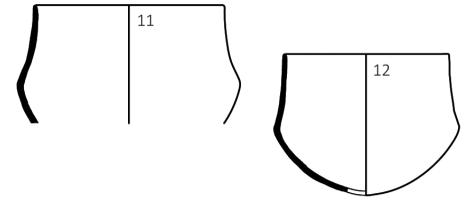
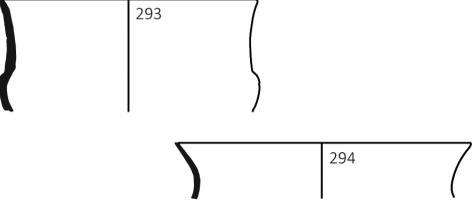
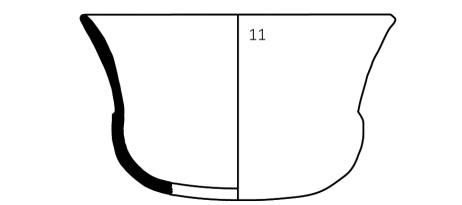
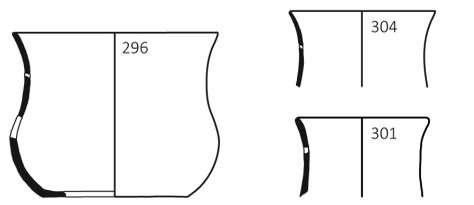
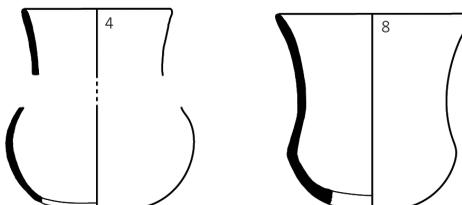
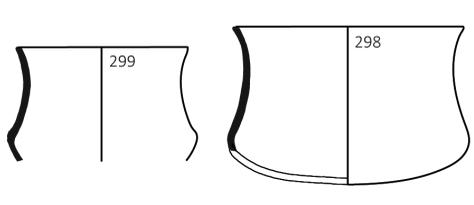
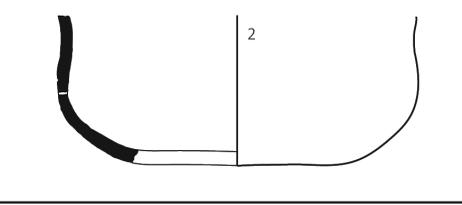
**Fig. 9:** Representação dos grupos estratigráficos (GE) da Plataforma Norte (PSN) do Recinto Superior. Ver explicação em texto pois deve este ser comparado com a estratigrafia expressa no corte 1 (Figuras 8 e 9).



**Fig. 10:** Representação das datas absolutas (calibradas a 2 $\sigma$ ) do norte de Portugal e bacia do Douro. BP - Buraco da Pala; CP - Crasto de Palheiros; CA - Castelo de Aguiar; FP - Fraga da Pena. As linhas tracejadas horizontais marcam as amostras estritamente relacionadas com cerâmica campaniforme clássica. No Crasto de Palheiros todas as datas se relacionam com cerâmica campaniforme, nas suas versões clássica e imitações, e o mesmo acontece na Fraga da Pena.



**Fig. 11:** Representação das datas absolutas (calibradas a 2 $\sigma$ ) da Galiza. CC - Chan de Coiro; GND - A Gándara; LAG - A Lagoa; CV - Cartas de Vilar 4; LAV - Lavapés; FX - O Fixón; FXO - O Fuxiño; REB - Reborica; SET - Setepias; ZX - Zarra de Xoacín; MON - Montenegro; DA - A Devesa de Abaixo; GA - Guidoiro Areoso; MOR - Monte de Os Remedios; SRZ - Saídos das Rozas; DR - Devesa do Rei; AFO - A Forxa; NA - Agro de Nogueira; AMG - A Madorra da Granxa; DOM.III - Dombate - Fase III; DOM.IV - Dombate - Fase IV; CAM - A Cameixa; FZ - Fraga do Zorro; ROM - A Romea; CA6 - Campiños 6; CM - Coto dos Mouros; CG5 - Cotogrande 5; F5M - Forno 5 dos Mouros; I3 - Illade 3; I5 - Illade 5; M7 - Mourela 7; RE - Reboredo 1 (Seg. Prieto-Martínez, M.P., 2011:359-361).

	PSL	PSN
3/4		
8		
9		
10		
11		
12		

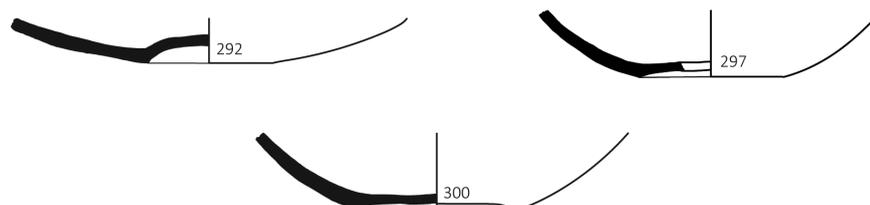
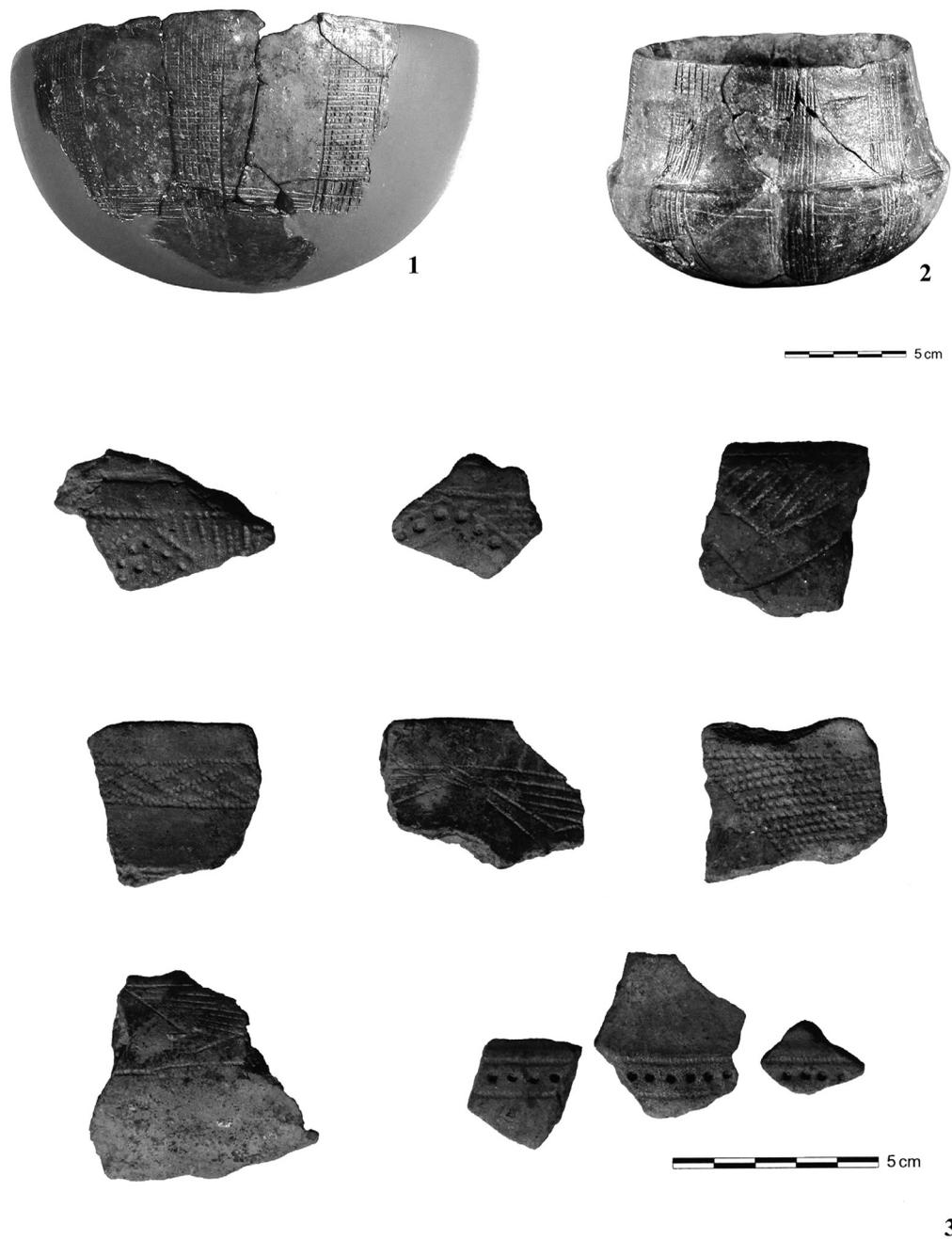
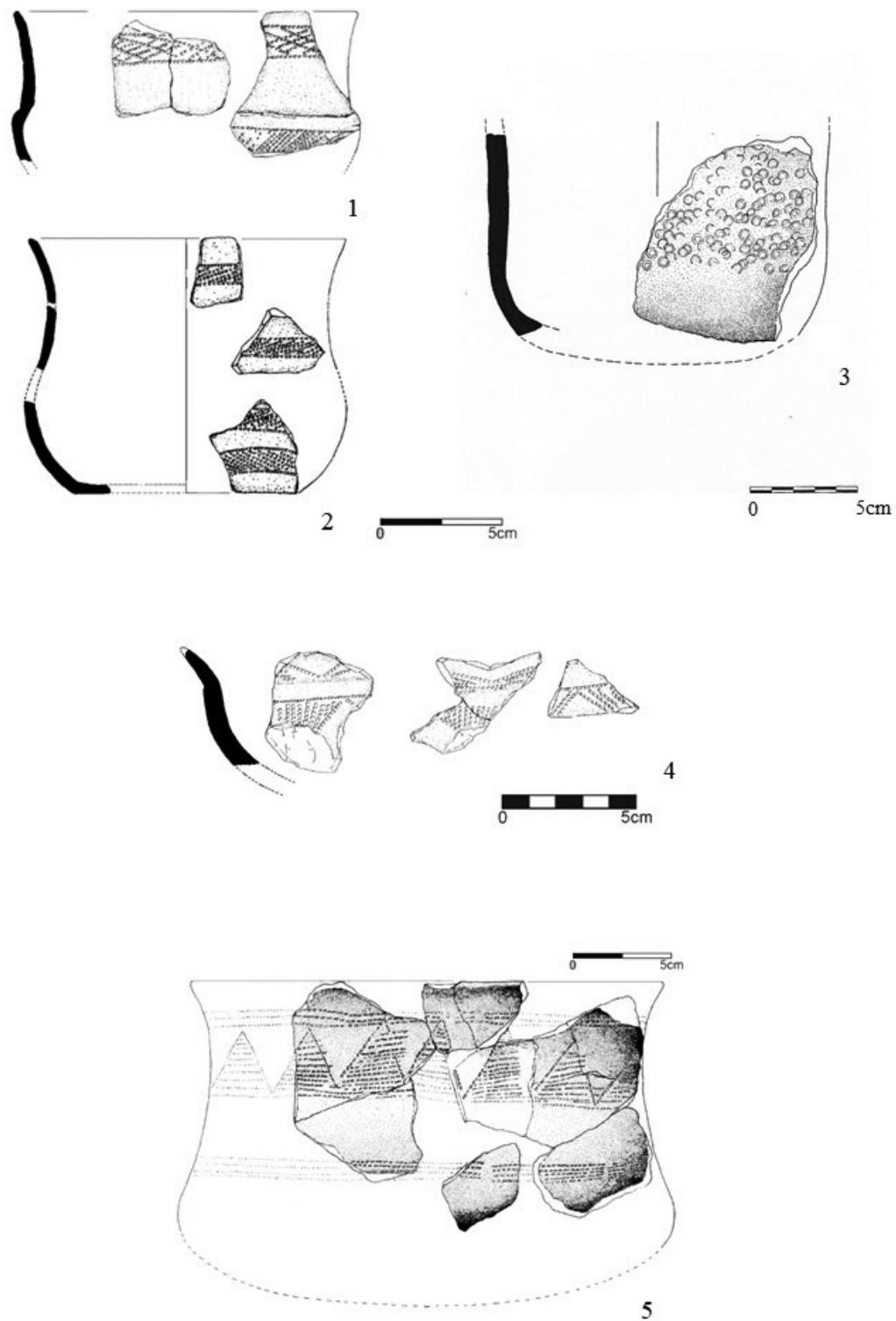


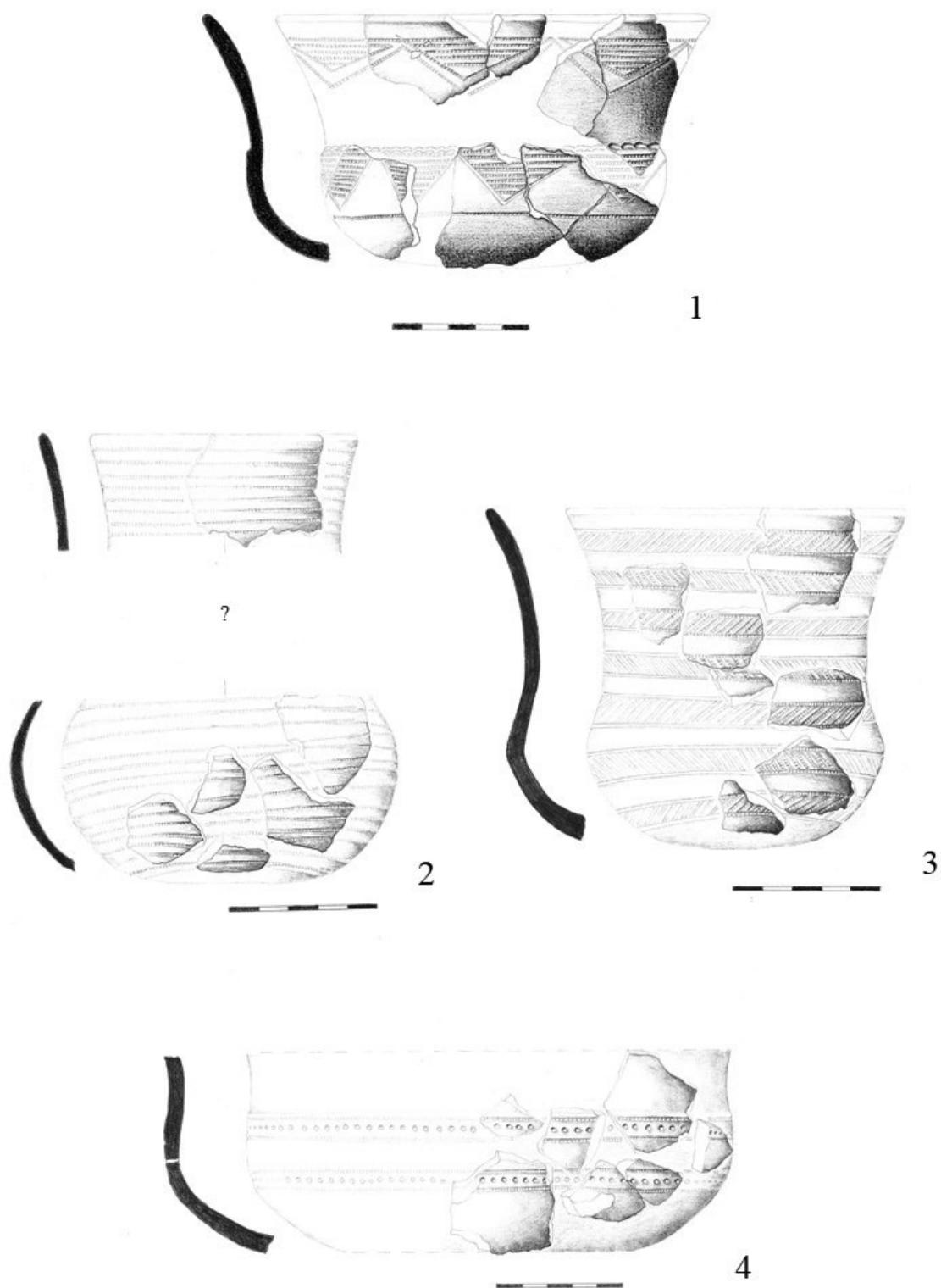
Fig. 12: Quadro de formas campaniformes do Crasto de Palheiros.



**Fig. 13:** Cerâmica campaniforme do Crasto de Palheiros . 1 e 2 - recipientes da decoração [I1a]; 3 - fragmentos campaniformes “clássicos”. Destaca-se a organização decorativa [XXV8], presente nos dois primeiros fragmentos da fila superior e no fragmento do canto inferior direito. A decoração do fragmento do canto superior direito tem preenchimento a pasta branca.



**Fig. 14:** Recipientes cerâmicos da Plataforma Superior Leste do Crasto de Palheiros (adaptado de Barbosa, S., 1999).



**Fig. 15:** Recipientes cerâmicos da Plataforma Superior Norte do Crasto de Palheiros (desenhos de Dulcineia Pinto).

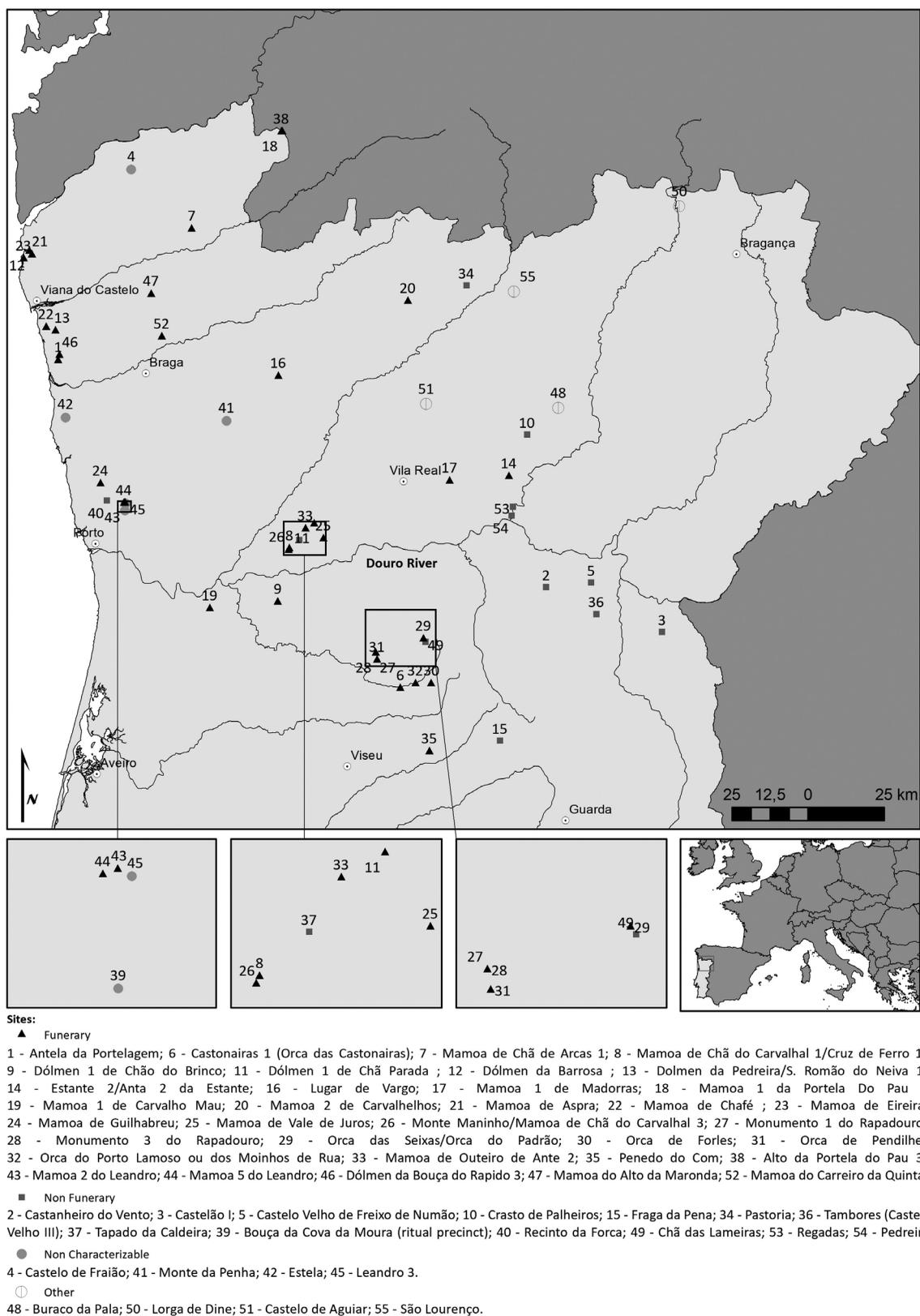
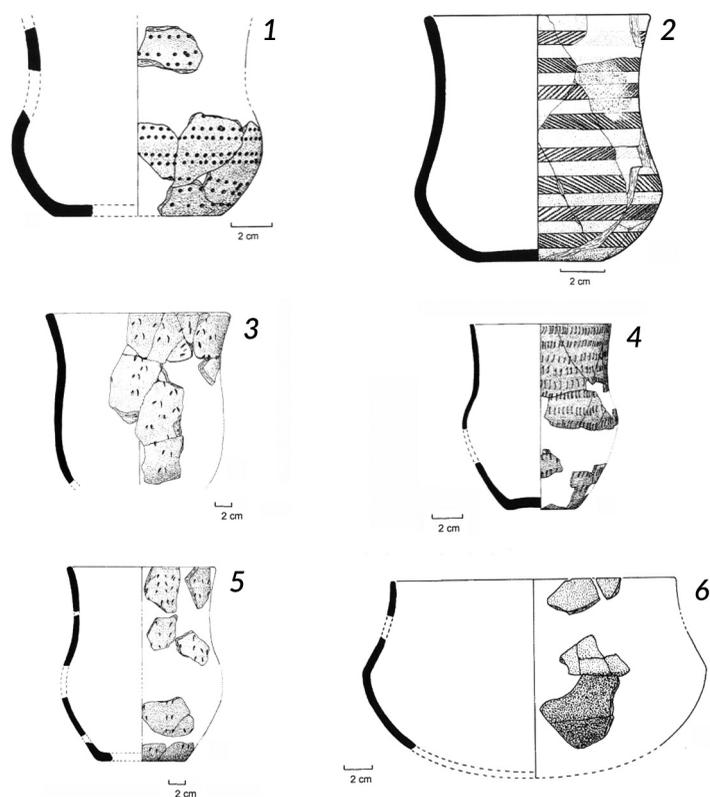
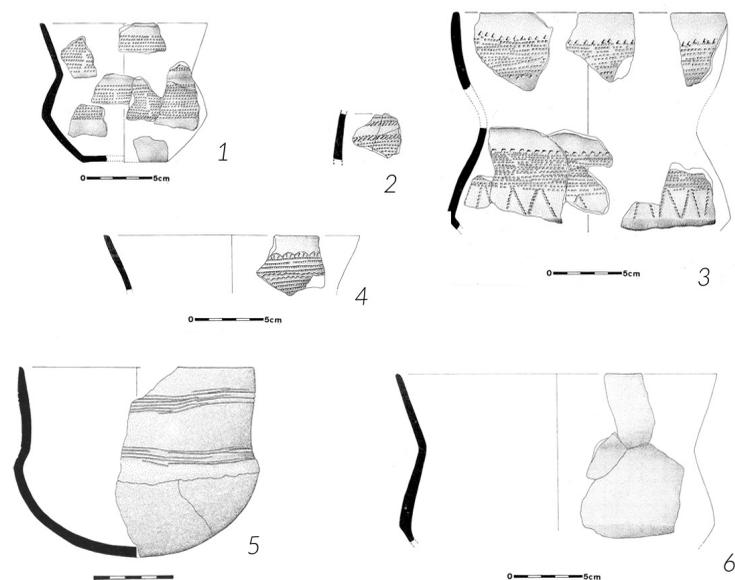


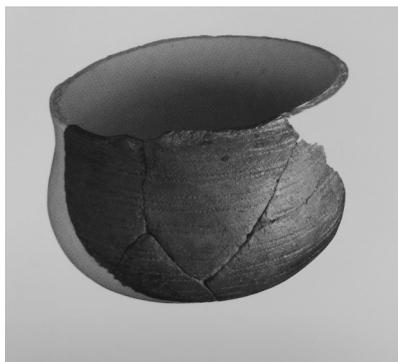
Fig. 16: Mapa dos contextos com cerâmicas campaniformes no norte de Portugal e bacia do Douro.



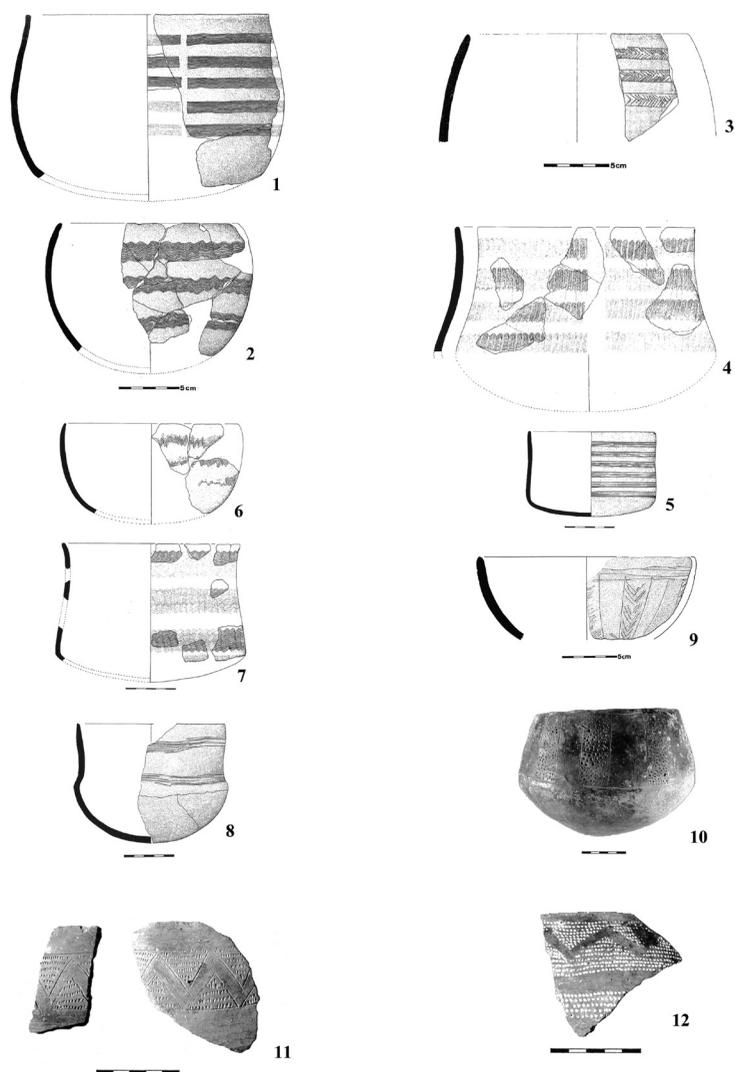
**Fig. 17:** Recipientes cerâmicos da Fraga da Pena (adaptado de Valera, A.C. 2007, Fig. 5-24, 5-25, 5-26).



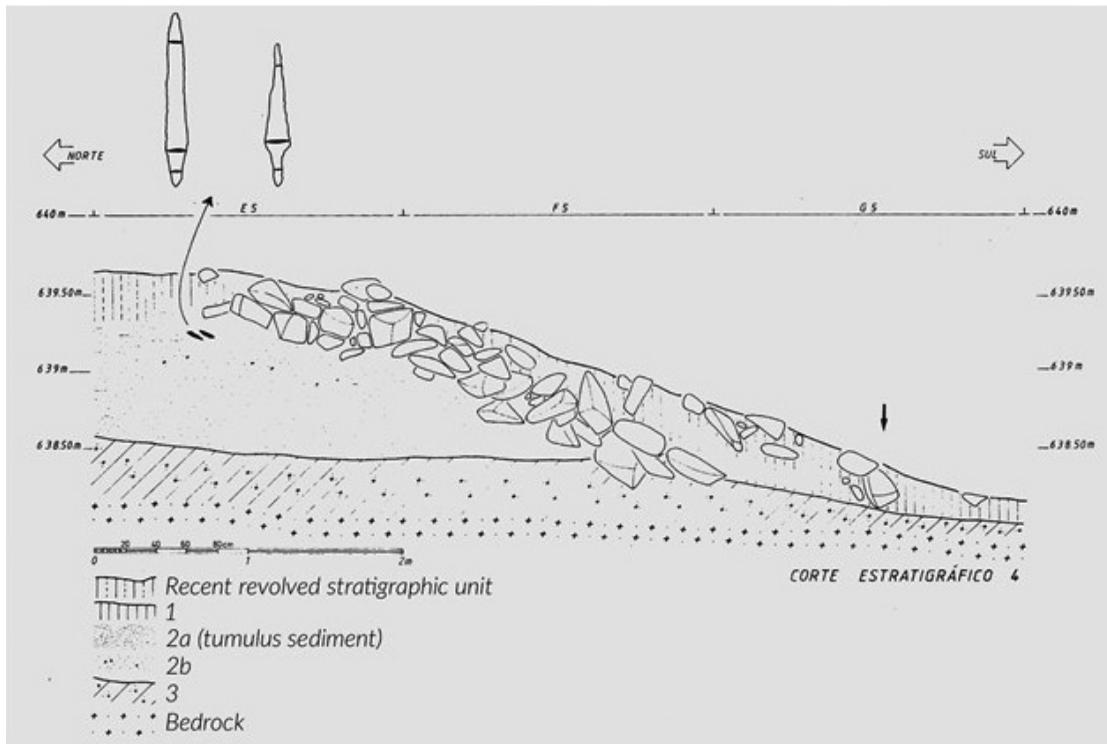
**Fig. 18:** Recipientes cerâmicos campaniformes da Pastoria (baseado em Jorge, S.O., 1986).



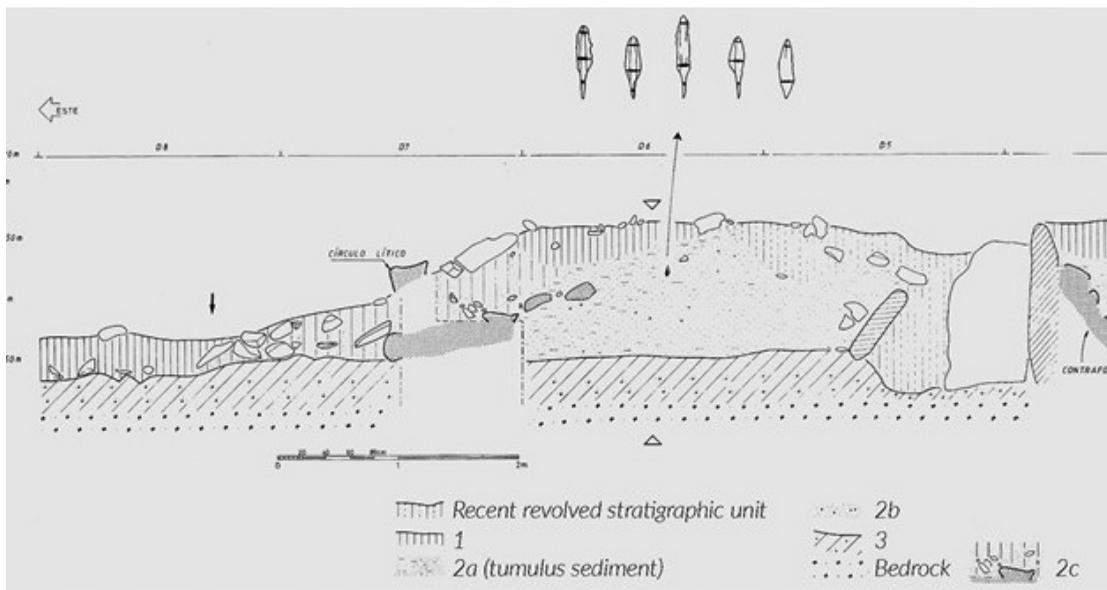
**Fig. 19:** Vaso da Mamoa de Guilhabreu (retirado de Bettencourt, A., 2010a). [Esta imagem, de baixa resolução, deve ser bastante reduzida]



**Fig. 20:** Recipientes cerâmicos de Pastoria, Buraco da Pala e Lorga de Dine. Destaca-se o fragmento número 12, da Lorga de Dine, com incrustações de pasta branca (baseado em Jorge, S.O. 1986, Sanches, M.J. & Barbosa, 2018, no prelo).



1



2

**Fig. 21:** Mamoia 1 de Chã de Carvalho (serra da Aboboreira), tendo representado, em ambos os cortes, a localização estratigráfica do depósito de punhais e de pontas de Palmela (seg. Cruz, D., 1992; Fig. 11 e 14).

## NEWS ABOUT FOUR BLACK-FIGURE ATTIC CUPS ATTRIBUTED TO THE LANCASTRE PAINTER

**Rui Moraes**

FLUP / CECH – Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos  
rmorais@letras.up.pt

### ABSTRACT

The study of a black-figure Attic cup belonging to a private Portuguese collection, generically framed in the FP Class (Flower-Palmette), and the identification of a parallel in the *Staatliches Lindenau-Museum*, in Altenburg, attributed to the same artist, led us to propose – in partnership with another author – a new painter whom we named as Lancastre Painter. In the study that we now present, we added two more black-figure cups that we think can be attributed to this painter – one is contemplated in the *Beazley Archive*, and was sold by the Bonhams auctioneer in the London market, and the other was included in the sales catalogue of the Royal-Athena Galleries in 1990. The study and presentation of these two last cups reinforces the aforementioned attribution and calls the attention to the possibility that we might come to identify other specimen attributed to the same painter.

**Keywords:** Black-figure cup; FP Class; Lancastre Painter.

### RESUMO

O estudo de uma taça ática de figuras negras pertencente a uma coleção privada portuguesa genericamente enquadrável na Classe FP (Flower-Palmette) e a identificação de um paralelo no *Staatliches Lindenau-Museum*, em Altenburg, atribuível a um mesmo artista, levou-nos a propor – em parceria com outro autor - um novo pintor, a que designámos Pintor de Lancastre. No estudo que agora se apresenta adicionámos mais duas taças de figuras negras que pensamos atribuíveis a este pintor, uma contemplada no *Beazley Archive* e vendida pela leiloeira Bonhams no mercado londrino, e outra que em 1990 figurava no catálogo de vendas da Royal-Athena Galleries. O estudo e apresentação destas duas últimas taças permite reforçar a atribuição acima referida e chamar a atenção para a possibilidade de no futuro podermos vir a identificar outros exemplares atribuíveis ao mesmo pintor.

**Palavras-chave:** Taça de figuras negras; Classe FP; Pintor de Lancastre.

One of the most important private collections of Greek vases currently assembled in Portugal belongs to D. Manuel de Lancastre, and it was made known at an exhibition at Museu Nacional de Arqueologia, in 2007 – “Vasos Gregos em Portugal. Aquém das Colunas de Hércules”, commissioned by Maria Helena da Rocha-Pereira<sup>1</sup>.

This collection was also the object of two further publications, together with another author, so as to review some of the previous classifications and to propose the attribution to known painters

<sup>1</sup> VGPortugal 2007 (= ROCHA-PEREIRA 2007).

who were consecrated by the major experts in Greek vases<sup>2</sup>.

One of those vases, an Attic black-figure type A cup, was generically attributed to the FP Class (Flower-Palmette-Class). This cup is decorated with a lotus flower under the handles and two large horizontal palmettes topped by two small volutes which are motifs usually present in some cups and skyphoi of this class of painters<sup>3</sup>.

The identification of a parallel for this cup in the *Staatliches Lindenau-Museum*, in Altenburg, and the realization that we were before the hand of the same artist, led us to propose a new painter for both cups, naming him Lancastre Painter<sup>4</sup>.

The black-figure cup of the Lancastre collection fits in those of type A, dated from about 550 to 500 BC, and it is currently in the database of the *Beazley Archive* from the Oxford University under the number 9034207 (Fig. 3.1; 3.2). It is decorated on both sides of the external surface with what seems to be a horse-riding scene with all the figures positioned to the right. In the centre of the scene we can see the master standing with a spear in his right hand, between two young apprentices. These are depicted naked and on top of their horses in good balance, holding a spear in their left hands. On the left side of this scene, there is a falcon flying in the opposite direction of the figures suggesting that this is an outdoor horse riding lesson. On one of the sides, one of the riders on the right has a beard. Flanking both scenes and the handles, we can see two large palmettes topped by two small volutes and two other small palmettes with touches of red. Under the handles there are two stylized lotus flowers. Touches of red in the hair, manes and tails of the horses are also to be seen. As it is common in this kind of cups, the transition to the foot is signalled by a reserved band. The inside of the cup does not present any decoration; there, we can only see a reserved medallion with a central and circular point. The cup was restored from fragments and the foot re-made<sup>5</sup>.

As we have previously mentioned, the attribution of this cup to a new painter was only possible thanks to a parallel found in the *Staatliches Lindenau-Museum* which we think is attributed to the same hand<sup>6</sup>. This cup, integrated in the type C and dated from 550 to 500 BC, was published in the *Corpus Vasorum Antiquorum* and is in the *Beazley Archive* under the number 12092 (Fig. 2; 3.1; 3.2)<sup>7</sup>. The representation is similar to the previous one: again, a horse-riding scene with all figures placed on the right side. The image only differs in the representation of three to four riders at a trot, flanked by two equitation masters. On the side where the three riders are depicted, a falcon is to be seen flying in the opposite direction of the figures, signalling, once again, that this is an outdoor horse-riding lesson. The number of figures represented occupies the whole surface, not leaving any space for the representation of palmettes, which could be found in the previous cup.

In the *Pottery Beazley Archive* database there is another cup that we think might also be attributed to the Lancastre Painter. It is a type C cup, registered under the number 9029587, sold by the Bonhams auctioneer in the London market and currently in a German private collection (Fig. 4)<sup>8</sup>. The thematic and stylistic affinities are identical to the ones previously referred to: here we see, positioned to the right and on both sides, a naked rider; also perceptible is a second horse, flanked by two young men. The young man on the right turns his head backwards as if showing the way, giving instructions or simply talking. Between the rider and the young man on the left, the representation of a faded falcon is visible. Just like in the previous cups, flanking both scenes and the respective

2 MORAIS e CENTENO 2013: p. 69-81; MORAIS e CENTENO 2015.

3 *ABFV* 1988: p. 107.

4 With this new attribution we intend to honour the collector for having been so kind as to publicly share his collection in the aforementioned exhibition in Museu Nacional de Arqueologia as well as for his generosity in having allowed us to study some of his vases again.

5 *VGPortugal* 2007: p. 80, n° 05 (= ROCHA-PEREIRA 2007); MORAIS e CENTENO 2015: p. 20-21, n° 3.1-3.2).

6 MORAIS e CENTENO 2015: p. 21-23, n° 3a-c).

7 *CVA Germany 17*: p. 38-39, Taf. (825) 40.1, 40.4, 40.6.

8 BONHAMS 29.4.2004: p. 27, n° 50.

handles, two large palmettes, topped by two small volutes with touches of red are to be seen. Under the handles two stylized lotus flowers are also depicted.

To this cup we should also add another one of the same type, which was in the sales catalogue of the Royal-Athena Galleries in November 1990 (Fig. 5)<sup>9</sup>. According to the catalogue description, two young riders at a gallop are depicted. The young riders are represented naked, except for one of the sides where one of them (preceded by the usual falcon) wears a robe. Touches of red on the hair, on the robe, and mane and tails of the horses are to be seen as well as the distinctive palmettes and lotus flowers. Again, a reserved band is signalled on the foot next to the wall.

As we can see, the affinities amid these four cups are clear: besides the horse-riding theme, we find the same position of the lower and upper limbs of the masters and young men portrayed. However, and above all, we should highlight the details of the drawing, in particular the representation of the eyes and hands as well as the incision lines and the touches in red which allow us to assume that we are before the hand of the same artist.

By simply consulting the CVA, we can find other black-figure cups with similar stylistic and thematic connections, normally assigned to the Runners Painter, but of inferior artistic quality; they were, most probably, influenced by the works of the painter of the specimens studied here<sup>10</sup>.

#### ABREVIATURAS

ABFV	<i>Athenian Black-Figure Vases</i>
ABV	<i>Attic Black-Figure Vase-Painters</i>
Pottery Beazley Archive	<a href="http://www.beazley.ox.ac.uk">http://www.beazley.ox.ac.uk</a> .
CVA	<i>Corpus Vasorum Antiquorum</i>
Paralipomena	<i>Paralipomena: Additions to Attic Black-Figure Vase-Painters and to Attic Red-Figure Vase-Painters.</i>
RAG-cat.	<i>Royal-Athena Galleries one Thousand Years of Ancient Greek Vases, From Greece, Etruria &amp; Southern Italy</i> , New York, 1990.
VGPortugal	<i>Vasos gregos em Portugal. Aquém das Colunas de Hércules.</i>

#### BIBLIOGRAFIA

- BEAZLEY, John (1955), *Attic Black-Figure Vase-Painters*, Oxford.
- BEAZLEY, John (1971), *Paralipomena: Additions to Attic Black-Figure Vase-Painters and to Attic Red-Figure Vase-Painters*, Oxford.
- BOARDMAN, John (1988), *Athenian Black-Figure Vases*, London (reimpr.).
- MORAIS, Rui; CENTENO, Rui (2013), “Notícia sobre quatro vasos áticos da coleção D, Manuel de Lancaster”, *Portvgalia, Nova Série*, XXXIV, Porto, Flup, pp. 69-81.
- OLMOS, Ricardo (1993), *Catálogo de los vasos griegos del Museo Nacional de Bellas Artes de La Habana*, Madrid.
- ROCHA-PEREIRA, Maria Helena da (Coord. de) (2007), *Vasos gregos em Portugal. Aquém das Colunas de Hércules*, Catálogo da Exposição, Lisboa, MNA.

<sup>9</sup> RAG-cat. 1990: p. 12, nº 37.

<sup>10</sup> CVA Germany 57, Taf. 50, nº 4-5 e Taf. 51, nº 1-2; OLMOS 1993: p. 97-98, nº 29.





**Fig. 1.1:** Private collection (Beazley Archive, n° 9034207)



**Fig. 1.2:** Private collection (Beazley Archive n° 9034207)



**Fig. 2:** Lindenau-Museum Altenburg (Beazley Archive, n° 12092)



**Fig. 3.1:** Lindenau-Museum Altenburg (Beazley Archive, n° 12092)



**Fig. 3.2:** Lindenau-Museum Altenburg (Beazley Archive, n° 12092)



**Fig. 4:** London Market, Bonhams 2004 (Beazley Archive n° 9029587)



**Fig. 5:** Royal-Athena Galleries, New York 1990



# A TERRA SIGILLATA ITÁLICA DE MONTE MOLIÃO, LAGOS, PORTUGAL<sup>1</sup>

**Ana Margarida Arruda**

FLUL / UNIARQ e Centro de Estudos Clássicos  
a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

**Íris Dias**

FLUL / UNIARQ

## ABSTRACT

The extensive archaeological work carried out in Monte Molião since 2006 has shown a long diachrony of the site between the 4<sup>th</sup> century BC and the end of the 2<sup>nd</sup> century. The main building development that took place at the Flavian and Antonine times, concealed widely the previous constructions, namely the Julio-Claudian. Nevertheless, some archaeological data, such as italic *terra sigillata*, prove the permanence of human communities in Monte Molião that, since the Iron Age, lived there. The integrated study of this ceramic category, with the classification of ceramic fragments and respective shapes, it was taken into consideration the context of their collection, which enabled a better understanding of the consumption rhythms of the tableware in the beginning of the imperial phase, but also, to admit that the construction of some buildings may fall behind, at least, to the first half of the 1<sup>st</sup> century. The forms of the ceramic set correspond mainly to the Haltern Service I, despite the Service II being also present, which is not frequent in Algarve or in the rest of Portuguese territory, with the exception of Alcácer do Sal and somewhat Santarém as well.

**Keywords** – Italic *terra sigillata*, Algarve, Monte Molião, Roman period

## RESUMO

Os extensos trabalhos arqueológicos realizados em Monte Molião a partir de 2006 permitiram já esclarecer a diacronia da ocupação do sítio, localizada entre o século IV a.n.e. e os finais do II. O grande desenvolvimento construtivo que se verificou na época flávia e antonina ocultou, em grande parte, as construções imediatamente anteriores, concretamente júlio-cláudias. Contudo, alguns materiais arqueológicos, como é o caso da *terra sigillata* itálica, comprovam a permanência no local das comunidades humanas que, desde a Idade do Ferro, aí habitavam. O estudo integrado desta categoria cerâmica, com a integração dos fragmentos nas respectivas formas, teve sempre em atenção os contextos em que foram recuperados, tendo possibilitado uma leitura dos ritmos de consumo da cerâmica de mesa do início da fase imperial, mas também admitir que a construção de alguns edifícios pode recuar pelo menos para a primeira metade do século I. As formas integram-se maioritariamente no Serviço I de Haltern, apesar de o Serviço II estar também representado, o que não é frequente no Algarve nem, aliás, no restante território português, com excepção de Alcácer do Sal e, de algum modo, de Santarém.

**Palavras-chave** – *Terra sigillata* itálica, Algarve, Monte Molião, época romana

<sup>1</sup> Trabalho realizado no âmbito do Projecto “Monte Molião na Antiguidade”.

## 1. INTRODUÇÃO

As intervenções arqueológicas realizadas em Monte Molião, em Lagos, ao abrigo de um protocolo entre a Câmara Municipal de Lagos e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, permitiram a recolha de um considerável volume de informação sobre a sua ocupação humana deste importante sítio arqueológico durante a Antiguidade (Fig. 1). A referida informação está plasmada numa abundante quantidade de materiais arqueológicos e de estruturas construídas, bem como no reconhecimento de contextos específicos, que permitem conhecer, com relativo detalhe, a sua evolução diacrónica, assim como os ritmos de consumo dos produtos locais e importados (ARRUDA 2007; ARRUDA *et alii* 2008; ARRUDA e PEREIRA 2010; ARRUDA, SOUSA e LOURENÇO 2010; ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO 2010; ARRUDA *et alii* 2011; DETRY e ARRUDA 2013; ARRUDA e GOMES 2013; ARRUDA e SOUSA, 2012; SOUSA e ARRUDA, 2013; ARRUDA e VIEGAS 2016; PEREIRA e ARRUDA 2016; ARRUDA e PEREIRA 2017; SOUSA e ARRUDA 2014; VIEGAS e ARRUDA 2013; 2014).

A área intervencionada é já consideravelmente ampla (cerca de 2000 m<sup>2</sup>), e está distribuída por três sectores, A, B e C implantados a Este, a Sul e no topo (Fig. 2) da colina de forma elipsoidal localizada na margem esquerda da ribeira de Bensafirim. O primeiro e o último ofereceram importantes testemunhos da ocupação romana imperial, ainda que diferenciáveis do ponto de vista funcional. Assim, enquanto no Sector C os vestígios desta cronologia dizem respeito a actividades produtivas, designadamente de cerâmica comum (ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO 2010), os detectados no A correspondem a uma área habitacional (Fig. 3). Ambos, contudo, têm vindo a ser datados de um período localizado, *grosso modo*, entre os meados do século I e o último quartel do mesmo século, com prolongamento, no último caso, até aos finais do século II.

Neste contexto, importa referir que a ocupação do final da república e da primeira metade do século I não estão, em Monte Molião, tão bem documentadas como a imediatamente anterior, do século II a.n.e., nem da que, em termos cronológicos, se lhe seguiu, segunda metade do século I e centúria seguinte, sendo difícil associar ao júlio-cláudios quer construções quer unidades estratigráficas correspondentes à utilização de espaços concretos. Tal facto não será alheio à circunstância de muitas das evidências da “cidade” júlio-cláudia terem sido incorporadas ou destruídas em épocas posteriores, concretamente flávia e antonina, épocas tão bem representadas no sítio do ponto de vista construtivo. Assim, o estudo do conjunto da *terra sigillata* itálica do sítio revela-se da máxima importância, não apenas pelos materiais em si, já bem conhecidos do ponto de vista tipológico e com balizas cronológicas bem estabelecidas, mas principalmente porque permite afinar o faseamento estabelecido para a ocupação alto-imperial do sítio e, assim, compreender melhor o seu desenvolvimento urbanístico, sobretudo para um período para o qual são ainda muito esparsas as construções conhecidas.

Deve ainda referir-se que neste trabalho se estudaram apenas as peças com origem na península centro mediterrânea. Ficaram assim excluídas as que, apresentando morfologias itálicas, foram consideradas, através das características das pastas e dos engobes, produções sud-gálicas. O debate acerca do fabrico de vasos de “tipo itálico” nas oficinas do sul da Gália, reconhecido quer formalmente quer mesmo através de marcas de oleiros pisanos e aretinos, é grande e não cabe naturalmente no contexto deste trabalho. Ainda assim, vale a pena referir a existência, em Monte Molião, de peças sud-gálicas que exibem perfis itálicos, bem como de marcas de oleiros italianos, como é, por exemplo, o caso dos das oficinas de *Ateius*.

## 2. A TERRA SIGILLATA ITÁLICA DE MONTE MOLIÃO: MORFOLOGIAS, CRONOLOGIAS E CONTEXTOS

### 2.1. O conjunto

A *terra sigillata* itálica de Monte Molião é escassa, não em números absolutos, mas tendo em consideração a área escavada e, sobretudo, os outros conjuntos desta categoria de cerâmica de mesa. De facto, os 214 fragmentos oriundos da Península itálica, representam cerca de 5% do conjunto da *sigillata* de Monte Molião, o que contrasta, de forma flagrante, com os de origem gaulesa (70%) e até com os 20% da hispânica. O valor percentual de *sigillata* itálica apenas é paralelizável ao da Africana Clara A, que corresponde também a 5% do conjunto total (Fig. 4).

No conjunto de *terra sigillata* itálica recolhido até ao momento, contabilizaram-se 122 bordos e 50 fundos, a que podemos somar seis fragmentos de parede que, por apresentarem decoração, são também estudados neste trabalho.

A nível morfológico, constatamos alguma diversidade, tendo sido possível classificar, quanto à forma, 100 dos 122 bordos (Fig. 5).

### 2.2. As formas lisas

O prato **Conspectus 1**, de paredes oblíquas, está representado por três exemplares (18370, 21869, 22004 - Fig. 6, nº 1). É uma forma relativamente antiga dentro das produções itálicas, inspirando-se em protótipos de cerâmica campaniense. A cronologia da sua produção está balizada entre 40 e 15 a.n.e., como ficou provado, por exemplo em Bolsena e Magdalensberg (*CONSPECTUS* 1990: p. 52).

A sua recolha em nível de aterro, Unidade Estratigráfica [85], impede qualquer consideração sobre a datação da sua utilização no sítio.

Este tipo de prato é raro no Algarve, estando representado em Castro Marim por um único exemplar (VIEGAS 2011: p. 438 - 440, Estampa 82, nº1013). Nos restantes sítios do SO peninsular, também não abunda, havendo a registar uma peça no Castelo da Lousa (CARVALHO e MORAIS 2010: p. 139, Estampa III, nº 1). A sua presença na Alcáçova de Santarém deve, contudo, assinalar-se (VIEGAS 2003: p. 44; 47, nº 1270, 2613, 2614, 22769), onde regista, apesar de tudo, um valor considerável, oito, facto que pode explicar-se pela abundância desta categoria de *sigillata* na sede do *conventus scallabitanus*. A mesma justificação pode, por maioria de razões, ser aduzida para os fragmentos de Alcácer do Sal (quase uma dezena), sítio onde a *sigillata* itálica atinge valores até agora inigualáveis no território actualmente português, com um importante lote correspondendo ao serviço I de Haltern (SEPÚLVEDA, FARIA e FARIA 2000; VIEGAS 2014, Fig. 2 e 3). Em Lisboa, está publicado, até ao momento, apenas um prato deste tipo, proveniente da escavação da Casa dos Bicos (SEPÚLVEDA e AMARO, 2007: Fig. 8, nº 3)

Um único prato da forma **Conspectus 3.1** (1818), caracterizado pela parede alta, oblíqua e rematada por um bordo saliente, foi identificado (Fig. 6, nº 2). A forma tem surgindo de uma maneira geral numa percentagem reduzida, quer no Monte Molião quer em outros sítios algarvios já estudados (Faro e Castro Marim) (VIEGAS 2011: p. 132 e 508). É, em geral, integrável no período tardio da produção, datando já do século I. Outros sítios portugueses forneceram também escassos exemplares deste tipo de prato, podendo referir-se Lisboa, onde, nas escavações da Praça da Figueira, se recuperaram dois fragmentos, ambos, contudo, da variante 3.2. (BOLILA 2011: p. 45), Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 2 e 3) e Braga (MORAIS, 2005: p. 161), com um único exemplar, que, tal como em Monte Molião, se insere na variante 3.1.

O contexto de recolha da peça de Monte Molião é irrelevante para qualquer discussão do ponto de vista cronológico, uma vez que foi recuperada num estrato superficial UE [10].

Os pratos de paredes baixas, convexas e fundo plano **Conspectus 4** estão representados em Monte Molião por 11 fragmentos, um dos quais é integrável na sua variante mais simples, sem molduração, 4.2.1. (26141, Fig. 6, nº 3), que pode ser datada de um momento anterior à fundação de Oberaden. O primeiro é proveniente do estrato [112], correspondente a um grande derrube da estrutura Oeste dos Compartimentos 5 e 6, que selou essas divisões e que podemos datar dos últimos decénios do século I d.C. (PEREIRA e ARRUDA 2016: p. 158). Dos restantes, cinco foram recuperados na cisterna escavada no Sector C, cujos níveis inferiores podem ser datados de final de Augusto/Tibério, e outros dois foram recolhidos no Compartimento 8, U.E. [147], em grande parte utilizado durante a dinastia júlio-cláudia.

Este tipo de prato foi reconhecido no Algarve, concretamente em Faro, Balsa e em Castro Marim (VIEGAS 2011: p. 133, 292 e 440), mas sempre em percentagens muito reduzidas, tal como, aliás, parece suceder no interior alentejano, como os quatro exemplares do Castelo da Lousa comprovam (CARVALHO e MORAIS 2010: p. 139, Estampa III, nº 2-5), e até mesmo em Miróbriga, Chão de Salgados, onde apenas se recuperaram três fragmentos (QUARESMA 2012: p. 81). Parece ser mais abundante nos sítios do litoral ocidental da Península Ibérica, estando bem representado em Santarém, onde totaliza 18 exemplares (VIEGAS 2003: p. 48), mas também em Alcácer do Sal, onde ultrapassa a dezena (VIEGAS 2014: Fig. 2 e 3), em Lisboa, com sete na Praça da Figueira (BOLILA 2011: p. 45) e outros não contabilizados na Rua das Pedras Negras (SILVA 2010: p. 208), e ainda em Braga - oito exemplares (MORAIS 2005: p. 156).

O bordo 17394 (Fig. 6, nº 4), proveniente de U.E. [85], cabe no tipo **Conspectus 8.1.4**, com bons paralelos em Castro Marim. A forma é geralmente datada entre 30 a.C. e a primeira década do século I. Estas taças são consideravelmente mais raras nos sítios do centro e norte do actual território português, estando ausentes de Santarém e de Braga, estando representada por um único exemplar quer em Lisboa (BOLILA 2011: p. 46) quer em Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 2 e 3).

De Monte Molião são ainda provenientes seis pratos de bordo em aba pendente bem pronunciada, da forma **Conspectus 11**, variante 11.1 (Fig. 6, nº 5- 9), que se encontra bem representada nos horizontes de Dangstetten e Oberaden. Neste conjunto, surgem as variantes *Conspectus* 11.1.1, 11.1.3. e 11.1.4, distinguindo-se a última por uma maior molduração externa da parede (*CONSPECTUS* 1990: p. 70).

Dois exemplares foram recolhidos em contexto primário, concretamente na Rua A, do sector A, em estratos de base da Rua A, que ofereceram, sobretudo, materiais do século I. Os restantes são provenientes de unidades estratigráfica correspondente a aterros tardios, (U.E.s [28], [58]), estando, portanto, claramente fora do seu contexto original.

A forma, datada do reinado de Augusto, mais exactamente do início do século I (*CONSPECTUS* 1990: p. 70), é muito rara no território actualmente português, em geral, e no algarvio, em particular. Na área meridional, foi identificado um único prato deste tipo em Balsa (VIEGAS 2011: p. 291), contando-se para o restante território português com o que foi encontrado nas escavações da Praça da Figueira em Lisboa (BOLILA 2011: p. 47), com o de Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 2 e 3) e com os cinco do Castelo da Lousa (CARVALHO e MORAIS 2010: p. 139, Estampa III, nº 8-12).

A predominância da forma **Conspectus 12** no conjunto da terra *sigillata* de Monte Molião é muito evidente e deve destacar-se, totalizando 28 exemplares (Fig. 7 e 8, nº 10- 27). É um prato característico do serviço I de Haltern, sem evidências de uma produção standardizada. À semelhança da forma anterior, também se encontra bem representada em Dangstetten e Oberaden (*CONSPECTUS* 1990: p.72). Trata-se de um prato de bordo triangular, pendente e pouco pronunciado. A variante *Conspectus* 12.2. (1889; 4217; 8126; 1576; 15551; 22009; 21619; 26140), caracterizada pela parede interna ligeiramente arqueada, é a mais abundante em Monte Molião,

com oito exemplares, um dos quais pode caber na sub-variante 12.2.2. (15551). A sua cronologia tem vindo a ser colocada na última década do século I a.n.e., podendo atingir os primeiros anos da nossa Era. Os pratos que fizemos corresponder à variante 12.1. são seis, todos integráveis a sub-variante 12.1.3. (959; 18246; 1937; 22002; 22003; 22931). Estão datados entre 15 e 10 a.n.e. (*CONSPECTUS* 1990: p. 72). Idêntica cronologia de produção e distribuição têm os sete pratos que incluímos na forma 12.3.1. (8844; 15552; 13265; 26085; 21623; 26131; 26129).

Infelizmente, a grande maioria dos exemplares desta forma foi recolhida em níveis de revolvimento, estando, portanto, fora do seu contexto primário. Apesar disso, três fragmentos foram registados em contextos que podem ser considerados da 1ª metade do século I, U.E.s [152], [217] e dos finais do 3º quartel da mesma centúria, U.E. [151]. A primeira cronologia, assumida com base na maioria do espólio recolhido nessa U.E., que engloba ânforas de tipo Dressel 1, Maña C2, Haltern 70 e Dressel 7/11, adapta-se razoavelmente bem à datação destes pratos. A segunda, contudo, não se ajusta à datação intrínseca da própria peça, uma vez que corresponde já à utilização do referido compartimento.

A forma é conhecida no Algarve, mas sempre em reduzidas quantidades, com exemplares em Faro, em Balsa e Castro Marim, dois, três e um fragmentos, respectivamente (VIEGAS 2011). Também em Miróbriga, Chão de Salgados, a sua presença é insignificante – duas peças (QUARESMA 2012: p. 81), o que não é neste caso surpreendente, dada a limitada presença de terra *sigillata* itálica. No restante actual território português, este tipo de prato é, apesar de tudo, mais comum, sendo uma das formas mais abundantes do Castelo da Lousa (CARVALHO e MORAIS: p.139, Estampa V), de Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO, 1975: p. 13), de Santarém (VIEGAS 2003: p. 51-52), de Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 2 e 3), de Braga (MORAIS 2005: p. 264) e de Lisboa – Praça da Figueira e Termas dos Cássios (BOLILA 2011: p. 48; SILVA 2012: p. 232).

Três fragmentos de bordo podem ser incluídos na forma **Conspectus 14** (Fig. 8, nº 28), mais concretamente na variante 1 (23851, 26952, 26096). Trata-se de uma taça de perfil acampanado que deve ser datada entre 15 a.n.e. e 10 (*CONSPECTUS* 1990: p. 76). Um deles é proveniente da U.E. [85], um aterro tardio, mas os dois restantes foram recolhidos em níveis conservados, permitindo assim algumas considerações de ordem cronológica. Falamos especificamente do que foi recuperado na cisterna, podendo assumir-se, assim, uma datação entre o final do reinado de Augusto e o início do de Tibério, o que concorda com a datação intrínseca da própria taça. O restante, recuperado na área habitacional escavada no sector A, concretamente no exterior do compartimento 11, pode, conjuntamente com os restantes materiais a ele associados, contribuir para o esclarecimento da cronologia da fundação do grande edifício que se desenvolve para Sul da Rua A.

O tipo é predominante no Castelo da Lousa (CARVALHO e MORAIS 2010: p.139, Estampa VI), apresentando boa representação em Santarém (VIEGAS 2003: p. 55) e em Alcácer do Sal (SEPÚLVEDA, FARIA e FARIA 2000; VIEGAS 2014, Fig. 2 e 3), surgindo também em Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO 1975: p. 14, Estampa II) e em Braga (MORAIS 2005: p. 160). A sua inexistência em Lisboa, pelo menos no conjunto da Praça da Figueira, poderá compreender-se pela fraca representatividade de formas integráveis no Serviço I de Haltern, em *Olisipo*. A frequência no Algarve é baixa, uma vez que para além do fragmento de Monte Molião, apenas se registou em Castro Marim e Balsa, com dois e um fragmentos, respectivamente.

Enquadrável já numa fase mais tardia destas importações itálicas, o designado serviço II de Haltern está aqui representado pelos típicos pratos da forma *Conspectus* 18 (com seis fragmentos) (Fig. 8, nº 29-34) e *Conspectus* 20 (Fig. 9, nº 35-41) sendo geralmente acompanhados pelas taças *Conspectus* 22, (Fig.9, nº 42-55).

A forma **Conspectus 18** remete para pratos de fundo plano e bordo vertical côncavo (*CONSPECTUS* 1990: p. 82). A variante mais comum, *Conspectus* 18.2, distingue-se pela molduração externa e pela repartição da parede interna (*CONSPECTUS* 1990: p. 82). Estas produções datam da última década antes da viragem da Era, evoluindo gradualmente para a forma *Conspectus* 20, mais simples, perdendo a repartição interna da parede.

Em Monte Molião, o tipo totaliza sete exemplares (26081; 3176; 26142; 8127; 26134; 8838; 3117), que podem ser incluídos na variante 18.2. Um destes fragmentos foi recolhido na U.E. [230], o que se torna importante para a discussão acerca da cronologia da construção de alguns edifícios, e um outro é proveniente da cisterna, cuja cronologia se centra no início do reinado Tibério. Os restantes são oriundos de unidades estratigráficas em que estão claramente descontextualizados.

No Algarve, estes pratos são dominantes em Faro, surgem também em Castro Marim e Balsa (VIEGAS 2011: p. 132, 293, 439). No litoral ocidental, surgem, de forma expressiva, em Alcácer do Sal (VIEGAS 2014), em Lisboa, na necrópole da Praça da Figueira (BOLILA 2011: p. 49), na da Rua dos Correiros (BUGALHÃO *et alii* 2013: p. 261), na sede do Banco de Portugal (SANTOS 2015: p. 31), e ainda em vários outros locais recolhidos na obra de Banha da Silva (2012), e em Santarém (VIEGAS 2003: p. 57 e 58). Na região centro, registe-se a sua presença em Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO 1975: p. 16) e, mais a norte, em Braga (MORAIS 2005: p. 158).

A forma **Conspectus 20** foi também reconhecida, com dois exemplares englobados na variante **Conspectus 20.4.**, com molduração sob o bordo na parede interna e externa, e que pode ainda, por vezes, apresentar decoração aplicada na parede externa (*CONSPECTUS* 1990: p. 86). A nível cronológico, esta forma surge, ainda que raramente, no reinado de Augusto, tendo maior expressão nos de Tibério e Cláudio, sendo a variante *Conspectus* 20.4 a forma mais comum em contextos de meados do séc. I (*ibidem*).

No que respeita a contextos, mais uma vez são poucos os fragmentos que foram registados em deposição primária ou, pelo menos, que permitam considerações relevantes.

Estes pratos do serviço II de Haltern correspondem a uma das formas mais bem representadas nos sítios romanos do actual território português, pelo que não surpreende a sua abundância nos sítios onde esta categoria cerâmica se documentou. No Algarve, Castro Marim, Balsa e Faro ofereceram 11, nove e dois pratos englobados neste tipo (VIEGAS 2011: p. 438, 291, 131). No litoral ocidental, registe-se os seis fragmentos de Miróbriga (QUARESMA 2012: p. 84), a dezena e meia de Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 3 e 4), os 16 oriundos da necrópole da Praça da Figueira (BOLILA 2011: p. 50), para além de outros recolhidos na dissertação de doutoramento de Banha da Silva (SILVA 2012) e os 13 de Santarém (VIEGAS 2003: p. 61). No norte de Portugal, a situação é idêntica, como fica evidenciado pelos 17 exemplares de Braga (MORAIS 2005: p. 161).

As taças que fazem parte do mesmo serviço (II de Haltern), **Conspectus 22**, apresentam uma forma cônica com o bordo vertical, côncavo e, frequentemente, uma decoração externa, em *guilhoché*.

São apesar de tudo numerosas contando com 20 exemplares (44, 346, 405, 1204, 1927, 3649, 4216, 5322, 8128, 8129, 8130, 8131, 15553, 17438, 18248, 18249, 21875, 22800, 23786, 26111). Não foi possível integrar a grande maioria dos fragmentos em nenhuma das variantes, havendo apenas um caso, 18248, em que tal se tornou possível tendo sido incluído no tipo 22.2. Mais uma vez, quase todos os fragmentos foram recolhidos em níveis que não oferecem uma datação análoga à que é atribuída à forma. A associação material desses níveis inviabiliza a possibilidade de eles estarem em deposição primária. O único caso que pode ser tido em consideração é o fragmento de bordo recolhido no estrato [261], contexto atribuído à 1ª fase imperial do Compartmento 11.

Tendo feito, como já dissemos, serviço com a forma anteriormente comentada, não é surpreendente que as ocorrências no território português sejam idênticas, tal como, aliás as suas percentagens relativas nesses contextos

A forma **Conspectus** 23 (Fig. 9 e 10, nº 56 e 57), concretamente na sua variante 2, corresponde igualmente a uma taça que resulta da evolução da forma anterior. O bordo é vertical, com molduração externa e interna, e os fundos podem ser planos ou cônicos. Geralmente apresentam ainda decoração aplicada na parede externa. Esta variante foi datada de meados do século I d.C. (*CONSPECTUS* 1990: p. 92).

Os cinco exemplares desta forma recolhidos em Monte Molião (18354, 18356, 21343, 22005, 26146) são provenientes da cisterna escavada no Sector C, que ofereceu, nos níveis de base, abundantes materiais da 1ª metade do século I, e ainda da Rua A, em estratos onde parecem estar descontextualizados.

Nos núcleos urbanos algarvios a forma está apenas representada, e escassamente, em Balsa (VIEGAS 2011: p. 293), sendo também rara em Lisboa (BOLILA 2011: p. 52), em Miróbriga, Chão de Salgados (QUARESMA 2012: p. 84), em Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 3), em Santarém (VIEGAS 2003: p. 67) e mesmo em Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO 1975: p. 15), não sendo a sua representação em Braga também especialmente relevante (MORAIS 2005: p. 158, 161)

Foram registados quatro fragmentos (1928; 26098; 26147; 26107) que apontam para a subforma **Conspectus** 33.2.1 (Fig. 10, nº 58 e 59), uma taça hemisférica com decoração sobre a parede externa e uma linha de molduração sob o bordo intervalando com faixas de *guilhoché*. A sua cronologia insere-se no período tardo-augustano, perdurando até aos inícios do séc. II d.C. (*CONSPECTUS* 1990: p. 110).

Não é improvável que estes exemplares estejam, efectivamente, em contexto primário, já que a totalidade das unidades onde foram recolhidos se integra na 1ª fase romano-imperial (1ª metade do século I), que é, em parte, coincidente com a cronologia da forma. Dos três fragmentos integrados neste tipo um é proveniente da U.E. [249], área anexa ao Compartimento 11, na qual se recolhe abundante espólio, nomeadamente uma fíbula de tipo *Aucissa*. Outro exemplar é proveniente do estrato [215], localizado na Rua B, que estava sob o potente estrato de utilização desse espaço de arruamento.

A forma é muito rara no ocidente, registando-se contudo, um exemplar em Alcácer do Sal (SEPÚLVEDA, FARIA e FARIA 2000: p.120), outro em Lisboa (BOLILA 2011: p.54) e outro ainda em Braga (MORAIS 2005: p. 161). Em Tróia, foram identificados dois fragmentos deste tipo de taça (FONSECA 2004: p. 431; SILVA 2010: p. 40). Nas cidades do Sul, Castro Marim e Balsa ofereceram também fragmentos integráveis nesta forma, destacando-se os quatro (ou cinco) do primeiro dos sítios (VIEGAS 2011: p. 438-439).

Identificámos ainda seis fragmentos de taças hemisféricas **Conspectus** 36 (4219, 4546, 6997, 8267, 13262, 21629), integráveis nas variantes 36.3 e 36.4. (Fig. 10, nº 60-63). A produção iniciou-se ainda no final do reinado de Augusto, mas a sua maior representatividade ocorreu durante o reinado de Tibério (*CONSPECTUS* 1990: p. 114). Infelizmente os contextos de recolha destas peças em Monte Molião não possibilitam conclusões relevantes do ponto de vista cronológico.

Não são frequentes no Algarve, estando representadas por um fragmento em Faro e outro em Castro Marim (VIEGAS 2011: p. 132, 438), o que contrasta não só com a situação do sítio de Lagos, mas também com a relativa abundância registada em Santarém (VIEGAS 2003: p. 72) e em Alcácer do Sal (SEPÚLVEDA, FARIA e FARIA 2000: p. 120; VIEGAS 2014: Fig. 3). Em Lisboa, a forma está representada por três fragmentos recolhidos na Praça da Figueira (BOLILA 2011: 55) e em Braga por dois (MORAIS: 2005: p. 161). No interior, o fragmento do Castelo da Lousa merece destaque (CARVALHO e MORAIS 2010: p. 140).

A taça hemisférica **Conspectus 38** foi reconhecida através da típica parede desta forma (Fig. 10, nº 64). Foi possível atribuir esta classificação devido à decoração que a peça apresenta no bojo. Esta forma ostenta asas anelares e decoração em *guilhoché* no corpo do recipiente. A sua produção remete para o reinado de Augusto e início do de Tibério (*CONSPECTUS* 1990 p. 118), sendo este fragmento proveniente dos estratos da 1ª fase ocupacional romano-imperial do sítio.

Este tipo de taças é rara no ocidente, estando ausente de Santarém e de Alcácer do Sal, tendo sido, contudo, registada em Braga através de um único exemplar (MORAIS 2005: p. 161). Apenas no Castelo da Lousa a sua presença é mais significativa, com cinco peças (CARVALHO e MORAIS 2010: p. 140).

Com algumas reservas classificámo-lo como **Conspectus 50.3** o bordo 22979 (Fig.10, nº 65), que foi recuperado na Rua A. A estes copos, de perfil cilíndrico, é atribuída uma cronologia balizada entre os reinados de Augusto e o de Tibério (*CONSPECTUS* 1990: p. 138).

No Algarve, estão presentes em Castro Marim e Balsa (VIEGAS 2011: p.293, 439), ainda que com apenas um exemplar. Na fachada ocidental, foram reconhecidos seis destes copos em Santarém (VIEGAS 2003: p. 74), dois em Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 3), um em Tróia (FONSECA 2004), um em Lisboa, na Praça da Figueira (BOLILA 2011: p.56) e outro ainda em Braga (MORAIS 2005: p. 161).

### 2.3. As formas decoradas

Relativamente a formas decoradas foram identificados nove fragmentos de parede, mas apenas a dois deles foi possível atribuir uma classificação formal, uma vez que os restantes apresentam escassa dimensão. A própria decoração é apenas visível, não tendo sido possível averiguar os motivos e sobretudo as suas composições.

Os que permitiram classificação integram-se nos tipos **Conspectus R.4.** e **Conspectus R.10.** O primeiro (10832), pertenceu a um cálice datado do reinado de Tibério, podendo prolongar-se ainda ligeiramente (*CONSPECTUS* 1990: p. 172). A forma é rara no actual território português, estando ausente dos sítios algarvios. Não foi também encontrada em Lisboa, nem em Alcácer do Sal, mas está presente em Santarém (VIEGAS 2003: p. 78), em Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO 1975: p. 7) e em Braga (MORAIS 2005: p. 150), mas sempre em pequenas quantidades, dois, um e um, respectivamente.

Mais rara ainda é a forma **Conspectus R.10.**, onde incluímos o fragmento nº 4225. Trata-se ainda de cálices do reinado de Tibério (*CONSPECTUS* 1990: p. 180), que, nos sítios portugueses, apenas foi encontrada em Braga (MORAIS 2005: p. 150).

Dois pés correspondem às formas **Conspectus R.2.** (21624- Fig. 10, nº 66) e **R.9.** (2082- Fig. 10, nº 67). A cronologia da primeira aponta para meados a finais de Augusto, enquanto a produção da segunda remete para os reinados de Tibério e Cláudio (*CONSPECTUS* 1990: p. 168-178).

Os cálices R.2. fazem parte do conteúdo dos inventários da Alcáçova de Santarém (VIEGAS 2003: p. 76), de Braga (MORAIS 2005: p. 150), do Castelo da Lousa (CARVALHO e MORAIS 2010: p. 141) e de Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO 1975: p. 7). Porém, estão completamente ausentes dos sítios algarvios.

A forma **Conspectus R.9.** é também desconhecida no Algarve, havendo escasso registo deste cálice em Lisboa (BOLILA 2011: p. 58), em Santarém (VIEGAS 2003: p. 79) e em Braga (MORAIS 2005: p. 150).

#### 2.4. As marcas de oleiro

No conjunto da *terra sigillata* itálica de Monte Molião identificaram-se três fragmentos que ostentavam marca de oleiro, dos quais dois permitiram leitura. Em nenhum dos casos pudemos associar a forma do vaso a que teriam pertencido.

Num fundo interno (16222), em cartela rectangular, lê-se CHRIISTI, que fazemos corresponder à oficina do oleiro C. CHRESTIVS (OCK, 550), apesar de esta grafia exacta não estar ainda atestada. Desconhece-se a localização concreta deste *atelier*, admitindo-se, ainda que com reserva, que terá laborado durante o reinado de Augusto.

A outra marca legível foi impressa, em cartela rectangular, na parede de um vaso cuja forma não podemos classificar. As letras EPO são perfeitamente perceptíveis, e permitem admitir que correspondam ao oleiro AEPOI (OCK, 3) ou EPO( ) (OCK, 772), ambos centro-italianos, que laboraram entre 10 a.ne. e o século I.

Nº	Forma	Leitura	Oleiro	OCK	Origem	Local na peça	Caixilho	Cronologia
-	Indeterminado	EPO	+EPO	3	Centro de Itália	Fundo Interno	Rectangular	10 a.C.- 10 d.C.
<b>16222</b>	Indeterminado	(?)HRIISTI	CRESTVS	553. 4	?	Fundo Interno	Rectangular	15 a.C.- 15 d.C.

### 3. A TERRA SIGILLATA ITÁLICA DE MONTE MOLIÃO NA DIACRONIA DE OCUPAÇÃO DO SÍTIO

Embora o conjunto de *terra sigillata* itálica de Monte Molião seja limitado, quando comparado com a totalidade de materiais recolhidos até ao momento (cerca de 27000 peças), o seu estudo permite avaliar melhor um momento de ocupação que não está ainda suficientemente bem documentado no sítio, concretamente o júlio-claúdio (Fig. 11).

Infelizmente, e como fizemos por diversas vezes referência ao longo das páginas anteriores, muitos dos fragmentos estudados são provenientes de estratos de aterro de revolvimento. Outros porém foram encontrados em contextos primários. Assim, e para além do significado cronológico intrínseco de todas e de cada uma das peças, tornou-se claro que alguns edifícios, concretamente os que se desenvolvem para Sul da Rua A, mas também a Oeste, podem ter sido erguidos em época pré-flávia, sobre as potentes construções republicanas.

Voltamos aqui a insistir no facto de o núcleo urbano que se desenvolveu na margem esquerda da ribeira de Bensafrim ter assistido a alterações sensíveis, mas extensas e profundas, a partir da segunda metade do século I, o que implicou que as estruturas imediatamente anteriores tenham sido incorporadas nas novas construções, ou modificadas e, em certos casos, destruídas por elas. Porém, a presença de diversos materiais datáveis dos primeiros anos do império, concretamente o conjunto numismático (MUCCIOLI 2015), o das lucernas (PEREIRA e ARRUDA 2005) ou o de paredes finas (SOUSA e ARRUDA, *no prelo*), sempre, contudo, muito inferiores em número às republicanas e às flávias e antoninas, já deixava antever que nos alvares do 1º milénio o sítio permanecia ocupado, mantendo considerável pujança, mesmo que do ponto de vista arquitectónico esta realidade não seja por ora completamente clara

Outro argumento que pode ser chamado à colação para amparar uma prolongada utilização das estruturas romano-imperiais do Sector A é o facto de algumas das construções romano-republicanas terem sido mantidas na planimetria imperial. Com efeito, o traçado urbano parece manter-se de um para o outro período, conservando-se os mesmos espaços de circulação e os destinados à

habitação. Não é, pois, improvável que a edificação dos primeiros edifícios alto-imperiais seja consideravelmente antiga, podendo recuar para momentos anteriores à segunda metade do século I d.C., como foi até agora considerada (PEREIRA e ARRUDA 2016: p. 156).

Infelizmente, os contextos que permitem obter dados acerca da cronologia da construção dos edifícios romanos de Monte Molião são escassos, sendo, como é compreensível, abundantes aqueles que documentam o momento final da sua utilização e também os da sua inutilização / abandono. Na sua grande maioria, correspondem a valas fundacionais que foram abertas e seladas em um curto espaço de tempo. Os materiais que as integram estariam incorporados nos sedimentos que foram escavados para a sua abertura e que foram, posteriormente, usados na sua colmatação. É o caso, por exemplo, da UE [223], que corresponde à vala de fundação da parede Norte dos Compartimentos 5 e 6 [114], e que ofereceu um pequeno, mas sugestivo, conjunto de materiais cerâmicos, maioritariamente republicanos, relativamente antigos - finais do século II a.n.e./inícios do 1 a.n.e. (ânforas dos tipos Carmona, Tiñosa e Maña C2, estas últimas de produção norte-africana, cerâmica de tipo Kuass integráveis na forma IX de Niveau e fragmentos de cerâmicas comuns, correspondentes a tigelas, taças, potes alguidares). A presença nesta mesma UE de um fragmento de parede (e portanto sem forma e sem cronologia atribuível) de *terra sigillata* itálica não deixa de ser sugestiva, sobretudo porque permite admitir que estas construções foram erguidas ainda na primeira metade do século I, ou nos finais do anterior, o que, aliás, já se podia admitir tendo em consideração alguns materiais recuperados nos níveis mais inferiores do Compartimento 5, como é o caso da moeda augustana de *Carisius* (MUCCIOLI 2015: p. 59-60, 143). Seguro é o facto de a última ocupação destes poder datar-se do último quartel do século I d.C.

Um estrato escavado na Rua A foi associado, com algumas reservas, a este mesmo contexto (construção do edifício a Sul, que integra os Compartimentos 5 e 6). Trata-se da UE [230], onde se recolheu um fragmento de *terra sigillata* itálica (26134, Fig. 8, nº 31) que foi integrado na forma *Conspectus* 18.2, datável da última década antes da viragem da Era, mas que, vários contextos do Sudoeste peninsular, como Castro Marim, Balsa, Faro (VIEGAS 2011: p. 131, 291,438), *Baelo Claudia* (BOURGEOIS e MAYET 1991: p. 23-26), mas também da fachada ocidental, como Lisboa (BOLILA 2011: p. 49) e Alcáçova de Santarém (VIEGAS 2003: p. 57), bem como ainda da capital da Província (BUSTAMANTE 2011: p. 166, Fig. 4), lhe conferem uma cronologia do reinado de Tibério.

Também o fragmento de bordo da U.E. [152] do Compartimento 8, identificado com a forma *Conspectus* 12.1, que oferece uma datação integrável entre os meados e o final do reinado de Augusto, parece ajustar-se a este contexto, uma vez que, e para além da peça supra mencionada, nele foram registadas ânforas de tipo Dressel 1, Maña C2, Haltern 70 e Dressel 7/11.

Outro contexto bem datado (reinado de Tibério) é o que corresponde aos primeiros níveis de colmatação da cisterna escavada no Sector C, que ofereceu vários (22) fragmentos de *terra sigillata* itálica, compatível com esta cronologia, bem como abundante cerâmica comum.

#### **4. A SIGILLATA ITÁLICA DE MONTE MOLIÃO NO QUADRO REGIONAL E MAIS ALÉM**

O conjunto de *terra sigillata* itálica de Monte Molião revela algumas particularidades que parece importante também discutir. Em primeiro lugar, destaca-se a sua relativa antiguidade face aos já conhecidos no Algarve, concretamente os de Castro Marim, Balsa e Faro (VIEGAS 2010: p. 528-530). De facto, e como se pode apreciar em 2., dominam no sítio do Barlavento as morfologias augustanas e tiberianas concretamente as que integram o Serviço I de Haltern, de que se destacam, neste caso, os pratos da forma *Conspectus* 12, insignificantes nas cidades mais orientais. Os próprios recipientes integrados em *Conspectus* 4 e 11 são também significativos em termos

numéricos, sobretudo se tivermos em consideração a inexistência da última em Castro Marim e Faro, sendo rara em Balsa (*ibidem*). Não pudemos deixar de notar neste contexto a escassez das taças da forma *Conspectus* 8, que conjuntamente com os pratos *Conspectus* 12 formam o referido Serviço. Esta é uma realidade que se aproxima da dos sítios da fachada ocidental, como Santarém (VIEGAS 2003) e muito especialmente de Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 3), onde aliás a raridade das taças *Conspectus* 8 também é evidente.

O Serviço II, dominante nas restantes cidades algarvias, sendo muito mais raro, está, no entanto, presente, sendo maioritárias as taças da forma *Conspectus* 22, mostrando-se os pratos *Conspectus* 18 e *Conspectus* 20 muito menos frequentes. Uma vez mais, parece estar aqui reproduzido o perfil de Alcácer do Sal (VIEGAS 2014: Fig. 3), em termos percentuais, ainda que, não nos tenhamos esquecido que neste caso, e ao contrário de Monte Molião, a *terra sigillata* itálica prevaleça sobre a restante.

Assim, e para o povoado do rio de Lagos, esta escassez de cerâmica de mesa itálica da época cláudia e do reinado de Nero deve justificar-se pelas importações maciças de produtos sud-gálicos, cuja chegada ao Barlavento algarvio se iniciou num momento consideravelmente precoce, concretamente no reinado de Tibério, incorporando ainda muitas formas de tipo itálico.

## BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A. (2007): *Laccobriga*. In *A ocupação romana na baía de Lagos*. Catálogo da Exposição: 7-47. Lagos, Câmara Municipal.
- ARRUDA, A.; GOMES, F. (2013): O Monte Molião (Lagos), no Baixo Império: um epifenómeno. *Conimbriga*, LII, p. 147-163.
- ARRUDA, A. e PEREIRA, C. (2010): Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época romana-republicana. *Xelb* 10: 695-716.
- ARRUDA, A.; PEREIRA, A. (2017): A cerâmica de cozinha Africana de Monte Molião (Lagos, Portugal) e o seu enquadramento regional. *Onoba*, 5, p. 21-43.
- ARRUDA, A. e SOUSA, E. (2012): Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL*, 21: 93-133.
- ARRUDA, A.; SOUSA, E.; BARGÃO, P. e LOURENÇO, P. (2008): Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. *Xelb* 8, I: 137-168.
- ARRUDA, A.; SOUSA, E.; PEREIRA, C. e LOURENÇO, P. (2011): Monte Molião: um sítio púnico-gaditano no Algarve (Portugal). *Conimbriga* L: 5-32.
- ARRUDA, A.; SOUSA, E. e LOURENÇO, P. (2010): A necrópole romana de Monte Molião (Lagos). *Xelb* 10: 267-284.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2016): As ânforas alto-imperiais de Monte Molião. In R. 14 JÁRREGA e P. BERNI (Eds.) – *Amphorae ex hispania: paisajes de producción y consumo*. Tarragona: Instituto Catalán de Arqueologia Clásica, p. 446-463.
- ARRUDA, A.; VIEGAS, C. e BARGÃO, P. (2010): A cerâmica comum de produção local do Monte Molião. *Xelb* 10: 285-304.
- BOLILA, C. (2011): *A Terra Sigillata de tipo itálico da Praça da Figueira (Lisboa)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre. Policopiada.
- BOURGEOIS, A. e MAYET, F. (1991) - Les sigillées. In *Fouilles de Belo*, VI. Casa de Velázquez, 14. Paris.

- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. e DUARTE, C. (2013): Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. 16, p. 243 – 275.
- BUSTAMANTE M. (2011): Nuevas consideraciones cronológicas en torno a la producción de paredes finas emeritenses. *Zephyrus*. LXVII, pp. 161 - 170.
- DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. M. (1975) - Les sigillées. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. (dir.) - *Fouilles de Conimbriga*. 4. Paris: Diffusion E. De Boccard.
- DETRY, C. e ARRUDA, A. (2013): A fauna da Idade do Ferro e época romana de Monte Molião (Lagos, Algarve): continuidades e rupturas na dieta alimentar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15: 215-227.
- ETTLINGER, E.; HEDINGER, B.; HOFFMANN, B.; KENRICK, P.; PUCCI, G.; ROTH RUBI, K.; SCHNEIDER, G.; SCHNURBEIN, S. V.; WELLS, C. M. e ZABEHLICKY-SCHEFFENEGGER, S. (1990) - *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GmbH.
- FONSECA, C. (2004): A terra sigillata do fundeadouro de Tróia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 7:1; p. 421-449
- MORAIS, R. (2005): *Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial. Bracara Augusta*. Escavações arqueológicas, 2. Braga. 2 vols.
- MORAIS, R.; CARVALHO, P. (2010) – *Terra Sigillata* de tipo itálico. In ALARCÃO, J.; CARVALHO, C.; GONÇALVES, A. (coord.) – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. p. 139- 151.
- MUCCIOLI, M. (2015): *L' insieme di monete di Monte Molião: o conjunto numismático de Monte Molião*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre. Fotocopiada ou policopiada
- OCK - OXÉ, A., COMFORT, H. e KENRICK, P. (2000): *Corpus Vasorum Arretinorum. A Catalogue of the signatures, shapes and chronology of Italian sigillata*. Second edition completely revised and enlarged. Bonn: Rudolf Habelt GmbH. (Antiquitas. 3, 41).
- PEREIRA, C. e ARRUDA, A. (2016) - As lucernas romanas do Monte Molião, Lagos, Portugal. *SPAL*. 25: 150-181.
- QUARESMA, J. C. (2012): *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa: UNIARQ, 4.
- SANTOS, B. (2015): A Terra Sigillata e a cerâmica de cozinha africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa). Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre. Fotocopiada ou policopiada.
- SEPÚLVEDA, E.; AMARO, C. (2007): Casa dos Bicos 25 anos depois – Marcas de oleiro em terra sigillata. *Al-madan*. Almada. 2:15, pp. VIII- 1 a 9 (adenda electrónica).
- SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2000) – Cerâmicas Romanas do lado Ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 1: a Terra Sigillata. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 3:2, Lisboa, p. 119-152.
- SILVA, P. (2010) - *A terra sigillata da oficina de salga 1 de Tróia: contextos de escavações antigas (1956-1961) e recentes (2008-2009)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre. Fotocopiada ou policopiada
- SILVA, R. B., (2012) - *As marcas de oleiro na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor. Fotocopiada ou policopiada

- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2013): A cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião (Lagos). In *Arqueologia em Portugal. 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 651-659.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2014): A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião (Lagos). *Onuba*. Huelva, 2, p. 55-90.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (*no prelo*): A cerâmica de paredes finas de Monte Molião (Lagos, Portugal). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*.
- VIEGAS, C. (2003): *Terra sigillata* da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 26.
- VIEGAS, C. (2011): *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ, 3.
- VIEGAS, C. (2014): *Terra Sigillata* Imports in Salacia (Alcácer do Sal, Portugal). *Rei Cretariae Romanae Fautorum*. Acta 43. Bonn. p.755-764
- VIEGAS, C.; ARRUDA, A. (2013): Ânforas romanas de época imperial de Monte Molião (Lagos): as Dressel 20. *Arqueologia em Portugal, 150 anos: 727-735*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- VIEGAS, C.; ARRUDA, A. (2014): A cerâmica de cozinha africana e as suas imitações em Monte Molião (Lagos, Portugal). In R. MORAIS; A. FERNANDEZ; M. J. SOUSA (Eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Porto: Faculdade de Letras. Monografias Ex Officina Hispana II, p. 249-260.





**Fig. 1:** Localização de Monte Molião, Lagos.

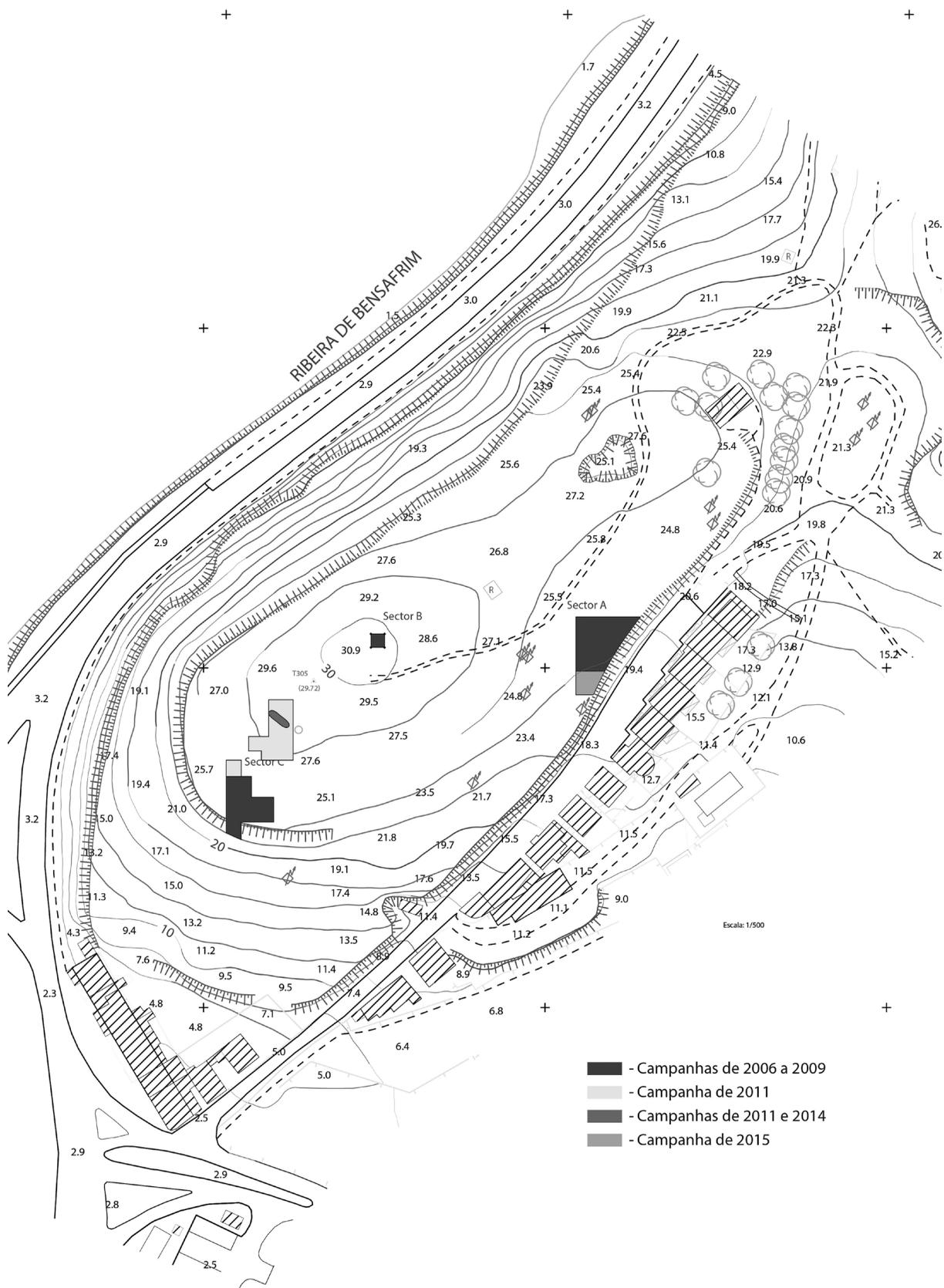
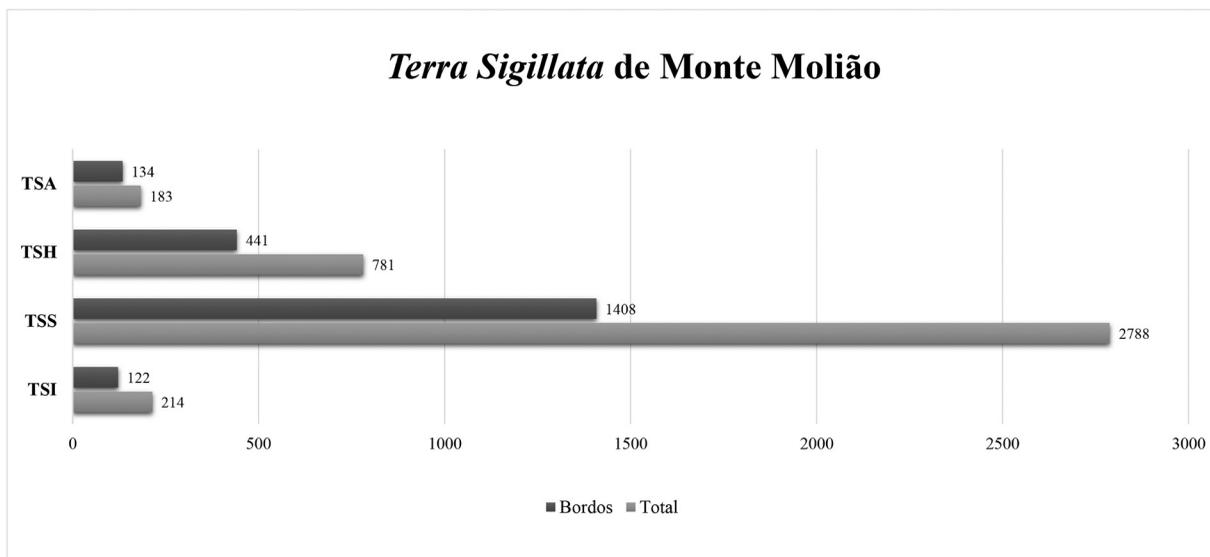


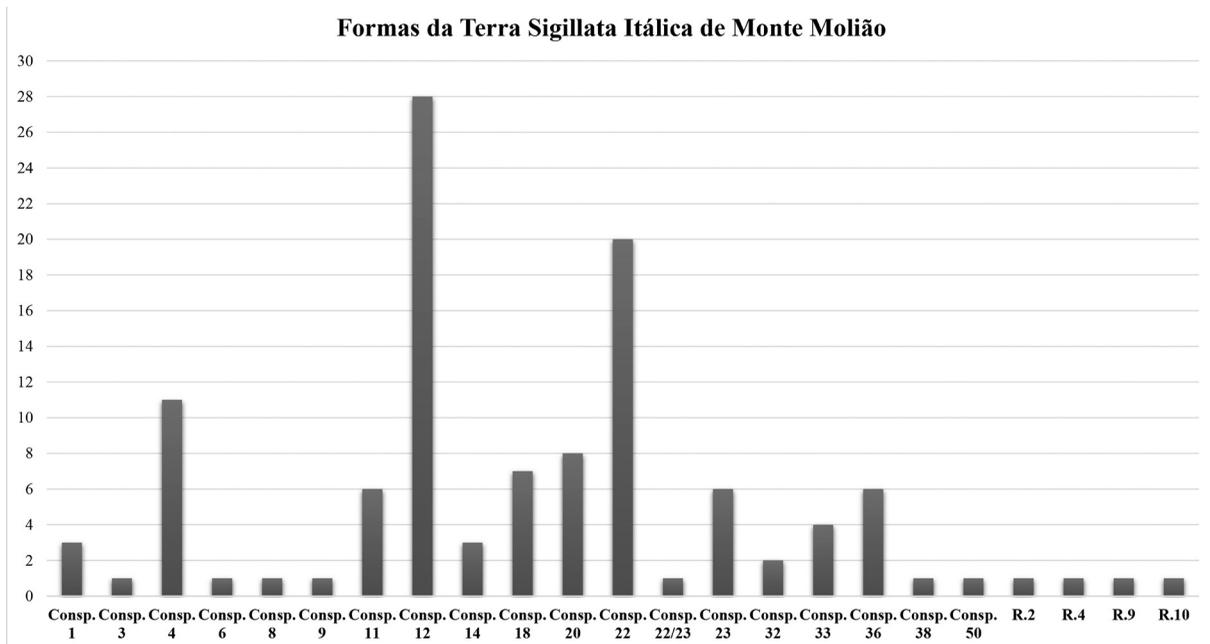
Fig. 2: Localização dos diferentes sectores intervencionados em Monte Molião, Lagos.



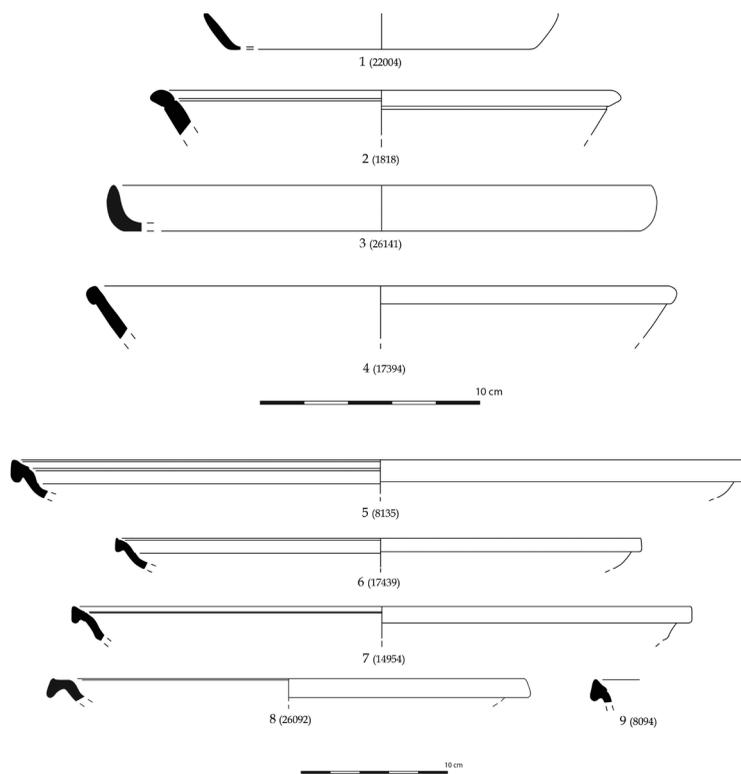
**Fig. 3:** O Sector A no final da campanha de 2016.



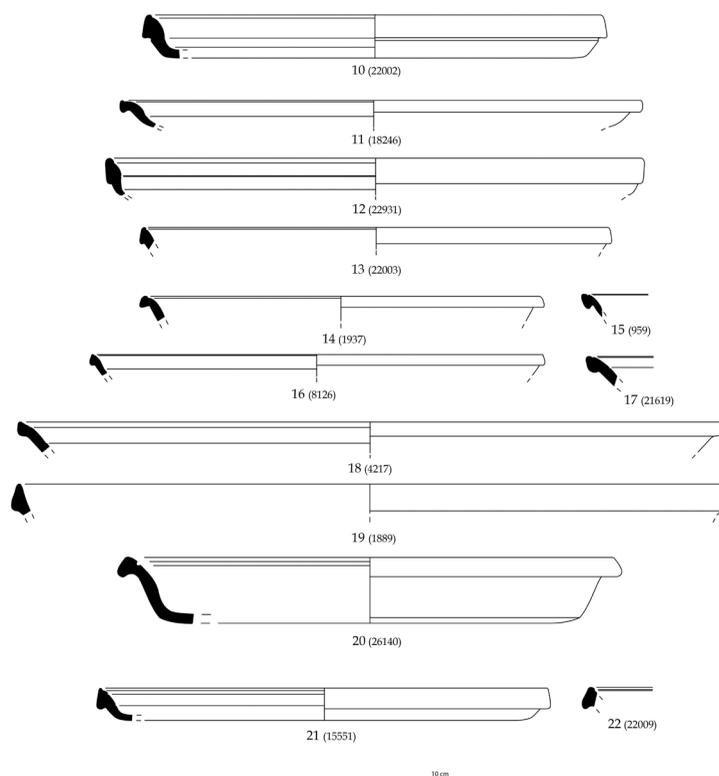
**Fig. 4:** Distribuição dos vários tipos de Terra Sigillata de Monte Molião.



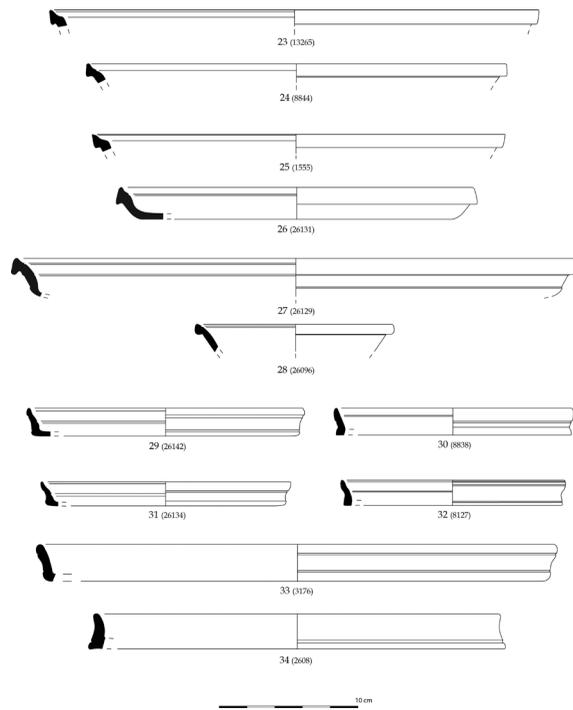
**Fig. 5:** Distribuição morfológica da Terra Sigillata Itálica de Monte Molião.



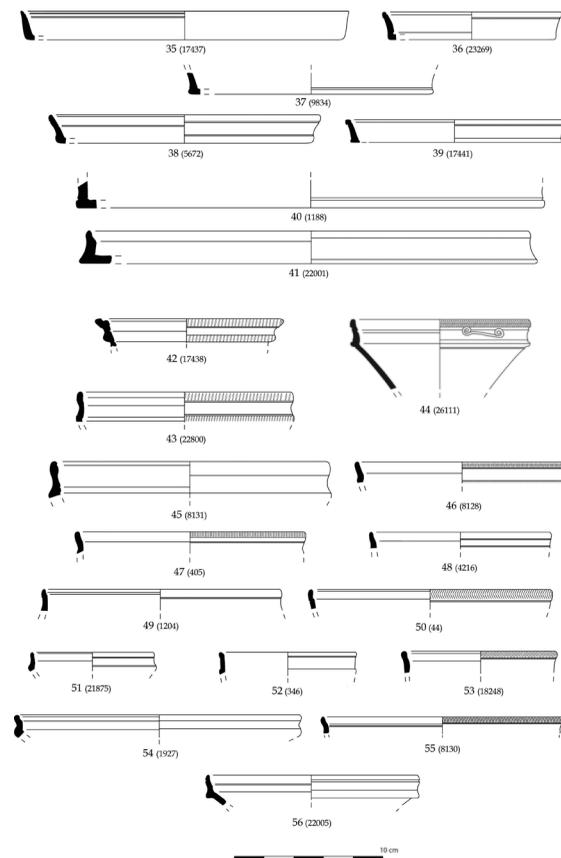
**Fig. 6:** nº 1 Conspectus 1; nº 2 Conspectus 3; nº 3 Conspectus 4; nº 4 Conspectus 8; nº 5-9 Conspectus 11.



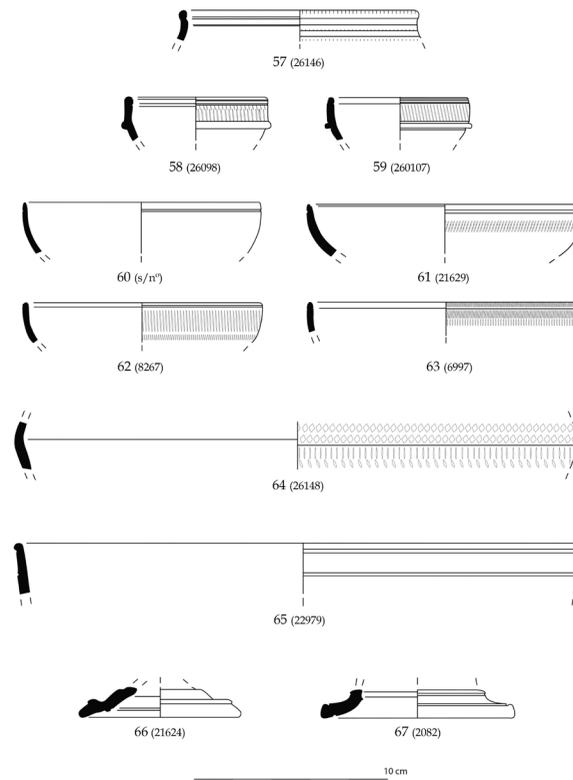
**Fig. 7:** nº 10- 22 Conspectus 12.



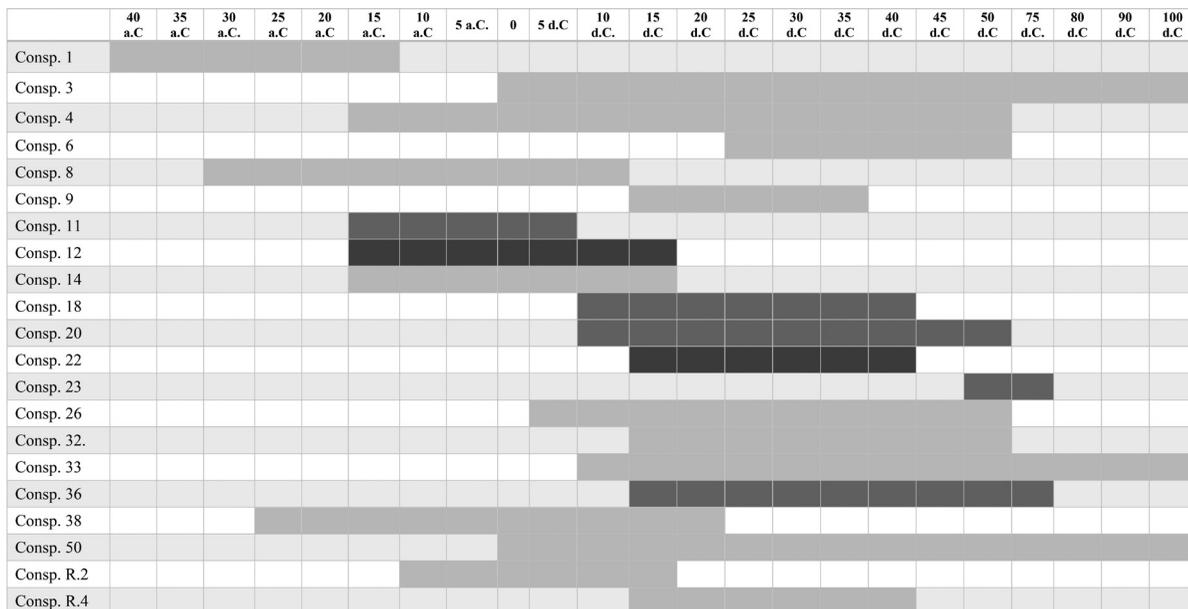
**Fig. 8:** nº 23- 27 Conspectus 12; nº28 Conspectus 14; nº 29- 34 Conspectus 18.



**Fig. 9:** nº 35- 41 Conspectus 20; nº 42- 55 Conspectus 22; nº 56 Conspectus 23.



**Fig. 10:** nº 57 Conspectus 23; nº 58-59 Conspectus 33; nº 60- 63 Conspectus 36; nº 64 Conspectus 38; nº 65 Conspectus 50; nº 66 Conspectus R.2; nº 67 Conspectus R. 9.



**LEGENDA:**  
 - 0 a 5 peças  
 - 5 a 10 peças  
 - 10<

**Fig. 11:** Cronologia das formas de Terra Sigillata Itálica do Monte Molião.

# CASTRO DE MONTE MOZINHO: CERÂMICA DE PAREDES FINAS

**Teresa Soeiro**

FLUP / CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»  
msoeiro@letras.up.pt

**Rui Morais**

FLUP / CECH – Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos  
rmorais@letras.up.pt

## ABSTRACT

In this paper we present the thin-walled ware found in Castro de Monte Mozinho, in the excavations campaigns dated from 1974 to 1998. We identify all the sectors covered by the work and we sum up the stratigraphic contexts in which the findings of the thin-walled ware occurred, highlighting their relation to other contemporary materials. We then present the productions according to their type and fabric, having been able to identify two distinct ones. On the one hand, we verified the existence of Italic thin-walled ware manufactured both in the Central North region (Etruscan coast) and in the Central Western area of the Po Valley and, on the other hand, and in a more significant number, we recognised peninsular productions from the Baetica and Lusitania, with emphasis to the ones produced in Mérida.

**Keywords:** Castro de Monte Mozinho; roman ceramic; table ware; thin-walled ware: Museu Municipal de Penafiel

## RESUMO

Este artigo debruça-se sobre as cerâmicas de paredes finas recolhidas no Castro de Monte Mozinho, durante as campanhas de escavação de 1974 a 1998. Identificam-se os sectores abrangidos pelos trabalhos e sumariam-se os contextos estratigráficos em que ocorreram os achados, salientando a sua relação com outros materiais coetâneos. De seguida, apresentam-se as produções, segundo a sua tipologia e fabrico, reconhecendo-se a presença de paredes finas itálicas fabricadas na região Centro-Norte (Etrúria costeira) e na área Centro-Occidental do Vale do Pó, e, em número mais significativo, produções peninsulares da Bética e da Lusitânia, com destaque para as de fabrico emeritense.

**Palavras-chave:** Castro de Monte Mozinho; cerâmica romana; cerâmica de mesa; paredes finas; Museu Municipal de Penafiel

## 1. APRESENTAÇÃO

Dedicamos este breve trabalho ao estudo das cerâmicas romanas de paredes finas recolhidas nas escavações do Castro de Monte Mozinho, campanhas decorridas entre 1974 e 1998. O sítio arqueológico (SOEIRO 2005) fica no município de Penafiel (Portugal), ou seja, no Sul do *Conventus Bracaraugustanus*, a cerca de 30 km do Atlântico e 7,5 km a Norte do rio Douro. É sobejamente conhecido da comunidade científica, fruto da sua relevância patrimonial e de lhe ter sido dedicada

uma já longa e multifacetada investigação<sup>1</sup>, que gerou bibliografia com contributos inovadores para a construção do conhecimento sobre a história antiga do Noroeste e fez dele ponto de encontro e referência (SOEIRO & CALO 2014).

A área escavada a que nos reportamos, maioritariamente na parte alta do povoado, atinge pouco menos de metade do espaço delimitado pela muralha da coroa do Castro, intensamente ocupado durante o século I e primeira metade do II d.C., mas depois abandonado como local de habitação, no período baixo-imperial. Foi alvo de escavação em sucessivos anos, desde a pioneira abordagem feita, em 1974, por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA 1974). Estava, para esse fim, repartido em sectores - *a, g, c, d, D, A* e *Superior* (Fig. 1), a que correspondem as referências do espólio entregue ao Museu Municipal de Penafiel (ALMEIDA 1977 e 1980; SOEIRO 1984 e 1998a).

No exterior desta muralha, diante da porta voltada a Nordeste, espraia-se pela pendente, suave, o designado sector *B*, sobre o qual incidiram os trabalhos de Elísio Ferreira de Sousa, entre 1948 e 1954 (SOUSA 1954), retomados por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em 1974, e novamente reabertos em 1997-98 (SOEIRO 2000-2001), com o objectivo de recolher informação remanescente, antes que toda esta área fosse intervencionada no âmbito do projecto de requalificação, formando desde esse investimento um contínuo com a anterior, o que permite a leitura abrangente de toda a mancha escavada e o ordenamento do circuito de visita.

## 2. CONTEXTOS DAS CERÂMICAS DE PAREDES FINAS IDENTIFICADAS EM MONTE MOZINHO

De entre os muitos milhares de artefactos que resultaram de vinte e cinco anos de trabalhos arqueológicos em Mozinho, a cerâmica mostrou-se sempre preponderante e muito expressiva, independentemente do local e contexto específico de escavação ou da respectiva cronologia. Mas, exactamente porque há uma miríade de diferentes contextos significativos para a leitura dinâmica da vida no povoado e para o entendimento da sua relação com o exterior, próximo ou mais longínquo, optámos por, na medida do possível, relacionar as ocorrências de cerâmica de paredes finas ao menos com os sectores, cujas características e diacronia estão já sumariados nas publicações-relatório antes citadas. As inferências obtidas tornam-se mais fáceis de cotejar com os estudos dirigidos a outros materiais, como, por exemplo, os de numismática (PEREIRA 1974; CENTENO 1977, 1978 e 1987; LIRA 1984-1985), ou os dedicados às lucernas (SOUSA 1966)<sup>2</sup>; cerâmicas cinzentas (SOEIRO 1981-1982; CENTENO e outros 2014), *sigillatas* (CARVALHO 1993-1994; 1998 e 2002), cerâmicas Béticas de pasta calcária (CARVALHO 2008-2009), bracarenses (CARVALHO & PAIVA 2014), etc., ou mesmo à plástica em pedra (CALO 1994: 310-357 e 1998).

Devemos também esclarecer que, na selecção da cerâmica a tratar, nos restringimos às paredes finas de produção alógena ao *conventus*, quer dizer, aquelas que chegam a Mozinho, com mais ou menos intermediários, a partir de centros produtores da península itálica, de outras regiões da Hispânia ou, ainda que não se tenha verificado, de um qualquer diferente ponto do império. Aplicada esta premissa, obtivemos o quadro de ocorrências seguinte, que passaremos a comentar. Para a sua constituição adoptámos a tipologia de Françoise Mayet (1975), completada e revista por Alberto López Mullor (1990).

<sup>1</sup> Divulgada junto dos meios científicos desde há cem anos, com as conferências (1919) e publicação da autoria de Lacerda Machado (MACHADO, 1920).

<sup>2</sup> O tema foi retomado nas dissertações de mestrado apresentadas por Andreia Esteves e Flávia Nunes, que suportam o artigo publicado neste número da revista Portugalia.

**Castro de Monte Mozinho (1974-1998)**  
**cerâmica de paredes finas**

sector	ocorrências NMI			formas				
		IIIa	XXXIII/XXXV	XXXVIIB	XXXVII/XXXVIII	XLIII	LXVII e variantes	ind.
a	14	4	1	1	-	5	1	2
g	1	1	-	-	-	-	-	-
d	22	1	1	1	-	5	1	13
D	23	3	-	-	2	6	1	11
Sup.	2	1	-	-	-	-	-	1
A	11	-	-	1	-	9	1	-
c	2	1	-	-	-	1	-	-
B	6	-	-	1	-	-	-	5
<b>total</b>	<b>81</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>26</b>	<b>4</b>	<b>32</b>

Contabilizámos como uma ocorrência/indivíduo apenas os exemplares isolados no espaço ou distintos no fabrico e/ou forma. Tentámos, assim, evitar a sobre contagem que resultaria da soma dos fragmentos quando estes estavam próximos e aparentavam ter pertencido ao mesmo vaso, mesmo não havendo colagens. A pequenez é característica dos achados, certamente derivada da fragilidade das produções, excepto no que toca aos fundos, algo mais espessos, mas, em geral, pouco elucidativos quanto à morfologia do vaso. Este estado condiciona fortemente a atribuição a centros produtores e, sobretudo, a formas. Em contrapartida, essa mesma fragilidade parece ter transformado tais recipientes em *espécie de vida curta*, conferindo-lhes maior relevância para a análise dos contextos.

Pese embora a diferente área escavada em cada um dos sectores, que dificulta a comparação quantitativa, a tendência de distribuição espacial patenteada no quadro corresponde à interpretação da estratigrafia e respectivos conjuntos de materiais, publicados nos relatórios de escavação referidos. Concorda também, em particular, com a presença das diferentes produções de *sigillata* discutidas no respectivo estudo monográfico (CARVALHO 1998: 185-193).

Tomemos como exemplo, em primeiro lugar, os sectores a nascente do eixo viário, todos eles ocupados desde os tempos iniciais do povoado, na época de Augusto. O mais afastado - g, com uma área escavada limitada, deu-nos apenas vários fragmentos de um vaso de produção itálica, da forma IIIa de López Mullor, integrado num contexto particularmente bem preservado, entre uma casa castreja com vestíbulo e o muro de suporte, ao nível do piso inicial, com uma fíbula de charneira Ettliger 28 e fragmentos de um prato de TSI da forma *Conspectus* 12.1, de ânforas lusitanas e béticas, de cinzentas finas e muita cerâmica castreja. Da unidade estratigráfica superior a esta provém um as de Augusto, emissão do NO Hispânico, com muito pouco desgaste de circulação (SOEIRO 1984: 167-168).

No sector a, que está na mesma plataforma do anterior mas contíguo ao eixo viário, há níveis entre as casas castrejas e o muro de suporte que foram selados pela sapata da parede exterior da casa flávia de c, estendendo-se as unidades mais antigas a outros pontos, uma vez que aqui não houve transformação profunda do edificado. Estas situações contribuíram para a preservação dos artefactos de momentos recuados, como são as paredes finas de produção itálica.

No entanto, no nível imediatamente anterior à referida sapata, onde as *sigillatas* sudgálicas

são predominantes mas convivem com as primeiras produções hispânicas, encontrámos vasos de paredes finas oriundos tanto da Bética (escassos) como de Mérida, lado a lado com vasos de cinzenta fina de boa qualidade e de cerâmicas calcárias béticas, produções que já surgiam no nível mais antigo, e vasilhame comum ainda na tradição castreja, conjuntos que chegam ao terceiro quartel do século I d.C.

Situação similar verifica-se no sector *d*, enquanto em *c*, espaço entre os dois anteriores, a remodelação do edificado foi radical, substituindo as casas castrejas por um complexo edifício romano, construído em plena época flávia. Aqui, apesar da abundância de espólio, diríamos mesmo relativa riqueza, as paredes finas parecem tão residuais como os escassos vestígios das estruturas e níveis de ocupação prévios, são dois os fragmentos, um de produção da Etrúria, outro de Mérida. Quem habitou a nova casa já não as teria usado, certamente substituídas pelas inúmeras produções bracarenses de cerâmicas finas para serviço de mesa.

Esta é uma realidade que confirmámos do outro lado do eixo viário, ao escavar, em 1985-86, a casa romana a ele adossada, já no sector *D*. O edifício, do último quartel do século I d.C., também aqui arrasou ou soterrou as casas de traça castreja. Entre os abundantes materiais recolhidos, nos níveis flávios e do século II d.C., há apenas dois fragmentos emeritenses.

O restante sector, do recinto superior à muralha, não sofreu tal transformação, são as características casas-pátio e outras construções circulares a pautar a arquitectura. A estratigrafia, ainda que de não muita potência por causa dos afloramentos graníticos, guarda unidades que se foram depositando desde a implantação do povoado, no tempo de Augusto. As *sigillatas* itálicas e sudgálicas, as ânforas de diversa proveniência, as cinzentas finas, a cerâmica castreja, as fíbulas e alfinetes, mesmo os numismas (p.e. um *dupondius* de Augusto, com representação da *caetra*, incrustado na superfície do pavimento de uma das casas circulares) enquadram um maior número de ocorrências de vasos de paredes finas, distribuídas desde as produções itálicas às provenientes de Mérida.

Para completar o périplo entre o recinto superior e o eixo viário que leva à porta da muralha, temos de percorrer o sector *A*, que Carlos Alberto Ferreira de Almeida começou a escavar logo em 1974, e a propósito do qual nos deixou, ao referir-se a um fundo de paredes finas, a impressão de «*que é uma cerâmica muito pouco vulgar no Mozinho*» (ALMEIDA 1977: 21), o que é ainda mais relevante neste espaço onde, apesar das relativamente limitadas transformações arquitectónicas, se concentra uma grande variedade e quantidade de materiais de época flávia e primeira metade do século II d.C., tornando-o, neste aspecto, comparável às casas romanas de *c* e *D*. Certamente porque não houve a transformação topográfica e os arrasamentos verificados nos seus pares, mas sucessiva reutilização quase à mesma cota, em *A* encontrámos os restos de um vaso de paredes finas da Bética e uma dezena de fragmentos emeritenses, de novo um quase nada face às mais de oito centenas e meia de peças em *sigillata*, largamente dominadas pelos fabricos hispânicos e com apenas cinco achados de itálica (CARVALHO 1998: 188-190), a que acrescem mais oito centenas de vasos de mesa em pastas esbranquiçadas depuradas, com acabamentos engobados, pintados e/ou polidos provenientes da área de *Bracara Augusta* (CARVALHO & PAIVA 2014: 242), tendo por pano de fundo grande quantidade de cerâmica comum já ao gosto romano.

Lembramos que também no casal romano da Bouça do Ouro (Boelhe, Penafiel), onde escavámos duas casas romanas isoladas, erguidas provavelmente entre a época claudiana e o terceiro quartel do século I d.C., foram identificados apenas dois fragmentos de paredes finas de produção hispânica, entre um conjunto avultado de materiais muito semelhantes aos de Mozinho, de igual período (SOEIRO 1998b).

Se dos locais da habitação passarmos às necrópoles, constatamos nestas a ausência de

cerâmica de paredes finas. No perímetro do Castro de Monte Mozinho, a área de enterramento detectada fica imediatamente no exterior da muralha mais extensa e foi utilizada pelo menos entre o último quartel do século I e o IV d.C. Das escavações de Carlos Alberto Ferreira de Almeida temos apenas uma incineração de época flávia, a sepultura 2, de 1975. Já em 2004, numa situação de emergência, alguns metros para Norte, foram escavadas mais de seis dezenas de incinerações, para as quais Teresa Pires de Carvalho propôs uma datação idêntica. Os conjuntos são abundantes em *sigillatas* hispânicas e cerâmicas bracarenses, havendo também cinzentas finas, lucernas, cerâmica comum romana, vidros, etc., em clara similitude com os níveis sincrónicos do povoado, em especial os de A, c e da casa romana de D. As produções de paredes finas parecem ausentes, embora haja vasos regionais que lembram alguma das suas formas (CARVALHO 2008: 96).

Num outro ponto do município, junto ao rio Sousa, no sítio arqueológico de Monteiras (Bustelo), um povoado aberto de que foi escavada a necrópole, com enterramentos de incineração que se iniciam no período de Cláudio/Nero, também não existiam vasos em paredes finas, embora houvesse outro material forâneo, tanto neste primeiro momento (p.e. lucerna derivada da forma Dressel 3) como, em maior quantidade, no último quartel do século, de que são exemplo as *sigillatas* hispânicas e os vidros, ao lado das produções regionais de cinzentas e louça fina de mesa em pastas caulínicas de *Bracara* (SOEIRO 2009-2010: 32-43).

### 3. AS PRODUÇÕES

Os vasos genericamente integráveis nas designadas cerâmicas de paredes finas faziam parte do serviço de mesa dos habitantes de Mozinho, associados, em particular, ao consumo de vinho. Como seria habitual, estes vasos, importados de outras províncias, foram certamente usados como complemento das baixelas metálicas e vítreas, mais onerosas. No seu conjunto, esta louça está representada por um número mínimo de indivíduos correspondente a cerca de 81 vasos, sendo 32 os fragmentos de parede de forma indeterminada, com produção hispânica. Foram documentadas as duas formas maioritárias neste tipo de baixelas, os copos e as taças, com predomínio destas últimas. A observação macroscópica das pastas permitiu individualizar diferentes fabricos, uns de origem itálica, outros de produção peninsular.

#### 3.1. As produções itálicas

Apesar do estado de fragmentação, foi possível identificar 13 vasos de proveniência itálica, 11 fabricados no Centro-Norte de Itália, na região da Etrúria costeira, genericamente enquadráveis na variante IIIa de López Mullor, e 2 fabricados na área Centro-Occidental do Vale do Pó, da forma híbrida XXXIII/XXXV, proposta pelo mesmo autor (LÓPEZ MULLOR 1990: 339-342).

Os primeiros (Fig. 2, 1-3), com uma cronologia de produção entre 75 a.C. e a 2ª década d.C. (LÓPEZ MULLOR 1990, p. 216), chegaram a Mozinho na sua fase final de produção, em plena época augustana (SOEIRO 1984: 141, 169 e 229), no momento coincidente com a crise das produções de paredes finas da Etrúria (RICCI 1985: 343, 346; BELTRÁN 1990: 170). Os segundos (Fig. 2, 4-5), com uma cronologia de produção entre 30 a.C. e o período de Cláudio (LÓPEZ MULLOR 1990: 340-341), estão presentes em Mozinho em estratos datáveis da época deste imperador ou algo anteriores (SOEIRO 1984: 141-142).

No âmbito das produções itálicas, são mais abundantes os copos representados pelos fabricos do Centro-Norte de Itália, reconhecidamente difundidos em toda a bacia do Mediterrâneo e costa atlântica (MAYET 1975; RICCI 1985; LÓPEZ MULLOR 1990: 234; MORAIS 2010). Refira-se, por questões de proximidade geográfica, vasos desta forma identificados em Braga (MORAIS 2005:

292-294; 328, nº 7-13) e Conímbriga (MAYET 1976: 28; Pl. V, 124, nº 6-9). São produções muito características: possuem uma pasta muito depurada, cozida em atmosfera oxidante, de cor rosada a vermelho acastanhado, ainda que podendo variar de tonalidade num mesmo vaso, consoante a cozedura. Em Mozinho, os fabricos são característicos do período de Augusto, com pastas friáveis e homogêneas, de superfície externa alisada mate. Em um fragmento foi possível documentar a típica decoração de espinhos, dispostos verticalmente, aplicados a barbotina, integrável na variante Mayet IIIa, do final do século I a.C. (MAYET 1975: 29-30, PL, VI, nº 45-50).

Os vasos da forma híbrida Mayet XXXIII/XXXV (Fig. 2, 4-5) foram fabricados na área Centro-Occidental do Vale do Pó, ainda que não se conheçam os centros responsáveis pela sua produção nesta região (RICCI 1985: 348). Têm uma cor bege-acastanhada/alaranjada e possuem uma superfície rugosa, com decoração arenosa. Como no caso anterior, também eles estão bem documentados na bacia do Mediterrâneo e em território peninsular (LÓPEZ MULLOR 1990: 339-342), veja-se o caso de Braga (MORAIS 2005, 298, 300-301; 330-333, nº 33-55).

### **3.2. As produções peninsulares**

Os vasos de paredes finas de produção peninsular mostraram-se mais abundantes em Monte Mozinho do que os seus congêneres itálicos, tendo sido possível identificar cerca de 36 exemplares com forma, repartidos por produções béticas e lusitanas, maioritariamente emeritenses.

As produções béticas (Fig. 2, 6-7) apenas estão representadas por 6 ocorrências em que se possa reconhecer a forma, sendo 4 genericamente atribuíveis à Mayet XXXVII, com as típicas decorações roletadas e de mamilos aplicados a barbotina, e 2 da forma Mayet XXXVII/XXXVIII, com folhas de água também a barbotina. Provêm de estratos datados do reinado de Cláudio a inícios do de Vespasiano (SOEIRO 1984: 142, 184), momento coincidente com a cronologia de produção conhecida para este tipo de vasos, em particular da forma Mayet XXXVII, muito bem representados na Península (MAYET 1975: 72-73; MINGUEZ MORALES 1991: 88; LÓPEZ MULLOR 1990: 348-350), como também sucede em Braga (Morais 2005: 295-296, 298, 304; 333, nº 65-69; 335, nº 92-104) e Conímbriga (MAYET 1976: 29-30, Pl. V, nº 14-22; Pl. VI, nº 23-36, 39-41; Pl. VII, nº 42-44). Estes fragmentos apresentam uma pasta calcária, de cor creme amarelada, muito depurados e de textura porosa. Numa simples análise macroscópica são visíveis ínfimos e pequenos minerais brancos, sobretudo quartzos rolados e, por vezes, nódulos de óxidos de ferro. A superfície, coberta por um engobe de cor laranja/acastanhado, pode apresentar reflexos metálicos (LÓPEZ MULLOR 1990: 348).

As produções lusitanas são as mais abundantes em Mozinho, com cerca de 30 vasos: 26 forma Mayet XLIII, de produção emeritense, e 4 enquadráveis na Forma LXVII de López Mullor, com eventual centro produtor situado na região de Elvas (LÓPEZ MULLOR 1990: 439-440).

Os vasos da forma Mayet XLIII (Fig. 2, 8-15), largamente difundidos na Península (MAYET 1975: 98-99; LÓPEZ MULLOR 1990: 409; MINGUEZ MORALES 1991; MORAIS 2005: 295, 304-305), estão bem representado em Braga (MORAIS 2005: 295-296, 298-299, 304-305; 336, nº 105-116; 337, nº 117-124; 338, nº 125-128.) e em Conímbriga (MAYET 1976, 34-36, Pl. VII, nº 55-58; 60-66; Pl. VIII, nº 67-70; 72-75). Genericamente datáveis da 2ª metade do século I, estão maioritariamente presentes em Mozinho em estratos do 3º quartel do século I (SOEIRO 1984: 139, 142, 183-185 e 206). Como é habitual nas produções emeritenses, os fragmentos do Castro apresentam uma pasta de cor creme-acastanhada, muito bem cozida e porosa, com uma superfície tanto áspera como alisada e com aguada de cor laranja a acastanhada, em raros casos de reflexos metálicos. Também existem exemplares com cerne acinzentado graças a uma forte cozedura,

dando-lhe o designado efeito “sandwich”. Ostentam as típicas decorações roletadas e de mamilos e lúnulas aplicados a barbotina.

Dos vasos da Forma LXVII (e variantes) de López Mullor (Fig. 3, 1-3), surgiram apenas fragmentos do bojo, que apresentam um fabrico redutor e, deve salientar-se, considerável espessura, para cerâmicas de *paredes finas*. A decoração é roletada e desenha losangos ou rombos. Como as anteriores, trata-se de vasos datados da 2ª metade do século I d.C. (LÓPEZ MULLOR 1990, 440), mais presentes em níveis do Mozinho atribuíveis a época flávia.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos como os vasos de paredes finas mais antigos recolhidos nas escavações de Mozinho (1974-1998) são de origem itálica, provenientes da área da Etrúria costeira e do vale do Pó, produções largamente difundidas em todo o Mediterrâneo ocidental. A sua presença no Castro é solidária com a de outros bens, pois também há testemunho da recepção de cerâmicas de engobe vermelho pompeiano, *sigillata* (TSI) e lucernas, mercadoria secundária que integraria a carga das embarcações transportadoras, por exemplo, do vinho itálico, de que no povoado se preservam fragmentos das inerentes ânforas. Braga, Conímbriga ou Castelo da Lousa foram, à escala, paralelos a considerar.

Neste período inicial encontra-se, a par destas cerâmicas de paredes finas, outro vasilhame funcionalmente afim, como as cerâmicas de fabrico bético, em pasta calcária, as cinzentas finas polidas e os recipientes de vidro (de vasos metálicos não se vislumbrou testemunho).

Fazemos notar, porém, que em Mozinho, nos níveis das primeiras décadas do século, não é tanto no universo das produções romanas que enquadrámos a larga maioria dos recipientes aparentemente destinados a servir e consumir líquidos, mas sim entre a cerâmica de tradição castreja, em que abundam as copas e os púcaros, estes em diversos tamanhos, ambos muitas vezes decorados e com as superfícies cuidadas, havendo mesmo exemplares algo mais tardios que, pelo seu perfil e acabamento da superfície com aguada vermelha/alaranjada, parecem seguir a moda romana e em particular a das paredes finas.

Mas, como a área escavada da coroa do povoado teve ocupação intensa ao longo de todo o século I d.C., a maioria dos vasos de paredes finas recolhidos são de origem peninsular. Esta mudança verifica-se a partir do reinado de Cláudio, momento coincidente com a diminuição das demais importações de origem itálica. Realçamos, contudo, que a maior quantidade de vasos de paredes finas nestes contextos está longe de ser proporcional ao volume de crescimento do demais material de proveniência exógena.

A presença das produções bética e emeritense de paredes finas, que acompanhariam a corrente comercial Sul - Norte de muitas outras mercadorias, particularmente representados pelas contidas nas ânforas béticas e lusitanas, é mais um argumento a confirmar o poder aquisitivo das populações que habitavam Mozinho, no terceiro quartel do século I d.C., e a sua integração no império.

Em plena época flávia, os vasos de paredes finas estão apenas residualmente representados, certamente por se verem substituídos pelas produções regionais de cerâmica bracarense e afins, que se vão impor massivamente nas últimas décadas do século I d.C. e primeiras da centúria seguinte.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1974), *Escavações no Monte Mozinho 1974*, Penafiel, Centro Cultural Penafidelis.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1977), *Escavações no Monte Mozinho II 1975-1976*, Penafiel, Centro Cultural Penafidelis.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1980), “O templo do Monte Mozinho e o seu conjunto”, *Portvgalia*, nova série, 1, Porto, pp. 51-56.
- CALO LOURIDO, Francisco (1994), *A plástica da cultura castrexa galego-portuguesa*, La Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa.
- CALO LOURIDO, Francisco (1998), “Peculiaridades plásticas do Monte Mozinho”, *Cadernos do Museu*, 2, Penafiel, pp. 125-186.
- CARVALHO, Teresa Pires de (1993/94), “As marcas de oleiro da sigillata de Mozinho”, *Cadernos de Arqueologia*, 10/11, Braga, pp. 91-112.
- CARVALHO, Teresa Pires de (1998), “A terra sigillata de Monte Mozinho (Contributo para a história económica do povoado)”, *Cadernos do Museu*, 3, Penafiel.
- CARVALHO, Teresa Pires de (2002), “Monte Mozinho: A terra sigillata recuperada no sector B”, *Portvgalia*, nova série, 23, Porto, pp. 117-154.
- CARVALHO, Teresa Pires de (2008), “As necrópoles de Monte Mozinho: resultados preliminares”, *Oppidum*, número especial, Lousada, pp. 83-113.
- CARVALHO, Teresa Pires de (2008-2009), “Monte Mozinho: uma cerâmica de pasta branca”, *Portvgalia*, nova série, 29/30, Porto, pp. 153-168.
- CARVALHO, Teresa Pires de; PAIVA, Belém Campos (2014), “Cerâmicas de imitação em Monte Mozinho: as cerâmicas ditas bracarenses”, in MORAIS, R. e outros (ed.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*, Porto/Madrid, FLUP/SECAH, pp. 227-246.
- CENTENO, Rui M. S. (1977), “As moedas”, in ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Escavações no Monte Mozinho II 1975-1976*, Penafiel, Centro Cultural Penafidelis, pp. 39-46.
- CENTENO, Rui M. S. (1978), “Quatro *denarii* de Monte Mozinho (Penafiel)”, *Boletim do Ginásio Clube Vilacondense*, 3, Vila do Conde, pp. 55-59.
- CENTENO, Rui M. S. (1987), *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática.
- CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa (2014), “A propósito da cerâmica cinzenta fina polida do Castro de Romariz (Santa Maria da Feira - Portugal)”, in MORAIS, R. e outros - *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*, Porto/Madrid, FLUP/SECAH, pp. 291-308.
- LIRA, Sérgio (1984/1985), “Um tesouro monetário romano do Monte Mozinho”, *Nvmmvs*, 2ª série, 7/8, Porto, pp. 59-75.
- LÓPEZ MULLOR, A. (1974), “Un vaso de paredes finas con decoracion a la barbotina del Museo Monográfico de Ampúrias”, *Miscelanea Arqueológica*, Barcelona, 1, pp. 407-410.
- LÓPEZ MULLOR, A. (1977), “Cronología de unas tazas de paredes finas”, *Ampurias*, XIV Congreso Nacional de Arqueología (Vitoria 1975), Zaragoza, pp. 943-956.
- LÓPEZ MULLOR, Alberto (1990), *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*, 2ª ed., Zaragoza, Libros Pórtico.
- LÓPEZ MULLOR, A. (2013), “Las Cerámicas de Paredes Finas del final de la república Romana y el período Augusteo-Tiberiano”, in RIBERA I LACOMBA, Albert (coord.), *Manual de cerâmica*

*romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*, Madrid, Museu Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid, pp. 149-190.

- MACHADO, F. S. de Lacerda (1920), *Uma cidade Morta no Monte Mòsinho ou Castro de Santo Estevão de Oldrões: Estudo de arqueologia*. Coimbra.
- MAYET, Françoise (1975), *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Centre Pierre Paris.
- MINGUEZ MORALES, Jose Antonio (1991), *La ceramica romana de paredes finas: generalidades*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza.
- MORAIS, R. (1997-98), “Importações de cerâmicas finas de Bracara Augusta: da fundação à época Flávia”, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Braga, pp. 47-135.
- MORAIS, R. (2005), “Autarcia e comércio em Bracara Augusta: contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial”, *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 2, Braga.
- MORAIS, R. (2010) – “As paredes finas”, in ALARCÃO, Jorge de; CARVALHO, Pedro C.; GONÇALVES, Ana (coord.), *Castelo da Lousa- Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002, Studia Lusitana*, 5, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano, pp. 153-172.
- PEREIRA, Isabel (1974), “Achados monetários de Monte Mozinho, Penafiel”, *Conimbriga*, 13, Coimbra, pp. 75-165.
- RICCI, A. (1985), “Ceramica a pareti sottili”, in *Atlante delle Forme Ceramiche*, vol. 2, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, pp. 231-357.
- SOEIRO, Teresa (1981/1982), “Monte Mozinho: cerâmica cinzenta fina”, *Portvgalia*, nova série, 2/3, Porto, pp. 97-120.
- SOEIRO, Teresa (1984), “Monte Mozinho. Aparentamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana”, *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, 3ª série, 1, Penafiel, pp. 5-323.
- SOEIRO, Teresa (1998a), “Monte Mozinho: a escavação do sector D”, *Cadernos do Museu*, 2, Penafiel, pp. 79-114.
- SOEIRO, Teresa (1998b), “O sítio romano da Bouça do Ouro, Boelhe – Penafiel”, *Cadernos do Museu*, 4, Penafiel.
- SOEIRO, Teresa (2000-2001), “Monte Mozinho: a recuperação do sector B”, *Portvgalia*, nova série, 21/22, Porto, pp. 103-136.
- SOEIRO, Teresa (2005), *Monte Mozinho. Sítio arqueológico*, 2ª ed., Penafiel, Museu Municipal de Penafiel.
- SOEIRO, Teresa (2009-10), “Necrópole romana de Monteiras (Bustelo-Penafiel)”, *Cadernos do Museu*, 12/13, Penafiel, Museu Municipal, pp. 32-43.
- SOEIRO, Teresa; CALO LOURIDO, Francisco (2014), “Escavações de Monte Mozinho (1974-1998): projecto territorial e lugar de encontro de *Callaecia*”, *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, 13, Porto, pp. 143-158.
- SOUSA, Elísio Ferreira de (1954), “Relatório das escavações levadas a efeito no Monte Mòsinho”, *Douro Litoral*, 6 série (5/6), Porto, pp. 136-149.
- SOUSA, J.J. Rigaud de (1966), “Lucernas de Penafiel”, *Revista de Etnografia*, 12, Porto, pp. 313 - 319.
- VEGAS, Mercedes (1973), *Cerámica común romana del Mediterráneo Occidental*, Barcelona, Universidad de Barcelona.

**REFERÊNCIAS:**

Sector *a* - M77a QIIA(3); M77a QIV(6) e (9); M77a QXXVI(4); M77a QXXVII(2); M77a QXXVIII(2);  
M78a QI(x)

Sector *c* - M78c QIV(4); M78c QXI(3);

Sector *d* - M76d JM QII(2); M76d QIII(3); M78d QI(1); M78d Int.(2); M83d QX/XV(2); M83d QXII(2);  
M83d QXIII(2); M83d QXIV(1); M83d QXIV(2); M83d QXV(1); M83d QXVIII/XXIII(1); M83d QXX(2)  
e (3); M83d QXXI(2); M83d QXXII(1) e (2)

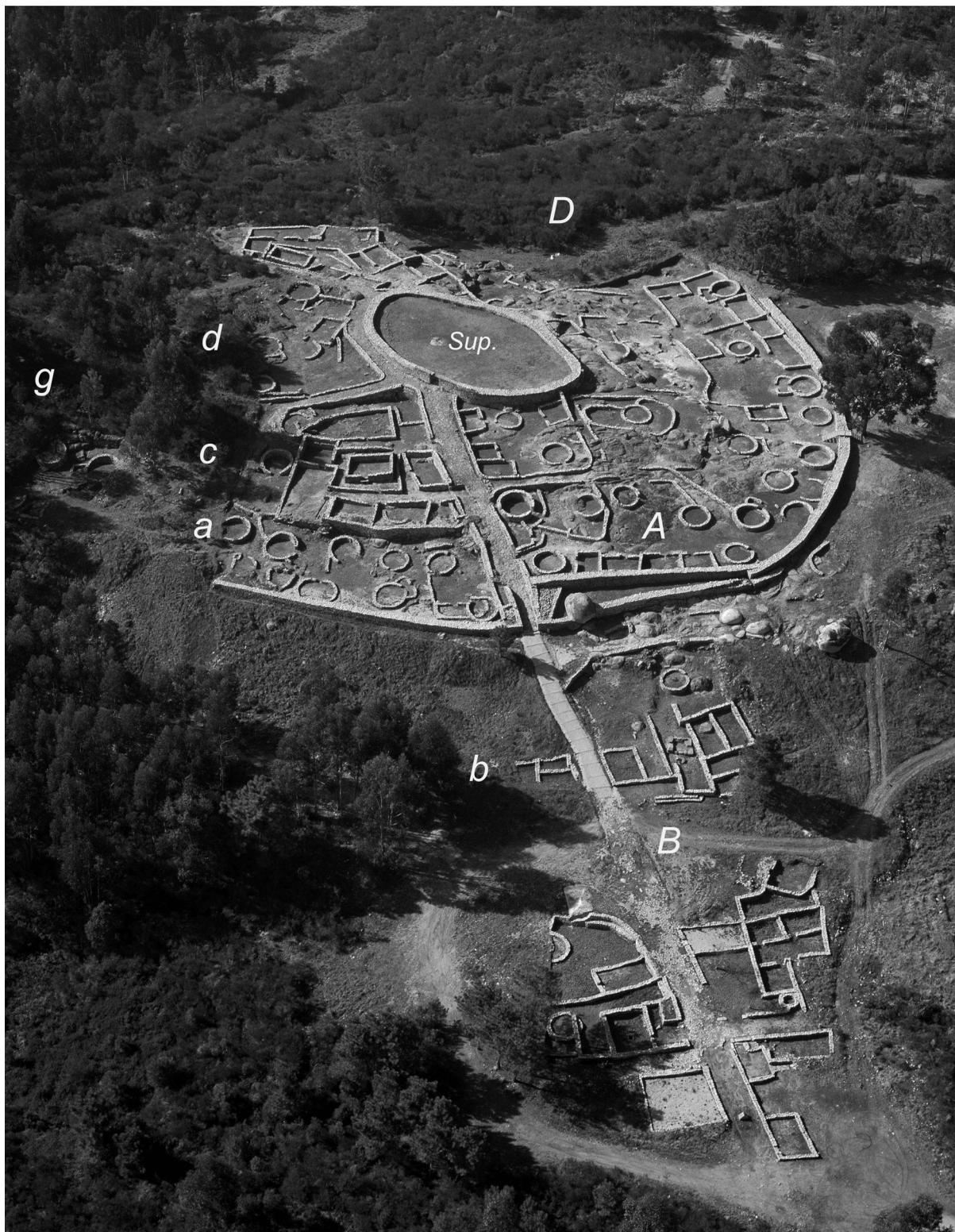
Sector *g* - M82g QXV (5) e (6)

Sector *A* - M76A QIV(2); M76A QXXVII(2); M76A Rua(2); M76A QAv.(1); M75A x

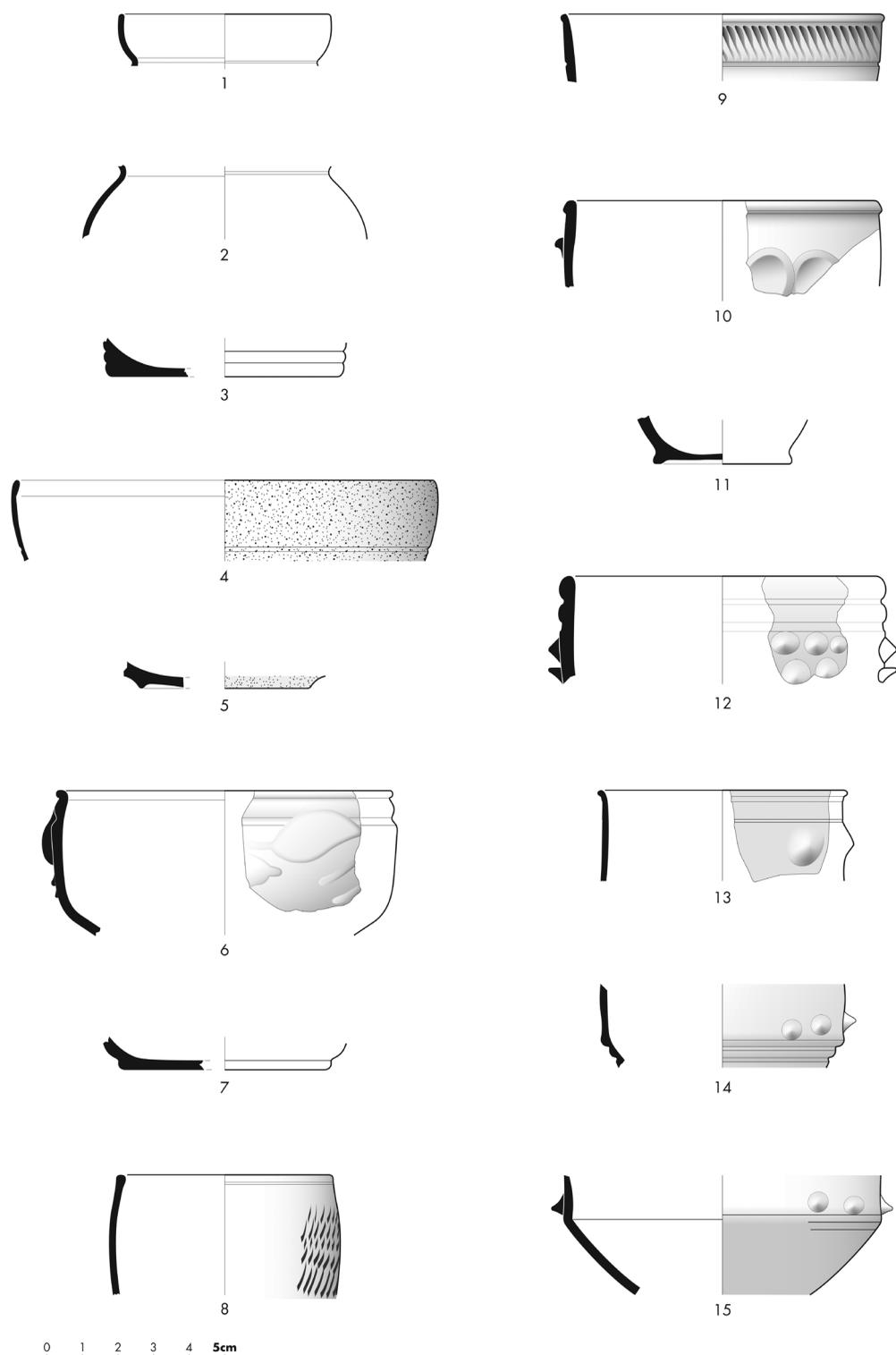
Sector *B* - M95BA QI(3); M97BA QI(1)

Sector *D* - M85D QI(2); M85D QXV(3); M86D Muri(2); M87D QXI/XIX(1) (2) e (3); M87D QXII/XX(1) e  
(2); M87D QXIII/XXI(2); M87D QXIV/XXII(1); M87D QXV/XXIII(2) e (6); M88D QIV (1/2); M88D  
QXII (4); M89D QXV (1)

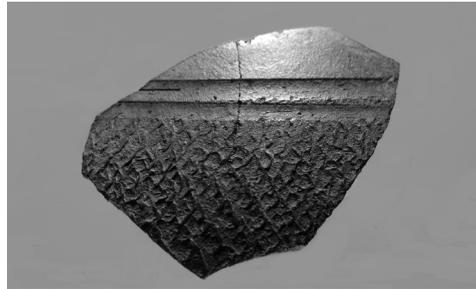
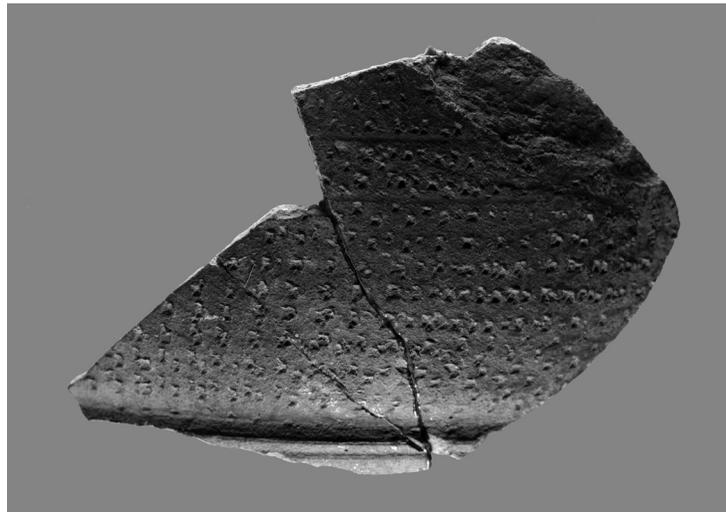
Sector *Superior* - M76Sup. QIII(2); M76Sup. QIV(2);



**Fig. 1:** Castro de Monte Mozinho (1998): planta com identificação dos sectores escavados (Museu Municipal de Penafiel, Fot. Penaguião & Burnay)



**Fig. 2:** Cerâmica de paredes finas: 1 - 3 produção itálica, forma Mayet IIIa; 4-5 produção itálica, forma Mayet XXXIII -XXXV; 6 - 7 produção bética, forma XXXVII-XXXVIII; 8 - 15 produção emeritense, forma XLIII



**Fig. 3:** Monte Mozinho: vasos de paredes finas da forma LXVII com decoração roletada (Museu Municipal de Penafiel, Fot. Museu D. Diogo de Sousa)



# CASTRO DE MONTE MOZINHO: LUCERNAS <sup>1</sup>

**Andreia Filipa Campos Esteves**

Arqueóloga  
andreiace@hotmail.com

**Flávia Maria Magalhães Nunes**

Arqueóloga  
flavia.mnunes@hotmail.com

## ABSTRACT

The fieldwork carried out between 1974 and 1998 at *Castro de Monte Mozinho (Penafiel)* yielded a significant number of Roman oil lamps (high and low-imperial) and of production of indigenous tradition. The collection indicates a clear predominance of oil lamps originating from central-Italy workshops, Hispanic, but also of local (*Castro de Monte Mozinho*) and regional productions. Of the latter, many of them refer to a *Bracara Augusta* production, as that city was an important producer and oil lamps distributor known at *conventus*. The focus tends to be mainly on the regional market, as shown in *Monte Mozinho*.

**Keywords:** Oil lamps; open oil-lamp; iconography; imported productions; local/regional productions.

## RESUMO

O trabalho de campo efetuado entre 1974 e 1998 no Castro de Monte Mozinho (Penafiel) permitiu a recolha de um considerável número de lucernas romanas (alto e baixo-imperiais) e de fabrico de tradição castreja. O conjunto revela uma clara preponderância de lucernas oriundas das oficinas centro-italicas, hispânicas, bem como de fabricos locais (Castro de Monte Mozinho) e regionais. Destas últimas, grande parte remete para fabricos bracarenses, uma vez que *Bracara Augusta* se constitui como o mais importante centro produtor e redistribuidor de lucernas conhecido no *conventus*, tendo como principal enfoque o mercado regional, como se comprova em Monte Mozinho.

**Palavras-chave:** Lucernas; candela; iconografia; produções importadas; produções locais/regionais.

## 1. INTRODUÇÃO

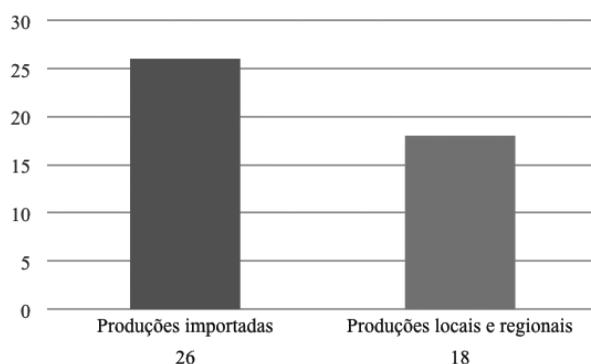
O presente trabalho teve como objetivo o estudo das lucernas romanas recolhidas nas escavações do Castro de Monte Mozinho, realizadas entre 1974 e 1998<sup>2</sup>.

Foram recolhidas 43 lucernas e 1 candela (exemplares quase completos ou fragmentos), das

<sup>1</sup> As lucernas do Castro de Monte Mozinho aqui noticiadas integraram o universo estudado nas dissertações de mestrado que as autoras apresentaram na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2016, elaboradas sob a orientação do professor Doutor Rui Morais (ESTEVES 2016; NUNES 2016). Agradecemos ao Museu Municipal de Penafiel a autorização para estudar os exemplares da sua coleção.

<sup>2</sup> Para uma contextualização dos setores de escavação destas intervenções consulte-se SOEIRO, 1984 e artigo anterior dos autores Soeiro e Morais.

quais 26 são importadas (produções exteriores ao *Conventus Bracaraugustanus*) e 18 correspondem a produções locais e regionais (produções à escala do *Conventus Bracaraugustanus*) (histograma 1). Para a grande maioria dos casos, pudemos atribuir tipologia, seguindo a antiga classificação de Loeschcke (1919), atualizada por Ángel Morillo Cerdán (1999). Consideramos ainda a área produtora, a decoração e as marcas presentes em alguns exemplares.

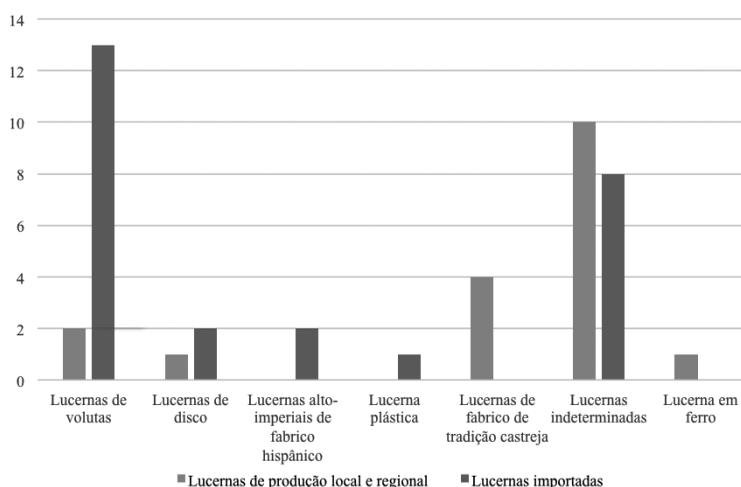


**Histograma 1** – Total de lucernas importadas e de fabrico local/ regional

## 2. Análise tipológica

Uma vez que o trabalho original (dissertações), que cobriu todo o norte de Portugal, contemplava muitos achados ocasionais, antigos e descontextualizados, bem como material resultante de escavações mais recentes, por vezes inéditas (para as quais não tivemos acesso às referências), foi dada prioridade à análise de formas e decorações, e não tanto aos contextos de proveniência. Utilizamos o mesmo procedimento em relação ao estudo do conjunto de Monte Mozinho, limitando-nos a remeter para as publicações sobre este sítio.

Foi possível isolar sete séries tipológicas distintas (histograma 2): volutas (15 exemplares), derivadas do tipo Dressel 3 (2 exemplares), de disco (3 exemplares), lucerna plástica em cerâmica (1 exemplar), fabrico de tradição castreja (4 exemplares) e lucerna em ferro (1 exemplar), sendo as restantes indeterminadas pelo nível de fragmentação (18 exemplares).



**Histograma 2** – Quantidade de lucernas importadas e de produção local/regional por tipologia

## 2.1 Lucernas de volutas

As lucernas de volutas são a tipologia mais abundante. Ao nível morfológico, o disco aumenta e adquire uma forma côncava, adotando um rico repertório iconográfico. A orla, separada do disco por várias molduras e caneluras, é estreita, chegando quase a desaparecer em alguns exemplares (MORILLO CERDÁN 1999: p. 67; 2015: p. 348). O que dá nome a esta série é a sua característica formal mais representativa - as volutas, elementos ornamentais que surgem nos extremos do arranque do *rostrum*.

As lucernas de volutas estão, no Castro de Monte Mozinho, representadas por 15 exemplares. Nas produções importadas contabilizamos 13 lucernas, 5 das quais de tipo indeterminado dado o excessivo estado de fragmentação. As mais antigas provêm das oficinas Centro-Itálicas: 1 fragmento do tipo Loeschcke I B (fig. 1, nº1), do período de Tibério/Cláudio (MORILLO CERDÁN 1999: p. 71), 1 exemplar do tipo Loeschcke I C (fig. 1, nº2) datado do período de Nero - Vespasiano (MORILLO CERDÁN 1999: p.73), e 1 pertencente ao tipo Loeschcke I, variante indeterminada (fig. 1, nº3), com uma cronologia geral de produção situável entre o período de Augusto e os finais do séc. I d.C. Com a mesma origem, mas mais tardios, contabilizam-se 3 exemplares do tipo Loeschcke IV (fig. 1, nºs 4, 5 e 6), datados do 3º quartel do séc. I d.C., 1 fragmento do tipo Loeschcke V (fig. 2, nº 8), dos finais do reinado de Cláudio a meados do séc. II (auge: 75/80 até reinado de Adriano), e 1 fragmento enquadrável no tipo Deneauve V G (fig. 2, nº 9), genericamente datável do período de Augusto a inícios do séc. II (auge: 2º e 3º quartel do séc. I d.C.) (MORILLO CERDÁN 1999: p. 329).

As produções regionais estão representadas por apenas 2 lucernas, ambas atribuíveis ao tipo Loeschcke IV. Uma está completa (fig. 2, nº7), sendo que a outra corresponde apenas a parte da orla e da voluta direita. O exemplar intacto apresenta a marca de oleiro MVNTREPT e poderá pertencer a uma cópia das produções de *Lvcivs Mvnativs Threptvs* produzida em *Bracara Augusta* (ALMEIDA 1953: p. 158, est. XXXIII, nº63; ALMEIDA 1974: p. 48, est. II, nº 4-5; SOEIRO 1984: p. 295, fig. CXLI.10; MORILLO CERDÁN 1999: p. 207; MORAIS 2012: p. 369).

## 2.2 Lucernas hispânicas “derivadas do tipo Dressel 3”

Estas lucernas estão representadas por 2 exemplares (fig. 2, nºs 10 e 11) e são claramente inspiradas em modelos itálicos (MORILLO CERDÁN 1999: pp.100-101; SOEIRO 2000-2001: pp.111, fig. 14.7; MORILLO CERDÁN e RODRÍGUEZ MARTÍN 2008: pp.298-299). Têm características morfológicas muito peculiares, uma vez que, para além do corpo troncocónico, com paredes altas e retas, apresentam aletas laterais situadas na proximidade do *rostrum*. A aleta direita de um dos exemplares (fig.2, nº11) tem três pequenas reentrâncias circulares, característica muito própria deste tipo de lucernas. Como é habitual, o disco é bastante côncavo e está decorado com uma concha de vieira, cujos gomos partem do orifício de alimentação e convergem na parte inferior, a designada charneira.

As pastas, de cor creme/bege claro, são porosas, indicando uma proveniência Bética, onde se conhecem vários centros produtores, como *Andújar* (SOTOMAYOR *et alii* 1976: p. 139, nota 51; SOTOMAYOR *et alii* 1981) e Córdoba (TAFALLA 1988: p.89; BERNAL 1993: pp. 214-215; BERNAL, GARCÍA GIMÉNEZ 1995: p. 178), ainda que também se tenha documentado uma produção na Lusitânia, em *Emerita Augusta* (RODRÍGUEZ MARTÍN 1996: pp. 143-144). Os exemplares de Monte Mozinho encontram ainda um paralelo tipológico recolhido no município de Penafiel, proveniente de uma sepultura de incineração da necrópole de Monteiras em Bustelo (SOEIRO 2009-2010: pp.142-143).

De acordo com Morillo Cerdán (1999: pp.100, 104), estas lucernas datam dos reinados de Tibério e Cláudio, num momento em que cessam as importações itálicas.

## 2.3 Lucernas de disco

As lucernas de disco apresentam corpo circular, orla ampla e inclinada para o exterior, disco côncavo e *rostrum* curto e redondo (MORILLO CERDÁN 1999: p. 107; 2015: pp. 360-361). No Castro de Monte Mozinho foram contabilizados 3 exemplares, enquadráveis nos tipos Dressel 20, datados entre os finais do séc. I e a 2ª metade do séc. II d.C., e Dressel 28, da 2ª metade do séc. II ao séc. III d.C.

São produções importadas 2 exemplares, ambos fragmentados e correspondentes aos tipos Dressel 20 (fig. 3, nº12) e Dressel 28 (fig. 3, nº14). A lucerna Dressel 20, parcialmente completa, exhibe uma linha horizontal incisa, que permite a separação entre o bico e o corpo. Na base, ostenta a marca de oleiro C.OPPI.RES incisa, correspondente ao oleiro itálico *Caivs Oppivs Restitvtvs* (PINHO 1931: p.22, fig.3; ALMEIDA 1953: p. 191, est. XXX, nº240; SOUSA 1966: pp. 318-319; ALMEIDA 1974: pp. 48-49, est. II, nº 2-3; SOEIRO 1984: p. 295, fig. CXLI, nº8).

As produções regionais estão representadas por apenas 1 exemplar, intacto, do tipo Dressel 20 (fig. 3, nº13). Ao contrário de grande parte dos materiais exumados à escala conventual, este possui as dimensões normais de uma lucerna deste tipo. Tendo em conta a cronologia geral de produção desta variante tipológica, esta lucerna é datável da dinastia Flávia a inícios do séc. II d.C.

#### **2.4 Lucerna plástica em cerâmica**

A lucerna plástica em cerâmica (fig. 4, nº15), característica das oficinas centro-itálicas, constitui um exemplar único documentado no território português. Caracteriza-se pela representação de uma figura feminina na posição de sentada, coberta com manto, que deixa as costas e as nádegas nuas (SOEIRO 1984: p. 203, fig. XCIV.18). Encontra-se parcialmente fragmentada, faltando-lhe a cabeça, o pescoço, o seio esquerdo, os joelhos e os pés (?), tendo servindo estes últimos, muito provavelmente, de *rostrum*.

Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1977: p. 18), poderá tratar-se da representação da deusa Cybele, uma divindade oriental. Esta deusa, ligada à fecundidade (note-se que a estatueta mostra as costas e as nádegas nuas) tinha o epíteto de *Mater Deum*. A propósito, o mesmo autor lembra-nos de um altar votivo em Marco de Canaveses dedicado a esta deusa (*idem*: p. 33). Pelas afinidades com exemplares helénicos, esta lucerna poderá datar-se da 1ª metade do séc. I d.C.

Apesar da raridade da mesma, encontrámos um exemplar proveniente de Osteria Dell' Osa, em Roma, que possui algumas afinidades morfológicas. À semelhança da peça identificada no Castro de Monte Mozinho, está retratada uma mulher nua e em posição de sentada, mas, desta vez, num assento de forma trapezoidal com os bordos moldados. A cabeça parece estar fragmentada pela base do pescoço, possui um forte abdómen e seios proeminentes e caídos. Na parte de trás ostenta uma asa perfurada. Não apresenta sinais de combustão nas partes preservadas (PILO 2014: p. 174). A escolha em salientar os seios caídos e grandes, e a barriga redonda e pronunciada, juntamente com a estrutura maciça e robusta, manifesta a vontade de representar uma mulher anciã, muito provavelmente relacionada com a esfera da deusa Afrodite, com um forte valor evocativo. Segundo a autora (*idem*: p.176), o gosto pelo “grotesco” é bem conhecido em algumas produções orientais deste tipo de lucernas.

Apesar da raridade, o exemplar de Mozinho parece enquadrar-se no tipo L da classificação de Bailey (1980: pp. 254-260), difundida entre os finais do período de Tibério e a dinastia dos Antoninos.

#### **2.5 Lucernas de fabrico castrejo**

As produções locais estão representadas por 4 exemplares de fabrico castrejo: 4 fragmentos de lucernas de disco (fig.4, nº16 e 17) e 1 fragmento de candelaria (fig.4, nº18).

### 2.5.1 Lucernas de disco

Os 3 fragmentos em pasta castreja, que imitam lucernas romanas, caracterizam-se pelos discos descendentes com orifício central (fig.4, nº16), sendo que um deles apresenta asa (fig.4, nº17) e outro o seu arranque. Este fabrico distingue-se pela pasta de cor acinzentada e textura arenosa, característica da cerâmica castreja local (SOEIRO 1984: p.141, fig. LXXII.18; p.205, fig. CXXXI.6).

Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1977: p. 26), foi também descoberto nas escavações um outro exemplar, que não vimos, deste tipo de fabrico, o qual se caracterizava “por um longo e largo bico”, que o levou a designá-lo “lucerna em bico de pato”, referindo ainda que “o seu modelo estará em lucernas do tipo aletas, com bico comprido, da época de Augusto” (*id. ibidem*). Na sua tipologia da cerâmica castreja, o autor incluiu no *Estilo E*, que segue modelos formais da cerâmica romana, a parte inferior de uma lucerna, com asa e longo bico, feita em pasta castreja com bastante mica, proveniente do Castelo de Faria, em Barcelos (ALMEIDA 1974: p. 197, est. X: 11).

Também noutros locais do *conventus* se realizavam este tipo de exemplares de manufatura castreja, tendo sido recolhidos, nomeadamente, na Citânia de Briteiros, Citânia de Sanfins e na Cidade de Âncora (SILVA 2007: pp. 200, 234-235, est. LVII: 6-7).

### 2.5.2 Candelarias

As designadas “lucernas abertas” ou candelarias, constituem uma nova variante no que diz respeito à forma dos recipientes de iluminação, caracterizando-se exatamente pela sua forma aberta. Como referimos, em Monte Mozinho foi recolhido um fragmento de *rostrum* de lucerna aberta do tipo Loeschcke XIV (fig.4, nº18), em pasta castreja acinzentada (ALMEIDA 1977: p. 22, est. III, nº 4; SOEIRO 1984: p. 206, fig.CIV.10). Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, este fragmento, produzido manualmente (1977: p.22, est. III, nº 4), era considerado um exemplar único no Castro, datável do 3º quartel do séc. I d.C. De acordo com Teresa Soeiro, à semelhança das imitações de lucernas de disco de fabrico de tradição indígena, esta candelaria pode “revelar-nos o conhecimento que os oleiros indígenas teriam dos modelos clássicos” (SOEIRO 1984: p. 206).

### 2.6 Lucernas indeterminadas

Como referimos, em Mozinho recuperaram-se cerca de 18 fragmentos de lucernas indeterminadas, dado o seu excessivo estado de fragmentação (fig.5, nºs 19 a 21). Representam cerca de 41% do conjunto estudado, sendo a maioria fragmentos de orlas, *rostra*, asas, bem como fundos com marcas. Deste total, 8 pertencem a lucernas importadas: 7 são de origem itálica (fig. 5, nº 19) e 1 de origem bética. Os restantes exemplares, 10, são de fabrico bracarense, destacando-se 2 fragmentos: um fundo com uma marca de oleiro (fig. 5, nº 20) e uma orla com um grafito (fig. 5, nº 21).

### 2.7 Lucerna em metal (ferro)

As lucernas realizadas em ligas metálicas são bastante mais escassas, comparativamente às lucernas em cerâmica. Salvador Pozo (1997: p. 203) estabelece duas razões principais que justificam essa escassez: a primeira prende-se com o seu custo elevado, quando comparado com as de cerâmica, e a segunda, pelo facto de o metal poder ser refundido e reaproveitado no fabrico

de outros objetos.

Em Mozinho temos um exemplar em ferro, de fabrico local/regional, que, pela forma rugosa e irregular da superfície, leva a crer que teria sido obtido por martelagem (fig. 5, nº 22). Esta lucerna integra-se nos exemplares com *rostrum* longo e fechado, datáveis do período de Tibério – Cláudio. Devido ao seu estado de fragmentação, é impossível inseri-la numa variante tipológica específica (SOEIRO 1984: p. 142, fig. LVIII. 16).

### 3. Análise iconográfica

Para a análise iconográfica das lucernas recolhidas no Castro de Monte Mozinho seguimos a antiga classificação de Loeschcke (1919), atualizada por Bailey (1980) e Morillo Cerdán (1999), que estabelece cinco grupos principais de decorações: I. Religião e mito; II. Personagens históricas; III. Vida quotidiana; IV. Fauna; V. Plantas e motivos florais. Acrescentámos um outro grupo, aqui designado: VI. Outras decorações, de forma a enquadrar os motivos que não se inserem nos grupos acima referidos. Da totalidade dos 44 exemplares identificados, 7 apresentam decorações no disco (tabela 1), sendo que um destes também apresenta na orla. Predominam os temas relacionados com a fauna (3 exemplares), seguidos dos temas relacionados com a religião e mito (2 exemplares) e a vida quotidiana (1 exemplar).

Grupo iconográfico	Área de decoração	Nº de exemplares	Série	Tipologia	Produção	Fig.	Nº
Religião e Mito Geométrico	Orla	1	Lucerna de disco	Dressel 28	Itálica	3	14
	Disco						
Religião e Mito	Disco	1		Dressel 20	Local/ regional	3	13
Fauna	Disco	2	Lucerna alto-imperial de fabrico Hispânico	Derivada do tipo Dressel 3	Bética	2	10 11
		1	Lucerna indeterminada	Indeterminada	Local/ regional	-	-
Vida quotidiana	Disco	1	Lucerna de volutas	Loeschcke IV	Local/ regional	2	7
“Outras decorações” – simbologia astral	Disco	1	Lucerna indeterminada	Indeterminada	Local/ regional	-	-

**Tabela 1** – Motivos iconográficos representados no disco

#### Grupo I – Religião e Mito

Este grupo iconográfico encontra-se presente em 2 exemplares. Ambos correspondem a lucernas de disco, uma do tipo Dressel 20, de fabrico local/regional, e outra do tipo Dressel 28, importada. Trata-se do motivo associado a divindades menores, com a representação de Hélios (fig. 3, nºs 13 e 14, respetivamente).

O culto a Hélios em Roma, alcançou maior relevo a partir do século II d.C., devido à influência das religiões orientais em honra do deus oriental Mitra. Sabe-se que em *Bracara Augusta*, existia uma confraria mitraica com base numa epígrafe encontrada no 1º quartel do século XVIII (MORAIS 2010: pp. 146-147; 2012: p. 369).

As representações do Deus Sol nas lucernas importadas mostram grande variabilidade, repetindo-se numa ampla gama de tipologias, e exibem um requinte muito próprio no traçado das linhas. O exemplar importado (fig. 3, nº14) atesta esta afirmação, pois caracteriza-se pela presença de um busto masculino, com diadema de sete raios de traços muito bem delineados e simétricos. Este exemplar, para além de decoração no disco, ostenta também decoração geométrica na orla, na qual está representada uma fiada de óvalos incisos e de proporções muito simétricas.

Nas lucernas regionais, o deus Sol apresenta-se sempre da mesma forma, está representado de frente, com diadema, que pode variar entre os cinco e os oito raios, exibindo as feições do rosto perfeitas em alguns exemplares e noutros, mais fruste.

O exemplar de produção bracarense exumado no Monte Mozinho (fig. 3, nº13) reforça esta ideia, pois os detalhes iconográficos são elaborados com muita perfeição, em particular nas feições do rosto. Está representado com um diadema de cinco raios e, como já referimos, ao invés de grande parte dos exemplares conhecidos, possui as dimensões normais de uma lucerna de disco do tipo Dressel 20. Encontra paralelo iconográfico numa lucerna proveniente de uma das necrópoles recentemente escavadas em Monte Mozinho (CARVALHO 2008: p. 96).

As lucernas com esta iconografia tiveram um grande êxito, difundindo-se por todas as regiões do *conventus Bracaraugustanus*, desde o início da época Flávia até aos inícios do século II d.C. Verifica-se uma grande concentração em *Bracara Augusta*, onde se fabricaram exemplares com o busto raiado de Hélios em lucernas de reduzidas dimensões, no âmbito de um processo de “miniaturização” (MORAIS 2012: p. 389), nas diversas *officinae* de *Bracara Augusta*.

### **Grupo III – Vida quotidiana**

Este grupo iconográfico apenas se encontra presente num exemplar de fabrico local/regional, correspondente a uma lucerna de volutas do tipo Loeschcke IV. Trata-se de um motivo associado a cenas de anfiteatro com a representação de um gladiador Mirmilão derrotado (fig. 2, nº7).

Os espetáculos de gladiadores (*munera*) eram motivos muito populares e de carácter propagandístico na época romana (MORILLO CERDÁN 1999: p. 205). Este tipo de temas é de origem itálica e começa a divulgar-se a partir do séc. I a.C. As cenas de *munera* sobre as lucernas são numerosas, especialmente durante o séc. I d.C. A julgar pela frequência da sua representação, os gladiadores trácios deveriam ser os favoritos dos espetadores. Também a entrada de animais ferozes no recinto tornava mais atrativos estes espetáculos.

### **Grupo IV – Fauna**

Este grupo conta com 3 exemplares, 2 de origem itálica e 1 de produção local/regional. Os exemplares importados estão representados por 2 lucernas derivadas do tipo Dressel 3 (fig. 2, nºs 10 e 11). Apesar de estarem fragmentadas no disco, o que impossibilita a leitura total do motivo

iconográfico, é notório que ambas apresentam figurações muito similares, nomeadamente uma concha, cujos gomos, côncavos, partem do orifício de alimentação e confluem na parte inferior.

O exemplar de fabrico local/regional está representado por um fragmento de disco de uma lucerna de tipo indeterminado, na qual figuram as duas patas traseiras de um animal, provavelmente um mamífero.

#### Grupo VI – Outras decorações

Neste grupo incluímos as decorações não integráveis em nenhum dos anteriores. Conforme já foi referido, no conjunto das produções importadas existe uma lucerna com decoração plástica, onde figura um elemento feminino, coberto com manto que deixa as costas e as nádegas nuas (SOEIRO 1984: p. 203, fig. XCIV.18). A sua morfologia permitia que fosse colocada na posição de sentada (fig. 4, nº15).

No conjunto das produções de origem regional contamos com a presença de um fragmento de lucerna de tipo indeterminado com um motivo aparentemente associado à simbologia astral, através da representação de uma estrela.

#### 4. Marcas e grafitos

Compreensivelmente, tendo em consideração a quantidade de lucernas documentadas, as marcas são em número bastante reduzido, sendo que, num total de 44 exemplares, contamos apenas com 3 marcas de oleiro e 1 grafito.

Marca	Cronologia	Série	Tipologia	Produção	Fig.	Nº
<b><i>Caius Oppius Restitutus (1 marca)</i></b>						
«C • OPPI • RES»	Finais da dinastia Flávia/inícios do período Antonino	Lucerna de Disco	Dressel 20	Centro-Itálica	3	12
<b><i>Lucius Munatius Threptus (2 marcas)</i></b>						
«MVNTREPT»	Augusto a séc. II	Lucerna de Volutas	Loeschcke IV	Local/ regional	2	7
«M (...)»	Augusto a séc. II	Lucerna indeterminada	Indeterminada	Local/ regional	5	20
<b>Indeterminado (1 grafito)</b>						
«C E»	Indeterminada	Lucerna indeterminada	Indeterminada	Local/ regional	5	21

**Tabela 2** - Marcas e grafitos

Como se pode observar na tabela 2, das 3 marcas recolhidas no Castro de Monte Mozinho,

1 pertence a uma lucerna centro-italica e 2 a lucernas de produção local/regional. Foi ainda possível distinguir dois nomes de oleiro, designadamente, *Caius Oppius Restitutus* e *Lucius Munatius Threptus*.

A lucerna importada (fig. 3, nº12) inclui-se no tipo Dressel 20 e ostenta, na base, a marca de oleiro C·OPPI·RES, incisa e em letras bem definidas. Esta marca encontra paralelo numa lucerna proveniente da necrópole de Monteiras em Bustelo (SOEIRO 2009-2010: pp.218-219). Trata-se de *Caius Oppius Restitutus*, o mais prolífero oleiro fabricante de lucernas datadas dos finais da dinastia Flávia aos inícios do período Antonino (BAILEY 1980: p. 99). Pertence a uma ampla família dedicada a este mesmo ofício.

A difusão destas marcas foi muito ampla, alcançando, inclusivamente, algumas áreas do Mediterrâneo Oriental, como Cos, Chipre ou Éfeso. Na Península Ibérica são muito frequentes no litoral catalão e na Bética, tal como revelou Amaré Tafalla (1989-90: pp. 153-154) e Moreno Jiménez (1991: pp. 243-246). Para alguns autores, as oficinas localizavam-se no norte de África, outros pensam que se situavam na Península Itálica (MORILLO CERDÁN 1999: p. 300). A descoberta de uma oficina lucernária na Colina do Janículo, em Roma, onde apareceram associadas as marcas OPPI, C.O.R e C.OPPI.RES, permite avançar a hipótese da localização da oficina matriz dos *Oppi* se situar nesta urbe, da qual se pode estabelecer uma ou mais sucursais na África Proconsular (*id. ibidem*).

As lucernas de produção regional com marcas atribuíveis a L. MVNATIVS THREPTVS incluem-se nas séries de volutas, do tipo Loeschcke IV e indeterminada. A lucerna do tipo Loeschcke IV (fig. 2, nº7) ostenta, na base, a marca de oleiro MVNTREPT incisa e em letras bem definidas. Trata-se de *Lucius Munatius Threptus*, um oleiro oriundo da Itália, vinculado ao círculo dos *Munatti* (BAILEY 1980: p. 98; MORILLO CERDÁN 1999: p. 229; MORAIS 2005: p. 370). A sua produção abarca os finais da dinastia Flávia até à Antonina e encontra-se espalhada por todo o Mediterrâneo ocidental. A existência de uma sucursal no Norte de África é atestada por Balil (1980: p. 15) e ainda por Genover e Fusté (2006: p. 57).

A oficina de Braga não seria uma sucursal desta produção de *L. Munatius*, mas um local onde eram feitas cópias fraudulentas (BALIL 1980: p. 15; MORILLO 1999: p. 299; MORAIS 2005: p. 366). A comprovar este facto, encontraram-se os dois moldes de segunda geração na cidade, elaborados pelo processo de remoldagem (SOUSA 1966: pp.589-99; MORAIS 2005: p.366).

O outro fragmento de fundo de produção local/regional (fig. 5, nº20) não permitiu uma leitura satisfatória da marca, sendo apenas legível a letra «M» (SOEIRO 1984: p. 183). Contudo, há uma grande probabilidade de este corresponder, igualmente, ao oleiro *Lucius Munatius Threptus*.

As escavações realizadas nas necrópoles de Monte Mozinho (2004), permitiram a recolha de três lucernas com marcas de outros oleiros regionais, nomeadamente *Lucretius* e *Publius Domitius* (CARVALHO 2008: p. 96), sendo que também na Necrópole de Montes Novos (Croca) se documenta o aparecimento da marca EX OF LVCRETI, do oleiro *Lucretius* (CORREIA 1996: pp. 306-307). Os referidos achados vêm comprovar que, à semelhança do que acontece noutros locais do *conventus Bracaraugustanus*, em Monte Mozinho e nos contextos envolventes foram comercializadas lucernas fabricadas na região, no sentido de colmatar as necessidades locais.

Por último, temos o exemplar que se encontra grafitado na orla com as siglas «C E» (fig. 5, nº21), realizadas à mão livre com um instrumento pontiagudo sobre a superfície da lucerna já cozida.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo apresentámos um total de 44 lucernas exumadas no Castro de Monte Mozinho, distribuídas por séries isoladas (lucernas de volutas; alto imperiais de fabrico hispânico; lucernas de disco; lucernas de fabrico de tradição castreja, lucernas indeterminadas, às quais se acrescentam 1 exemplar de lucerna plástica e 1 lucerna em ferro). A série de lucernas mais abundante é a de volutas, com 15 exemplares, seguindo-se as de disco, com 3 exemplares. Destas, são mais abundantes as de produção itálica.

No que respeita às decorações, predominam os temas relacionados com a “religião e mito” e com a “fauna”, destacando-se as representações do busto raiado de Hélios e as conchas de vieira, respetivamente. Importa ainda referir que a maioria das lucernas exumadas em Monte Mozinho não apresenta decoração, devido à sua elevada fragmentação.

Apenas se conhecem 3 marcas de oleiro das oficinas de *Caius Oppius Restitutus* (COPPIRES) e *Lucius Munatius Threptus* (MVNTREPT). Destaca-se também um exemplar com um grafito na orla, ainda que as siglas sejam de leitura indeterminada. O exemplar de manufatura regional que ostenta a assinatura MVNTREPT copia os tipos importados de lucernas Loeschcke IV.

As produções de fabrico regional, com cerca de 13 exemplares, provêm, muito provavelmente, de *Bracara Augusta*, o principal centro produtor e redistribuidor de lucernas do *conventus Bracaraugustanus*. A estas acrescentam-se 3 fragmentos de lucernas e 1 de candela de manufatura indígena, em cerâmica de tradição castreja, que poderão estar associadas a oleiros locais.

Como referimos, as lucernas importadas constituem a maioria deste conjunto, com 26 exemplares, 22 de origem Itálica e 4 de fabrico Bético. A presença destes exemplares está certamente associada à de outros materiais de origem itálica, como as *sigillatas*, as cerâmicas de paredes finas, os engobes vermelhos pompeianos e as ânforas. No Castro de Monte Mozinho, o auge destas importações ocorre entre inícios e meados do séc. I d.C. Posteriormente, assiste-se a uma progressiva dispersão da produção e a uma diversificação das vias de comercialização destes produtos, num momento em que aparecem os novos centros de produção provinciais.

## CATÁLOGO

1. Fragmento de lucerna com orla, disco e arranque da parte superior do *rostrum*. Orla arredondada, separada do disco por três caneluras e duas molduras concêntricas. Disco côncavo muito fragmentado. *Rostrum* com voluta direita e parte do orifício de alimentação. Tipo: lucerna de volutas (Loeschcke I B). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 4,6x3,4. Bibliografia: SOEIRO 1984: p. 186, fig. LXXXIX.7; NUNES 2016. Acrónimo: M83 d Q XXI (2). Fig.1, nº1.

2. Fragmento de lucerna de orla estreita decorada com três caneluras e duas molduras concêntricas e parte superior da voluta direita. Tipo: lucerna de volutas (Loeschcke I C). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 3,2x2,7. Bibliografia: SOEIRO 1984: p.260, est. XXIV.3; NUNES 2016. Acrónimo: M74 B Q X (2). Fig.1, nº2.

3. Fragmento de lucerna de orla estreita decorada com três caneluras e duas molduras concêntricas e parte superior da voluta direita. Tipo: lucerna de volutas (Loeschcke I, var. indeterminada). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 6x2,1. Bibliografia: NUNES 2016, est.30, nº75. Acrónimo: M83 d Q XXIX (2). Fig.1, nº3.

4. Lucerna fragmentada e incompleta. Orla estreita, de perfil horizontal, separada do disco por

duas molduras e uma canelura. Disco côncavo muito fragmentado. *Rostrum* arredondado com duas volutas laterais e orifício de iluminação com alguns sinais de combustão. Fundo plano circunscrito por uma canelura e assente numa coroa circular. Tipo: lucerna de volutas (Loeschcke IV). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 9,8x 6,9x2,4. Bibliografia: PINHO 1931: pp.14-15; SOUSA 1966: pp.318-19, nº4; SOEIRO 1984: p.293, fig. CXXXIX.4; NUNES 2016, est.18, nº46. Acrónimo: MHNC-UP – Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto: Oferta do Reverendo José Monteiro de Aguiar. Fig.1, nº4.

5. Fragmento de lucerna de orla estreita, arredondada e ligeiramente inclinada para o exterior, separada do disco por duas caneluras e igual número de molduras concêntricas. Disco côncavo muito fragmentado com parte do orifício de alimentação. *Rostrum* arredondado com voluta direita e parte do orifício de iluminação. Tipo: lucerna de volutas (Loeschcke IV). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 6x2,4x1. Bibliografia: ALMEIDA 1977: p.16, est. IV, nº8; SOEIRO 1984: p.203, fig. XCIV.20; NUNES 2016, est. 23, nº59. Acrónimo: M75 A. Fig.1, nº5.

6. Fragmento de lucerna com parte do *infundibulum*, da orla e do disco. Orla estreita e ligeiramente inclinada para o exterior, separada do disco por uma canelura. Disco côncavo muito fragmentado. Presença da parte superior da voluta esquerda. Tipo: lucerna de volutas (Loeschcke IV). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 5,1x1,5. Bibliografia: NUNES 2016 est. 30, nº74. Acrónimo: M97 BA Q III (4). Fig.1, nº6.

7. Fragmento de lucerna de orla estreita, arredondada e ligeiramente inclinada para o exterior, separada do disco por uma canelura. Disco côncavo muito fragmentado. *Rostrum* arredondado com presença da voluta esquerda e parte do orifício de iluminação. Tipo: lucerna de volutas (Loeschcke V). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 3,8x2. Bibliografia: NUNES 2016 est. 23, nº 61. Acrónimo: M75 A Q XI (5). Fig.2, nº8.

8. Fragmento de lucerna de orla estreita e inclinada para o exterior, moldurada com a aleta lateral direita, cujas extremidades são pontiagudas e a parte central arredondada. A separar a orla do disco, conserva-se parte de uma moldura e uma canelura concêntricas. Tipo: lucerna de volutas (Deneauve V G). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 3,7x1,9. Bibliografia: NUNES 2016, est.29, nº71. Acrónimo: M76 A Q XIII (2). Fig.2, nº9.

9. Fragmento de *infundibulum* de lucerna com parte da orla e voluta direita. Tipo: lucerna de volutas (indeterminado). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 3,5x1. Bibliografia: NUNES 2016. Acrónimo: M75 A Q V (3). Sem figura.

10. Fragmento de lucerna com parte da orla e do disco. Orla estreita e ligeiramente inclinada para o exterior, separada do disco por três caneluras e duas molduras concêntricas. Disco côncavo muito fragmentado. Tipo: lucerna de volutas (indeterminado). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 1,7x2,2. Bibliografia: NUNES 2016. Acrónimo: M77 a Q XXVI (4). Sem figura.

11. Fragmento de lucerna com parte da orla e do disco. Orla estreita e inclinada para o exterior, separada do disco por duas caneluras e uma moldura concêntricas. Disco côncavo muito fragmentado. Tipo: lucerna de volutas (indeterminado). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 3,1x1,6.

Bibliografia: NUNES 2016. Acrónimo: M76 A Q XIII (2). Sem figura.

12. Fragmento de lucerna com parte do *infundibulum* e da orla. Orla estreita e inclinada para o interior, separada do disco por duas caneluras e igual número de molduras concêntricas. Tipo: lucerna de volutas (indeterminado). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm):1,8x1. Bibliografia: SOEIRO 1984: p.142, fig. LXV.18; NUNES 2016. Acrónimo: M77 a Q XXVI/XXVII (4). Sem figura.

13. Fragmento de lucerna com parte do *infundibulum* e da orla. Orla estreita e ligeiramente inclinada para o interior, separada do disco por uma canelura e uma moldura concêntricas. Tipo: lucerna de volutas (indeterminado). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 1,6x0,6. Bibliografia: SOEIRO 1984: p.142, fig. LXV.19; NUNES 2016. Acrónimo: M77 a Q XXVI/XXVII (4). Sem figura.

14. Lucerna fragmentada e incompleta. Orla ampla e ligeiramente inclinada para o exterior, separada do disco por duas caneluras e uma moldura concêntricas. Disco côncavo, muito fragmentado, com presença de orifício de arejamento. *Rostrum* arredondado com orifício de iluminação centrado e alguns sinais de combustão. A separação entre este e a orla faz-se através de um segmento de reta que termina num círculo inciso de ambos os lados. Base plana circunscrita por uma canelura e com presença da marca C.OPPI.RES, pertencente a *Caius Oppius Restitutus*, um dos oleiros mais divulgados nas províncias ocidentais, particularmente em África e na Península Ibérica, sendo também conhecidas na Campânia grande número de produções suas. Este oleiro trabalhou entre o último quartel do séc. I d.C. e a primeira metade do século II d.C. Tipo: lucerna de disco (Dressel 20). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 8,5x6,7x2,6. Bibliografia: PINHO 1931: pp.3, 21-22; ALMEIDA 1953: p.191, est. XXX, nº240; SOUSA 1966: pp.316-19; ALMEIDA 1974: pp.248-49, est. II, nº2-3; SOEIRO 1984: pp.293, 295, fig. CXLI. 8; NUNES 2016, est.88, nº216. Acrónimo: M Necrópole antiga. Fig.3, nº12.

15. Fragmento de lucerna constituída por parte da orla e do disco. Orla larga e ligeiramente inclinada para o exterior, decorada a toda a volta com uma fiada de óvalos incisos e regulares, separada do disco por duas molduras e uma canelura concêntricas. Disco côncavo decorado com o busto de Hélios com a cabeça coroada de sete raios. Tipo: lucerna de disco (Dressel 28). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 6x4. Bibliografia: SOEIRO 1984: p.203, fig. XCIV.19; NUNES 2016, est.48, nº125. Acrónimo: M75 A Q VI (4). Fig.3, nº14.

16. Lucerna plástica de tipo indeterminado que se caracteriza pela representação de uma figura feminina na posição de sentada, coberta com manto, que deixa as costas e as nádegas nuas. Encontra-se parcialmente fragmentada, faltando-lhe a cabeça, o pescoço, o seio esquerdo, os joelhos e os pés (?), tendo servido estes últimos, muito provavelmente de *rostrum*. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, poderá tratar-se da representação da deusa Cybele, uma divindade oriental cujo culto se poderá relacionar com a exploração aurífera. Apesar da raridade da mesma, encontramos um exemplar proveniente de Osteria Dell' Osa, em Roma, que possui algumas afinidades morfológicas, nomeadamente uma mulher nua e em posição de sentada, mas, desta vez, num assento de forma trapezoidal com os bordos moldados. A cabeça parece estar fragmentada pela base do pescoço, possui um forte abdómen e seios proeminentes e caídos. Na parte de trás ostenta uma asa perfurada. Não apresenta sinais de combustão nas partes preservadas. Tipo: lucerna plástica (indeterminado). Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 8,4x6,5. Bibliografia: ALMEIDA CAF 1977: pp.18, 33, est. XVIII, nº1-3; PILO 2014: pp.173-181; SOEIRO 1984: p.203, fig. XCIV.18;

NUNES 2016, est.71, nº183. Acrónimo: M75 A Q V (3). Fig.4, nº15.

17. Fragmento de lucerna de tipo indeterminado constituído pela parte superior da asa e da orla. Asa fraturada, com duas projeções de formato quadrangular de ambos os lados. Orla decorada com um traço inciso que termina num círculo nos dois lados. Tipo: indeterminado. Produção: Centro-Itálica. Dimensões (cm): 5,4x 4. Bibliografia: SOEIRO 2000-2001: p.111, nº8; NUNES 2016, est.78, nº201. Acrónimo: M97 BA Q I (buraco). Fig.5, nº19.

18. Fragmento de lucerna de tipo indeterminado constituído pela asa, parte do *infundibulum*, da orla e do disco. Asa elevada e perfurada circunscrita por duas caneluras dispostas longitudinalmente. Orla estreita e ligeiramente inclinada para o exterior, separada do disco por duas caneluras e igual número de molduras concêntricas. Disco côncavo muito fragmentado. Tipo: indeterminado. Produção: Itálica. Dimensões (cm): 3,7x3,6. Bibliografia: SOEIRO 2000-2001: p.111, nº4; NUNES 2016. Acrónimo: M97 BA Q VI (1). Sem figura.

19. Fragmento de *infundibulum* e orla de dimensões muito reduzidas. Tipo: indeterminado. Produção: Itálica. Dimensões (cm): 3x2. Bibliografia: NUNES 2016. Acrónimo: M83 d Q XXII (2). Sem figura.

20. Fragmento de *infundibulum* e orla de dimensões muito reduzidas. Orla estreita com presença de duas caneluras concêntricas. Tipo: indeterminado. Produção: Itálica. Dimensões (cm): 3x1. Bibliografia: NUNES 2016. Acrónimo: M77 a Q XVII (4). Sem figura.

21. Fragmento de orla e disco de dimensões muito reduzidas. Orla estreita e ligeiramente inclinada para o exterior, separada do disco por duas caneluras e uma moldura concêntricas. Disco côncavo muito fragmentado. Tipo: indeterminado. Produção: Itálica. Dimensões (cm): 3,2x1,4. Bibliografia: NUNES 2016. Acrónimo: M76 A Q X (3). Sem figura.

22. Fragmento de *infundibulum* de dimensões muito reduzidas. Tipo: indeterminado. Produção: Itálica. Dimensões (cm): 3,3x2. Bibliografia: NUNES 2016. Acrónimo: M82 g Q XV (5). Sem figura.

23. Fragmento de *rostrum* de dimensões muito reduzidas. Tipo: indeterminado. Produção: Itálica. Dimensões (cm): 2,5x1,3. Bibliografia: NUNES 2016. Acrónimo: M75 A Q V (3). Sem figura.

24. Lucerna incompleta. Orla estreita e ligeiramente inclinada para o interior, separada do disco por uma saliente moldura e uma fina canelura concêntricas. Disco côncavo parcialmente fraturado, decorado com uma concha de vieira, cujos gomos côncavos partem do orifício de alimentação e convergem na parte inferior, a designada charneira. De ambos os lados da orla dispõem-se duas aletas de formato retangular. *Rostrum* triangular de extremo arredondado e orifício de alimentação centrado com sinais evidentes de combustão. Fundo plano assente numa moldura. Tipo: lucerna alto imperial de fabrico hispânico (derivada do tipo Dressel 3). Produção: hispânica (Bética). Dimensões (cm): 9,5x7,5x3. Bibliografia: SOEIRO 2000-2001: p.111, nº7; NUNES 2016, est.38, nº104. Acrónimo: M97 BA Q VI (1). Fig.2, nº10.

25. Fragmento de lucerna com parte da orla, disco e arranque do *rostrum*. Orla estreita e

ligeiramente inclinada para o interior, separada do disco por duas caneluras e uma moldura concêntricas. Disco côncavo, parcialmente fraturado e decorado com uma concha de vieira, cujos gomos, côncavos, partem do orifício de alimentação e convergem na parte inferior, a designada charneira. Apenas se conserva a aleta direita, na qual estão presentes três pequenas reentrâncias circulares, característica morfológica muito própria deste tipo de lucernas. Tipo: lucerna alto imperial de fabrico hispânico (derivada do tipo Dressel 3). Produção: hispânica (Bética). Dimensões (cm): 4,6x4,4. Bibliografia: sem referências. Acrónimo: M87D Q XIII/ XXI (2). Fig.2, nº11.

26. Fragmento de *infundibulum* e fundo plano, circunscrito por uma canelura. Tipo: indeterminado. Produção: hispânica (Bética). Dimensões (cm): 3,2x2,5. Bibliografia: NUNES 2016. Acrónimo: M75 A Q VIII (4). Sem figura.

27. Lucerna completa. Orla larga e inclinada para o exterior, separada do disco por duas molduras e igual número de caneluras concêntricas. Disco côncavo, decorado com a figura de um gladiador Mirmidão caído no solo e a olhar para a direita. O lutador apoia a mão direita no solo, empunhando uma pequena espada (*gládio*). Veste um saiote curto, (*balteus*) e usa um elmo com penaço (*galea cristata*), protegendo as pernas e os músculos com as botas e grevas (*ocreae* e *fasciae*) e o antebraço esquerdo com um protetor metálico articulado (*manicae*). A personagem eleva a mão esquerda ao rosto, provavelmente tentando remover a característica viseira do capacete. O *rostrum* é arredondado e ostenta duas volutas, sendo que entre elas está presente o orifício de arejamento. Fundo plano, com a marca de oleiro «MVNTREPT» incisa, delimitada por uma canelura concêntrica. Tipo: lucerna de volutas (Loeschcke IV). Produção: bracarense. Dimensões (cm): 11x7,5x2,9. Bibliografia: ALMEIDA 1953: p. 158, est. XXXIII, nº63; ALMEIDA 1974: p. 48, est. II, nº4-5; MORAIS 2012: p. 369; SOUSA 1966, nº1; SOEIRO 1984: p. 295, fig. CXLI.10; MORILLO CERDÁN 1999: p. 207; ESTEVES 2016, est.137, nº309. Acrónimo: M Necrópole antiga. Fig.2, nº7.

28. Fragmento de lucerna constituído por parte da orla e do *rostrum*. Orla estreita, separada do disco por duas molduras e igual número de caneluras. *Rostrum* arredondado, com presença da parte superior da voluta direita, que sobressai ligeiramente do corpo da lucerna. Tipo: lucerna de volutas (Loeschcke IV). Produção: bracarense. Dimensões (cm): 2,5x1,9. Bibliografia: ESTEVES 2016, est.13, nº29. Acrónimo: M76 A Q XII (2). Sem figura.

29. Lucerna completa. Orla larga, inclinada para o exterior, e separada do disco por uma moldura. Disco côncavo, com orifício de alimentação descentrado à esquerda, e decorado com o busto de Hélios jovem, coroado por seis raios. *Rostrum* curto e arredondado, separado do disco por uma moldura reta, limitada por uma protuberância circular em cada uma das extremidades. Apresenta orifício de arejamento que invade a canelura de separação entre o corpo da lucerna e o *rostrum*. Asa redonda, alta e perfurada. Fundo plano. Tipo: lucerna de disco (Dressel 20). Produção: bracarense. Dimensões (cm): 8,7x6,1. Bibliografia: ALMEIDA 1953: p. 191, est. XLVI, nº240; ALMEIDA 1974: p. 48, est. II, nº6-7; MORAIS 2012: p. 369; SOUSA 1966, nº2; SOEIRO 1984, p. 294, Fig. CXLI.9; ESTEVES 2016. Acrónimo: M Necrópole antiga. Fig.3, nº13.

30. Fragmento de *infundibulum* de lucerna de perfil troncocónico, com encaixe para a parte superior da lucerna, e arranque de asa. Tipo: lucerna indeterminada. Produção: bracarense. Dimensões (cm): 4,4x4,5. Bibliografia: ESTEVES 2016. Acrónimo: M76 Avenida. Sem figura.

31. Fragmento de lucerna constituído por parte da orla e do disco. Orla larga e horizontal, sepa-

rada do disco por uma moldura e duas caneluras concêntricas. Disco côncavo, muito fragmentado, decorado com uma estrela. Tipo: indeterminado. Produção: bracarense. Dimensões (cm): 2,7x1,9. Bibliografia: ESTEVES 2016, est.89, nº230. Acrónimo: M78c Q VIII (2). Sem figura.

32. Fragmento de fundo de lucerna com a letra «M» em relevo, provavelmente da oficina de «MVNTREPT». Tipo: indeterminado. Produção: bracarense. Dimensões (cm): 3,5 diâmetro. Bibliografia: SOEIRO 1984: p. 183; ESTEVES 2016, est.141, nº315. Acrónimo: M83 d Q XXIII (2). Fig.5, nº20.

33. Fragmento de lucerna com orla, disco e *infundibulum*. Orla curta, ligeiramente descendente e com a presença de um grafito «C E». A transição para o disco, côncavo, é feita mediante duas molduras e uma canelura. Tipo: indeterminado. Produção: bracarense. Dimensões (cm): 3,9x2,1. Bibliografia: ESTEVES 2016, est.152, nº339. Acrónimo: M76 A QXXVIII (1). Fig.5, nº21.

34. Fragmento de disco de lucerna decorado com as patas de um possível mamífero. Devido ao elevado estado de fragmentação, não é perceptível uma leitura completa do motivo iconográfico. Tipo: indeterminado. Produção: bracarense. Dimensões (cm):2x1,4. Bibliografia: sem referências. Acrónimo: M 78 d Q I (2). Sem figura.

35. Fragmento de dimensões muito reduzidas constituído por parte da orla e do disco. Orla estreita, separada do disco por uma canelura. Tipo: indeterminado. Produção: bracarense. Dimensões (cm): 4,2x1,8. Bibliografia: ESTEVES 2016. Acrónimo: M97 BA QX (2). Sem figura.

36. Fragmento de lucerna constituído por parte da orla e do disco. Orla curta e inclinada para o exterior, separada do disco por duas molduras e igual número de caneluras concêntricas. Tipo: indeterminado. Produção: bracarense. Dimensões (cm): 3,4x1,7. Bibliografia: ESTEVES 2016. Acrónimo: M76 A QXV (3). Sem figura.

37. Fragmento de *infundibulum* de lucerna de dimensões muito reduzidas. Tipo: indeterminado. Produção: bracarense. Dimensões (cm): 3, x 3,4. Bibliografia: ESTEVES 2016. Acrónimo: s/r. Sem figura.

38. Fragmento de lucerna constituído por parte da orla e do disco. Orla estreita e separada do disco por três molduras e duas caneluras concêntricas. Disco côncavo com presença de decoração indeterminada, dado o nível elevado de fragmentação. Tipo: indeterminado. Produção: bracarense. Dimensões (cm): 5x3. Bibliografia: ESTEVES 2016. Acrónimo: s/r. Sem figura.

39. Fragmento de lucerna constituído por parte da orla e do disco. Orla estreita e inclinada para o exterior, separada do disco por duas molduras e igual número de caneluras concêntricas. Tipo: indeterminado. Produção: bracarense. Dimensões (cm): 4,3x1,4. Bibliografia: ESTEVES 2016. Acrónimo: M75 A QV (3). Sem figura.

40. Fragmento de lucerna constituído por parte do disco descendente e orifício central. Tipo:

lucerna de fabrico de tradição indígena. Produção: local. Dimensões (cm): 3,6x0,8. Bibliografia: ALMEIDA 1977: p. 22; SOEIRO 1984: p. 169, fig. LXXVIII.6; ESTEVES 2016, est.87, nº227. Acrónimo: M82 g Q XV (5). Fig.4, nº16.

41. Fragmento de lucerna constituído por parte do disco descendente e orifício central. Tipo: lucerna de fabrico de tradição indígena. Produção: local. Dimensões (cm): 3,6x1,2. Bibliografia: ALMEIDA 1977: p. 22; SOEIRO 1984: p. 141, fig. LXXII.18; ESTEVES 2016. Acrónimo: M76 a Q III/IV (4). Sem figura.

42. Fragmento de lucerna constituído por parte do disco e pela asa. O disco é descendente e a asa, larga e perfurada. Tipo: lucerna de fabrico de tradição indígena. Produção: local. Dimensões (cm): 4,1x3,7 Bibliografia: ALMEIDA 1977: p. 22; SOEIRO 1984: p. 250, fig. CXXXI.6; ESTEVES 2016, est.87, nº228. Acrónimo: M76 Sup. Q IV (3). Fig.4, nº17.

43. Fragmento de *rostrum* de lucerna aberta em pasta castreja acinzentada. Segundo Teresa Soeiro (1984: p.206), à semelhança das imitações de lucernas de disco de fabrico de tradição indígena, esta lucerna pode “revelar-nos o conhecimento que os oleiros indígenas teriam dos modelos clássicos”. Tipo: lucerna de fabrico de tradição indígena (Loeschcke XIV). Produção: local. Dimensões (cm): 3,8x3,4. Bibliografia: ALMEIDA 1977: p. 22, est. III, nº 4; SOEIRO 1984: p.206, fig.CIV.10; ESTEVES 2016, est.107, nº261. Acrónimo: M76 A Q XXIV. Fig. 4, nº18.

44. Fragmento de lucerna em ferro constituída por parte do *rostrum* e do *infundibulum*. O *rostrum* é longo e fechado. Pela forma rugosa e irregular da superfície, leva a crer que tenha sido obtida por martelagem. Tipo: indeterminado. Produção: local/ regional. Dimensões (cm): 6,5x2,5. Bibliografia: SOEIRO 1984, p. 142, fig. LVIII.16; ESTEVES 2016, est.91, nº238. Acrónimo: M77 a Q XXVI/XXVII (4). Fig.5, nº22.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1974), Cerâmica castreja, *Revista de Guimarães*, 84, pp. 171-197.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1974), *Escavações no Monte Mozinho (1974)*, Penafiel, Centro Cultural Penafidelis.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1977), *Escavações no Monte Mozinho II (1975- 1976)*, Penafiel, Centro Cultural Penafidelis.
- ALMEIDA, José Alberto Ferreira de (1953), Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal, *O Arqueólogo Português*. Lisboa, nova série 2, pp. 5-208.
- AMARÉ TAFALLA, Maria Teresa (1988), *Lucernas romanas en Aragón*, Instituto Fernando el Católico, Zaragoza.
- ATLANTE I. (1981), Atlante delle forme ceramiche I: ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (medio e tardo impero), *In Enciclopedia dell'Arte Antica Classica e Orientale*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana.
- BAILEY, Donald Michael (1980), *A catalogue of the lamps in the British Museum, II: Roman lamps*

*made in Italy*, London.

- BALIL, A. (1980), Estudios sobre lucernas romanas II. Departamento de Prehistoria e Arqueologia, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Valladolid. In *Studia Archaeologica*, vol. 62, Santiago de Compostela.
- BERNAL CASASOLA, Dario (1993), *Lucernae Tarraconenses: las lámparas romanas del Museu Nacional Arqueològic y del Museu i Necròpolis Paleocristians*, *Butlletí Arqueològic Tarragona*, época V, vol. 15, pp. 59-298.
- BERNAL CASASOLA, Dario; GARCÍA GIMENÉZ, Rosario (1995), Talleres de Lucernas en Colonia Patricia Corduba en época bajoimperial: evidencias arqueológicas y primeros resultados de la caracterización Geoquímica de las pastas, *Anales de Arqueología Cordobesa*, 6, pp. 175-216.
- CARVALHO, Teresa Pires de (2008), As necrópoles de Monte Mozinho: resultados preliminares, *Oppidum*, nº especial, pp. 83-113.
- DENEAUVE, J. (1969), *Lampes de Carthage*, CNRS, Paris.
- ESTEVES, Andreia (2016) – *Contributo para o estudo das lucernas romanas de produção local/regional no Norte de Portugal*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- GARCÍA GIMÉNEZ Rosario, *et alii* (1995), Consideraciones sobre los centros productores de lucernas tipo Andújar: análisis arqueométrico de materiales procedentes de los Villares de Andújar (Jaén) y de la Submeseta Norte, in *Segunda Reunión de Arqueometría. Primer Congreso Nacional*, Granada, pp. 187-196.
- GENOVER, J. e SOLER FUSTÉ, V., (2006), *Llàntries romanes d'empúries. Materials augustals i alto-imperials*, Monografies Emporitanes, vol. 13, Girona.
- LOESCHCKE, Georg (1919), *Lampen aus Vindonissa*. Ein Beitrag zur Geschichte von Vindonissa und des Antiken Beleuchtungwesens, Zurich.
- MARTINS, Manuela; DELGADO, Manuela (1989/90), História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*, *Cadernos de arqueologia*, série II, Braga.
- MORAIS, Rui (2005), *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*, Vol. I e II, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- MORAIS, Rui (2010), Estudio preliminar de la *Terra Sigillata* Hispánica Tardía de *Bracara Augusta*, *Rei Cretariae Romanae Favtorum*, Acta 41, pp. 437-461.
- MORAIS, Rui (2012), Las lucernas de producción regional de *Bracara Augusta*, in BERNAL CASASOLA, Dario (coord.); LACOMBA, Albert (coord.), *Ceramicas hispanorromanas II. Producciones regionales*, Cádiz, pp. 369-391.
- MORENO JIMENÉZ, Francisca (1991), *Lucernas romanas de la Bética*, Universidad Complutense, Madrid.
- MORILLO CERDÁN, Ángel (1999), *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica: contribución al conocimiento de la implantación romana en Hispania*. Monographies Instrumentum. Montagnac, Éditions Monique Mergoïl, 8/2: I e II.
- MORILLO CERDÁN, Ángel; RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (2008), Lucernas hispanorromanas, in BERNAL CASASOLA, Dario (coord.); LACOMBA, Albert (coord.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXVI, Cádiz. Servicio de Publicaciones de la Universidad, pp. 291-312.
- NUNES, Flávia (2016) – *Lucernas romanas importadas no Norte de Portugal. Contributo para o seu*

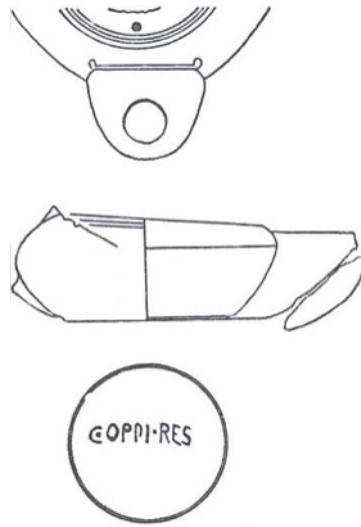
- estudo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- PALANQUES, Maria Luisa (1992), *Las lucernas de Pollentia*, The William L. Bryant Foundation 4, Palma de Mallorca.
- PAVOLINI, C. (1993), I bolli lucerne fittili delle officine centro-italiche, *Journal of Roman Archaeology Supplementary*, series 6, pp. 65-71.
- PEREIRA, Carlos (2008), *As Lucernas Romanas de Scallabis*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PILO, Chiara (2014), Una lucerna configurata da Gabii: valenze apotropaiche di un singolare strumento per l'illuminazione, *ArcheoArte*, 3, pp. 173-181.
- PINHO, José de (1931), A necrópole calaico-romana do Mòsinho, PenhaFidelis. *Penafiel*, vol. 2, Publicação de Estudos para a História de Penafiel.
- PINTO, António (2002), *Bronzes figurativos romanos de Portugal*, [S.l.], Fundação Calouste Gulbenkian.
- PINTO, Gilda Correia (1996), *A Necrópole de Montes Novos – Croca*, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- POZO, Salvador (1997), Lucernas antiguas en bronce de la Baetica: ensayo de clasificación: Tipología y cronología, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología: BSAA*, N. 63.
- RICCI, M. (1974), Per una cronologia delle lucerne tardo-republicaine, *Studi Liguri*, vol. XXXIX, 2-4, pp. 168-234.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (1996), Materiales de un alfar emeritense: paredes finas, lucernas, sigillatas y terracotas, *Cuadernos Emeritenses*, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano: Asociación de Amigos del Museo, p. 11.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2007), *A cultura castreja do Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, (2ª edição da dissertação de doutoramento, revista e atualizada; 1.ª ed., 1986).
- SOEIRO, Teresa (1984), Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana. *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel, 3ª série, vol.1.
- SOEIRO, Teresa (2000-2001), Monte Mozinho. A recuperação do setor B, *Portvgalia*; Nova serie, Vol. XXI-XXII, 2000-2001, pp. 103-136.
- SOEIRO, Teresa (2005), *Monte Mozinho. Sítio arqueológico*. Penafiel: Museu Municipal, 2ª edição.
- SOEIRO, Teresa (2009-2010), Monteiras (Bustelo). Uma necrópole com dois mil anos”, *Cadernos do Museu*, nº12-13. Penafiel: Museu Municipal, pp. 218-219.
- SOTOMAYOR MURO, M. (1981), Los alfares romanos de los Villares de Andujar, *Noticiario Arqueológico Hispanico*, vol. 11, Ministerio de Educacion y Ciência - Direccion General de Bellas Artes, pp. 307-368.
- SOTOMAYOR MURO, M. *et alii* (1976), Los alfares romanos de Andújar. Campañas de 1974, 1975 y 1977, *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 6, pp. 443-497.
- SOUSA, Rigaud de (1966), Subsídios para o estudo da arqueologia Bracarense. *Lucerna*, vol. 5, Porto: Centro de Estudos Humanísticos, pp. 589-599.



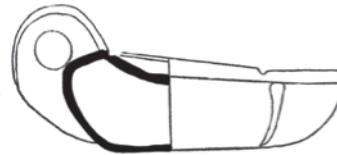
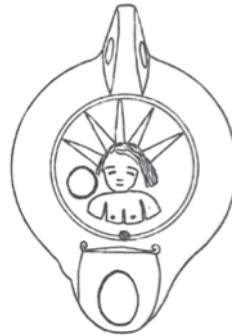
**Figura 1**  
Escala 1:2



**Figura 2**  
Escala 1:2



12

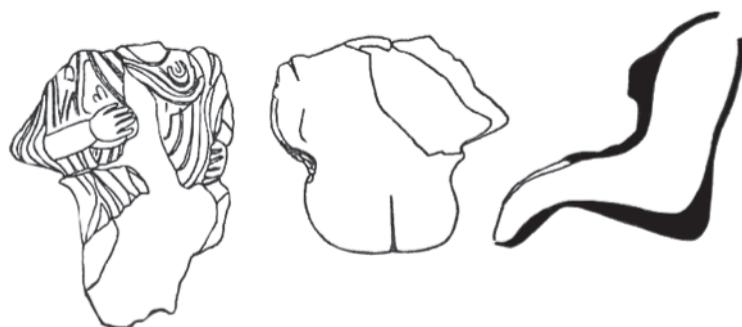


13

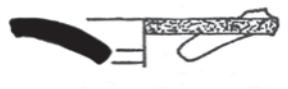


14

**Figura 3**  
Escala 1:2



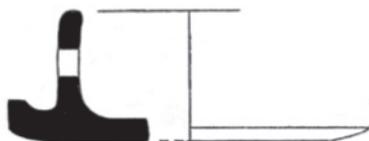
15



16

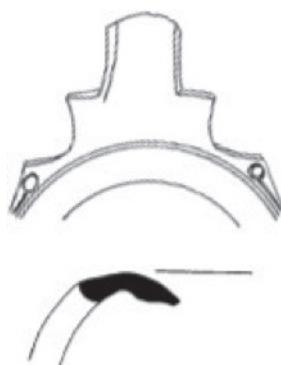


17



18

**Figura 3**  
Escala 1:2



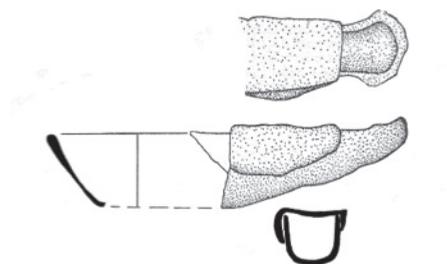
19



20



21



22

**Figura 4**  
Escala 1:2



# AS PILHAS DE PESOS DE DOM MANUEL I: CONTRIBUTO PARA A SUA CARACTERIZAÇÃO, INVENTARIAÇÃO E AVALIAÇÃO

**Luís Seabra Lopes**

Universidade de Aveiro

lsl@ua.pt

## **Resumo:**

No âmbito da importante reforma dos forais que empreendeu, Dom Manuel I foi particularmente cuidadoso quanto à reforma do sistema de pesos, distribuindo padrões em bronze a um número significativo de municípios. A existência destes padrões, que têm a forma de pilha de pesos e estão datados de 1499, é bem conhecida. No entanto, ainda não existe um inventário exaustivo dos exemplares que existem ou terão existido. Depois de resumir os aspectos essenciais da reforma manuelina dos pesos, apresenta-se uma caracterização das pilhas de pesos manuelinas e discute-se a cronologia da sua produção. Recorrendo a várias fontes literárias, com destaque para os relatórios das avaliações realizadas em 1857-1860, e à procura directa em museus, foi possível referenciar 128 exemplares e, para 71 deles, identificar os municípios a que pertenceram. Foi também possível obter avaliações para 265 peças provenientes de 42 pilhas manuelinas, com base nas quais foi calculada uma estimativa do valor do arrátel manuelino.

**Palavras chave:** Dom Manuel I; pilhas de pesos; inventário; arrátel; inscrições; marcas.

## **Abstract:**

In the scope of an important charter reform, Manuel I of Portugal was particularly careful regarding weights, distributing bronze standards to a significant number of counties. The existence of these standards, which are in the form of nested cup weights (or piles) and are dated of 1499, is well known. However, there isn't an exhaustive inventory of the extant standards and it remains largely unknown which counties actually acquired such standards. We begin by presenting a brief synthesis on the maneline reform of weights. The general characteristics of the maneline standards are identified and the chronology of their production is discussed. Based on literary sources, including the reports of the evaluations carried out in 1857-1860, and direct search in museums, it was possible to identify the existence of 128 maneline piles of weights and, for 73 of them, the counties to which they belonged. It was also possible to gather evaluations for 265 weight pieces from 42 piles. Based on these evaluations, an estimate of the maneline arratrel was computed.

**Keywords:** Dom Manuel I; nested cup weights; inventory; arrátel; inscriptions; marks.

## **I. Introdução**

Os sistemas metrológicos estão presentes nas actividades humanas desde a antiguidade, nomeadamente no comércio, cobrança de impostos, cunhagem de moeda, arquitectura, urbanismo, cadastros de terras, cartografia, navegação, etc. Um sistema metrológico é formado por um conjun-

to de termos que representam quantidades e por um conjunto de regras que os relacionam entre si. Alguns desses termos metrológicos podem ter representação física na forma de padrões, como é o caso do *quilograma* no sistema actual. Associado ao sistema abstracto de representação metrológica, encontramos uma variedade de instrumentos e práticas de medição. A história da metrologia confunde-se com a própria história da civilização, sendo um dos seus principais símbolos (KULA, 1986; WEDELL, 2010). Por toda a Europa, a metrologia evoluiu lentamente, desde uma situação de extrema diversidade, na idade média, até à actual uniformidade, resultante da adopção do sistema internacional de unidades. A uniformização era promovida pelos soberanos, não só porque facilitava as trocas comerciais e a cobrança de impostos, mas também pela importância simbólica de se submeter todo um país à utilização dos padrões de pesos e medidas do rei.

Ao longo do século XV, vigoraram em Portugal dois sistemas legais de pesos, ambos baseados em quintais de 128 arráteis (SEABRA LOPES, 2003, p. 143-146). Para os metais preciosos e cunhagem de moeda, usava-se um arrátel de 14 onças do marco de *Colonha*, cujo nome remete para a cidade alemã de Colónia. Para o haver-de-peso, usava-se um arrátel de 13 onças do marco dito de *mercearia*. Tudo indica que os arráteis eram iguais, sendo diferentes as onças e marcos de Colonha e de mercearia. Tudo indica também que o marco de mercearia seria o marco de *Tria*, nome que remete para a cidade francesa de Troyes. Os marcos de Colónia e Troyes eram os padrões de pesos mais generalizados na Europa, sendo os nossos marcos de Colonha e Tria variantes desses padrões.

Dom João II, procurando uniformizar os pesos em 1487-1488, tentou abolir o marco de Tria, introduzindo um sistema binário baseado num quintal de 128 arráteis de 16 onças do padrão de Colonha. No entanto, perante as queixas dos concelhos nas cortes de Évora de 1490, viu-se obrigado a desistir dessa reforma (TRIGOSO, 1815, p. 359-363; GAMA BARROS, [1922] ~1950, p. 102-106; SEABRA LOPES, 2003, p. 146 e 148). Em 1496-1497, defrontando-se com problemas semelhantes, Henrique VII de Inglaterra procedeu a uma importante reforma metrológica no seu país (CONNOR, 1987, p. 237-240). Nesse âmbito, foram enviadas cópias dos padrões dos pesos e medidas a 42 das principais localidades de Inglaterra.

No âmbito da reforma dos forais de todo o reino de Portugal, Dom Manuel I empreendeu a principal reforma metrológica da história portuguesa anterior à introdução do Sistema Métrico Decimal. Os trabalhos preparatórios foram iniciados em 1497, altura em que Henrique VII de Inglaterra também punha em prática uma reforma similar. O rei português foi particularmente cuidadoso no domínio dos pesos, distribuindo pilhas de pesos em bronze a um número significativo de municípios do reino. Segundo as orientações de Dom Manuel I, todos os municípios do reino, que eram mais de 600, deveriam ter adquirido pilhas de pesos.

A existência destes padrões, que têm a forma de pilha de pesos, é bem conhecida (TRIGOSO, 1815, p. 367; COSTA GOMES, 1942; DRUMOND BRAGA, 1998, p. 202-209). No entanto, estes monumentos ainda não foram objecto de um estudo de conjunto aprofundado. A maior parte dos estudos centram-se em exemplares específicos ou em pequenos conjuntos de exemplares localizados em certos museus ou regiões<sup>1</sup>. Adolfo Silveira Martins fez uma recolha preliminar de informação sobre pilhas de pesos, a maior parte das quais provenientes de exploração arqueológica, e reproduziu as marcas de fabricante e de aferição que encontrou (SILVEIRA MARTINS, 1994). Atendendo às marcas detectadas, pelo menos uma dessas pilhas seria manuelina. Jorge Custódio apresen-

<sup>1</sup> Ver nomeadamente a bibliografia citada na nota 23. A síntese metrológica mais utilizada pelos historiadores portugueses ignora, não só as pilhas de pesos manuelinas, como também o próprio arrátel manuelino, fazendo assentar o sistema português de pesos na libra francesa (OLIVEIRA MARQUES, 1968). Infelizmente, por melhor que tenha sido a intenção do autor e por mais facilitadora que tenha parecido, esta influente síntese marcou um significativo retrocesso em conhecimentos que estavam adquiridos e correctamente apresentados nas principais sínteses anteriores.

tou uma pequena síntese centrada nos aspectos exteriores, nomeadamente estrutura, decoração, inscrições (CUSTÓDIO, 1994). Observou vários exemplares e referiu, de passagem, que existiriam cerca de uma centena de exemplares, mas não clarificou onde estariam localizados. Num estudo anterior, apresentei uma primeira inventariação das pilhas manuelinas, na qual estão identificados 41 exemplares, 16 dos quais com avaliações (SEABRA LOPES, 2003, p. 151-154). Com base nessas avaliações apresentei uma primeira estimativa para o valor do arrátel manuelino.

Se os autores portugueses deram até agora pouca atenção ao estudo das pilhas de pesos manuelinas, não surpreende que elas continuem a ser ignoradas pelos autores internacionais. Com efeito, as pilhas manuelinas estão completamente ausentes nos principais estudos e sínteses internacionais sobre pilhas de pesos (KISCH, 1965; LAVAGNE, 1965; HOUBEN, 1984; DANFORTH, 1988; HOLTMAN, 1997-1998; VANGROENWEGHE, 2015). O pouco que se tem escrito a nível internacional centra-se nas falsificações de padrões de pesos portugueses que têm circulado no mercado internacional de antiguidades (LOCKNER, 1976; LAUFKOETTER, 2016). HOUBEN (1984, p. 75-77), que nada diz sobre as pilhas de pesos manuelinas, também dedica alguma atenção às falsificações alegadamente feitas em Portugal. Apesar do desconhecimento de aspectos essenciais da história das pilhas de pesos manuelinas, verifica-se que elas podem atingir preços exorbitantes no mercado de antiguidades<sup>2</sup>.

O presente artigo abre com uma breve síntese sobre a reforma manuelina dos pesos. As características das pilhas de pesos manuelinas (tipos, estruturas, decoração, marcas e inscrições) são depois identificadas. A cronologia da produção das pilhas manuelinas é também analisada. Apresenta-se um inventário dos exemplares que existem (ou existiram) nos municípios e em diversas coleções. Com base em avaliações das peças individuais desses exemplares, calcula-se uma estimativa do valor original do arrátel manuelino.

Na inventariação aqui apresentada, fica identificada a existência de 128 padrões manuelinos, muitos ainda hoje conservados, e outros pelo menos referenciados nos relatórios do século XIX. A reforma dos pesos empreendida por Dom Manuel I não tem paralelo na Europa dos séculos XV e XVI. Destaca-se pelo grande número de exemplares distribuídos, pela enorme dimensão das pilhas (64 a 256 marcos, quando a famosa *pile de Charlemagne* tem apenas 50 marcos) e pela decoração. Portugal, país periférico no contexto europeu, mas que no tempo de Dom Manuel I liderava os descobrimentos e a expansão europeia no mundo, tem nas pilhas de pesos manuelinas mais um sinal da sua grandeza nessa época.

## II. A reforma manuelina dos pesos

Dom Manuel I, motivado pela necessidade da reforma dos forais, acabou por protagonizar a principal reforma metrológica empreendida em Portugal antes da introdução do sistema métrico decimal (TRIGOSO, 1815, p. 363-368; GAMA BARROS, [1922] ~1950, p. 106-112; SEABRA LOPES, 2003, p. 147-156). Na verdade, os forais antigos, para além de estarem escritos em latim, estipulavam os tributos em termos de moedas, pesos e medidas que, em muitos casos, tinham caído em completo desuso. Além disso, cada terra tinha a sua própria tradição metrológica. Impunha-se por isso actualizar a linguagem e redefinir os antigos tributos em termos das moedas correntes e de pesos e medidas iguais para todo o reino. As unidades que fixou (vara, alqueire, almude, arrátel, etc.) mantiveram-se sem grandes alterações até ao século XIX.

<sup>2</sup> Em 2007, uma pilha manuelina de meio quintal, incompleta, atingiu na Cabral de Moncada Leilões o valor de 62000 euros (<https://www.cml.pt/top/antiguidades-e-obras-de-arte/diversos/2/caixa-de-pesos>)

Logo em 1497, constatando a existência de «*pesos de muytas maneiras e differenças, assi os da carne, e marçaria, e liuras de seda, e pedras de linho e de lam, como outros muytos pesos d'outras calidades*», Dom Manuel I convocou representantes dos conselhos com o objectivo de discutir e aconselhar sobre a reforma dos pesos <sup>3</sup>. Não são conhecidos detalhes sobre esse processo, mas ele estaria concluído em 1498, ano em que foi dado novo regimento à Casa da Moeda, ou, o mais tardar, em 1499, ano assinalado nos novos padrões de pesos. A imposição do novo sistema de pesos a todo o reino é formalizada através de uma ordenação de Dom Manuel I datada de 1502/05/31, na qual já aparece sumariamente descrita a sua estrutura:

«*E todos comprem, vendam e entreguem per arratal de dezasseis onças. E a esse respeito o quintal, em que ha çento e vintoito arratees das ditas dezaseys onças, e per arroba, e meya arroba, e quarto d'arroba, segundo os padroões que ora mandamos fazer e dar a todallas çidades, villas e lugares*» (*Regimento dos Ofiçiaaes*, 1504, fl. 80-80v; SOARES, ~1950, p. 393)

Percebe-se por esta passagem e confirma-se pela restante documentação que o novo sistema se baseava em subdivisões binárias de um quintal de 128 arráteis de 16 onças. Estas onças seguiam o velho padrão de Colonha (SEABRA LOPES, 2003, p. 143-144 e 149-151). Assim, no domínio dos pesos, a reforma de Dom Manuel I acaba por seguir o plano já traçado por Dom João II. Segundo a ordenação de 1502, o padrão principal ficaria guardado na Torre do Tombo. Os padrões a que alude a mesma ordenação apresentam inscrições segundo as quais o seu fabrico terá sido ordenado por Dom Manuel I em 1499.

Os novos padrões dos pesos foram enviados aos concelhos por volta de 1504, juntamente com um exemplar impresso do *Regimento dos Ofiçiaaes das Çidades, Villas e Lugares destes Regnos*, o qual inclui uma transcrição da ordenação de 1502 bem como um novo *Regimento dos Pesos* (*Regimento dos Ofiçiaaes*, 1504, fl. 76v-80v; SOARES, ~1950, p. 389-393). Esse regimento enumera as peças que deveriam compor uma pilha de pesos padrão de quintal e especifica os pesos que os diversos profissionais deviam ter e as penas a que estavam sujeitos por aferição deficiente. O título relativo ao almotacé-mor das *Ordenações Manuelinas*, reproduz, no essencial, o conteúdo do regimento referido, completando-o com mais algumas disposições sobre os pesos a usar nas diferentes actividades e sobre as penas a aplicar (*Ordenações Manuelinas*, 1521, Liv. I, Tit. XV).

O núcleo central do sistema, tal como está descrito nos documentos citados, era puramente binário (Tabela I). Cada medida representava um número de arráteis dado por uma potência de 2, desde a oitava de onça ( $2^{-7} = 1/128$  de arráteil) até ao quintal ( $2^7 = 128$  arráteis). Entretanto, a documentação manuelina mostra que tinham curso legal, ou pelo menos eram aceites, mais algumas medidas. Os forais manuelinos fixam a carga cavalariça em 10 arrobas (*Elucidário*, qv. 'carga', II, p. 69-70; SEABRA LOPES, 1998, p. 557). Na Casa da Moeda, usava-se a *paiada*, equivalente a 50 marcos ou 25 arráteis: «*sincoenta marcos de prata, que he huma payada*» (*Regimento da Casa da Moeda*, 1498, p. 78). A *paiada* era assim praticamente equivalente a uma arroba castelhana.

Um documento de 1544 permite avaliar em 22 grãos a diferença entre os marcos de Portugal e Castela nessa época, sendo menor o de Portugal (PELLICER I BRU & GOMES MARQUES, 1985). A

<sup>3</sup> Apenas é conhecida a carta enviada à cidade do Porto, na qual o rei continua dizendo: «e por quanto nos queremos nello intender, e isto he couza de grande sustância, nos pareceo bem enuiardes a nós homem dessa cidade, que o melhor entenda pera com elle e com outros d'outras çidades e villas que pera isso tambem mandamos chamar, detrymijneamos a cerca dello o que mais seruiço de Deos, e nosso bem, e dos ditos nossos pouos parecer» (TRIGOSO, 1815, p. 366, n. 1; MAGALHÃES BASTO, 1940, doc. VIII, p. 15).

maior parte dos autores atribui ao marco castelhano um valor próximo de 230.0 g<sup>4</sup>. Descontando os referidos 22 grãos ao marco castelhano, obtemos valores de 228.9 g para o marco português e 457.8 g para o arrátel. Como se verá na secção IV.4, as avaliações das pilhas de pesos manuelinas realizadas a partir do século XIX são consistentes com o valor que se infere do documento de 1544.

No século XIX, o arrátel legal tinha um valor um pouco superior. Em 1803, quando se começava a trabalhar no sentido de uma completa reforma do sistema português de pesos e medidas, foi avaliado o arrátel português. O padrão usado para essa avaliação foi o padrão da Casa da Moeda. Obteve-se para o arrátel, «*com toda a possível exacção*», um valor de 459.030 g<sup>5</sup>. O padrão da Casa da Moeda voltaria a ser avaliado em 1815, obtendo-se para o arrátel o valor 459.0 g (TRIGOSO, 1815, p. 391-392, nota 1). Este último valor é aquele que consta nas principais sínteses metrológicas do século XIX (BARREIROS, 1839, p. 16-17; SILVA LOPES, 1849, p. 81).

Tabela I – As principais unidades do sistema de pesos de Dom Manuel I

128	Quintal
32	Arroba
1	Arrátel
1/ 2	Marco
1/16	Onça
1/128	Oitava ou Cruzado

### III. As pilhas de pesos manuelinas

Nos principais diplomas relativos à reforma dos pesos, Dom Manuel I refere o fabrico de padrões. As referências da época e os exemplares ainda existentes mostram que optou pelo modelo das pilhas de pesos, isto é, conjuntos de pesos que encaixam uns nos outros (KISCH, 1965; HUBEN, 1984; DANFORTH, 1988; VANGROENWEGHE, 2015).

#### III.1 Características gerais

As pilhas manuelinas foram fabricadas em três tamanhos: *quintal* (4 arrobas); *meio quintal* (2 arrobas); e *arroba*. Conservam-se pilhas manuelinas em museus e colecções um pouco por todo o país. No entanto, não existe ainda um inventário desses padrões, sendo por isso difícil saber quantos exemplares existem actualmente e onde se conservam. Os catálogos dos museus incluem com bastante frequência informação histórico-artística errada e tipicamente não fornecem avaliações dos pesos das peças.

Uma pilha manuelina de quintal contem os pesos correspondentes às primeiras 15 subdivisões binárias do quintal, desde 1/2 quintal (=64 arráteis) até meia oitava (= 1/16 de onça), aparecendo esta última em duplicado na pilha. Assim, no total, uma pilha de quintal compõe-se de 16 peças. Estas peças têm uma forma tronco-cónica e encaixam umas nas outras. Uma das meias

<sup>4</sup> 460.093 g (PALAISEAU, 1816, p. 413); segundo TILLET (1767, p. 387), a libra de Madrid seria equivalente a 4328 grãos da libra de Paris ou 459.765 g, considerando a libra francesa equivalente a 489.510 g (PALAISEAU, 1816, p. 14). No século XIV, usava-se em Sevilha um marco com um valor médio de 229.7 g que permite calcular para a libra de 16 onças um valor de 459.4 g (SEABRA LOPES, 2003, p. 120).

<sup>5</sup> «Em 17 de Julho de 1803, foi reconhecido na Real Casa da Moeda de Lisboa que o arratel português igualava kilogramma 0.459030, e que o kilogramma era = 2 arrateis, 2 onças e pouco menos de 7 oitavas, e com toda a possível exacção foi achado ser = 2 arrateis, 2 onças, 6 oitavas, 61 grãos e 1/10 de grão em peso português.» (VERDIER, 1819, p. 59).

oitavas é oca (ou aberta), como todas as peças maiores. A outra meia oitava é compacta (ou fechada) e encaixa na primeira. A peça maior, de 1/2 quintal, inclui uma tampa e serve de caixa para todo o conjunto. O conjunto das 16 peças pesa exactamente 1 quintal:

$$64 + 32 + 16 + 8 + 4 + 2 + 1 + \frac{1}{2} + \frac{1}{4} + \frac{1}{8} + \frac{1}{16} + \frac{1}{32} + \frac{1}{64} + \frac{1}{128} + 2 \times \frac{1}{256} = 128 \text{ arráteis}$$

Como seria de esperar, o *Regimento dos Pesos* distribuído por volta de 1504 fornece uma descrição do padrão do quintal que concorda com os padrões fabricados a partir de 1499:

«hum quintal, que pesa çento e vintoyto arrateens, e tem em sy desasseis peças, .s., a maior peça, que he a caxa com sua cobertura do mesmo metal que pesa meio quintal [continua enumerando as outras 15 peças]» (*Regimento dos Ofiçiaaes*, 1504, fl. 77-77v; SOARES, ~1950, p. 390)

Por sua vez, uma pilha de meio quintal tem 15 peças, incluindo a caixa que pesa uma arroba. Finalmente, uma pilha de arroba tem 14 peças, incluindo a caixa que pesa meia arroba. É de realçar que as pilhas de pesos manuelinas têm dimensões sem paralelo na época. A famosa *Pile de Charlemagne*, padrão de França da mesma época, tem 50 marcos, enquanto as pilhas manuelinas variam entre 1 arroba (64 marcos) e 1 quintal (256 marcos).

Como é sabido, a esfera armilar foi o símbolo heráldico de Dom Manuel I. Ora, os três tipos de pilhas apresentam tampas decoradas com duas esferas armilares em alto-relevo, entre as quais gira a asa, e dois escudos régios com a coroa aberta e nove castelos (Fig. 2 e 4). A dobradiça ou sistema de articulação que liga a tampa à caixa inclui dois braços que se prolongam até ao centro da tampa. Do lado oposto, o sistema do fecho também prolonga um braço similar até ao centro da tampa (Fig. 2, 3, 4 e 6). A asa, que apresenta arestas facetadas, é diferente conforme o tipo de pilha (Fig. 1 e 2). Nas pilhas de quintal, a asa é trilobada, vendo-se no lobo superior, ao centro, um ornato em forma de cunha (Fig. 3). Nas pilhas de meio quintal, partindo-se da forma trilobada, vincoou-se o efeito da cunha central no lobo superior e aproximaram-se os dois lobos inferiores. Daqui resultou uma forma geral quadrilobada (Fig. 4). Nas pilhas de arroba, a asa é de arco simples com cunha, semelhante ao lobo superior das pilhas de quintal (Fig. 6). A pilha de arroba é a que mais se assemelha à *Pile de Charlemagne*. Os pesos estão na mesma ordem de grandeza, 64 e 50 marcos, respectivamente. A asa da pilha francesa também é de arco simples com um ornato ao centro.

O espigão frontal no fecho da tampa das pilhas de quintal e meio quintal tem a forma de animal fabuloso ou dragão, escamado, com patas dianteiras e com a boca aberta, vendo-se a língua e os dentes (Fig. 3). O espigão em forma de animal é algo semelhante ao da *Pile de Charlemagne*. Nas pilhas de arroba, pelo menos em alguns casos, a ponta do fecho tem a forma de flor-de-lis invertida. A Tabela II apresenta as dimensões das caixas, não incluindo os vários acessórios e altos relevos.

Tabela II – Dimensões aproximadas das caixas das pilhas de pesos manuelinas, não contando com os relevos, asa, articulação e fecho da tampa

	Quintal	Meio quintal	Arroba
Altura	19.0	14.0	11.0
Diâmetro da base	20.5	16.5	13.4
Diâmetro da tampa	24.2	20.4	15.5

O regimento de 1504 diz que estas pilhas tinham sido feitas em «*metal*», termo utilizado sobretudo para designar ligas de cobre, nomeadamente o bronze e o latão (VAN DOORSLAAR, 1910-1924, t. 20, p. 267). A generalidade dos autores que estudaram diferentes exemplares converge em serem feitos em bronze. No entanto, a composição da liga utilizada no fabrico destes padrões ainda não está estudada (CUSTÓDIO, 1994).

### **III.2 Marcas e local de produção**

As pilhas manuelinas apresentam dois tipos de marcas. Uma delas é a marca de Lisboa, uma nau com dois corvos, que assinala a aferição pelo padrão de Lisboa<sup>6</sup>. Esta marca aparece na tampa, junto aos escudos régios (Fig. 9). Em alguns exemplares, aparece do lado esquerdo, em outros do lado direito, e em outros ainda aparece dos dois lados.

A outra marca tem a forma de losango (Fig. 7). Na maioria dos exemplares, por execução deficiente e/ou posterior oxidação, percebe-se mal o conteúdo desta marca. No entanto, em alguns exemplares vê-se que inclui, sobre o lado direito, um monograma composto por um “R” encostado a uma cruz alta<sup>7</sup>. Do lado esquerdo, detecta-se uma águia com a cabeça virada para a asa. Por vezes, detecta-se uma linha que parte o losango verticalmente, a ela se encostando a águia, à esquerda, e a cruz, à direita. Esta marca já foi observada em objectos de latão datados de finais do século XV ou inícios do século XVI que se conservam em diversas colecções<sup>8</sup>. Nas pilhas manuelinas, a marca em losango aparece na tampa, normalmente entre o eixo da asa e a articulação da tampa, ou seja, na metade posterior da tampa. Tanto quanto foi possível observar, esta marca aparece sempre em duplicado, uma do lado esquerdo e a outra do lado direito, a uma distância variável do centro da tampa.

Nos padrões de medidas de capacidade distribuídos por el-Rei Dom Sebastião às principais localidades do reino a partir de 1575, a marca em losango não aparece, tanto quanto foi possível averiguar. A detecção desta marca em objectos não metrológicos da época de Dom Manuel I é consistente com a hipótese de a marca ter sido colocada logo após o fabrico. Entretanto, estando a marca de Lisboa bem identificada, a marca em losango não pode ser uma marca de aferição. Por sua vez, a detecção da marca em losango em objectos não metrológicos leva a excluir também a possibilidade de ter sido uma marca de afinador. Assim, só poderá ser a marca do fabricante ou, eventualmente, de um comerciante intermediário.

No regimento de 1504, Dom Manuel I informa que tinha mandado fazer os padrões de pesos na Flandres («*mandamos fazer em Frandes os padroões dos ditos pesos*») e que estes seriam em seguida distribuídos às «*çidades, villas e lugares*» do reino. Os concelhos pagariam o custo do fabrico das pilhas, assumindo o rei o custo do transporte:

<sup>6</sup> Estão documentadas diversas variantes da marca usada em Lisboa nos séculos XV e XVI (VIDAL & ALMEIDA, 1997, I, n.º 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2359, 2360, 2535-A, 2535-B, 2535-C, p. 233, 245 e 265). Em particular, a marca n.º 2359 está descrita na obra citada como “marca de contraste aferidor de Lisboa, dos fins do século XV (1499), da colecção “Barros e Sá” (*idem*, p. 245). Foi observada numa “caixa de pesos de bronze aferidos com a marca da cidade, em 1499, da colecção do Sr. Francisco de Barros de Sá, de Lisboa” (*idem*, p. 309). Esta marca coincide com as que encontrei na grande maioria dos exemplares que observei. A pilha referida está actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga, n.º inv. 429 Met.

<sup>7</sup> SILVEIRA MARTINS (1994) já reproduziu esta marca, assinalando a cruz e a letra R, e deixando em aberto qual seria o conteúdo da metade esquerda do losango.

<sup>8</sup> Esta marca observa-se num balde de água benta em bronze, com esferas semelhantes às das pilhas de pesos manuelinas, o qual se conserva no Museu da Guarda (n.º inv. 1741). A nível internacional, esta marca observa-se ainda em pilhas de pesos e em dois baldes de água benta de finais do século XV ou inícios do século XVI, um na posse de um comerciante de antiguidades belga e outro numa colecção privada na Alemanha (comunicação pessoal de Otto Baumgärtel, 2018/04/23).

*«como nos pesos e padroões de ferro se faziam e podiam fazer e acontecer algumas quebras e creçimentos, assy per ferrugem como per outras maneiras [...], mandamos fazer em Frandes os padroões dos ditos pesos de metal feytos [...] E os ditos padroões, que nos assi enuiamos, pagares como custarom em Frandes, e do que mais valem postos aqui vos fazemos merçee» (Regimento dos Ofiçiaaes, 1504, fl. 76v-77; SOARES, ~1950, p. 390)*

Um século mais tarde, em 1606, um documento de Lisboa ainda falava das pilhas de pesos à «*maneira que vem de Frandres*» (COSTA GOMES, 1942, p. 21). Em sentido estrito, o nome “Flandres” referia-se a um antigo condado com sede em Gante. A feitoria real portuguesa da Flandres, originalmente localizada nesse condado, mais precisamente na cidade de Bruges, foi em 1499 transferida para Antuérpia, cidade que emergia nesta época como um dos mais importantes entrepostos comerciais a nível europeu (BRAAMCAMP FREIRE, 1908-1910; GORIS, 1925). Embora integrada no vizinho ducado de Brabante, Antuérpia estava localizada junto à fronteira com o condado da Flandres. A feitoria portuguesa continuou a ser conhecida como “Feitoria da Flandres”. De resto, em sentido lato, e nomeadamente entre os portugueses, o nome “Flandres” estendia-se ao conjunto das 17 províncias dos Países Baixos (BLUTEAU, 1712-1728, IV, «Flandes, ou Flandres», p. 138). Surpreendentemente, apesar da antiguidade, diversidade e importância das indústrias do cobre nos Países Baixos, e nomeadamente em cidades como Malines e Dinant, próximas de Antuérpia, nada se sabe sobre a produção de pilhas de pesos nesta região (PINCHART, 1874-1875; PIRENNE, 1889; VAN DOORSLAAR, 1910-1924).

Numa interpretação menos literal da informação de Dom Manuel I, podemos admitir que as pilhas de pesos foram de facto encomendadas na Flandres, certamente por intermédio da feitoria real localizada em Antuérpia, mas terão sido produzidas noutra local no interior do continente. É de referir, aliás, que Antuérpia era o porto de exportação, por excelência, dos metais provenientes da Alemanha e da Áustria, tendo Portugal sido um dos principais compradores do cobre. Segundo opinião geral, a cidade alemã de Nuremberga terá sido o principal centro produtor de pilhas de pesos entre os séculos XVI e XIX (HOUBEN, 1984, p. 26-30; DANFORTH, 1988, p. 13-14). Surge assim a hipótese de as pilhas de pesos manuelinas terem sido produzidas em Nuremberga e importadas através da Feitoria da Flandres. Infelizmente, estão identificados poucos fabricantes de pesos estabelecidos em Nuremberga ao longo do século XVI<sup>9</sup>. Dos fabricantes conhecidos, quer no século XVI, quer em épocas posteriores, nenhum usou uma marca semelhante à marca em losango que aparece nas pilhas manuelinas (STENGEL, 1818-1819; LOCKNER, 1981). Assim, o estudo desta marca deverá prosseguir em trabalho futuro.

### **III.3 As inscrições alusivas à reforma de Dom Manuel I**

As pilhas de pesos manuelinas ostentam inscrições em letras maiúsculas que aludem à reforma de Dom Manuel I. Existem variações nas inscrições ao nível da grafia, provavelmente explicáveis por terem sido produzidas num âmbito temporal alargado (ver secção III.5), mas existe também um

<sup>9</sup> Para a primeira metade do século XVI, Walter Stengel apenas identifica Hans Gscheid, que morreu em 1540 (STENGEL, 1918-1919, p. 129). É pouco provável que já estivesse estabelecido como fabricante de pesos em 1499. Em qualquer caso, a sua marca era um trevo, bem diferente da marca que encontramos nos pesos manuelinos. Na segunda metade, o mesmo autor identificou Sebald Gscheid, mestre a partir de 1567, talvez familiar do anterior, Conrad Most, o velho, referenciado em 1566, e Conrad Most, o novo, mestre a partir de 1586 (STENGEL, 1918-1919, p. 123, 129, 131-132).

padrão claramente dominante<sup>10</sup>. No caso das pilhas de quintal, a inscrição aparece em duas linhas que circundam a caixa (Fig. 3 e 8):

«O[\*]MVITO\*ALTO\*E\*EIXELEN[TIS][S]IMO\*REI\*DOM\*EMANVEL\*  
O[\*]PRIM[EI]RO\*DE\*PVRTV[GAL]\* //

ME\*MANDOV\*FAZER\*ANO\*DO[\*]N[AS]C[I]M[EN]TO\*DE\*NOS[S]O\*  
S[E]N[H]OR\*IH[ES]V\*XPO (=CHR[IST]O)\*D[E]\*1499»

Existem nas inscrições das pilhas de quintal três idiossincrasias que provavelmente resultaram de essas pilhas terem sido fabricadas no norte da Europa, num ambiente em que ninguém dominava o português, e muito menos o português escrito: «OMVITO» onde deveria estar «O \* MVITO» (o *muito*); «OPRIMRO» onde deveria estar «O \* PRIMRO» (o *primeiro*); e «DONCMTO» onde deveria estar «DO \* NCMTO» (*do nascimento*). Em todas os exemplares observados ocorrem estas três idiossincrasias.

As pilhas manuelinas de meio quintal e arroba ostentam, numa única linha que circunda a caixa a meia altura (Fig. 4 e 6), uma inscrição que no essencial diz o mesmo, embora de forma mais sucinta:

«ME \* MANDOV] \* FAZERE \* DOM \* EMANVEL \* REI \* DE \* PORTV[GAL] \* ANO \* D[E] \* 1499».

São de notar as diferenças de grafia entre a inscrição longa das pilhas de quintal e a inscrição curta das pilhas de arroba e meio quintal: onde as pilhas de quintal tem «MANDOV», as outras tem «MANDO»; e onde as pilhas de quintal tem «FAZER», as outras tem «FAZERE». Estas diferenças, que aparecem de forma consistente nos exemplares observados, devem ter resultado da combinação de duas atitudes opostas: do lado do cliente, quem especificou as legendas a inscrever nas pilhas não se preocupou com a consistência da grafia; do lado do fabricante, os artífices flamengos ou alemães, que nada sabiam de português, reproduziram de forma consistente as legendas tal como lhes foram entregues. As leituras das duas legendas, que acabamos de apresentar, são as leituras típicas. Atendendo à consistência das diferenças e das idiossincrasias, estas leituras devem reflectir as instruções dadas ao fabricante por volta de 1499. Por outras palavras, estas leituras representarão os arquétipos.

Ao todo, aparecem dezanove letras diferentes nas inscrições das pilhas de pesos manuelinas, sendo que o 'A' aparece em duas variantes. Nos exemplares com leitura mais próxima do arquétipo, a morfologia dessas letras é a que se apresenta na Fig. 11 (ver também Fig. 8). Genericamente, trata-se de maiúsculas romanas, recuperadas no Renascimento, semelhantes às que aparecem na abertura de alguns forais manuelinos, como é o caso dos forais de Lisboa (1500, ver Fig. 10), Évora (1501), Atouguia (1510), Vila do Conde (1516), etc. Em vários pormenores, as letras das pilhas de pesos evidenciam influências anteriores, nomeadamente góticas (CUSTÓDIO, 1994). Sobre a evolução da escrita epigráfica, ver as sínteses de BARROCA (2000, I, p. 139-168) e DEBIAIS et al.

<sup>10</sup> Na literatura disponível aparecem variações mais significativas que não são reais, mas sim erros dos respectivos autores. Um autor leu o ano como «MCCCCLXXXIX» (TRIGOSO, 1815, p. 367, mas não conheço nenhum exemplar que apresente o ano dessa forma. De resto, todos os outros autores leram o ano em numeração árabe. A leitura de TRIGOSO é, em todos os aspectos, das mais divergentes. TEIXEIRA DA SILVA & SILVA (1859a) leram «EXCELENTISSIMO \* SENHOR \* REI» na pilha de Coimbra e NEVES (1860, p. 385) leu «EXELENTE \* REI» na pilha da Guarda, mas o que está nessas duas, como em todas as outras pilhas que foi possível observar, é «EIXELEN[TIS][S]IMO \* REI». Alguns autores actualizam a grafia, por exemplo lendo 'U' ou 'O' onde está 'V', e/ou expandem as abreviaturas, mas nem sempre de forma sistemática.

(2007). Nas pilhas manuelinas, o 'N' aparece invariavelmente invertido.

#### **III.4 Quantas pilhas de pesos manuelinas terão existido?**

No título relativo ao almotacé-mor, as *Ordenações Manuelinas* especificavam as pilhas de pesos que os diferentes concelhos deviam ter, dependendo da sua dimensão (*Ordenações Manuelinas*, 1521, Liv. I, Tit. XV, §30-30). Cidades e vilas com mais de 400 vizinhos deviam ter um padrão de quintal. Os concelhos com mais de 200 e menos de 400 vizinhos deviam ter uma pilha de meio quintal. Os restantes concelhos ficavam obrigados a ter uma pilha de arroba.

Não se sabe exactamente quantas pilhas de pesos foram distribuídas por Dom Manuel I. O que se sabe é que, por volta de 1527-1532, existiam em Portugal 48 sedes concelhias com mais de 400 vizinhos<sup>11</sup>. Muito maior ainda era o número de concelhos que tinham mais de 400 vizinhos, considerando sede e termo. Assim, é possível que tenham sido distribuídas algumas dezenas de pilhas de quintal. Outras 48 sedes concelhias tinham entre 400 e 200 vizinhos, levando também a supor a existência de várias dezenas de pilhas de meio quintal. No total, existiam mais de 600 concelhos com foral outorgado por Dom Manuel I, dos quais 183 tinham mais de 100 vizinhos em 1527-1532.

Sabemos, por outro lado, que os concelhos mais pequenos e/ou com menos recursos procuraram libertar-se da obrigação de possuir padrão de pesos (DRUMOND BRAGA, 1998, p. 203-206). Outros concelhos obtiveram permissão para usarem pilhas menores do que deveriam usar de acordo com a respectiva população. Começa também a perceber-se, com base em colecções de pesos usados pelos particulares, que a utilização de libras ou arráteis não compatíveis com o sistema legal se manteve até ao século XIX (SEABRA LOPES, 2018).

Numa execução perfeita da reforma manuelina, teria sido distribuída uma pilha de pesos a cada um dos mais de 600 concelhos existentes. Na prática, vê-se que foram abertas muitas excepções. Em todo o caso, entre pilhas de quintal, meio quintal e arroba, parece plausível terem sido distribuídas na ordem de centenas de padrões de pesos aos concelhos do reino. Tudo indica que a distribuição de padrões foi feita numa escala sem precedentes até ao século XVI a nível europeu.

#### **III.5 Exemplares divergentes e cronologia de produção**

Uma vez que a generalidade dos exemplares conhecidos apresenta o ano de 1499, instalou-se a ideia de que estas pilhas teriam sido fabricados por volta de 1499 ou, o mais tardar, até 1504, ano em que começaram a ser distribuídas aos concelhos. No entanto, alguns exemplares diferem em certos pormenores, sugerindo que poderão ter sido produzidos em momentos e contextos diferentes, sob orientações eventualmente também diferentes. Por exemplo, a pilha de meio quintal existente no Museu dos Biscainhos (Figs. 4 e 5) tem um friso junto à base que não é habitual. Curiosamente, a marca em losango parece ser lisa. No caso do exemplar da Guarda, a águia que se vê na marca em losango (Fig. 8) é claramente diferente da que aparece em vários outros exemplares em que foi possível observá-la com bastante nitidez.

Na pilha de arroba pertencente à Câmara de Vouzela, actualmente exposta no Museu Municipal de Vouzela, a marca em losango também parece ser lisa ou sem conteúdo. Além disso, este exemplar difere nos frisos e decoração que circundam a caixa. A inscrição habitual diverge do arquétipo em vários pormenores, incluindo a data. Na leitura dada em seguida, as diferenças estão realçadas em negrito sublinhado:

<sup>11</sup> Existiam 6 sedes concelhias no Entre Douro e Minho, 3 em Trás-os-Montes, 8 na Estremadura, 6 na Beira, 21 no Entre Tejo e Odiana e 4 no Algarve (GALEGO & DAVEAU, 1986, p. 33-36 e 107-109).

«HE \* MANDOV \* FAZERE \* DOM [\*] EMANVEL \* REI \* DE [\*] PORTVGAL \* ANO \* DE \* 1422» (SEABRA LOPES, 2005, p. 46)

Poderá o ano de 1422 explicar-se como resultado de má leitura de ‘1499’ por parte de quem executou o trabalho? Tratar-se-á de uma pilha fabricada em 1522, tendo o segundo algarismo sido confundido com um ‘4’? Neste caso, a intenção teria sido registar a data do fabrico, apesar de o resto da inscrição pedir a data da reforma. Mas, considerando que Dom Manuel I morreu no ano anterior, essa hipótese acaba por não fazer sentido<sup>12</sup>. Convém notar, entretanto, que a pilha de Vouzela tem o peso correcto de acordo com o sistema legal. Parece ser uma pilha produzida mais tarde, seguindo as orientações iniciais de forma pouco rigorosa.

Um caso especialmente relevante é o da pilha de quintal da Confraria de Santo Elói, entidade responsável pelas aferições no concelho de Lisboa (COSTA GOMES, 1942, p. 39). Esta pilha conserva-se actualmente no Museu de Metrologia do IPQ (nº inv. 669). Tem as principais características das pilhas manuelinas de quintal: a mesma forma geral, os mesmos elementos decorativos e a inscrição habitual com a grafia do arquétipo. Um segundo conjunto de elementos decorativos remete já para o século XVIII. Além da inscrição manuelina, vêem-se outras. De um lado, lê-se que «FOI COMSERTADO ESTE MARCO EM L[I]X[BO]A». Do lado oposto, continua dizendo: «NO ANNO DE 1770». Na tampa, está inscrito o ano «1771». Assim, esta pilha tem sido considerada uma pilha manuelina restaurada e embelezada no século XVIII (FRADESSO DA SILVEIRA, 1859, p. 23; CRUZ, 2007, p. 127; CRUZ, 2010). Mais cauteloso, COSTA GOMES (1942, p. 39) disse apenas que era “aparentemente do tempo de D. Manuel I”.

No entanto, sabe-se por documentos da época que o padrão principal da confraria de Santo Elói se perdeu no terramoto de 1755 (COSTA GOMES, 1942, p. 36). Por outro lado, uma observação mais cuidada da pilha «consertada» em 1770 revela que difere nas cravações, texturas e outros aspectos de acabamento. A própria execução da inscrição manuelina, embora respeite rigorosamente a grafia do arquétipo, não consegue imitar fielmente os cunhos originais dos caracteres. Finalmente as marcas que aparecem nas tampas das pilhas manuelinas, quer a marca de Lisboa, quer a marca em losango, estão ausentes na pilha de Santo Elói. A pilha de Santo Elói será portanto uma pilha construída para substituir o padrão que desapareceu com o terramoto.

Muitos exemplares divergem entre si em aspectos que podem ser atribuídos a restauros sofridos ao longo de três séculos de utilização: escudos régios claramente mais recentes, em substituição dos originais; asas, fechos, articulações e braços da tampa diferentes. Por vezes, as peças de substituição estão em metal diferente, sendo o ferro o caso mais frequente. Num caso extremo, toda a tampa foi substituída por outra bem diferente da original. Em vez das esferas armilares e dos escudos régios, essa tampa ostenta dois meios corpos femininos, duas cabeças de cão e uma carantonha barbada<sup>13</sup>. A caixa propriamente dita é uma caixa manuelina normal, em que a articulação da tampa esconde parte da habitual inscrição manuelina.

O estudo sistemático das diferenças entre os vários exemplares existentes encontra um obstáculo significativo na sua dispersão geográfica. Em todo o caso, é de referir que a grande maioria dos exemplares conservados tem as duas marcas em losango com o conteúdo descrito acima. Nos poucos casos em que essa marca parece lisa, será conveniente proceder a uma limpeza para o confirmar.

<sup>12</sup> Registam-se mais duas situações em que a data reportada não é 1499. Segundo NUNES & RIBEIRO (1858a), Vila do Conde teria uma pilha de arroba com a data de «1449». O erro facilmente se explica por confusão entre “4” e “9”. Falta esclarecer se estamos perante um erro na própria inscrição, erro de leitura ou mera gralha tipográfica. O Museu de Vila do Conde, que conserva uma pilha manuelina de quintal, não sabe informar sobre o paradeiro da pilha de arroba. No caso da pilha de 2 arrobas de Arouca, a data reportada também é «1449» (SILVA, 1859), mas neste caso sabemos ser gralha tipográfica (SIMÕES JUNIOR, 1960, p. 12).

<sup>13</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 61; ver *Lisboa Quinhentista*, p. 145, nº 107.

Um dos poucos casos de ausência da marca em losango ocorre na pilha de quintal de Évora. Este exemplar tem a data de 1554 gravada em várias peças. Este caso sugere que na referida data já não se recorria ao fornecedor da maioria das outras pilhas. Sendo assim, a grande maioria das outras pilhas manuelinas deverá ser anterior a meados do século XVI. Parte significativa das diferenças observadas podem ser explicadas por restauros posteriores. Os exemplares de Vouzela e de Santo Elói são claramente posteriores.

Na segunda metade do século XVI, começam a surgir pilhas de pesos que já não seguiam o desenho característico das pilhas manuelinas. Foi esse o caso da pilha de quintal da cidade do Funchal, actualmente desaparecido, mas conhecido através de fontes do século XIX. Na verdade, essa pilha, decorada com «*tres dragoes ou animaes fabulosos, feitos em alto relevo*» e «*dois bustos, representando cavalleiros com armaduras antigas*», tinha uma inscrição com o ano de 1580 e com o nome do fabricante, Conrad Most, de Nuremberga (MENESES, 1850, p. 51; OLIVEIRA, 1859, p. 464; STENGEL, 1918-1919, p. 123 e 131-132).

#### **IV. Inventário e avaliações**

A primeira e até agora única inventariação disponível das pilhas de pesos manuelinas, identifica 41 exemplares em diferentes pontos do país (SEABRA LOPES, 2003, p. 151-154). Para 16 dessas pilhas, foram recolhidas avaliações. Nesta secção, alarga-se de forma significativa o conjunto de pilhas com avaliações bem como o conjunto de todas as pilhas referenciadas. Com base num tratamento criterioso dos dados, calcula-se uma estimativa para o valor do arrátel manuelino.

##### **IV.1 Os relatórios e avaliações de 1857-1860**

Entre 1857 e 1860, os inspectores distritais dos pesos e medidas realizaram avaliações dos padrões municipais existentes nos respectivos distritos. A maior parte dos relatórios dessas avaliações estão publicados. Infelizmente, não seguem um figurino único, sendo uns bastante pormenorizados e outros demasiado superficiais. Estes relatórios, que apresentam um conjunto de dados e análises qualitativas sobre a metrologia em cada distrito, foram acompanhados de listagens ou «*mappas*» das avaliações dos pesos e medidas dos respectivos municípios. No entanto, para alguns distritos, o relatório foi publicado sem o mapa.

Os relatórios relativos aos distritos de Lisboa incluindo Setúbal (SOUSA & GRAÇA, 1857; MONTEIRO JUNIOR & MAIA, 1857; PEREIRA & AROUCA, 1857; FRADESSO DA SILVEIRA, 1857; PEREIRA & MONÇÃO, 1858a), Santarém (SILVEIRA & GRAÇA, 1857), Leiria (BETTENCOURT & CHABY, 1858) e Castelo Branco (PEREIRA & MONÇÃO, 1858b), elaborados entre Agosto de 1857 e Março de 1858, foram publicados com as respectivas listagens de avaliações no *Diario do Governo* e também no *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Commércio e Indústria (BMPOCI)*.

Os restantes relatórios distritais que foi possível localizar, elaborados entre Maio de 1858 e Março de 1860, estão publicados no citado *Boletim* e alguns também no *Diario do Governo* (ou, a partir de Novembro de 1859, no *Diario de Lisboa*). Infelizmente, a maioria deles estão publicados sem as importantes listagens de avaliações<sup>14</sup>. As duas excepções são os relatórios de Bragança (SILVA, 1860) e Faro (AROUCA & VILA LOBOS, 1858), estes sim publicados com as respectivas listagens. O relatório relativo ao distrito de Angra do Heroísmo não chegou a ser publicado, ou não

<sup>14</sup> Aveiro (SILVA, 1859), Beja (AROUCA & CHABY, 1858), Braga juntamente com o Porto (NUNES & RIBEIRO, 1858b), Coimbra (TEIXEIRA DA SILVA & SILVA, 1859b), Évora (MOURÃO & MOURÃO, 1858), Funchal (OLIVEIRA, 1859), Guarda (NEVES, 1859b), Horta (VALE, 1859), Ponta Delgada (SILVEIRA, 1859), Portalegre (BREDERODE, 1858), Viana do Castelo (RIBEIRO & VALE, 1859), Vila Real (HEITOR, 1860) e Viseu (PIRES, 1858).

consegui localizar essa publicação, como também não localizei qualquer outro registo do mesmo.

Em 1859, o inspector geral publicou o primeiro volume de um relatório sobre os trabalhos da Inspeção Geral dos Pesos e Medidas, no qual reproduz os relatórios de Coimbra, Lisboa e Porto (FRADESSO DA SILVEIRA, 1859). Desta vez foram incluídas as listagens de Coimbra (TEIXEIRA DA SILVA & SILVA, 1859a) e Porto (NUNES & RIBEIRO, 1858a), que não tinham aparecido na publicação inicial. Infelizmente, os volumes seguintes desta obra, em que apareceriam os relatórios e listagens dos restantes distritos, não chegaram a ser publicados. O relatório do distrito da Guarda, um dos mais completos, é também um dos que foram publicados sem a listagem das avaliações por município. No entanto, essa listagem conserva-se em transcrição integral num livro de registo de correspondência expedida pela Inspeção de Pesos e Medidas desse distrito (NEVES, 1859a). Sobre o itinerário e os trabalhos do inspector Francisco A.S. Neves, ver o estudo inicial de GOMES et al (2017).

#### **IV.2 Outras avaliações de padrões manuelinos**

Ao conjunto de dados provenientes das avaliações de 1857-1860, são acrescentados mais alguns colhidos por diversas vias:

- Pilha manuelina de quintal pertencente à Confraria de Santo Elói, entidade que foi durante séculos responsável pelas aferições no concelho de Lisboa (COSTA GOMES, 1942, p. 39-40; sobre as suas características e datação ver acima a secção III.5);
- Duas pilhas manuelinas pertencentes à Câmara Municipal de Évora, uma de quintal e a outra de arroba<sup>15</sup>;
- Pilha manuelina de quintal existente no Museu de Aveiro, de que apenas se conserva a caixa<sup>16</sup>;
- Pilha manuelina de quintal pertencente ao Machico e pilhas manuelinas de meio quintal pertencentes à Calheta e Ponta do Sol (MENESES, 1850, p. 50-57);
- Duas pilhas de quintal manuelinas, escolhidas entre os muitos padrões de pesos e medidas que em 1817-1819 foram remetidos pelos municípios ao Arsenal Real do Exército de Lisboa para avaliações<sup>17</sup>;
- Pilha manuelina de meio quintal existente no Museu dos Biscainhos, Braga (Fig. 4 e 5)<sup>18</sup>;

<sup>15</sup> Estas avaliações constam do inventário da Oficina do Aferidor Municipal a que tive acesso por amável deferência da Casa da Balança / Núcleo Museológico de Metrologia da Câmara Municipal de Évora. Pilha de quintal: caixa = 2 arrobas = 28.940 kg, arroba = 14.640 kg, meia arroba = 7.308 kg, 8 arráteis = 3.592 kg, 4 arráteis = 1.83279 kg, 2 arráteis = 0.92000 kg, arrátel = 0.45863 kg. Pilha de arroba: caixa = meia arroba = 7.231 kg, 8 arráteis = 3.645 kg, 4 arráteis = 1.81164 kg, 2 arráteis = 0.89384 kg, arrátel = 0.43855 kg, marco = 0.21689 kg.

<sup>16</sup> Pesa 29.0 kg (SEABRA LOPES, 2000b, p. 64, n. 6).

<sup>17</sup> Estes padrões foram entregues à Casa da Moeda, na conformidade de um aviso do Governo datado de 1819/08/30 (SILVA LOPES, 1849, p. 19, n. 1). A entrega desses padrões foi feita a pedido de Alexandre António das Neves, provedor da Casa da Moeda. Estes dois padrões viriam mais tarde a integrar a coleção do Museu Numismático Português que, em 1942, os cedeu, juntamente com outras peças, ao Museu de Pesos e Medidas. O auto de cedência tem em anexo uma listagem das peças transferidas a qual fornece avaliações dos pesos globais das duas pilhas: 58.842 kg e 58.873 kg (Arquivo Contemporâneo do Ministério da Finanças, ref. PT-ACMF-DGFP-RP-LIS-LIS-BARTS-095). A Repartição de Pesos e Medidas realizou na mesma altura avaliações das peças individuais das duas pilhas («Museu», *Anuário de Pesos e Medidas*, n.º 3, 1942, p. 75-76). Os dois padrões estavam quase completos e tinham os seguintes pesos totais: 58.77498 kg (no padrão n.º 2314, a que faltava apenas uma das meias oitavas) e 58.84646 kg (no padrão n.º 2315, a que faltavam as duas meias oitavas). Vê-se que há pequenas diferenças relativamente às avaliações que constam no processo de cedência. Neste estudo, são usados os resultados das avaliações das peças individuais. O Museu de Metrologia do Instituto Português da Qualidade (IPQ) possui actualmente duas pilhas manuelinas de quintal bastante incompletas (n.º 449 e n.º 670). Assume-se que estas pilhas serão as que pertenceram ao Museu Numismático, embora o Museu de Metrologia apenas tenha confirmado essa origem para uma delas (n.º 449). A pilha n.º 449 tem a inscrição «1818» e a pilha n.º 670 tem a inscrição «4 [AR]R[OB]AS». Ver Fig. 1 e 2.

<sup>18</sup> Desconhece-se o município ou entidade que possuiu originalmente esta pilha. Sabe-se que deu entrada no Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa em 1918, tendo sido transferida para o Museu dos Biscainhos em 1965. Faltam nesta pilha apenas as duas peças menores (meia oitava aberta e meia oitava fechada). Pesa, segundo a medição do Museu dos Biscainhos, 29.3 kg.

- Pilha manuelina de meio quintal pertencente à Câmara Municipal de Valença, de que apenas se conserva a caixa<sup>19</sup>;
- Pilha manuelina de arroba de Vouzela, quase completa<sup>20</sup>;
- Pilha manuelina de arroba partilhada pelas terras de Tentúgal (d. Coimbra) e Ferreira de Aves (d. Viseu) <sup>21</sup>;

#### **IV.3 As pilhas referenciadas: contributo para um inventário**

Como foi referido na secção III.4, poderão ter sido distribuídas centenas de pilhas de pesos manuelinas aos concelhos do reino. Com a informação disponível, ainda é difícil saber quantas dessas pilhas existem actualmente. Muitas poderão ter-se perdido nas vicissitudes do tempo. Desde logo, um número apreciável de padrões manuelinos terão desaparecido nas invasões francesas: «*He incrível a quantidade de padrões que desaparecerão em a última invasão que soffreo o nosso reino*» (TRIGOSO, 1815, p. 373, n. 3).

Sabe-se que muitos padrões municipais de pesos e medidas foram remetidos para Coimbra ou para o Arsenal Real do Exército de Lisboa para avaliação (SILVA LOPES, 1849, p. 17-19). Os da Estremadura foram remetidos para Lisboa em 1817-1819. Os da Beira foram remetidos para Coimbra em 1819 e os do resto do país foram nos mesmos anos remetidos para o Arsenal. Vários relatórios aludem a este processo. O relatório de Leiria regista que «*algumas camaras possuíam anteriormente a 1819 bons padrões de pesos e medidas, que n'esta epocha foram mandados recolher ao Arsenal do Exército*» (BETTENCOURT & CHABY, 1858).

Por vezes, situava-se o envio dos padrões para Lisboa no tempo das invasões francesas. Assim, por exemplo, «*os antigos padrões do Barreiro, todos de Bronze, foram remetidos para o Arsenal do Exército no tempo da invasão franceza e têm a marca 'Barreiro'*» (SOUSA & GRAÇA, 1857). Também «*os antigos padrões de Coruche foram recolhidos á praça de Elvas por ocasião da invasão franceza, e foram depois remetidos para o Arsenal do Exército, segundo supposições que as pessoas mais conspícuas deste conselho fazem*» (SILVEIRA & GRAÇA, 1857). Não há, contudo, informação coeva que confirme ou torne plausível o envio dos padrões para Lisboa nesse tempo. Tudo aconteceu, sim, em 1817-1819, durante a primeira tentativa de introdução do sistema métrico decimal em Portugal.

A maioria dos padrões enviados para Lisboa nunca terão voltado às terras de origem. O relatório de Portagalre alude ao fabrico de novos padrões para substituir os padrões antigos de vários municípios: «*Em quasi todos os concelhos havia marcos de bronze, como em alguns ainda existem, mas como fossem mandados recolher a Lisboa, tiveram as camaras de mandar fazer pesos novos, copiados dos que possuíam os particulares*» (BREDEMODE, 1858). O mesmo relatório refere: «*Os pesos [no concelho de Campo Maior] são balas de ferro de diferentes tamanhos. Havia um marco de bronze que foi mandado para Lisboa e nunca mais voltou*». Esse padrão de bronze, que ainda existe, é uma pilha manuelina de meio quintal<sup>22</sup>. Em 1838, a câmara de Torres Vedras verificou «*que não havia padrões, por terem sido remetidos para o Arsenal do Exercito havia tempo, e mandou*

19 A Câmara indicou um peso de 14.240 kg, inferior ao normal. Uma segunda pesagem deu um peso de 14.265 kg. Infere-se para o arrátel um valor médio de 445.4 g. Apesar do peso inferior ao normal, esta caixa está completa, com os relevos normais, asa, articulação e fecho.

20 Conserva-se no Museu Municipal de Vouzela: a caixa (= meia arroba) pesa 7.345 kg; as restantes peças, desde 8 arrátéis até 2 oitavas, pesam em conjunto também 7.345 kg (SEABRA LOPES, 2005, p. 46-47). Faltam a oitava e as duas meias oitavas. Esta pilha de Vouzela tem a legenda habitual que alude a Dom Manuel I, mas indica uma data errada, 1422 (ver secção III.5).

21 Conserva-se apenas a caixa no Museu Nacional Machado de Castro (nº inv. MNMC12209) cujo peso foi avaliado com uma balança electrónica corrente, obtendo-se o valor de 7.3 kg. As duas terras, Tentúgal e Ferreira de Aves, estavam integradas desde a época manuelina no senhorio dos Melos, feitos sucessivamente Condes de Tentúgal, Marqueses de Ferreira de Aves e Duques de Cadaval.

22 Actualmente conservada no IPQ, Museu de Metrologia, nº 448. Ver Tabela III e Fig. 2.

*proceder à construção delles pelas medidas mais acreditadas do concelho»* (MONTEIRO JUNIOR & MAIA, 1857). Assim, do total de pilhas manuelinas que em algum momento chegaram a existir nos concelhos, muitas terão passado para Lisboa.

No caso da pilha manuelina de Elvas, sabe-se que *«foi para Lisboa em 1822 e regressou a Elvas em 1840 a instancias da câmara, tendo gravada esta última era»* (BREDERODE, 1858). Este é o único caso de devolução de um antigo padrão que foi possível documentar. Aconteceu, por outro lado, que muitas terras não enviaram os seus verdadeiros padrões. Num dos relatórios de 1857-1860, estranhando os autores a existência de padrões manuelinos em Grândola e Alcochete, comentam: *«cumprindo-se a ordem regia de 1819, deviam estes padrões existir no Arsenal do Exército, onde foram recolhidos, ficando nos concelhos somente as suas copias»* (PEREIRA & AROUCA, 1857).

Refira-se também que alguns padrões manuelinos foram transferidos entre localidades na primeira metade do século XIX. Vila Verde dos Francos, concelho extinto em 1824, viu o seu padrão de arroba ser transferido para Alenquer (MONTEIRO JUNIOR & MAIA, 1857, p. 486). A pilha de meio quintal pertencente ao concelho de Alegrete, extinto em 1855, passou para Portalegre (BREDERODE, 1858, p. 388). O concelho de Coina possuía também uma pilha de meio quintal. Quando, em 1835, esse concelho foi extinto e integrado no de Alhos Vedros, o padrão de pesos passou para Alhos Vedros. Em 1855, o concelho de Alhos Vedros foi também extinto, passando Coina para o concelho do Barreiro. Em 1857, as peças do padrão de Coina superiores a 2 arráteis estavam já no Barreiro, enquanto as peças de 2 arráteis até 2 oitavas continuavam em Alhos Vedros (SOUZA & GRAÇA, 1857). No caso de Vila do Conde, a respectiva câmara possuía dois padrões manuelinos (NUNES & RIBEIRO, 1858a). Um deles, de arroba, actualmente desaparecido, poderá ter sido o padrão de Azurara, concelho extinto e integrado no de Vila do Conde em 1836. O outro padrão foi dado, talvez por lapso, como sendo de meio quintal. Certo é que o Museu de Vila do Conde possui actualmente um padrão manuelino de quintal.

Depois das avaliações de 1817-1819, os padrões de pesos e medidas feitos de materiais pouco resistentes (barro, folha de Flandres, etc.) ou que estavam em mau estado foram destruídos. Quanto aos padrões da Beira avaliados em Coimbra, os melhores terão sido remetidos para o Arsenal de Lisboa. De facto, padrões manuelinos como os de Penacova, Tavares e Trancoso encontram-se actualmente no acervo proveniente do Arsenal (ver Tabela III). Alguns dos padrões de pesos e medidas remetidos ao Arsenal do Exército foram de imediato entregues à Casa da Moeda, Academia Real das Ciências de Lisboa e Real Museu da Ajuda para os conservarem como *«monumento de antiguidade»* (SILVA LOPES, 1849, p. 19, n. 1). Em 1942, a colecção da Casa Moeda, que incluía duas pilhas manuelinas de quintal, foi transferida para o Museu de Pesos e Medidas (ver acima a nota 17). Por sua vez, a colecção da Academia das Ciências, que incluía uma pilha manuelina de meio quintal, foi transferida para o mesmo museu no ano seguinte (COSTA GOMES, 1943). O acervo desse museu passou posteriormente para o Museu de Metrologia do Instituto Português da Qualidade, onde actualmente se encontra. Quanto à colecção de pesos e medidas do Real Museu da Ajuda, já em 1943 se lhe tinha perdido o rasto: *«Desta colecção não conseguimos encontrar vestígios, apesar das diligências que fizemos e do interesse que pelo assunto tomou o actual conservador do palácio»* (COSTA GOMES, 1943, p. 9).

A maior parte dos padrões de pesos e medidas reunidos no Arsenal em 1817-1819 por lá continuavam em meados do século XIX (SILVA LOPES, 1849, p. 19, n. 1). Sabe-se que, no início do século XX, *«muitos jogos completos de antigos pesos e medidas»* continuavam a integrar a colecção do *«esplendido museu do Arsenal do Exército»* (PEREIRA, 1900, p. 18). O Museu Militar de Lisboa, herdeiro do antigo Museu de Artilharia, ou do Arsenal, não possui actualmente quaisquer padrões de pesos. Entretanto, o Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, fundado em 1884,

possui uma colecção de 83 pilhas de pesos, das quais 58 são manuelinas. Vários desses exemplares conservam inscrições ou letreiros que identificam os municípios a que pertenceram (ver Tabela III). Embora a Sociedade de Geografia e o Museu Militar não o consigam confirmar, assumo que serão estes os padrões de pesos conservados no Arsenal do Exército até ao início do século XX.

Focando nas pilhas manuelinas da Sociedade de Geografia, é de referir que, na grande maioria dos casos, estão muito incompletas. Em 72% dos casos, conserva-se apenas a caixa. Conservam-se apenas 4% das peças interiores. Em dois casos, a caixa não tem a tampa. Muitos exemplares sofreram restauros ao longo do tempo, evidenciando componentes (fechos, dobradiças, ligamentos) não originais. Num caso, a tampa é não manuelina.

Tabela III – Inscrições e letreiros identificativos encontrados em várias pilhas de pesos manuelinas ( SGL = Sociedade de Geografia de Lisboa, MNMC = Museu Nacional Machado de Castro, MM = Museu de Metrologia do IPQ, MME = Museu Municipal de Estremoz )

Referência	Inscrições e Letreiros
MM 448	«CONC[ELH]O D[E] CAMP[O] M[AI]OR» (inscrito no bordo da tampa)
MM 672	«PELA.CAMARA.PROCURADOR ANT[ONI]O IOAQ[UI]M NUNES, ANNO, 1795» (inscrito lateralmente)
MME	«Estremoz» (inscrito na tampa)
MNMC 12209	«TENTUGAL FERREIRA D'AUES» (pintado lateralmente)
SGL 10	«DO CONCELHO DE FREIXO D'ESP[AD]A C[INT]A» (pintado lateralmente)
SGL 11	«CARAZEDA» (pintado no interior da tampa)
SGL 13	«VILA NOVA D'ANÇOS» (pintado lateralmente)
SGL 14	«T[A]V[AR]ES» (inscrito lateralmente)
SGL 28	«CAS», «TRO», «U[ER]DE» (inscrito na tampa)
SGL 36	«Garvão» (inscrito na caixa)
SGL 37	«ESTE PADRAÕ HE DA CAMERA DE BENAVENTE FOI CONSERTADO EM O ANNO DE 1797 NA CASA DA AFIRICAÕ DA CID[AD]E DE L[I]X[BOA] // SENDO PROCURADOR DA D[IT]A CAMERA JOAOM DA SILVA SALGADO» (inscrito lateralmente em duas linhas junto à base)
SGL 42	«TRANC[OSO]» (pintado lateralmente)
SGL 45	«PENACOVA» (pintado lateralmente)
SGL 48	«Garvão» (inscrito na tampa)
SGL 56	«Ourique» (inscrito na tampa)
SGL 59	«OD[EMIR]A» (inscrito na tampa)
SGL 60	«ALGARVE», «LAGOS» (inscrito na tampa)

Quanto às pilhas que ficaram nos (ou foram devolvidas aos) municípios, a principal fonte de informação é o conjunto dos relatórios das avaliações de 1857-1860. No entanto, é de notar que, enquanto alguns relatórios mostram uma clara preocupação em identificar o estado e a origem das peças avaliadas, outros são bastante mais lacónicos. O relatório do distrito de Viseu, por exemplo, refere a existência de pilhas manuelinas e, para mais pormenores, manda consultar a tabela das comparações. No entanto, essa tabela não foi incluída na publicação. Nesse distrito, foi possível localizar três pilhas de arroba manuelinas, as de Ferreira de Aves (partilhada com Tentúgal), Tavares

(c. Mangualde) e Vouzela, mas é natural que existam ou tenham existido outras. Os relatórios de Beja, Bragança, Vila Real e Horta não fazem referência a padrões manuelinos. Alguns contactos com museus permitiram localizar vários exemplares não referidos nos relatórios.

Na Tabela IV, apresenta-se uma listagem de todos os municípios em que está referenciada a existência de padrões manuelinos, incluindo os municípios cujos padrões foram remetidos para Coimbra ou para o Arsenal em 1817-1819, e que actualmente se conservam bem identificados em vários museus, e os municípios que ainda possuem os seus padrões, ou pelo menos os possuíam em 1857/1860. Não sendo ainda fácil estabelecer uma separação clara entre os exemplares da série inicial, presumivelmente produzidos em 1499-1504, e os exemplares produzidos posteriormente, seguindo o mesmo desenho (ver secção III.5), optou-se por incluir todos os exemplares conhecidos, mesmo quando seguem o desenho inicial de forma grosseira. É de referir que, dos 50 exemplares ainda existentes nos municípios em 1857-1860, desapareceram 20. É provável que integrem actualmente colecções nacionais e internacionais. Por outro lado, dos 36 exemplares ainda hoje conservados nos municípios ou regiões de origem, apenas 6 não estão referenciados nos relatórios de 1857-1860 que foi possível consultar.

Tabela IV – Distritos e municípios com pilhas de pesos manuelinas referenciadas

Distrito	Concelho	Arrobas	Localização atual	Referências <sup>23</sup>
Aveiro	Arouca	2	Museu de Arte Sacra de Arouca	[27] [30]
Aveiro	Aveiro	4	Museu de Aveiro	[24]
Beja	Castro Verde	2	Sociedade Geografia Lisboa, nº 28	
Beja	Garvão	2	Sociedade Geografia Lisboa, nº 36 e 48	
Beja	Odemira	2	Sociedade Geografia Lisboa, nº 59	
Beja	Ourique	2	Sociedade Geografia Lisboa, nº 56	
Beja	Vila Nova da Baronia	1	Junta Freguesia de V.N. Baronia	
Bragança	Freixo de Espada Cinta	1	Sociedade Geografia Lisboa, nº 10	
Bragança	Carrzeda de Ansiães	1	Sociedade Geografia Lisboa, nº 11	
Castelo Branco	Covilhã	4	//paradeiro desconhecido	[20]
Castelo Branco	Penamacor	2	//paradeiro desconhecido	[20]
Coimbra	Arganil	2	Reservas do Município de Arganil	[32]
Coimbra	Cantanhede	2	//paradeiro desconhecido	[32]
Coimbra	Coimbra	4	MNMC, nº 12208	[10][25][32][33]
Coimbra	Lousã	2	Museu Municipal da Lousã	[32] [35]
Coimbra	Montemor-o-Velho	2	Mus. Mun. Santos Rocha, Fig. Foz	[32]
Coimbra	Penacova	2	Sociedade Geografia Lisboa, nº 45	
Coimbra	Penela	2	Câmara Municipal de Penela	[32]
Coimbra	Vila Nova de Anços	1	Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 13	
Coimbra / Viseu	Tentúgal / Ferreira de Aves	1	Mus. Nac. Mach. Castro, nº 12209	[25]
Évora	Alcáçovas?/Évora	1 (?)	C.M.E, Casa da Balança, nº 2 (?)	[13] [8]

23 Referências: [1] ABREU & RODRIGUES, 2007; [2] Anuário de Pesos e Medidas, nº 3, 1942, p. 75-76; [3] AROUCA & VILA LOBOS, 1858; [4] BETTENCOURT & CHABY, 1858; [5] BICHO, 2002, p. 101; [6] BREDERODE, 1858; [7] COSTA GOMES, 1942, p. 39-40; [8] ESPANCA, 1966, p. 251; [9] Lisboa Quinhentista, p. 145-146; [10] MELO, 1816; [11] MENESES, 1850, p. 50-57; [12] MONTEIRO JUNIOR & MAIA, 1857; [13] MOURÃO & MOURÃO, 1858; [14] NEVES, 1859a; [15] NEVES, 1859b; [16] NUNES & RIBEIRO, 1858a; [17] OLIVEIRA, 1859; [18] PEREIRA & AROUCA, 1857; [19] PEREIRA & MONÇÃO, 1858a; [20] PEREIRA & MONÇÃO, 1858b; [21] PINHO LEAL, 1873-1890, I, p. 103; [22] PINHO LEAL, 1873-1890, III, p. 333-335; [23] PIRES, 1901, p. 227-228; [24] SEABRA LOPES, 2000b, p. 64, e n. 6.; [25] SEABRA LOPES, 2003, p. 152-153; [26] SEABRA LOPES, 2005; [27] SILVA, 1859; [28] SILVEIRA & GRAÇA, 1857; [29] SILVEIRA, 1859; [30] SIMÕES JUNIOR, 1960, p. 12; [31] SOUSA & GRAÇA, 1857; [32] TEIXEIRA DA SILVA & SILVA, 1859a; [33] TEIXEIRA DA SILVA & SILVA, 1859b; [34] TEIXEIRA DE ARAGÃO, 1867, p. 132, nº 52; [35] LEITE DE VASCONCELOS, [<1941] 1988, X, p. 32; [36] PIMENTA, 1886, p. 26.

Évora	Estremoz	4	Museu Municipal de Estremoz	[13]
Évora	Évora	4	C.M.Évora, Casa da Balança, nº 1	[13] [8]
Évora	Portel	2	//paradeiro desconhecido	[13]
Évora	Viana do Alentejo	2	//paradeiro desconhecido	[13]
Évora	Vila Viçosa	2	Mus. Agríc. Etnográf. Vila Viçosa	[13]
Faro	Lagos	4	Sociedade Geografia Lisboa, nº 60	
Faro	Tavira	4	Museu Municipal de Tavira	[3]
Funchal	Calheta	2	Museu A Cidade do Açúcar	[17] [11]
Funchal	Machico	4	Museu A Cidade do Açúcar	[17] [11]
Funchal	Ponta do Sol	2	Museu A Cidade do Açúcar	[17] [11]
Guarda	Aguiar da Beira	1	//paradeiro desconhecido	[14] [15]
Guarda	Celorico da Beira	2	//paradeiro desconhecido	[14] [15]
Guarda	Gouveia	2	//paradeiro desconhecido	[14] [15]
Guarda	Guarda	4	Museu da Guarda	[14][15][22]
Guarda	Manteigas	1	//paradeiro desconhecido	[14] [15]
Guarda	Sabugal	1	//paradeiro desconhecido	[14] [15]
Guarda	Seia	2	//paradeiro desconhecido	[14] [15]
Guarda	Trancoso	2	Sociedade Geografia Lisboa, nº 42	
Guarda	Valhelhas	1	//paradeiro desconhecido	[14] [15]
Leiria	Alcobaça	2	Câmara Municipal de Alcobaça	[4]
Leiria	Batalha	2	Mus. Comunid. Concelhia da Batalha	[4]
Leiria	Óbidos	2	//paradeiro desconhecido	[4]
Leiria	Pombal	2	Museu Marquês de Pombal	[4]
Lisboa	Lisboa	2	//paradeiro desconhecido	[34]
Lisboa	Lisboa (Santo Elói)	4	IPQ, Museu de Metrologia, nº 669	[7]
Lisboa	Sintra	2	//paradeiro desconhecido	[12]
Lisboa	V.V. Francos / Alenquer	1	Museu Mun. Hipólito Cabaço	[12] [21]
Ponta Delgada	Ponta Delgada	2	//paradeiro desconhecido	[29]
Portalegre	Alegrete / Portalegre	2	Museu Municipal de Portalegre	[6]
Portalegre	Alpalhão	1	Museu do Bordado e do Barro	[6]
Portalegre	Campo Maior	2	IPQ, Museu de Metrologia, nº 448	
Portalegre	Elvas	4	Câmara Municipal de Elvas	[6] [23]
Portalegre	Barbacena? Vila Fernando?	2	Câmara Municipal de Elvas	[6] [23]
Portalegre	Marvão	2	Museu Municipal de Marvão	[6]
Portalegre	Monforte	2	C.M. Monforte, mas furtada em 2014	[6]
Portalegre	Montalvão	1	Museu do Bordado e do Barro	[6]
Portalegre	Nisa	2	Museu do Bordado e do Barro	[6]
Porto	Azurara(?) Vila do Conde	1	//paradeiro desconhecido	[16]
Porto	Vila do Conde	4	Museu de Vila do Conde	[16]
Santarém	Benavente	2	Sociedade Geografia Lisboa, nº 37	
Santarém	Torres Novas	4	Museu Municipal Carlos Reis	[28] [5]
Setúbal	Alcochete	2	Museu Municipal de Alcochete	[18]
Setúbal	Aldeia Galega do Ribatejo	2	//paradeiro desconhecido	[19]
Setúbal	Almada	2	Museu Arq. Hist. Local Almada	[31]
Setúbal	Coina/Alhos Ved. / Barreiro	2	//paradeiro desconhecido	[31] [36]
Setúbal	Grândola	1	//paradeiro desconhecido	[18]

Viana Castelo	Viana do Castelo	4	Museu de Artes Decorativas [1]
Viana Castelo	Valença	2	Núcleo Mus. Municipal Valença
Viseu	Tavares	1	Sociedade Geografia Lisboa, nº 14
Viseu	Vouzela	1	Museu Municipal de Vouzela [26]

Como se vê, os distritos com mais exemplares referenciados são Guarda (9 exemplares), Portalegre (9), Coimbra (também 9, um dos quais partilhado com Viseu), Évora (7), Beja (6) e Setúbal (5). É notória a escassez de padrões manuelinos referenciados na região norte do país. De facto, em toda a região norte, apenas estão referenciados padrões manuelinos em cinco municípios (Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada Cinta, Valença do Minho, Viana do Castelo e Vila do Conde), existindo ainda um exemplar sem origem identificada no Museu dos Biscainhos (Braga, ver acima nota 18). Este facto sugere que a reforma manuelina dos pesos terá tido pouco sucesso na região norte. A própria cidade do Porto tinha e tem um padrão datado de 1758, sugerindo que só na época pombalina terá aderido ao sistema legal. Futuros estudos poderão confirmar ou desmentir esta hipótese.

Entretanto, encontram-se antigos padrões de pesos e medidas em outros museus e colecções, não sendo claro que provenham do acervo reunido inicialmente no Arsenal. O Museu Arqueológico do Carmo já em 1871 possuía, por depósito de Pedro de Alcântara, uns «*pesos de um marco, de bronze, com lavores, do seculo XV*» (Museu do Carmo, 1876, p. 41; PEREIRA, 1900, p. 18), que serão a pilha manuelina de quintal que hoje ali se conserva (col. Pesos e Medidas, nº 20). Por sua vez, o Museu Nacional de Arte Antiga possui duas pilhas manuelinas, uma de quintal, legada por Francisco Barros de Sá (nº inv. 429-Met), e outra de meio quintal (nº inv. 88-Met). No Museu de Lisboa existe outra pilha de meio quintal, pertencente à colecção Keil do Amaral (nº inv. MC.DEP0007). No Museu dos Biscainhos, Braga, existe mais uma pilha de meio quintal (ver acima nota 18 e no fim as figs. 4 e 5). Nenhum destes exemplares tem origem conhecida. Alguns poderão ter sido recolhidos nas câmaras depois das avaliações de 1857-1860. Três dos exemplares existentes no Museu de Metrologia do IPQ (nº inv. 444, 447 e 672) poderão também ter sido recolhidos nas câmaras.

A única inventariação das pilhas de pesos manuelinas até agora disponível identifica 41 exemplares em diferentes pontos do país (SEABRA LOPES, 2003, p. 151-154). Com o conjunto de informações agora reunidas, o número de pilhas manuelinos referenciadas sobe para 128, em que se incluem 23 pilhas de quintal, 70 de meio quintal e 35 de arroba (ver Tabela V). É possível que alguns dos padrões desaparecidos dos municípios depois de 1857-1860 se incluam nos 8 padrões para os quais não há evidência de terem feito parte do acervo do Arsenal do Exército. Assim, com maior rigor, diremos que o número total de pilhas manuelinas referenciadas se situa entre 120 e 128.

Tabela V – Resumo geral das pilhas de pesos manuelinas referenciadas

Localização	Quintal	Meio quintal	Arroba	Total
Pilhas actualmente conservadas nos municípios ou regiões originais (ver Tabela IV)	12	18	6	36
Pilhas existentes nos municípios na segunda metade do século XIX, com paradeiro actual desconhecido (ver Tabela IV)	1	15	5	21
Pilhas remetidas para Coimbra ou Lisboa em 1817-1819 com origem identificada (Tabela IV)	1	8	5	14
Pilhas remetidas para Coimbra ou Lisboa em 1817-1819 sem origem identificada <sup>24</sup>	7	25	17	49
Pilhas sem origem identificada existentes em outras colecções (ver texto)	2	4	2	8
Total	23	70	35	128

#### **IV.4 O arrátel calculado a partir das pilhas manuelinas**

Por regra, os inspectores de pesos e medidas excluíram da avaliação peças de alguma forma mutiladas ou incompletas. Em alguns casos, por falta de balança apropriada, não avaliaram as peças maiores, especialmente as de 2 arrobas. Além disso, algumas tabelas só fornecem avaliações para um subconjunto das peças. Por exemplo, na tabela relativa a Cascais, Sintra, Mafra, Torres Vedras, Lourinhã e Cadaval, apenas constam avaliações para as peças de arroba, meia arroba, quarta de arroba e arrátel. De todos estes factores resultou que o número de peças avaliadas em cada município foi bastante variável.

Certamente, esta informação não está livre de erros, originados quer no próprio procedimento de avaliação, quer no registo e transmissão da informação. No caso de Coimbra, que tinha um padrão manuelino de quintal, existem três avaliações independentes que não coincidem. No início do século XIX, Manuel Pedro de Melo, lente de matemática na Universidade de Coimbra, avaliou as peças de 2, 1 e 0.5 arráteis, permitindo inferir para o arrátel uma média ponderada de 458.6 g<sup>25</sup>. O padrão de Coimbra conserva-se actualmente incompleto no Museu Nacional Machado de Castro. As únicas peças existentes, que são a caixa (= 2 arrobas), a arroba e a meia arroba, pesam em conjunto 51.3 kg, permitindo inferir um arrátel de 458.0 g<sup>26</sup>. Estas duas avaliações, contrastam com a avaliação oficial de 1859, da qual se infere para o arrátel uma média ponderada de 464.7 g<sup>27</sup>. A existência de erro na avaliação oficial de 1859 parece plausível, não só porque o valor médio obtido não coincide minimamente com o do arrátel legal, mas também porque o arrátel que se infere de cada uma das cinco peças avaliadas em 1859 varia entre 459.5 g e 478.5 g. Optei por excluir a avaliação mais discrepante (peça de meia arroba). Para as restantes peças em que temos mais do que uma avaliação, optei por trabalhar com a média.

Na inventariação actualmente disponível, constam avaliações para apenas 16 pilhas manuelinas (SEABRA LOPES, 2003, p. 151-154). Com base nessas avaliações, foi possível inferir um arrátel médio de 457.3 g (mediana: 456.7 g), com um desvio padrão de 3.858 g. Com a recolha mais

<sup>24</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 1, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 15, 16, 17, 18, 21, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 (tampa) / 48 (caixa), 38, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 61, 63, 67 e mais sete sem número; IPQ, Museu de Metrologia, nº 449 e 670; Museu Nacional Machado de Castro, nº 8241 (só tampa). Admite-se que este último poderá ser um dos que foram avaliados em Coimbra em 1817-1819, não tendo chegado a ser enviado para o Arsenal.

<sup>25</sup> 2 arráteis = 919.5 g, arrátel = 458.0 g, 1.5 arráteis=686.2 g (MELO, 1816).

<sup>26</sup> Nº Inv. MNMC12208. Avaliação realizada pelo autor com uma balança electrónica corrente.

<sup>27</sup> 2 arrobas = 29.719 kg, arroba = 14.715 kg, 16 arráteis = 7.6561 kg, 8 arráteis = 3.681 kg, arrátel = 459.5 g (TEIXEIRA DA SILVA & SILVA, 1859a).

exaustiva que aqui se apresenta, o número de pilhas manuelinas avaliadas sobe para 42. A análise que se segue assenta, portanto, numa amostra bastante mais alargada.

Além de suportado por uma amostra maior, este estudo baseia-se também numa análise mais fina dos dados. Desde logo, alguns municípios tinham um padrão manuelino com falta de algumas peças, tendo adquirido outras para completar o conjunto. Era o caso de Pombal, onde os pesos de arrátel para baixo não pertenciam ao padrão manuelino original desta vila. No Barreiro, eram usadas algumas peças de um padrão manuelino proveniente de Coima, estando as restantes peças desse padrão, de 2 arrátéis para baixo, em Alhos Vedros. O Barreiro tinha completado o seu padrão com peças de latão. No caso do Machico, a avaliação de 1849 inclui o peso do arrátel (444.6 g) na tabela e relega o peso da «*meia arroba do marco antigo*» (manuelino) para nota de rodapé. Essa meia arroba permite inferir um arrátel quase normal de 455.0 g. Deduz-se portanto que a pilha antiga (manuelina) não era usada, e que, em lugar do arrátel manuelino, se usava um arrátel claramente inferior. Nestes casos de Pombal, Barreiro e Machico, das 25 peças avaliadas, foram consideradas apenas as avaliações das 8 peças manuelinas.

Por outro lado, alguns padrões municipais manuelinos possuíam algumas peças que, atendendo ao seu peso, também não podem ser consideradas como peças manuelinas originais. O caso mais gritante é o de Penamacor, onde as peças de arrátel (408.4 g) e meio arrátel (208.6 g), atendendo ao seu peso, nada podiam ter de manuelino. Na sequência desta constatação, a câmara de Penamacor pediu a correção do seu padrão pelo de Lisboa, tendo em seguida reafirmado os pesos do conelho.

Nos restantes casos, foram tratadas como não manuelinas as peças de que se inferem arrátéis fora do intervalo definido por um desvio de 10 g para mais ou para menos relativamente aos 459 g do arrátel legal do século XIX<sup>28</sup>. A Batalha, por exemplo, possuía um padrão manuelino em que as peças maiores, de 2 arrobas até 8 arrátéis, se baseavam num arrátel em torno de 455.2 g, próximo do arrátel do sistema legal. Das restantes peças desse padrão, inferem-se arrátéis de 439.9, 447.8 e 473.6 g. A Tabela VI identifica outros casos semelhantes em que, de um total de 89 peças, ficam excluídas 31, por se afastarem significativamente da base ponderal manuelina. Entre as peças miúdas de outros padrões, de 2 onças para baixo, foram excluídas mais 13 peças<sup>29</sup>.

É possível que algumas destas peças, com peso não compatível com a origem manuelina, sejam ainda assim originais manuelinos, resultando o peso anormal de alterações intencionais que tenham sofrido. Essa possibilidade é ilustrada pelo caso de Figueiró dos Vinhos, cujo padrão municipal não era manuelino e que, ainda assim, evidenciava discrepâncias significativas. A inspeção de pesos e medidas observou:

*«Posto que em todos os concelhos se achassem estas diferenças e desigualdades da relação dos multiplos com os submultiplos, em nenhum a comissão as encontrou tamanhas como em Figueiró dos vinhos. [...] A comissão suppoz logo que os pesos tinham sido cerceados, pois só com o uso não podia haver tão extraordinaria diminuição, do que perfeitamente se convenceu quando a Camara lhe afirmou que, tendo suspeitas de que no açougue se vendia por pesos cerceados, mandára para o talho os proprios padrões da camara com um empregado para assistir ás pesagens. Naturalmente, de abandonar o empregado o serviço de que era encarregado, resultou o ser mais facil o cerceamento do padrão da camara do que o augmento dos pesos do cortador.» (BETTENCOURT & CHABY, 1858)*

<sup>28</sup> Foram tidos em consideração os valores do desvio padrão simples (14.5 g) e desvio padrão ponderado (14.9 g) calculados no conjunto de todos os padrões municipais (manuelinos ou não) avaliados em 1857-1860.

<sup>29</sup> Alcobaça (2 onças), Almada (2 oitavas), Covilhã (2 onças), Lousã (onça e meia onça), Montemor-o-Velho (meia onça), Óbidos (cinco peças de 2 onças para baixo) e Vila do Conde (2 onças).

Tabela VI – Pilhas manuelinas com peças divergentes: nº de peças avaliadas, nº de peças alinhadas com o sistema legal, arrátel médio calculado com as peças alinhadas, arrátéis calculados com as peças divergentes

Localidade	#peças	#alinhadas	Arrátel médio (g)	Arrátéis inferidos das peças não alinhadas (g)
Aguiar da Beira	8	5	462.1	433.1 (marco e 2 onças), 449.2 (quarta de arrátel)
Alcochete	5	2	457.0	447.9 (arrátel, 1/4 arrátel, onça)
Batalha	14	9	455.2	439.9 (2 arrátéis) 447.8 (arrátel, marco, meia onça), 473.6 (oitava de onça)
Calheta	2	1	455.3	448.3 (arrátel)
Évora (quintal)	7	6	454.6	449.0 (8 arrátéis)
Alcácovas(?) / Évora (arroba)	6	3	453.1	437.0 (arrátel, marco), 446.9 (2 arrátéis)
Gouveia	8	6	455.9	428.0 (1/4 arrátel), 440.0 (marco)
Manteigas	9	7	456.0	448.0 (onça), 560.0 (2 onças)
Penamacor	8	5	460.4	410.7 (arrátel, marco) 428.8 (oitava de onça)
Sabugal	6	3	453.1	429.3 (marco, 1/4 arrátel), 441.0 (arrátel)
Seia	8	6	459.9	448.0 (arrátel, 2 onças)
Valença	1	0	-	445.4 (arroba)
Valhelhas	8	6	456.5	446.1 (marco, 1/4 arrátel)

Globalmente, de um total de 326 peças avaliadas em padrões manuelinos, foram excluídas 17, por reconhecidamente não pertencerem à pilha manuelina original, e mais 44, por o seu peso não ser compatível com tal origem. O estudo da base ponderal manuelina baseia-se portanto nas avaliações das restantes 265 peças. A Tabela VII apresenta para cada tipo de peça, o número de avaliações disponíveis, o peso médio, o arrátel mínimo, máximo e médio que se infere para esse tipo de peça e o desvio padrão associado a essa média. O meio quintal e as peças inferiores à onça tem uma presença marginal na amostra, apenas 8.7%. As peças com maior número de avaliações são a meia arroba (33 avaliações), os 8 arrátéis (32), o arrátel (30), a arroba (29), os 4 arrátéis (28) e os 2 arrátéis (26).

Num estudo anterior foi possível obter um arrátel médio de 457.3 g e uma mediana de 456.7 g, levando a colocar-se a possibilidade de o arrátel manuelino ter sido originalmente inferior ao arrátel legal do século XIX (SEABRA LOPES, 2003, p. 153-154). O presente estudo vem dar uma base mais sólida a essa hipótese. Na verdade, o arrátel médio calculado a partir das 265 peças avaliadas é de 457.4 gramas com um desvio padrão de 3.2 g. Usando como ponderação o peso nominal em arrátéis, obtém-se para o arrátel uma média ponderada de 458.0 g, com um desvio padrão ponderado de 2.9 g. Por sua vez, a mediana é de 457.9 g. Da média das três indicações (média simples, média ponderada e mediana), resulta um valor de 457.8 g para o arrátel. Este valor coincide de forma flagrante com o que se infere do já citado documento de 1544 (secção II; PELLICER I BRU & GOMES MARQUES, 1985). Por outras palavras, o presente estudo sugere que o valor de referência a considerar para o arrátel manuelino deva ser o de 457.8 g.

A Tabela VIII apresenta uma síntese das avaliações por município. Para cada pilha avaliada, indica-se o tipo (número de arrobas), o número de peças avaliadas (excluindo as que foram consideradas divergentes) e o valor médio do arrátel, também calculado como média ponderada pelo peso nominal.

Tabela VII – O arrátel segundo as avaliações de padrões municipais munuelinos

Peça	Arráteis	Nº aval.	Peso médio (kg)	Arrátel (g)			
				Mínimo	Máximo	Média	Desv. Padrão
½ oitava	1/256	1	0.001782	456.2	456.2	456.2	0.0
oitava	1/128	4	0.003574	457.5	467.2	460.7	3.9
2 oitavas	1/64	6	0.007049	451.1	460.8	457.4	3.1
½ onça	1/32	6	0.01407	450.2	459.5	456.6	3.1
onça	1/16	11	0.02830	452.8	465.6	458.0	3.7
½ quarta	1/8	13	0.05650	452.0	468.0	457.5	3.9
quarta	¼	20	0.1126	450.4	464.0	455.6	3.6
marco	½	18	0.2250	450.0	459.5	456.2	3.1
arrátel	1	30	0.4500	450.0	459.5	456.4	2.4
2 arráteis	2	26	0.9000	450.0	460.0	456.7	2.8
4 arráteis	4	28	1.802	450.5	460.6	457.0	2.6
8 arráteis	8	32	3.622	452.8	467.1	458.3	2.7
¼ arroba	16	33	7.231	451.9	468.8	458.6	3.6
arroba	32	29	14.500	453.1	462.5	458.1	2.0
½ quintal	64	8	28.940	452.2	461.2	457.4	3.2
Todas	-	265	-	450.0	468.8	457.4	3.2
Arrátel: média geral ponderada						458.0	2.9
Arrátel: mediana						457.9	-

## V. Conclusão

As pilhas de pesos manuelinas são monumentos bem conhecidos. Se a reforma manuelina dos pesos tivesse sido rigorosamente cumprida, cada um dos mais de 600 municípios então existentes no reino teria adquirido um padrão manuelino. No entanto, sabe-se que os municípios mais pequenos e pobres procuraram, e em alguns casos conseguiram, ser dispensados da obrigação de possuir um padrão de pesos. Dos exemplares que efectivamente existiram nos concelhos, alguns terão desaparecido nas invasões francesas (1807-1810). Em 1817-1819, no âmbito da primeira tentativa de introdução do Sistema Métrico Decimal, muitos destes padrões foram enviados para Coimbra ou para Lisboa para avaliações. Alguns conservam-se em museus centrais, mas não se sabe quantos se terão perdido. É sabido também que um número indeterminado de exemplares circula no mercado internacional de antiguidades. Todos estes factores dificultam a tarefa de saber quantos e quais municípios chegaram a possuir padrões manuelinos. No presente artigo, ofereceu-se um inventário com 128 exemplares referenciados, existindo avaliações para 42 deles. A existência de variações nas características exteriores de diferentes exemplares leva a supor que estes monumentos não terão sido produzidos numa série única em 1499-1504, mas sim num período de tempo mais prolongado, à medida que os municípios iam aderindo à reforma. Considera-se, no entanto, que a grande maioria dos exemplares referenciados datarão da primeira metade do século

XVI. Com base num tratamento criterioso dos resultados das avaliações disponíveis, propõe-se para o arrátel manuelino um valor de referência de 457.8 g. Com a informação recolhida neste artigo, é possível afirmar que a reforma dos pesos empreendida por Dom Manuel I não tem paralelo na Europa dos séculos XV e XVI. Destaca-se pelo grande número das pilhas distribuídas, pela enorme dimensão dessas pilhas e pela decoração.

Tabela VIII – O valor do arrátel em diferentes municípios calculado com base nas respectivas pilhas manuelinas

Concelho / loc.	Arro- bas	Pe- ças	Arrátel (g)	Concelho / loc.	Arro- bas	Peças	Arrátel (g)
Aguiar da Beira	1	5	462.1	Lousã	2	9	459.7
Alcobaça	2	7	454.8	Machico	4	1	455.0
Alcochete	2	2	457.0	Manteigas	1	7	456.0
Ald. Galega Ribatejo	2	5	457.6	Montemor-o-Velho	2	9	459.4
Almada	2	11	458.4	Mus. Num. Port, nº 2315	4	12	459.7
Arganil	2	9	457.8	Mus. Num. Port, nº 2314	4	14	459.2
Aveiro	4	1	453.1	Óbidos	2	9	457.8
Batalha	2	9	455.2	Penamacor	2	5	460.4
Braga, Mus. Bisc. nº 289	2	13	457.9	Penela	2	9	458.7
Calheta	2	1	455.3	Pombal	2	3	456.5
Cantanhede	2	9	456.8	Ponta do Sol	2	2	460.0
Celorico da Beira	2	7	456.1	Sabugal	1	3	453.1
Coimbra	4	7	460.1	Seia	2	6	459.9
Coina/Alh.Ved./Barreiro	2	4	463.8	Sintra	2	2	458.5
Covilhã	4	4	454.5	Tavira	4	3	456.5
Évora	4	6	454.6	Tentúgal / Ferr. Aves	1	1	456.3
Évora	1	3	453.1	Torres Novas	4	11	460.2
Gouveia	2	6	455.9	Valhelhas	1	6	456.5
Grândola	2	2	459.3	Azurara (?)/Vila do Conde	1	8	456.9
Guarda	4	6	459.6	V.Verd. Francos/Alenquer	1	2	456.2
Lisboa (Santo Elói)	4	15	459.0	Vouzela	1	11	459.3

**Agradecimento:** Vários aspectos do presente trabalho foram discutidos com especialistas de diferentes áreas, nomeadamente Jorge Custódio, Ludwig Ramacher, Mário Jorge Barroca, Otto Baumgärtel, Ritzo Holtman, Rolf Laufkoetter e Saúl António Gomes, a quem o autor agradece. O autor agradece também a Luís Aires de Barros, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), e Manuela Cantinho, curadora do Museu Etnográfico da SGL, todas as facilidades concedidas no acesso à importante colecção existente no museu, e ao Sr. Heitor Valente, funcionário do museu, pela prestimosa colaboração no manuseio das peças. Agradece-se ainda a todas as câmaras municipais e aos restantes museus que foram contactados e que tiveram a amabilidade de enviar informações e imagens.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, S., & R. RODRIGUES (2007) *Pesos & Medidas Padrão*, Museu Municipal de Viana do Castelo.
- AROUCA, A.G.R., & A.R.B. VILA LOBOS (1858) «Comparação dos Antigos Padrões Municipaes ou suas Copias existentes nos Diversos Concelhos que formam o Districto Administrativo de Faro», 1858/06/19, publ. *Diario do Governo*, nº 165, 1858/07/16, p. 876, e *BMOPCI*, 1858, 2º, p. 129-133.
- AROUCA, A.G.R., & M.B.P. CHABY (1858) «Comparações dos Antigos Padrões Municipaes ou suas Copias, existentes nos Diversos Concelhos de que se compõe o Districto Administrativo de Beja», 1858/12/13, publ. *BMOPCI*, 1859, 1º, p. 66-68.
- BARREIROS, F.J. (1838) *Memória sobre os Pesos e Medidas de Portugal, Espanha, Inglaterra e França*, Academia Real das Ciências de Lisboa.
- BARROCA, M.J. (2000) *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 3 vols., Fundação Calouste Gulbenkian.
- BETTENCOURT, J.A., & M.B.P. CHABY (1858) «Relatorio da Comissão Encarregada de Fazer as Comparações dos Pesos e Medidas dos Novos Padrões do Systema Metrico no Districto de Leiria», 1858/01/21, publ. *Diario do Governo*, nº 89, 1858/04/17, p. 501-502, e *BMOPCI*, 1858, 1º, p. 540-546 e mapa anexo.
- BICHO, J. R. (2002) *Património Artístico do Concelho de Torres Novas*, Câmara Municipal de Torres Novas.
- BLUTEAU, R. (1712-1728) *Vocabulario Portuguez*, 8 volumes + 2 de suplemento, Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa.
- BMOPCI* = *Boletim do Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853-1868.
- BRAAMCAMP FREIRE, A. (1908-1910) «Maria Brandoa. II. A Feitoria de Flandres», *Archivo Historico Portuguez*, VI, p. 322-442, VII, p. 53-79, 123-133, 196-208 e 320-326, e VIII, p. 21-33.
- BREDERODE, A.X.M.L. (1858) «Comparação das Medidas Antigas com as do Systema Metrico Decimal no Districto Administrativo de Portalegre», 1858/08/03, publ. *BMOPCI*, 1858, 2º, p. 385-394.
- CONNOR, R.D. (1987) *The Weights and Measures of England*, Science Museum, London.
- COSTA GOMES, J.R. (1942) «A Aferição dos Pesos e Balanças da Cidade de Lisboa e seu Termo», *Anuário de Pesos e Medidas*, nº 3, p. 5-70.
- COSTA GOMES, J.R. (1943) «A Colecção de Padrões e Medidas Pertencente à Academia das Ciências de Lisboa», *Anuário de Pesos e Medidas*, nº 4, p. 5-13.
- CRUZ, António (2007) *Pesos e Medidas em Portugal*, Instituto Português da Qualidade.
- CRUZ, António (2010) «Das Portugiesische 'Marco' van 1499: das Erst Massenormal, das um die Welt ging», *Maß und Gewicht: Zeitschrift für Metrologie*, nº 96, p. 2347-2356.
- CUSTÓDIO, J. (1994) «Pilha de Pesos, Protótipo do Padrão do Quintal», *O Testamento de Adão*, F.F. Paulino (coord.), Com. Nac. Comemor. Descobr. Portug., p. 132-136.
- DANFORTH, E.Z. (1988) *Nesting Weights, Einsatzgewichte and Piles À Godets: A Catalog of Nested Cup Weights in the Edward Clark Streeter Collection of Weights and Measures*, Archon Books, Hamden, Connecticut.
- DEBIAIS, V., R. FAVREAU & C. TREFFORT (2007) «L'Évolution de l'Écriture Épigraphice en France au

- Moyen Âge et ses Enjeux Historiques», *Bibliothèque de l'École des Chartes*, t. 165, p. 101-137.
- DRUMOND BRAGA, I.M.R. (1998) «A Circulação e a Distribuição dos Produtos», *Nova História de Portugal*. Volume V. *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, J. Serrão & A.H. Oliveira Marques (dir.), J.J. Alves Dias (coord. vol. V), p. 195-247.
- Elucidário* = Fr. Joaquim de Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário das Palavras Termos e Frases*, Edição Crítica de Mário Fiúza, Porto, 1965-1966. Edição original: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, Lisboa, 1798.
- ESPANCA, T. (1966) *Inventário Artístico de Portugal. VII. Concelho de Évora*, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa.
- FRADESSO DA SILVEIRA, J.H. (1857) «Officio da Comissão Central de Pesos e Medidas do Districto Administrativo de Lisboa», 1857/12/26, publ. *Diário do Governo*, nº 3, 1858/01/04, p. 13, e *BMOPCI*, 1858, 1º, p. 229-230.
- FRADESSO DA SILVEIRA, J.H. (1859) *Relatorio Dirigido ao Ill.mo Ex.mo Sr. Antonio de Serpa Pimentel [...]*, 1ª Parte, Min. Obras Públicas Comércio e Indústria, Lisboa.
- GALEGO, J. & S. DAVEAU (1986) *O Numeramento de 1527-1532: Tratamento Cartográfico*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- GAMA BARROS, H. ([1922] ~1950) «Pesos e medidas», *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV por Henrique da GAMA BARROS*, 2ª Edição, T.S. Soares (dir.), Tomo X, p. 13-115.
- GOMES, R.C., I. Lopes, I. Nabais, M. Paulino, C. Ramos, J. Sousa & J. Torres (2017) «Quando o Metro Chegou à Guarda: a Geografia dos Pesos e Medidas da Região Beirã», *Oficina de História da Guarda*, Centro de Estudos Ibéricos, online em: <http://www.cei.pt/ohg/quando-o-metro-che-gou-a-guarda.html>, consultado em 2018/04/04.
- GORIS, J.A. (1925) *Étude sur les Colonies Marchandes Méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 a 1567*, Librairie Universitaire, Louvain.
- GRAÇA, J.J. (1857) «Relatorio do Inspector dos Pesos e Medidas no Districto de Santarem», 1857/09/29, publ. *Diário do Governo*, nº 236, 1857/10/07, p. 1318-1319, e *BMOPCI*, 1857, 2º, p. 629-630
- HEITOR, J.C.S. (1860) «Inspeção de Pesos e Medidas do Districto de Vila Real [Relatório das Comparações das Medidas Antigas]», 1860/03/31, publ. *Diário de Lisboa*, nº 92, 1860/04/23, p. 415, e *BMOPCI*, 1860, 1º, p. 489-492.
- HOLTMAN, R. (1997-1998) «Laatmiddeleeuwse sluitgewichten in noordwest-Europa», *Meten en. Wegen*, nos. 97 a 101, *Gewichten & Maten Verzamelaars Vereniging*.
- Houben, Gerard M.M. (1984) *2000 Years of Nested Cup-Weights*, Zwolle, Netherlands.
- KISCH, Bruno (1965) *Scales & Weights: a Historical Outline*, Yale University Press.
- KULA, W. (1986) *Measures and Men*, trad. R. Szeleter, Princeton University Press, N.J..
- LAUFKOETTER, Rolf (2016) *Einsatzgewichte aus Nürnberg und Europa: Original oder Fälschung*, 3ª ed., Krumbach.
- LAVAGNE, F. (1965) «Les Piles à Godets du Musée de Genève», *Genava*, XIII, 113-128.
- LEITE DE VASCONCELOS, J. ([<1941] 1988) *Etnografia Portuguesa*, vol. X, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa; reimpr. facsimil. 2007.
- Lisboa Quinhentista = Lisboa Quinhentista: a Imagem e a Vida de uma Cidade* (catálogo de exposição temporária), Museu da Cidade, Lisboa, 1984.

- LOCKNER, H.P. (1976) «Vorsicht bei Elefanten, Zinn und Portugiesen: Eine kurzgefaßte Chronik der falschen Einsatzgewichte», *Kunst & Antiquitäten*, vol. 1, p. 15-19.
- LOCKNER, Hermann P. (1981) *Die Merkzeichen der Nürnberger Rotschmiede*, Deutscher Kunstverlag, München.
- MAGALHÃES BASTO, A. (1940) *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel do Arquivo Municipal do Porto* (Documentos e Memórias para a História do Porto, V), C.M. Porto, Porto.
- MELO, M.P. (1816) «Memória sobre os Padrões de Pesos e Medidas, fabricados nos Reinados dos Srs. Reis D. Manoel e D. Sebastião e depositados na Câmara de Coimbra», *Jornal de Coimbra*, vol. IX, parte I, Impr. Régia, Lisboa, p. 382-395
- MENESES, S.D. (1850) *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do Dia 7 de Outubro de 1846*, vol. 2, Typ Nacional, Funchal.
- MONTEIRO JUNIOR, J.J., & F.O.C. MAIA (1857) «Relatorio dos Officiaes Encarregados da Comparação dos Pesos e Medidas dos Concelhos de Cascaes, Cintra, Torres Vedras, Lourinhã, Cadaval, Alenquer, Azambuja e Arruda», 1857/09/02, publ. *Diario do Governo*, nº 212, 1857/09/09, p. 1196, *BMOPCI*, 1857, 2º, p. 482-486, e Fradesso da Silveira, 1859, p. 23-26.
- MOURÃO, F.A.R.T., & J.I.R.T. MOURÃO (1858) «Relatorio e Mappa [não incluído] Relativo á Comparação a que Procedeu das Medidas Antigas [do Districto de Évora]», 1858/07/17, publ. *BMOPCI*, 1858, 2º, p. 292-297.
- Museu do Carmo, 1876 = Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (No Largo do Carmo)*, Typographia Universal, Lisboa, 1876
- NEVES, F.A.S. (1859a) «Inspeção dos Pesos e Medidas do Districto da Guarda: Mappa das Comparações dos Padrões de Pesos e Medidas do Actual Systema com os do Systema Metrico Decimal no dito Districto», 1859/11/26, Arquivo Distrital da Guarda, Repartição de Pesos e Medidas do Distrito da Guarda, Livro “Registo de Correspondencia com a Inspeção Geral”, 1859-09-23/1865-06-16, fl. 38v-48.
- NEVES, F.A.S. (1859b) «Inspeção Geral dos Pesos e Medidas do Reino [Relatório sobre as Medidas Antigas do Distrito da Guarda]», 1859/11/30, Arquivo Distrital da Guarda, Repartição de Pesos e Medidas do Distrito da Guarda, Livro “Registo de Correspondencia com a Inspeção Geral”, 1859-09-23/1865-06-16, fl. 13-36, publ. *Diario de Lisboa*, nº 67, 1860/03/22, p. 293-295, e *BMOPCI*, 1860, 1º, p. 369-392.
- NUNES, J.B., & J.C. RIBEIRO (1858a) «Districto Administrativo do Porto: Mappa Demonstrativo das Comparações das Medidas e Pesos do Systema Antigo [...]», 1858/05/16, publ. Fradesso da Silveira, 1859, a p. 59.
- NUNES, J.B., & J.C. RIBEIRO (1858b) «Comparação das Medidas Actualmente em Uso com os Pesos e Medidas do Systema Metrico Decimal nos Districtos do Porto e Braga», 1858/05/26, publ. *BMOPCI*, 1858, 2º, p. 25-30; a parte relativa ao distrito do Porto publ.: Fradesso da Silveira, 1859, p. 57-59.
- OLIVEIRA MARQUES, A.H. (1968) «Pesos e Medidas», *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), vol. III, Iniciativas Editoriais, Porto, p. 369-374
- OLIVEIRA, F.P.C. (1859) «Relatorio das Comparações das Medidas Antigas com as do Systema Metrico-Decimal no Districto Administrativo do Funchal», 1859/08/28, publ. *BMOPCI*, 1859, 2º, p. 460-467.
- Ordenações Manuelinas, 1521 = O primeiro [-quinto] Lliuro das Ordenações*, Oficina de Iacobo

- Cronberguer, Évora, 1521. Reedição: *Ordenações do Senhor Rey D. Manuel*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1797. Reedição facsim. da edição de 1797: Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1984.
- PALAISEAU, J.F.G. (1816) *Métrologie Universelle Ancienne et Moderne ou Rapport des Poids et Mesures* [...], Lavigne Jeune (impr.), Bordeaux.
- PELLICER I BRU, J. & M. GOMES MARQUES (1985) «Equivalencia de los Marcos de Portugal y Castilla a través de un Documento fechado en Valladolid el Año 1544», *III Congresso Nacional de Numismática - Sintra*, Lisboa, p. 347-366.
- PEREIRA, G. (1900) *O Museu Archeologico do Carmo*, Typ. Lallemand, Lisboa.
- PEREIRA, M.F.C., & A.G.R. AROUCA (1857) «Relatorio dos Inspectores de Pesos e Medidas nos Concelhos de Cezimbra, Setubal, Alcacer, Grandola, S. Thiago de Cacém, Aldeia Gallega e Alcochete», 1857/10/02, publ. *Diario do Governo*, nº 244, 1857/10/16, p. 1355, *BMOPCI*, 1857, 2º, p. 630-635, e Fradesso da Silveira, 1859, p. 30-34.
- PEREIRA, M.F.C., & J.M.C. MONÇÃO (1858a) «Officio dos Officiaes Encarregados da Comparação das Medidas e Pesos do Concelho de Aldeia Gallega», 1858/01/09, publ. *Diario do Governo*, nº 25, 1858/01/29, p. 119, *BMOPCI*, 1858, 1º, p. 227-228, e Fradesso da Silveira, 1859, p. 34-35.
- PEREIRA, M.F.C., & J.M.C. MONÇÃO (1858b) «Relatorio dos Officiaes Encarregados da Comparação dos Pesos e Medidas Antigas com as do Systema Metrico Decimal no Districto de Castello Branco», 1858/03/16, publ. *Diario do Governo*, nº 100, 1858/04/30, p. 562-563, e *BMOPCI*, 1858, 1º, p. 723-724.
- PIMENTA, J.A. (1886) *Memória Histórica e Descritiva da Villa do Barreiro*, Typ. Diccionario Universal Portuguez, Lisboa.
- PINCHART, A. (1874-1875) «Histoire de la Dinanterie et de la Sculpture de Métal en Belgique», *Bulletin des Commissions Royales d'Art et d'Archéologie*, XIII, p. 308-365 e 482-534, e XIV, p. 79-114.
- PINHO LEAL, A.S.A.B (1873-1890) *Portugal antigo e moderno*, 12 volumes, Livraria Editora de Mattos Moreira, Lisboa; edição facsimilada: Cota d'Armas, Lisboa.
- PIRENNE, H. (1889) *Histoire de la Constitution de la Ville de Dinant ao Moyen-Age*, Université de Gand.
- PIRES, S.A. (1858) «Relatorio e Mappa da Comparação das Medidas Antigas com as do Systema Metrico Decimal no Districto Administrativo de Vizeu», 1858/10, publ. *BMOPCI*, 1858, 2º, p. 568-573.
- PIRES, A. Tomás (1901) «Catalogo do Museu Archeologico de Elvas», *O Archeologo Português*, série I, vol. 6, p. 209-236.
- Regimento da Casa da Moeda, 1498* = A.F. Gambetta, «Regimento dado por D. Manuel I à Casa da Moeda de Lisboa, em 1498», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. 20, Lisboa, 1971, p. 69-129.
- Regimento dos Officiaes, 1504* = *Regimento dos Officiaes das Çidades, Villas e Lugares destes Regnos*, Valentin Fernandes (impr.), Lisboa, 1504; reedição facimilada: *Regimento dos Officiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos*, Marcelo Caetano (pref.), Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1955.
- RIBEIRO, J.C., & L.N. VALE (1859) «Relatório [das Medidas Antigas no Distrito de Viana do Castelo]», 1859/04/09, publ. *BMOPCI*, 1859, 1º, p. 398-399.

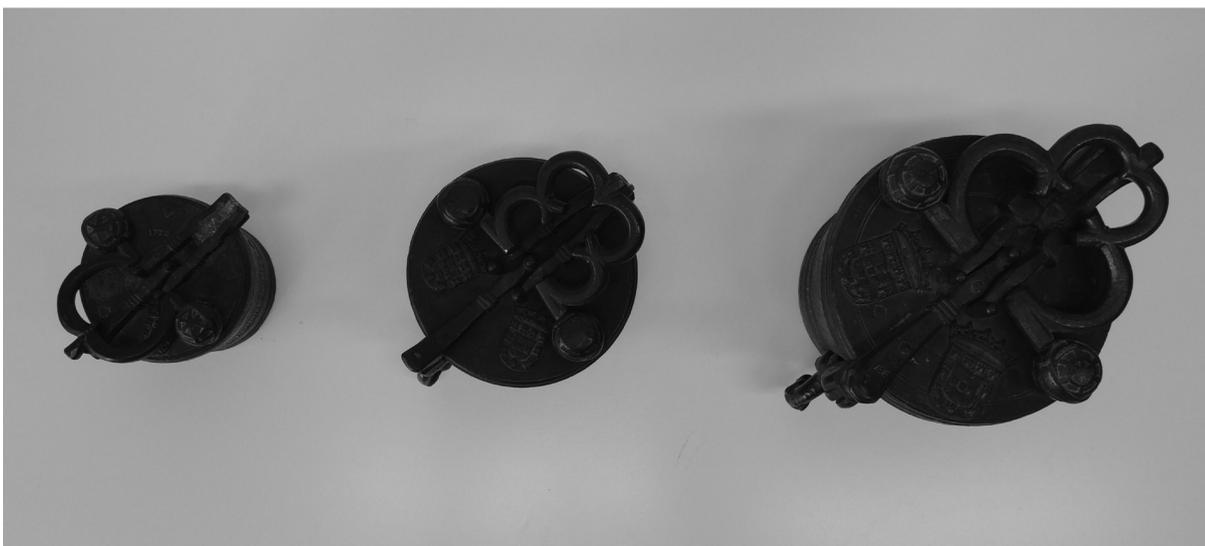
- SEABRA LOPES, L. (1998) «Medidas Portuguesas de Capacidade: do Alqueire de Coimbra de 1111 ao Sistema de Medidas de Dom Manuel», *Revista Portuguesa de História*, vol. 32, 1997-1998, p. 543-583.
- SEABRA LOPES, L. (2000b) «As Antigas Medidas do Sal de Aveiro», *Boletim Municipal de Cultura*, Aveiro, p. 59-73.
- SEABRA LOPES, L. (2003) «Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade do Condado Portucalese ao Século XVI», *Portvgalia: Nova Série*, XXIV, Faculdade de Letras, Porto, p. 113-164.
- SEABRA LOPES, L. (2005) «A Cultura da Medição em Portugal ao longo da História», *Educação e Matemática*, nº 84, p. 42-48.
- SEABRA LOPES, L. (2018) «A coleção de pesos de ferro sem forma determinada do Museu Nacional Machado de Castro», *Revista Portuguesa de Arqueologia* (em publicação).
- SILVA, J.A. (1859) «Relatorio e Mappa das Comparações das Medidas Actualmente em Uso com as do Systema Metrico Decimal no Districto Administrativo de Aveiro», 1859/02/05, publ. *Diario do Governo*, nº 41, 1859/02/17, p. 215-216, e *BMOPCI*, 1859, 1º, p. 237-239.
- SILVA, J.A. (1860) «Comparações entre as Antigas Medidas e as do Systema Metrico Decimal no Districto de Bragança», 1860/03/31, publ. *BMOPCI*, 1860, 2º, 213-215.
- SILVA LOPES, J.B. (1849) *Memoria sobre a Reforma dos Pezos e Medidas em Portugal segundo o Sistema Metrico-Decimal*, Impr. Nacional, Lisboa.
- SILVEIRA, J.M.F. (1859) «Relatorio das Comparações das Medidas Antigas com as Modernas no Districto Administrativo de Ponta Delgada», 1859/04/06, publ. *Diario do Governo*, nº 89, 1859/04/15, p. 497-498, e *BMOPCI*, 1859, 1º, p. 331-336.
- SILVEIRA, J.N., & J.J. GRAÇA (1857) «Relatorio da Comissão Encarregada de Proceder á Comparação das Medidas Usadas no Districto de Santarém com o Systema Metrico Decimal», 1857/10/29, publ. *Diario do Governo*, nº 308, 1857/12/31, p. 1640-1641, e *BMOPCI*, 1858, 1º, p. 83-93.
- SILVEIRA MARTINS, A.A. (1994) «Estojos de Pilhas de Pesos. Contributo para a Identificação de Despojos Navais Submersos», *Anais da Universidade Autónoma de Lisboa*, I, Lisboa, p. 101-109.
- SIMÕES JUNIOR, M.R. (1960) *Mosteiro de Arouca*, Editor Marques Abreu.
- SOARES, T.S. (~1950) «Observações», *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV por Henrique da GAMA BARROS*, 2ª Edição, T.S. Soares (dir.), Tomo X, p. 351-410 (veio a público por volta de 1950)
- SOUSA, J.F.P. & J.J. GRAÇA (1857) «Relatorio dos Officiaes Encarregados da Comparação das Medidas e Pesos dos Concelhos de Villa Franca, Olivaeas, Barreiro, Seixal, Almada, Belem e Oeiras», 1857/08/22, publ. *Diario do Governo*, nº 200, 1857/08/26, p. 1126-1127, *BMOPCI*, 1857, 2º, 399-403, e *Fradesso da Silveira*, 1859, p. 27-30.
- STENGEL, Walter (1918-1819) «Die Merkzeichen der Nürnberger Rotschmiede», *Mitteilungen aus dem Germanischen Nationalmuseum*, p. 107-155.
- TEIXEIRA DA SILVA, F., & J.F.M. Silva (1859a) «Mappa Demonstrativo da Relação que Existe entre os Pesos das Camaras Municipaes dos Differentes Concelhos do Districto de Coimbra [...]», 1859/04/15, publ. *Fradesso da Silveira*, 1859, p. 83.
- TEIXEIRA DA SILVA, F., & J.F.M. Silva (1859b) «Relatorio das Comparações das Medidas Antigas com as do Systema Metrico Decimal no Districto Administrativo de Coimbra», 1859/04/16, publ. *BMOPCI*, 1859, 1º, p. 337-339.
- TEIXEIRA DE ARAGÃO, A.C. (1867) *Description des Monnaies, Médailles et autres Objects d'Art concernant l'Histoire Portugaise du Travail*, Exposition Universelle, Imprimerie Administrative de

Paul Dupont.

- TILLET, M. (1767) «Essai sur le Rapport des Poids Étrangers avec le Marc de France», *Histoire de l'Academie Royale des Sciences. Année MDCCLXVII. Aves les Memoires de Mathematique & de Physique pour la même Année*, Academie Royale des Sciences, L'Imprimerie Royale, 1770, p. 350-408 das Memoires.
- TRIGOSO, S.F.M. (1815) «Memória sobre os Pesos e Medidas Portuguesas e sobre a Introdução do Sistema Metro-Decimal», *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, vol. V, Lisboa, p. 336-411.
- VALE, L.N. (1859) «Relatorio [sobre as medidas antigas no distrito de Horta]», 1859/09/06, publ. *BMOPCI*, 1859, 2º, p. 634-635.
- VAN DOORSLAAR, G. (1910-1924) «L'Ancienne Industrie du Cuivre a Malines», *Bulletin du Cercle Archéol. Litteraire & Artistique de Malines*, t. 20 (1910), p. 53-113 e 265-379, t. 22, p. 171-356, t. 23, p. 25-120, t. 27, p. 117-186, t. 28, p. 19-156, e t. 29, p. 31-96.
- VANGROENWEGHE, D. (2015) *Standaard Sluitgewichten uit Neurenberg periode ca. 1450 tot 1800*, Bruges.
- VERDIER, T.L. (1819) «Memória sobre as Medidas e o Peso de Portugal Comparadamente com as Medidas e o Peso Actuaes de França», *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, t. V, Paris, 1819, parte segunda, p. 32-72.
- VIDAL, M.G., & F.M. ALMEIDA (1997) *Marcas de Contrastes de Ourives Portugueses*, 4ª ed., 2 vols., Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- WEDELL, M. (2010) «Metrology», *Handbook of Medieval Studies*, vol. 1, p. 897-919.



**Fig. 1** – Pilhas manuelinas de quintal, meio quintal e arroba. Na pilha de quintal, além da inscrição manuelina, lê-se: «4 [AR]R[OB]AS». Na pilha de meio quintal, além da inscrição manuelina habitual, lê-se: «PELA . CAMARA . PROCURADOR ANT[ON]IJO IOAQ[UI]M NUNES , ANNO , 1795». Na tampa da pilha de arroba, está gravada o ano «1772» e o número «32 [ARRATEIS]». Perderam-se os dois escudos da pilha de meio quintal e um dos escudos da pilha de arroba. (Cortesia do Museu de Metrologia do Instituto Português da Qualidade, Almada, nº inv. 670, 672 e 447)



**Fig. 2** – Pilhas manuelinas de arroba, meio quintal e quintal em vista de topo (Cortesia do Museu de Metrologia do Instituto Português da Qualidade, Almada, nº inv. 447, 448 e 449)



**Fig. 3** – Pilha manuelina de quintal: vista frontal e pormenor do fecho (Cortesia do Museu de Aveiro / Santa Joana, nº inv. MAV 5/0)



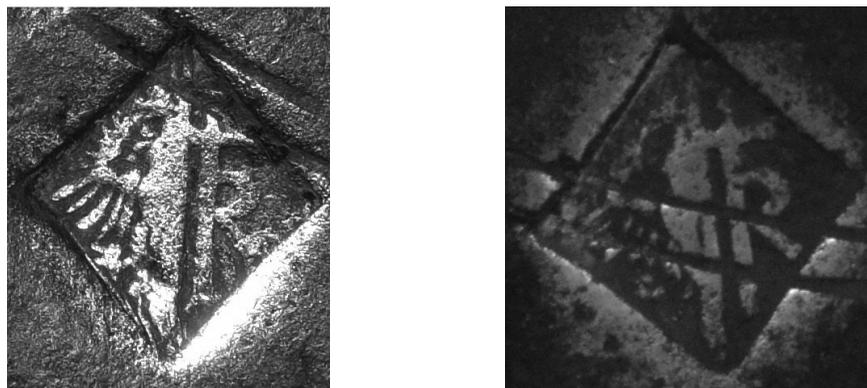
**Fig. 4** – Pilha manuelina de meio quintal: vista lateral e vista de topo (Cortesia do Museu dos Biscainhos, Braga, nº inv. 289 MDS.MB)



**Fig. 5** – Pilha manuelina de meio quintal: caixa aberta e peças interiores, de meia arroba até oitava de onça, estando em falta as duas peças de meia oitava (Cortesia do Museu dos Biscainhos, Braga, nº inv. 289 MDS.MB)



**Fig. 6** – Pilha manuelina de arroba: vista frontal e vista lateral com a tampa levantada (Cortesia da Junta de Freguesia de Vila Nova da Baronia)



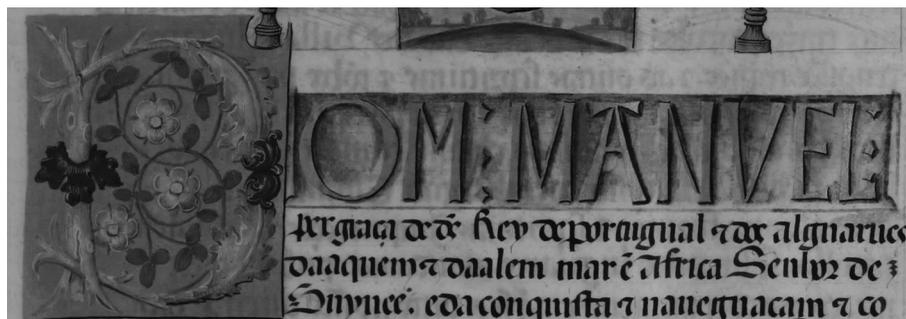
**Fig. 7** – Pilha manuelina de quintal: marca do fabricante ou do intermediário (Cortesia do Museu Nacional Machado de Castro, nº inv. MNMC8241)



**Fig. 8** – Pilha manuelina de quintal: à esquerda, a marca do fabricante ou intermediário; à direita, pormenor da inscrição: «... ANO \* DO[\*]N[AS]C[IM]EN[TO] \* DE ...» (Cortesia do Município da Guarda / Museu da Guarda, nº inv. 2-A-D)



**Fig. 9** – Marca de Lisboa existente numa pilha de arroba (Cortesia do Núcleo Museológico de Metrologia / Casa da Balança, Évora)



**Fig. 10** – Letras maiúsculas romanas na abertura do foral de Lisboa, datado de 1500 (Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico, Chancelaria Régia, Foral Manuelino)



**Fig. 11** – Morfologia típica das letras das pilhas de pesos manuelinas



# OS HEKHALOT <sup>1</sup>: VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DE UM CRIPTOJUDAÍSMO SINGULAR

**Pedro Mendes**

Arqueólogo / MASMO (Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas)  
petrusmendes@gmail.com

## ABSTRACT

This paper presents a brief historic overview about Portuguese Crypto-Judaism it points out the reasons why finding and recognizing these archeological remains is difficult using the controversial *hekhalot* as an example, and identifies similarities and differences in the ambiguities and heterogeneities of these findings based on a summary table. Though this approach, the objective is to seek for a research model that can be applied to the study of other *hekhalot* using the case study of Oporto's *hekhal*. A new possibly unknown *hekhal* located in Monforte (Portalegre) is then identified. Finally, the paper proposes an interpretation of the possible *hekhalot* in the context of Portuguese Crypto-Judaism.

**Keywords:** Crypto-Judaism; *hekhal*; Monforte; Judiaria do Monte do Olival; Oporto.

## RESUMO

Este artigo faz um breve enquadramento histórico do criptojudáismo em Portugal, a partir do qual se apontam as razões porque são difíceis de encontrar os seus vestígios arqueológicos usando os controversos *hekhalot* como exemplo. Com base num quadro de síntese a algumas destas estruturas, tenta-se encontrar regularidades e diferenças na heterogeneidade e ambiguidade deste fenómeno. Nesta abordagem procura-se um modelo de análise com aplicabilidade a outras estruturas similares usando o exemplo de estudo aqui apresentado ao *hekhal* do Monte do Olival (Porto). Apresenta-se também um exemplar até aqui desconhecido na vila de Monforte (Portalegre). Finalmente, propõe-se uma interpretação dos prováveis *hekhalot* no contexto do criptojudáismo português.

**Palavras-chave:** Criptojudáismo; *hekhal*; Monforte; Judiaria do Monte do Olival; Porto.

## 1. INTRODUÇÃO

Durante a Idade Média os condicionalismos para a aceitação e integração das comunidades minoritárias de judeus na *Sefarad* foram diversos, sofrendo oscilações ao longo do tempo. Mesmo antes da constituição do Reino de Portugal e, à semelhança de outras áreas, os judeus estiveram

---

<sup>1</sup> *Hekhalot* é o plural de *Hekhal* que em hebraico significa palácio. Designação dada pelos judeus sefarditas para *Aron Kodesh*, ou seja, arca sagrada onde se guardam os rolos sagrados - *Torah*. Optámos pela primeira nomenclatura dado que o contexto de estudo é a *Sefarad*, nome usado para referir o território da Península Ibérica.

organizados em judiarias. Espaços delimitados, na maioria das vezes impostos pelos governantes, estes bairros ou ruas, onde residia uma comuna com os seus próprios magistrados e presididos por um rabi. A sinagoga era o seu centro aglutinador que funcionava como um espaço de oração, câmara de vereação, escola e tribunal (DIAS, Geraldo Coelho, 2003: 298). Aqui é necessário distinguir ainda entre estas comunas e as ruas onde habitava um diminuto grupo de seguidores da Lei de Moisés (TAVARES, Maria José Ferro 2008a: 372). Enquanto minoria tolerada entre cristãos ou muçulmanos, a possibilidade de exercer as suas actividades ou de construir as suas próprias estruturas esteve limitada aos espaços, condicionada pelas leis das autoridades enquadrantes<sup>2</sup> e políticas dos monarcas.

Assim, logo à partida, os contextos arqueológicos judaicos têm particularidades que pelo facto de estarem incorporados em sociedades de culturas diferentes faz com que grande parte das estruturas e artefactos quotidianos sejam os mesmos da maioria. Consequentemente, no registo arqueológico só os objectos especificamente relacionados com cultura hebraica, de carácter religioso ou com iconografia judaica é que podem ser exclusivamente associados a estas comunidades. Pelo meio surge a questão do édito de conversão forçada / expulsão de 1496 e a perseguição inquisitorial iniciada em 1536 que só termina nos princípios do XIX<sup>3</sup>, levando à destruição e ao desaparecimento destes vestígios físicos que por si já seriam poucos e difíceis de encontrar.

Neste sentido, só em casos raros de preservação de contextos arqueológicos fechados, associáveis exclusivamente a estas comunidades, é que podemos aceder a um conjunto mais alargado de artefactos quotidianos, que não só os de carácter ritual ou com simbologia judaica<sup>4</sup>.

Acresce ainda, que o período criptojudáico português tem processos de aculturação e de adaptação assentes numa duplicidade religiosa que reforçam a ambiguidade destes vestígios.

## **2. O CRIPTOJUDAÍMO PORTUGUÊS: UM FENÓMENO SEM RASTO MATERIAL?**

### **2.1 Contexto Histórico: A génese das incertezas**

Ao contrário do édito de 1492 dos Reis Católicos, que expulsava as minorias judaicas e muçulmanas de Espanha, o édito de 4 ou 5 de Dezembro de 1496, de D. Manuel (*idem*: 390) acrescentava, para aqueles que optassem permanecer no Reino de Portugal, uma converção obrigatória ao catolicismo até Outubro de 1497. Esta diferença reflecte a consciência que o monarca teve da importante contribuição dos judeus para a riqueza económica e intelectual do reino, tentando conservá-la e, em simultâneo, respeitar a cláusula do seu contrato de casamento com a princesa Isabel de Castela, que exigia a expulsão dos hereges de Portugal. Todavia, muitos daqueles que evitaram o baptismo forçado, mantiveram-se no reino e negociaram com o monarca a sua conversão, que entre diversas exigências, constava um indulto de futuras inquirições sobre as suas práticas religiosas durante duas décadas (GARCIA, Antonieta 2014: 17).

A política de avanços e recuos, face à presença da comunidade judaica no reino, vinda já de séculos anteriores, criou a ilusão, aos que ficaram, de que seria possível viverem as suas convicções sob a aparência de cristãos-novos.

Contudo, a instalação da Inquisição com D. João III, vem oficializar uma perseguição, que logrou

<sup>2</sup> Por exemplo as sinagogas, de acordo com a lei, não podiam ser mais altas que os prédios vizinhos.

<sup>3</sup> A Inquisição só foi extinta oficialmente em 1821 em secção de Cortes durante o reinado de D.João VI (MARTINS, Jorge 2015: 113).

<sup>4</sup> Um caso deste tipo de contexto arqueológico raro é o logradouro e anexos da Sinagoga de Tomar.

um clima de suspeição e intolerância no seio da sociedade portuguesa. Este, será um estímulo para a existência de um criptojudáismo de contornos complexos e heterogéneos (STUCZINSKY, Claude 2009: 342) enquanto forma de vivência secreta da identidade judaica, e que estará na génese de um criptojudáismo marrano<sup>5</sup> que se desenvolverá no nosso território nos séculos subsequentes.

## 2.2 Factores históricos a considerar na identificação de vestígios materiais

A conjugação de factores como o isolamento, a perseguição, a adaptação e a aculturação são a chave para compreendermos a diversidade e a heterogeneidade do Marranismo<sup>6</sup>, e também a dificuldade na identificação das suas manifestações materiais.

Se antes do édito existiam redes de comunidades e judiarias organizadas, após o mesmo dá-se uma desestruturação destas comunidades e conseqüente desaparecimento destes espaços, juntamente com a materialidade mais identitária que neles existia. Mas mesmo que alguma destas estruturas físicas e artefactuais, ligadas a aspectos religiosos e socioculturais tivessem sobrevivido, com a chegada da Inquisição, estas serão amplamente destruídas e transformadas noutras construções adaptadas a novas funcionalidades e significados. Os bens móveis, ligados à liturgia, serão destruídos, escondidos ou levados para fora do país.

A constituição de uma rede eficaz de delatores e perseguidores, leva a que os cristãos-novos procurem alternativas dissimuladas de transformar habitações em pequenas sinagogas ou meros espaços de oração que, com o tempo serão cada vez mais raros. Deste modo, os espaços físicos de vivência e transmissão da cultura judaica – saber escrito e oral – serão progressivamente anulados tendo como consequência um acentuado afastamento dos valores originais do judaísmo Sefardita. A proibição de registos escritos em hebraico ou ladino<sup>7</sup> torna a oralidade a única forma possível da transmissão de conhecimento, sendo as mulheres mais velhas a assumir aqui um papel preponderante (PAULO, Amílcar, 1985: 26). A impossibilidade de possuir, escrever ou ler textos de matriz judaica é um rude golpe numa cultura em que a palavra escrita assume uma importância primordial nos seus rituais e difusão do saber.

Este processo gradual de “limpeza” do judaísmo acompanhado pela perda dos seus vestígios físicos com o cunho da sua identidade justifica, em grande parte, a raridade de vestígios arqueológicos. Por outro lado, os processos de degradação dos artefactos devido à perecibilidade de que são feitos como a madeira de um *hekhal*<sup>8</sup>, os tecidos, o pergaminho, principal suporte de escrita dos escritos sagrados, ou ainda os objectos metálicos sujeitos à refundição pelo seu valor, como a prata, o cobre, ou o próprio ferro. Tudo isto leva a uma obliteração do espólio litúrgico e quotidiano com simbologia hebraica.

Se está na índole do criptojudáismo marrano a procura insistente em seguir lealmente as convicções religiosas e culturais herdadas, independentemente dos perigos iminentes, por outro lado, esta resiliência entra em choque com a sua própria sobrevivência. Esta só se tornará possível transgredindo os cânones do judaísmo sefardita e assim, de maneira gradual e desintegrada, cada

5 Marranos foi o nome dado a judeus conversos a partir do final do séc. XIV em Castela, num sentido pejorativo. No séc. XIX este termo adquire um sentido romântico entre investigadores e escritores para qualificar estes criptojudeus na *Sefarad* (KAPLAN, Yosef; 2009: 344).

6 Face à diversidade interpretativa do conceito de Marranismo, assumimos o sentido simples que Yosef Kaplan refere enquanto “[...] o aparente dualismo dos judeus conversos, que se debatiam entre a sua identidade cristã oficial e a sua persistente ligação ao judaísmo [...]” (Kaplan, Yosef 2009: 344) no contexto da *Sefarad*. Por outro lado, pela necessidade que existe em distinguir o criptojudáismo marrano de outros criptojudáismos de diferentes origens, identidades e geografias.

7 Língua calque utilizada para traduzir a Bíblia de hebraico para espanhol com fins religiosos e didácticos. Embora se use também o termo ladino para designar a língua vernacular dos judeus sefarditas (SHAUL, Moshe 2009: 305).

8 Os *hekhalot* de pequenas sinagogas sefarditas seriam em madeira com portadas (ADLER, Cyrus et alii, 2002: 109) o que terá facilitado a sua destruição ou transporte.

núcleo criptojudáico vai tentando permanecer fora das atenções dos delatores inquisitoriais. Este procedimento vai alterando datas, regras, padrões e hábitos rituais distanciando estes judeus progressivamente dos preceitos originais que, consoante o maior ou menor sucesso da sua evasão, terá como contrapartida a integração de ideias e práticas diferentes evoluindo para o criptojudaísmo marrano. A necessária adaptação ao contexto adverso tornará a sua identidade híbrida com a cultura cristã maioritária. Necessariamente, os vestígios materiais serão reflexo desta situação surgindo artefactos de simbologia ambígua, sem a iconografia judaica mas com a presença permitida de elementos claramente cristãos, como é o caso da assimilação de símbolos cruciformes nas cantarias<sup>9</sup>.

Estas alterações terão tanto de consciente, quando relacionados com a sua sobrevivência, como de inconsciente, quando relacionados com a sua convivência nos mesmos espaços quotidianos dos cristãos velhos.

Quatro séculos deste processo dinâmico justificam a actual dificuldade em identificar inequivocamente vestígios físicos dos criptojudeus marranos que, face a uma análise superficial, são pouco distintos dos vestígios dos cristãos velhos coevos exactamente pelo afastamento do rigor dos preceitos judaicos dos séculos XIV-XV.

Os estudos documentais e a crítica de fontes escritas tem auxiliado a aceitar a existência destes vestígios como algo misto e camuflado. No entanto, as provas físicas e materiais encontradas só têm tido legitimidade entre os investigadores quando estes cumprem com requisitos e critérios de um judaísmo do séc. XV. Se, por um lado, o rigor da análise a estes vestígios materiais é essencial, por outro, usar termos de comparação de contextos históricos diferentes como forma de validação de uma cultura material é anacrónico e redutor. Os critérios de aferição de uma estrutura ou artefacto criptojudáico têm de ser prudentes a começar pela distinção daquilo que é produto de um judaísmo sefardita do séc. XV – XVI daquilo que será o criptojudaísmo dos séculos XVI-XVII ou do criptojudaísmo dos séculos XVIII-XIX. Saliente-se que estamos perante sociedades distintas e a analisar um fenómeno dinâmico com uma diacronia extensa. As suas coerências só podem ser encontradas quando analisadas à luz do complexo contexto sociocultural do sefardita criptojudáico no seu espaço e ao seu tempo.

### **3. OS “ARMÁRIOS PÉTREOS” – EXEMPLO DE UM VESTÍGIO ARQUEOLÓGICO DE CRIPTOJUDAÍSMO**

#### **3.1 Ambiguidade e heterogeneidade**

No seguimento do que foi dito, escolhemos os “armários pétreos” como um exemplo paradigmático de um vestígio arqueológico que reflecte dois dos aspectos mais relevantes do criptojudaísmo sefardita no nosso território – a ambiguidade e a heterogeneidade cultural dos seus utilizadores. Se o primeiro parece surgir pela necessidade de adaptação e aculturação, sob pena da extinção dos seus rituais através da repressão, o segundo parece ter raízes na dispersão e no isolamento cujas práticas rituais se tornam mais fechadas e familiares pela ausência de instituições oficiais aglutinadoras e contactos externos. Os dois factores estão interligados e concorrem no sentido da criação de um contexto sociocultural particular destas populações.

Tendo como referência os estudos de Maria Ferro Tavares sobre a população judaica da Beira Interior, região onde são conhecidos em maior número estas estruturas, observamos que há um

<sup>9</sup> Veja-se a casa da rua do Toural em Gouveia tem um símbolo cruciforme gravado ao lado do eventual armário litúrgico (Fig. 8).

crescimento demográfico da comunidade judaica nos séculos XIV-XV, em parte decorrente do édito de expulsão de 1492 dos reinos peninsulares, que estimulou a “[...] fixação da população judaica junto à Raia de Castela, o que facilitava as relações comerciais [...] mas também familiares.” (TAVARES, Maria José Ferro 2008a: 381). No momento seguinte, após as primeiras perseguições inquisitoriais do séc. XVI, surge a mobilidade destas famílias como “resposta ao desejo do anonimato e do rompimento com o passado recente ignominioso. As famílias cristãs novas começavam a dispersar-se por aldeias onde não existia memória de presença judaica”. (*idem*: 403). Este facto é confirmado pelo numeramento de 1496 de D. Manuel que nos informa da inexistência de comunidades judaicas num primeiro momento em concelhos como Sortelha, Proença, Alfaiates, Vilar Maior, Castelo Mendo, Castelo Bom, Muxagata, Longroiva entre outros, (*idem*: 379) contrastando com o momento seguinte dos séculos XVI-XVII, onde encontramos criptojudéus a coabitar com cristãos velhos em sítios diferentes, como indicam os processos inquisitoriais.

Em algumas destas aldeias e lugares, fora dos principais eixos viários ou fluviais, os cristãos-novos terão sofrido um maior isolamento e maior dificuldade em aceder a redes de contacto. Este enquadramento será propício a uma mistura das identidades judaicas e cristãs gerando um hibridismo cultural patenteado nos vestígios mais perenes e resistentes como a arquitectura (AFONSO, José da Conceição 2014: 35-63), as inscrições em cantarias (BALLESTEROS, Carmen 1996: 139-152) ou nos “armários pétreos”. Nestes últimos, e consoante os exemplares, os investigadores divergem tanto quanto aos seus construtores e utilizadores quanto à sua funcionalidade, derivando entre o mobiliário doméstico secular e *hekhalot*. Estas incertezas advêm do misto entre a falta de rigor conceptual em relação aos *hekhalot* sefarditas e, em simultâneo, justificar o investimento, a dignidade e cuidado arquitectónico que possuem para serem considerados dispensários ou cantareiras.

### 3.2 Critérios de análise

À falta de um estudo caso a caso, *in loco*, com levantamentos rigorosos e suportados por pesquisas documentais aos seus contextos, tentámos com os poucos elementos disponíveis fazer um quadro sintético (Fig. 1 e 2) procurando encontrar regularidades e diferenças que nos ajudem a compreender estas estruturas.

Dos vários critérios possíveis numa comparação, demos relevância a três. O espaço, dando conta da sua localização no território onde se insere no imóvel (Fig. 3) – piso e tipo de compartimento –, e a orientação da parede onde está embutido. O segundo critério refere-se à cronologia. Esta é feita através do estilo arquitectónico e dos elementos decorativos. Por último, o critério morfológico onde se analisam aspectos como número e forma dos vãos, o seu fecho, as mísulas, as depressões no nicho inferior e a matéria prima. No critério morfológico salientamos a falta de dados métricos, pela inexistência de levantamentos feitos a estas estruturas, à excepção do Sabugal 1 e 2<sup>10</sup>, Vilar Maior e Guarda (MARQUES, António 2004: 77) contrastando com o universo de estudo de catorze<sup>11</sup> exemplares (Fig.1 e 2).

#### 3.2.1 Lugares e Espaços

Geograficamente encontramos 12 peças na zona raiana e duas, a da Rua de São Miguel

<sup>10</sup> Marcos Osório designa Sabugal 1 ao possível *hekhal* da Rua D. Dinis e Sabugal 2 ao exemplar da Casa do Castelo. Faz também o levantamento do exemplar de Vilar Maior. (OSÓRIO, Marcos 2009: 76 – 77).

<sup>11</sup> Não incluímos outras estruturas pela inexistência ainda de informação mínima necessária.

(Porto)<sup>12</sup> e a de S. Vicente Pereira (Ovar)<sup>13</sup>, no litoral. Esta distribuição vem confirmar o que foi dito sobre a dispersão dos criptojudéus mas também pode indicar maior dificuldade da sobrevivência das suas práticas em zonas de maior concentração populacional onde, provavelmente, haveria maior escrutínio da Inquisição e dos delatores. Por outro lado, a maior dinâmica urbanística poderá ter levado a uma maior destruição destes vestígios.

A sua localização dentro de uma judiaria, enquanto comuna organizada, aplica-se aos casos do Porto, Guarda, Rua do Tournal – Gouveia (REBOCHO, João 2014: 122), Sabugal 1 e 2 (OSÓRIO, Marcos 2009: 77) e Castelo de Vide (BALLESTEROS, Carmen 1993: 123). Para os casos de Freixo de Espada à Cinta (BASTOS, Amândio 2009: 93), Castelo Mendo (BARROCA, Mário 2001: 190), Medelim (Idanha-a-Nova)<sup>14</sup> e Monforte (Portalegre) há judiarias, na acepção de ruas ou bairros onde habitam judeus evidenciadas, por exemplo, com cartas de outorga a judeus (TAVARES, Maria Ferro 2008a: 373). Os casos da Malhada Sôrda (Sabugal), Caria (Belmonte)<sup>15</sup>, e Vilar Maior (OSÓRIO, Marcos 2009: 77), situadas em pequenas aldeias da Beira Interior, há apenas um contexto favorável à existência de cristãos-novos, pela proximidade de judiarias, a referências documentais ou pela presença de símbolos cruciformes. Estes lugares poderiam corresponder ao último reduto da sua expansão durante os séculos XVI - XVIII. Excêntrico a esta geografia, é o caso de S. Vicente Pereira<sup>16</sup> que se encontra próximo do litoral e isolado, embora vizinho da Judiaria de Aveiro (Fig.3).

Parece existir um padrão de localização onde os imóveis com um “armário pétreo” estão implantados. Se atendermos ao urbanismo e às acessibilidades destas casas observamos que quando estão dentro de um recinto amuralhado como, Castelo Mendo, Guarda, Porto, Sabugal 1 e 2, Monforte e Castelo de Vide se encontram próximos da porta da fortificação ou de um eixo que lhe dá acesso. Em Castelo Mendo a “Casa da Misericórdia” está junto à “Porta da Guarda”, o nº 31 da Rua Rui de Pina na Guarda, está a escassos metros da “Porta da Erva”, no Porto, a Rua de São Miguel, tanto pela Rua de São Bento da Vitória como pela Rua das Taipas, tinha rápido acesso à “Porta do Olival”. Já no Sabugal, no nº 6 da Rua D. Dinis está praticamente ao lado da “Porta da Vila” tal como a “Casa do Castelo”, tem uma rua directa para essa mesma porta. Em Monforte, a porta do nº2 da Rua João António Romão Moura está no eixo Este-Oeste que atravessa a área cercada e dá acesso à porta Oeste do Castelo de Monforte, e em Castelo de Vide a “Casa da Sinagoga” está junto à cerca urbana. No caso de Gouveia o seu castelo foi destruído e pouco sabemos sobre a sua cerca, porém, os outros casos como S. Vicente Pereira, Caria, Malhada Sôrda, Medelim ou Vilar Maior não tiveram fortaleza e tinham acessibilidades garantidas. Este aspecto pode ser importante se valorizarmos uma situação de fuga necessária, pois os imóveis que referimos possuem localizações que facilitariam essa eventual necessidade (MARQUES, António :2004).

No que diz respeito ao local dos “armários pétreos” nas habitações, 10 estão no 1º andar, três no rés-do-chão e, num caso, desconhece-se. A tradição da arquitectura vernácula de Trás-os-Montes e Beiras (OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando 1994: 147), concorre a favor desta localização no 1º andar, pois é neste que se habita e o rés-do-chão serve de oficina ou sítio para guardar animais e alfaías. Nas vilas e cidades mais frequentemente o piso térreo é habitado

12 GUERREIRO, Josué, 2005 Sinagoga secreta descoberta no Porto, in Rua da Judiaria, 3 de Novembro de 2005. Consultado em 1-5-2012 em: <http://ruadajudiaria.com/?p=453>

13 BASTOS, Manuel, 2012, “Culto judaico em S. Vicente de Pereira? [Aron Hakodesh / Ekhal]”, *Jornal João Semana*, de 15 de Junho e adenda de 1 de Outubro de 2006. Consulta em 13-11-2012 em: <http://artigosjornaljoosemana.blogspot.pt/2012/06/culto-judaico-em-s-vice-de-pereira.html>

14 CASTELA, Carlos. Consultado a 13-12-2017 em: <http://www.portugalnotavel.com/armarios-sagrados-aaron-echa-el-portugal/>

15 DAVID, Ziva. Consultado a 6-8-2015 em: <http://zivabdavid.blogspot.pt/2013/04/hechal.html>

16 BASTOS, Manuel. Consultado a 13-11-2013 em: <http://artigosjornaljoosemana.blogspot.pt/2012/06/culto-judaico-em-s-vice-de-pereira.html>

embora possa funcionar como loja ou oficina de trabalho. Acresce que nos três exemplares em que este mobiliário se encontra no rés-do-chão o compartimento é relativamente resguardado. Assim, parece haver a tendência para encontrar estas peças no 1º andar indo ao encontro de que a “[...] reunião era feita numa câmara no piso superior, por vezes, numa câmara interior, para que olhos indiscretos não fossem denunciar [...]” (TAVARES, Maria Ferro 2008a: 399).

A altura onde estão embutidos os eventuais *hekhalot* é variável indo desde acima do meio da parede, como o de Freixo de Espada à Cinta (Fig. 4), a pouco abaixo do meio desta, como o da Malhada Sôrda (Fig.9), até aos que estão elevados acima do rodapé, como o do Porto (Fig.13), de Caria, Sabugal 2 e Medelim (Fig.10). Os restantes, Castelo Mendo (Fig.6), Guarda (Fig.7), Gouveia (Fig.8), Vilar Maior, Sabugal 1, S. Vicente Pereira (Fig.5), Monforte (Fig.12), e Castelo de Vide (Fig.11) têm a sua pedra de base assente no chão. Deste modo, há uma maioria de casos em que o nicho inferior, o mesmo onde existem depressões circulares, se posiciona próximo do chão. Funcionalmente estas remetem-nos para uma maior acessibilidade e facilidade em depositar cântaros ou bilhas com algum peso e/ou tamanho mas também para o resguardo de eventuais quedas e perda de líquidos. Assinale-se o exemplar de Freixo de Espada à Cinta que, pela altura a que se encontra, e com um único nicho, se distancia dos outros. Esta tendência dos “armários pétreos” se enquadrarem na parede desde o chão serve tanto para funções domésticas como litúrgicas. Se por hipótese considerarmos os círculos, um atributo inexistente nos *hekhalot*, fruto de uma reutilização com fins domésticos, ficaria por explicar o provável *hekhal* da Guarda, em que os círculos e o rebordo da pedra de base, são coerentes com a perfeição do restante trabalho de cantaria. Assim, o mais plausível, é que esta seja uma característica comum tanto a armários domésticos como aos *hekhalot* criptojudáicos, não servindo como um critério distintivo.

### 3.2.2 A Orientação do *hekhal* na parede

A orientação parece ser um critério determinante na legitimação de um *hekhal*. Ou seja, de acordo com os cânones judaicos, este teria de estar embutido na parede Leste de modo a que os oradores ficassem virados para Jerusalém. É por isso que Luís Afonso o aponta, perante as incertezas, como critério distintivo de um *hekhal* (AFONSO, Luís 2017: 112). Sendo de facto muito importante este critério, também é relevante a resiliência de muitos criptojudéus, que preferem a transgressão canónica à abjuração das suas convicções.

Dos 14 exemplares referidos apenas 5 se encontram na parede correta. A saber: Porto, Castelo Mendo, Gouveia e Castelo de Vide, embora não saibamos ainda as orientações de Freixo de Espada à Cinta, Caria e Medelim, os restantes encontram-se nas paredes SO em S. Vicente Pereira, a NNO no Sabugal 1 e 2, a NO em Vilar Maior, a Oeste o de Monforte e a Norte o da Guarda. Este último, pelo investimento feito no trabalho de cantaria, seria espectável ser mais do que um armário doméstico, e por isso, com uma orientação a Este. Inversamente, o exemplar de Gouveia, encontra-se na parede certa, apesar do seu estilo modesto. Isto leva-nos por um lado, a reconsiderar este critério como legitimador de um *hekhal* no contexto criptojudáico, e por outro, a ter de alargar o universo da amostra e aprofundar o estudo documental dos seus contextos.

### 3.2.3 Questões Morfológicas

Como hipótese de trabalho, partimos do princípio, que estas estruturas obedecem ao conceito de forma/função, isto é, a sua função seja ela prática ou ritual, condiciona a sua morfologia. Ou seja, só depois de cumprirem o objectivo para o qual foram feitas é que a sua estética é

equacionada. Esta, pode estar ligada a aspectos de fruição pessoal, de ostentação de *status*, de modas ou estilo de época ou, no caso da religiosidade, de um desejo de maior veneração ritual. Nada destes aspectos comprometem o objectivo primeiro de cumprir com uma funcionalidade, pois só nos casos de mobiliário litúrgico, em que o simbolismo da mensagem decorativa usada é um factor legitimador da sua função ritual, é que esta passa a ser primordial. Porém, considerando o contexto persecutório esta torna-se identificativa de algo que se pretende esconder levando à uma omissão de aspectos funcionais e canónicos que seriam essenciais.

Mesmo sem levantamentos com medidas exactas podemos observar que a maior regularidade reside no facto de 12 exemplares terem dois nichos e, apenas um tem três, em Vilar Maior, e outro com um único nicho, o de Freixo de Espada à Cinta. A profundidade dos nichos varia entre cerca de 35 e 70 cm sendo que é igual nos dois, embora em 7 casos exista um rebordo na prateleira de base o que faz com que estes exemplares sobressaiam da face parede. Este atributo pode ser interpretado como forma de protecção dos artefactos pela proximidade do piso assim como uma forma de conter líquidos entornados, se interpretarmos que o vão inferior serve para guardar bilhas, jarros ou cântaros. Neste caso particular só na Guarda, em Vilar Maior e no Sabugal 1 existem escoadouros que apontam directamente para essa função mas atente-se que nestes dois últimos é um pormenor que poderia ser acrescentado em contexto de reutilização.

A morfologia dos vãos é diversa podendo ser em arco abatido, peraltado, Tudor ou quebrado, e ainda por vezes com o seu topo interno inclinado de dentro para fora. Para além da questão estética e do estilo arquitectónico, diga-se que ergonomicamente não trás vantagem à função de dispensário. Enquanto que, numa lógica de mobiliário litúrgico, poderíamos apontar para o simbolismo de um convite ao recolhimento para quem estivesse virado para ele, tal como acontece com muitos oratórios cristãos.

Os casos em que o nicho é rectangular e o seu topo interno inclinado, pode-se especular no âmbito dos rituais judaicos que esta inclinação servisse para escoar algum fumo, ou que fosse uma forma de propagar a luz ténue de uma pequena candeia pois, neste contexto criptojudáico, seria de evitar atrair atenções. Sabemos que a candeia de azeite por vezes era escondida num quarto ou numa arca (TAVARES, Maria Ferro 2008b: 148). Num processo da Inquisição de Évora<sup>17</sup> de 1545, a Isabel Fernandes, habitante de Miranda do Douro, esta situação é reportada quando “[...] em uma sexta-feira à noite, acendendo uma candeia de azeite em um alguidar quebrado, com uma mecha de estopa, a qual meteu em uma arca e fechou com uma chave, a qual candeia estava assim acesa até que se apagava por si.” (ANDRADE, António; GUIMARÃES, Maria 2015: 50). Esta é uma evidência de um fenómeno de adaptação onde constatamos que o ritual é mais importante que o próprio mobiliário litúrgico e que a ausência de rigor no cumprimento dos preceitos sefarditas pode não servir de critério de exclusão de vestígios arqueológicos ambíguos.

Nos casos de Freixo de Espada à Cinta, Castelo Mendo e Castelo de Vide que têm uma mísula lateral a questão da iluminação ritual parece ser assumida se atribuirmos à mísula a função de suporte para uma *menorah* ou uma candeia.

### **3.2.4 Vestígios de fecho: portas e cortinas**

O *hekhal*, enquanto receptáculo dos *Sifrei Torah* (rolos sagrados), é o elemento central e imprescindível de uma sinagoga. Este armário litúrgico poderia ser móvel ou embutido na parede Leste e ser fechado com portadas ou com cortinas de acordo com os cânones sefarditas.

<sup>17</sup> ANTT Inquisição de Évora Pº.9020. fl.50v.

Os casos de possíveis *hekhalot* que apresentamos, maioritariamente não têm vestígios de portas, à excepção de Freixo de Espada à Cinta, Sabugal 2 e Porto. O primeiro, com duas portas para um único nicho, o segundo, com portas individualizadas para cada um dos nichos (OSÓRIO, Marcos 2009: 77) e, o terceiro, com duas mas, provavelmente, só para o nicho superior. Todos os outros, à excepção de Sabugal 1 que apresenta orifícios para um possível *parokhet* (cortinado), não apresentam sinais de fecho ou cortinas. Havendo ainda a possibilidade de que o varão estivesse preso na parede e não na moldura do armário, o que o fragilizaria. Por outro lado, a *Torah* poderia estar dentro de um estojo de madeira (*tik*) ou simplesmente coberta por uma capa de pano, solução mais usada pelos sefarditas (AFONSO, Luís 2017: 111).

### 3.2.5 As depressões no nicho inferior

Oito das 14 estruturas pétreas aqui apresentadas têm no nicho inferior depressões circulares que diferem em número, diâmetro, profundidade e perfil. Observando as de Castelo de Vide, constatamos que existem três círculos junto ao bordo com cerca de 12cm de  $\emptyset$  e 5cm de profundidade, mas com perfis distintos. Os dois laterais são sub-cónicos e o do meio em troco de cone e fundo plano. Atrás destes há mais três círculos, dois de cerca de 13cm  $\emptyset$  e 2 cm de profundidade com fundo plano e o terceiro, à direita, com cerca 10cm de  $\emptyset$  e um perfil sub-cónico e cerca de 5 cm de fundo. Esta diversidade poderá corresponder a diferentes tipologias de artefactos ali guardados. Porém, na Guarda os três círculos estão ligados entre si por uma canelura o que oferece menos dúvidas quanto à sua função de escoadouro para líquidos entornados.

Marcos Osório propõe a hipótese de servir para serem colocados os rolos sagrados, embora o autor refira que o diâmetro das concavidades não é o ideal. Contudo, opõe-se também à ideia avançada por outros investigadores de servirem para colocar os “jarros sagrados empregues durante o culto” (MARQUES, António; FERNANDES, Lídia 2004: 271).

Neste sentido, seria útil fazer análises à pedra base e averiguar vestígios de gordura, pois alguns destes armários têm de facto uma patine oleosa que lhes confere uma coloração diferente, podendo ou não indiciar azeite que, eventualmente, serviria para o ritual do *Shabat* e dias festivos.

Um dos aspectos importantes a atender é a assoalhada onde se encontra o armário, pois as cantareiras eram usadas na cozinha ou à entrada das casas. Deste modo, sendo que uma sala interior seria o mais propício a uma função ritual criptojudáica, diga-se que 9 dos 14 exemplares, que estão numa sala e no 1º andar, sete têm estas depressões. Os de Freixo de Espada à Cinta, Porto, Castelo Mendo e Vilar Maior não as têm e para os restantes exemplares, Malhada Sôrda e Monforte, não temos informação mas sabemos que também estão no 1º andar. Assim, por ora, não se conhecem estruturas destas em cozinhas.

Tomando como exemplos de *hekhalot* Castelo de Vide, com diversos tipos de concavidades, e Castelo Mendo sem qualquer tipo, constatamos que por si só estas não servem de critério de legitimação, mas apontam para uma heterogeneidade morfológica e funcional do mobiliário litúrgico criptojudáico dos séculos XVI-XVII.

### 3.2.6 A matéria-prima

Todos os exemplares são de rochas ígneas designadamente granitos, como Freixo de Espada à Cinta, Porto, Castelo Mendo, Guarda, Malhada Sôrda, Gouveia, Vilar Maior, Sabugal 1 e 2, Caria, Medelim, Castelo de Vide e Monforte. A excepção é S. Vicente de Pereira, que se encontra numa área de rochas sedimentares, oferecendo dúvidas quanto ao tipo de matéria prima. Mas parece evidente que a escolha do material está ligada à geologia da região e à tradição do trabalho destas

rochas. Por outro lado, o investimento feito de algumas destas peças, tendo como alternativa mais fácil a alvenaria, funcionalmente só se justifica como forma de conferir maior dignidade pouco consentânea com uma funcionalidade modesta de um armário doméstico.

### **3.2.7 A cronologia: uma aproximação possível**

A importância do estilo e motivos decorativos é inequívoca pois são estes que nos permitem apontar para uma cronologia relativa de quase todas as estruturas apresentadas. Não repetiremos a descrição dos exemplares que outros autores estudaram uma vez que, globalmente, concordamos com ela e com as datações atribuídas. Assim, lembraremos estas últimas: 2ª metade do séc. XV para o exemplar de Castelo de Vide (AFONSO, Luís 2017: 112), 2ª metade do séc. XVI para os exemplares de Freixo de Espada à Cinta, Castelo Mendo, Sabugal 1 e para a 1ª metade do séc. XVII o exemplar da Guarda.

Os casos que, pela sua simplicidade e modéstia, não possuem elementos que nos permitam *per se* apontar uma eventual datação foram excluídos porque, embora estejam embutidos em casas dos séculos XV, XVI e XVII, não autorizam uma transposição cronológica para os mesmos. São eles o de Gouveia, o de Caria, o de Sabugal 2 e o de Vilar Maior.

No possível *hekhal* de S. Vicente Pereira, se atendermos aos vãos em arco Tudor, são elementos que apontariam para uma datação da 2ª metade do séc. XVI, no nosso território. Porém, a rocha sedimentar de que é feito foi sucessivamente caiada deteriorando a sua superfície original; e perdendo o rigor da forma. Algo que é evidente é que há pelo menos um segundo momento em que se acrescenta com argamassa de cal, técnica construtiva diferente da usada no possível móvel litúrgico, e uma cruz que se sobrepõe ao lintel de madeira de um nicho que encima a estrutura. A base da cruz esboça um alargamento arredondado parecido com as cruces de evangelização. As suas dimensões são desproporcionadas em relação ao conjunto, chegando o seu topo a encostar no tecto da casa. Poderíamos interpretar como uma evidência de uma “cristianização” de um eventual *hekhal*, fosse por cristãos para seu uso ou por criptojudéus, como uma forma de assinalar uma suposta conversão. Esta questão apresenta sempre a dúvida de podermos estar perante um armário litúrgico cristão ou algo que foi convertido como tal.

Outro caso, com algumas semelhanças é o da Malhada Sôrda. Aqui, apresenta-se um modesto armário de dois vãos rectangulares simétricos sem decoração, cujas ombreiras são rematadas por uma pedra lintel em arco abatido. Contudo, ao lado direito, a meia altura da parede está embutida uma pia de água benta sub-cónica com rebordo saliente e caneluras verticais (Fig.9). Cada uma delas tem um filete em alto-relevo com comprimentos cada vez maiores que terminam em semiesferas, formando um conjunto espiralado, estilizando a ideia de água que escorre pelo cálice. Justaposto ao topo da pia de pedra assenta uma outra que forma um pequeno nicho com um sobrecéu de motivo concoidal com estrias bem vincadas. Acima deste conjunto, já à face da parede, está desenhada uma cruz latina em alto-relevo. Pelo estilo decorativo, apontaríamos para a primeira metade do séc. XVII não servindo como forma de datação do “armário pétreo”, mas apenas que a sua associação indicia a necessidade de afirmação de um espaço cristão.

Em Medelim observamos uma estrutura de dois vãos rectangulares, o superior menos alto, com uma cimalha a rematar as ombreiras do armário. Estas, bem como a divisão entre os nichos, têm uma canelura rectangular por cada elemento pétreo. O vão inferior, mais alto, possui dois círculos iguais e simétricos na pedra de base. Todo o conjunto é bem aparelhado, sóbrio e linear num estilo Maneirista que poderíamos atribuir à 1ª metade do séc. XVII.

A cronologia de outro possível *hekhal* na Rua de São Miguel do Porto foi apontada para os fins

do séc. XVI princípios do XVII<sup>18</sup> que, mais à frente, retomaremos tal como o “armário pétreo” de Monforte.

#### **4. UM POSSÍVEL HEKHAL EM MONFORTE (PORTALEGRE)**

Em 2014 numa visita que fizemos à zona histórica de Monforte, descobrimos numa parede de dois prédios demolidos, que fazem esquina, entre a Rua João António Moura – fachada virada a Sul com a porta nº2 –, e a Rua António Sardinha – fachada virada a Este –, um provável *hekhal*. Situado numa área de construções do séc. XV – XVII, encontra-se a escassas dezenas metros da porta Oeste do Castelo de Monforte. O achado está no 1º andar, embutido na parede Oeste de uma assoalhada. A estrutura é constituída por dois vãos, o superior com um arco quebrado, e o inferior com um arco abatido (Fig.12). Cada vão, tem um filete e um ressalto que os contorna. Todo o conjunto tem uma moldura, que respeita o cortono meio sextavado do topo, e termina na base com dois colunelos. A peça mesial, com o mesmo alto relevo arredondado da moldura, prolonga-se lateralmente acentuando a sua linearidade. Desconhecemos se tem depressões na base do nicho ou outros pormenores, pois apresenta uma forte camada de cal. Apesar de não ter uma mísula, o seu desenho tem várias semelhanças com o *hekhal* de Castelo de Vide.

A presença de colunelos, e a sobriedade geométrica deste conjunto, pode apontar para uma cronologia dos finais do séc. XV.

#### **5. ANÁLISE AO HEKHAL DA RUA DE SÃO MIGUEL – EXEMPLO DE UMA POLÉMICA**

Em 2005 o Monte do Olival, nº9 da Rua de São Miguel na cidade do Porto, foi sujeito a obras de reabilitação dando a conhecer um *hekhal* que se encontrava entaipado. Nesta ocasião algumas notícias deram visibilidade ao achado e alguma polémica acerca da sua autenticidade. O nosso estudo, feito em 2011, surgiu da necessidade de fazer o seu levantamento rigoroso e analisá-lo no seu contexto espaço-temporal.

##### **5.1 Descrição dos elementos existentes**

A estrutura pétreo é composta por 9 peças polidas em Granito do Porto, justapostas e embutidas, a 40cm do chão, na parede Este do 1º andar de uma sala nas traseiras da casa. O conjunto é formado por dois vãos divididos por uma peça mesial (Fig.13). O nicho superior tem 97cm de altura, 88cm de largura e 40cm de profundidade e é rematado por um arco peraltado constituído por três peças, uma chave e duas aduelas que servem de contra-chave.

O fundo do nicho superior era revestido por azulejos monocromáticos, vidrados a verde, dos quais só restam 6 fragmentos do remate do painel. O nicho inferior, com 88cm de largura e 80cm de altura, tem a mesma profundidade mas a sua base prolongar-se-ia para além da face da parede. Ao contrário de alguns exemplares, aqui não existem depressões circulares. O seu tecto é inclinado abrindo-se de dentro para fora à semelhança de outros.

Todo o conjunto possui uma moldura desconhecida, pois foi notoriamente removida deixando de ter este alto relevo decorativo (Fig.14). Na hipótese mais provável esta seria de sessão em meia cana.

A peça mesial, que separa os dois vãos, é assimétrica nas suas extremidades. Do lado direito termina num remate chanfrado (Fig.15), enquanto do lado esquerdo, é mais comprida e larga,

18 De acordo com Mário Barroca e Elvira Mea (SILVA, António Manuel, 2005:1).

acabando numa fractura (Fig.14) que destoa com o resto dos acabamentos da peça. Este facto, indicia a existência de algo mais que foi quebrado, levando-nos a colocar a hipótese de uma eventual mísula à esquerda.

No topo da prateleira que divide os vãos, a meio – tendencialmente descaído para o lado esquerdo – observamos próximo do rebordo um orifício rectangular com 1.8cm por 0.8cm (Fig.16). Este pormenor remete para a existência de um fecho de uma porta esquerda. Ou seja, pelo menos o nicho superior, seria fechado com duas portas de madeira que não se preservaram (Fig. 17).

## **5.2 Questões contextuais no espaço e no tempo da Judiaria do Olival**

O nº 9 da Rua de São Miguel foi construído no séc. XVI, com um sobrado para a frente e dois para as traseiras, devido ao desnível topográfico onde está implantado. Posteriormente, já no séc. XVII, foram feitas obras acrescentando um andar e alargando para as traseiras a cave e o rés-do-chão (AFONSO, Ferrão 2006: 67). Aqui no 1º andar das traseiras encontra-se embutido na parede Este o provável *hekhal*.

O estudo feito por José Ferrão Afonso ao urbanismo da Judiaria do Monte do Olival mostra cepticismo quanto à possibilidade desta peça ser um *hekhal* e o espaço a ele associado ser uma antiga sinagoga da judiaria. Neste sentido, aponta anacronismos entre o edifício e a peça, com base na idade da sala onde está embutida e numa análise feita à argamassa, que suportava os azulejos, concluindo que a cronologia do possível *hekhal* é muito mais recente (AFONSO, Ferrão, 2006: 73).

Antes de mais, saliente-se que a idade das paredes não é necessariamente a idade da estrutura, e que a hipótese desta ter estado em outra parede, neste ou noutra edifício, é muito provável. O valor simbólico, artístico ou material, justificaria este esforço de transladação. Logo à partida, esta hipótese, explicaria a incoerência frisada pelo autor, entre as fontes consultadas que referem que “[...] a 3ª morada, abaixo da casa do canto, da parte do Convento, a qual foi Sinagoga dos Judeus.” (PAULO, Amílcar 1965: 219), e as datações da construção do edifício, propostas pelo autor. Este, baseado na evolução do urbanismo da judiaria e no estilo arquitectónico da fachada, aponta para o terceiro quartel do século de seiscentos a construção até aos dois sobrados, e o último piso, para o séc. XIX (AFONSO, Ferrão 2006: 69).

Desde logo, o nº 9 da Rua de São Miguel não é necessariamente a sinagoga que Uriel da Costa frequentou, mas existe a possibilidade do *hekhal* da casa/sinagoga, que Amílcar Paulo fala, ser o mesmo que se encontra hoje no prédio vizinho. Quanto ao espaço, que presentemente ocupa, é perfeitamente viável que seja uma sala adaptada para o culto criptojudáico. A favor desta tese, refira-se que nesta rua moraram maioritariamente cristãos-novos durante largas dezenas de anos e que, inclusivamente alguns deles, estiveram na promoção da reabilitação de diversas casas, como é o caso do nº 9.

Em 1626 o prédio estava arruinado e pertencia à cristã nova Catarina Solla, residente em Itália, e que o subemprazou a Francisco de Sousa Seroa, marido de Isabel da Mota Rebelo, cristã-nova, com o compromisso de o reedificar (*idem*: 68). Estes criptojudéus, pelas suas origens, posses e contactos, eventualmente seriam bastante conscientes da cultura e práticas judaicas assim como do contexto histórico do Monte do Olival. Globalmente, os factos apontam para que este exemplar seja um *hekhal* resgatado ao imóvel vizinho por aqueles cristãos-novos.

### 5.3 A reconstrução do *Ekhal* da Judiaria do Olival

Neste processo de reconstrução, do nº 9 da Rua de São Miguel, por parte do casal de cristãos-novos, faria todo o sentido transladar esta peça do prédio ao lado, possivelmente também em reabilitação, justificado pela carga simbólica do *hekhal* que estaria na habitação adaptada a sinagoga. Ao fazê-lo embutiram-no na parede Leste da sua nova casa, cumprindo com uma regra vital na organização do espaço de uma sinagoga.

Um indício desta transferência é o fundo dos nichos não ser da mesma matéria-prima, nem estar trabalhado com o mesmo cuidado do resto da peça. As pedras do fundo do *hekhal* teriam ficado no local de origem, muito provavelmente, por questões de segurança da parede onde estavam. Igualmente, se por hipótese este *hekhal* tivesse tido uma mísula, na continuidade da peça mesial, este também poderia ser o momento em que se perderia, pois a fractura existente, discordante com o resto dos acabamentos, está selada lateralmente pela argamassa e pedras da parede, feita durante a reabilitação do prédio.

Só posteriormente, no séc. XIX, é que teriam sido aplicados os azulejos justificando a datação da argamassa. Muito possivelmente, nesta altura, o *hekhal* já não teria o seu significado litúrgico sendo convertido num armário secular. Também poderia corresponder à fase de remoção dos elementos salientes da face da parede, como a moldura em alto relevo e o prolongamento da base da prateleira inferior, transformando num armário de arrumos. Ou em alternativa, estes teriam sido só removidos numa última fase quando o armário foi entaipado, e ouve a necessidade de regularizar a superfície da parede.

Pelo seu estilo sóbrio, numa organização simétrica e linear, encimada por um arco peraltado, possivelmente, enquadra-se no maneirismo dos finais do séc. XVI ou da 1ª metade do séc. XVII.

Face a todo este contexto e características desta estrutura, este seria um *hekhal* que, por volta da 2ª metade do séc. XVII, foi removido do seu sítio de origem e embutido na parede onde se encontra hoje. Aqui teria funcionado um espaço de reunião e de culto criptojudáico.

## 6. CONCLUSÕES

Após esta exposição sobre contextos, hipóteses funcionais, características estilísticas e cronologias este é mais um ponto de partida do que de chegada, desta complexa problemática dos possíveis *hekhalot*. O período abordado neste trabalho é coincidente com um período de charneira, entre espaços adaptados a sinagogas ante 1496, e espaços posteriores, que se afastam progressivamente do conceito funcional e ritual de uma sinagoga, e se aproximam cada vez mais de outro conceito de espaço de vivências familiares de um criptojudáismo com preceitos rituais adaptados às circunstâncias dos séculos XVI e XVII.

Assim, poderíamos propor que Castelo de Vide e Castelo Mendo teriam *hekhalot* associados aos primeiros espaços, podendo ter ou não continuidade, enquanto que em Freixo de Espada à Cinta, no Porto, em S. Vicente Pereira – numa primeira fase –, na Guarda, em Monforte e possivelmente no Sabugal (exemplar 1) teriam *hekhalot* que representariam vestígios materiais de espaços criptojudáicos dos séculos XVI-XVII, e que de acordo com o seu contexto regional, viveriam diferentemente o seu criptojudáimo. Os outros casos, ao estado dos nossos conhecimentos actuais, pela ausência de estudos mais aprofundados e pela ambiguidade dos exemplares poderiam, ou não, ter sido *hekhalot* ligados a um criptojudáismo marrano.

Assim, importa reter que, a heterogeneidade morfológica dos *hekhalot* pode corresponder, desde a 1ª fase, a um maior ou menor rigor da vivência dos rituais judaicos. Estas diferenças acentuar-se-iam com o tempo, de acordo com a diferente dinâmica dos contextos socio-culturais,

atingindo um hibridismo morfológico, funcional e ritual, que justificariam exemplares como os da Malhada Sôrda ou S. Vicente Pereira – numa segunda fase.

Por último, o *hekhal* descoberto na habitação adaptada a Sinagoga em Castelo de Vide, deu início a uma problemática de que um *hekhal* e o seu espaço tinham idiossincrasias que, por vezes, os distanciavam dos cânones sefarditas e conseqüentemente das expectativas que poderíamos ter acerca da sua concepção enquanto móvel litúrgico.

De futuro, só através de um amplo cruzamento de informações, e da interdisciplinaridade, é que poderemos reconhecer de forma mais consistente estes vestígios físicos do judaísmo e do criptojudáismo em território nacional.

### **BIBLIOGRAFIA:**

- ADLER, Cyrus et alii (2002) “Ark of the Law”, in *Jewish Encyclopedia*, 2, Kopleman Foudation, pp.107-111. Consultado em 26-8-2016: [www.jewishencyclopedia.com/articles/1778-ark-of-the-law](http://www.jewishencyclopedia.com/articles/1778-ark-of-the-law)
- AFONSO, José da Conceição (2014), “Judeus, Criptojudeus e Cristãos-novos: Arquitectura Doméstica na Raia Quinhentista”, in SARAIVA, António; CAMEIJO, Alcina (Coord.) *Judeus, Judiarias e Cristãos-Novos na Beira Interior*, Guarda, Agência para a Promoção da Guarda, pp.75-86.
- AFONSO, José Ferrão (2006), “Sobre um possível *Hekhal*: aspectos do urbanismo e arquitectura do Olival e da Vitória no Porto (sécs. XIV-XIX)”, *Revista Humanística e Teologia*, 27 (1), Porto, Universidade Católica do Porto, pp.67-81.
- AFONSO, Luís Urbano (2017), “As sinagogas portuguesas e o tardo-gótico despojado”, in *O Fascínio do Gótico. Um Tributo a José Custódio Vieira da Sila*, Lisboa ARTIS- Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp.105-136
- AMÂNDIO, Jorge Morais Barros, (2008). Trás-os-Montes e Alto Douro na Construção da economia moderna (séculos XV-XVII), *Actas do III Congresso de arqueologia. Trás-os-montes, Alto douro e Beira Interior. Ambientes e Musealização*, Porto, 8, pp. 86-94.
- ANDRADE, António Júlio; GUIMARÃES, Maria Fernandes (2015), *Judeus em Trás-os-Montes. A Rua da Costanilha*, Lisboa, Âncora editora.
- BALESTEROS, Carmen; OLIVEIRA, Jorge (1993), “A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide”, *Ibn Maruán. Revista Cultural do Concelho de Marvão*, 3, Marvão, Câmara Municipal de Marvão, pp. 123-152.
- BALLESTEROS, Carmen (1996), “Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã – Para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola (I)”, *Ibn Maruán. Revista Cultural do Concelho de Marvão*, 6, Marvão, Câmara Municipal de Marvão, Marvão, pp. 139-152.
- BARROCA, Mário Jorge (2001), “O aron de Castelo Mendo”, *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques – 1*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.183-197.
- DIAS, Geraldo Coelho (2009), Judiaria (Judiarias) in MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto; MUCZNIK, Esther; MEA, Elvira (Coord. de), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 298-299
- GARCIA, Antonieta (2014), “Judeus, Criptojudeus e Cristãos-novos: Arquitectura Doméstica na Raia Quinhentista”, in SARAIVA, António; CAMEIJO, Alcina (Coord.) *Judeus, Judiarias e Cristãos-Novos na Beira Interior*, Guarda, Agência para a Promoção da Guarda, pp.35-62.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1994), *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações D.Quixote (Col. «Portugal de Perto», 24).

- MARQUES, António; FERNANDES, Lídia. 2004. “Vestígios hebraicos na cidade da Guarda. Sobre um aron Há-kodesh”, *Arqueologia Medieval*, 8, Porto, Edições Afrontamento, pp.267-277.
- MARTINS, Jorge (2015), *Breve História dos Judeus em Portugal*, Lisboa, Nova Vega.
- OSÓRIO, Marcos (2009), “Armários de pedra na arquitectura tradicional do Alto Côa. Testemunhos do culto judaico?”, *Sabucale*, (1), Sabugal, Câmara Municipal do Sabugal, pp. 75-88.
- KAPLAN, Yosef (2009), Marrano/Marranismo (Etimologia), in MUCZNIK, Lúcia Liba et alii (Coord. de), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 341-344
- PAULO, Amílcar (1965), “A Comuna Judaica do Porto. Apontamentos para a sua História: A Sinagoga do Olival”, *O Tripeiro*, IV série, Ano V , nº7, pp. 218-220.
- PAULO, Amílcar (1985), *Os Judeus Secretos em Portugal*, Porto, Editorial Labirinto.
- SANTOS, Carla et alii (2000) “Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã ou cristã-nova nos núcleos urbanos antigos de Estremoz e Trancoso” in JORGE, Vitor Oliveira (Coord.), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular 31 a 27 de Setembro de 1999*, 8, Porto, ADECAP, pp.207-226.
- STUCZINSKY, Claude (2009), Marranismo, in MUCZNIK, Lúcia Liba et alii (Coord. de), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 341-343.
- SILVA, António Manuel (2005), “A descoberta da sinagoga do Porto – a intervenção do GAU”, Informação 091/2005, Porto, Divisão do Património Cultural, Gabinete de Arqueologia Urbana (policopiado).
- SHAUL, Moshe (2009), Ladino (Judeo-Espanhol), in MUCZNIK, Lúcia Liba et alii (Coord. de), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 305-306.
- TAVARES, Maria José Ferro (2008a), “Os Judeus da Beira Interior: a Comuna de Trancoso e a entrada da Inquisição”. *Sefarad* , Vol. 68: 2, julio – diciembre, pp. 569 – 411.
- TAVARES, Maria José Ferro (2008b), “Os Judeus de Trancoso: Entre a Lei de Moisés e o Baptismo, in *Actas das 1ªs Jornadas do Património Judaico da Beira Interior*, Trancoso-Belmonte, Câmaras Municipais de Trancoso e Belmonte.

**Nota:**

Todos os desenhos e fotos são do autor à excepção:

Figuras 4, 6, 9 e 10 da autoria de Carlos Castela retiradas de:

<http://www.portugalnotavel.com/armarios-sagrados-aaron-echael-portugal/>

Figura 5 da autoria de Manuel Pires Basto retirada de:

<http://artigosjornaljoaosemana.blogspot.pt/2012/06/culto-judaico-em-s-vicente-de-pereira.html>

Figura 7 da autoria de Caeiro retirada de:

<http://zivab david.blogspot.pt/2013/04/hechal.html>

Agradeço ao Rabi Tzev, ao Frei Geraldo e à Sara Crespo pelos seus conselhos.

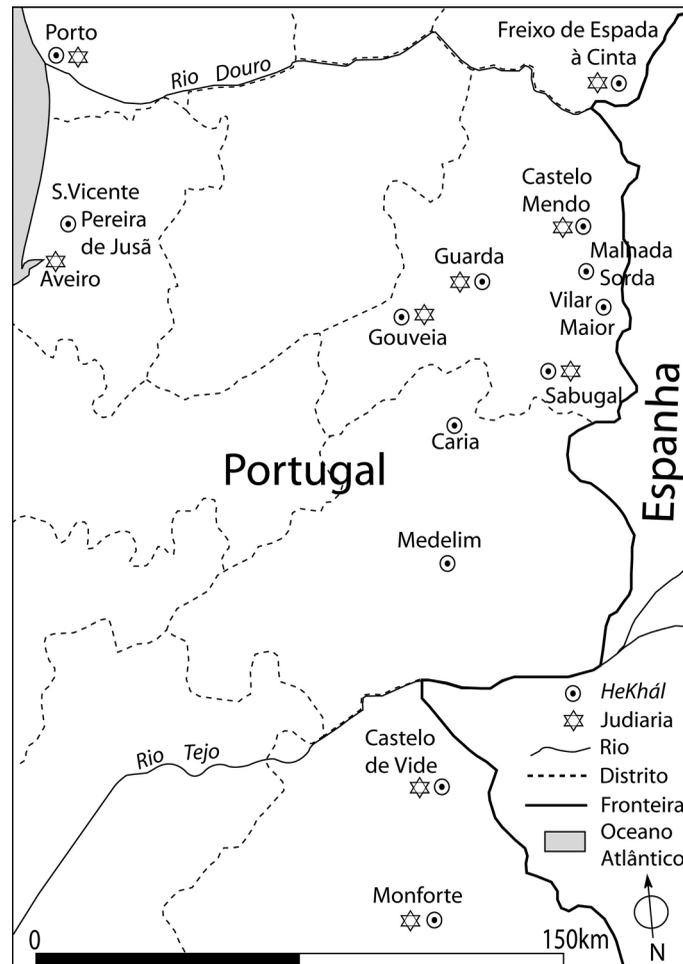


<b>Hekhal</b>	<b>Nichos / Vãos</b>	<b>Decoração</b>	<b>Mísula</b>	<b>Fecho e covas</b>	<b>Construção</b>	<b>Local</b>
Freixo de Espada à Cinta. Fig. 4	1 nicho quadrangular a meia altura da parede delimitado p/ 2 umbrais unidos por uma cimalha com proporções de janela	Estilo maneirista com decoração das pilastras e lintel com motivos grotescos em baixo-relevo. 2ª metade do Séc. XVI	Mísula circular com 2 discos na base	2 portadas de madeira com ripas entrecruzadas. Não tem círculos	≥ 6 peças de granito	1º andar Orientação não referida
Rua de São Miguel, nº 9. - Porto Fig. 13, 14, 15 e 16	2 vãos sub-quadrangulares. O de topo com 1 arco peraltado. O inferior com tecto inclinado e base com rebordo saliente	Moldura em alto-relevo em meia-cana. Peça mesial com chanfro lateral Séc.XVI-XVII	Eventualmente teria uma mísula	1 ou 2 portadas no vão superior. Não tem círculos na base	9 peças em granito	R/c na sala ao fundo -1º andar das traseiras -Embutido na parede Este
Rua Padre Juíz Oliveira Martins. S.Vicente de Pereira - Ovar Fig. 5	2 vãos em arco Tudor enquadrados p/ moldura rectangular ressaltada. Fora do móvel ao topo um nicho rectangular	Tudo é encimado por 1 cruz em alto relevo de estuque Séc.XVI-XVII	Não tem mísula	Não tem indícios de fecho A pedra base tem 2 círculos	Camada espessa de cal. Peça mesial é forrada com tijoleiras	R/c Embutido na parede SW
Casa do Hospital da Misericórdia. Castelo Mendo. Fig. 6	2 nichos sub-retangulares. O de topo c/ sobrecéu conchoidal. Delimitados p/ 2 pilas-tras e 4 colunelos	Motivos grotescos em alto-relevo a decorar as pilastras 2ª metade do Séc. XVI	Mísula à esquerda com organização jónica	N/ tem indícios de fecho e não tem círculos na base	≤10 peças de granito	1º andar. Embutido na parede Este
Rua do Relógio. Malhada Sôrda - Almeida Fig. 9	2 nichos rectangulares. O de topo com arco abatido e um rasgo lateral interior que indicia uma prateleira.	As cantarias são aparelhadas decoração. Pia para água benta embutida à esquerda do móvel Séc.XVII	Pia sub-cónica gomada c/ filetes e esferas Sobrecéu em concha e cruz latina	Não tem indícios de fecho. Não se sabe se há concavidades	7 peças de granito	1º andar. Orientação desconhecida mas não está na parede Este
“Casa do Balcão” Rua do Toural -Gouveia Fig. 8	2 nichos ambos com tecto inclinado e rectangular. Base com rebordo	Moldura rectangular em alto relevo de. Sem datação segura	Não tem mísula.	Não tem fecho. 2 círculos na base	11 peças de granito	1º andar Embutido na parede Este
Rua da Roda Caria - Belmonte	2 nichos rectangulares. Ambos com tecto inclinado	Sem decoração Pedra de base com rebordo. Sem datação	Não tem mísula.	Não tem fecho. 3 círculos	11 peças de granito	1º andar Orientação Desconhecida

**Fig. 1** – Quadro comparativo dos possíveis hekhalot.

Hekhal	Nichos / Vãos	Decoração	Mísula	Fecho e covas	Construção	Local
Rua Rui de Pina nº 29-31 - Guarda Fig. 7	2 nichos rectangulares c/ sobrecéus Peças laterais c/ moldura biselada e filete. Cornija c/ ressaltos. Base rebaixada e rebordo	Sobre-céus, fundo e laterais do vão superior almofadados c/ motivos grotescos tal na frente da peça mesial. Séc.XVII	Não tem mísula	Não tem indícios de fecho. Possui 3 círculos na pedra de base	12 peças em granito	Originalmente no 1º andar embutido na parede Norte
Rua D. Dinis, nº6 -Sabugal 1	2 nichos rectangulares, o superior com arco abatido. Base rebaixada e com rebordo	Ombreiras e prateleira cortadas em bisel. Moldura em cordão e com filete estreito - Séc. XVI	Não tem mísula	Orifícios p/a varão cortinado 2 covas na base	13 peças de granito.	1º andar. Ebutido na parede NNO
“Casa do Castelo” -Sabugal 2	2 nichos quadrangulares. O superior c/ arco abatido. Base com rebordo	As ombreiras são cortadas em bisel. Móvel simples e geométrico. S/ datação	Não tem mísula	1 ou 2 portas por cada vão. 3 círculos	9 blocos de granito	1º uso no 1º and. embutido na parede NNO
Rua da Costa nº5 Vilar Maior Sabugal	3 vãos rectangulares. O sup. mais estreito e o mesial c/ tecto inclinado Base c/ rebordo	Não tem decoração e é de estilo sóbrio simples e geométrico. Sem datação	Não tem mísula	Não há indícios de portas Não tem círculos	15 blocos de granito	R/c embutido na parede NW
Medelim Idanha-a-Nova Fig. 10	2 nichos rectangulares. O de topo com menor altura. Pedra base sem rebordo	As cantarias têm 1 canelura em baixo-relevo. Cimilha com ressaltos. Séc.XVI-XVII	Não tem mísula	Não tem indícios de fecho. 2 círculos	8 peças em granito	Orientação não referida
Rua João António Romão Moura nº2 Monforte Fig.12	2 vãos. O superior com arco quebrado e o inferior com arco abatido	Emoldurado por um filete, um ressalto e moldura. Na base ladeado por dois colonelos. Séc.XV	Não tem mísula	Não tem fecho. Desconhecem-se círculos	Móvel caído. Não se veem as peças. Granito	1º andar embutido na parede Oeste
Rua da Judiaria -Castelo de Vide. Fig. 11	2 vãos rectangulares. O superior definido por arco quebrado e o inferior por um arco abatido	Emoldurada por múltiplos ressaltos acentuando uma grande linearidade e sobriedade. 2ª metade do Séc. XV	Mísula à esquerda plana assente em pilastra c/ esferas	Não tem portadas. 6 círculos de diferentes tipos	Várias peças perfeitamente justapostas	R/c embutido na parede Este

**Fig. 2** – Quadro comparativo dos possíveis *hekhalot* (continuação).



**Fig. 3** – Distribuição dos possíveis *hekhalot* com localização das judiarias mais próximas.



**Fig. 4** – *Hekhal* de Freixo de Espada à Cinta.



**Fig. 5** – Hekhal de S. Vicente Pereira (Ovar).



**Fig. 6** – Hekhal de Castelo Mendo (Almeida).



**Fig. 7** – *Hekhal da Guarda.*



**Fig. 8** – *Hekhal da Casa do Toural em Gouveia*



**Fig. 9** – *Hekhal* da Malhada Sôrda – Sabugal.



**Fig. 10** – *Hekhal* de Medelim – Idanha-a-Nova.



**Fig. 11** – *Hekhal* de Castelo de Vide.



**Fig. 12** – *Hekhal* de Monforte – Portalegre.



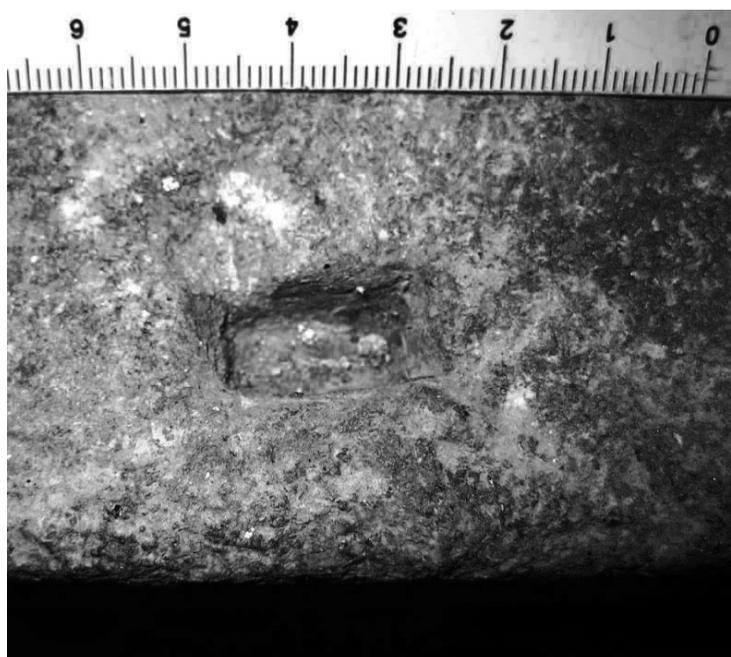
**Fig. 13** – *Hekhal* da Rua de S. Miguel – Porto.



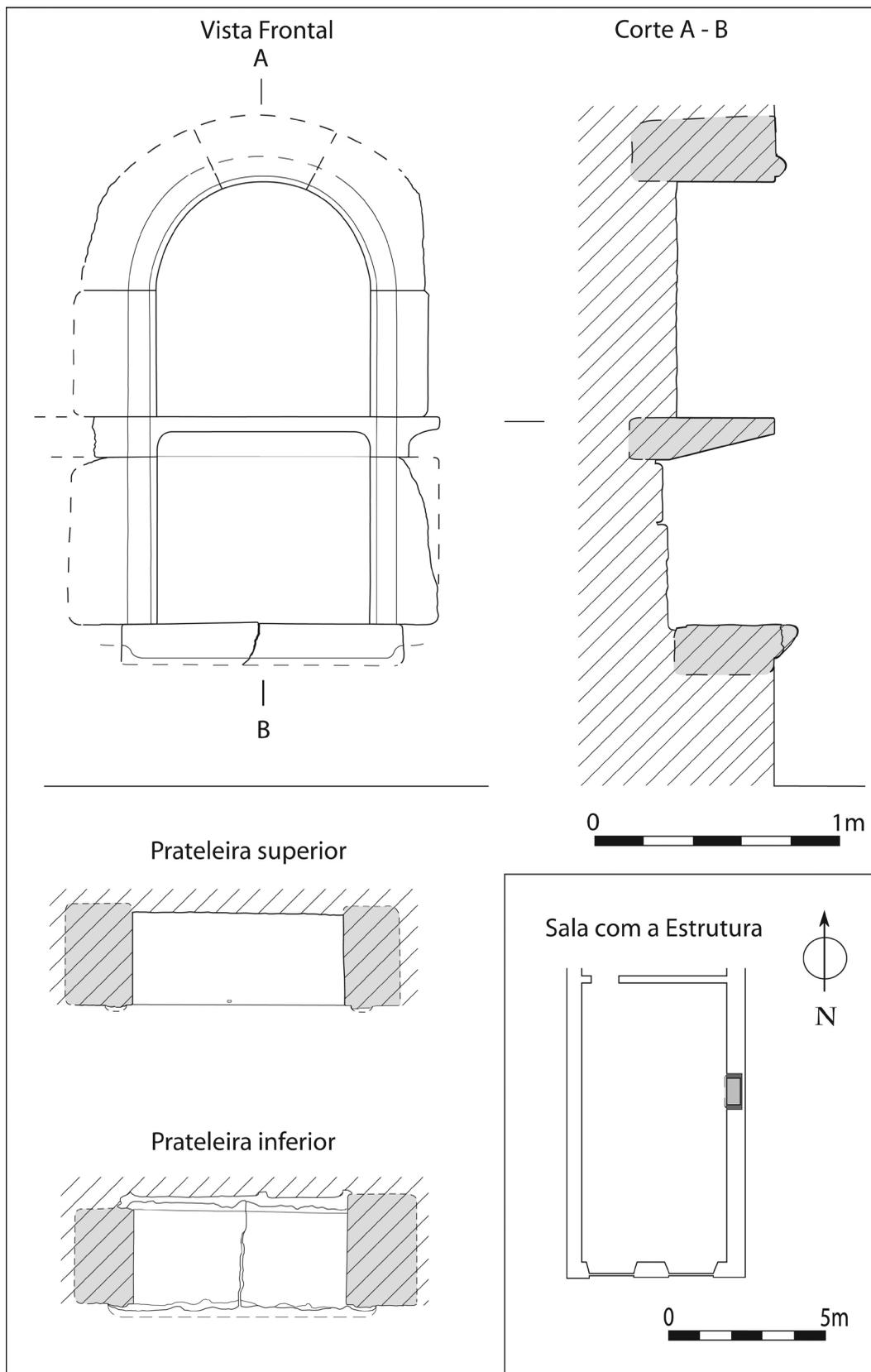
**Fig. 14** – Pormenor dos vestígios da moldura decorativa removida e peça mesial partida – *hekhal* do Porto.



**Fig. 15** – Vão inferior do *hekhal* do Porto com topo inclinado e peça mesial chanfrada.



**Fig. 16** – Orifício para o fecho de uma portada na pedra mesial – *hekhal* do Porto.



**Fig.17** - Levantamento do *hekhal* da Rua de São Miguel (Porto).

# DATAS EM QUESTÃO. PROBLEMAS DE TRÊS EPÍGRAFES FUNERÁRIAS DE VILAR DE FRADES.

**Francisco G. C. Líbano Monteiro Faure**

Arqueólogo / Câmara Municipal de Guimarães.

francisco.faure@cm-guimaraes.pt

## **ABSTRACT**

After a comparison of the dates engraved on some flagstones from the church of the Monastery of S. Salvador de Vilar de Frades (Barcelos, Portugal) with the known dates of death of the persons that should be buried in such graves, it is possible to verify an inconsistency between each pair of dates. In this paper we try to understand this inconsistency advancing the hypothesis that this particular kind of tumular inscriptions served more as a way to identify the ownership of the grave than to identify the persons buried in there.

**Keywords:** Funerary epigraphy, Modern Era, Vilar de Frades.

## **RESUMO**

Após uma comparação das datas gravadas nalgumas tampas de sepultura da igreja do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades (Barcelos, Portugal) com as datas de morte conhecidas para as pessoas que deveriam estar aí sepultadas, é possível verificar uma inconsistência entre cada par de datas. Neste artigo tentaremos compreender esta inconsistência, avançando a hipótese de que este tipo particular de inscrições tumulares tem uma função destinada mais a identificar o proprietário da sepultura do que a identificar as pessoas aí sepultadas.

**Palavras-chave:** Epigrafia funerária, Época Moderna, Vilar de Frades.

## **1. INTRODUÇÃO**

Não obstante as instâncias superiores da Igreja Católica terem proibido os enterramentos nos templos por diversas vezes (ARIÉS s.d.: pp. 60-66; TORRES 1990: p. 402; BARROCA 1987: pp. 16-18; ARAÚJO 1997: p. 362; BASTOS 1996), esta prática tornou-se mais do que comum, vindo a transformar-se numa regra para a maioria das comunidades católicas<sup>1</sup>. Ao enterramento *ad sanctos*

<sup>1</sup> Pela sua importância no contexto regional deste estudo, devemos recordar aqui o Cânone 18 do Primeiro Concílio de Braga, do Séc. VI, onde se declara “ut corpora defunctorum nullo modo intra basilicam sanctorum speliantur” (conf. VIVES 1963: p. 75).

dos primeiros séculos do Cristianismo seguiu-se um enterramento *apud ecclesiam* que persistiu, pelo menos no caso português, até ao séc. XIX, quando a legislação liberal impôs o enterramento em novas áreas cemiteriais.

O facto de a hierarquia católica não ter sido capaz de impedir estes enterramentos *apud ecclesiam* está relacionado com diversas razões, das quais mencionaremos, aqui, apenas quatro. A primeira razão prende-se com a discussão entre as autoridades morais eclesiásticas sobre as vantagens e desvantagens desta prática. Como exemplo, podemos ver que se S. João Crisóstomo se opunha veementemente aos enterramentos dentro das áreas urbanas e igrejas (ARIÉS 1989: p. 26 e ARIÉS s.d., I: p. 42), Santo Agostinho, por seu lado, encarava a prática não como sendo má *per se*, apenas acreditando que para os defuntos não adviria um bem maior como consequência do seu local de sepultura (AGOSTINHO S. s.d.: p. 474). Uma segunda razão, apresentada por Mário Barroca (1987: p. 24), prendia-se com o facto de, para além da busca de protecção espiritual dada pelo solo sagrado, se procurar uma protecção física para as sepulturas que, frequentemente, eram violadas por ladrões à procura de bens com que os defuntos eram enterrados – uma prática que permaneceu, pelo menos, até aos séculos VII e VIII. Uma terceira importante razão está relacionada com a dificuldade das autoridades Católicas em mudar as tradições populares, o que obrigou os bispos e párcos a uma negociação entre a ortodoxia e a religiosidade popular. É por isso que, no séc. XVI, ainda encontramos legislação contra costumes como as *lamentações*, que tinham as suas origens na tradição romana (MATTOSO 1996a: p. 58; BASTOS 1996: p. 111-112). Finalmente, acreditamos que a ausência de uma legislação civil suportando a lei religiosa contribuiu para o facto de a voz da autoridade católica ter sido silenciada pela prática comum. Tal acontece, principalmente, porque as autoridades civis, assim como as religiosas, também desejavam ser enterradas dentro dos templos. De facto, mesmo com o seu forte braço judicial, não foi fácil para os legisladores liberais portugueses mudar a tradição dos enterramentos dentro das igrejas ou nos seus adros (CABRAL e FEIJÓ 1985; CATROGA 1991).

Em quase dois milénios de práticas funerárias cristãs encontramos uma enorme diversidade de costumes, diversidade essa que pode ser sentida desde uma perspectiva sincrónica e diacrónica. Diferenças sincrónicas vêem-se, por exemplo, não só no registo epigráfico mas também nos ritos. No caso dos epitáfios, por exemplo, a expressão *famulus dei*, típica de inscrições funerárias medievais, está ausente na região da Tarraconense (BARROCA 2000, I: p. 272). Ao nível dos rituais, por seu turno, vemos diferenças entre instituições distintas, como foi demonstrado por José Mattoso (1996c) para as cerimónias funerárias beneditina e cisterciense.

No que concerne à diversidade diacrónica, as inscrições funerárias são também um bom exemplo desse desenvolvimento. Os epitáfios paleocristãos diferem daqueles do período romano, por exemplo, pela introdução do elemento cronológico (BARROCA 2000, I: pp. 37-38) ou da passagem da utilização do sistema de *tria nomina* para a apresentação de apenas um nome (BARROCA 2000, I: pp. 278-289). No séc. VII, os epitáfios começam a desaparecer do registo arqueológico português (tal como as epígrafes em geral), dando origem a um período de anonimato dos sepulcros, período esse que corresponde às invasões islâmicas e ao início da Reconquista Cristã (BARROCA 1987: pp. 119-121 e 255-256; BARROCA 2000, I: pp. 264-265). A explicação deste período de anonimato sepulcral não pode recair, contudo, apenas em razões políticas e militares. De facto, ele corresponde também às visões da vida após a morte de então, anteriores a uma clarificação da doutrina do purgatório, quando a recordação individual dos defuntos após o primeiro aniversário não fazia parte da liturgia (BARROCA 2000, I: pp. 265-266; MATTOSO 1996a: p. 65). Foi só após o séc. XI que a epigrafia funerária, e em particular os epitáfios, reapareceu, uma demonstração da nova visão da vida após a morte, incrementada pela introdução da festa dos Fiéis

Defuntos por Odilon de Cluny (ARIÉS s.d., I: p. 188 e 255-256; MATTOSO 1996a: p. 66; MATTOSO 1996b: pp. 80-82; BARROCA 2000, I: p. 66).

A Idade Moderna virá introduzir novas mudanças, que se encontram directamente relacionadas com as necessidades reformadoras e contra-reformadoras que deram origem ao Concílio de Trento. À predominante preocupação com o juízo final patente na Idade Média, sucede-se agora a preocupação em viver de forma a preparar a morte (XAVIER 1991; ARIÉS s.d., I: p. 233). Ainda antes de Trento começam a promover-se os registos eclesiásticos, incluindo os assentos de óbitos, que o Concílio virá a tornar obrigatórios (MARQUES 2000: p. 532). Três sacramentos passam, agora, a estar intimamente relacionadas com o momento da morte: a Extrema-Unção, a Penitência e a Eucaristia. Ao pressentir a chegada do momento da morte, chama-se o sacerdote para confessar, dar a santa unção e comungar. E porque preparar a morte implica, também, cuidar das coisas terrenas, impulsiona-se a prática dos testamentos, de tal maneira que, nas palavras de Philippe Ariés, estes se constituem como “um acto *religioso*, apesar de não sacramental”<sup>2</sup>.

A Idade Moderna trouxe consigo, ainda, novas formas de cenografar os momentos relacionados com a morte, incluindo-se aqui, por exemplo, as representações da “vanitas” e os catafalcos (ARAÚJO 1991: p. 53 e XAVIER 1991: p. 35), verdadeiras “lutuosas manifestações de opulência e piedade” que caracterizam a sociedade de corte (ARAÚJO 1991: p. 53). Contudo, se a tumulária moderna e as suas representações foram já frequentemente estudadas, o mesmo não se pode dizer da epigrafia. Não obstante alguns trabalhos recentes, como os de Maria Ramalho (1998 e 2001) sobre o Convento de S. Francisco de Santarém, o de Bernardo Sá Nogueira (2005) sobre a colecção epigráfica do Museu Arqueológico do Carmo, os de Filipa Gomes do Avellar sobre Santa Clara-a-Nova de Coimbra, Santa Maria Maior do Funchal (AVELLAR 2003 e 2003a) e a Sé de Silves, este último em colaboração com Miguel Côrte-Real (AVELLAR e CÔRTE-REAL 2005), ou o de José d’Encarnação acerca dos epitáfios da Sé da Guarda (ENCARNAÇÃO 2008), está por fazer uma abordagem mais profunda, à semelhança da já feita para a Idade Média por Mário Jorge Barroca (2000), que nos permita caracterizar melhor este período.

Em estudo anterior (FAURE 2012), tentámos compreender os tipos de sepultura existentes no mosteiro de Vilar de Frades, Barcelos (Fig. 1), desde a Idade Média até à Época Contemporânea, assim como os mecanismos que regulavam os enterramentos no referido mosteiro, principalmente entre os fins do Séc. XVI e os inícios do Séc. XIX. Para isso, em complemento ao registo arqueológico, explorámos os Livros de Óbitos da paróquia de Areias de Vilar, comparando as informações obtidas através destes dois tipos distintos de fontes.

Como resultado daquele estudo, conclui-se que, a partir do Séc. XVI, o mosteiro tinha quatro áreas diferentes de enterramento: o interior da igreja (Fig. 2A), a torre velha (Fig. 2B), o claustro (Fig. 2C) e o adro (Fig. 2D). O enterramento no interior da igreja era, ao contrário de outras paróquias, bastante restritivo e podemos encontrar aí, maioritariamente, os membros de quatro famílias: Vilas-Boas, Fernandes, Gaio Sá e Sousa. É nossa convicção, dado que se encontraram mais restos humanos dentro da igreja do que aqueles para os quais temos registo escrito, de que também alguns dos membros da comunidade religiosa que vivia no mosteiro deveriam ter aqui recebido sepultura<sup>3</sup>. A torre velha era o panteão da família Correia, da casa de Farelães (Barcelos) e, além das referências dos cronistas, apenas encontramos registo em Época Moderna de uma

<sup>2</sup> ARIÉS s.d., I, p. 233. O sublinhado é do autor. Ver, a este respeito, também, ARAÚJO 1997: p. 145.

<sup>3</sup> Os livros de óbitos da paróquia de Areias de Vilar não mencionam o falecimento e local de enterramento dos membros da congregação, ainda que saibamos que alguns destes homens faleceram em Vilar de Frades por existir um livro onde os seus bens foram registados (A.D.B., F.M.C., L-27). Neste livro, abrangendo cerca de 50 anos (entre 1733 e 1781/83), é feita referência à morte de 77 membros da comunidade.

pessoa a ser aí enterrada<sup>4</sup>. O claustro era maioritariamente ocupado por leigos. No entanto, a sua ala este estava destinada ao enterramento de membros da comunidade<sup>5</sup>. O adro, por seu lado, estava dividido em três áreas distintas: a que se encontrava frente às escadas de acesso à igreja destinava-se a crianças, frequentemente denominadas como “anjinhos”, a área norte às pessoas de S. João de Areias e a área sul aos paroquianos de Santa Maria Madalena<sup>6</sup>.

Ainda que estas zonas vão mantendo, no que ao nível da tipologia da população diz respeito, as mesmas características de ocupação durante a Idade Moderna, há uma curiosa mudança de comportamento por volta de 1779/80. Se antes desta data a maioria da população era sepultada no adro, depois de 1780 o claustro passa a ser a zona preferencial de cemitério, recebendo todas as sepulturas já a partir de 1835. Este fenómeno deverá estar relacionado com o programa construtivo que os Lóios iniciam nesta altura, de cronologias finas ainda não totalmente compreensíveis, mas que terá levado a um aumento da área do claustro e, conseqüentemente, ao aumento da área útil de enterramentos. No que diz respeito aos enterramentos no interior da igreja, por seu turno, não possuímos quaisquer registos após 1777.

É exactamente dentro da igreja que encontramos cinco epígrafes funerárias inscritas nas tampas de algumas sepulturas. Estes elementos datam desde o fim do Séc. XVI até à primeira metade do Séc. XVIII. Antes deste período não há evidência de epígrafes funerárias e mesmo no que concerne à utilização de grandes tampas sepulcrais temos apenas quatro exemplos, fora da igreja, a norte, associadas a contextos do Séc. XV (LAÇO e BERNARDO 1999: p. 45). Nenhuma destas cinco epígrafes possui um programa decorativo extraordinário, sendo a sua simplicidade quebrada apenas por dois exemplares com moldura rebaixada, um deles apresentando os entalhes de encaixe das argolas usadas para levantar a tampa.

## **2. INSCRIÇÕES TUMULARES DE VILAR DE FRADES**

### **2.1. D. Francisco de Santa Maria (Fig. 3,1 e Fig. 4)**

No cruzeiro da igreja podemos encontrar uma grande pedra funerária pertencente a D. Francisco de Santa Maria, um proeminente membro da Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, mais tarde Bispo de Fez. Nascido em Vila do Conde, dizem-nos as crónicas que D. Francisco entrou no mosteiro de Vilar de Frades no dia em que deveria celebrar os seus esponsais (SANTA MARIA 1697: p. 1002). Entre outras acções, foi responsável pela organização e edição das Constituições da Ordem, assim como pela reforma da Congregação de S. Jorge em Alga (Veneza), adquirindo, desta forma, relevância entre os seus confrades (SANTA MARIA 1697: p. 1003).

4 Trata-se de Belchior Correia de Lacerda que, tendo falecido em 24 de Agosto de 1569, foi a sepultar em Vilar de Frades. A título de curiosidade, referimos que o pároco diz que “por ser no tempo de verão fedia muito que não podião soportar o grande fedor” (A.D.B., R.P.B., S.P.M.F., nº 521, fl. 72. O sublinhado é original.). Abaixo deste registo, foi acrescentada uma nota indicando a morte da sua viúva, D. Isabel de Pina, que faleceu na Guarda em 1576. Agradecemos esta informação ao Sr. Pe. Dr. António Júlio Trigueiros, s.j.

5 Devido à presença de rocha a pouca profundidade, esta ala do mosteiro possuía uma área útil de enterramentos muito baixa e poucas pessoas aí terão sido sepultadas. É também por essa razão que acreditamos que alguns dos membros da congregação terão sido enterrados dentro da igreja. Nesta área particular do claustro, destinada aos membros da comunidade, foi enterrado um sacerdote jesuíta que faleceu em Vilar de Frades durante o período de supressão da ordem (FAURE 2012: pp. 186-187).

6 Desde o Séc. XI, este pequeno território estava dividido em três paróquias: S. João de Areias de Vilar, Sta. Maria Madalena de Vilar e S. Salvador de Vilar de Frades (COSTA 1997, II: p. 90-91). Ainda que os lugares de S. João de Areias e Santa Maria Madalena tivessem as suas próprias igrejas paroquiais, o mosteiro de Vilar de Frades era considerado, também ele próprio, como paróquia (COSTA 1997, I: p. 361). No entanto, em parte porque o mosteiro tinha o direito a nomear os párocos das outras duas paróquias, este ter-se-á constituído como uma espécie de *ecclesia mater* das três jurisdições eclesiásticas. Assim se justifica que na documentação por nós consultada sejam muito poucos os casos de enterramentos em S. João de Areias e em Santa Maria Madalena, demonstrando que a divisão paroquial era, de alguma forma, mais abstracta do que real.

A inscrição na tampa da sua sepultura está parcialmente coberta pelo altar-mor e, por isso, apenas podemos reconstruí-la com a ajuda de outros autores. Nesta lápide, com cerca de 2,00 m x 1,02 m, está escrito:

“AQUI IAS O CORPO DO BISPO D. Francisco, Frade nosso, FALECEU EM BRAGA AOS 6” / DE 7BRO DE / 1596

O nome de D. Francisco estaria apagado quando Teotónio da Fonseca (1987, II: p. 34) procedeu à leitura da inscrição e, por isso, utilizou pontos entre “Bispo” e “Faleceu”. Joaquim Alves Vinhas (1998: p. 109) e Sebastião Matos (2001: p. 119) escreveram no mesmo lugar o seu nome completo “Francisco de Santa Maria”. Preferimos, no entanto, seguir a leitura feita pelo cronista homónimo do Bispo de Fez, Pe. Francisco de Santa Maria (1697: p. 1005), que transcreve o epitáfio utilizando a expressão “D. Francisco, Frade nosso”.

Conhecemos o registo de óbito de D. Francisco, por se encontrar entre os assentos de óbitos de Areias de Vilar, e que diz:

“Aos seis dias do mes de setembro primejra sexta feira delle se falleçeo na Cidade de Braga o m.to R.do e Virtuoso Dom Fr.co de Sancta M<sup>a</sup> Bispo de fes, onde o forão buscar os padres e enterrarão no Cruseiro desta Ig<sup>a</sup> morreo com todos os sacram.tos e tam sanctam.te como sempre viveo.”<sup>7</sup>

Esta descrição corresponde às informações transmitidas por dois dos cronistas da ordem, Jorge de S. Paulo (conf. VINHAS 1998: p. 326) e Francisco de Santa Maria (1697: p. 1005). A decisão sobre o local onde o Bispo de Fez seria enterrado (dentro da igreja) terá sido tomada pelos membros da congregação, não por D. Francisco, que declara no seu testamento que o lugar da sua sepultura deveria ser definido pelo Padre Reitor e demais Padres do mosteiro<sup>8</sup>.

A família de D. Francisco de Santa Maria possuía uma importante relação com o Mosteiro de Vilar de Frades. Um seu tio, Miguel Fernandes, foi procurador da comunidade, ainda que não tenha deixado, segundo os cronistas, uma boa memória. Um irmão de D. Francisco, Gaspar da Assunção, era igualmente membro da congregação e uma sua irmã, Madalena Fernandes de Sá, casou com Heitor Gonçalves, também ele procurador do Mosteiro (cf. MAURÍCIO 2000, II: pp. 151-152). A relação entre as famílias Fernandes e Gaio resultará do casamento de um filho deste último casal, Gaspar Pereira, com Branca de Paz Gaio. Muitas destas pessoas acabaram por receber sepultura no Mosteiro de Vilar de Frades.

<sup>7</sup> A.D.B., R.PB., A.V., nº 114, fl. 1v. D. Francisco de Santa Maria era um egresso da Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista e, por essa razão, não pertencia juridicamente à ordem. O registo do seu enterro pode compreender-se pela ausência desta relação institucional, não descartando nós, contudo, o facto de os Lóios terem desejado registar um momento que parece ter tido um forte impacto para a vida do mosteiro.

<sup>8</sup> A.D.B., F.M.C., L-14, fl. 293v.

## 2.2. Amaro Pimenta (Fig. 3,2, Fig. 5 e Fig. 6)

A seguinte inscrição é a de Amaro Pimenta e encontra-se quase ao eixo da nave da igreja, no lado do Evangelho, junto ao degrau que dá acesso ao cruzeiro. As dimensões da laje são de cerca de 1,78 m x 0,80 m e o campo da inscrição, no topo da peça, ocupa uma área de 0,58 m x 0,58 m. A sua leitura é a seguinte:

Sepultura DE AMARO PI/MENTA SUA MOIher / ERDEIROS / 1639

Nos livros de óbitos de Areias de Vilar encontramos o registo de um certo Amaro Pimenta, cognominado de “o Velho”, que acreditamos tratar-se desta pessoa. Diz:

“A sete de Julho de 648 Annos morreo Amaro pimenta o velho com todos os sacram.tos deu sua offerta aCustumada.”<sup>9</sup>

Amaro Pimenta era certamente homem de posses, já que o seu nome aparece em dois outros registos, os de António e Cristina, seus escravos, que faleceram em 1634 e 1638, respectivamente<sup>10</sup>. Seria o segundo marido de Maria Gaio de Sá (sobrinha de Branca de Paz Gaio, que já mencionámos acima), com quem terá casado após 6 de Abril de 1618, data de morte de Jácome Carneiro, primeiro marido desta senhora. Amaro Pimenta e Maria Gaio de Sá tiveram um filho com nome igual ao do pai mas, como este filho deverá ter nascido após 1618, não temos dúvidas em dizer que o registo de Amaro Pimenta “o Velho” corresponderá à morte do pai. Além do mais, o cognome “o Velho” pode ser consistente com o facto de esta pessoa ter um descendente com nome similar.

Esta sepultura foi escavada durante os trabalhos arqueológicos levados a cabo no Mosteiro de Vilar de Frades em 1999, apresentando os restos de um indivíduo do sexo masculino com cerca de 50 a 60 anos, enterrado num caixão forrado com tecido e decorado com tachas (LOPES 2000: pp. 47-48 e TAVARES 2000: p. 23 – Tabela 1). Não é possível dizer a quem corresponderia este corpo mas é certo que, antes deste enterramento encontrado em deposição primária, outros enterramentos terão aí sido levados a cabo, dado que ali apareceram outros restos humanos descontextualizados (LOPES 2000: pp. 47-48).

Esta é a primeira epígrafe na qual encontramos uma discrepância entre a data gravada e a data de morte da pessoa ali mencionada. Discutiremos esta questão mais tarde mas deveremos acrescentar aqui que, além do registo de morte de Amaro Pimenta “o Velho” e dos seus escravos, não encontramos o registo da sua mulher e filho nos Livros de Óbitos de Areias de Vilar, provavelmente porque faleceram ou foram enterrados em local incerto fora de Vilar de Frades<sup>11</sup>.

## 2.3. D. Cristina da Gama Prado (Fig. 3,3 e Fig. 7)

O terceiro epitáfio pertence à sepultura de D. Cristina da Gama Prado e encontra-se no lado

9 A.D.B., R.PB., A.V., nº 114, fl. 41.

10 A.D.B., R.PB., A.V., nº 114, fl. 28 e 30.

11 Como se verá noutros casos citados, os assentos de óbitos de pessoas enterradas em Vilar de Frades mas não residentes na área da sua jurisdição directa encontram-se, não nos registos paroquiais de Areias de Vilar, mas nos das suas paróquias de residência. Dada a dificuldade de conhecer o percurso de vida de muitas destas pessoas, não podemos apresentar, sempre, informações concretas sobre a sua data de morte.

da Epístola do transepto, na capela construída a expensas de D. Teresa de Mendonça. A inscrição está parcialmente apagada e ao tempo deste estudo encontrava-se por baixo do órgão da igreja. Por essa razão, não foi possível analisá-la na sua totalidade e a nossa transcrição teve que ser feita com a ajuda das leituras anteriores levadas a cabo por Joaquim Alves Vinhas (1998: p. 109) e Teotónio da Fonseca (1987, II: p. 34). A tampa possui uma dimensão de 2,37 m x 0,93 m e, a cerca de 7,0 cm do limite, ainda é possível ver uma moldura formada por uma linha simples. O epitáfio diz:

SepulturA. DE DONA / CHRISTINA / DA GAMA / PRADO [MU]/LHER [QUE FOI] / DE [BELCHI]/  
OR [RISCA]/DO DE [RO...]

D. Cristina era casada com Belchior Arriscado de Lacerda, fundador, em 1634, do morgadio do Barrio (FONSECA 1987, I: p. 353). D. Cristina terá falecido em 30 de Abril de 1667 e foi enterrada em Vilar de Frades, tal como podemos ler no seu registo de morte:

“Domna Christina da Guama faleceo o ultimo de Abril do anno de 1667 fez testamento foi sepultada no Convento de Vilar de Frades”<sup>12</sup>

Tanto quanto sabemos, não há relação directa entre D. Cristina da Gama Prado e a família Sousa, pelo que é um pouco estranho que esta senhora tenha sido sepultada na capela de D. Teresa de Mendonça. É, contudo, possível que, com a passagem do tempo, a família Sousa tenha perdido interesse no Mosteiro de Vilar de Frades e, ainda que os Lóios continuassem obrigados a rezar alguns ofícios e missas pela sua alma por toda a eternidade, o lugar de enterramento tenha deixado de ter importância real.

Finalmente, devemos fazer notar que, ainda que não saibamos a data de morte de Belchior Arriscado de Lacerda, encontramos a morte de duas senhoras desta família em 1668, D. Cristina da Gama e D. Luísa da Gama, respectivamente neta e filha de D. Cristina da Gama Prado. Foram, contudo, enterradas na capela da Casa do Barrio<sup>13</sup> e não em Vilar de Frades. A razão pela qual apenas D. Cristina aqui foi enterrada está longe de ser explicada.

#### **2.4. Diogo de Vilas-Boas e Caminha (Fig. 3,4 e Fig. 8)**

Uma outra inscrição é a da sepultura de Diogo de Vilas-Boas e Caminha, na capela da família Vilas-Boas, também conhecida como Capela de Nossa Senhora da Anunciação. Esta capela está localizada na ala direita da igreja e a sua instituição deve-se a D. Isabel Anes Pizarro de Baltazar de Vilas-Boas, no ano de 1429. No centro da capela podemos ler a seguinte inscrição:

SepulturA DE DIOGO / DE VILLAS, BO/AS, CAMINHA / E SEVS, SUCE/SORES, DESTE /  
MORGADO / 1645

Ao contrário das tampas de sepultura anteriores, houve um maior cuidado no trabalho desta

<sup>12</sup> A.D.B., R.PB., S.M.R., nº 648, fl. 117.

<sup>13</sup> A.D.B., R.PB., S.M.R., nº 648, fl. 118.

peça. As suas dimensões são de 2,27 m x 0,93 m e o campo da inscrição tem cerca de 1,10 m de comprimento. A peça possui uma moldura rebaixada formando dois degraus com cerca de 1,0 cm de profundidade. Os caracteres da inscrição, por seu lado, tendem a ser biselados.

Diogo de Vilas-Boas e Caminha, o quarto sucessor nos direitos desta capela ligada à casa de Airó, foi casado com D. Ana de Carvalho Sampaio Coelho, de Guimarães<sup>14</sup>. Tinha sido almoxarife da Casa de Bragança e membro da Câmara de Barcelos, onde residia à data da sua morte. Fruto das funções exercidas ao serviço do Duque de Bragança, viveu em diferentes locais e faleceu em Airó em 1670. Conhecemos o seu registo de óbito que diz:

“Aos dias do mes de Outubro de seiscentos e settenta annos faleceo da vida presente Diogo de V.as Boas Caminha estava em huma sua quinta de Ayro, mas hera aqui freigues. Dizem que fes testam.to em que deixou se lhe fizessem pella alma tres officios geraes e des mil reis para missas está sepultado no Mostrº de Vilar de frades e por verdade me assino”<sup>15</sup>

Tal como acontece no caso de Amaro Pimenta, a data na inscrição da sepultura de Diogo de Vilas-Boas e Caminha não coincide com a data da sua morte, a qual sucede somente 25 anos mais tarde. Também para este caso, não sabemos onde terão sido enterrados a esposa de Diogo de Vilas-Boas e Caminha ou os seus filhos.

## 2.5. Manuel Lopes Loureiro (Fig. 3,5 e Fig. 9)

A última inscrição que mencionaremos aqui é a da sepultura de Manuel Lopes Loureiro. Está localizada em frente da Capela da Sagrada Família, no lado esquerdo da nave da igreja, em tempos conhecida como Capela das Onze Mil Virgens. A sua decoração é semelhante à da tampa de sepultura de Diogo de Vilas-Boas e Caminha, com moldura rebaixada. As dimensões são, contudo, menores, possuindo apenas 1,95 m x 0,66 m. No topo e base da tampa foi rebaixada a zona onde encaixavam as argolas de ferro usadas para levantá-la. O campo da inscrição tem 1,02 m x 0,42 m e possui caracteres biselados, permitindo a seguinte leitura:

SepulturA. DE MA/NOEL . LO/PES LOUREIRO / DA FREGUESIA DE / MOURE PARA / ELLE E SE/  
US DESCE/NDENT./ES / 1762

Manuel Lopes Loureiro foi o fundador da Casa de Agrodel, na paróquia de Santa Maria de Moure, Barcelos (FONSECA 1987, II: p. 275). Não encontramos muito mais informações sobre esta pessoa, mas sabemos que faleceu a 2 de Outubro de 1780. O seu registo de óbito, feito na paróquia de Santa Maria de Moure, diz:

“Aos dous dias do mez de Outubro de mil e setecentos e oitenta faleceo da vida presente com o sacramento da extrema unção e o absolvi de sub conditione por não fallar nem dar sinal por causa de lhe dar hum estupor de que morreo <Manoel Lopes Loureiro><sup>16</sup> seu corpo foi involto em habito de Sam Francisco e sepultado dentro da Igreja desta freguesia aos quatro dias do mesmo

<sup>14</sup> Ver, sobre esta família, TRIGUEIROS *et alii* (1998: p. 412) e CALDAS (1986: p. 166).

<sup>15</sup> A.D.B., R.P.B., S.M.M.B., nº 190, fl. 60. O registo não informa o dia de falecimento.

<sup>16</sup> Acima da linha.

mes e anno, e para Constar fiz este assento qui asigno, dia mez, e anno ut supra fez testamento. declaro que he Manoel Lopes Loureiro do Lugar de Agordel.”<sup>17</sup>

Tal como em dois dos casos anteriormente apresentados, Manuel Lopes Loureiro faleceu após a data lavrada na tampa da sua sepultura e, talvez mais surpreendentemente, não se encontra sepultado no Mosteiro de Vilar de Frades. De facto, os registos paroquiais de Santa Maria de Moure dizem-nos que três dos seus filhos menores, Manuel José, Domingas e Teresa, faleceram em 3 de Agosto de 1762, 12 de Fevereiro de 1765 e 19 de Janeiro de 1773 respectivamente, tendo sido sepultados na sua igreja paroquial. O mesmo destino final teve Maria Pereira, sua mulher, que faleceu em 6 de Maio de 1790 e foi sepultada na sua paróquia com os demais membros da família<sup>18</sup>.

Como última nota neste caso, devemos dizer que esta sepultura foi parcialmente escavada pela equipa de arqueologia que trabalhou no mosteiro em 1999, não tendo sido encontrados vestígios de indivíduos aí sepultados. No entanto, a escavação foi levada apenas até à profundidade exigida pela obra, pelo que não é possível dizer se a sepultura se encontrava, de facto, totalmente vazia (LOPES 1999: pp. 49-50).

### 3. INTERPRETAÇÃO

Das cinco inscrições funerárias existentes no Mosteiro de Vilar de Frades, três apresentam datas que não coincidem com aquelas da morte das pessoas aí mencionadas. Como vimos, a sepultura de Amaro Pimenta, mulher e herdeiros data de 1639 e, ainda que não tenhamos conseguido encontrar os locais de morte da sua mulher e filho, sabemos que Amaro Pimenta faleceu somente em 1648. No caso de Diogo de Vilas-Boas e Caminha, sabemos que morreu em 1670 ainda que a data da inscrição seja 1645. Também aqui não temos registo de cônjuge ou filhos serem enterrados em Vilar de Frades em 1645. Os livros de óbitos de Areias de Vilar não mencionam os seus pais, mulher e herdeiros e, ainda que tenhamos procurado os seus registos de óbito, não conseguimos encontrá-los. Finalmente, a tampa de sepultura de Manuel Lopes Loureiro, que como sabemos faleceu em 1780, apresenta a data de 1762. Uma vez mais, neste caso, não há registo de nenhum dos membros da sua família ter sido aqui sepultado.

Além da inconsistência de datas, estes epitáfios possuem, em comum, um formulário similar. Começa por “Sepultura de”, seguindo-se a identificação do proprietário da sepultura e outros que ali poderiam ser enterrados – mulher, filhos, herdeiros ou sucessores na casa – e termina com a indicação do ano, não com uma data completa particular formada por dia, mês e ano<sup>19</sup>. Se compararmos este formulário com aquele de D. Francisco de Santa Maria, as diferenças mais importantes estão, exactamente, no facto de o epitáfio do Bispo de Fez começar com a expressão “Aqui Jaz” e terminar com a data completa de morte<sup>20</sup>.

Esta situação levanta diversas questões que pretendemos discutir, aqui, em três linhas. Na primeira, procuraremos saber até que ponto estamos perante um fenómeno particular ou se, pelo

17 A.D.B., R.P.B., S.M.M., nº 527, fl. 181.

18 Ver, para cada uma destas pessoas, respectivamente: A.D.B., R.P.B., S.M.M., nº 527, fl's. 166v, 169v-170, 175v e 192.

19 Infelizmente, as condições de preservação da tampa de sepultura de D. Cristina da Gama Prado, com a data apagada, não nos permitem incluí-la neste conjunto. Ainda que tendamos a acreditar tratar-se de um caso semelhante a estes, vemo-nos obrigados a excluí-la deste estudo.

20 No que diz respeito aos epitáfios medievais portugueses, sabemos que 50% apresentam a data completa e 27% apenas o ano (BARROCA 2000, I: p. 272).

contrário, podemos vê-lo replicado noutros lugares. A segunda linha, talvez a mais importante, é procurar compreender o significado destas inscrições. Finalmente, na terceira linha, eventualmente a questão mais difícil de responder, será tentar compreender a razão para cada uma destas datas em particular.

### 3.1. Paralelos para esta situação

Sem possuímos um *corpus* epigráfico publicado para a Época Moderna e tendo uma área tão vasta de estudo e uma cronologia tão larga, tentámos encontrar exemplos na literatura que nos permitissem servir de termo de comparação e ver se esta discrepância de datas poderia verificar-se noutros locais. Para isso, utilizámos os epitáfios transcritos por Francisco Xavier da Serra Craesbeeck (1992) nas suas “Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho”. Nessa obra, uma tentativa de estudo monográfico do Noroeste de Portugal datada de 1726, Craesbeeck apresenta diversas inscrições tumulares de igrejas do Norte de Portugal. Recolhemos aquelas que possuíam um formulário semelhante às inscrições de Vilar de Frades e tentámos encontrar as datas de morte das pessoas aí mencionadas. Porque não era possível uma pesquisa directa nos arquivos, usámos as datas apresentadas *online* pelo Grupo de Investigação em História das Populações do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, da Universidade do Minho (CITCEM-GHP)<sup>21</sup>.

Esta metodologia reduziu a nossa amostra a um pequeno número de epígrafes provenientes do concelho de Fafe e, por essa razão, vemo-nos obrigados a ter cautela em qualquer extrapolação. No entanto, permite-nos saber se esta discrepância de datas aparece noutros lugares do Noroeste de Portugal, a mesma área onde se encontra Vilar de Frades.

Começaremos com dois exemplos da paróquia de S. Gens. Craesbeeck (1992, II: p. 111) apresenta o desenho e a transcrição de duas epígrafes tumulares. A primeira é de João Rebelo Peixoto e diz:

SepulturA. DE. IOAM. / REBELLO. PEIXotO. / ANNO<sup>22</sup>. / 1680.

Após consulta à base de dados do CITCEM-GPH, chegámos à conclusão de que João Rebelo Peixoto faleceu a 21 de Maio de 1731 e, portanto, mais tarde do que a data presente na tampa de sepultura. Dos seus familiares, sabemos que o pai, Manuel Soares de Sousa Bettencourt, faleceu a 2 de Setembro de 1676 e que a mãe, Isabel Rebelo Peixoto, faleceu a 6 de Novembro de 1675.

Um segundo desenho e transcrição pertencem à tampa de sepultura de Francisco Álvares do Canto (CRAESBEECK 1992, II: p. 112). Nela está escrito:

SepulturaA. DE FRancisCO ALvareZ DO C/ANTO CAVALEIR/O FIDALGVO DA / CAZA. DE SVA. MAGES/TADE CAPITAM MOR / DE MONTE LONGVO / E SEVS ERDeirOS. 1626.

Pela base de dados do CITCEM-GPH ficamos a saber que Francisco Álvares do Canto faleceu em 1626, a 4 de Janeiro. Neste caso, as datas são coincidentes.

<sup>21</sup> Consultar esta Base de Dados em <http://www.ghp.ics.uminho.pt/genealogias.html>.

<sup>22</sup> “anno”, com caracteres minúsculos, no desenho apresentado por Craesbeeck.

Da paróquia de Santa Eulália, conseguimos cruzar os dados de vários exemplares. O primeiro caso é o das inscrições de duas tampas tumulares apresentando o nome de Domingos da Costa. Na primeira, dentro da igreja, lê-se:

“S(EPULTUR)A. DE. D(OMING)OS./DA COST/A. DE S(EUS). (H) R(D)E(IRO)S. 1675.”<sup>23</sup>

A segunda inscrição, no exterior, diz:

“S(EPULTUR)A. DE. DO(MINGOS). DA / COSTA. E / (H)ERD(EIR)OS / 1612.”<sup>24</sup>

Encontramos, na base de dados do CITCEM-GPH, o registo de morte de quatro pessoas chamadas Domingos da Costa na Paróquia de Santa Eulália, todas falecidas após 1685 e três indivíduos de nome Domingos Costa, com datas de óbito posteriores a 1714. Não podemos precisar a quem pertenceriam estas sepulturas mas, em qualquer dos casos, a data da inscrição é anterior à dos registos de óbito.

A terceira inscrição de Santa Eulália é a de Estêvão Nogueira, com a seguinte leitura:

“S(EPULTUR)A. DE. ES/TEVAM. / NOG(U)EI/RA. E SE/US. (H)ERDEI/OS. 1600.”<sup>25</sup>

Estêvão Nogueira, sabemos pela base de dados do CITCEM-GPH, faleceu a 22 de Setembro de 1600, ano correspondente ao da inscrição.

Uma quarta inscrição corresponde a António Reimão, podendo ler-se:

“S(EPULTUR)A. DE. A/NT(ONI)O. RE/IMAÕ /1684. A(NOS).”<sup>26</sup>

Da consulta à base de dados do CITCEM-GPH resulta um indivíduo chamado António Reimão, falecido em 3 de Dezembro de 1705. Uma sua filha, de nome Isabelinha, falece a 10 de Junho de 1684, data da inscrição.

A última inscrição que aqui trataremos é a de Pedro Fernandes Cortes e encontra-se na capela privada construída e instituída por este indivíduo e sua esposa em 1666, no lugar de Cortes, freguesia de Armil. A sepultura na capela possui a seguinte inscrição:

“S(EPULTUR)A. DE P(EDR)O / F(E)R(NANDE)Z CORTES / 1666.”<sup>27</sup>

Pedro Fernandes Cortes faleceu, como se demonstra na base de dados do CITCEM-GPH, a 1 de Janeiro de 1667. Na torre sineira de capela, uma outra inscrição transcrita por Craesbeeck (1992, II: p. 121), diz:

23 CRAESBEECK 1992, II: p. 117. Craesbeeck omite o primeiro “e” na leitura de “herdeiros” e coloca um espaço em branco.

24 CRAESBEECK 1992, II: p. 118.

25 CRAESBEECK 1992, II: p. 117. Craesbeeck omite o segundo “r” na leitura de “herdeiros”.

26 CRAESBEECK 1992, II: p. 118.

27 CRAESBEECK 1992, II: p. 121.

Sepultura. Perpetua. Oremus / 1666 / Mandou. Fazer / Pedro. FeRnandez<sup>28</sup>

O caso de Pedro Fernandes Cortes é interessante porque, ainda que ele tenha falecido pouco depois de ter mandado construir a sua capela privada, as datas presentes quer na sepultura quer na torre sineira correspondem à data de instituição da capela, não ao ano da sua morte. Conhecemos, da literatura, um caso similar proveniente de Infias (Braga), na capela da Casa de Vale de Flores (NÓBREGA 1972, I-II: pp. 423-426). Ainda que não tenhamos conseguido encontrar a data de falecimento de João Borges Pereira Pacheco, o fundador desta capela, a data de 1687 está presente quer na lápide sepulcral quer na inscrição comemorativa da instituição da capela.

Parece, portanto, pelos exemplos mostrados, que as datas presentes nos epitáfios não correspondem sempre à data de morte das pessoas aí mencionadas e que, por outro lado, o fenómeno está longe de se circunscrever a Vilar de Frades.

### 3.2. O significado destas inscrições

Se as datas nestas inscrições correspondem, como vimos, pelo menos algumas vezes, a momentos prévios à utilização da sepultura, o seu significado tem que ser encontrado para lá da simples perpetuação do nome de alguém já falecido ou dos seus familiares ali enterrados. Neste sentido, o formulário parece apresentar algumas pistas de carácter semântico que permitem melhor compreender a situação: nalguns casos, ao escrever-se “Sepultura de”, procurar-se-ia informar não propriamente o nome de quem ali estava sepultado mas, sobretudo, quem era o proprietário da sepultura, isto é, quem tinha obtido direitos sobre ela e quem tinha direito a ser ali sepultado. Parece, portanto, haver aqui uma distinção conceptual, no sentido em que não se olharia para estas inscrições entendendo apenas algo como “sepultura [onde está o corpo] de fulano” mas podendo entender-se, também, “sepultura [propriedade] de fulano”.<sup>29</sup> Nesta segunda hipótese de interpretação do texto epigráfico, o que se pretendia era que ficasse publicamente expresso qual o proprietário e pessoas que tinham o direito a ser ali sepultadas, assim como, eventualmente, a data em que esse direito havia sido adquirido ou tão só o ano em que a tampa foi gravada. Nesse sentido, se aplicássemos uma tipologia de inscrições semelhante à proposta para a epigrafia medieval por Encarnación Martín Lopes e Vicente García Lobo (2009: pp. 192-194 e 207-208), deveríamos incluí-las dentro do tipo *tituli proprietatis sepulturae*.

Tanto quanto sabemos, nem Amaro Pimenta nem Manuel Lopes Loureiro haviam herdado qualquer direito a ser sepultados na igreja de Vilar de Frades, contrariamente ao que sucedeu com Diogo de Vilas-Boas e Caminha. A colocação destas tampas marca, mais do que nada, a eventual instituição ou erecção dos seus panteões familiares, destinados a garantir o repouso final dos membros das suas famílias.

A fixação de um direito de propriedade não é tema de menor importância. É sabido que, para

<sup>28</sup> Seguimos o desenho feito por Craesbeeck e não a transcrição dada pelo autor, uma vez que esta parece apresentar erros, nomeadamente na colocação dos parêntesis e pontos.

<sup>29</sup> Em cemitérios de Época Contemporânea da Galiza, temos encontrado, com maior frequência do que nos portugueses, lápides sepulcrais que ostentam a expressão “Sepultura propiedad de...”. Em Portugal, contudo, parece que as fórmulas mais típicas são “Sepultura de...”, “Jazigo de...” ou “Jazigo da Família...”, omitindo a indicação expressa da propriedade tal como acontecia nos casos que ora estudamos de Época Moderna. Mas se tal informação se pode apenas subentender, pensamos não ser de menor importância o facto de a criação de novos espaços cemiteriais decorrente da legislação de 1834 ter vindo, de certa forma, democratizar a propriedade sobre jazigos e sepulturas familiares ou individuais. Ainda que carecendo de estudo mais profundo, acreditamos que tal situação deverá ter permitido uma menor rotatividade das sepulturas entre pessoas fora do mesmo quadro familiar e, concomitantemente, fomentado uma relação dos vivos com os defuntos e a sua sepultura durante um período de tempo mais alargado do que aquele experimentado em épocas anteriores.

além do número e tipo de Ofícios, Missas e sacerdotes que acompanhavam o funeral, também as sepulturas tinham o seu próprio custo. No entanto, ao contrário do que acontecia com os preços sobre os ritos, os usos e os costumes, claramente autorizados pela Igreja e frequentemente registados nos Livros de Óbitos, o custo da sepultura é muitas vezes desconhecido, já que a hierarquia proibia que se cobrasse pela sepultura (ARAÚJO 1997: p. 363). Ora, como foi constatado por Elisa Carvalho (2000: p. 20), a imposição de um preço sobre a sepultura era fundamental para uma melhor gestão da área cemiterial. Ao impor preços mais altos para determinadas zonas “mais apetecíveis”, como o poderiam ser, por exemplo, os altares dedicados a determinados santos, estava-se, de alguma forma, a evitar que essas zonas ficassem mais sobrecarregadas, permitindo uma melhor distribuição dos defuntos por toda a área destinada a sepultamento. Ainda que não conheçamos valores de sepultura para Vilar de Frades, Pedro de Vilas Boas Tavares apresenta dados para um outro templo dos Cónegos de S. João Evangelista – a matriz de S. Nicolau, em Santa Maria da Feira. Ali, e ainda que os preços pudessem ter algumas variações, uma cova vendida para um só defunto custava 400 reis, ao passo que uma cova para o defunto e seus herdeiros tinha o preço de 2000 reis (TAVARES 2008: p. 211). Também aqui devemos fazer nota às condicionantes de espaço, pois quantas mais sepulturas perpétuas ou para herdeiros estivessem contratadas, mais limitada era a área para sepultura dos restantes defuntos.

Desta forma, a aquisição de direitos perpétuos sobre uma determinada sepultura, e estamos convencidos de que algumas destas tampas correspondem a esta situação, potenciava, desde logo, três garantias. Em primeiro lugar, a proximidade de familiares; em segundo lugar, que ninguém não devidamente autorizado pelos seus proprietários fosse ali sepultado e, em terceiro lugar, diminuir custos com os funerais futuros.

A proximidade de familiares no espaço cemiterial é algo que não conseguimos ver, pelo menos no caso de Vilar de Frades, nos Livros de Óbitos. No entanto, podemos encontrá-la nalguns testamentos. Por exemplo, Branca de Paz Gaio, tia da mulher de Amaro Pimenta, determinou que queria ser sepultada com o seu marido, Gaspar Pereira, com a condição de que se o seu corpo ainda não estivesse “gastuo”, deveriam sepultá-la juntamente com os seus sogros<sup>30</sup>. Estes, Madalena Fernandes e Heitor Gonçalves, pais de Gaspar Pereira, deixaram em testamento que queriam ser enterrados na sepultura de Baltazar Rodrigues e Isabel Fernandes, os pais de Heitor Gonçalves<sup>31</sup>. Um outro exemplo, extraído da documentação de Vilar de Frades mas dizendo respeito à paróquia de Martim, é o do testamento de Madalena Rodrigues. Esta declarava que, caso morresse antes do marido, Pero Ferreira, queria ser sepultada com o primeiro marido, António Afonso<sup>32</sup>. Razões sentimentais e económicas podiam, portanto, condicionar a escolha do local de sepultura e o caso de Madalena Rodrigues deverá prender-se com o facto de não ter que pagar nova sepultura. Esta razão económica, não descartando outras de cariz espiritual ou afectivo, terá sido, também, responsável pelo facto de, por vezes, encontrarmos servos e escravos sepultados nos túmulos dos senhores, como veremos mais adiante.

Dissemos, anteriormente, *potenciar a garantia*. Na verdade, nem sempre isto seria viável, pois a reutilização de uma sepultura deveria estar sujeita a regras e períodos de tempo mínimos para os quais, ainda que não tenhamos encontrado testemunhos na legislação canónica, parece haver evidência na testamentária. Quando D. Branca de Paz elege a sepultura de seus sogros como alternativa à do esposo caso o seu corpo não estivesse ainda “gastuo”, não se tratará, muito provavelmente, de uma preocupação higiénica pessoal. De facto, nalguns testamentos medievais

30 A.D.B., F.M.C., L. 14, fl. 214.

31 A.D.B., F.M.C., L. 14, fl. 510.

32 A.D.B., F.M.C., L. 14, fl. 304.

encontramos testemunhos da provável existência de um *período de nojo*, de pelo menos um ano, durante o qual os restos mortais não deveriam ser tocados<sup>33</sup>.

Situação distinta, ainda que também interessante, é a de Diogo de Vilas-Boas e Caminha, já que este tinha direito a sepultura na sua capela. A pedra tumular deverá ter sido erigida após a morte do seu pai, Baltazar de Vilas-Boas Caminha. Ainda que não conheçamos a sua data de falecimento, não seria lógico que Diogo de Vilas-Boas e Caminha tivesse mandado colocar uma tampa de sepultura com o seu próprio nome enquanto o seu pai era vivo, dado que seria este o detentor dos direitos sobre a capela da família. Nesse sentido, podemos presumir que Baltazar de Vilas-Boas Caminha terá falecido antes de 1645 e que a pedra sepulcral de Vilar de Frades é quase uma consagração da subida de Diogo de Vilas-Boas e Caminha a chefe da Casa de Airó.

Chegados a este ponto, é importante considerar um outro aspecto relacionado com o estudo dos epitáfios, ainda que o nosso termo de comparação tenha que recair sobre espécies de outros períodos. Referimo-nos aos encomendadores. No seu estudo sobre a Epigrafia Medieval Portuguesa, Mário Barroca (2000, I: pp. 86-87) aborda este assunto identificando alguns epitáfios acerca dos quais se podem inferir os responsáveis pela encomenda. Nestes casos<sup>34</sup>, a identificação do encomendante é baseada na análise do elemento cronológico. Assim, Barroca refere três situações distintas. Num caso, a área onde deveria estar a data nunca foi gravada (BARROCA 2000, II-1: n° 237)<sup>35</sup>. Noutros, o ano (era) foi apenas gravado parcialmente, não tendo sido nunca terminado (BARROCA 2000, II-1: n° 357; II-2: n° 634, 711 e 712). Finalmente, encontram-se os casos em que a data foi gravada ou completada em momento distinto daquele de produção da restante epígrafe, preenchendo os espaços inicialmente deixados em branco de forma a que fosse apresentada uma data de falecimento correcta (BARROCA 2000, II-1: n° 189 e 200; II-2: n° 629, 633, 639 e 664).

A principal semelhança entre estes casos e os de Vilar de Frades encontra-se no facto de todos estes epitáfios terem sido mandados gravar antes da morte das pessoas aí nomeadas. Não temos grande hesitação em dizer que a encomenda das tampas de sepultura de Vilar de Frades terá sido feita por Diogo de Vilas-Boas e Caminha, Manuel Lopes Loureiro e Amaro Pimenta. No entanto, o caso de Vilar de Frades é diferente daqueles dado que, se nas epígrafes medievais parece haver sempre a intenção de que a data correcta de morte seja gravada, quer se trate apenas do ano ou da data completa, nos casos aqui trabalhados, de Período Moderno, o elemento cronológico foi gravado ao mesmo tempo que o demais texto. Assim, as datas das epígrafes de Vilar de Frades têm uma função distinta daquelas de Época Medieval. Uma vez mais, não é a data de morte que interessa a quem encomendou cada uma destas três pedras sepulcrais.

No presente estágio dos nossos conhecimentos sobre este tema, devemos, contudo, ter cuidado e não generalizar ou transformar estes exemplos numa regra, pelo menos naquilo que ao formulário e suas eventuais implicações semânticas diz respeito. Primeiro que tudo, estamos conscientes de que a nossa amostra é demasiado pequena e apresenta uma diacronia muito larga. Em segundo lugar, epitáfios começados com a expressão “Sepultura de” são muito frequentes<sup>36</sup>, tornando impossível a sua análise total num estudo restrito como este. Finalmente, no que diz respeito à data gravada, sabemos que no conjunto dos epitáfios medievais portugueses mais de 27% apresentam apenas o ano (v. nota 20, acima).

<sup>33</sup> A este respeito veja-se, entre outros, os exemplos de testamentos apontados por Isabel Castro Pina (1996: pp. 128-129 e pp. 161-162) com referências às condições a ser cumpridas se houvesse necessidade de proceder a trasladações.

<sup>34</sup> Ainda que Mário Barroca inclua inicialmente o caso de D. Martinho de Pombeiro neste grupo (BARROCA 2000, I: p. 86), termina por levantar algumas dúvidas sobre a identificação deste personagem, razão pela qual não o apresentamos aqui (BARROCA 2000, II: n° 83).

<sup>35</sup> Também na Sé de Silves existe pelo menos um epitáfio no qual a indicação do elemento cronológico se encontra incompleto (AVELLAR e CÔRTE-REAL 2005: p. 96).

<sup>36</sup> Em Santa Clara-a-Nova de Coimbra é esta a expressão mais utilizada nos formulários de sepulturas dos séculos XVII-XVIII, ainda que nenhum corresponda a situação semelhante à aqui estudada (AVELLAR 2003: p. 61). Já na Sé de Silves, contabilizámos 11 casos em 38 dos estudados por Filipa Avellar e Miguel Côte-Real (2005).

### 3.3. A razão por trás da data

Se a nossa análise é correcta e este tipo de epitáfios procura institucionalizar a propriedade sobre a sepultura, ela não explica imediatamente a erecção do panteão familiar num momento tão afastado da morte do *pater familias*. De facto, não deixa de ser estranha a aquisição de direitos sobre uma sepultura tão cedo, principalmente numa época em que as preocupações individuais com os assuntos da morte parecem ser adiadas até um momento no qual já não seja possível esquecer que ela pode chegar. Podemos ver isto, por exemplo, nos testamentos, feitos usualmente quando o testador estava doente ou tinha razões para temer a súbita chegada da morte (VILAR 1995: pp. 80-81; VILAR 1996: 166 e PINA 1996: pp. 125-126).

Uma explicação pragmática e simples para estes casos, e, na verdade, a mais correcta até à identificação de provas contrárias, residirá sempre no facto de, naquele momento particular, aquela pessoa ter querido e podido adquirir os direitos de sepultura ou, tão só, mandado gravar a lápide. Por outro lado, é possível que na vida de cada um destes indivíduos possa ter-se dado algum acontecimento que despoletou a necessidade/vontade de erigir o seu panteão familiar.

Procurar uma razão específica para uma data particular é difícil e, para já, poderemos trabalhar apenas ao nível das hipóteses. A documentação de Vilar de Frades não é tão extensiva que nos permita aprofundar muito a história de cada uma destas famílias. No entanto, sabemos que em dois casos, o de Amaro Pimenta e o de Manuel Lopes Loureiro, houve pessoas das suas casas que morreram no ano exacto ou no final do ano anterior ao que é apresentado na inscrição. Já no que diz respeito a Diogo de Vilas-Boas e Caminha, estamos em crer que a causa para a colocação da pedra sepulcral se prende directamente com o processo de obras de reformulação da igreja levadas a cabo pelos Lóios durante o Séc. XVII. Nos três casos podemos sentir, ainda que sem certeza absoluta, que, de facto, alguns acontecimentos podem constituir-se como motores responsáveis pela instituição ou perpetuação pela escrita do panteão familiar. Vejamos cada um destes casos em particular.

Desde que os Lóios entraram em Vilar de Frades, em 1425, até à extinção da congregação, em 1834, poucos terão sido os anos em que não se procederam a obras mais ou menos profundas no mosteiro<sup>37</sup>. O templo seiscentista, iniciado sob o patrocínio de D. Diogo de Sousa e da sua família, nunca foi realmente terminado e o corpo da igreja, assim como a sua abóbada, apenas foram concluídos em meados do Séc. XVII. Segundo Joaquim Alves Vinhas (1998: pp. 147-154), as obras de reconstrução do corpo da igreja terão terminado em 1641 e as capelas laterais estariam finalizadas apenas em 1658.

Em 1663, os Cónegos de S. João Evangelista e Diogo de Vilas-Boas e Caminha chegam, finalmente, a acordo sobre uma demanda que traziam há vários anos e para a qual já haviam sido dadas três sentenças distintas. Nesse acordo é dito que:

“(…) diogo de villas Boas Caminha hera administrador da Capella que jnstituhio Jsabel annes de villas boas sua thia que esta situada em (...) este ditto Convento [de Vilar de Frades] da banda da Epistolla que he a penúltima que esta da ditta banda e nella esta huma sepultura com hum letrejro que dis sepultura de diogo de villas boas Caminha coarto administrador da ditta Capella e cobre os guastos della e da abobada e grades ornamentos esmollas das missas Resadas e Cantadas e cobre por nella suas armas (...)”<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Vejam-se, sobre este tema, os trabalhos de Rui Maurício (2000), em particular para as obras levadas a cabo entre os séculos XV e XVI, e de Joaquim Alves Vinhas (1998), principalmente para as obras dos séculos XVI a XIX. Ainda para o período correspondente à segunda metade do Séc. XV consulte-se o nosso estudo anterior sobre Vilar de Frades (FAURE 2012: pp. 36-47).

<sup>38</sup> A.D.B., F.M.C., L. 19, fl. 1v.

Diogo de Vilas-Boas e Caminha estava, portanto, incumbido de pagar, além dos tradicionais encargos relacionados com os ofícios divinos, os gastos das obras na zona da sua capela (abóbada, grades e ornamentos), assim como com a colocação da sua pedra de armas. A pedra tumular de Diogo de Vilas-Boas enquadra-se neste período de reforma do convento durante o qual o Senhor da Casa de Airó desejou deixar claramente o seu cunho pessoal, quer pela colocação de uma sepultura com “letreiro”, quer pela colocação de uma pedra com as suas armas. A tampa de sepultura de Diogo de Vilas-Boas e Caminha poderá ser encarada, portanto, mais do que como uma simples tampa de sepultura, como uma forma de afirmação pessoal. Ao ser obrigado a cobrir os gastos com as obras, terá decidido colocar, também, uma inscrição que perpetuasse o seu nome.

Atentemos, agora, no caso de Manuel Lopes Loureiro. Em 3 de Agosto de 1762 faleceu Manuel José, seu filho. Trata-se do ano gravado na tampa de sepultura. Ainda que Manuel José tenha sido sepultado na igreja paroquial de Santa Maria de Moure, onde se localizava a Casa de Agrodel, não podemos deixar de encontrar uma coincidência nestas datas. Esta situação parece ter um paralelo na de António Reimão (de Santa Eulália, Fafe), já acima descrita, onde a data patente na tampa de sepultura corresponde à data de morte da sua filha Isabelinha. É possível, portanto, que pouco antes da morte, pressentindo a partida do seu filho, ou já depois desta, Manuel Lopes Loureiro tenha decidido fundar um panteão familiar em Vilar de Frades. Não é, contudo, possível compreender, pelo menos para já, a razão pela qual nenhum dos membros desta família acabou por ser ali sepultado.

No caso de Amaro Pimenta, ainda que não tenhamos conseguido encontrar o registo de morte de nenhum dos membros da sua família por volta de 1639, sabemos que a sua escrava Cristina faleceu a 13 de Novembro de 1638. Poderia a sepultura ter sido erigida devido à morte da escrava? Acreditamos que, entre outras, esta seja uma das explicações possíveis e que o falecimento de Cristina tenha despertado Amaro Pimenta para a necessidade de criar a sepultura, quer porque o tenha feito recordar da própria morte, quer porque aí tenha mesmo enterrado a escrava.

Sabemos que as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga permitiam que os escravos fossem sepultados dentro das igrejas. Aliás, o parágrafo dedicado aos escravos é o mesmo que trata dos menores de idade e obriga pais, senhores e tutores a prover ao funeral daqueles que estavam a seu cargo<sup>39</sup>. Em Guimarães, como foi demonstrado por Norberta Amorim (1982: pp. 23-25), ainda que o claustro de Santa Maria da Oliveira fosse a área destinada a enterrar os pobres, poucos escravos ali terão sido sepultados. Quando servos e escravos morriam, o seu senhor encarregava-se do seu funeral e não eram, por norma, enterrados na área dos pobres. É, por isso, interessante olhar para o seguinte registo de Santa Maria da Oliveira de Guimarães:

“Aos honze dias do mez de Agosto do anno de mil sete centos trinta e seis faleceu com todos os Sacramentos Manoel Mulato escravo de Dona Josepha de Mello viuva moradora no Terreiro das Freiras desta freguezia foi sepultado na Igreja da Misericordia desta villa no jasigo da casa da dita Dona Josepha e por verdade fiz este assento era ut supra.”<sup>40</sup>

Não é inadmissível que Amaro Pimenta fizesse o mesmo com a sua escrava Cristina. Devemos

39 Constituições Synodales do Arcebispado de Braga, Tit. 20, Const. IV. V: “E os varoens menores de quatorze annos, & as femeas menores de doze sejaõ livres, ou escravos, que não podem conforme a Direito eleger sepultura, serãõ enterrados na sepultura de seus antepassados, ou aonde seus pays, senhores, ou tutores ordenãrem. E havndo costume em qualquer Igreja deste nosso Arcebispado, que os menores, & escravos se enterrem nas Igrejas Parochiaes, sem os pays, & senhores poderem escolher sepultura, no dito caso esse se guarde, como ordenãõ os sagrados Canones.” Situação similar é apresentada por Ana Cristina Araújo (1997: p. 364) para a Diocese de Lisboa.

40 A.M.A.P., P-395, fl. 192v.

recordar que Vilar de Frades está localizado numa área rural do Norte de Portugal, longe das comunidades de outras regiões com forte tradição escravagista. Nalguns casos, os escravos seriam olhados de forma muito próxima à dos demais servos da casa<sup>41</sup>. A título de exemplo, recordemos que D. Teresa de Mendonça, uma das sobrinhas de D. Diogo de Sousa responsáveis por subsidiar a construção de Vilar de Frades, deixa em testamento bens para os seus escravos (conf. MAURÍCIO 2000, II: Doc. 40, pp. 255-275).

Se Amaro Pimenta não tivesse outra razão, poderia tê-lo feito apenas para evitar pagar pela sepultura individual da sua escrava, aproveitando a oportunidade para a enterrar em local onde pretendia fundar o seu panteão familiar. Para já, contudo, não será possível ir além da hipótese.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi previamente demonstrado (Faure 2012: p. 191), a distribuição dos enterramentos em Vilar de Frades durante a Época Moderna é diferente da de outras paróquias, nas quais a tendência para enterrar dentro da igreja parece predominar. No nosso caso, ainda que apresentando limitações de espaço, parecem ser o claustro e o adro os locais preferidos como cemitério, tendo a igreja sido ocupada por um número muito restrito de pessoas. Podemos ver, por exemplo, que nos Livros de Óbitos por nós estudados, apenas se refere uma criança sepultada no interior da igreja. Uma segunda diferença encontra-se no facto de não possuímos registo de enterramentos dentro da igreja a partir de 1777. Noutras paróquias, contudo, as sepulturas dentro da igreja persistem, por vezes mesmo por largos períodos de tempo, após a legislação de 1834.

Ainda que possuindo uma larga área útil de enterramento na nave da igreja, alguns dos que escolheram ser ali enterrados sentiram a necessidade de perpetuar pela escrita os seus panteões familiares. Diogo de Vilas-Boas e Caminha não necessitava fazê-lo, já que era o herdeiro da capela familiar no mosteiro. Mas teve necessidade de expressar que era ele, não os seus antecessores na Casa de Airó e na Capela de Vilar de Frades, o responsável pela colocação da lápide sepulcral. Ainda que alguns dos seus antecessores ali tivessem sido sepultados, procurou deixar a sua própria marca. A esposa de Amaro Pimenta tinha familiares, assim como o seu primeiro marido, sepultados dentro da igreja. Ao instituir o seu panteão familiar, Amaro Pimenta parece conseguir demarcar-se da influência da família de Maria Gaio de Sá. Sobre Manuel Lopes Loureiro, temos tão poucos dados que não conseguimos encontrar uma relação directa com o mosteiro e poderá ter sido a fama desta instituição que o levou a fundar, aí, uma sepultura familiar.

Possuindo tão pouca informação sobre algumas destas pessoas, não podemos ir muito mais além das hipóteses apresentadas. Porque a nossa amostra é pequena, estas hipóteses necessitam obrigatoriamente de ser testadas noutros lugares e com outras epígrafes. As datas concretas presentes nos epitáfios estudados possuem uma importância muito relativa para além da *petite histoire* de cada uma destas famílias. De importância maior é, todavia, o facto de, por vezes, o homem moderno preparar o seu local de sepultura com mais antecipação do que aquela que frequentemente cremos e de, nalguns casos, esta sepultura receber uma inscrição que, sugerimos, serve de *titulus proprietatis*. Neste sentido, desde um ponto de vista epistemológico, o reconhecimento da existência deste tipo de epitáfios é fundamental. Ele desperta-nos para uma análise heurística mais correcta das epígrafes, preparando-nos para um estudo crítico mais atento

41 Para um período mais recente, João de Pina Cabral (1991: p. 169) informa sobre o caso de uma família que faz enterrar a criada no seu túmulo. Salvuardamos, contudo, a distinção que existe entre o caso dos escravos, privados da dignidade da liberdade, e a dos criados ou servos.

do elemento cronológico e permitindo, eventualmente, chegar a conclusões sobre as razões que levaram à instituição daquela sepultura.

## **FONTES**

*Arquivo Distrital de Braga (=A.D.B.)*

Fundo Monástico-conventual (=F.M.C.)

L. 19.

L. 24. Livro de Documentos Diversos; Certidões; Obrigações de Missas.

L. 27. *Inventario Geral dos espolios dos Conegos que falecem neste Contº de Villar de Frades, feito no anno de 1733.*

*Registos Paroquiais de Barcelos (=R.PB.)*

Areias de Vilar (=A.V.), nº 114.

Areias de Vilar (=A.V.), nº 116.

Areias de Vilar (=A.V.), nº 122.

Areias de Vilar (= A.V.), nº 854.

São Jorge de Airó (=S.J.A.), nº 36.

São Jorge de Airó (=S.J.A.), nº 37.

Santa Maria Maior de Barcelos (=S.M.M.B.), nº 190.

Santa Maria de Moure (=S.M.M.), nº 527.

São Miguel de Roriz (=S.M.R.), nº 648.

São Pedro do Monte de Fralães (=S.PM.F.), nº 521.

*Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (=A.M.A.P.)*

Fundo Paroquial (= F.P). P. 395.

## **BIBLIOGRAFIA**

AGOSTINHO, Santo (s.d.). *De Cura pro Mortuis Gerenda (La piedad con los difuntos)*. Versión, introducción y notas de Teodoro C. Madrid. In *Obras completas de San Agustín*. Edición bilingüe promovida por la Fundación Agustiniana Española (F.A.E.). Vol. XL. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, pp. 415-475.

AMORIM, Norberta Bettencourt (1982), *Os Homens e a Morte na Freguesia da Oliveira em Guimarães através dos Registos de Óbitos (Séculos XVII e XVIII)*, Guimarães, Edição do Autor.

ARAÚJO, Ana Cristina (1991). Morte, memória e piedade barroca, in COELHO, António Matias (Dir. de), *Atitudes perante a Morte*, Coimbra, Livraria Minerva, pp. 47 – 91.

ARAÚJO, Ana Cristina (1997), *A Morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*, Lisboa, Editorial Notícias.

ARIÈS, Philippe (s.d.), *O Homem perante a Morte*, 2 vols., Mem-Martins, Publicações Europa-América.

ARIÈS, Philippe (1989), *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Teorema.

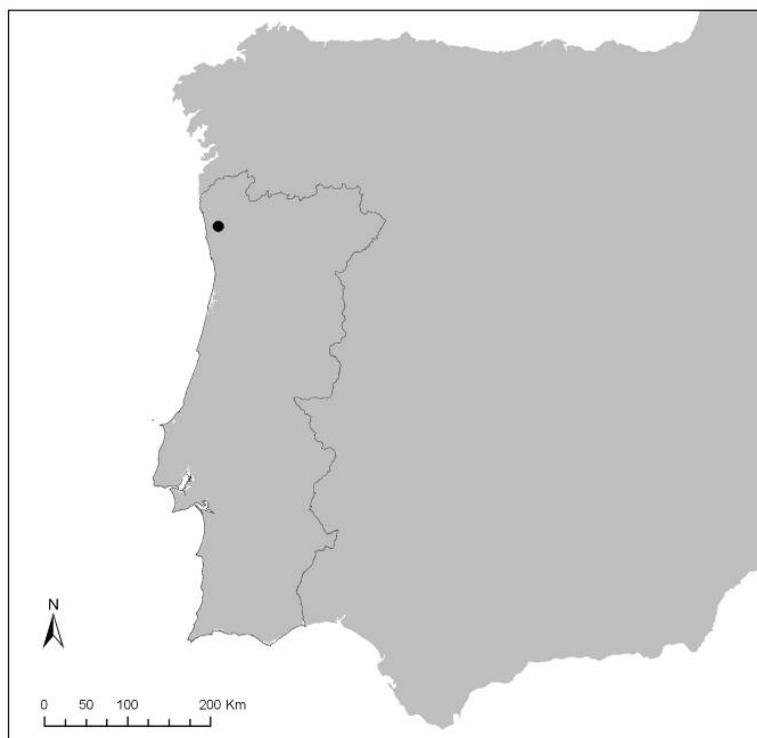
AVELLAR, Filipa Gomes do (2003), As inscrições funerárias do coro-baixo (1629-1744), *Monumentos*, 18 (Março 2003), Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 49-63.

- AVELLAR, Filipa Gomes do (2003a), Epigrafia e iconografia na Igreja de Santa Maria Maior do Funchal, *Monumentos*, 19 (Setembro 2003), Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 73-83.
- AVELLAR, Filipa Gomes do e CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz (2005). As inscrições funerárias da Sé. Estudo epigráfico e biográfico dos sepultados, *Monumentos*, 23 (Setembro 2003), Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 78-99.
- BARROCA, Mário Jorge (1987), *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, Dissertação para Provas Públicas de Capacidade Científica, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- BASTOS, Maria do Rosário (1996), Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII e XVI, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 109-124.
- CALDAS, António José Ferreira (1986), *Guimarães, Apontamentos para a sua história*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento.
- CARVALHO, Elsa Maria Domingues da Costa (2002), A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos arcebispos e dignatários de Braga na Idade Média (séculos XII a XV), *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 13-14 (2001-2002), Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, pp. 15-40.
- CATROGA, Fernando (1991), Revolução e secularização dos cemitérios em Portugal (Inumistas e Cremacionistas), in COELHO, António Matias (Dir. de), *Atitudes Perante a Morte*, Coimbra, Livraria Minerva, pp. 95-173.
- Constituições Synodaes do Arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639. Pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha. E mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa, Arcebispo, & Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, do Conselho de Sua Magestade, & seu Sumilher da Cortina, &c.*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.
- COSTA, Pe. Avelino de Jesus da Costa (1997), *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2ª ed. refundida e ampliada, 2 vols., Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra (1992). *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, 2 vols., Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto.
- FAURE, Francisco Guilherme Cunha Libano Monteiro (2012), *Casa de Deus e de Homens. Uma leitura arqueológica do convento de S. Salvador de Vilar de Frades*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- FONSECA, Teotónio da (1987 [1948]), *O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado*, Reprodução facsimilada da edição de 1948, 2 vol.s., Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos.
- Grupo de Investigação em História das Populações do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, da Universidade do Minho (CITCEM-GHP). <http://www.ghp.ics.uminho.pt/genealogias.html>. [consultado em 31 de Janeiro de 2018].
- LAÇO, Teresa Isabel Sabino e BERNARDO, Rita de Palhares Falcão Martins (1999), *Convento de Vilar de Frades. Intervenção arqueológica. 1998. Relatório*, Relatório apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico.

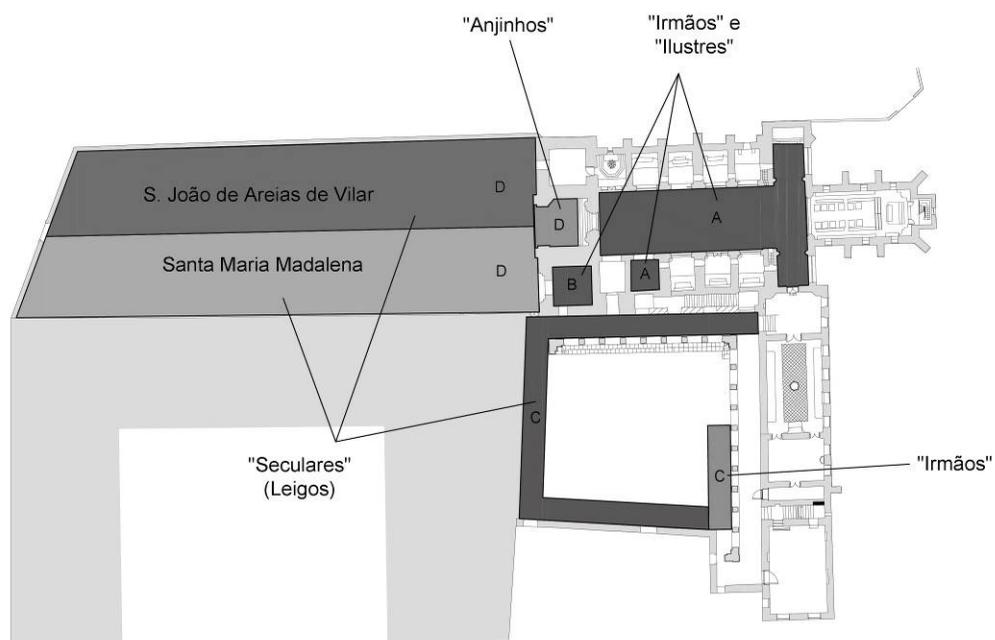
- LOPES, Lídia Maria dos Santos (2000), *Convento de Vilar de Frades (Barcelos)*. Relatório. Intervenção Arqueológica 1999. Relatório de Trabalhos Arqueológicos apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico.
- MARQUES, João Francisco (2000), Rituais e manifestações de culto, in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir. de), *História Religiosa de Portugal*, Vol. II – Humanismo e Reformas, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, S. A., pp. 517-601.
- MARTÍN LÓPEZ, Maria Encarnación y GARCÍA LOBO, Vicente (2009), La epigrafía medieval en España. Por una tipología de las inscripciones, in GALENDE DÍAZ, J. C. e SANTIAGO FERNÁNDEZ, J. de (Dir. de), *VIII Jornadas Científicas sobre Documentación de la Hispania altomedieval*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid.
- MATOS, Sebastião (2001), *Areias de Vilar e o Seu Património*, Areias de Vilar – Barcelos, Edição do Autor.
- MATTOSO, José (1996a), Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI), in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 55-74.
- MATTOSO, José (1996b), O culto dos mortos no fim do século XI, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa Edições João Sá da Costa, pp. 75-85.
- MATTOSO, José (1996c). O culto dos mortos em Cister no tempo de S. Bernardo), in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 87-107.
- MAURÍCIO, Rui (2000), *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505 – 1532)*. *Urbanismo e Arquitectura*, Leiria, Magno Edições.
- NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da (1977), *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga (Heráldica)*, Braga, Junta Distrital de Braga.
- NOGUEIRA, Bernardo de Sá (2005), Epigrafia moderna e contemporânea. Séculos XVI a XIX, in ARNAUD, José Morais e FERNANDES, Carla Varela (Coord. de), *Construindo a Memória*. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa, AAP, pp.408-425.
- PINA, Isabel Castro (1996), Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 125-164.
- CABRAL, João de Pina (1991), *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.
- CABRAL, João de Pina e FEIJÓ, Rui G. (1985), Um conflito de atitudes perante a morte: a questão dos cemitérios no Portugal Contemporâneo, in FEIJÓ, Rui G., MARTINS, Hermínio e CABRAL, João de Pina (Dir. de), *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações sociológicas, literárias e históricas*, Lisboa, Querco, pp. 175-208.
- RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães (1998), *O Convento de S. Francisco de Santarém. História e arqueologia de um monumento*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães (2001). “Memórias Sepulcrais” do Convento de S. Francisco de Santarém, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4. nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 145-185.
- SANTA MARIA, Fr. Francisco de (1697). *O Céu Aberto na Terra. História das Sagradas Congregações dos Cônegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza e de S. João Evangelista em Portugal*, Lisboa.

- TAVARES, Bruno Manuel Perpétuo (2001), *Igreja e Convento de Vilar de Frades: estudo antropológico dos restos humanos exumados em 1998 e 1999*, Relatório final de estágio em investigação em Antropologia Biológica sob orientação da Doutora Eugénia Cunha apresentado ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- TAVARES, Pedro Vilas Boas (2008), *Espiritualidade e disposições perante a morte em Santa Maria da Feira: Capelas, legados e bens d'alma na matriz de S. Nicolau durante o Antigo Regime, Via Spiritus*, 15, Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, pp. 195-248.
- TORRES, Ruy d'Abreu (1990), Enterramentos, in SERRÃO, Joel (Dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 403-403.
- TRIGUEIROS, s. j., António Júlio Limpo; FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de (1998), *Barcelos Histórico, Monumental e Artístico*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (1995). *A Vivência da Morte no Portugal Medieval. A Extremadura Portuguesa (1300-1500)*, Redondo, Patrimonia.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (1996), Rituais de morte em testamentos dos séculos XIV e XV (Coimbra e Santarém), in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 165-176.
- VINHAS, Joaquim Alves (1998), *A Igreja e o Convento de Vilar de Frades. Das origens da congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista (Lóios) à extinção do convento*, Barcelos, Junta de Freguesia de Areias de Vilar.
- VIVES, José (1963), *Concílios Visigóticos e Hispano-Romanos*, Barcelona-Madrid, CSIC-Instituto Enrique Florez.
- XAVIER, Pedro do Amaral (1991), *Imagens da morte na arte (dos finais da Idade Média ao Barroco)*, in COELHO, António Matias (Coord.), *Atitudes Perante a Morte*, Coimbra, Livraria Minerva, pp. 13-46.





**Fig. 1.** Localização do Mosteiro de Vilar de Frades (Barcelos)



**Fig. 2.** Zonas de enterramento no Mosteiro de Vilar de Frades durante a Época Moderna.

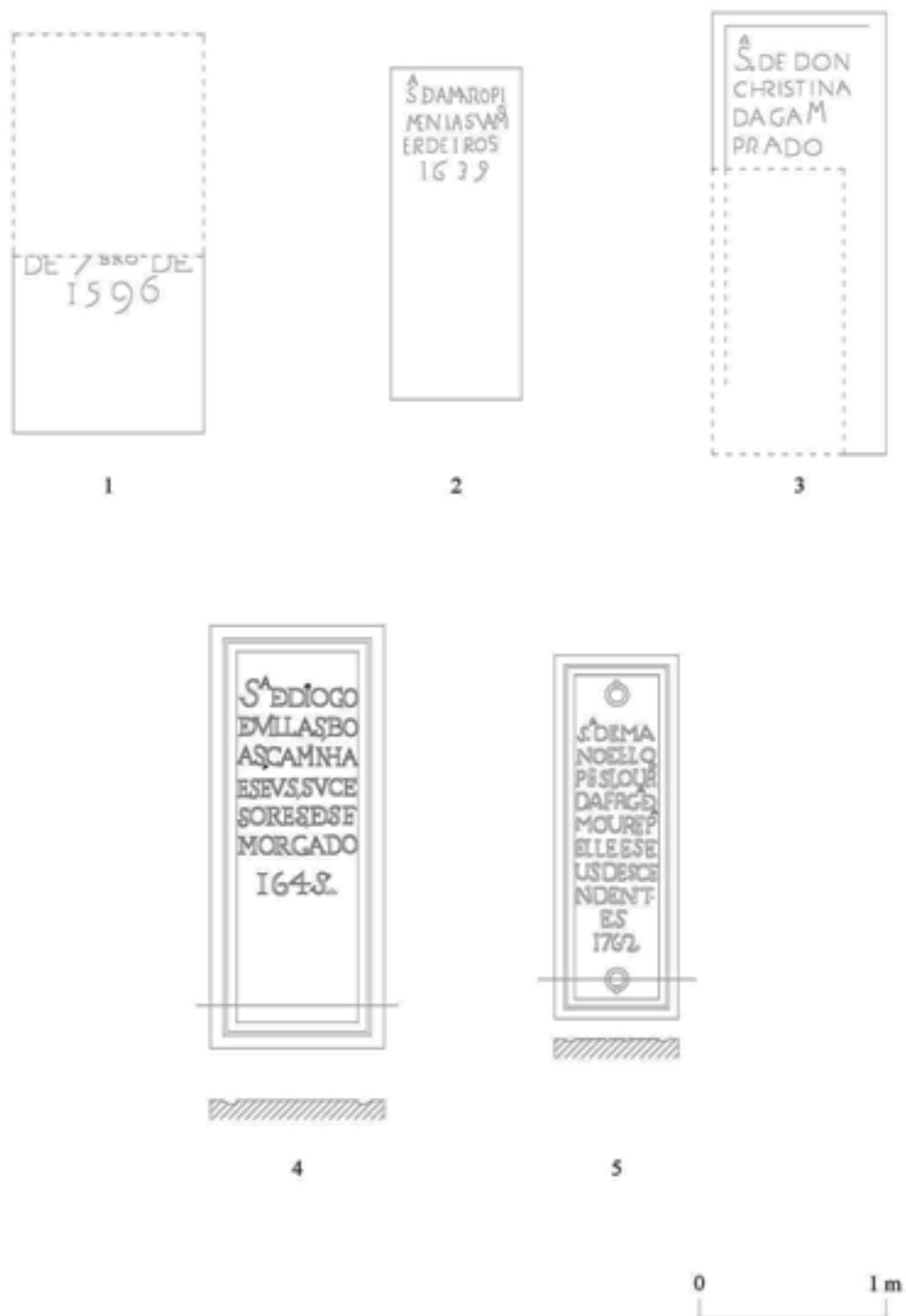


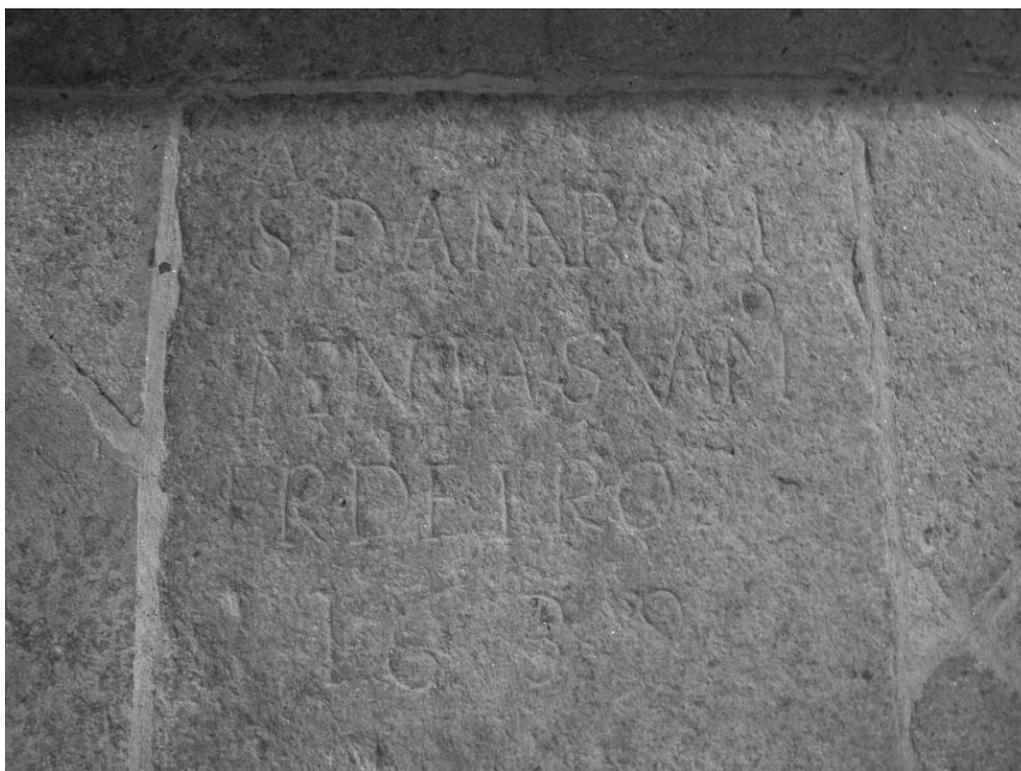
Fig. 3. Tampas de sepultura de interior da igreja



**Fig. 4.** Tampa da sepultura de D. Francisco de Santa Maria.



**Fig. 5.** Tampa da sepultura de Amaro Pimenta.



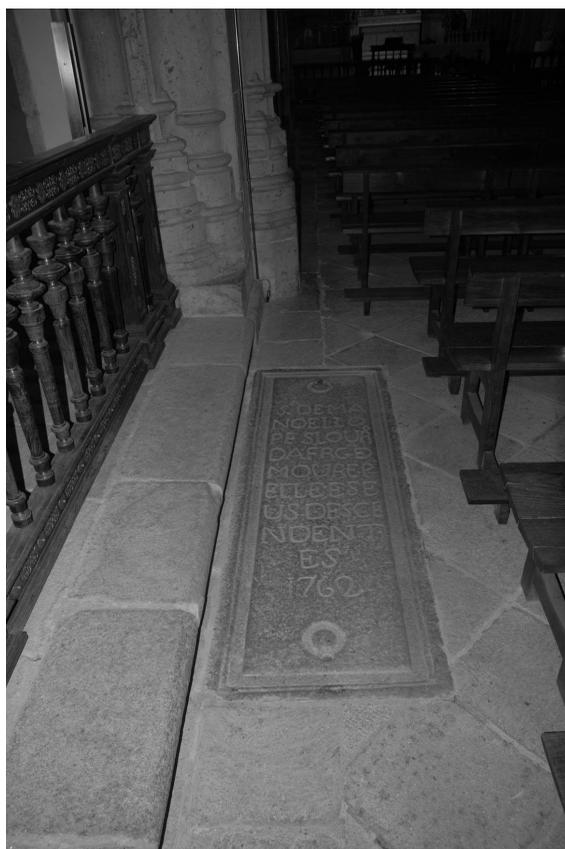
**Fig. 6.** Pormenor da inscrição na sepultura de Amaro Pimenta.



**Fig. 7.** Tampa da sepultura de D.<sup>a</sup> Cristina da Gama Prado



**Fig. 8.** Tapa da sepultura de Diogo de Villas Boas Caminha.



**Fig. 9.** Tapa da sepultura de Manuel Lopes Loureiro. SUMÁRIO

## SUMÁRIO

<b>O FINAL DO CICLO GRÁFICO PALEOLÍTICO DO VALE DO CÔA: A ARTE MÓVEL DO FARISEU (MUXAGATA, VILA NOVA FOZ CÔA)</b>	5
André Tomás Santos, Thierry Aubry, António Fernando Barbosa, Marcos García-Díez e Jorge Davide Sampaio . . . . .	
<b>CAMPANIFORME NO NORTE DE PORTUGAL. PERSPECTIVAS INTERPRETATIVAS INSTIGADAS PELA LEITURA DE DADOS RECENTES</b>	97
Maria de Jesus Sanches e Maria Helena Barbosa . . . . .	
<b>NEWS ABOUT FOUR BLACK-FIGURE ATTIC CUPS ATTRIBUTED TO THE LANCASTRE PAINTER</b>	151
Rui Morais . . . . .	
	159
<b>A TERRA SIGILLATA ITÁLICA DE MONTE MOLIÃO, LAGOS, PORTUGAL</b>	
Ana Margarida Arruda e Íris Dias . . . . .	179
<b>CASTRO DE MONTE MOZINHO: CERÂMICA DE PAREDES FINAS</b>	
Teresa Soeiro e Rui Morais . . . . .	193
<b>CASTRO DE MONTE MOZINHO: LUCERNAS</b>	
Andreia Filipa Campos Esteves e Flávia Maria Magalhães Nunes . . . . .	
<b>AS PILHAS DE PESOS DE DOM MANUEL I: CONTRIBUTO PARA A SUA CARACTERIZAÇÃO, INVENTARIAÇÃO E AVALIAÇÃO</b>	217
Luís Seabra Lopes . . . . .	
	253
<b>OS HEKHALOT: VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DE UM CRIPTOJUDAISMO SINGULAR</b>	
Pedro Mendes . . . . .	
<b>DATAS EM QUESTÃO. PROBLEMAS DE TRÊS EPÍGRAFES FUNERÁRIAS DE VILAR DE FRADES.</b>	279
Francisco G. C. Líbano Monteiro Faure . . . . .	

# **NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS**

## **PROJECTO EDITORIAL**

A PORTVGALIA pretende ser um espaço de debate em torno das grandes questões teóricas e metodológicas da Arqueologia e de divulgação dos mais recentes resultados da investigação arqueológica nas suas diversas áreas cronológicas (desde a Pré-História Antiga até à Arqueologia Moderna e Contemporânea).

Do ponto de vista geográfico, a PORTVGALIA assume como sua vocação primordial a publicação de resultados da investigação arqueológica do Norte de Portugal e do Noroeste da Península Ibérica, mas também é receptiva a artigos que incidam sobre outras zonas do espaço ibérico.

A revista publica estudos inéditos que sejam considerados contributos relevantes, recorrendo à arbitragem científica, sendo os artigos submetidos, em versão anónima, à peritagem de especialistas de reconhecido mérito.

A PORTVGALIA está registada no Latindex (Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal), no ERIH (European Reference Index for Humanities), no DOAJ (Directory of Open Access Journals) e na DIALNET (Universidad de Rioja, Espanha).

## **NORMAS**

A PORTVGALIA só publica artigos que obedeçam às seguintes Normas:

1. Todos os textos submetidos a publicação devem ser enviados para a Redacção da revista em duas versões: A) versão própria para impressão, com o nome do(s) autor(es) identificado(s); B) versão anónima, livre de qualquer informação que identifique o(s) seu(s) autor(es), destinada a ser submetida a arbitragem. Da primeira versão (com identificação do(s) autor(es)) deve ser remetida versão digital (em CD) e uma cópia em papel. Da segunda versão deve ser remetida apenas cópia em formato digital.
2. Os ficheiros devem apresentar designações que permitam a sua clara identificação, mencionando o título ou parte do título do trabalho. Na designação do ficheiro da segunda versão (destinada ao processo de arbitragem) deve ser mencionado apenas o título do artigo e a indicação "versão para arbitragem". As imagens serão organizadas em ficheiro independente, com a mesma designação do ficheiro de texto, acrescentando-se a indicação "imagens". Não se aceitam PDFs.

3. A PORTVGALIA publica originais em português, galego, castelhano, francês ou inglês.
4. Os autores devem ser os proprietários dos direitos autorais do texto e das imagens, cedendo-os à revista para sua publicação. A PORTVGALIA mantém edição em papel mas disponibiliza os conteúdos em sistema de open access.
5. Os artigos terão uma dimensão máxima de 30 páginas de texto, em formato A4, a espaço e meio, com letra Times New Roman, de corpo 12 (para o texto) e de corpo 10 (para as notas de pé-de-página). No caso de compreender catálogo de materiais, este deve ser redigido em letra Times New Roman, corpo 10, com espaçamento de 1,15 linhas.
6. Os textos deverão ser apresentados indicando o título, em letras capitais e a bold (Times New Roman, corpo 14) e o nome do(s) autor(es), indicando-se depois de cada nome, e em linha autónoma, a filiação institucional e o endereço de email. O título será centrado. Os autores e sua filiação institucional serão paginados à direita.
7. A abrir o artigo deverá ser apresentado um resumo em inglês (“Abstract”) e de palavras-chave (“Keywords”) seguido de um resumo em português (“Resumo”), acompanhado de palavras-chave (“Palavras-chave”). Os resumos poderão ter uma extensão máxima de dez linhas. As palavras-chave deverão ser quatro a seis. A revista PORTVGALIA não aceita artigos que não venham acompanhados dos respectivos resumos e palavras-chave.
8. As citações bibliográficas deverão obedecer à norma anglo-saxónica (AUTOR data: p. —).
9. Os textos poderão compreender notas de pé-de-página, que deverão ser utilizadas com parcimónia, reservando-se para informações complementares. Deverão ser evitadas notas demasiado extensas. A indicação das notas, numérica, deve ser preferencialmente colocada depois da última palavra da frase, sem espaço, e antes do ponto final.
10. A Bibliografia, incluída no final do artigo, obedecerá às seguintes normas:
  - a) Artigo em revista:
 

<APELIDO em maiúscula> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <nome da revista em itálico> <virgula> <série> <virgula> <volume> <espaço> <(fascículo ou número indicado entre parêntesis)> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: ALARCÃO, Jorge de (2008), Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – V, Revista Portuguesa de Arqueologia, 11 (1), Lisboa, IGESPAR, pp. 103-121
  - b) Artigo em obra colectiva:
 

<APELIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <In> <espaço> <APELIDO do Coordenador> <virgula> <Nome próprio do Coordenador> <espaço> <(Coord. de) ou (Dir. de)> <virgula> <Título da obra em itálico> <virgula> <volume> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1996), Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola, in MATTOSO, José (Dir. de), O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 11-44

c) Livro:

<APELIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do livro> <virgula> <volume> <virgula> <local de edição> <virgula> <editora>.

Nota: Nos livros, o ano indicado reporta-se à edição utilizada. No caso de haver mais do que uma edição pode indicar-se, no fim, entre parêntesis, o local e ano da 1ª edição. Se a obra pertencer a uma colecção, isso poderá ser referido igualmente no final, entre parêntesis.

Ex.: JORGE, Susana Oliveira (1999), Domesticar a Terra. As primeiras comunidades agrárias em território português, Lisboa, Gradiva (Col. «Trajectos Portugueses», 45)

11. Qualquer texto com mais de três autores será citado pelo APELIDO do primeiro autor, Nome Próprio, seguido da expressão “*et alii*”.
12. A Bibliografia compreenderá apenas as obras citadas ao longo do artigo, organizadas por ordem alfabética do apelido e nome próprio, e, dentro destes, por ordem cronológica. No caso de haver mais do que uma obra do mesmo autor e ano a distinção será feita pela justaposição de letras (a, b, c...) ao ano de edição.
13. As citações de texto deverão abrir e fechar com aspas. Citações em língua estrangeira ou textos com grafias antigas serão apresentados em itálico.
14. Ao longo do texto utilizar-se-à o negrito ou bold apenas para os títulos e subtítulos. Os primeiros serão grafados em maiúsculas, os segundos em corpo normal.
15. As imagens deverão ser organizadas em dossier, a fim de serem publicadas no final de cada artigo. A PORTVGALIA não publica imagens intercaladas no texto.
16. A PORTVGALIA não publica desdobráveis nem imagens a cores.
17. As imagens devem ser digitalizadas em alta definição (300 dpi), em ficheiros de formato JPEG (Joint Photographic Experts Group) ou TIF (Tagged Image File Format).
18. Todas as ilustrações (desenhos, fotografias) serão designadas por «Fig.». Se dentro da mesma figura coexistirem diferentes ilustrações serão distinguidas por numeração em árabe (p. ex.: Fig.3, 2).
19. O número máximo de imagens por artigo não poderá exceder as 16 páginas de figuras, dependendo esse número da extensão do artigo e da sua relevância para a compreensão do seu conteúdo. Sempre que o entender, a Comissão Redactorial poderá solicitar a redução do número de estampas.

20. Na pasta correspondente aos ficheiros de imagens deverá figurar um documento em word com as legendas das figuras, a fim de serem compostas.
21. Os originais devem ser enviados por correio ao cuidado do Director da revista, para a seguinte morada:  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/nº  
4150-564 PORTO  
PORTUGAL
22. Os originais devem ter designações que permitam uma rápida e clara identificação. Juntamente com os originais deve ser fornecido o contacto do autor (ou, no caso de artigo colectivo, do primeiro autor): morada, código postal, telefone e email.
23. A revista não se responsabiliza pela devolução dos originais.
24. Não serão aceites artigos que não cumpram as presentes Normas.
25. Todos os artigos são submetidos, em versão anónima e livres de referências personalizadas, à avaliação por pares (peer review). Os avaliadores deverão preencher a ficha de avaliação que é disponibilizada pela revista, a qual é composta por duas partes: uma destinada à Comissão Editorial da PORTVGALIA; outra destinada ao(s) autor(es).
26. O resultado dessa avaliação é transmitido ao(s) autor(es) de forma igualmente anónima, devendo estes integrar as sugestões dos avaliadores no seu original, remetendo-o à redacção da PORTVGALIA com a maior brevidade possível.
27. A revisão das primeiras provas é feita pelos autores, aos quais é dado um prazo de cinco dias úteis (a contar a partir da data de carimbo do correio) para o fazer. Findo esse prazo, a revista poderá dar andamento ao processo tipográfico.
28. Em fase de revisão de provas não são permitidas alterações de conteúdo. Apenas se aceitam correcções de gralhas tipográficas. Estas deverão ser assinaladas na margem das provas, a vermelho e de maneira clara e inequívoca.
29. A PORTVGALIA oferece um exemplar da revista e 25 separatas por cada artigo de artigo de fundo publicado.

